

DIAGNÓSTICO SOCIAL

MUNICÍPIO DE GONDOMAR



Aprovado em reunião plenária do Conselho Local de Ação Social de Gondomar a 16 de março de 2015

*“Sozinhos vamos mais rápido,
mas **juntos chegamos mais longe...**”*

Provérbio Africano

ÍNDICE

Índice Geral	2
Índice de Quadros	3
Índice de Gráficos	14
Índice de Figuras	16
Glossário de Siglas	17
Introdução	19
Abordagem Conceptual	20
Considerações Metodológicas	23
Cap. I – Município de Gondomar: Garantir o Desenvolvimento	25
Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: As Pessoas e as Famílias	26
Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: A Coesão Social	75
Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: A Educação e Formação	139
Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Mercado de Trabalho	206
Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Habitação	225
Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Saúde	232
Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Justiça e Segurança	281
Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Participação	298
Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Ambiente	316
Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Cultura	328
Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Desporto e Juventude	346
Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Desenvolvimento Social	364
Cap. II - Garantir o Desenvolvimento: Perceções do CLAS de Gondomar	396
Cap. III – Garantir o Desenvolvimento: Análise Swot	404
Bibliografia	408
Ficha Técnica	412

Índice de Quadros

Quadros	Pág.
As Pessoas e as Famílias	
1 – População residente em Portugal segundo o sexo, em 2001 e 2011	28
2 – Variação da População residente na AMP por sexo, 2001 - 2011	30
3 – População residente por sexo e faixa etária, 2011	32
4 – Taxa de variação da população residente por grupo etário 2001 - 2011	33
5 – População residente no município de Gondomar por sexo e faixa etária, 2011	34
6 - Indicadores de população por município da AMP, 2001- 2011	35
7 - Indicadores de população por município da AMP, 2001- 2011	37
8 – População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, por município da AMP, 2011	39
9 - População residente com 15 e mais anos de idade com dificuldades, nos municípios da AMP, 2011	40
10 - População residente com 15 e mais anos de idade com dificuldades, no município de Gondomar, 2011	42
11 - Tipo de Família Clássica, por município da AMP, 2011	44
12 - Composição da Família Clássica, por município da AMP, 2011	45
13 - Tipo de Famílias por município da AMP, 2011	47
14 - População residente com nacionalidade estrangeira	50
15 – População residente com dupla nacionalidade	51
16 - Movimentos Pendulares e População residente que trabalha ou estuda, segundo as entradas, saídas e sexo, por município da AMP, 2011	54
17 - População residente que trabalha ou estuda, segundo as entradas, saídas e sexo, por município	54
18 - Caracterização do Município de Gondomar, por Freguesias (2011)	55
19 - Distribuição por freguesia da população residente do município de Gondomar, por sexo	56
20 - População Residente no município de Gondomar, por grupos etários e sexo, 2011	57
20 - População Residente no município de Gondomar, por grupos etários e sexo, 2011(Cont.)	58
20 - População Residente no município de Gondomar, por grupos etários e sexo, 2011(Cont.)	59
20 - População Residente no município de Gondomar, por grupos etários e sexo, 2011(Cont.)	60
21 - Variação da População Residente por grupos etários, 2011	61
22 - Caracterização das freguesias do Município de Gondomar, por alguns indicadores	63

23 - População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, no município de Gondomar, 2011	64
23 - População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, no município de Gondomar, 2011(Cont.)	65
23 - População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, no município de Gondomar, 2011(Cont.)	66
23 - População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, no município de Gondomar, 2011(Cont.)	67
23 - População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, no município de Gondomar, 2011(Cont.)	68
24 - Variação das famílias clássicas e estado civil da população residente do Município de Gondomar	69
25 - Tipo de Família Clássica, nas freguesias do Município de Gondomar	70
26 - Caracterização da população idosa residente no Município de Gondomar	71
27 - Composição da Família Clássica, nas freguesias do Município de Gondomar	72
28 - Filhos (N.º) nos núcleos familiares por Local de residência e Tipo de núcleo familiar	73
29 - População Residente por Nacionalidade no Município de Gondomar	74

A Coesão Social

1 – Evolução e caracterização dos atendimentos por Gabinete Atendimento Integrado entre 2011 e 2013	80
2 – Evolução e caracterização do atendimento marcado vs efetuado realizado nos GAI por mês, em 2011	80
3 – Evolução e caracterização do atendimento marcado vs efetuado realizado nos GAI por mês, em 2012	81
4 – Evolução e caracterização do atendimento marcado vs efetuado realizado nos GAI por mês, em 2013	81
5 – Evolução do número de beneficiários do RSI por sexo (2005-2013)	83
6 – Evolução do n.º de Processos Ativos e Cessados por ano por área de abrangência do CDP, ISS, IP por relação ao município de Gondomar	86
7 – Evolução do n.º de beneficiários desde 2008 a 2013 - Com Prestação em Processamento e Cessada	87
8 – Caracterização das Equipas de Protocolo de RSI	88
9 – Evolução do n.º de Processos de RSI Ativos e Cessados por Ano – Município de Gondomar	89
10 – Evolução e caracterização dos beneficiários com e sem rendimentos, com requerimento deferido não cessado e não suspenso - 2009 a 2013	90
11 – Beneficiários sem Rendimentos (com Requerimento deferido não cessado e não suspenso) por sexo e faixa etária - 2013	91
12 – Beneficiários com Rendimentos (com Requerimento deferido não cessado e não suspenso), por sexo e faixa etária - 2013	92
13 – Evolução do número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos por sexo (2005-2013)	93

14 – Evolução do número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos por sexo (2010-2013)	94
15 – Evolução do número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos por sexo (2010-2013) nos territórios do município de Gondomar	95
16 – Evolução do número de beneficiários de PSI - Pensão Social de Invalidez por sexo (2005-2013)	96
17 – Evolução do número de beneficiários da Pensão Social de Invalidez por sexo (2010-2013)	97
18 – Evolução do número de beneficiários de PSV - Pensão Social de Velhice por sexo (2005-2013)	98
19 – Evolução do número de beneficiários da Pensão Social de Velhice por sexo (2010-2013)	99
20 – Evolução do número de beneficiários de PSS - Pensão Social de Sobrevivência por sexo (2005-2013)	100
21 – Evolução do número de beneficiários da Pensão Social de Sobrevivência por sexo (2010-2013)	101
22 – Evolução do número de Apoios Económicos processados por rubrica	102
23 – População sem-abrigo residente por localização geográfica - 2011	103
24 – Volume processual existente na CPCJ Gondomar entre 2009 e 2013	107
25 – Entidades sinalizadoras, 2009 e 2013	108
26 – Agrupamentos de Escolas enquanto entidades sinalizadoras, 2009 e 2013	109
27 – Modalidade de contacto para sinalização, 2009 e 2013	110
28 – Caracterização de Crianças/ Jovens por sexo e faixa etária acompanhados pela CPCJ de Gondomar, entre 2009 e 2013	110
29 – Caracterização das Crianças/ Jovens por território de residência acompanhadas pela CPCJ de Gondomar, entre 2009 e 2013	112
30 – Caracterização de Crianças/ Jovens por naturalidade acompanhados pela CPCJ de Gondomar, entre 2009 e 2013	112
31 – Enquadramento socioeducativo das Crianças/ Jovens acompanhadas pela CPCJ de Gondomar, entre 2009 e 2013	113
32 – Frequência da modalidade de ensino das Crianças/ Jovens acompanhadas pela CPCJ de Gondomar, entre 2009 e 2013	114
33 – Caracterização do agregado familiar das Crianças/ Jovens acompanhadas pela CPCJ de Gondomar, entre 2009, 2010 e 2013	114
34 – Caracterização do agregado familiar das Crianças/ Jovens acompanhadas pela CPCJ de Gondomar, entre 2009, 2010 e 2013	115
35 – Caracterização do tipo de habitação onde residem as Crianças/ Jovens acompanhadas pela CPCJ de Gondomar, entre 2009, 2010 e 2013	115
36 – Número de Crianças/ Jovens acompanhadas pela CPCJ de Gondomar residentes em Conjuntos Habitacionais de Gondomar - processos em acompanhamento em outubro de 2014	116
37 – Caracterização do motivo da intervenção da CPCJ de Gondomar por sexo, 2009 a 2013	117
38 – Caracterização do motivo da intervenção da CPCJ de Gondomar - valores absolutos, 2009 a 2013	118
39 – Caracterização das medidas de promoção/ proteção aplicadas pela CPCJ de Gondomar, 2009 a 2013	119

40 – Número de famílias e beneficiários do PCAAC no município de Gondomar entre 2012 e 2013, por entidade mediadora	122
41 – Número de famílias e beneficiários do PCAAC no município de Gondomar entre 2012 e 2013 por território	122
42 – Entidades mediadoras do FEAC no município de Gondomar em 2014	125
43 – N.º de beneficiários das Cantinas/ Refeitórios Sociais do município de Gondomar por entidade mediadora - outubro 2014	126
44 – Dotação Financeira da Câmara Municipal de Gondomar 2007-2013	127
45 – Evolução do n.º de Mercearias aderentes ao Programa DÁ - 2007-2014	127
46 – Evolução do n.º de Agregados familiares (processos) apoiados por freguesia do município de Gondomar	129
47 – Evolução do n.º de pessoas apoiadas pelo Eixo +Alimentação	132
48 – Valor médio das rendas e crédito habitação das candidaturas apresentadas, e valor médio apoiado pelo + Habitação	136
49 – Evolução do Programa de Apoio à Ação Social do Município de Gondomar, 2006 a 2013	137
50 – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social do Município de Gondomar, 2014	138

A Educação e Formação

1 – Nível de Escolaridade (%) da População Residente no Município de Gondomar, na AMP, na Região Norte e em Portugal	143
2 – População residente por Local de residência, Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo	143
2 – População residente por Local de residência, Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo (Cont.)	144
3 – População Analfabeta e Taxa de Analfabetismo em Portugal, na Região Norte e nos Municípios da Área Metropolitana do Porto	145
4 – Proporção da população residente por níveis de escolaridade	146
5 – Proporção da população residente por ciclos de ensino completos	147
6 – Evolução da Taxa bruta sobre Pré-escolarização, Ensino Básico e Secundário bem como da Taxa real de Pré-escolarização, 2010/2011 e 2011/2012	148
7 – Taxa de Abandono Escolar, Retenção e Desistência, em Portugal, na Região Norte e nos municípios da Área Metropolitana do Porto	150
8 – Rácio de alunos por computadores - 2010/2011 e 2011/2012	151
9 – Evolução das entidades educativas e formativas no município de Gondomar, 2004 - 2014	152
10 – Alunos Matriculados, segundo o Nível de Educação/Ensino, por Ano Letivo	153
11 – Total de alunos por nível de ensino, no ensino oficial público do município de Gondomar, ano letivo 2013/ 2014	154
12 – Análise da evolução, por ano letivo, de diversos Indicadores	154
13 – Nível de escolaridade da população residente do município de Gondomar por território, 2011	155

14 – População Analfabeta e Taxa de Analfabetismo no Município de Gondomar	156
15 – Pessoal Docente em Exercício, segundo a natureza do Estabelecimento e Nível de Educação/Ensino	156
16 – Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Rio Tinto, por ano letivo	158
17 – Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Rio Tinto, por Ano Letivo	158
18 – Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas n.º 2 de Rio Tinto, por ano letivo	159
19 – Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Rio Tinto n.º 2, por Ano Letivo * Dados referentes ao 1º Período	159
20 – Auxílios Económicos na Escola E.B. 2,3 de Rio Tinto n.º 2, por Ano Letivo	160
21 – Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas n.º 3 de Rio Tinto, por ano letivo	161
22 – Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar nas Escolas E.B. 2,3 Frei Manuel de Santa Inês e Secundária de Rio Tinto, por Ano Letivo	162
23 – Evolução do número de alunos na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Rio Tinto, entre os anos letivos 2011/2012 a 2013/2014	162
24 – Total de alunos, sucesso insucesso, e desistência escolar na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Rio Tinto, entre os anos letivos 2011/2012 a 2012/2013	162
25 – Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas de Rio Tinto n.º 3, por Ano Letivo	163
26 – Ensino Profissional no Agrupamento de Escolas de Rio Tinto n.º 3, por Ano Letivo	163
27 – Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara, por ano letivo	164
28 – Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Fânzeres, por Ano Letivo	165
29 – Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara, por Ano Letivo	165
30 – Ensino Profissional no Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara, por Ano Letivo	166
31 – Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova, por ano letivo	167
32 – Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de S. Pedro da Cova, por Ano Letivo	168
33 – Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas de S. Pedro da Cova, por Ano Letivo	168
34 – Evolução do número de alunos na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de S. Pedro da Cova, entre os anos letivos 2011/2012 a 2013/2014	169
35 – Total de alunos, sucesso insucesso, e desistência escolar na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de S. Pedro da Cova, entre os anos letivos 2011/2012 a 2012/2013	170
36 – Auxílios Económicos na Escola Secundária de S. Pedro da Cova, por Ano Letivo	170
37 – Ensino Profissional na Escola Secundária de S. Pedro da Cova, por Ano Letivo	171
38 – Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas À Beira Douro, por ano letivo	172
39 – Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola Básica e Secundária À Beira Douro, por Ano Letivo	173

40 – Evolução do número de alunos na Escola Básica e Secundária À Beira Douro, entre os anos letivos 2011/2012 a 2013/2014	173
41 – Total de alunos, sucesso insucesso, e desistência escolar na Escola Básica e Secundária À Beira Douro, entre os anos letivos 2011/2012 a 2012/2013	173
42 – Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas À Beira Douro, por Ano Letivo	174
43 – Ensino Profissional no Agrupamento de Escolas À Beira Douro, por Ano Letivo	174
44 – Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar, por ano letivo	175
45 – Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Jovim, por Ano Letivo	176
46 – Evolução do número de alunos na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Gondomar, entre os anos letivos 2011/2012 a 2013/2014	176
47 – Total de alunos, sucesso insucesso, e desistência escolar na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Gondomar, entre os anos letivos 2011/2012 a 2012/2013	176
48 – Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar, por ano letivo	177
49 – Ensino Profissional no Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar, por ano letivo	177
50 – Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Gondomar, por ano letivo	178
51 – Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Gondomar, por Ano Letivo	179
52 – Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas de Gondomar, por Ano Letivo	179
53 – Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Valbom, por ano letivo	181
54 – Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Valbom e Escola Secundária de Valbom, por Ano Letivo	181
55 – Evolução do número de alunos na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Valbom, entre os anos letivos 2011/2012 a 2013/2014	181
56 – Total de alunos, sucesso insucesso, e desistência escolar na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Valbom, entre os anos letivos 2011/2012 a 2012/2013	182
57 – Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas de Valbom, por Ano Letivo	182
58 – Ensino Profissional no Agrupamento de Escolas de Valbom, por Ano Letivo	183
59 – Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Canedo - escolas da freguesia da Lomba, por ano letivo	184
60 – Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Canedo, por Ano Letivo	184
61 – Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas de Canedo, por Ano Letivo	184
62 – Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Pedrouços - escolas da freguesia de Rio Tinto, por ano letivo	185
63 – N.º de Crianças/ Jovens com NEE de carácter prolongado por agrupamento de escolas no ano letivo 2013/2014	186
63 – N.º de Crianças/ Jovens com NEE de carácter prolongado por agrupamento de escolas no ano letivo 2013/2014 (Cont.)	187
64 – N.º total de alunos, sucesso, insucesso e desistência escolar por tipo de curso na Actual Gest, entre os anos letivos 2008/2009 a 2012/2013	189

65 – N.º total de alunos, sucesso, insucesso e desistência escolar por tipo de curso no CINDOR, entre os anos 2009 a 2014	190
66 – N.º total de alunos, sucesso, insucesso e desistência escolar por tipo de curso na Escola Profissional de Gondomar, entre os anos letivos 2008/2009 a 2012/2013	191
67 – Principais áreas de formação desenvolvidas e taxa de empregabilidade dos cursos profissionais no município, desde o ano 2010 até ao ano 2013	192
68 – Principais áreas de formação desenvolvidas e taxa de empregabilidade dos cursos profissionais no município, desde o ano 2010 até ao ano 2013	193
69 – Evolução do número de pessoas inscritas e certificados por nível de ensino nos CNO do Município de Gondomar entre 2010 e 2012	194
70 – Evolução do número de pessoas inscritas e certificados no CNO da EPG relativamente a certificações parciais, entre 2010 e 2012	195
71 – Evolução do número de alunos às AEC por ano letivo	198
72 – Número de alunos inscritos nas AEC no município de Gondomar - 2009/2010 a 2014/2015	199
73 – Número de alunos inscritos nas AEC por Agrupamento de Escola - 2006/2007 a 2014/2015	199
74 – Número de alunos inscritos por AEC e Agrupamento de Escolas por ano letivo	200
74 – Número de alunos inscritos por AEC e Agrupamento de Escolas por ano letivo (Cont.)	201
75 – Auxílios Económicos para os Alunos das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico – Ano Letivo 2013/ 2014	203
76 – Evolução do número de alunos abrangidos pelo Fornecimento de Refeições, 2013/2014 por comparação a 2004/2005	203
77 – Alunos apoiados no Concelho - Ensinos Básico / Secundário / Percursos alternativos / Ensino Especial, no ano letivo 2013/2014	205
78 – Alunos apoiados que estudam fora do Concelho - Ensinos Básico / Secundário /Percursos alternativos / Ensino Especial, no ano letivo 2013/2014	205
Mercado de Trabalho	
1 – População, emprego e desemprego em Portugal (Taxa de variação)	211
2 – Emprego na Região Norte	213
3 - Desemprego na Região Norte	215
4 – Indicadores do Mercado de Trabalho por município da GAMP, 2012	216
5 – Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade e o sexo, por município da GAMP, 2012	217
6 – Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade e o sexo, por município da GAMP, 2012	218
7 – Desemprego registado por município segundo o género, tempo de inscrição, situação face à procura de emprego	219
8 – Desemprego Registado no Município de Gondomar, segundo o Sexo, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego, no mês de Dez. de 2009 a 2013	220
9 – Desemprego registado por Município segundo o grupo etário	220
10 – Desemprego Registado no Município de Gondomar segundo Grupo Etário	221

11 – Desemprego Registado no Município de Gondomar segundo os Níveis de Escolaridade	221
12 – Desemprego registado por freguesias no Município de Gondomar, segundo o sexo, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego	223
13 – Desemprego Registado por freguesias no Município de Gondomar segundo o Grupo Etário	224
Habitação	
1 - Habitação Social no Município de Gondomar	230
2 – Pedidos de Habitação Social para Integração em espera	231
Saúde	
1 - Indicadores de Saúde por município da AMP, 2011	236
2 - População residente no ano de 2011, por sexo e grupo etário - Análise comparativa com a Região Norte, Continente e ACES Gondomar	239
3 - Número de utentes inscritos no Centro de Saúde de Gondomar e Foz do Sousa, por Unidade de Saúde, com e sem Médico de Família	240
4 - Evolução do número de consultas médicas no ACES de Gondomar por especialidade, 2011-2012	241
5 - Número de utentes inscritos no Centro de Diagnóstico Pneumológico	242
6 - Evolução da esperança de vida à nascença	243
7 - Taxas de natalidade e mortalidade, Continente, Região Norte e ACES Gondomar de 2007-2009	243
8 - Índice de dependência de idosos e de jovens	244
9 - Principais problemas de saúde no concelho de Gondomar	244
10 - Fatores de Risco, de Proteção e Estratégias delineadas de acordo com os problemas identificados em saúde	247
10 - Fatores de Risco, de Proteção e Estratégias delineadas de acordo com os problemas identificados em saúde (Cont.)	248
11 - Evolução número de camas 2010-2013	251
12 - Nº de doentes referenciados por ACES em 2013	252
13 - Número de doentes assistidos em 2013 na Região	252
14 - Variação Taxa de Ocupação por tipologia 2011-2013	253
15 - Variação da demora média por tipologia 2012-2013	253
16 - Ocupação das Unidades por Tipologia, agosto 2014	254
17 - N.º de camas necessárias por tipologia para o município de Gondomar	255
18 - Capacidade instalada na Região Norte 2013	255
19 - Variação da demora média por tipologia 2012-2013	255

20 - Número de utentes ativos no CRI Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, segundo o tipo de substâncias consumidas, 2009 a 2013	266
21 - Número de utentes admitidos no CRI de Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, por freguesia e sexo, nos anos 2009, 2010, 2011 e 2013	268
21 - Número de utentes admitidos no CRI de Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, por freguesia e sexo, nos anos 2009, 2010, 2011 e 2013 (Cont.)	269
22 - Número de utentes ativos no CRI Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, segundo sexo e grupo etário, 2009 a 2013	270
23 - Habilitações Literárias dos utentes do CRI do Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, segundo sexo, 2009 a 2013	270
24 - Situação Laboral dos utentes do CRI Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, segundo sexo, 2009 a 2013	271
25 - Número de utentes alcoólicos em tratamento no CRI Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, segundo sexo e grupo etário, entre 2010 e 2013	272
26 - Quantificação dos problemas sociais relacionados com o consumo de álcool - 2010 a 2013	272
27 - Indicadores que traduzem a gravidade dos problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas em residentes no Município de Gondomar.	273
28 - Evolução do número de consumidores de substâncias ilícitas - comparação 2012 e 2014	277
29 - Utentes ativos e admitidos no CARA entre 2009 e 2013	280
30 - Utentes admitidos no CARA por território do município de Gondomar - entre 2009 e 2013	280
Justiça e Segurança	
1 - Sinistralidade Rodoviária Registada, pela GNR e PSP, no Concelho de Gondomar, por ano civil	284
2 - Criminalidade registada, pela GNR e PSP, no Concelho de Gondomar, por ano civil	285
3 - Criminalidade registada por tipo, por NUT e por Município	287
4 - Crime de Violência Doméstica por ano civil	289
5 - Modus Operandi do Crime de Violência Doméstica por ano civil	290
6 - Género e Idade da Vítima e do Autor do Crime, 2011 a 2013 - GNR	291
7 - Género e Idade da Vítima e do Autor do Crime, 2011 a 2013 - Comando Metropolitano do Porto	291
8 - Profissão da Vítima e do Autor do Crime, 2011 a 2013	292
9 - Número de idosos em isolamento por género	293
10 - Caracterização do n.º de idosos identificados no Município de Gondomar	294
11 - Indicadores de Justiça por Município, 2012	296
12 - Indicadores de Justiça por Município, 2012	297
Participação	
1 - Análise por distrito das eleições dos órgãos das autarquias locais - setembro 2013	303

2 – Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios da AMP, 2009 e 2013	304
3 - Caracterização da participação eleitoral nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios da AMP, 2013	305
4 - Taxa de abstenção nas eleições para a Câmara Municipal nas freguesias do município de Gondomar, 2009 e 2013	306
5 – Faixa etária dos votantes no 1.º Orçamento Participativo de Gondomar	307
6 - Propostas que reuniram votos no 1.º Orçamento Participativo de Gondomar	307
7 - Propostas por área temática votadas no Orçamento Participativo dinamizado pela União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	308
8 – Pessoas inscritas no BLVG por sexo e com frequência de formação inicial em voluntariado	311
9 – Pessoas inscritas no BLVG por freguesia de residência	314
10 - Integração de voluntários de acordo com as ofertas de voluntariado existentes	315
Ambiente	
1 - Receitas e Despesas - Gestão e Proteção do Ambiente, 2012	325
2 – Resíduos Urbanos Recolhidos por Tipo de Recolha, por Município	326
3 - Análise da população servida por sistemas de abastecimento de água; sistemas de drenagem de águas residuais; estações de tratamento de águas residuais	327
Cultura	
1 - Despesas em Cultura e Desporto, em 2002 e 2012	333
2 – Espaços e iniciativas culturais e n.º de visitantes	336
3 - Evolução do n.º de utilizadores e n.º de ações culturais, por espaço cultural no Município de Gondomar - 2010 a 2013	337
4 - Evolução do N.º Associações Culturais e Recreativas no Município de Gondomar - 2009 a 2014	339
5 - Evolução e Caracterização das Bandas de Música no Município de Gondomar - 2010 a 2013	339
6 - Evolução dos apoios financeiros no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo - 2009 / 2013	341
7 - Programa de Princípios Orientadores para a Atribuição e Apoio ao Movimento Associativo Cultural e Recreativo do Município de Gondomar - 2014	342
8 - Património Concelhio / Património Classificado / Salas de Espetáculos no Município de Gondomar - 2013	344
8 - Património Concelhio / Património Classificado / Salas de Espetáculos no Município de Gondomar – 2013 (Cont.)	345
Desporto e Juventude	
1 - Evolução do número de Praticantes inscritos em federações desportivas por Localização Geográfica, entre 2010 a 2012	350

2 – Número de Praticantes inscritos em federações desportivas por Modalidades desportivas, 2008 a 2012	351
3 - Infra-estruturas Desportivas no Município de Gondomar - 2013	352
3 - Infra-estruturas Desportivas no Município de Gondomar – 2013 (Cont.)	353
4 - Evolução do número médio de entradas nos Pavilhões Municipais por território do Município de Gondomar, 2009 a 2013	354
5 - Evolução do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Gondomar, 2009 a 2013	355
6 - Programa de Apoio à Prática Desportiva no Município de Gondomar, 2014	355
7 - Crianças e jovens - breve caracterização por território do Município de Gondomar	357
8 - Associações Juvenis cadastradas no Município de Gondomar e no RNAJ - dezembro de 2014	358
9 - Evolução e caracterização dos utilizadores das Casas da Juventude do Município de Gondomar por sexo - 2010 a 2013	360
10 - Evolução e caracterização dos utilizadores das Casas da Juventude do Município de Gondomar por faixa etária - 2010 a 2013	361
11 - Caracterização dos utilizadores das Casas da Juventude do Município de Gondomar por espaços – 2013	362
Desenvolvimento Social	
1 - Respostas sociais existentes por freguesia do município de Gondomar de apoio a Crianças e Jovens	371
2 – Respostas sociais existentes por freguesia do município de Gondomar de apoio a Pessoas Idosas	375
3 - Respostas sociais existentes por freguesia do município de Gondomar de apoio a Pessoas com Deficiência	379
4 – N.º de utentes abrangidos pelo Centro de Reabilitação da Areosa, por resposta social e área funcional	381
5 – N.º Respostas sociais existentes por freguesia do município de Gondomar de apoio à Comunidade	386
6 - Balanço financeiro do Programa de Apoio ao Movimento Associativo	391

Índice de Gráficos

Gráficos	Pág.
As Pessoas e as Famílias	
1 – População residente com 15 e mais anos de idade com dificuldades, no município de Gondomar, 2011	41
2 – Taxa de variação das famílias clássicas por zona geográfica de residência (2001 - 2011)	43
A Coesão Social	
1 - População sem-abrigo residente por localização geográfica - 2011	104
2 - Evolução de n.º de processos abertos, entre dezembro de 2009 e junho de 2014	128
3 - Evolução de nº de famílias e pessoas em acompanhamento pelo Programa DÁ, entre dezembro de 2009 e junho de 2014	128
4 - Evolução das triagens realizadas - julho a dezembro 2014	130
5 - Proveniência de residência dos candidatos ao Eixo + Alimentação – julho a dezembro de 2014	131
6 - Processos instruídos Eixo +Alimentação - meses de julho a dezembro de 2014	131
7 - Processos instruídos por territórios do município de Gondomar - meses de julho a dezembro de 2014	132
8 - Situação Profissional e Habilitações Literárias dos beneficiários do Social + – Eixo +Alimentação	133
9 - Candidaturas apresentadas por territórios do município de Gondomar	135
10 - N.º de candidaturas por tipificação e Estado Civil dos candidatos	135
Mercado de Trabalho	
1 – Desemprego registado por freguesias no município de Gondomar	222
Saúde	
1 - Mapa de pessoal do ACES Gondomar	238
2 - Evolução do número de utentes inscritos nos Centros de Saúde, com ou sem Médico de Família	240
3 - Ocupação das Unidades por Tipologia, agosto 2014	254
4 - Distribuição geográfica das camas por NUT III	255
5 - Total de referências pela Equipa Coordenadora Local de Gondomar, 2013	256
6 - Caracterização dos utentes referenciados pela Equipa Coordenadora Local de Gondomar, 2013	257
7 - Referências por tipologia - EGAS Hospitalares, 2013	257
8 e 9 - Referências pelas ER do ACES de Gondomar bem como as tipologias mais referenciadas, 2013	258
10 e 11 - Admissões nas ECCI, 2013	258

12 e 13 - Referenciações pelas ECCI, 2013	259
14 - Número total de utentes ativos no CRI de Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, nos anos 2009, 2010, 2011 e 2013	266
15 - Número de utentes admitidos para 1.ª consulta no CRI de Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, por freguesia, nos anos 2009, 2010, 2011 e 2013	267
16 - Número de utentes admitidos para consulta de acompanhamento no CRI de Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, por freguesia, nos anos 2009, 2010, 2011 e 2013	267
17 - Números de utentes abrangidos nos 4 anos de implementação do projeto	276
18 - Números de utentes abrangidos em 2013 pelo eixo da RRMD	278
Participação	
1 - Caracterização da participação eleitoral nas eleições para a Câmara Municipal por freguesia, 2013	306
2 - N.º de Formações Iniciais em Voluntariado promovidas/realizadas pelo BLVG	310
3 - Pessoas inscritas no BLVG por sexo	311
4 - Pessoas inscritas no BLVG por faixa etária e sexo	312
5 - Pessoas inscritas no BLVG por nível de escolaridade	312
6 - Pessoas inscritas no BLVG de acordo com situação face ao emprego	313
7 - Pessoas inscritas no BLVG por área de interesse	314
Cultura	
1 - Evolução do n.º de utilizadores e n.º de ações culturais, por espaço cultural no Município de Gondomar - 2010 a 2013	338
Desporto e Juventude	
1 - Evolução do número de Praticantes inscritos em federações desportivas, 2008 a 2012	349
2 - Caracterização dos utilizadores da Casa da Juventude de Gondomar por espaços - 2013	361
3 - Caracterização dos utilizadores da Casa da Juventude de Rio Tinto por espaços - 2013	362

Índice de Figuras

Figuras	Pág.
Desenvolvimento Social	
1 – Distribuição dos Equipamentos Sociais no município de Gondomar - Rede Privada, Pública e Solidária	366
2 – Distribuição dos Equipamentos Sociais no município de Gondomar - Rede Privada; Rede Pública; Rede Solidária	367
3 – Distribuição dos Equipamentos Sociais para Crianças e Jovens no município de Gondomar - por resposta social	369
3 – Distribuição dos Equipamentos Sociais para Crianças e Jovens no município de Gondomar - por resposta social (Cont.)	370
4 – Distribuição dos Equipamentos Sociais para a População Adulta e Idosa no município de Gondomar - por resposta social	373
4 – Distribuição dos Equipamentos Sociais para a População Adulta e Idosa no município de Gondomar - por resposta social (Cont.)	374
5 – Distribuição dos Equipamentos Sociais para a População com Deficiência e/ou Doença Mental no município de Gondomar - por resposta social	377
5 – Distribuição dos Equipamentos Sociais para a População com Deficiência e/ou Doença Mental no município de Gondomar - por resposta social (Cont.)	378

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa
ACES – Agrupamento de Centros de Saúde
AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular
AMP – Área Metropolitana do Porto
ARS – Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.
BIS – Banco de Inovação Social
BLVG – Banco Local de Voluntariado de Gondomar
CAJ – Centro de Atendimento para Jovens
CDP, ISS, I.P. – Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, Instituto Público
CDT – Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência
CEF – Cursos de Educação e Formação de Jovens
CINDOR – Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria
CLAS'G – Comissão Local de Acompanhamento Social de Gondomar
CNO – Centro Novas Oportunidades
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CQEP – Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional
CRI – Centro de Respostas Integradas
CSF – Comissão Social de Freguesia
CSI – Complemento Social para Idosos
CDP – Centro Diagnóstico Pneumológico
ECCI – Equipa de Cuidados Continuados Integrados
ECL – Equipa Coordenadora Local de Gondomar
EFA – Educação e Formação de Adultos
EPG – Escola Profissional de Gondomar
ER – Equipas Referenciadoras
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
FAPAG – Federação das Associações de Pais do Concelho de Gondomar
FEAC – Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados
FEE – Fundação para a Educação Ambiental
FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População
GAI – Gabinete de Atendimento Integrado
GAMP – Grande Área Metropolitana do Porto
GAOP – Gabinete de Apoio e Orientação Psicológica

GEAN – Gabinete de Educação Alimentar e Nutrição
ICA – Instituto Cinema Audiovisual
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPDJ – Instituto Português de Desporto e Juventude
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
ISSM, I.P. RAM – Instituto de Segurança Social da Madeira, Instituto Público – Região Autónoma da Madeira
NEE – Necessidades Educativas Especiais
NPISA – Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-Abrigo
NUTIII (Grande Porto) – Nomenclatura de Unidades Territoriais
ONGA – Organização Não Governamental do Ambiente
ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
PADES – Programa de Apoio à Dinamização de Equipamentos e Respostas Sociais
PDS – Plano de Desenvolvimento Social
PALOP’S – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PNRCAD – Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências
PSI – Pensão Social de Invalidez
PSV – Pensão Social de Velhice
PSS – Pensão Social de Sobrevivência
PCAAC – Programa Comunitária de Ajuda Alimentar a Carenciados
PEA – Programa de Emergência Alimentar
PLS – Plano Local de Saúde
PRI – Programa de Respostas Integradas
PORI – Programa Operacional de Respostas Integradas
PROGRAMA DÁ – Direto Apoio
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RRMD – Redução de Riscos e Minimização de Danos
RSI – Rendimento Social de Inserção
RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SADJ – Serviço de Animação e Dinamização Juvenil
SIJ – Serviço de Informação aos Jovens
SPA’S – Substancias Psico-ativas
SPSC – Sistema de Proteção Social da Cidadania

Introdução

O Diagnóstico Social do Município de Gondomar pretende constituir-se como um instrumento de conhecimentos rigorosos passível de fundamentar a intervenção de todos aqueles cuja ação se desenvolve no âmbito do desenvolvimento sócio-comunitário, contribuindo para um maior conhecimento da realidade, condição para uma intervenção mais informada, eficaz e eficiente.

O presente documento abarca por um lado diferentes âmbitos e sistematiza informação sobre contextos e realidades que grupos associados a fenómenos de vulnerabilidade e processos de exclusão social vivenciam ou podem vir a vivenciar, como por outro lado, o conhecimento da atuação das entidades que com eles trabalham, com o intuito de identificar, mas essencialmente compreender as vulnerabilidades bem como os recursos e as potencialidades existentes no município.

Ao longo das páginas seguintes encontra-se uma análise detalhada no que se refere aos principais domínios relacionados com os direitos sociais fundamentais para o desenvolvimento integrado do ser humano, tendo sempre a óptica de um desenvolvimento inteligente e inclusivo, nomeadamente:

Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo:											
As Pessoas e as Famílias	A Coesão Social	Educação e Formação	Mercado de Trabalho	Habituação	Saúde	Justiça e Segurança	Participação	Ambiente	Cultura	Desporto e Juventude	Desenvolvimento Social

Importa ainda referir a participação fundamental de diversas entidades, quer na disponibilização e cedência de informação que nos permitiram traçar um retrato mais fiel da realidade do município, mas também, a valiosa contribuição de todos os parceiros no próprio processo de definição e análise dos desafios e das potencialidades existentes no município.

Foi possível construir-se com a colaboração de todos os parceiros, através da aplicação de uma metodologia participativa, um retrato fiel das perceções de quem conhece e diariamente vivencia desafios e oportunidades no território de Gondomar.

Posteriormente, é apresentado no último capítulo do Diagnóstico Social do Município de Gondomar uma análise SWOT baseada nos dados existentes em cada âmbito depois de devidamente analisados, revendo-se neste capítulo, as potencialidades e fragilidades bem como, as oportunidades e ameaças, permitindo-nos elencar e ajustar a intervenção social às reais necessidades do Município de Gondomar, construindo-se no dia a dia e em cada ação e intervenção um desenvolvimento inteligente e inclusivo.

Abordagem Conceptual

O início da crise financeira, as elevadas taxas de desemprego bem como a perda de rendimentos estão a agravar as condições sociais em muitos países da União Europeia (UE) sendo que 24,2% da população da EU 27 vivia, ainda em 2011, em situação de pobreza e exclusão social (119,6 milhões de pessoas), sendo estes valores mais elevados em grupos como o das crianças e dos idosos.

Compreendendo que apenas uma consolidação orçamental dos Estados pode garantir a vitalidade necessária por parte dos mesmos para o enfrentar de desafios de forma eficaz, com políticas devidamente concebidas e apoiadas por recursos adequados, tem sido no entanto demonstrado que os cortes nas despesas sociais correm o risco de aumentar as dificuldades dos grupos mais vulneráveis. Recorrendo às conclusões do Relatório sobre a evolução do emprego e da situação social na Europa de 2014 é possível afirmar que “Os países que asseguram empregos de qualidade e uma proteção social eficaz e investem em capital humano deram provas de maior resistência à crise económica.”

(in Evolução do emprego e da situação social: análise anual destaca fatores fundamentais da resistência à crise, Comissão europeia - Comunicado de Imprensa; Bruxelas, 15 Janeiro 2015)

Neste sentido entende-se que a pobreza limita o acesso aos recursos e às oportunidades, restringe a participação na vida social e cultural por questões muitas vezes relacionadas com a dificuldade no acesso à educação a par da vivência em habitações e ambientes inadequados, refletindo falhas de sistemas que deveriam assegurar uma justa e equitativa redistribuição dos recursos e das oportunidades, o que impede um crescimento e desenvolvimento (cultural, económico e social) sustentável.

Assim, apenas uma intervenção social integrada e concertada que se rege pelos princípios do trabalho em parceria de decisão e resolução partilhada, promoverá sinergias que facilitarão o aumento das capacidades e o fortalecimento dos processos de inclusão.

Num momento em que se encontra em implementação e operacionalização um novo Quadro Comunitário, instrumento que se prevê essencial no apoio ao desenvolvimento de Portugal, que permitirá a dinamização de uma economia aberta ao exterior, capaz de gerar riqueza de forma sustentada e melhorar a sua competitividade, este é igualmente um momento de grande expectativa no que se refere à atração de verbas comunitárias; analisando o Acordo de Parceria Portugal 2020 remetido à União Europeia, e sobretudo no que diz respeito aos domínios do **Fomento do Capital Humano**, onde se reconhece a pertinência de qualificar e capacitar as pessoas, tornando o país mais

atrativo para novos investimentos, bem como, na **Inclusão Social e o Emprego**, onde através de estratégias diversas se pretende combater a pobreza e a exclusão social, com o propósito de se:

Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral | Promover a inclusão social e combater a pobreza | Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida

Acreditando que um olhar e ação atenta e centrada no outro, nas pessoas e famílias, pode reforçar a capacidade de adaptação e resposta dos mesmos às dificuldades económicas e a gerir os riscos de forma mais eficaz, mas essencialmente a reconhecer e aproveitar as oportunidades que surgem, que se vêm traçando no município de Gondomar formas de governança local que conjugam a possibilidade de mobilizar redes formais e informais promovendo a cooperação e a colaboração intersetorial para a integração territorial de políticas, que estimulem uma estreita articulação e cooperação entre o Estado e a sociedade civil.

O propósito de incentivar estratégias de promoção do desenvolvimento social em prol da erradicação da pobreza e da exclusão social é compromisso assumido pela Rede Social de Gondomar. A implementação da Rede Social no Município de Gondomar, desde 2003, com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro, e reestruturada pelo Decreto-Lei n.º 115 de 14 de Junho de 2006, assente nos princípios de parceria, subsidiariedade, articulação, inovação, integração e igualdade de género, vem permitir pôr em prática e enquadrar o conceito de governança colaborativa, sustentada em objetivos estratégicos comuns para os territórios, assumida pelos mais diversos parceiros, como uma medida de política social de incentivo às redes locais.

É numa lógica de coesão e articulação territorial bem como na compreensão das relações entre os diversos intervenientes locais que é possível encarar os desafios de desenvolvimento de forma diferenciada e localmente específica, compreendendo que a competitividade, a capacitação, a inovação e a inclusão social têm concretizações decorrentes dos âmbitos em que os respetivos desafios se manifestam o que pressupõe respostas únicas em cada território/ comunidade.

Para a concretização de respostas ajustadas às especificidades de cada território é necessária uma capacidade local de iniciativa, organização e operacionalização que assegure a coerência e concertação na articulação entre os diferentes agentes e que assim contribuirá para a competitividade, emprego e inclusão social.

Acreditando que a inovação social é garante para uma eficaz e eficiente inclusão social, principalmente em momentos em que a crise sócio-económica e as questões demográficas se

afiguram como desafios reais ao desenvolvimento sustentável, são os diversos *stakeholders*, *estado e sociedade civil*, aqueles que poderão efetivamente criar sinergias que garantam os ajustamentos necessários para um investimento real nas pessoas (estruturas de apoio à natalidade e às crianças; proteção social aos idosos; qualificação de adultos; medidas ativas de integração profissional; sistemas de saúde adequados; políticas de (re)integração de grupos desfavorecidos) que se traduza em produtividade assegurando medidas inclusivas e de integração para todos.

Assim, o Diagnóstico Social do Município de Gondomar permitirá alicerçar o conhecimento sobre os fatores que influenciam e são responsáveis pela reprodução cíclica da pobreza e que motiva a exclusão social, mas também, e essencialmente garantir a partilha de um conhecimento aprofundado e específico sobre as (as) simetrias do município de Gondomar.

Apoiada e consubstanciada por instrumentos de diagnóstico, mas essencialmente, pela afirmação comprometida e consciente de parcerias alargadas, a Rede Social irá possibilitar ao Município de Gondomar uma intervenção construída em torno da consciencialização de objetivos e estratégias comuns que envolvem e implicam todo o território gondomarense num caminho de crescimento e desenvolvimento inteligente, inclusivo e sustentável.

Considerações Metodológicas

A elaboração do Diagnóstico Social pressupõe a utilização de várias fontes de informação. Por um lado, o recurso a informação estatística oficial de natureza diversa, por outro, a produção de instrumentos de recolha de informação por parte do Gabinete da Rede Social e do Núcleo Executivo do CLAS'G.

Assim, para a elaboração do presente documento realizou-se uma análise documental de informação estatística diversa, recorrendo, para isso, às seguintes fontes estatísticas:

- INE: Estatísticas Demográficas, Censos 2011, Anuário Estatístico da Região Norte, 2013, entre outros;
- Norte Conjuntura – Relatório Trimestrais, CCDR-N;
- DGEST/Agrupamentos de Escola, Pólos de Formação Profissional;
- Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, IP;
- Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais;
- IEFP/Centro de Emprego de Gondomar;
- Agrupamento dos Centros de Saúde de Gondomar;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar;
- Câmara Municipal de Gondomar: Divisão de Desenvolvimento Social; Divisão de Educação, Formação e Emprego; Divisão de Intervenção Educacional e Saúde; Divisão da Habitação Social; Divisão de Desenvolvimento Ambiental; Divisão da Cultura; Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos Desportivos; Divisão da Juventude e Tempos Livres; Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento.
- Forças de Segurança: PSP e GNR;
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Continuando uma filosofia de participação, inclusão e envolvimento de todos os agentes do município de Gondomar, que contribuem para o desenvolvimento social, em estreita articulação com o Núcleo Executivo do CLAS'G e as CSF/CSIF, promoveram-se espaços de discussão e reflexão sobre a realidade social de Gondomar, recorrendo-se a uma metodologia participativa, a “nuvem de problemas”, no sentido de se recolherem contributos para a elaboração de um instrumento de diagnóstico que permite no agora traçar novos propósitos de desenvolvimento partilhado e participado.

As CSF/CSIF agendaram reuniões específicas para este efeito, tendo sido convidados a participar os agentes sociais intervenientes nos respetivos territórios; paralelamente, também os elementos do Núcleo Executivo do CLAS'G participaram nesta mesma metodologia cedendo uma das suas reuniões de carácter mensal.

Se num primeiro momento foi realizado um levantamento dos problemas e desafios, de acordo com o conhecimento e perceção da realidade de cada entidade/ participante, que mais atingem o município, foi igualmente proposto num segundo momento e após análise e reflexão de cada questão a elaboração de “nuvens” que permitiram agrupar questões e âmbitos de intervenção mas também definir objetivos de intervenção.

Posteriormente e recorrente de cada reunião/ workshop, o Núcleo Executivo do CLAS'G fez uma leitura transversal dos problemas e questões apresentados na totalidade, da qual resultou um enquadramento que será relacionado com as áreas temáticas abordadas.

A análise da informação estatística recolhida para além de privilegiar os Censos 2011, do Instituto Nacional de Estatística, IP, considerou igualmente o recurso a dados mais recentes utilizando sempre que necessário documentos e informações complementares aos Censos. Importa ainda referir que o aprofundamento dos diferentes temas e áreas identificadas, é maior ou menor, consoante o número de fontes de informação disponível.

Município de Gondomar:

Garantir o Desenvolvimento



As Pessoas e as Famílias

Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: As Pessoas e as Famílias

- principais indicadores -

Gondomar, considerado o 7.º maior concelho da AMP em termos de área geográfica, com uma área aproximada de 131,9 Km², ocupa o quarto lugar, em termos de população residente, com 168.027 habitantes, com predomínio do sexo feminino (87.020 mulheres) sobre o sexo masculino (81.007 homens).

Relativamente à faixa etária dos 0 aos 14 anos de idade e dos 15 aos 24 anos de idade, é evidente no município perda de população residente, com uma variação negativa de 2.566 e 4.855 respetivamente. No que respeita à faixa etária dos 25 aos 64 anos de idade, regista-se um crescimento positivo de 4.191 pessoas, sendo que o grupo etário dos 65 e mais anos de idade é o que efetivamente assume um aumento significativo em termos de crescimento populacional, com 7.191 habitantes.

Taxa de mortalidade apresenta o 6.º valor mais baixo da AMP, apresentando igualmente valores inferiores quer à média nacional (9,7‰), quer à região Norte (8,60‰), assim como à AMP (8,04‰).

A taxa de Divórcio é a 3.ª maior taxa da AMP, sendo superior à mesma, assim como à Região Norte e a Portugal.

O índice de envelhecimento registou um aumento significativo na última década, 2001/2011, ocupando Gondomar o 8.º lugar onde o aumento foi mais acentuado, sendo que por cada 100 jovens entre os 0 e os 14 anos de idade, existem 99,7 pessoas com 65 ou mais anos, o que representa um aumento de mais 36 pessoas, face a 2001.

Quanto às dificuldades: *Ver; Ouvir; Andar ou subir degraus; Memória ou concentração; Tomar banho ou vestir-se sozinho; Compreender os outros ou fazer-se compreender*, constata-se o aumento progressivo das dificuldades associadas ao aumento da idade, sendo o sexo feminino aquele que comporta um número mais elevado de pessoas com dificuldades associadas; as dificuldades que mais se destacam são *Andar ou subir degrau, Ver e Memória ou concentração*.

Imigração no município de Gondomar

O número de nacionais de países terceiros tem revelado uma tendência crescente, residindo em Gondomar 3.266 cidadãos/cidadãs imigrantes dos quais se destacam:

257 pessoas, provenientes de países europeus não pertencentes à União Europeia;

279 pessoas de nacionalidade Africana;

586 cidadãos/as do continente Americano, sendo 551 Brasileiros;

92 do continente Asiático.

A freguesia de Rio Tinto bem como a freguesia de Baguim do Monte e o território de Fânzeres demonstram ser os locais de residência com maior incidência de cidadãos/cidadãs imigrantes.

Acreditando ser no potencial de cada pessoa - capital humano - onde se encerram os elementos fundamentais para o desenvolvimento social, económico, cultural e político de uma sociedade e de um país, em suma, num desenvolvimento inteligente e inclusivo, em que todos/as participam e se implicam, que se torna essencial elaborar uma análise demográfica, particularmente, num contexto em que se procura definir um plano de desenvolvimento integrado.

Portugal registou, nos últimos dez anos, um crescimento de 2% da população (206.061 pessoas), que se deveu essencialmente a um saldo migratório positivo de 188.652, uma vez que o saldo natural (número de nascimentos menos o número de óbitos) contribuiu com apenas 17.409 pessoas para este crescimento.

Quadro 1: População residente em Portugal segundo o sexo, em 2001 e 2011

Portugal	2001		2011	
	N.º	%	N.º	%
População Residente	10 356 117	100	10 562 178	100
Homens	5 000 141	48,3	5 046 600	47,8
Mulheres	5 355 976	51,7	5 515 578	52,2

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

De realçar que mais de 80% da população residente se concentrava em 3 regiões do país, nomeadamente, Norte (34,9%), Lisboa (26,7%) e Centro (22,0%); a restante população distribui-se pelas regiões do Alentejo (7,2%), Algarve (4,3%), R.A. Madeira (2,5%) e R.A. Açores (2,3%).

A região Norte manteve praticamente a população que tinha na última década, registando quatro dos dez municípios mais populosos do país, os restantes 6 municípios localizam-se na Região de Lisboa.

No que se refere à estrutura etária da população, e face a 2001, Portugal perdeu população em todos os grupos etários entre os 0 e os 29 anos de idade, acentuando-se os desequilíbrios da pirâmide etária cuja base, correspondente à população mais jovem, diminuiu, alargando agora o topo, com o crescimento da população mais idosa - a população entre os 30 e os 69 anos de idade cresceu 9%, tendo ainda registado um crescimento na ordem dos 26%, para idades superiores a 69 anos de idade.

Assim, foi registado um aumento em três anos da idade média da população residente, agora de 41,8 anos (idade média das mulheres de 43,2 anos, e dos homens de 40,3 anos).

Neste sentido e em conformidade com o documento “AMP 2020 Avaliação Territorial: 3. Crescimento Inclusivo, Anexo 2 - População”, em todos os municípios da mesma, “o peso da

população mais idosa na população residente aumentou entre 2009 e 2012. Também em todos os concelhos diminuiu o peso relativo da população mais jovem, no mesmo período. Podemos pois considerar que a AMP e cada um dos seus concelhos “vivem” um processo de envelhecimento “ (pg. 4), sendo certo que existem discrepâncias expressivas nos perfis e ritmos de evolução.

Direcionando agora o nosso olhar especificamente sobre o Município de Gondomar, não o esquecendo como parte integrante da Região Norte (a divisão territorial por NUT, integra Gondomar na NUT III Grande Porto), e da Área Metropolitana do Porto (AMP), vamos iniciar uma análise pormenorizada centrando-nos em indicadores de população, constantes dos Censos 2011.

A Área Metropolitana do Porto é constituída por 17 Municípios, nomeadamente, Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia integravam a antiga Grande Área Metropolitana do Porto, tendo-se posteriormente juntado a este grupo os Municípios de Arouca, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Trofa e Santo Tirso. Seguidamente integraram a AMP também os Municípios de Oliveira de Azeméis e de Vale de Cambra; o município de Paredes foi o último a integrar a AMP, a 30 de Setembro de 2013.

Gondomar, considerado o sétimo maior concelho da AMP em termos de área geográfica, com uma área aproximada de 131,9 Km², ocupa o quarto lugar, em termos de população residente, com 168.027 habitantes, com predomínio do sexo feminino (87.020 mulheres) sobre o sexo masculino (81.007 homens); sendo precedido pelos municípios de Vila Nova de Gaia, Porto e Matosinhos, ocupando respetivamente o 1.º, 2.º e 3.º lugar de municípios mais populosos. Ao nível da AMP, quase todos os municípios registaram um acréscimo populacional, com destaque do município da Maia, em detrimento de municípios como o Porto, Vale de Cambra, Arouca e Espinho.

Quadro 2: Variação da População residente na AMP por sexo, 2001 - 2011

Zona geográfica	População residente			Taxa de variação da população residente (2001- 2011)		
	Sexo					
	HM	H	M	HM	H	M
	N.º	N.º	N.º	%	%	%
Portugal	10562178	5046600	5515578	1,99	0,93	2,98
Região Norte	3689682	1766260	1923422	0,06	-0,94	1,00
AMP	1759524	838916	920608	18,96	-3,93	40,72
Arouca	22359	10799	11560	-7,71	-9,07	-6,40
Espinho	31786	15112	16674	-5,68	-6,82	-4,63
Gondomar	168027	81007	87020	2,40	1,13	3,60
Maia	135306	64855	70451	12,65	11,08	14,14
Matosinhos	175478	83444	92034	5,06	3,07	6,93
Oliveira de Azeméis	68611	33282	35329	-2,98	-4,04	-1,97
Paredes	86854	42530	44324	4,17	2,95	5,37
Porto	237591	108104	129487	-9,71	-9,70	-9,71
Póvoa do Varzim	63408	29958	33450	-0,10	-1,91	1,59
São João da Madeira	21713	10222	11491	2,46	1,33	3,55
Santa Maria Feira	139312	67402	71910	-1,20	-2,50	0,04
Santo Tirso	71530	34334	37196	2,90	1,49	4,18
Trofa	38999	18813	20186	3,77	1,83	5,65
Vale de Cambra	22864	11079	11785	-7,80	-9,38	-6,26
Valongo	93858	45016	48842	9,13	7,40	10,78
Vila do Conde	79533	38469	41064	6,91	5,86	7,91
Vila Nova de Gaia	302295	144490	157805	4,69	3,35	5,95

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Embora o Município de Gondomar mantenha um crescimento populacional, registando valores na ordem dos 2,4%, vemos que, na última década, os municípios que mais aumentaram a sua população são os municípios da Maia, Valongo e Vila do Conde - pode-se ainda observar em todos os municípios da AMP, na Região Norte e no país um aumento da feminilidade.

O quadro abaixo permite-nos analisar a distribuição da população residente por território – Portugal, Região Norte, AMP, por faixa etária assim como por sexo, e tal como referido anteriormente, percebe-se facilmente uma expressão numérica superior do sexo feminino; de notar no cômputo geral, que embora se registre um maior número de indivíduos do sexo masculino na faixa etária dos 0 aos 14 anos de idade, incluindo aqui os nascimentos, é o sexo feminino o mais evidenciado na divisão por sexo, o que demonstra uma maior esperança de vida para a população feminina.

Constata-se igualmente que 25.845 são jovens entre os 0 e os 14 anos de idade, e 18.756 têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, representando ambos os grupos etários 26% da população total.

No que respeita à dimensão de sexo, verificamos que, do total da população residente existe um maior peso das mulheres por comparação ao sexo masculino, com uma diferença de 4.946 pessoas.

Esta mesma análise por grupo etário, especialmente nas idades mais jovens, vem evidenciar, apesar de diferenças muito ténues, exatamente o oposto, isto é, um maior predomínio do sexo masculino. As pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade, consideradas, população ativa, perfazem um total de 98.256 pessoas, constituindo o maior volume de população dentro das faixas etárias apresentadas (58%). A população com idade a partir dos 65 e mais anos assume cada vez maior expressão, num total de 25.170 pessoas residentes.

Quanto à análise por sexo e por grupo etário, contraria a tendência dos grupos de idades referentes às pessoas mais jovens, predominando o sexo feminino, sendo que, à medida que a idade avança, aumenta a diferença entre mulheres e homens.

Quadro 3: População residente por sexo e faixa etária, 2011

Territórios	Total			Grupos Etários											
				0 aos 14 anos de idade			15 aos 24 anos de idade			25 aos 64 anos de idade			65 e mais anos de idade		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	10562178	5046600	5515578	1572329	803999	768330	1147315	581548	565767	5832470	2818729	3013741	2010064	842324	1167740
Região Norte	3689682	1766260	1923422	557233	284853	272380	425876	215532	210344	2075134	1001965	1073169	631439	263910	367529
AMP	1759524	838916	920608	264987	135126	129861	195609	99158	96451	1012976	485332	527644	285952	124878	166652
Arouca	22359	10799	11560	3463	1721	1742	2713	1382	1331	12159	6012	6147	4024	1684	2340
Espinho	31786	15112	16674	4043	2126	1917	3406	1739	1667	17783	8499	9284	6554	2748	3806
Gondomar	168027	81007	87020	25845	13318	12527	18756	9471	9285	98256	47360	50896	25170	10858	14312
Maia	135306	64855	70451	22776	11621	11155	13831	7008	6823	80591	38393	42198	18108	7833	10275
Matosinhos	175478	83444	92034	25112	12759	12353	18851	9627	9224	103230	49111	54119	28285	11947	16338
Oliveira de Azeméis	68611	33282	35329	9679	4830	4849	7930	4012	3918	38960	19183	19777	12042	5257	6785
Paredes	86854	42530	44324	16138	8184	7954	11168	5679	5489	49770	24467	25303	9778	9778	5578
Porto	237591	108104	129487	28379	14466	13913	25017	12626	12391	129112	60146	68966	55083	20866	34217
Póvoa de Varzim	63408	29958	33450	10417	5309	5108	7656	3847	3809	35843	16944	18899	9492	3858	5634
Santa Maria da Feira	139312	67402	71910	22042	11321	10721	16036	8170	7866	80611	39121	41490	20623	8790	11833
Santo Tirso	71530	34334	37196	9882	5012	4870	8122	4172	3950	41194	19893	21301	12332	5257	7075
São João da Madeira	21713	10222	11491	3126	1577	1549	2514	1237	1277	12498	5866	6632	3575	1542	2033
Trofa	38999	18813	20186	6075	3019	3056	4988	2520	2468	22720	11058	11662	5216	2216	3000
Vale de Cambra	22864	11079	11785	2899	1498	1401	2515	1296	1219	12621	6183	6438	4829	2102	2727
Valongo	93858	45016	48842	15539	7977	7562	10480	5256	5224	55353	26441	28912	12486	5342	7144
Vila do Conde	79533	38469	41064	12931	6576	6355	9082	4658	4424	45823	22324	23499	11697	4911	6786
Vila Nova de Gaia	302295	144490	157805	46641	23812	22829	32544	16458	16086	176452	84331	92121	46658	19889	26769

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Podemos ainda aferir que, o município de Gondomar à semelhança do panorama nacional, viu a representatividade da população com mais de 65 anos de idade aumentar consideravelmente, comprovando a necessidade de políticas que visem um maior apoio a estas pessoas, assim como, medidas urgentes de incentivos à natalidade.

Por referência ao quadro seguinte, onde se observa uma análise mais detalhada da evolução da população por grupos etários, no município de Gondomar, comparando-se os últimos dois momentos censitários, 2001 e 2011, constata-se, um decréscimo na população mais jovem entre os 0 e os 24 anos de idade, e um

aumento nas faixas etárias seguintes, sendo efetivamente significativo o aumento das pessoas a partir dos 65 anos de idade.

Relativamente à faixa dos 0 aos 14 anos de idade e dos 15 aos 24 anos de idade, é evidente no município perda de população residente, com uma variação negativa de 2.566 e 4.855 respetivamente. No que respeita à faixa etária dos 25 aos 64 anos de idade, regista-se um crescimento positivo de 4.191 pessoas, sendo que o grupo etário dos 65 e mais anos de idade é o que efetivamente assume um aumento significativo em termos de crescimento populacional, com 7.191 habitantes.

Quadro 4: Taxa de variação da população residente por grupo etário 2001 - 2011

Territórios	Grupo Etário		Variação (01 – 11)	Grupo Etário		Variação (01 – 11)	Grupo Etário		Variação (01 – 11)	Grupo Etário		Variação (01 – 11)
	0-14			15-24			25-64			65 ou +		
	2001	2011		2001	2011		2001	2011		2001	2011	
Portugal	1656602	1572329	-84273	1479587	1147315	-332272	5526435	5832470	306035	1693493	2010064	316571
Região Norte	644948	557233	-87715	558278	425876	-132402	1969309	2075134	105825	514758	631439	116681
AMP	291968	264987	-26981	253288	195609	-57679	964701	1012976	48275	220888	285952	65064
Arouca	4391	3463	-928	4024	2713	-1311	11897	12159	262	3915	4024	109
Espinho	5134	4043	-1091	4898	3406	-1492	18778	17783	-995	4891	6554	1663
Gondomar	28411	25845	-2566	23641	18756	-4885	94065	98256	4191	17979	25170	7191
Maia	20940	22776	1836	16794	13831	-2963	69733	80591	10858	12644	18108	5464
Matosinhos	26686	25112	-1574	24035	18851	-5184	95807	103230	7423	20498	28285	7787
Oliveira de Azeméis	12198	9679	-2519	10357	7930	-2427	38840	38960	120	9326	12042	2716
Paredes	17589	16138	-1451	13955	11168	-2787	44566	49770	5204	7266	9778	2512
Porto	34584	28379	-6205	36850	25017	-11833	140694	129112	-11582	51003	55083	4080
Póvoa do Varzim	12081	10417	-1664	10231	7656	-2575	34031	35843	1812	7127	9492	2365
Santa Maria da Feira	25028	22042	-2986	20087	16036	-4051	75817	80611	4794	15032	20623	5591
Santo Tirso	12193	9882	-2311	10696	8122	-2574	40098	41194	1096	9409	12332	2923
São João da Madeira	3656	3126	-530	3145	2514	-631	11745	12498	753	2556	3575	1019
Trofa	7206	6075	-1131	5860	4988	-872	20762	22720	1958	3753	5216	1463
Vale de Cambra	3931	2899	-1032	3768	2515	-1253	13060	12621	-439	4039	4829	790
Valongo	15349	15539	190	13060	10480	-2580	49173	55353	6180	8423	12486	4063
Vila do Conde	13369	12931	-438	11276	9082	-2194	41066	45823	4757	8680	11697	3017
Vila Nova de Gaia	49222	46641	-2581	40611	32544	-8067	164569	176452	11883	34347	46658	12311

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Especificamente no município de Gondomar, a maioria da população encontra-se nas faixas etárias entre os 35 e os 49 anos de idade, representando 24,5% da população residente - de realçar ainda, o número crescente de população a partir dos 65 anos de idade corresponde a 13% da população.

É igualmente possível aferir que as crianças entre os 0 e os 4 anos de idade correspondem a 4,5% da população residente no município (n= 7.642), e a população entre os 65 e os 69 anos de idade, idade oficial da situação de reforma, se centra nos 4,7%, correspondente a uma expressão de 7.958 pessoas.

Quadro 5: População residente no município de Gondomar por sexo e faixa etária, 2011

Faixas etárias	Município de Gondomar			
	HM - n.º	HM - %	H - n.º	M - n.º
Total	168027	100,0%	81007	87020
0 - 4 anos	7642	4,5%	3951	3691
5 - 9 anos	8652	5,1%	4416	4236
10 - 14 anos	9551	5,7%	4951	4600
15 - 19 anos	9317	5,5%	4750	4567
20 - 24 anos	9439	5,6%	4721	4718
25 - 29 anos	10722	6,4%	5285	5437
30 - 34 anos	12071	7,2%	5914	6157
35 - 39 anos	13980	8,3%	6837	7143
40 - 44 anos	13658	8,1%	6442	7216
45 - 49 anos	13579	8,1%	6565	7014
50 - 54 anos	12557	7,5%	6000	6557
55 - 59 anos	11329	6,7%	5402	5927
60 - 64 anos	10360	6,2%	4915	5445
65 - 69 anos	7958	4,7%	3828	4130
70 - 74 anos	6456	3,8%	2895	3561
75 - 79 anos	5054	3,0%	2106	2948
80 - 84 anos	3405	2,0%	1283	2122
85 e mais anos	2297	1,4%	746	1551

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

No que concerne à densidade populacional, verificamos que os municípios do Porto, Matosinhos e S. João da Madeira têm maior densidade populacional. Gondomar apresenta o sétimo lugar com uma média de 1.274hab/Km², representando um crescimento face aos Censos 2001, que se cifrava nos 1.250,1hab/Km² - não obstante, quando comparado com os valores da AMP, o concelho apresenta um valor mediano.

Quadro 6: Indicadores de população por município da AMP, 2001- 2011

Territórios	Densidade Populacional (Hab/Km2)		Tx. de crescimento efetivo (%)	Tx. de crescimento natural (%)	Tx. de crescimento migratório (%)	Tx. bruta de natalidade (‰)	Tx. bruta de mortalidade (‰)	Tx. bruta de divórcio (‰)	Tx. de fecundidade geral (‰)
	2001	2011	2011						
Portugal	113,1	114,5	-0,29	-0,06	-0,23	9,20	9,70	2,50	38,60
Região Norte	173,7	173,3	-0,17	0,00	-0,17	8,50	8,60	2,50	34,60
AMP	----	1350,3	-0,12	0,07	-0,19	8,78	8,04	2,77	35,28
Arouca	73,2	67,9	-0,67	-0,09	-0,57	8,70	9,60	1,50	36,70
Espinho	1593,3	1509,5	-1,20	-0,21	-0,99	7,40	9,50	3,00	33,30
Gondomar	1250,1	1274,3	0,12	0,10	0,02	8,30	7,30	3,20	32,90
Maia	1462,6	1627,6	0,45	0,38	0,07	10,10	6,40	3,30	38,50
Matosinhos	2716,4	2811,3	0,15	0,16	-0,01	9,50	7,80	3,00	38,30
Oliveira de Azeméis	432,4	425,9	-0,19	-0,13	-0,07	7,60	8,80	2,30	31,20
Paredes	534,9	554,1	0,36	0,39	-0,04	9,70	5,70	2,20	35,90
Porto	6289,7	5736,0	-2,12	-0,36	-1,76	8,40	12,00	3,00	38,90
Póvoa do Varzim	775	771,3	0,03	0,17	-0,14	9,30	7,60	3,00	36,10
Santa Maria da Feira	634,8	645,3	0,43	0,21	0,22	8,90	6,80	2,80	34,90
Santo Tirso	531,6	523,6	-0,23	-0,06	-0,17	7,70	8,30	2,50	31,50
São João da Madeira	2673,8	2733,6	0,12	0,10	0,02	8,60	7,60	3,70	33,60
Trofa	526	542,6	-0,06	0,22	-0,27	8,70	6,50	2,20	33,00
Vale de Cambra	168,5	155,2	-0,59	-0,33	-0,25	6,70	10,00	2,70	29,40
Valongo	1156	1249,4	0,72	0,34	0,38	10,20	6,80	3,00	38,70
Vila do Conde	503,1	533,7	0,35	0,22	0,13	10,40	8,20	2,60	41,00
Vila Nova de Gaia	1722,7	1794,4	0,29	0,14	0,16	9,10	7,80	3,10	35,80

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Gondomar apresenta valores positivos no que se refere às Taxas de Crescimento Efetivo e de Crescimento Natural, 0,12% e 0,10% respetivamente, registando valores superiores, ainda que sem grande significância, relativamente aos apresentados em Portugal, na Região Norte ou na AMP. Também as taxas de natalidade e de mortalidade são indicadores a ter em consideração, na análise da evolução demográfica. Ao analisarmos as taxas de natalidade brutas dos municípios da AMP, Gondomar surge em décimo terceiro lugar (8,3‰ – 8,3 nados-vivos por 1.000 habitantes), tendo registado uma diminuição significativa face aos Censos de 2001 (13,3‰), apresentando ainda valores inferiores, quer à média nacional (9,2‰), quer à região Norte (8,501‰).

Relativamente à taxa de mortalidade o município de Gondomar apresenta o sexto valor mais baixo da AMP, apresentando igualmente valores inferiores quer à média nacional (9,7‰), quer à região Norte (8,60‰), assim como à AMP (8,04‰).

No que se refere à Taxa de Divórcio, Gondomar, apresenta a terceira maior taxa da AMP, sendo superior à mesma, assim como à Região Norte e a Portugal.

Considerando que a AMP é um território demograficamente heterogéneo, e em conformidade com o documento *“AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”*, naturalmente que os índices de dependência e os ritmos de envelhecimento também se apresentam diferentes – “os concelhos mais ativos situados na cintura mais industrializada na envolvente do Porto, são também os concelhos mais jovens” (pg. 79) sendo certo que esta diferença das dinâmicas demográficas também se verifica ao nível de freguesias, “nomeadamente nos concelhos mais urbanos”.

Através dos indicadores patentes no quadro 7, é possível observar que o índice de envelhecimento registou um aumento significativo na última década, 2001/ 2011, em todos os municípios da AMP.

Gondomar ocupa o 8.º lugar onde o aumento foi mais acentuado, sendo que, por cada 100 jovens entre os 0 e os 14 anos de idade, existem 99,7 pessoas com 65 ou mais anos, o que representa um aumento de mais 36 pessoas, face a 2001.

Os municípios de Vale de Cambra e Espinho evidenciam maior destaque, com um acréscimo de 65 e 61 pessoas respetivamente, fazendo com que o número de idosos seja superior ao número de jovens. No entanto, os municípios do Porto, Vale de Cambra, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santo Tirso e Arouca, apresentam um índice de envelhecimento superior à Região Norte.

Não obstante, o município de Gondomar e comparativamente à escala nacional, apresenta um índice de envelhecimento bastante inferior, 99,7, comparado com 127,6 e mesmo relativamente à região Norte, cujo índice é de 114,1.

“O peso da população sénior (65 ou mais anos) no total da população residente em Portugal tem aumentado nos últimos anos” tal como assinala o documento *“AMP 2020 - Avaliação Territorial: 3. Crescimento Inclusivo, Anexo 2 - População.”* Afirma ainda o relatório que “esta tendência verifica-se também na região Norte, mas é particularmente relevante nas Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa”, ou seja no seu conjunto e na Região Norte, com exceção da AML, que entre 2009 e 2012 viu estabilizar o peso relativo da sua população jovem, a “expressão da população jovem residente na população total diminuiu” (pg. 3).

Quadro 7: Indicadores de população por município da AMP, 2001- 2011

Territórios	Índice de envelhecimento (N.º)		Índice de longevidade (N.º)		Índice de dependência total (N.º)		Índice de dependência de jovens (N.º)		Índice de dependência de idosos (N.º)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<i>Portugal</i>	102,6	127,6	42,2	48,6	48,6	51,4	24,0	22,6	24,6	28,8
<i>Região Norte</i>	80,7	114,1	41,0	47,6	46,5	46,9	25,7	21,9	20,7	25,0
<i>AMP</i>										
Arouca	90,5	118,0	49,7	52,7	52,3	49,4	27,4	22,7	24,8	26,7
Espinho	96,6	157,7	40,7	46,2	43,7	49,5	22,2	19,2	21,5	30,3
Gondomar	63,6	99,7	37,7	42,2	40,1	42,8	24,5	21,4	15,6	21,3
Maia	60,2	81,6	37,5	42,1	39,3	43,3	24,5	23,9	14,8	19,5
Matosinhos	77,8	114,0	38,9	43,3	40,2	44,1	22,6	20,6	17,6	23,5
Oliveira de Azeméis	77,8	129,4	40,1	45,0	44,1	44,9	24,8	19,6	19,3	25,4
Paredes	42,0	64,1	36,4	41,8	43,0	41,8	30,3	25,5	12,7	16,3
Porto	146,7	199,0	43,8	50,5	49,2	56,8	19,9	19,0	29,2	37,8
Póvoa de Varzim	59,3	87,4	39,7	44,2	44,1	44,8	27,7	23,9	16,4	20,9
Santa Maria da Feira	61,2	96,5	38,1	44,0	42,2	43,2	26,2	22,0	16,0	21,2
Santo Tirso	79,2	127,9	38,9	45,4	43,4	43,9	24,2	19,3	19,2	24,7
São João da Madeira	72,5	110,2	39,3	45,9	42,9	43,2	24,9	20,5	18,0	22,6
Trofa	53,0	87,6	39,3	41,2	41,5	39,8	27,1	21,2	14,4	18,6
Vale de Cambra	104,4	170,0	44,4	48,6	47,7	49,9	23,3	18,5	24,4	31,4
Valongo	55,6	82,0	36,1	40,2	39,0	42,6	25,0	23,4	13,9	19,2
Vila do Conde	66,3	91,8	39,8	44,1	42,5	44,6	25,6	23,3	17,0	21,4
Vila Nova de Gaia	70,4	99,5	37,8	44,1	41,5	44,3	24,3	22,2	17,1	22,1

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

No que respeita ao índice de dependência de idosos, isto é, a proporção de pessoas com 65 ou mais anos, sobre a população em idade ativa, dos 15 aos 64 anos de idade, verifica-se um maior peso nos municípios do Porto (37,87), Vale de Cambra (31,4) e Espinho (30,3). O Índice de Longevidade, referente ao número de pessoas com 75 ou mais anos existentes por cada 100 pessoas com 65 ou mais anos, destaca-se nos municípios de Arouca e Porto com 52,7 e 50,5, respetivamente. Também de acordo com o documento “AMP 2020 Área Metropolitana do Porto Avaliação Territorial: 3. Crescimento Inclusivo, Anexo 2 - População”, “os concelhos de Gondomar e Vila Nova de Gaia são os concelhos em que o envelhecimento, medido pela relação entre evolução e pesos relativos da população jovem e da população idosa, é mais recente. Nestes concelhos, a partir de 2011, a expressão relativa da população com mais de 65 anos ultrapassou o peso da população com menos de 15 anos” (pg. 5).

Uma caracterização mais específica relativa aos índices de dependência conduz-nos até às dificuldades com que muitos portugueses se deparam no seu quotidiano, analisadas e caracterizadas, por sua vez, no documento “Saúde e Incapacidades em Portugal 2011”, lançado a propósito da comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, resultantes do módulo *ad hoc* do

Inquérito ao Emprego “O emprego das pessoas com deficiência”, realizado no 2.º trimestre de 2011 e dos resultados definitivos dos Censos 2011, lançado pelo INE.

Importa ainda referir que em 2011, a informação recolhida pelo INE, teve como objetivo retratar as limitações das pessoas face a situações da vida real, que, de algum modo, afetem a funcionalidade e a sua participação social. Substituiu-se, desta forma, a avaliação baseada em diagnósticos de deficiências, para uma avaliação que privilegia a funcionalidade e a incapacidade, como o resultado de uma interação dinâmica entre a pessoa e os fatores contextuais.

Neste sentido, foram observados 6 domínios de funcionalidade (Ver, ouvir, andar, memória/concentração, tomar banho/vestir-se sozinho e compreender/fazer-se entender), através da avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente (auto-avaliação) diariamente, na realização de determinadas atividades devido a problemas de saúde ou decorrentes da idade (envelhecimento), os quais passamos a descrever, no âmbito do documento “Saúde e Incapacidades em Portugal 2011”.

Este documento afirma que, em 2011, aproximadamente 40,5% dos portugueses entre os 15 e os 64 anos de idade tinham pelo menos um problema de saúde ou doença prolongados e 17,4% tinham pelo menos uma dificuldade na realização de atividades básicas, sendo que a coexistência de problemas de saúde prolongados e de dificuldades na realização de atividades básicas afeta cerca de 16% das pessoas da mesma faixa etária.

Os problemas músculo-esqueléticos e as dificuldades na mobilidade, especialmente andar e subir degraus, constituíam respetivamente o principal problema de saúde e a principal dificuldade para a população inquirida.

De acordo com os resultados dos Censos 2011, cerca de 50% da população idosa tem muita dificuldade ou não consegue realizar pelo menos uma das 6 atividades do dia-a-dia. Estas dificuldades afetam 995.213 pessoas idosas em Portugal, mais de metade das quais (565.615) vivem sozinhas ou acompanhadas exclusivamente por outros idosos.

O quadro abaixo complementa a informação descrita anteriormente, uma vez que permite perceber o número de pessoas com 15 ou mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade por município de residência, assim como a representatividade desta população, perante a população total de cada município, que na AMP representa 15,3% da população residente.

Vale de Cambra, Arouca e Porto (19,6%, 18,8% e 17,5% respetivamente) são os municípios da AMP onde é mais significativa a percentagem da população com pelo menos uma dificuldade, sendo que

os municípios da Maia, Póvoa do Varzim, Vila do Conde e Paredes (12,5%, 13,6% e 14,2% respetivamente) apresentam uma menor percentagem.

O município de Gondomar apresenta uma percentagem de 15,1% inferior às médias registadas na Área Metropolitana do Porto, na Região Norte, bem como, em termos nacionais.

Quadro 8: População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, por município da AMP, 2011

Zona Geográfica	População residente	População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade	
	N.º	N.º	%
Portugal	10562178	1.740 505	16,5
Região Norte	3689682	588 095	15,9
AMP	1759524	269 048	15,3
Arouca	22359	4 208	18,8
Espinho	31786	5 314	16,7
Gondomar	168027	25 326	15,1
Maia	135306	16 938	12,5
Matosinhos	175478	26 929	15,3
Oliveira de Azeméis	68611	11 769	17,2
Paredes	86854	12 343	14,2
Porto	237591	41 585	17,5
Póvoa do Varzim	63408	8 595	13,6
Santa Maria da Feira	139312	20 557	14,8
Santo Tirso	71530	11 878	16,6
São João da Madeira	21713	3 214	14,8
Trofa	38999	5 889	15,1
Vale de Cambra	22864	4 483	19,6
Valongo	93858	14 058	15,0
Vila do Conde	79533	11 293	14,2
Vila Nova de Gaia	302295	44 669	14,8

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Especificando as dificuldades contempladas neste levantamento - *Ver; Ouvir; Andar ou subir degraus; Memória ou concentração; Tomar banho ou vestir-se sozinho; Compreender os outros ou fazer-se compreender*, vemos que a dificuldade mais significativa tem a ver com a mobilidade - *Andar ou subir degrau*, seguido pelas dificuldades em *Ver*, bem como, as dificuldades relativas à *Memória ou concentração*.

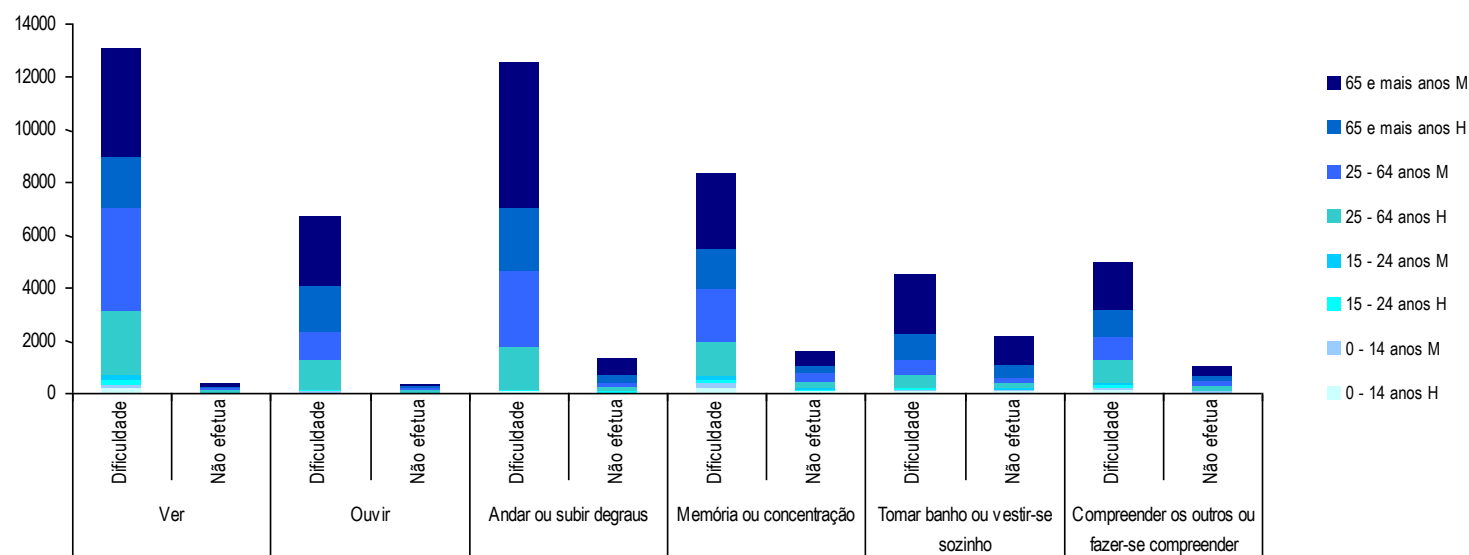
Quadro 9: População residente com 15 e mais anos de idade com dificuldades, nos municípios da AMP, 2011

Município	População residente com 15 e mais anos com dificuldades – por tipo e grau de dificuldade											
	Tipo de dificuldade											
	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
	Grau de dificuldade											
	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação
Arouca	2138	56	1148	40	2158	266	1409	248	807	406	867	192
Espinho	2611	96	1587	102	2810	325	1806	311	1095	469	1107	214
Gondomar	13037	357	6707	337	12515	1335	8329	1571	4477	2125	4928	972
Maia	8614	239	4541	261	8262	943	5512	1027	3045	1344	3240	659
Matosinhos	13783	396	7418	401	12932	1460	8527	1675	4634	2113	4933	1045
Oliveira de Azeméis	5916	170	3117	147	5690	691	3891	731	2079	982	2301	505
Paredes	6765	144	3395	147	6052	664	4146	714	2272	1075	2786	459
Porto	20194	712	11768	643	21233	2351	13913	2574	8051	3531	7679	1511
Póvoa de Varzim	4259	131	2345	138	4379	573	2749	527	1641	824	1703	376
Santa Maria da Feira	10543	251	5528	236	10089	1071	6842	1157	3865	1486	4358	779
Santo Tirso	6071	159	3448	132	5959	785	3731	693	2230	1157	2467	501
S. João da Madeira	1581	56	836	55	1494	180	1057	199	494	275	582	114
Trofa	3136	100	1497	89	2758	334	1968	356	1010	465	1239	229
Vale de Cambra	2158	78	1338	75	2414	340	1326	229	823	478	799	148
Valongo	7414	238	3544	172	6903	735	4591	842	2377	1105	2680	530
Vila do Conde	5636	192	2890	168	5490	786	3555	718	2064	1103	2327	503
Vila Nova de Gaia	23012	716	12107	691	22022	2279	14396	2752	8143	3464	8500	1693

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

No município de Gondomar, e de acordo com o gráfico e quadro abaixo, é possível perceber quais as dificuldades existentes de acordo com o sexo e faixa etária, constatando-se neste sentido o aumento progressivo das dificuldades associadas ao aumento da idade, sendo o sexo feminino aquele que comporta um número mais elevado de pessoas com dificuldades associadas; também no município de Gondomar as dificuldades que mais se destacam são *Andar ou subir degraus*, *Ver* e *Memória ou concentração*.

Gráfico 1: População residente com 15 e mais anos de idade com dificuldades, no município de Gondomar, 2011



Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Quadro 10: População residente com 15 e mais anos de idade com dificuldades, no município de Gondomar, 2011

Município	Grupo etário	Sexo	População residente com dificuldades – por tipo e grau de dificuldade											
			Tipo de dificuldade											
			Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
			Grau de dificuldade											
			Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação
Gondomar	0 - 14 anos	H	185	12	28	7	37	14	213	55	78	61	118	27
		M	140	4	30	4	33	11	155	33	46	45	80	15
	15 - 24 anos	H	164	9	40	8	33	23	154	42	36	27	102	21
		M	201	6	29	5	39	17	107	41	16	26	65	15
	25 - 64 anos	H	2439	94	1110	75	1610	165	1336	263	504	223	879	191
		M	3864	69	1081	91	2869	141	1977	335	552	198	862	165
	65 e mais anos	H	1954	60	1742	52	2398	301	1473	249	998	501	1029	173
		M	4090	103	2647	95	5496	663	2914	553	2247	1044	1793	365

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Relativamente à classificação da população residente em termos de composição em núcleos familiares importa definir o conceito para que seja possível uma compreensão fiel dos dados. Assim entende-se por núcleo familiar, *o conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos*; por Família clássica, *o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se, também, como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento*; Núcleo familiar monoparental *integra apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s)*; Núcleo familiar reconstituído *consiste num casal “de direito” ou “de facto” com um ou mais filhos naturais ou adotados, sendo, pelo menos, um deles, filho apenas de um dos membros do casal*; Famílias Clássicas Unipessoais, *pessoas independentes que ocupam uma parte ou a totalidade de um alojamento* (INE, Censos 2011).

Ainda antes de prosseguirmos para uma análise mais específica da situação dos diversos municípios que constituem a AMP, faremos de seguida uma breve abordagem contextualizando a estrutura e composições familiares. Assim, de acordo com os Censos 2011:

. número de famílias clássicas residentes em Portugal aumentou cerca de 11% nos últimos dez anos, passando de 3.650.757 em 2001 para 4.043.726 famílias clássicas em 2011;

. as alterações sociodemográficas sentidas ao longo das últimas décadas, como sejam os ganhos em esperança média de vida ou as alterações nos padrões de fecundidade e de nupcialidade, têm-se refletido num decréscimo de aproximadamente uma pessoa por família clássica;

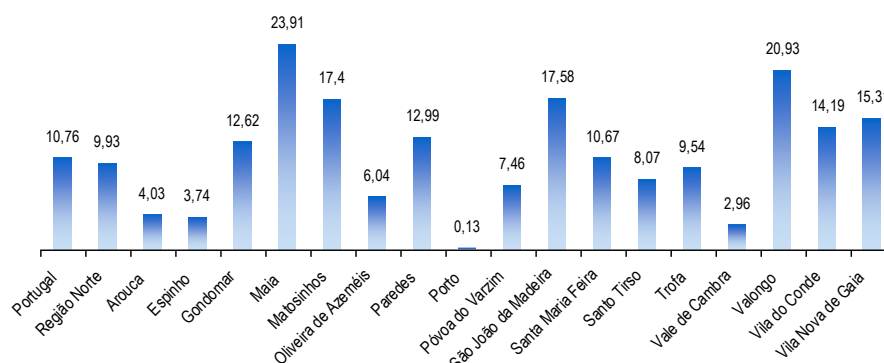
. a redução da dimensão média das famílias clássicas resulta não apenas do aumento do número das famílias unipessoais, mas também da redução do número de famílias numerosas. Se em 2011 as famílias clássicas constituídas por uma só pessoa representavam 21,4% do total de famílias, correspondendo a um aumento de cerca de 4 pontos percentuais (p.p.) relativamente a 2001, a proporção de famílias clássicas com 5 ou mais pessoas decresceu aproximadamente 3 p.p., passando de 9,5% do total de famílias clássicas em 2001 para 6,5% em 2011;

. em 2011, as famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos correspondiam a 10,1% do total de famílias clássicas e representavam a maior parcela de famílias unipessoais (46,9%), traduzindo-se num aumento de 26,8% relativamente a 2001. A feminização das famílias clássicas unipessoais é particularmente evidente na população idosa, representando 36,1% do total de famílias unipessoais;

. nas famílias clássicas constituídas por uma só pessoa, especificamente com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, existe uma ligeira predominância de homens, sendo que a partir dos 45 anos são mais as mulheres que vivem em famílias clássicas com uma só pessoa.

Também o gráfico seguinte permite constatar que todos os municípios que constituem a AMP apresentam uma taxa positiva no que se refere à constituição de famílias clássicas. O município de Gondomar com uma taxa de variação de 12,62 apresenta o valor mais elevado no que se refere aos indicadores da Região Norte e de Portugal.

Gráfico 2: Taxa de variação das famílias clássicas por zona geográfica de residência (2001 - 2011)



Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Genericamente, entre 2001 e 2011 pode-se apurar que a AMP “apresentou aumentos significativos que a AML e a média nacional, ao nível das estruturas familiares compostas por uma ou duas pessoas e um decréscimo mais acentuado ao nível das famílias compostas por três a cinco indivíduos”, revelando-se ainda um decréscimo bastante elevado no que diz respeito às famílias numerosas, segundo “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo” (pg 8). “A tendência de diminuição do número de elementos das estruturas familiares é atestada na AMP pelo facto da sua dimensão média em 2001 ser de 3,04 pessoas face a 2011, cujo valor se situa nas 2,76 pessoas - valores coincidentes com o Norte de Portugal (*idem* pg. 9).”

Neste âmbito o quadro abaixo permite-nos uma leitura pormenorizada sobre a estrutura e composições familiares nos diversos municípios da AMP, seguindo o mesmo as considerações nacionais.

Quadro 11: Tipo de Família Clássica, por município da AMP, 2011

Zona geográfica	Tipo de Família clássica					Proporção de:		
	Total	Famílias sem núcleos	Famílias com um núcleo	Famílias com dois núcleos	Famílias com três ou mais núcleos	Núcleos familiares monoparentais	Famílias clássicas unipessoais	Famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade
	N.º					%		
Portugal	4043726	940457	2984598	114488	4183	14,89	21,44	10,06
Norte	1330892	251478	1027419	50367	1628	13,75	17,20	8,26
Arouca	7464	1110	5954	389	11	10,92	13,00	7,54
Espinho	12017	2564	8924	507	22	17,35	19,36	10,29
Gondomar	61451	10281	49051	2059	60	14,21	15,40	6,72
Maia	50268	9157	39710	1362	39	13,91	16,79	5,85
Matosinhos	67821	15125	50764	1876	56	16,09	20,65	7,60
Oliveira de Azeméis	24222	3549	19492	1144	37	10,52	13,37	7,25
Paredes	28114	3285	23499	1286	44	11,66	10,41	4,68
Porto	100826	33820	64382	2521	103	22,19	30,48	13,22
Póvoa de Varzim	21669	3909	16294	1376	90	15,42	16,11	7,14
Santa Maria da Feira	48963	7302	39504	2097	60	12,64	13,33	6,40
Santo Tirso	24958	3505	20226	1197	30	11,58	12,48	6,72
São João da Madeira	8292	1609	6494	186	3	17,28	17,69	7,28
Trofa	13085	1687	10661	717	20	12,18	11,60	5,13
Vale de Cambra	8489	1511	6671	299	8	11,48	16,44	9,75
Valongo	33946	5576	27153	1174	43	14,54	15,17	5,64
Vila do Conde	27210	4172	21492	1509	37	12,68	13,98	6,03
Vila Nova de Gaia	114263	23108	87571	3466	118	15,10	18,59	7,20

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

A composição da AMP é na sua maioria constituída por “concelhos que ainda apresentam uma estrutura familiar de tipo dito mais clássico, visto que 11 dos seus 17 concelhos revelam pesos deste tipo de famílias no total das famílias que ascendem ou ultrapassam os 50%; apenas os concelhos de Vale de Cambra, S. João da Madeira, Espinho, Matosinhos e Porto exibem valores abaixo dos 50%, revelando a cada vez maior importância das famílias unipessoais, mas sobretudo das famílias compostas por 2 pessoas”, de acordo com relatório da “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo” (pg.11, 12).

O quadro abaixo vem corroborar o acima referenciado, onde se evidencia a composição de famílias clássicas de acordo com os elementos que a constituem, demonstrando o decréscimo do número de famílias existentes paralelo ao aumento do número de pessoas que as integram; é igualmente confirmado que na maioria dos municípios da AMP é mais evidente a constituição de famílias clássicas constituídas por 2 pessoas; destes excetuam-se os municípios de Gondomar, Santa Maria da Feira, Trofa, Valongo e Vila do Conde onde as famílias clássicas constituídas por 3 elementos são mais numerosas.

Quadro 12: Composição da Família Clássica, por município da AMP, 2011

Zona geográfica	Famílias clássicas - Pessoas									
	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9 ou mais
	N.º									
Portugal	4043726	866827	1277558	965781	671066	182028	56379	15173	5256	3658
Norte	1330892	228923	390608	349821	256375	72880	23355	5935	1898	1097
Arouca	7464	970	2055	1930	1647	588	198	56	13	7
Espinho	12017	2326	3881	2986	1976	585	166	66	19	12
Gondomar	61451	9466	18527	18548	10913	2825	859	195	77	41
Maia	50268	8439	15092	14707	9215	2062	549	132	47	25
Matosinhos	67821	14004	21690	17880	10601	2612	742	187	62	43
Oliveira de Azeméis	24222	3238	7436	6842	4722	1401	446	99	26	12
Paredes	28114	2928	6430	8664	6993	2153	704	145	63	34
Porto	100826	30736	32663	20001	11871	3841	1145	344	136	89
Póvoa de Varzim	21669	3491	5914	5272	4608	1438	619	208	62	57
Santa Maria da Feira	48963	6529	13984	14602	10059	2716	790	204	53	26
Santo Tirso	24958	3116	7529	7402	4933	1400	453	84	28	13
São João da Madeira	8292	1467	2765	2262	1373	324	78	17	6	0
Trofa	13085	1518	3468	3866	2963	865	301	68	19	17
Vale de Cambra	8489	1396	2783	2281	1490	404	100	23	9	3
Valongo	33946	5151	9980	10275	6280	1560	505	123	46	26
Vila do Conde	27210	3803	7402	7620	5737	1834	591	167	42	14
Vila Nova de Gaia	114263	21242	35309	31629	19135	4961	1470	348	104	65

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Uma chamada de atenção para o número de pessoas que vivem sós nos diferentes municípios, sendo superiores em todos os municípios quando comparados com famílias com 5 elementos – parece-nos possível equacionar esta situação ao relembrar, quer os níveis de envelhecimento da população mas, também, a mudanças na vida privada de cidadãos em idades mais jovens (situações de pessoas solteiras e em situações de rutura conjugal).

Do ponto de vista da evolução das estruturas familiares e da sua composição, é possível observar-se uma “tendência de diminuição do número de elementos das estruturas familiares na AMP de um ponto de vista geral e no seu foco entrametropolitano, à escala dos diferentes concelhos.” de acordo com o “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo” (pg. 81).

O quadro 13 demonstra que o Casal (de Direito e de Facto) continua a ser a forma predominante de organização da família em todos os municípios da AMP - destaca-se nesta organização o Casal de Direito com Filhos como estrutura predominante.

No entanto, é de salientar o número elevado de “casais sem filhos” em todos os municípios, números que nos parecem ser resultado do adiamento da parentalidade, mas também do envelhecimento populacional, restringindo a dimensão dos agregados familiares. Destaca-se ainda, segundo o “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”, que o envelhecimento na AMP como no resto do país, poderá também ser a consequência, a médio e longo prazo, da “diminuição do número de elementos por grupo doméstico e uma retração das famílias complexas, mas igualmente um incremento de isolamento, abandono e solidão de idosos, com todas as consequências sociais, físicas, psicológicas que estes processos acarretam.” (pg. 9).

A monoparentalidade é também, e de forma semelhante, um indicativo claro da transformação das organizações familiares metropolitanas, pois regista-se um claro aumento, de acordo com o mesmo documento: em 2001, na AMP os núcleos familiares monoparentais representavam 11,38% e em 2011 representavam 15,01% - um aumento significativo, que acompanha quer a AML, a média nacional e as tendências europeias (pgs 12 e 13). Também o aumento das famílias monoparentais na AMP, naturalmente que conduzirá a “consequências em termos de vulnerabilidade (...), sobretudo pela restrição de rendimentos a um só e pela sobrecarga de trabalho feminino” (pg. 82).

A expressividade das famílias monoparentais, essencialmente as de mães a viver com filhos, é igualmente significativa em todos os municípios quando comparadas com as de pais a viver com filhos, podendo este ser assumido como um resultado, sobretudo, do aumento das ruturas conjugais

(divórcios e separações). A situação da monoparentalidade é sentida, na generalidade, pelas mulheres tal como refere o “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”, pois “na AMP 87,54% das famílias monoparentais tem como responsável um indivíduo do sexo feminino, o que vai ao encontro dos valores nacionais (86,66% e da AML 86,34%). Todos os concelhos da AMP corroboram este cenário, auferindo todos valores que ultrapassam os 85% “(pg.13).

Quadro 13: Tipo de Famílias por município da AMP, 2011

Zona geográfica	Tipo de Famílias									
	Casal de direito			Casal de Facto			Pai		Mãe	
	Sem Filhos	com pelo menos um filho com menos de 25 anos	com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos	Sem Filhos	com pelo menos um filho com menos de 25 anos	com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos	com pelo menos um filho com menos de 25 anos	com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos	com pelo menos um filho com menos de 25 anos	com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos
Portugal	892560	1081980	259233	144405	183186	8915	30441	24959	216160	142759
Norte	284002	434479	99163	33502	42117	2282	7914	8525	66856	48579
Arouca	1656	2777	628	123	160	6	39	38	231	296
Espinho	2668	2896	1066	336	458	43	75	81	707	594
Gondomar	13129	19855	4895	1810	2782	139	436	387	3379	2239
Maia	10185	16640	3426	1921	2250	103	375	270	2989	1551
Matosinhos	14657	18135	4888	2539	2800	134	509	409	4324	2369
Oliveira de Azeméis	5871	8295	1978	634	759	40	138	157	918	702
Paredes	4787	12841	2133	422	863	37	139	180	1269	828
Porto	20088	17011	6505	3696	3607	259	826	798	6370	5222
Póvoa de Varzim	4084	7151	1421	544	652	31	119	127	1340	825
Santa Maria da Feira	10206	18013	3822	1201	1581	62	328	286	2369	1636
Santo Tirso	5858	8804	2209	454	625	50	115	157	1064	890
São João da Madeira	1790	2355	629	323	311	15	77	57	604	333
Trofa	2543	5098	1088	290	393	23	83	65	632	446
Vale de Cambra	2300	2552	713	183	188	8	44	57	349	277
Valongo	6860	11531	2409	1085	1500	74	226	179	2108	1181
Vila do Conde	5471	9766	1994	772	913	52	166	138	1316	904
Vila Nova de Gaia	23765	33568	8088	4283	5270	272	834	689	6932	3870

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Caracterizando agora a população de países terceiros residente ao nível da AMP, ainda que numa breve abordagem, sobre a qual existe uma necessidade de compreensão e se verificam lacunas de informação e conhecimento, para que seja posteriormente possível orientar e fundamentar futuras intervenções, importa salientar que de acordo com a Infopédia (2003-2014), a imigração é o ato ou efeito de imigrar; é a entrada de estrangeiros num país com o fim de nele se estabelecerem.

A procura ativa de países onde o desenvolvimento económico e social é atrativo, colocou Portugal como um destino eleito dos fluxos migratórios. Tendo sido um país de emigrantes, proporcionando mão-de-obra a países europeus desenvolvidos, constitui-se, também, como um país atrativo para a imigração (Ramos, 1995b). De acordo com Machado (1997), a imigração em Portugal vem sendo alvo de diversos estudos particularmente nos últimos 20 anos sendo reconhecido, quer por investigadores quer pela comunidade em geral, a grande expressão que desde a década de 90 a imigração vem tendo em Portugal. Assim, os fluxos migratórios tornam-se mais patentes no nosso país, quer na nossa condição passada de metrópole colonial, quer após a industrialização e integração na UE. Machado (1997), salienta que os anos 60 constituem a década da mudança em matéria de imigração em Portugal, sendo até então o número de estrangeiros residentes no nosso país reduzido. O mesmo autor refere como a abertura ao investimento estrangeiro em consequência da industrialização progressiva e a criação de espaços setoriais no mercado de trabalho em consequência da emigração portuguesa em massa, como os fatores que contribuíram para o aumento do fenómeno da imigração na década de 60.

Os anos 80 revelam-se como um ponto de viragem no nosso país, no que se refere à imigração de natureza laboral, especialmente no que se refere aos imigrantes dos PALOP e Brasil.

A partir desta altura e especificamente ao longo dos anos 90, o crescimento da imigração em Portugal foi muito rápido. Tal facto deve-se à expressividade de grandes obras públicas no nosso país, como é disso exemplo a Expo 98 e a expansão da rede metropolitana. Paralelamente, inicia-se nos anos 90 o primeiro processo de regularização extraordinária dos imigrantes o que conduziu a uma duplicação do número de imigrantes, sobretudo dos PALOP's, sul-americanos e asiáticos.

Pires (2003), acrescenta que nos últimos anos da década de 90 se verificou um crescimento acelerado da imigração: inicia-se a integração de nacionalidades não representadas na história recente da imigração em Portugal – a imigração da Europa de Leste: *“Em finais dos anos 90, começaram a aparecer na imprensa portuguesa referencias cada vez mais insistentes à emergência e rápido crescimento de novos fluxos de imigração provenientes do Leste Europeu, nomeadamente da Ucrânia, Roménia e Moldávia. O mesmo diagnóstico transparece em documentos do Serviço de estrangeiros e Fronteiras, bem como em intervenções de organizações não-governamentais actuando no campo da imigração”* (Pires, 2003.p.173).

O início do século XXI surge também como um marco de viragem na estrutura da população imigrante. A entrada em vigor do então novo regime das autorizações de permanência fomenta a imigração da Europa de Leste, traduzindo-se esta numa nova realidade de Imigração em Portugal.

De reforçar que a questão da relação das grandes obras públicas ao aumento do número de imigrantes, não é alheia à primeira década de 2000, face à construção dos estádios do euro 2004 (Machado, 2003).

Pires (2003), justifica então o crescimento e a diversificação da imigração em Portugal, a partir dos anos 90, relacionados a fatores externos, como sendo a pressão emigratória nos países de origem dos migrantes e os processos de desorganização social inerentes à transição político-económica em que os países de Leste estavam envolvidos. Ao nível interno, o mesmo autor, considera que houve um progressivo esgotamento das reservas internas de mão-de-obra ao longo dos anos 90, por motivos associados a mudanças sociodemográficas e uma precarização da relação salarial em diferentes setores.

Ainda de acordo com o *“AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”*, o sentido da imigração cuja mobilidade se configura em prol da obtenção de recursos, apresenta-se na AMP, “com um cenário menos intenso que o contexto português (com uma proporção que ronda os 14,22% em contraposição com a taxa de imigração nacional que ronda os 34,08%) e que o cenário da AML (com uma taxa de 66,76%), mas mais intenso face à Região Norte (12,25%).” (pg.21).

O mesmo documento (pg. 21) refere, ainda, que tendo em consideração o contexto europeu, “a atratividade imigrante no nosso país e em particular na AMP é muito inferior, pois na EU-27 assume uma taxa de 41%. Esta situação radica nas débeis condições de atratividade económica do nosso país que só muito recentemente – há uma década, passou a ser encarado como destino imigratório”.

Assim, o aumento considerável do número de imigrantes no nosso país exigiu modificações, investimentos e a criação de toda uma nova configuração institucional, legal e de lógica de intervenção neste domínio. A comunidade imigrante em Portugal, com dimensão significativa, deixou de ser apenas originária dos PALOP's e surgem novos fluxos com características diferenciadas ao nível cultural, social e económico. Estes fluxos aparecem com intensidade e num período relativamente curto de tempo o que exigiu e exige a Portugal a referida mudança na sua abordagem e investimento no tratamento das questões do acolhimento e integração das comunidades imigrantes.

O quadro abaixo permite-nos visualizar a estrutura da população estrangeira residente em Portugal, na Região Norte e na Área Metropolitana do Porto em termos de nacionalidade, sendo que existiam à data dos Censos 2011, 605.267 (seiscentas e cinco mil, duzentas e sessenta e sete) pessoas com nacionalidade estrangeira a residir em Portugal, destacando-se população proveniente do Brasil e dos PALOPS - Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

Quadro 14: População residente com nacionalidade estrangeira

Zona geográfica	Nacionalidad e Portuguesa	População residente com nacionalidade estrangeira em 2011									
		Europa		África		América		Asia	Oceania	Total	
		U.E.	Outros Europa	PALOPS	Outros África	Brasil	Outros			N.º	%
Portugal	9956911	82289	48730	90715	5703	101991	8778	21387	372	605267	6
Região Norte	3582477	12516	6792	5701	938	13429	1940	3827	51	107205	3
AMP	1704774	5260	3876	3348	652	8243	1209	2413	26	54750	3
Arouca	21905	35	13	20	0	53	6	2	0	454	2
Espinho	30689	104	54	25	4	106	45	40	0	1097	3
Gondomar	164761	233	257	251	28	551	35	92	0	3266	2
Maia	130756	330	377	235	51	764	75	114	2	4550	3
Matosinhos	169935	555	338	267	38	1378	125	212	3	5543	3
Oliveira de Azeméis	66738	136	152	82	7	128	75	50	1	1873	3
Paredes	85665	101	85	49	5	118	14	31	1	1189	1
Porto	226533	1592	483	1149	240	2000	181	759	9	11058	5
Póvoa de Varzim	60979	200	142	80	33	343	37	119	0	2429	4
Santa Maria da Feira	135117	351	338	111	62	315	208	60	1	4195	3
Santo Tirso	70202	215	87	39	8	106	7	34	5	1328	2
São João da Madeira	20820	60	178	45	2	111	20	41	0	893	4
Trofa	37861	72	258	33	13	107	19	68	0	1138	3
Vale de Cambra	22200	62	77	18	6	80	11	27	0	664	3
Valongo	91605	114	197	147	61	297	60	35	0	2253	2
Vila do Conde	77034	262	109	83	22	222	45	398	1	2499	3
Vila Nova de Gaia	291974	838	731	714	72	1564	246	331	3	10321	3

Fonte: INE, Censos 2011.

A população residente proveniente de países da União Europeia é logo depois da população proveniente do Brasil, aquela que tem maior expressão na Área Metropolitana do Porto e nos seus municípios, com exceção dos municípios de Gondomar e Valongo onde residem mais pessoas provenientes dos PALOPS, à semelhança do panorama nacional. No entanto, a população proveniente do continente europeu é aquela que efetivamente tem maior representatividade em todos os municípios da AMP.

Conforme o “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo” “esta crescente abertura da região metropolitana do Porto a outras culturas, a outros modos de vida e a outras formas de estruturação familiar é algo importante e que dado o contexto de globalização presente, será um desafio crescente de intervenção social em prol do multiculturalismo e do diálogo cultural” (pg 21)

Importa referir que o quadro acima destaca o total de pessoas residentes com nacionalidade estrangeira, incluindo todos os residentes, nas diversas zonas geográficas com dupla nacionalidade, conforme se especifica no quadro abaixo.

Quadro 15: População residente com dupla nacionalidade

Zona geográfica	Dupla nacionalidade portuguesa e outra	Dupla nacionalidade estrangeira, sendo uma da União Europeia	Dupla nacionalidade estrangeira, nenhuma da União Europeia	Apátrida
	N.º			
Portugal	210218	12209	22318	553
Norte	55636	2810	3482	83
AMP	26513	1202	1964	44
Arouca	293	19	13	0
Espinho	642	33	44	0
Gondomar	1658	62	97	2
Maia	2290	113	197	2
Matosinhos	2285	126	212	4
Oliveira de Azeméis	1118	40	82	2
Paredes	711	34	35	5
Porto	4063	230	350	2
Póvoa de Varzim	1342	60	70	3
Santa Maria da Feira	2502	88	157	2
Santo Tirso	706	56	65	0
São João da Madeira	392	10	34	0
Trofa	486	20	56	6
Vale de Cambra	346	18	19	0
Valongo	1217	40	83	2
Vila do Conde	1233	55	68	1
Vila Nova de Gaia	5229	198	382	13

Fonte: INE, Censos 2011.

Analisando agora os movimentos pendulares que regulam as relações municipais – rácio entre a soma dos fluxos de entrada e de saída de população empregada ou estudante no município e o total da população empregada ou estudante residente no município – assim como as relações supramunicipais, no que se refere especificamente à mobilidade quotidiana, é possível aferir e destacar as interações entre municípios vizinhos, sobretudo nos territórios metropolitanos, o que

permite sublinhar a importância de uma lógica de contiguidade espacial nas condições intermunicipais de mobilidade (in “Retrato Territorial de Portugal – 2011: Sistema Urbano, Transformações Familiares, Reabilitação e Arrendamento Habitacionais: uma perspetiva territorial”; 02 de julho 2013).

De acordo com aquele documento, de realçar um contínuo territorial com maior mobilidade pendular, centrado na região de Lisboa e que se estende a municípios do Vale do Tejo e ainda uma outra faixa territorial, que abrange os municípios a Sul de Coimbra, prolongando-se pelo Litoral até à Área Metropolitana do Porto. Importa igualmente salientar, decorrente de uma análise nacional, que o indicador de mobilidade pendular se situava acima de 100% nos municípios do Porto (153%), Lisboa (145%), São João da Madeira (124%), Constância (116%) e Oeiras (102%).

A representação dos fluxos relativos de interação entre pares de municípios (peso da soma dos fluxos entre cada par de municípios na população residente empregada de ambos os territórios) é revelado um sistema de relações mais complexo nos municípios que rodeiam as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mas também no Algarve (onde sobressaem os municípios costeiros), na ilha de São Miguel (relações com o município de Ponta Delgada) e na ilha da Madeira. Os pares de municípios com maior interação funcional (valores mais elevados neste indicador) à data eram: Funchal e Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira (onde 15% da população residente empregada ou estudante se movimentava entre estes 2 municípios), Sines e Santiago do Cacém (13,5%), Porto e Matosinhos (13,3%), Porto e Vila Nova de Gaia (12,4%), Porto e Gondomar (12,3%), Lisboa e Loures (11,3%) e Lisboa e Sintra (11%).

Embora entre 2001 e 2011 a população empregada em Portugal tenha diminuído, a análise dos movimentos casa-trabalho nos dois momentos censitários mostra que aumentou o número de empregados que se deslocava para outro município para trabalhar (+4,1% em 2011 do que em 2001); por consequência, aumentou a proporção de empregados a trabalhar noutros municípios, passando de 30% para 33% da população empregada do país. Mais se acrescenta que esta proporção aumentou em todas as NUTS II, com as maiores variações neste indicador a registarem-se na Região Autónoma da Madeira e no Centro. Entre 2001 e 2011, aumentou o número de municípios que apresentavam um índice de polarização de emprego (rácio entre o número de empregados no município e a população empregada residente nesse município) acima de 1 (de 65 para 79 municípios).

Os municípios com índices de polarização de emprego superiores a 1,5 eram em 2011, Lisboa (2,31), Porto (2,05), Sines (1,89), Constância (1,68) e São João da Madeira (1,61). Sobressaíam em 2001 e em

2011, por apresentarem um nível de emprego correspondente, a apenas cerca de metade da sua população residente empregada, os municípios de Odivelas, Moita, Seixal e Gondomar.

As dinâmicas familiares no contexto do tempo dispendido é também segundo o “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”, uma abordagem a considerar, designadamente no que se refere ao tempo, energias e esforços dispendidos pelas famílias, tendo em vista a aquisição de recursos para o seu sustento e obtenção de meios de vida capazes de propiciar um quadro de vida com qualidade. O dispêndio de tempo medido não só pelos movimentos pendulares a par com o número de horas de trabalho, poderá condicionar a “estruturação e a qualidade de vida familiar, designadamente nas relações de convivialidade, os níveis de saúde física e mental e a capacidade de autorealização pessoal” (pg. 17).

De acordo com o mesmo documento “A distância e a duração das movimentações casa-trabalho também se assumem relevantes na abordagem das condições de vida da população, pois sabemos que a fruição familiar, lúdica e recreativa, assim como, o descanso e o bem-estar mental, aparecem muito dependentes desse tempo” (pg. 18).

Por outro lado, e no que diz respeito à duração dos movimentos pendulares, “a população da AMP demora em média, 18,49 minutos nas viagens casa-trabalho/ escola; mais 0,21 minutos do que a Região Norte, menos 7,88 minutos que a AML e 1,53 que a nível nacional. É no coração da AMP que os movimentos pendulares assumem uma maior duração, de acordo com a mesma fonte (pg.18). Relativamente à caracterização dos movimentos pendulares na Área Metropolitana do Porto e através do quadro abaixo é perceptível a proporção (%) da população que diariamente se desloca para trabalhar e/ou estudar, destacando-se na AMP os municípios de Valongo, Maia e Gondomar como aqueles cuja população mais se desloca.

Com o quadro 16 torna-se perceptível o número de pessoas que diariamente entra e sai dos diversos municípios da AMP, sendo de realçar a enorme massa populacional que todos os dias se desloca do município de Gondomar para estudar ou trabalhar, deixando-nos antever o, ainda, poder atrativo deste município como local de residência.

Quadro 16: Movimentos Pendulares e População residente que trabalha ou estuda, segundo as entradas, saídas e sexo, por município da AMP, 2011

Municípios da AMP	Proporção da população residente que sai da unidade territorial	População que entra no Município para Trabalhar ou Estudar			População que sai do Município para Trabalhar ou Estudar		
	(%)	HM	H	M	HM	H	M
Arouca	15,96	1346	803	543	3568	2113	1455
Espinho	22,71	6738	3362	3376	7220	4116	3104
Gondomar	29,49	9727	5305	4422	49555	26355	23200
Maia	30,05	37300	23554	13746	40666	21262	19404
Matosinhos	25,01	34785	19537	15248	43893	23532	20361
Oliveira de Azeméis	17,38	8685	5229	3456	11926	6227	5699
Paredes	20,13	9679	5234	4445	17488	9549	7939
Porto	12,16	171738	85734	86004	28899	16556	12343
Póvoa de Varzim	17,80	8416	4561	3855	11285	6673	4612
Santa Maria da Feira	18,81	12920	7528	5392	26198	14224	11974
Santo Tirso	17,04	10016	5438	4578	12192	7179	5013
S. João da Madeira	21,84	12871	6082	6789	4743	2659	2084
Trofa	23,04	8105	5121	2984	8984	5026	3958
Vale de Cambra	14,00	2650	1686	964	3201	1758	1443
Valongo	30,55	10826	5963	4863	28678	15453	13225
Vila do Conde	21,98	11512	6904	4608	17482	10204	7278
Vila Nova de Gaia	20,53	27186	15447	11739	62050	33471	28579

Fonte: INE, Censos 2011; INE – Mobilidade Casa-Trabalho da População Residente na AMP, 2011

Caracterizando, ainda, os fluxos de mobilidade o quadro abaixo evidencia, nos diversos municípios, a população que manteve ou alterou a sua residência, o que também nos permite uma perceção mais global destes movimentos.

Quadro 17: População residente que trabalha ou estuda, segundo as entradas, saídas e sexo, por município

Municípios AMP	População residente em 2011	População que mantém a mesma residência (relativamente a 31/12/2009)	População que mudou de residência (relativamente a 31/12/2009)				Taxa de crescimento migratório (%)	Saldo migratório
			Na mesma freguesia	Noutra freguesia do mesmo município	Noutro município	No estrangeir o		
			HM					
Arouca	22 359	20 084	1 285	371	258	115	-0,57	-128
Espinho	31 786	28 304	1 469	732	833	174	-0,99	-312
Gondomar	168 027	149 133	8 235	4 072	4 156	617	0,02	29
Maia	135 306	118 665	5 559	3 742	4 933	615	0,07	96
Matosinhos	175 478	153 066	9 756	4 568	5 287	804	-0,01	-20
Oliveira de Azeméis	68 611	61 492	3 486	1 353	1 247	396	0,22	303
Paredes	86 854	77 266	4 265	2 045	1 646	424	-0,04	-32
Porto	237 591	203 514	13 599	9 135	7 568	1 622	-1,76	-4137
Póvoa de Varzim	63 408	55 716	3 757	1 301	1 385	516	-0,14	-89
Santa Maria da Feira	139 312	124 453	6 418	3 307	2 762	789	-0,07	-46
Santo Tirso	71 530	63 313	4 645	1 423	1 186	325	-0,17	-119
São João da Madeira	21 713	19 104	1 421	0	836	129	0,02	4
Trofa	38 999	34 403	2 431	689	884	179	-0,27	-107
Vale de Cambra	22 864	20 820	803	535	334	164	-0,25	-58
Valongo	93 858	81 868	5 441	1 604	3 300	470	0,38	357
Vila do Conde	79 533	70 136	4 220	1 670	2 027	475	0,13	105
Vila Nova de Gaia	302 295	263 628	15 463	11 654	6 636	1 463	0,16	475

Fonte: INE, Censos 2011

O MUNICÍPIO DE GONDOMAR - caracterização das suas freguesias

Limitado a norte pelos municípios do Porto, Maia, Valongo, Paredes e Penafiel, e a sul, pelos de Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Arouca e Castelo de Paiva, e a cerca de 2 Km da cidade do Porto e com aproximadamente 32 km de margem ribeirinha, Gondomar é constituído atualmente pelas freguesias de Baguim do Monte, Lomba e Rio Tinto e pela União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo, União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e a União das Freguesias de Melres e Medas.

O Município de Gondomar com uma população de 168.027 habitantes, distribuída pelas suas atuais 7 freguesias vê-as, na sua maioria, caracterizadas, de acordo com a Tipologia de áreas urbanas, 2014 - tendo como referência a organização das freguesias decorrentes da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica de 2013 de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2013 (CAOP 2013), assumindo como data inicial de referência 31/12/2013 e classificando provisoriamente as alterações posteriores ocorridas no Código de Divisão Administrativa (<http://smi.ine.pt/>) -, por áreas predominantemente urbanas. No entanto a União das Freguesias de Melres e Medas assim como o território da Foz do Sousa são classificados como Mediamente Urbanas e o território de Covelo e a freguesia da Lomba são classificadas como Predominantemente Rurais.

Quadro 18: Caracterização do Município de Gondomar, por Freguesias (2011)

Freguesias	Tipologia	Área	Taxa de variação da população residente (2001- 2011)	Densidade Populacional (Hab/Km ²)
Baguim do Monte	Área Predominantemente Urbana	5,5 Km ²	1,14	2584,3 hab/Km ²
Lomba	Área Predominantemente Rural	13,6 Km ²	-12,04	110,9 hab/Km ²
Rio Tinto	Área Predominantemente Urbana	9,2 Km ²	6,33	5404,2 hab/Km ²
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova				
Fânzeres	Área Predominantemente Urbana	8 Km ²	5,00	2862,8 hab/Km ²
S. Pedro da Cova	Área Predominantemente Urbana	13,7 Km ²	-4,88	1186,3 hab/Km ²
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo				
Foz do Sousa	Área Mediamente Urbana	19,1 Km ²	-5,48	317,5 hab/Km ²
Covelo	Área Predominantemente Rural	11,2 Km ²	-6,15	147,4 hab/Km ²
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim				
Gondomar (S. Cosme)	Área Predominantemente Urbana	11,6 Km ²	5,17	2298,6 hab/Km ²
Valbom	Área Predominantemente Urbana	3,8 Km ²	1,97	3284,0 hab/Km ²
Jovim	Área Predominantemente Urbana	7,2 Km ²	0,48	997,5 hab/Km ²
União das Freguesias de Melres e Medas				
Melres	Área Mediamente Urbana	17,4 Km ²	-6,44	212,9 hab/Km ²
Medas	Área Mediamente Urbana	10,4 Km ²	-9,52	203,4 hab/Km ²

Fonte: INE, Censos 2011

A presente classificação demonstra a heterogeneidade vigente no município, atendendo por um lado à existência de territórios como Rio Tinto e a União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, as maiores freguesias do concelho, que juntas perfazem uma população de 99.313 habitantes afirmando-se desta forma como periferias terciarizadas por referência ao município do Porto; e por outro lado a ainda existência de territórios como Covelo, Lomba e Medas com menos de 2.500 habitantes, com um povoamento disperso e um parco tecido industrial.

A análise do quadro 19 permite hierarquizar as freguesias do município de Gondomar, de acordo com o número de população residente pelos territórios do município de Gondomar, destacando-se a Freguesia de Rio Tinto, a União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, a União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, a Freguesia de Baguim do Monte, a União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo, a União das Freguesias de Melres e Medas e a Freguesia da Lomba. É igualmente possível perceber-se a distribuição por sexo em todas as freguesias sendo de realçar a União das Freguesias de Melres e Medas - território de Melres como o único em que existe um número superior de homens, ao contrário das restantes freguesias.

Quadro 19: Distribuição por freguesia da população residente do município de Gondomar, por sexo

Município de Gondomar	População residente por sexo			Taxa de variação da população residente (%)		
	2011			(2001- 2011)		
	HM	H	M	HM	H	M
Município de Gondomar	168.027	81.040	86.987	2,40	1,13	3,60
Baguim do Monte	14102	6762	7340	1,14	-1,01	3,21
Lomba	1505	730	775	-12,04	-15,12	-8,93
Rio Tinto	50713	23921	26792	6,33	5,21	7,34
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova	39586	19387	20199			
Fânzeres	23108	11232	11876	5	4	5,97
São Pedro da Cova	16478	8155	8323	-4,88	-6,05	-3,71
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	7701	3788	3913			
Foz do Sousa	6054	2969	3085	-5,48	-6,96	-4,01
Covelo	1647	819	828	-6,15	-6,72	-5,59
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	48600	23494	25106			
Gondomar (S. Cosme)	27047	13068	13979	5,17	3,85	6,44
Valbom	14407	6880	7527	1,97	0,97	2,90
Jovim	7146	3546	3600	0,48	-0,73	1,69
União das Freguesias de Melres e Medas	5820	2925	2895			
Melres	3691	1872	1819	-6,44	-6,07	-6,81
Medas	2129	1053	1076	-9,52	-9,54	-9,50

Fonte: INE, Censos 2011

De notar que os territórios com características mais rurais apresentam taxas de variação da população residente, quando comparados os anos 2001 e 2011, com indicadores negativos o que indica perda de população naqueles territórios; os territórios de Rio Tinto, Gondomar (S. Cosme) e

Fânzeres, são os que se destacam como responsáveis pelo crescimento populacional do município de Gondomar.

O quadro 20 permite-nos agora realizar uma leitura sobre a população residente no município de Gondomar por sexo e faixa etária, podendo aferir-se que embora exista um maior número de homens residentes em Gondomar entre os 0 aos 14 anos de idade são as mulheres que têm maior expressão a partir dos 65 anos de idade, existindo maior representatividade da faixa etária entre os 25 e os 64 anos de idade seguida da que tem idades compreendidas entre os 0 e os 24 anos, e por último a população com idades superiores a 65 anos de idade.

Quadro 20: População Residente no município de Gondomar, por grupos etários e sexo, 2011

Área Geográfica	N			%		
	HM	H	M	HM	H	M
Município de Gondomar						
Total	168027	81007	87020	100,0	100	100
0 - 14 anos de idade	25845	13318	12527	15,4	16,4	14,4
15 -24 anos de idade	18756	9471	9285	11,1	11,7	10,7
25 - 64 anos de idade	98256	47360	50896	58,5	58,5	58,5
> 65 anos de idade	25170	10858	14312	15,0	13,4	16,4

Fonte: INE, Censos 2011

No que se refere a uma abordagem a este nível sobre as freguesias/ territórios que constituem o município de Gondomar é possível analisar o seguinte:

- . o território de Fânzeres apresenta a maior percentagem de população residente entre os 0 e os 14 anos de idade com 17,19% da mesma;
- . o território da Lomba apresenta a maior percentagem de população residente com mais de 65 anos de idade com 20,93% da mesma;
- . contrariamente ao verificado no Município de Gondomar nos territórios de Baguim do Monte e Lomba, residem mais elementos do sexo feminino entre os 0 e os 14 anos de idade;
- . dos territórios agregados, a União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim é aquela que reúne o maior núcleo populacional, pese embora o território de Rio Tinto se mantenha como o território com maior número de residentes - importa mencionar que a distribuição etária dos residentes de ambos os territórios é idêntica;
- . a União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo bem como a União das Freguesias de Melres e Medas são as freguesias menos populosas do município, no entanto apresentam disparidades relativamente à distribuição etária dos seus residentes; enquanto a União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo apresenta uma percentagem elevada de pessoas com mais de 65 anos de idades, sendo aliás a segunda freguesia de Gondomar com a percentagem mais elevada a seguir à Lomba, já a União das Freguesias de Melres e Medas apresenta das percentagens mais elevadas no que se refere à população entre os 0 e os 24 anos de idade.

Cont. Quadro 20: População Residente, por grupos etários e sexo, 2011

Área Geográfica	N			%		
Baguim do Monte	HM	H	M	HM	H	M
Total	14102	6762	7340	100,0	100	100
0 - 14 anos de idade	2235	1116	1119	15,8	16,5	15,2
15 -24 anos de idade	1519	759	760	10,8	11,2	10,4
25 - 64 anos de idade	8400	4019	4381	59,6	59,5	59,7
> 65 anos de idade	1948	868	1080	13,8	12,8	14,7
Lomba	HM	H	M	HM	H	M
Total	1505	730	775	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	216	105	111	14,4	14,4	14,3
15 -24 anos de idade	182	84	98	12,1	11,5	12,6
25 - 64 anos de idade	792	407	385	52,6	55,7	49,7
> 65 anos de idade	315	134	181	20,9	18,4	23,4
Rio Tinto	HM	H	M	HM	H	M
Total	50713	23921	26792	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	7599	3901	3698	15,0	16,3	13,8
15 -24 anos de idade	5391	2684	2707	10,6	11,2	10,1
25 - 64 anos de idade	29684	13953	15731	58,5	58,3	58,7
> 65 anos de idade	8039	3383	4656	15,9	14,2	17,4
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova	HM	H	M	HM	H	M
Total	39586	19387	20199	100,0	100	100
0 - 14 anos de idade	6491	3358	3133	16,4	17,3	15,5
15 -24 anos de idade	4695	2414	2281	11,9	12,5	11,3
25 - 64 anos de idade	23053	11289	11764	58,2	58,2	58,2
> 65 anos de idade	5347	2326	3021	13,5	12,0	15,0
Fânzeres	HM	H	M	HM	H	M
Total	23108	11232	11876	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	3973	2044	1929	17,2	18,2	16,2
15 -24 anos de idade	2621	1337	1284	11,3	11,9	10,8
25 - 64 anos de idade	13529	6558	6971	58,6	58,4	58,7
> 65 anos de idade	2985	1293	1692	12,9	11,5	14,3
S. Pedro da Cova	HM	H	M	HM	H	M
Total	16478	8155	8323	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	2518	1314	1204	15,3	16,1	14,4
15 -24 anos de idade	2074	1077	997	12,6	13,2	12,0
25 - 64 anos de idade	9524	4731	4793	57,8	58,0	57,6
> 65 anos de idade	2362	1033	1329	14,3	12,7	16,0

Fonte: INE, Censos 2011

Cont. Quadro 20: População Residente, por grupos etários e sexo, 2011

Área Geográfica	N			%		
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	HM	H	M	HM	H	M
Total	7701	3788	3913	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	1023	525	498	13,3	13,9	12,7
15 -24 anos de idade	886	425	461	11,5	11,2	11,8
25 - 64 anos de idade	4471	2276	2195	58,1	60,1	56,1
> 65 anos de idade	1321	562	759	17,1	14,8	19,4
Foz do Sousa	HM	H	M	HM	H	M
Total	6054	2969	3085	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	807	404	403	13,3	13,6	13,1
15 -24 anos de idade	692	336	356	11,4	11,3	11,5
25 - 64 anos de idade	3494	1771	1723	57,7	59,7	55,9
> 65 anos de idade	1061	458	603	17,6	15,4	19,5
Covelo	HM	H	M	HM	H	M
Total	1647	819	828	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	216	121	95	13,1	14,8	11,5
15 -24 anos de idade	194	89	105	11,8	10,9	12,7
25 - 64 anos de idade	977	505	472	59,3	61,6	57,0
> 65 anos de idade	260	104	156	15,8	12,7	18,8
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	HM	H	M	HM	H	M
Total	48600	23494	25106	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	7434	3867	3567	15,3	16,5	14,2
15 -24 anos de idade	5340	2705	2635	11,0	11,5	10,5
25 - 64 anos de idade	28475	13708	14767	58,6	58,3	58,8
> 65 anos de idade	7351	3214	4137	15,1	13,7	16,5
Gondomar (S. Cosme)	HM	H	M	HM	H	M
Total	27047	13068	13979	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	4237	2217	2020	15,7	17,0	14,5
15 -24 anos de idade	2974	1515	1459	11,0	11,6	10,4
25 - 64 anos de idade	15895	7592	8303	58,8	58,1	59,4
> 65 anos de idade	3941	1744	2197	14,5	13,3	15,7
Valbom	HM	H	M	HM	H	M
Total	14407	6880	7527	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	2103	1069	1034	14,6	15,5	13,7
15 -24 anos de idade	1538	782	756	10,7	11,4	10,0
25 - 64 anos de idade	8333	3993	4340	57,8	58,0	57,7
> 65 anos de idade	2433	1036	1397	16,9	15,1	18,6
Jovim	HM	H	M	HM	H	M
Total	7146	3546	3600	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	1094	581	513	15,3	16,4	14,2
15 -24 anos de idade	828	408	420	11,6	11,5	11,7
25 - 64 anos de idade	4247	2123	2124	59,4	59,9	59,0
> 65 anos de idade	977	434	543	13,7	12,2	15,1

Fonte: INE, Censos 2011

Cont. Quadro 20: População Residente, por grupos etários e sexo, 2011

Área Geográfica	Genero (n.º)			Genero (%)		
União das Freguesias de Melres e Medas	HM	H	M	HM	H	M
Total	5820	2925	2895	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	847	446	401	14,5	15,2	13,9
15 -24 anos de idade	743	400	343	12,8	13,7	11,8
25 - 64 anos de idade	3381	1708	1673	58,1	58,4	57,8
> 65 anos de idade	849	371	478	14,6	12,7	16,5
Melres	HM	H	M	HM	H	M
Total	3691	1872	1819	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	568	297	271	15,4	15,9	14,9
15 -24 anos de idade	478	264	214	12,9	14,1	11,8
25 - 64 anos de idade	2151	1094	1057	58,3	58,4	58,1
> 65 anos de idade	494	217	277	13,4	11,6	15,2
Medas	HM	H	M	HM	H	M
Total	2129	1053	1076	100,0	100,0	100,0
0 - 14 anos de idade	279	149	130	13,1	14,2	12,1
15 -24 anos de idade	265	136	129	12,4	12,9	12,0
25 - 64 anos de idade	1230	614	616	57,8	58,3	57,2
> 65 anos de idade	355	154	201	16,7	14,6	18,7

Fonte: INE, Censos 2011

O quadro seguinte permite comparar a evolução demográfica, de acordo com a faixa etária dos residentes por freguesia, entre 2001 e 2011, demonstrando-se que todas as freguesias do município perderam população entre os 0 e os 24 anos de idade.

Com esta faixa etária por referência o território de S. Pedro da Cova (entre os 0-14 anos de idade), bem como o território de Rio Tinto (15-24 anos de idade), são os que apresentam valores mais elevados de perda de população.

De acordo com a análise dos Censos 2011, podemos afirmar que são os grupos etários a partir dos 25 anos de idade que garantem o aumento populacional do município de Gondomar. No entanto os territórios da Lomba, S. Pedro da Cova, Foz do Sousa e Medas perderam igualmente população entre os 25 e os 64 anos de idade.

Importa ainda referir que todos os territórios do município viram aumentar a sua população residente com idades superiores a 65 anos de idade.

Em suma, o quadro 21 demonstra um predomínio da população em idade ativa no concelho, seguida da população jovem com um peso ligeiramente superior à da população sénior, estando bem patente o fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem.

Quadro 21: Variação da População Residente por grupos etários, 2011

Município de Gondomar	Grupo Etário		Variação (01 – 11)	Grupo Etário		Variação (01 – 11)	Grupo Etário		Variação (01 – 11)	Grupo Etário		Variação (01 – 11)
	0-14			15-24			25-64			65 ou +		
	2001	2011		2001	2011		2001	2011		2001	2011	
Baguim do Monte	2479	2235	-244	2028	1519	-509	8222	8400	178	1214	1948	734
Lomba	325	216	-109	255	182	-73	851	792	-59	280	315	35
Rio Tinto	7717	7599	-118	6559	5391	-1168	27694	29684	1990	5725	8039	2314
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova												
Fânzeres	4133	3973	-160	3082	2621	-461	12713	13529	816	2079	2985	906
São Pedro da Cova	3277	2518	-759	2744	2074	-670	9636	9524	-112	1667	2362	695
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo												
Foz do Sousa	1066	807	-259	951	692	-259	3526	3494	-32	862	1061	199
Covelo	311	216	-95	270	194	-76	950	977	27	224	260	36
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim												
Gondomar (S. Cosme)	4359	4237	-122	3645	2974	-671	15025	15895	870	2688	3941	1253
Valbom	2277	2103	-174	1930	1538	-392	8064	8333	269	1858	2433	575
Jovim	1240	1094	-146	1140	828	-312	3995	4247	252	737	977	240
União das Freguesias de Melres e Medas												
Melres	805	568	-237	681	478	-203	2083	2151	68	376	494	118
Medas	422	279	-143	356	265	-91	1306	1230	-76	269	355	86

Fonte: INE, Censos 2011

O quadro seguinte analisa alguns indicadores por território do município de Gondomar, podendo desta forma fazer-se as seguintes ilações:

. o Índice de renovação da população ativa bem como o Índice de sustentabilidade potencial são mais elevados no território de Fânzeres, o que se deve à diferença proporcional de jovens sobre os idosos;

. o Índice de longevidade bem como o Índice de envelhecimento destaca-se na freguesia da Lomba, quando comparado com os restantes territórios;

. ainda relativamente ao Índice de envelhecimento é possível perceber-se a evolução do mesmo, quando comparados os dois últimos momentos censitários;

. relativamente ao índice de dependência total, *relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE)*, e tomando como exemplo a freguesia de Rio Tinto, que tem o valor mais elevado neste indicador, este significa por cada 100 pessoas em idade ativa existem 54 que são dependentes; já o território de Covelo apresenta os valores mais reduzidos do município a este nível;

. no que se refere ao índice de dependência dos idosos, *relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE)*, o território de Rio Tinto destaca-se dos demais;

. quanto ao índice de dependência de jovens, *relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE)*, é o território da Foz do Sousa quem apresenta o valor mais elevado, sendo o território de Fânzeres aquele que é detentor do valor mais diminuto.

Quadro 22: Caracterização das freguesias do Município de Gondomar, por alguns indicadores

Freguesias	Índice de Renovação da População Ativa	Índice de Sustentabilidade Potencial	Índice de Longevidade	Índice de Envelhecimento		Índice de dependência total	Índice de Dependência de Jovens	Índice de Dependência de Idosos
	2011			2001	2011	2011		
Baguim do Monte	92,86	5,1	38,91	48,90	87,2	42,20	22,50	19,60
Lomba	98,84	3,1	53,97	86,10	145,8	44,60	21,70	22,90
Rio Tinto	91,95	4,4	43,90	74,10	105,8	54,50	22,20	32,30
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova								
Fânzeres	109,64	5,4	42,68	50,30	75,1	24,60	18,50	24,60
S. Pedro da Cova	95,94	4,9	37,72	50,80	93,8	21,70	20,40	21,70
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo								
Foz do Sousa	85,08	4,0	48,82	80,80	131,5	19,30	25,40	19,30
Covelo	98,63	4,5	46,92	72,00	120,4	18,50	22,20	18,50
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim								
Gondomar (S. Cosme)	88,92	4,8	41,94	61,60	93	22,50	20,90	22,50
Valbom	81,90	4,1	43,86	81,50	115,7	21,30	24,70	21,30
Jovim	88,22	5,2	41,76	59,40	89,3	21,60	19,30	21,60
União das Freguesias de Melres e Medas								
Melres	100,43	5,3	42,31	46,70	87	21,60	18,80	21,60
Medas	88,30	4,2	44,23	63,70	127,2	18,70	23,80	18,70

Fonte: INE, Censos 2011

Os quadros seguintes pretendem abordar de forma mais específica os índices de dependência existentes na população residente do município de Gondomar; se numa primeira parte deste capítulo se contextualizou o município face aos seus pares e se aferiu de uma forma generalista que as dificuldades que mais se destacam se depreendem com o “*Andar ou subir degraus*”, “*Ver*” e “*Memória ou concentração*”, constatando-se o aumento destas diretamente relacionado com o aumento da idade.

É possível aferir que 106 crianças e jovens, entre os 0 e os 14 anos de idade, do município não têm autonomia para se vestirem ou tomar banho sozinhos, bem como 26 e 16 não o fazem em relação ao “*Andar ou subir degraus*” e “*Ver*”, respetivamente.

Quadro 23: População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, no município de Gondomar, 2011

Freguesias:	Grupo etário	Sexo	População residente com dificuldades – por tipo e grau de dificuldade											
			Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
			Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação
Baguim do Monte	0 - 14 anos	H	9	2	1	1	1	1	13	2	4	4	7	3
		M	11	0	3	0	3	1	13	0	3	3	5	0
	15 - 24 anos	H	15	1	2	2	1	2	9	4	2	2	6	2
		M	20	0	1	0	4	1	7	3	1	1	5	0
	25 - 64 anos	H	191	7	70	8	109	6	94	17	33	9	62	11
		M	282	3	69	11	224	8	149	19	35	11	60	10
	65 e mais anos	H	149	1	117	2	183	18	116	17	77	31	82	7
		M	311	10	196	7	418	50	240	37	172	90	138	24
Lomba	0 - 14 anos	H	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
		M	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
	15 - 24 anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		M	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0
	25 - 64 anos	H	13	0	6	1	7	0	9	1	2	1	6	0
		M	16	0	7	0	17	0	11	2	2	0	9	0
	65 e mais anos	H	27	2	25	0	28	7	12	4	12	9	11	4
		M	53	1	38	2	53	10	34	5	26	16	31	4
Rio Tinto	0 - 14 anos	H	55	1	11	0	13	1	71	13	29	21	35	5
		M	41	3	14	2	13	4	45	17	17	16	21	6
	15 - 24 anos	H	46	1	8	2	10	7	48	10	10	6	30	4
		M	56	2	9	1	12	6	40	13	4	12	22	4
	25 - 64 anos	H	616	24	259	17	403	33	339	68	136	49	224	38
		M	1160	23	287	28	785	43	582	94	164	61	224	49
	65 e mais anos	H	524	21	463	17	658	93	388	75	264	147	241	53
		M	1256	26	827	31	1673	216	908	181	683	320	502	112

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Cont. Quadro 23: População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, no município de Gondomar, 2011

União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova	Grupo etário	Sexo	População residente com dificuldades – por tipo e grau de dificuldade											
			Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
			Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação
Fânzeres	0 - 14 anos	H	25	4	3	3	3	4	32	12	12	9	15	6
		M	28	0	7	0	3	0	26	4	6	4	12	2
	15 - 24 anos	H	24	4	8	3	7	6	23	6	4	9	15	6
		M	25	0	6	0	4	1	15	8	3	1	7	2
	25 - 64 anos	H	320	16	139	9	216	20	189	43	65	31	119	34
		M	479	11	137	10	343	23	258	53	81	22	112	22
	65 e mais anos	H	246	6	214	7	309	33	196	21	129	54	138	14
		M	472	14	334	13	673	64	354	60	262	122	212	42
São Pedro da Cova	0 - 14 anos	H	29	0	5	0	4	1	29	11	12	10	23	5
		M	13	0	2	1	5	1	18	5	9	4	12	3
	15 - 24 anos	H	20	0	6	0	7	5	27	3	7	4	13	2
		M	30	2	4	1	6	3	11	7	3	3	8	1
	25 - 64 anos	H	391	15	183	12	267	25	214	41	80	30	135	32
		M	540	8	177	6	412	15	276	43	92	27	141	21
	65 e mais anos	H	247	7	200	6	289	40	175	38	125	63	129	30
		M	474	9	261	8	588	59	298	48	246	104	184	37

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Cont. Quadro 23: População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, no município de Gondomar, 2011

União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	Grupo etário	Sexo	População residente com dificuldades – por tipo e grau de dificuldade											
			Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
			Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação
Foz do Sousa	0 - 14 anos	H	11	1	4	1	0	1	6	1	3	4	2	1
		M	5	0	0	0	0	0	8	0	0	0	4	0
	15 - 24 anos	H	4	1	0	0	0	0	6	1	1	0	2	1
		M	4	0	3	1	3	0	6	1	1	1	6	1
	25 - 64 anos	H	117	4	55	3	79	10	58	11	26	13	40	13
		M	139	5	41	6	107	6	69	11	25	9	35	7
	65 e mais anos	H	96	0	82	2	130	10	77	9	55	26	68	5
		M	195	3	135	1	254	34	122	29	99	47	101	21
Covelo	0 - 14 anos	H	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
		M	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
	15 - 24 anos	H	0	0	2	0	1	0	1	0	1	0	1	0
		M	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	25 - 64 anos	H	21	0	9	3	13	0	13	3	5	1	7	1
		M	27	0	12	0	25	1	12	0	5	0	5	0
	65 e mais anos	H	22	1	18	1	21	1	9	4	12	4	7	5
		M	47	1	33	2	54	9	28	7	20	11	18	6

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Cont. Quadro 23: População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, no município de Gondomar, 2011

União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	Grupo etário	Sexo	População residente com dificuldades – por tipo e grau de dificuldade											
			Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
			Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação
Gondomar (S. Cosme)	0 - 14 anos	H	18	2	1	2	10	3	31	8	5	8	20	2
		M	16	1	2	1	4	2	19	5	8	12	10	2
	15 - 24 anos	H	19	0	7	0	5	2	13	11	4	3	13	4
		M	28	1	1	1	6	4	13	4	3	5	11	3
	25 - 64 anos	H	327	8	158	7	213	25	186	35	66	28	128	22
		M	526	7	141	13	422	20	292	49	70	30	125	24
	65 e mais anos	H	272	7	263	12	349	34	231	37	145	67	169	25
		M	524	22	350	23	787	99	400	88	336	131	259	56
Valbom	0 - 14 anos	H	17	1	1	0	4	2	15	5	11	2	9	1
		M	12	0	1	0	4	2	10	1	3	4	7	2
	15 - 24 anos	H	21	1	2	1	0	1	11	3	0	2	7	1
		M	14	0	3	0	1	2	7	1	0	3	2	1
	25 - 64 anos	H	201	6	100	6	136	19	116	12	44	28	79	13
		M	345	4	101	11	254	12	155	34	43	17	71	15
	65 e mais anos	H	180	6	192	5	224	28	136	17	92	48	93	13
		M	403	6	263	5	551	63	297	48	221	109	183	29
Jovim	0 - 14 anos	H	12	0	0	0	1	0	8	2	0	1	4	2
		M	4	0	1	0	0	0	6	0	0	1	2	0
	15 - 24 anos	H	9	0	4	0	1	0	8	4	3	1	9	1
		M	7	0	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0
	25 - 64 anos	H	141	8	75	6	80	17	61	22	30	16	37	17
		M	200	7	69	5	156	9	100	23	20	13	48	10
	65 e mais anos	H	96	4	81	0	109	21	74	13	42	28	43	9
		M	192	7	120	3	245	32	133	25	96	53	91	17

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Cont. Quadro 23: População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade, no município de Gondomar, 2011

União de Freguesias de Melres e Medas	Grupo etário	Sexo	População residente com dificuldades – por tipo e grau de dificuldade											
			Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
			Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação	Dificuldade em efetuar a ação	Não efetua a ação
Melres	0 - 14 anos	H	6	1	1	0	1	1	5	1	1	1	1	2
		M	7	0	0	0	1	1	5	1	0	1	3	0
	15 - 24 anos	H	4	0	1	0	0	0	5	0	2	0	4	0
		M	15	1	1	1	2	0	3	2	1	0	2	1
	25 - 64 anos	H	59	4	33	1	55	4	38	6	11	10	23	4
		M	97	0	25	1	75	1	37	4	7	4	17	5
	65 e mais anos	H	59	5	46	0	58	9	40	7	28	12	32	3
		M	95	2	47	0	123	11	64	14	57	19	50	8
Medas	0 - 14 anos	H	0	0	1	0	0	0	2	0	1	0	1	0
		M	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	3	0
	15 - 24 anos	H	2	1	0	0	1	0	3	0	2	0	2	0
		M	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	2
	25 - 64 anos	H	42	2	23	2	32	6	19	4	6	7	19	6
		M	53	1	15	0	49	3	36	3	8	4	15	2
	65 e mais anos	H	36	0	41	0	40	7	19	7	17	12	16	5
		M	68	2	43	0	77	16	36	11	29	22	24	9

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

O quadro seguinte, quadro 24, pretende refletir a constituição de famílias clássicas no município através de análise territorial.

O município de Gondomar apresenta em 2011 uma taxa positiva no que se refere à constituição de Famílias Clássicas pese embora os territórios da Lomba e de Medas apresentem valores negativos a este nível; os territórios de Rio Tinto e Gondomar (S. Cosme) foram aqueles que registaram um crescimento mais acentuado.

Quadro 24: Variação das famílias clássicas e estado civil da população residente do Município de Gondomar

Município de Gondomar	Tx. de variação Famílias Clássicas	Estado Civil da População Residente			
	(2001 - 2011)	Solteiro	Casado	Viúvo	Divorciado
Baguim do Monte	11,45	5525	7114	708	755
Lomba	-5,52	583	783	110	29
Rio Tinto	16	20271	24220	3094	3128
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova					
Fânzeres	12,99	9382	11249	1207	1270
S. Pedro da Cova	7,41	6566	8114	1064	734
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo					
Foz do Sousa	3,69	2228	3221	417	188
Covelo	4,60	595	900	109	43
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim					
Gondomar (S. Cosme)	15,30	10596	13490	1499	1462
Valbom	12,79	5520	7073	1003	811
Jovim	13,27	2723	3717	407	299
União das Freguesias de Melres e Medas					
Melres	2,81	1444	1960	195	92
Medas	-1,39	796	1118	149	66

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Numa análise sobre a proporção de núcleos familiares monoparentais, esta é mais elevada nos territórios com características mais urbanas. Relativamente à proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade, são os territórios de Valbom e da Lomba que apresentam uma proporção mais elevadas destas famílias, não se destacando outras características relevantes desta análise.

Quadro 25: Tipo de Família Clássica, nas freguesias do Município de Gondomar

Munic. Gondomar	Tipo de Família clássica					Proporção de		
	Total	Famílias sem núcleos	Famílias com um núcleo	Famílias com dois núcleos	Famílias com três ou mais núcleos	Núcleos familiares monoparentais	Famílias clássicas unipessoais	Famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade
	N.º					%		
Gondomar	61451	10281	49051	2059	60	14,21	15,40	6,72
Baguim do Monte	5130	734	4246	141	9	13,41	13,16	4,97
Lomba	496	73	389	32	2	11,76	13,10	8,27
Rio Tinto	19608	3920	15219	458	11	15,78	18,54	7,56
U. F. de Fânzeres e S. Pedro da Cova								
Fânzeres	8365	1313	6819	228	5	13,88	14,66	6,54
S. Pedro da Cova	5753	811	4662	269	11	14,71	12,85	6,19
U. F. de Foz do Sousa e Covelo								
Foz do Sousa	1996	247	1601	137	11	12,26	10,52	5,91
Covelo	546	70	438	38	0	10,31	10,81	5,49
U. F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim								
Gondomar (S. Cosme)	9813	1529	7969	313	2	13,59	14,27	6,08
Valbom	5469	1059	4241	165	4	14,58	18,03	8,83
Jovim	2433	308	2003	119	3	11,51	11,43	5,18
U. F. de Melres e Medas								
Melres	1133	119	901	112	1	10,73	9,09	4,32
Medas	709	98	563	47	1	11,67	12,69	6,77

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

O quadro 26 permite-nos olhar especificamente a população idosa residente no município de Gondomar, uma vez que retrata a constituição familiar dos agregados desta população.

Num primeiro momento obtemos dados sobre as pessoas com mais de 65 anos de idade, que residem sozinhas e num segundo momento sobre as pessoas com mais de 65 anos de idade, que residem com outras pessoas em idade semelhante.

No município de Gondomar residem sozinhas 13.663 pessoas idosas, 4.085 residem com outra pessoa em idade idêntica e 4.729 residem com duas ou mais pessoas com 65 ou mais anos de idade.

Quadro 26: Caracterização da população idosa residente no Município de Gondomar

Desagregação geográfica	População com 65 ou mais anos de idade		Alojamentos familiares de residência habitual nos quais todos os residentes têm 65 ou mais anos		
	Total	A residir em alojamentos familiares sem outras pessoas	Total	Com 1 pessoa com 65 ou mais anos	Com 2 ou mais pessoas com 65 ou mais anos
Gondomar	25290	13663	8814	4085	4729
Baguim do Monte	1959	1042	645	255	390
Lomba	315	165	103	41	62
Rio Tinto	8088	4692	3062	1468	1594
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova					
Fânzeres	2997	1637	1075	529	546
S. Pedro da Cova	2372	1210	776	349	427
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo					
Foz do Sousa	1065	464	285	119	166
Covelo	260	131	80	30	50
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim					
Gondomar (S. Cosme)	3963	2085	1332	596	736
Valbom	2436	1465	964	479	485
Jovim	981	445	281	122	159
União das Freguesias de Melres e Medas					
Melres	496	174	111	49	62
Medas	358	153	100	48	52

Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente à composição dos agregados familiares constituídos por famílias clássicas, destacam-se os compostos por 3 e 2 elementos, como se pode observar no quadro 27. Os territórios de Baguim do Monte, Lomba, Rio Tinto e Valbom são aqueles que mais famílias têm, compostas por 2 elementos.

Quadro 27: Composição da Família Clássica, nas freguesias do Município de Gondomar

Munic. Gondomar	Famílias clássicas - n.º de pessoas que a constituem									
	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9 ou mais
	N.º									
Gondomar	61451	9466	18527	18548	10913	2825	859	195	77	41
Baguim do Monte	5130	675	1630	1586	943	207	69	15	5	0
Lomba	496	65	140	106	127	35	19	2	2	0
Rio Tinto	19608	3635	6277	5739	3020	720	148	45	12	12
U. F. de Fânzeres e S. Pedro da Cova										
Fânzeres	8365	1226	2366	2729	1528	368	123	14	7	4
S. Pedro da Cova	5753	739	1680	1762	1062	330	114	33	21	12
U. F. de Foz do Sousa e Covelo										
Foz do Sousa	1996	210	535	576	444	152	54	17	7	1
Covelo	546	59	143	164	122	38	16	3	1	0
U. F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim										
Gondomar (S. Cosme)	9813	1400	2945	3060	1775	460	143	20	6	4
Valbom	5469	986	1723	1544	912	222	58	16	8	0
Jovim	2433	278	672	758	522	137	45	14	4	3
U. F. de Melres e Medas										
Melres	1133	103	242	310	312	98	51	10	3	4
Medas	709	90	174	214	146	58	19	6	1	1

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

O quadro seguinte versa essencialmente sobre a constituição das famílias clássicas olhando agora para a existência de filhos.

Através do quadro 28 é possível aferir que a maioria dos casais, existentes no município, têm filhos e maioritariamente estes têm idades abaixo dos 25 anos de idade.

Em termos de monoparentalidade, destacam-se as famílias cuja mãe tem a seu cargo os filhos.

Quadro 28: Filhos (N.º) nos núcleos familiares por Local de residência e Tipo de núcleo familiar

Zona geográfica	Tipo de Famílias clássicas - Pessoas									
	Casal de direito			Casal de Facto			Pai		Mãe	
	Sem Filhos	com pelo menos um filho com menos de 25 anos	com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos	Sem Filhos	com pelo menos um filho com menos de 25 anos	com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos	com pelo menos um filho com menos de 25 anos	com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos	com pelo menos um filho com menos de 25 anos	com filho(s) tendo o mais novo 25 ou mais anos
Baguim do Monte	1173	1696	419	180	239	8	42	20	310	159
Lomba	108	176	49	4	11	0	2	8	15	16
Rio Tinto	4237	5639	1400	665	1012	48	140	120	1203	755
U. F. de Fânzeres e S. Pedro da Cova										
Fânzeres	1626	2972	619	271	439	14	65	46	497	270
S. Pedro da Cova	1264	1897	486	131	262	14	47	38	296	227
U. F. de Foz do Sousa e Covelo										
Foz do Sousa	416	729	217	32	31	4	9	23	56	84
Covelo	122	199	59	5	7	0	3	4	13	26
U. F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim										
Gondomar (S. Cosme)	2080	3324	799	298	425	22	68	65	544	344
Valbom	1267	1593	419	154	220	18	32	43	303	192
Jovim	511	906	236	52	92	6	15	10	91	84
U. F. de Melres e Medas										
Melres	183	475	112	11	24	4	9	7	33	43
Medas	142	249	80	7	20	1	4	3	18	39

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

No que se refere à realidade da evolução da imigração no município de Gondomar, o número de nacionais de países terceiros tem revelado uma tendência crescente, pelo que de acordo com os dados dos Censos 2011 residem em Gondomar 3.266 cidadãos/cidadãs imigrantes e encontram-se integrados nos agrupamentos de escola do município 144 crianças/jovens, pertencentes a 128 famílias.

Os dados dos Censos revelam de forma mais promenorizada que residem no município de Gondomar 257 pessoas provenientes de países europeus não pertencentes à União Europeia, 279 pessoas de nacionalidade Africana, 586 cidadãos/as do continente Americano, sendo 551 Brasileiros, e 92 do continente Asiático. No que se refere à dupla nacionalidade, de destacar 62 pessoas com nacionalidade estrangeira, sendo uma da UE, e 97 pessoas com nacionalidade estrangeira, mas nenhuma sendo da UE.

A freguesia de Rio Tinto bem como a freguesia de Baguim do Monte e o território de Fânzeres demonstram ser os locais de residência com maior incidência de cidadãos/cidadãs imigrantes.

Quadro 29: População Residente por Nacionalidade no Município de Gondomar

Zona geográfica	Nacionalidade Portuguesa	População residente com nacionalidade estrangeira									
		Europa		África		América		Ásia	Oceania	Total	
		U.E.	Outros Europa	PALOPS	Outros África	Brasil	Outros			N.º	%
Gondomar	164761	233	257	251	28	551	35	92	0	3266	2
Baguim do Monte	13792	17	52	11	4	40	3	6	0	310	2
Lomba	1479	1	0	0	1	1	0	0	0	26	2
Rio Tinto	49284	80	129	173	16	276	9	45	0	1429	3
U. F. de Fânzeres e S. Pedro da Cova	38961	58	29	29	1	105	4	15	0	625	2
Fânzeres	22658	28	21	22	1	91	4	12	0	450	2
S. Pedro da Cova	16303	30	8	7	0	14	0	3	0	175	1
U. F. de Foz do Sousa e Covelo	7631	9	0	5	1	9	1	0	0	70	1
Foz do Sousa	6005	7	0	3	1	5	1	0	0	49	1
Covelo	1626	2	0	2	0	4	0	0	0	21	1
U. F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	47848	62	43	30	2	113	15	26	0	752	2
Gondomar (S. Cosme)	26615	37	23	16	1	79	7	15	0	432	2
Valbom	14179	16	19	13	1	28	7	5	0	228	2
Jovim	7054	9	1	1	0	6	1	6	0	92	1
U. F. de Melres e Medas	5766	6	4	3	3	7	3	0	0	54	1
Melres	3653	5	0	1	3	6	1	0	0	38	1
Medas	2113	1	4	2	0	1	2	0	0	16	1

Fonte: INE, Censos 2011



A COESÃO SOCIAL

Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: A Coesão Social

- principais indicadores -

Atendimento Integrado no Município de Gondomar

Entre 2011 e 2013 foram realizados 550 atendimentos no que se refere a RSI e 5.493 relativos à Ação Social.

Insuficiência de Recursos, Invalidez, Velhice e Morte no âmbito do Subsistema de Solidariedade, do Sistema de Proteção Social de Cidadania

Rendimento Social de Inserção: o município de Gondomar em 2013 tinha 3.585 processos ativos.

Complemento Solidário para Idosos: 3.201 apoiados em 2013 (diminuição progressiva desde 2011); são os idosos residentes na União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim aqueles que mais reúnem apoios a este nível;

Pensão Social de Invalidez: apoiadas 4.307 pessoas; diferença entre sexos tem vindo a aumentar com prevalência para o sexo masculino (sexo masculino: 2.268; sexo feminino: 2.039).

Pensão Social de Velhice: apoiadas 28.458 pessoas;

Pensão Social de Sobrevivência: 10.038 beneficiários dos quais 8.222 são mulheres.

Caracterização da População Sem-abrigo

Em outubro de 2014 e decorrente do cruzamento de dados entre as diversas entidades, o CRI Porto Oriental Delegação de Gondomar refere a existência de 27 sem-abrigo com relação ao município de Gondomar a serem acompanhados nas suas estruturas.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar

Em 2013 foram sinalizadas 1.053 situações passíveis de averiguação;

Entidade com mais iniciativa de sinalização é a escola tendo realizado em 2013, 177 denúncias;

Mais crianças e jovens em acompanhamento do sexo masculino (no período de referência foram acompanhados mais 368 crianças e jovens do sexo masculino);

A CPCJ'G acompanha 9% dos residentes até aos 19 anos de idade do município, destacando-se os territórios de S. Pedro da Cova, Valbom, e os territórios da Lomba e de Rio Tinto;

Os principais motivos que levaram à intervenção da CPCJ'G entre 2009 e 2013: Negligência (760 intervenções), Maus-tratos psicológicos/ indiferença afetiva e Abandono/ Absentismo escolar (546 e 469 intervenções respetivamente), Violência Doméstica (383 intervenções);

As principais medidas aplicadas, entre 2009 e 2013 foram: Apoio Junto dos Pais (2.981), Apoio Junto de Outro Familiar (333), Acolhimento em Instituição (306), Confiança a Pessoa Idónea (64), Acolhimento Familiar (25) bem como o Apoio para Autonomia de Vida (5).

FEAC – Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados

4.063 pessoas beneficiaram em 2014 deste programa no município de Gondomar.

Refeitório/Cantina Social

Durante 2014 foram disponibilizadas diariamente cerca de **450 refeições** em diversos pontos do município numa lógica de proximidade à população que delas necessitem.

Programa de Desenvolvimento Social - SOCIAL +

Eixo + Alimentação:

Entre os meses de julho a dezembro 2014 foram efetuadas **2.128 triagens**, das quais 1.215 apresentam candidatura;

Em termos de maior expressividade das pessoas apoiadas, estas residem nos territórios União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova (maior expressividade), União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e Freguesia de Rio Tinto.

A Câmara Municipal de Gondomar apoiou em dezembro último, **519 agregados familiares** beneficiários do Eixo +Alimentação, estando a ser apoiadas **1.577 pessoas**, com uma verba de **15.625,00 €**.

Eixo + Habitação: na 1.ª fase de candidaturas deste eixo, entre 1 e 31 de dezembro de 2014, foram apresentadas **226 candidaturas**.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social do Município de Gondomar

O Município de Gondomar vem apoiando ao longo dos últimos anos as entidades que apostam no desenvolvimento de atividades, projetos e eventos de reconhecido interesse municipal bem como o aumento de mais e melhores respostas sociais. Neste sentido entre 2006 e 2014 a Câmara Municipal de Gondomar atribuiu subsídios que ascendem a €1.134.386,50 (um milhão, cento e trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis euros e cinquenta cêntimos).

“A proteção social ou segurança social constitui um direito de todos os cidadãos consagrado no artigo 63.º da Constituição da República Portuguesa, efetivado pelo Sistema de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que define as suas bases gerais, princípios, objetivos e estrutura.

A segurança social visa garantir aos indivíduos um conjunto de condições de vida dignas, designadamente em determinadas situações de risco social, chamadas eventualidades.”

In <http://www.dgap.gov.pt/>

ATENDIMENTO INTEGRADO NO MUNICÍPIO DE GONDOMAR

No âmbito da Rede Social de Gondomar e tendo por objetivo potenciar a constituição de respostas mais adequadas aos problemas sociais, o Município de Gondomar e o Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, IP, com diversas entidades parceiras dinamizam desde 2011 o Serviço de Atendimento Integrado no Município de Gondomar.

O Atendimento Integrado é uma metodologia de intervenção integrada e multidisciplinar, que permite o contacto simplificado por parte dos beneficiários que necessitem de apoio social (pobreza, saúde, habitação, entre outros), assegurado por parceiros de base institucional pública e privada, contribuindo para o aumento da capacidade de resposta das instituições que por sua vez, e a par das responsabilidades e competências, partilham estruturas e equipamentos, permitindo uma resposta mais atenta e adequada às necessidades da comunidade.

Nos Gabinetes de Atendimento Integrado, as diferentes instituições alternam-se no atendimento e partilham estruturas e orientações comuns, nomeadamente, o historial informático do atendimento às famílias e/ou cidadãos/ãs que beneficiam de apoios sociais. O modelo de funcionamento adoptado privilegia a partilha de um espaço e estratégias comuns, localizado no respetivo território.

Com o objetivo de se manter e dinamizar estruturas de maior proximidade à população e que por isso possam ser eficazes e eficientes na sua intervenção e na resolução de diversos constrangimentos, foi elaborada uma reorganização do Atendimento Integrado no Município de Gondomar em 2014, com o sentido de se constituírem novos Pólos de Atendimento descentralizado no município, existindo desde setembro de 2014, 7 pólos/ gabinetes de atendimento integrado, tendo sido celebrados novos protocolos de parceria entre a Câmara Municipal de Gondomar, o Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, I.P., a Junta de Freguesia de Baguim do Monte, Junta de Freguesia de Rio Tinto, a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e

Jovim, a APPC – Vila Urbana de Valbom, o Centro Social de Soutelo, a Associação Social, Recreativa, Cultural e de Bem Fazer “Vai Avante” e a Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar, garante de um atendimento mais próximo da comunidade, traduzida na constituição de:

Pólo/ Gabinete de Atendimento Integrado de Baguim do Monte;

Pólo/ Gabinete de Atendimento Integrado de Rio Tinto;

Pólo/ Gabinete de Atendimento Integrado de Fânzeres;

Pólo/ Gabinete de Atendimento Integrado de S. Pedro da Cova;

Pólo/ Gabinete de Atendimento Integrado de Gondomar (S. Cosme);

Pólo/ Gabinete de Atendimento Integrado de Valbom;

Pólo/ Gabinete de Atendimento Integrado de Jovim.

No entanto, atendendo a que a reorganização mencionada foi operacionalizada em setembro de 2014, serão apresentados de seguida, uma súmula do objeto dos 5 Gabinetes de Atendimento Integrado (GAI) que existiam, nomeadamente GAI de Gondomar (S. Cosme), GAI de Jovim, GAI de Rio Tinto, GAI de S. Pedro da Cova e GAI de Valbom.

O quadro seguinte espelha os atendimentos agendados vs os atendimentos efetivamente realizados por ano civil, desde a abertura dos GAI até Dezembro de 2013 - importa referir que entre 2011 e 2013 foram realizados 550 atendimentos no que se refere a RSI e 5.493 relativos à Ação Social. Este número de atendimentos ao nível do RSI depreende-se com o número de equipas de protocolos de RSI existentes no município e que fazem um atendimento e acompanhamento de proximidade aos agregados familiares beneficiários desta prestação.

É possível ainda percecionar a diferença existente entre os atendimentos agendados e aqueles realmente efetuados, sendo que, nos anos 2011, 2012 e 2013, essa diferença se situou em 102 atendimentos ao nível do Rendimento Social de Inserção e 496 atendimentos relativamente à Ação Social (RSI, 2011: 40; 2012: 38; 2013: 24 | AS, 2011: 183; 2012: 159; 2013: 154), verificando-se que os atendimentos realizados são inferiores aos agendados. Não obstante, nota-se uma crescente responsabilização por parte da população que agenda atendimentos, atendendo à diminuição da diferença entre os atendimentos agendados e realizados.

Quadro 1: Evolução e caracterização dos atendimentos por Gabinete Atendimento Integrado entre 2011 e 2013

G.A.I. do Município de Gondomar	2011				2012				2013			
	Atendimentos Agendados		Atendimentos Efetuados		Atendimentos Agendados		Atendimentos Efetuados		Atendimentos Agendados		Atendimentos Efetuados	
	RSI	Ação Social	RSI	Ação Social	RSI	Ação Social	RSI	Ação Social	RSI	Ação Social	RSI	Ação Social
Jovim	6	63	5	51	5	99	5	86	4	52	3	44
Gondomar	31	406	23	375	23	417	18	378	14	330	12	307
Rio Tinto	143	526	124	465	108	1008	82	937	148	883	133	830
S. Pedro da Cova	51	506	45	438	60	452	54	424	13	389	9	345
Valbom	24	342	18	331	11	301	10	293	11	215	9	189
Total	255	1843	215	1660	207	2277	169	2118	190	1869	166	1715

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | abril 2014

Os quadros seguintes (quadros 2, 3 e 4) espelham os atendimentos agendados e efetuados por Gabinete de Atendimento Integrado ao longo dos meses dos anos 2011, 2012 e 2013 respetivamente. Os GAI de Rio Tinto, S. Pedro da Cova e de Gondomar (S. Cosme) são aqueles que registam maiores números de atendimentos.

Quadro 2: Evolução e caracterização do atendimento marcado vs efetuado realizado nos GAI por mês, em 2011

2011	G.A.I. do Município de Gondomar																			
	GAI Jovim				GAI Gondomar				GAI Rio Tinto				GAI S. Pedro da Cova				GAI Valbom			
	Atend. Agend.		Atend. Efet.		Atend. Agend.		Atend. Efet.		Atend. Agend.		Atend. Efet.		Atend. Agend.		Atend. Efet.		Atend. Agend.		Atend. Efet.	
	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.
Fevereiro	0	4	0	3	3	28	2	26					5	36	4	31	2	23	2	21
Março	1	8	1	6	5	33	5	31					3	45	3	42	3	31	2	30
Abril	0	5	0	5	4	38	3	35					6	47	6	43	4	32	3	31
Maio	3	6	2	4	6	41	4	39	12	45	11	34	4	50	3	45	1	30	0	32
Junho	0	5	0	5	1	44	0	41	20	67	18	59	7	52	5	46	1	36	1	34
Julho	0	6	0	4	2	35	1	34	11	63	8	60	2	43	2	35	2	26	2	25
Agosto	0	4	0	3	0	32	0	30	9	59	6	53	2	37	1	31	1	24	1	22
Setembro	1	8	1	6	1	39	1	36	16	71	15	63	5	46	6	42	4	41	3	38
Outubro	0	5	0	5	3	40	2	38	25	74	23	66	8	49	7	43	3	35	2	34
Novembro	1	5	1	5	4	39	3	35	27	72	24	68	5	53	5	41	2	38	2	37
Dezembro	0	7	0	5	2	37	2	30	23	75	19	62	4	48	3	39	1	26	0	27
Total	6	63	5	51	31	406	23	375	143	526	124	465	51	506	45	438	24	342	18	331

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | abril 2014

Quadro 3: Evolução e caracterização do atendimento marcado vs efetuado realizado nos GAI por mês, em 2012

2012	G.A.I. do Município de Gondomar																			
	GAI Jovim				GAI Gondomar				GAI Rio Tinto				GAI S. Pedro da Cova				GAI Valbom			
	Atend. Agend.		Atend. Efet.		Atend. Agend.		Atend. Efet.		Atend. Agend.		Atend. Efet.		Atend. Agend.		Atend. Efet.		Atend. Agend.		Atend. Efet.	
	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.
Janeiro	1	14	1	12	2	30	2	27	12	89	10	86	7	36	5	34	2	39	2	38
Fevereiro	0	7	0	7	4	37	4	35	9	81	6	76	6	38	6	36	0	27	0	27
Março	0	8	0	6	4	46	3	43	14	93	12	88	9	44	8	45	1	19	0	19
Abril	1	10	1	7	1	35	1	33	9	84	8	80	5	40	4	38	1	22	1	19
Maio	0	8	0	9	2	40	2	36	8	85	5	77	6	45	6	42	0	28	1	28
Junho	0	3	0	1	0	39	0	34	10	72	7	68	8	46	7	43	2	19	2	17
Julho	1	8	1	6	5	42	3	38	5	65	4	61	2	31	2	28	1	35	1	34
Agosto	0	5	0	5	0	24	0	22	4	59	2	53	1	23	0	21	0	15	0	14
Setembro	1	16	1	15	2	38	1	35	7	81	6	74	3	43	3	40	2	36	2	37
Outubro	1	11	1	9	1	33	1	30	9	89	5	83	4	37	4	34	1	24	1	24
Novembro	0	5	0	5	2	32	2	27	11	113	9	105	7	47	8	42	1	25	0	24
Dezembro	0	4	0	4	0	21	0	18	10	97	8	86	2	22	1	21	0	12	0	12
Total	5	99	5	86	23	417	19	378	108	1008	82	937	60	452	54	424	11	301	10	293

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | abril 2014

Quadro 4: Evolução e caracterização do atendimento marcado vs efetuado realizado nos GAI por mês, em 2013

2013	G.A.I. do Município de Gondomar																			
	GAI Jovim				GAI Gondomar				GAI Rio Tinto				GAI S. Pedro da Cova				GAI Valbom			
	Atend. Agend.		Atend. Efet.		Atend. Agend.		Atend. Efet.		Atend. Agend.		Atend. Efet.		Atend. Agend.		Atend. Efet.		Atend. Agend.		Atend. Efet.	
	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.	RSI	A.S.
Janeiro	0	5	0	5	2	27	1	25	16	68	14	66	1	34	1	32	1	23	1	21
Fevereiro	1	10	1	9	0	25	0	24	13	73	12	71	1	30	1	28	0	20	0	17
Março	0	6	0	5	2	33	2	30	11	81	11	78	0	35	0	31	0	19	0	18
Abril	0	5	0	4	0	32	0	31	12	74	10	69	3	36	2	30	4	17	3	17
Maio	0	3	0	3	3	29	3	27	16	69	15	65	2	32	1	29	2	18	2	17
Junho	0	0	0	0	0	30	0	29	13	76	13	73	0	37	0	32	0	24	0	22
Julho	1	8	1	7	2	26	1	24	8	70	7	66	1	31	1	29	1	13	0	11
Agosto	0	0	0	0	0	23	0	22	6	67	6	63	0	22	0	18	0	10	0	8
Setembro	1	6	0	3	2	31	2	29	12	79	11	73	3	34	2	28	1	17	1	15
Outubro	1	5	1	4	2	24	2	21	14	82	12	76	1	36	1	31	0	21	0	17
Novembro	0	4	0	4	0	28	0	25	16	73	13	64	1	34	0	32	2	18	2	14
Dezembro	0	0	0	0	1	22	1	20	11	71	9	66	0	28	0	25	0	15	0	12
Total	4	52	3	44	14	330	12	307	148	883	133	830	13	389	9	345	11	215	9	189

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | abril 2014

Insuficiência de Recursos, Invalidez, Velhice e Morte no âmbito do Subsistema de Solidariedade, do Sistema de Proteção Social de Cidadania

A segunda lei de bases do sistema de solidariedade e Segurança Social (Lei n.º 17/2000, de 8 de agosto) renova o direito a todos à Segurança Social através do sistema de solidariedade e Segurança Social, prosseguindo a melhoria das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade, a eficácia do sistema, e a eficiência da sua gestão e a sustentabilidade financeira.

Em conformidade com o documento “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”, a face mais visível da proteção social da cidadania, no âmbito da ação e funcionamento do Estado Providência, são os direitos e apoios sociais auferidos pela população (pg. 64).

A Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro é a que aprova as bases gerais do sistema de Segurança Social atualmente em vigor, reorganizando o sistema de Segurança Social em 3 sistemas:

Proteção social de cidadania | Previdencial | Complementar.

(in <http://www4.seg-social.pt/evolucao-do-sistema-de-seguranca-social>)

Assim sendo, são eles:

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI)

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social e é constituída por:

- *Um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente;*
- *Uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas.*

Para receberem o Rendimento Social de Inserção, as pessoas celebram e assinam um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional.

(in <http://www4.seg-social.pt/>)

De acordo com o **Sistema de Proteção Social de Cidadania – Subsistema de Solidariedade Eventualidades: Insuficiência de recursos, Invalidez, Velhice e Morte**, da autoria do Gabinete de Estratégia e Planeamento, Equipa de Estudos e Políticas de Segurança Social de 2013:

O número de beneficiários de Rendimento Social de Inserção apresentou até ao ano de 2010 um crescimento progressivo, tendo-se verificado um decréscimo significativo a partir dessa data. Ainda assim, em 2013, por referência a 2005, regista-se uma taxa de crescimento de cerca de 81,8%.

À semelhança do verificado em anos anteriores, em 2013, o número de beneficiários de RSI do sexo feminino continua a apresentar um valor superior ao masculino, embora no último ano a diferença entre sexos seja a mais baixa observada no período de referência (10.138).

Quadro 5: Evolução do número de beneficiários do RSI por sexo (2005-2013)

Beneficiários do RSI	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	198142	332254	369855	418363	487059	527627	448670	420665	360264
Fem.	105948	177990	198482	224644	258145	277213	234216	218305	185201
Masc	92194	154264	171373	193719	228914	250414	214454	202360	175063

Fonte: MSESS – II, IP | 2013

Quanto ao grupo etário, os beneficiários de RSI até aos 18 anos continuam a constituir o grupo etário mais representativo, embora o seu peso tenha vindo progressivamente a diminuir desde 2005 (50,6%) até 2013 (33,1%). A maioria dos beneficiários tem até 30 anos, embora a percentagem destes tenha, igualmente, vindo a diminuir no período de referência.

Relativamente aos beneficiários de RSI que, tendo deixado de receber a prestação, voltaram posteriormente a auferir da mesma, observa-se um crescimento contínuo e progressivo ao longo do período de análise, à exceção do ano de 2012, em que se verificou um ligeiro decréscimo.

Independentemente do ano em análise, os dados em presença evidenciam que as famílias beneficiárias de RSI, não são agregados numerosos. Desta forma, cerca de 50% destas famílias são compostas, no máximo, por 2 pessoas e cerca de 2/3 têm até 3 membros.

Até 2013 a maioria das famílias beneficiárias de RSI detinham outros rendimentos. Esta situação veio a alterar-se, a partir deste período. Neste último ano, cerca de 97.939 não tinham quaisquer rendimentos, enquanto 50.168 acumulavam o RSI com outros proveitos.

O tempo médio de duração da prestação de RSI apresenta um crescimento ao longo do período de referência. Em 2013 o número de famílias no escalão de duração “2 anos ou mais” detinha um peso de 55,8%.

Até o ano de 2012, o escalão mais frequente para o valor da prestação mensal de RSI era o “> = €300”. Esta situação alterou-se em 2013, passando este a ser “€150 a €200”. Neste último ano, a maioria dos agregados (cerca de 53%) auferia até €200 mensais de RSI.

O número de famílias cuja prestação de RSI foi cancelada registou um crescimento acentuado até 2010, ano a partir do qual se inicia uma diminuição deste valor. Atendendo à extensão do número de motivos que levaram à cessação da prestação de RSI, tem-se vindo a optar nestas análises pelo agrupamento de motivos similares em categorias. Em 2013 as “outras razões”, onde se inclui motivos como: i) alteração da dimensão do agregado; ii) nova escala de equivalências; iii) fusão de agregados; iv) cumprimento de pena prisional; v) institucionalização em equipamento social; etc., representam cerca de 44,7% dos motivos para a cessação da prestação, assumindo-se como a categoria modal. Num segundo e terceiro planos, respetivamente, encontram-se os motivos relacionados com o incumprimento do contrato como sendo faltas a convocatórias, recusas de ofertas de trabalho ou de formação profissional, entre outras (22,1%) e alteração de rendimentos (20,7%). Os restantes motivos, inclusive, a integração no mercado de trabalho, apresentam ao longo do período de análise, um peso residual.

ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Ainda antes de procedermos a uma análise específica sobre o município de Gondomar importa referir que de acordo com o documento “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”, os concelhos de Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Arouca não ultrapassa uma cobertura de 1% em termos de beneficiários de RSI; o maior valor situa-se no concelho do Porto (4,01%) seguindo-se os concelhos de Vila Nova de Gaia (2,97%) e Valongo (2,93%).

Refere ainda este documento que em termos de números absolutos, “revelam ser os concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Matosinhos aqueles que exibem o maior número de pessoas beneficiárias do RSI. Portanto, os concelhos mais urbanizados da AMP são também aqueles onde se constata a maior incidência do RSI, sendo portanto demonstrativos de uma hipotética maior incidência de situações de vulnerabilidade social” (pg. 65).

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

De acordo com os dados cedidos pelo Centro Distrital do Porto, ISS, IP, o quadro seguinte espelha, no âmbito da prestação de Rendimento Social de Inserção, os processos ativos e cessados por área de abrangência do Centro Distrital do Porto relativo à posição do município de Gondomar - importa referir que a definição de processo é correspondente a um agregado familiar.

Com a introdução do Decreto-Lei 70/2010 de 16 de junho que estabelece as regras para a determinação dos rendimentos, composição do agregado familiar e capitação dos rendimentos do agregado familiar para a verificação das condições de recursos a ter em conta no reconhecimento e manutenção do direito a prestações dos subsistemas de proteção familiar e de solidariedade, entre as quais o Rendimento social de inserção, é notória a diminuição, desde 2010, dos processos ativos em todos os municípios, mas também dos processos cessados - deste destacamos o município de Gondomar que em 2013 tinha 3.585 processos ativos, confrontando com os 6.392 processos, em 2010.

Quadro 6: Evolução do n.º de Processos Ativos e Cessados por ano por área de abrangência do CDP, ISS, IP por relação ao município de Gondomar

Zona Geográfica	Processos Ativos						Processos Cessados					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Gondomar	5490	6782	6392	5388	4476	3585	514	1006	1905	1652	1463	966
Maia	3265	4009	3779	3224	2623	2322	292	570	1067	888	677	548
Matosinhos	5184	6347	5869	5240	4376	3696	385	999	1462	1549	1145	854
Paredes	2415	3095	3034	2426	1958	1580	482	589	1035	878	735	440
Porto	12169	14316	13430	12172	10208	9205	1001	2225	3134	3447	2128	1622
Póvoa de Varzim	1138	1538	1594	1294	1008	746	137	235	499	462	348	270
Santo Tirso	1270	1744	1741	1374	1141	964	145	229	618	422	364	286
Trofa	862	1106	1034	821	640	484	106	184	426	311	255	145
Valongo	3483	4256	3964	3349	2755	2202	374	709	1124	952	845	530
Vila do Conde	1344	1714	1562	1208	954	726	239	359	630	462	373	284
Vila Nova de Gaia	10375	12929	12606	11275	9593	8422	875	1746	3346	3186	2388	1685
Amarante	1186	1380	1292	1014	866	774	236	294	498	378	290	237
Baião	932	1112	1093	848	690	519	171	248	409	331	290	166
Felgueiras	838	988	910	626	492	357	170	230	412	254	215	101
Lousada	968	1155	1130	877	738	574	244	234	453	318	300	183
Marco de Canaveses	1679	2172	2156	1804	1489	1172	239	362	690	568	533	323
Paços de Ferreira	1387	1740	1769	1403	1147	954	260	326	578	511	400	232
Penafiel	1534	1718	1695	1389	1221	1094	324	395	611	454	407	253
Total	55519	68101	65050	55732	46375	39376	6194	10940	18897	17023	13156	9125

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | abril 2014

O quadro 7 permite uma análise detalhada sobre o número total dos beneficiários residentes nos municípios abaixo designados, com processamentos ativos e cessados. À semelhança do quadro

anterior, assim como das ilações retiradas do *Sistema de Proteção Social de Cidadania – Subsistema de Solidariedade Eventualidades: Insuficiência de recursos, Invalidez, Velhice e Morte* - 2013, e conscientes das alterações produzidas pelo Decreto-Lei 70/2010 de 16 de junho, é possível observar uma diminuição progressiva do número de beneficiários da prestação de RSI, acentuada a partir do ano 2010.

Quadro 7: Evolução do n.º de beneficiários desde 2008 a 2013 - Com Prestação em Processamento e Cessada

Zona Geográfica	Nº Beneficiários (com Processamento)						Nº de Beneficiários Cessados					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Gondomar	13168	15454	16095	13424	11994	9519	1485	2542	4916	4603	4874	3003
Maia	7389	8743	9015	7480	6341	5786	764	1344	2674	2280	2090	1638
Matosinhos	11883	13747	14115	12078	10849	9120	1082	2368	3697	3977	3596	2567
Paredes	6596	7424	7958	6514	5489	4273	1493	1575	2739	2633	2514	1484
Porto	24702	27783	28172	25368	22559	20281	2463	4602	6945	8220	6373	4710
Póvoa de Varzim	2401	3094	3569	2972	2445	1850	392	526	1203	1161	1060	743
Santo Tirso	2937	3746	4118	3175	2866	2302	355	569	1530	1100	1080	804
Trofa	2090	2590	2795	2043	1841	1342	286	458	1158	863	857	478
Valongo	8429	9449	9721	7852	7067	5606	979	1743	2921	2481	2706	1631
Vila do Conde	3134	3789	3899	2807	2425	1709	690	904	1725	1251	1100	838
Vila Nova de Gaia	24567	28276	30788	26830	23916	20944	2407	4290	8413	8294	7484	5363
Amarante	2894	3186	3318	2560	2200	1854	663	759	1283	1088	984	700
Baião	2179	2414	2622	2202	1927	1392	414	607	1058	937	959	505
Felgueiras	2067	2367	2255	1525	1281	840	461	571	1076	721	705	298
Lousada	2659	2738	3070	2343	2031	1403	709	653	1226	953	1028	583
Marco de Canaveses	4251	5232	5764	4810	4274	3058	643	932	1861	1581	1856	1038
Paços de Ferreira	3496	4249	4613	3908	3262	2648	755	826	1569	1523	1381	780
Penafiel	4065	4319	4514	3651	3229	2812	926	1104	1732	1397	1406	798
Total	128907	148600	156401	131542	115996	96739	16967	26373	47726	45063	42053	27961

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | abril 2014

De acordo com informações cedidas pelo Núcleo Local de Inserção, existiam em agosto de 2014, 5 protocolos estabelecidos no município de Gondomar traduzidos em dez equipas de Protocolos do Rendimento Social de Inserção, constituídas por Técnicos Superiores (áreas de Serviço Social, Psicologia e Educação Social) e Auxiliares de Ação Direta. Cada equipa de Protocolo acompanha, em média, 180 processos.

Quadro 8: Caracterização das Equipas de Protocolo de RSI

Caracterização das Equipas		Equipas de RSI				
		ANS - Associação de Ap. ao Deficiente Nuno Silveira	Associação Social C. R. B. F Vai-Avante	Centro Social P. S. João da Foz do Sousa	Centro Social de Soutelo	Santa Casa da Misericórdia de Gondomar
N.º de equipas		2	1	1	2	4
Recursos Humanos	Técnicos	6	4	3	6	12
	N/ Técnicos	4	2	2	4	8
Área geográfica de intervenção		Fânzeres; Rio Tinto	S. Pedro da Cova	Covelo; Foz do Sousa; Jovim; Medas; Melres	Baguim do Monte; Rio Tinto	Fânzeres; Gondomar (S. Cosme); Lomba; Rio Tinto; S. Pedro da Cova; Valbom
Processos em acompanhamento		360	240	180	360	720

Fonte: Núcleo Local de Inserção de Gondomar da Segurança Social | 2014

Pela leitura do quadro anterior identificamos as cinco instituições promotoras das Equipas de Protocolos, e as respetivas áreas geográficas abrangidas por cada equipa; estando em acompanhamento cerca de 1.860 processos, ou seja 1.860 agregados familiares.

Os quadros seguintes pretendem espelhar a evolução ao longo dos últimos anos, dos processos de RSI ativos e cessados por ano, caracterizando ainda as pessoas que beneficiam desta prestação social.

Com o quadro 9 – Evolução do n.º de Processos de RSI Ativos e Cessados por Ano – Município de Gondomar, vemos diminuir, ao longo dos últimos anos, a quantidade de processos ativos no município espelhando-se esta realidade em cada uma das freguesias; de referir que a União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova e a Freguesia de Rio Tinto são as que têm mais processos ativos.

Relativamente a processos cessados registou-se entre 2008 e 2010 um contínuo crescente, mas desde essa data que o número de processos cessados vem igualmente decaindo; a União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova e a União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim são as que registam maior número de processos cessados.

Quadro 9: Evolução do n.º de Processos de RSI Ativos e Cessados por Ano – Município de Gondomar

Zona Geográfica	Processos Ativos						Processos Cessados					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	5490	6782	6392	5388	4476	3585	514	1006	1905	1652	1463	966
Baguim do Monte	397	478	440	364	289	236	54	65	148	128	91	71
Lomba	63	87	87	66	57	44	5	18	28	15	21	12
Rio Tinto	1506	1834	1705	1467	1228	1060	149	284	478	440	338	268
Fânzeres e S. Pedro da Cova	1706	2065	1949	1640	1369	1067	156	279	562	508	487	285
Foz do Sousa e Covelo	185	236	232	180	133	79	24	37	83	75	68	26
Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	1462	1876	1787	1520	1295	1035	106	277	625	432	400	281
Melres e Medas	171	206	192	151	105	64	20	46	81	54	58	23

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | abril 2014

O quadro abaixo retrata agora os beneficiários de RSI em relação a rendimentos auferidos, sendo que no município de Gondomar embora exista um número considerável de beneficiários que usufruem desta prestação para complementar os seus rendimentos, estes são sempre em menor número quando comparados com aqueles que não apresentam rendimentos para além do RSI, ao contrário do que se registava no panorama nacional, apenas alterado a partir de 2013. Em 2013, 6.944 beneficiários não tinham quaisquer rendimentos, enquanto 4.477 tinham o RSI como complemento dos seus rendimentos.

Quadro 10: Evolução e caracterização dos beneficiários com e sem rendimentos, com requerimento deferido não cessado e não suspenso - 2009 a 2013

Ano		Sexo	Baguim do Monte	Lomba	Rio Tinto	Fânzeres e S. Pedro da Cova	Foz do Sousa e Covelo	Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	Melres e Medas	TOTAL
2009	C/ Rend	Fem.	249	39	816	961	78	775	96	3014
		Masc	215	53	716	1013	144	820	140	3101
	S/ Rend	Fem.	468	89	1899	2195	243	1918	267	7079
		Masc	402	60	1504	1895	185	1556	151	5753
2010	C/ Rend	Fem.	314	53	1161	1325	112	1060	105	4129
		Masc	268	67	878	1268	174	986	151	3793
	S/ Rend	Fem.	484	99	1955	2276	249	1936	262	7261
		Masc	416	65	1590	1991	183	1625	149	6019
2011	C/ Rend	Fem.	269	55	1144	1323	134	1153	119	4197
		Masc	216	53	810	1112	138	914	127	3370
	S/ Rend	Fem.	306	57	1333	1525	148	1347	171	4887
		Masc	326	48	1297	1584	128	1362	120	4865
2012	C/ Rend	Fem.	245	46	962	1130	97	991	90	3561
		Masc	180	40	688	916	109	780	78	2808
	S/ Rend	Fem.	232	42	1181	1278	109	1168	113	4123
		Masc	287	37	1144	1378	108	1230	89	4274
2013	C/ Rend	Fem.	171	28	766	831	58	710	53	2617
		Masc	125	29	482	605	63	518	35	1860
	S/ Rend	Fem.	218	26	994	1054	66	955	58	3371
		Masc	246	34	1011	1138	64	1022	55	3573

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | abril 2014

Destes 6.944 beneficiários cujos rendimentos advêm exclusivamente da prestação do RSI durante o ano 2013, são os menores de 18 anos de idade, aqueles que têm maior representatividade, destacando-se nesta faixa etária o sexo masculino. São depois as faixas etárias entre os 20 e os 29 anos e entre os 40 e os 49 anos de idade, os beneficiários com maior representatividade. De uma análise global ao quadro 11, o sexo masculino é aquele que mais se destaca em detrimento do sexo feminino.

É a União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova aquela que apresenta um maior número de beneficiários de RSI sem outros rendimentos associados.

Quadro 11: Beneficiários sem Rendimentos (com Requerimento deferido não cessado e não suspenso) por sexo e faixa etária - 2013

Faixa etária	Sexo	Baguim do Monte	Lomba	Rio Tinto	Fânzeres e S. Pedro da Cova	Foz do Sousa e Covelo	Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	Melres e Medas	TOTAL
<18 anos	Fem.	94	9	361	428	23	334	25	1274
	Masc	105	16	406	475	22	375	22	1421
18 anos	Fem.	8		36	43	2	42	2	133
	Masc	8		36	45	3	44	4	140
19 anos	Fem.	9	1	37	46		35	1	129
	Masc	10		35	42	3	41	3	134
20 a 24 anos	Fem.	22	1	109	107	5	82	6	332
	Masc	21	1	81	117	3	97	6	326
25 a 29 anos	Fem.	14	4	66	59	6	48	4	201
	Masc	18		57	49	2	63	4	193
30 a 34 anos	Fem.	12	2	74	47	3	45	3	186
	Masc	12	1	59	54	3	56	4	189
35 a 39 anos	Fem.	14	3	58	62	3	59	6	205
	Masc	11	1	53	62	5	46	2	180
40 a 44 anos	Fem.	13	2	70	67	5	68	3	228
	Masc	15	4	67	76	6	51	2	221
45 a 49 anos	Fem.	14	1	60	74	6	71	4	230
	Masc	17	3	85	89	9	75	1	279
50 a 54 anos	Fem.	8	2	53	53	8	82	3	209
	Masc	11	5	63	67	4	78	4	232
55 a 59 anos	Fem.	8	1	39	42	3	53		146
	Masc	12	2	39	47	2	64	2	168
60 a 64 anos	Fem.	2		27	20	1	27	1	78
	Masc	6	1	26	13	2	30	1	79
>=65 anos	Fem.			4	6	1	9		20
	Masc			4	2		5		11
Total	Fem.	218	26	994	1054	66	955	58	3371
	Masc	246	34	1011	1138	64	1022	55	3573

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | abril 2014

Caracterizando agora os beneficiários apoiados pela prestação social de RSI, mas que apresentam outros rendimentos, são os beneficiários de RSI até aos 18 anos de idade, aqueles que continuam a constituir o grupo etário mais representativo, destacando-se igualmente até aos 18 anos o sexo masculino - a partir desta idade é o sexo feminino o mais representativo.

A maioria destes beneficiários tem idades compreendidas entre os 40 e os 49 anos, contrariamente ao registado nos beneficiários sem outros rendimentos associados.

Quadro 12: Beneficiários com Rendimentos (com Requerimento deferido não cessado e não suspenso), por sexo e faixa etária - 2013

Faixa etária	Sexo	Baguim do Monte	Lomba	Rio Tinto	Fânzeres e S. Pedro da Cova	Foz do Sousa e Covelo	Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	Melres e Medas	TOTAL
<18 anos	Fem.	26	3	126	141	5	85	8	394
	Masc	17	2	140	128	7	97	6	397
18 anos	Fem.	4		16	18		12	2	52
	Masc	4	1	12	22	2	16		57
19 anos	Fem.	4		18	13	1	11	4	51
	Masc	3		11	13	2	12		41
20 a 24 anos	Fem.	12	2	62	57	3	51	5	192
	Masc	10	2	37	37	3	42	2	133
25 a 29 anos	Fem.	16	3	60	57	3	55	2	196
	Masc	8	3	18	33	5	25	3	95
30 a 34 anos	Fem.	13	1	78	61	3	48	6	210
	Masc	6	1	26	29	3	25	5	95
35 a 39 anos	Fem.	16	3	83	103	5	73	8	291
	Masc	9	2	37	57	3	33	3	144
40 a 44 anos	Fem.	25	3	104	109	7	83	5	336
	Masc	13	3	42	76	9	57	3	203
45 a 49 anos	Fem.	20	3	87	97	6	84	5	302
	Masc	18	7	53	75	12	62	5	232
50 a 54 anos	Fem.	12	5	59	86	8	84	3	257
	Masc	15	3	47	67	8	64	3	207
55 a 59 anos	Fem.	10	1	43	46	8	64	3	175
	Masc	11	5	44	42	7	52	4	165
60 a 64 anos	Fem.	8	2	22	29	7	43	1	112
	Masc	9		9	23	2	25	1	69
>=65 anos	Fem.	5	2	8	14	2	17	1	49
	Masc	2		6	3		11		22
Total	Fem.	171	28	766	831	58	710	53	2617
	Masc	125	29	482	605	63	518	35	1860

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | abril 2014

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS (CSI)

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e residentes em Portugal.

(in <http://www4.seg-social.pt/>)

Segundo o documento **Sistema de Proteção Social de Cidadania – Subsistema de Solidariedade Eventualidades: Insuficiência de recursos, Invalidez, Velhice e Morte**, da autoria do Gabinete de Estratégia e Planeamento, Equipa de Estudos e Políticas de Segurança Social de 2013:

O número de beneficiários com prestação de CSI cresceu, de forma constante, até 2010, verificando-se nos três últimos anos um comportamento inverso. Ainda assim, comparando com o ano de 2007 (ano seguinte ao ano de início da prestação), em 2013, existiam mais 179.932 beneficiários, facto que representa um crescimento assinalável, embora tenha sido alargado entretanto o âmbito pessoal da prestação.

Analisando a distribuição por sexo dos beneficiários de CSI observa-se, de forma indiscutível, a predominância do sexo feminino. As mulheres representam sempre mais do dobro dos homens, independentemente do ano em análise.

Quadro 13: Evolução do número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos por sexo (2005-2013)

Beneficiários do CSI	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	18545	57912	183809	243090	265070	248792	244927	237844
Fem.	13618	40410	122099	161180	175991	167692	166475	162554
Masc	4927	17502	61710	81910	89079	81100	78452	75290

Fonte: MSESS – II, IP | 2013

O escalão etário dos beneficiários de CSI tem vindo a oscilar ao longo do período de referência. À exceção do ano de introdução da prestação, até 2009, o grupo etário dos 70 aos 74 anos, apresentou-se como predominante. No ano seguinte (2010), o grupo etário mais representativo passou a ser o que compreende os beneficiários com idades entre os 65 e os 69 anos, evoluindo, nos três últimos anos, para o grupo etário dos 75 aos 79 anos.

O valor médio anual das prestações auferidas aumentou substancialmente a partir de 2008, observando-se uma relativa estabilidade do montante nos últimos três anos. Por comparação com 2006, no ano de 2013, o valor médio anual da prestação de CSI registou uma taxa de crescimento de 49,4%.

A maioria dos beneficiários do CSI (65,4%) auferem mensalmente até 100€, variando o escalão de remuneração modal, ao longo do período de referência. Contudo, deve-se destacar, que desde o ano de 2008, o escalão de remuneração até aos 50€ tem sido o mais representativo.

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Atendendo a que o Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio social atribuído mensalmente a idosos de baixos recursos, o quadro abaixo permite-nos posicionar o município de Gondomar relativamente a outros municípios limítrofes, bem como aferir o número total de população idosa apoiada neste âmbito. Assim foram apoiados em Gondomar no último ano de referência 3.201 idosos dos quais 2.267 do sexo feminino e 934 do sexo masculino - de realçar nos municípios em análise, a evidência numérica do sexo feminino. Importa referir igualmente que o município de Gondomar é apenas precedido pelos municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia.

Quadro 14: Evolução do número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos por sexo (2010-2013)

Ano Civil	Sexo	Gondomar	Maia	Matosinhos	Paredes	Porto	Póvoa de Varzim	Santo Tirso	Trofa	Valongo	Vila do Conde	Vila Nova de Gaia
2010	Fem.	2.254	1.126	1.724	1.614	4.027	1.089	1.014	398	1.041	1.079	3.464
	Masc	922	549	630	639	1.206	397	442	170	448	397	1.419
	Subtotal	3.176	1.675	2.354	2.253	5.233	1.486	1.456	568	1.489	1.476	4.883
2011	Fem.	2.285	1.163	1.735	1.683	3.981	1.116	1.005	409	1.046	1.079	3.513
	Masc	940	541	635	650	1.198	405	444	175	446	386	1.429
	Subtotal	3.225	1.704	2.370	2.333	5.179	1.521	1.449	584	1.492	1.465	4.942
2012	Fem.	2.280	1.167	1.707	1.704	3.922	1.103	981	416	1.042	1.073	3.512
	Masc	929	532	610	645	1.189	398	424	179	429	385	1.413
	Subtotal	3.209	1.699	2.317	2.349	5.111	1.501	1.405	595	1.471	1.458	4.925
2013	Fem.	2.267	1.154	1.666	1.730	3.832	1.092	952	408	1.049	1.044	3.486
	Masc	934	539	599	635	1.186	380	402	171	437	369	1.408
	Subtotal	3.201	1.693	2.265	2.365	5.018	1.472	1.354	579	1.486	1.413	4.894

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | setembro 2014

Analisando especificamente a realidade de Gondomar no que se refere à prestação de CSI é possível aferir que, após um ligeiro aumento do número de beneficiários do município entre 2010 e 2011, desde essa data que este número vem sofrendo uma diminuição progressiva, ainda que considerada pouco significativa: de 3.225 idosos apoiados em 2011, para 3.201 apoiados em 2013 - são os idosos residentes na União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, aqueles que mais reúnem apoios a este nível.

Quadro 15: Evolução do número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos por sexo (2010-2013) nos territórios do município de Gondomar

Ano Civil	Sexo	Baguim do Monte	Lomba	Rio Tinto	Fânzeres e S. Pedro da Cova	Foz do Sousa e Covelo	Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	Melres e Medas	Desconhecido	TOTAL
2010	Fem.	132	35	540	517	187	718	107	18	2254
	Masc	45	16	231	222	55	308	38	7	922
	Subtotal	177	51	771	739	242	1026	145	25	3176
2011	Fem.	130	38	543	536	195	717	107	19	2285
	Masc	50	16	230	239	55	307	36	7	940
	Subtotal	180	54	773	775	250	1024	143	26	3225
2012	Fem.	128	38	551	534	193	711	106	19	2280
	Masc	50	14	231	233	55	301	39	6	929
	Subtotal	178	52	782	767	248	1012	145	25	3209
2013	Fem.	129	36	531	540	193	708	110	20	2267
	Masc	49	14	230	238	58	299	40	6	934
	Subtotal	178	50	761	778	251	1007	150	26	3201

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | setembro 2014

PENSÃO SOCIAL DE INVALIDEZ

É uma prestação em dinheiro atribuída mensalmente, aos beneficiários em situação de incapacidade permanente para toda e qualquer profissão.

Têm direito os cidadãos que:

- *Tenham uma incapacidade permanente para toda e qualquer profissão, que não resulte de acidente de trabalho ou de doença profissional, confirmada pelo Sistema de Verificação de Incapacidades;*
- *Não se encontrem abrangidos por qualquer regime de proteção social obrigatório ou pelos transitórios dos rurais ou, estando-o, não satisfaçam os períodos de garantia definidos para acesso à pensão de invalidez;*
- *Sendo pensionistas de invalidez ou de sobrevivência tenham direito a pensão de montante inferior ao da pensão social;*
- *Tenham idade superior a 18 anos;*
- *Tenham rendimentos mensais ilíquidos iguais ou inferiores a 167,69 EUR caso se trate de pessoa isolada, ou a 251,53 EUR tratando-se de casal (corresponde a 40% e 60%, respetivamente, do valor do indexante dos apoios sociais (IAS) – condição de recursos.*

(in <http://www4.seg-social.pt/>)

De acordo com o documento **Sistema de Proteção Social de Cidadania – Subsistema de Solidariedade Eventualidades: Insuficiência de recursos, Invalidez, Velhice e Morte**, da autoria do Gabinete de Estratégia e Planeamento, Equipa de Estudos e Políticas de Segurança Social de 2013:

O número de beneficiários de Pensão Social de Invalidez tem vindo a evoluir, de forma consolidada, ao longo de período de referência, existindo em 2013 mais 2.981 pensionistas do que em 2005, facto que representa uma taxa de crescimento de 7,3%.

No que respeita à análise por sexo dos beneficiários de Pensão Social de Invalidez, os dados em presença colocam em evidência o sexo masculino. A diferença entre sexos tem vindo a aumentar ao longo do período de análise, sendo 2013 o ano em que esta é mais significativa (5.594).

Quadro 16: Evolução do número de beneficiários de PSI - Pensão Social de Invalidez por sexo (2005-2013)

Beneficiários de PSI	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	46259	46589	47025	47522	48242	48550	48791	49240	49620
Fem.	21619	21633	21693	21769	21973	21904	21942	21976	22013
Masc	24640	24956	25332	25753	26269	26646	26849	27264	27607

Fonte: MESS – II, IP | 2013

Relativamente ao escalão etário, a maioria dos beneficiários tem entre 30 e 49 anos (56,1% em 2013). Até ao ano de 2007, o escalão modal era o que compreendia os pensionistas com idades entre os 30 a 39 anos, passando a partir desse ano a ser o dos 40 aos 49 anos.

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Analisando agora a atribuição da Pensão Social de Invalidez – *prestação pecuniária atribuída mensalmente a beneficiários em situação de incapacidade permanente para toda e qualquer profissão*, nos municípios em análise, é possível constatar que esta tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, sendo que em 2010 foram apoiadas 47.505 pessoas e em 2013, 44.235. No município de Gondomar foram apoiadas 4.307 pessoas, sendo o 3.º município com mais apoios a este nível, por referência aos municípios em análise.

É ainda possível perceber, ao longo do período de análise, que a diferença entre sexos tem vindo progressivamente a aumentar, sendo 2013 o ano em que esta é mais significativa, com prevalência para o sexo masculino (sexo masculino: 2.268; sexo feminino: 2.039).

Quadro 17: Evolução do número de beneficiários da Pensão Social de Invalidez por sexo (2010-2013)

Beneficiários de PSI	2010			2011			2012			2013		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Gondomar	2.368	2.390	4.758	2.388	2.331	4.719	2.342	2.171	4.513	2.268	2.039	4.307
Maia	1.267	1.507	2.774	1.274	1.471	2.745	1.287	1.421	2.708	1.266	1.355	2.621
Matosinhos	1.988	2.249	4.237	1.950	2.165	4.115	1.912	2.083	3.995	1.902	1.967	3.869
Paredes	1.347	1.061	2.408	1.337	1.051	2.388	1.351	1.035	2.386	1.333	1.000	2.333
Porto	3.543	3.764	7.307	3.427	3.541	6.968	3.336	3.277	6.613	3.193	3.024	6.217
Póvoa de Varzim	761	712	1.473	766	715	1.481	775	731	1.506	766	710	1.476
Santo Tirso	1.046	1.174	2.220	1.067	1.115	2.182	1.042	1.097	2.139	992	1.034	2.026
Valongo	1.229	1.459	2.688	1.225	1.419	2.644	1.238	1.351	2.589	1.240	1.265	2.505
Vila do Conde	1.031	1.047	2.078	1.037	1.052	2.089	1.049	1.024	2.073	1.040	972	2.012
Vila Nova de Gaia	3.399	3.790	7.189	3.365	3.588	6.953	3.336	3.409	6.745	3.258	3.255	6.513
Trofa	342	355	697	370	374	744	384	389	773	407	399	806
Total	23.866	23.639	47.505	23.163	23.606	46.769	22.271	23.498	45.769	21.217	23.036	44.253

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | setembro 2014

PENSÃO SOCIAL DE VELHICE

É uma prestação em dinheiro, atribuída mensalmente, a partir da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social a qual, em 2014 e 2015, é 66 anos.

Têm direito os cidadãos que:

- *Não se encontrem abrangidos por qualquer regime de proteção social obrigatório ou pelos regimes transitórios dos rurais ou, estando-o, não satisfaçam os períodos de garantia definidos para acesso à pensão*
- *Sendo pensionistas de invalidez, velhice ou sobrevivência tenham direito a pensão de montante inferior ao da pensão social*
- *Tenham rendimentos mensais líquidos iguais ou inferiores a 167,69 EUR caso se trate de pessoa isolada, ou 251,53 EUR tratando-se de casal (corresponde respetivamente a 40% e 60% do valor do indexante dos apoios sociais - IAS) - condição de recursos.*

(in <http://www4.seg-social.pt/>)

O documento **Sistema de Proteção Social de Cidadania – Subsistema de Solidariedade Eventualidades: Insuficiência de recursos, Invalidez, Velhice e Morte**, da autoria do Gabinete de Estratégia e Planeamento, Equipa de Estudos e Políticas de Segurança Social de 2013 refere que:

O número de beneficiários de Pensão Social de Velhice tem vindo a diminuir de forma consistente desde o ano de 2005, existindo em 2013, menos 3.286 pensionistas do que no início do período de referência, facto que representa um decréscimo de cerca de 11%.

Ao invés do observado para a Pensão Social de Invalidez, a maioria dos beneficiários de Pensão Social de Velhice são do sexo feminino. Não obstante, a diferença relativa entre os sexos tem vindo a decrescer progressivamente desde 2005, traduzindo-se em 10.690, no ano de 2013.

Quadro 18: Evolução do número de beneficiários de PSV - Pensão Social de Velhice por sexo (2005-2013)

Beneficiários de PSV	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	28902	27888	27294	27056	27098	26664	26253	25879	25616
Fem.	20964	20134	19650	19473	19463	19124	18724	18409	18153
Masc	7938	7754	7644	7583	7635	7540	7529	7470	7463

Fonte: MSESS – II, IP | 2013

A maioria dos beneficiários de Pensão Social de Velhice tem mais de 75 anos (cerca de 57% em 2013). O escalão etário mais representativo, até ao ano de 2008, era o que compreendia os idosos com idades entre os 75 e os 79 anos. Nos últimos dois anos, o grupo etário modal passou a ser o que compreende os pensionistas até aos 69 anos.

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Relativamente à análise da realidade sobre a atribuição da Pensão Social de Velhice e contrariamente ao acima referido, no âmbito do documento ***Sistema de Proteção Social de Cidadania – Subsistema de Solidariedade Eventualidades: Insuficiência de recursos, Invalidez, Velhice e Morte***, da autoria do Gabinete de Estratégia e Planeamento, Equipa de Estudos e Políticas de Segurança Social de 2013 onde consta que “O número de beneficiários de Pensão Social de Velhice tem vindo a diminuir de forma consistente desde o ano de 2005 (...)”, com o quadro 19 é possível observar um aumento progressivo da atribuição desta prestação nos municípios em análise, existindo em 2013, mais 27.352 pensionistas do que no início do período de referência.

No que se refere à atribuição desta prestação social, o município de Gondomar é o 4.º município onde esta é mais concedida, destacando-se respetivamente nas primeiras posições os municípios do Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos respetivamente.

Curiosamente a maioria dos beneficiários de Pensão Social de Velhice são do sexo feminino em detrimento do analisado na atribuição da Pensão Social de Invalidez.

Quadro 19: Evolução do número de beneficiários da Pensão Social de Velhice por sexo (2010-2013)

Beneficiários de PSV	2010			2011			2012			2013		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Gondomar	12.487	12.756	25.243	13.052	13.390	26.442	13.557	14.054	27.611	13.857	14.601	28.458
Maia	8.682	9.590	18.272	9.144	10.056	19.200	9.534	10.507	20.041	9.816	10.873	20.689
Matosinhos	13.557	15.098	28.655	14.154	15.819	29.973	14.632	16.414	31.046	14.905	16.910	31.815
Paredes	4.529	4.103	8.632	4.748	4.285	9.033	4.960	4.404	9.364	5.135	4.589	9.724
Porto	22.617	30.515	53.132	22.981	31.038	54.019	23.269	31.525	54.794	23.250	31.788	55.038
Póvoa de Varzim	3.867	4.461	8.328	4.087	4.648	8.735	4.243	4.812	9.055	4.407	5.030	9.437
Santo Tirso	7.120	8.684	15.804	7.305	8.946	16.251	7.494	9.184	16.678	7.576	9.352	16.928
Valongo	5.969	6.490	12.459	6.285	6.845	13.130	6.564	7.149	13.713	6.786	7.412	14.198
Vila do Conde	5.569	6.318	11.887	5.807	6.596	12.403	6.005	6.865	12.870	6.177	7.122	13.299
Vila Nova de Gaia	22.468	24.420	46.888	23.596	25.453	49.049	24.639	26.379	51.018	25.063	27.212	52.275
Trofa	2.012	2.104	4.116	2.236	2.319	4.555	2.448	2.517	4.965	2.594	2.706	5.300
Total	146682	130399	277081	152039	135660	287699	156833	140446	297279	161093	143340	304433

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | setembro 2014

PENSÃO SOCIAL DE SOBREVIVÊNCIA

Prestação em dinheiro, atribuída mensalmente, que se destina a compensar os familiares do beneficiário da perda de rendimentos de trabalho resultante da morte deste.

A pensão de sobrevivência é atribuída se o beneficiário falecido tivesse preenchido o prazo de garantia de:

- 36 meses de contribuições - Regime Geral de Segurança Social
- 72 meses de contribuições - Regime do Seguro Social Voluntário.

Atribuída aos seguintes familiares:

Cônjuge | Ex-cônjuges | Pessoa em união de facto | Descendentes, incluindo os nascituros e os adotados plenamente.

(in <http://www4.seg-social.pt/>)

Segundo o documento **Sistema de Proteção Social de Cidadania – Subsistema de Solidariedade Eventualidades: Insuficiência de recursos, Invalidez, Velhice e Morte**, da autoria do Gabinete de Estratégia e Planeamento, Equipa de Estudos e Políticas de Segurança Social de 2013:

O número de pensionistas de Pensão Social de Sobrevivência tem vindo a aumentar ao longo do período de referência, existindo em 2013 mais 401 beneficiários do que em 2005, facto que representa uma taxa de crescimento de 24%.

Analisando a distribuição por sexo dos beneficiários e tal como o observado para a Pensão de Velhice, constata-se, ao longo do período de referência, uma predominância constante do sexo feminino. A diferença entre sexos oscila, no período de análise, entre 424 (2005) e 468 (2008).

Quadro 20: Evolução do número de beneficiários de PSS - Pensão Social de Sobrevivência por sexo (2005-2013)

Beneficiários de PSS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	1694	1740	1774	1772	1938	1977	2059	2088	2095
Fem.	1059	1089	1116	1120	1200	1201	1247	1267	1265
Masc	635	651	658	652	738	776	812	821	830

Fonte: MSESS – II, IP | 2013

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

No que se refere à atribuição da Pensão Social de Sobrevivência (prestação que compensa os familiares do beneficiário, da perda de rendimentos de trabalho resultante da morte deste) e, à semelhança do que se observa no panorama nacional, o número de beneficiários, tem vindo a aumentar ao longo do período de referência - 2010 a 2013, nos municípios em análise, existindo em 2013, mais 3.175 beneficiários do que em 2010.

À semelhança do que acontece com a Pensão Social de Velhice, o município de Gondomar é o 4.º município onde esta é mais concedida destacando-se, respetivamente, nas primeiras posições, os municípios do Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos, constatando-se igualmente uma predominância constante do sexo feminino.

Quadro 21: Evolução do número de beneficiários da Pensão Social de Sobrevivência por sexo (2010-2013)

Beneficiários de PSS	2010			2011			2012			2013		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Gondomar	1.744	7.728	9.472	1.774	7.895	9.669	1.798	8.091	9.889	1.816	8.222	10.038
Maia	1.224	5.297	6.521	1.277	5.379	6.656	1.287	5.435	6.722	1.315	5.513	6.828
Matosinhos	2.051	8.506	10.557	2.070	8.629	10.699	2.060	8.731	10.791	2.056	8.788	10.844
Paredes	750	3.365	4.115	766	3.445	4.211	790	3.496	4.286	804	3.518	4.322
Porto	3.220	16.090	19.310	3.218	16.016	19.234	3.194	15.898	19.092	3.178	15.654	18.832
Póvoa de Varzim	644	2.979	3.623	625	3.042	3.667	646	3.045	3.691	665	3.059	3.724
Santo Tirso	957	4.201	5.158	953	4.209	5.162	930	4.202	5.132	955	4.211	5.166
Valongo	899	4.002	4.901	944	4.083	5.027	937	4.142	5.079	974	4.208	5.182
Vila do Conde	908	3.975	4.883	948	4.030	4.978	947	4.078	5.025	980	4.142	5.122
Vila Nova de Gaia	3.348	13.402	16.750	3.455	13.646	17.101	3.556	13.844	17.400	3.555	14.004	17.559
Trofa	305	1.255	1.560	315	1.319	1.634	353	1.385	1.738	358	1.429	1.787
Total	86382	19786	106168	87573	20136	107709	88337	20324	108661	88838	20505	109343

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | setembro 2014

APOIOS ECONÓMICOS

O quadro 22 refere-se essencialmente a apoios/ prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de exceção que foram concedidos, tendo o intuito de minorar situações de carência, desigualdade socioeconómica, de dependência, disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo-se a integração e promoção comunitária de crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, em suma, das famílias.

Para além de permitir uma análise sobre diversos municípios, o enfoque no município de Gondomar deixa-nos perceber que, entre 2011 e 2013, foram aumentando progressivamente o número de apoios concedidos em “Numerário” e na “Prevenção e Reabilitação e Ajudas Técnicas”, em detrimento dos apoios, no âmbito de “Subsídios eventuais a indivíduos com sida”, que diminuíram. No que se refere aos apoios concedidos para a integração de idosos - rubrica “Lares com Fins Lucrativos Velhice”, após um aumento considerável do número de apoios concedidos entre 2011 e 2012, estes decresceram posteriormente a essa data.

Quadro 22: Evolução do número de Apoios Económicos processados por rubrica

Zona Geográfica	2011					2012					2013						
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	6	7
Gondomar	329	41	59	107	51	412	35	93	111	78	461	37	70	120	32	16	0
Maia	1030	64	79	59	58	527	48	183	94	49	620	48	79	75	7	4	0
Matosinhos	573	37	75	70	54	680	54	136	72	54	687	61	104	31	27	11	0
Paredes	110	8	3	40	1	161	4	10	38	10	208	1	13	28	9	2	0
Póvoa de Varzim	178	5	4	6	40	153	5	6	30	44	190	10	4	44	13	4	0
Santo Tirso	27	0	1	1	8	34	1	17	1	5	58	0	14	31	10	2	0
Trofa	80	4	0	0	5	43	7	2	0	3	70	1	5	3	5	1	0
Valongo	721	17	24	34	61	455	30	52	52	42	580	21	43	58	19	3	0
Vila do Conde	185	2	8	26	29	130	2	9	69	31	165	8	17	34	23	8	0
Vila Nova Gaia	1115	160	144	115	180	1016	202	409	153	216	1720	292	177	174	174	26	0
Porto	2666	660	348	102	1042	3168	1510	519	66	1623	2846	939	405	109	1389	27	8
Amarante	114	0	4	19	4	128	0	5	22	2	123	0	5	14	6	0	0
Baião	55	0	1	14	5	18	1	8	18	0	50	3	12	10	0	0	0
Felgueiras	62	0	2	10	0	72	4	11	17	3	125	8	8	21	4	1	0
Lousada	194	10	0	2	14	172	12	2	34	12	245	19	17	22	4	2	0
Marco de Canavezes	98	0	0	25	4	102	0	6	30	6	153	1	2	26	9	7	0
Paços de Ferreira	58	0	0	18	2	83	1	0	13	0	109	5	2	32	5	1	0
Penafiel	25	1	4	14	1	56	0	5	42	0	157	0	4	15	5	0	0
Total	7620	1009	756	662	1559	7410	1916	1473	862	2178	8567	1454	981	847	1741	115	8

Fonte: Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, IP | abril 2014

Legenda (nomenclatura remetida pelo CDP, ISS, IP): 1 - Numerário | 2 - Subsídios eventuais a indivíduos com sida | 3 - Lares com Fins Lucrativos Velhice | 4 - Prevenção e Reabilitação e Ajudas Técnicas | 5 - Outras | 6 - Comunidades Terapêuticas para Crianças e Jovens com Processo de Promoção e Proteção | 7 - Ações de Apoio a Candidatos a Asilo

POPULAÇÃO SEM-ABRIGO

No âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo | Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2009-2015, importa garantir no presente documento, a inclusão de um espaço dedicado a esta temática, bem como de dados relativos à dimensão e caracterização do fenómeno sem-abrigo e aos indicadores de risco face à situação sem-abrigo.

A pertinência da elaboração e concretização de uma Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo pode ser contextualizada pela necessidade de tomada de consciência da existência de um problema e da insuficiência de conhecimento atualizado sobre o mesmo, bem como da necessidade de se garantir a articulação e concertação entre entidades, serviços e intervenções que potenciem respostas, que garantam a devida inclusão e (re) inserção social de pessoas de plenos direitos.

Neste sentido, a Estratégia Nacional desenvolveu, em diversos territórios nacionais, sempre que a dimensão do fenómeno o justifique, Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) agregando entidades e serviços que pretendam trabalhar de forma articulada. Atualmente existem 14 NPISA, designadamente, nos municípios de Almada, Amadora, Aveiro, Braga, Cascais, Coimbra, Faro, Figueira da Foz, Lisboa, Oeiras, Porto, Seixal, Setúbal e Vila Nova de Gaia.

Importa agora referir o conceito tido como universal, desde a operacionalização da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo, sobre pessoas sem-abrigo. Assim:

“Considera-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- sem teto – vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário;
- sem casa – encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.”

Decorrentes desta interpretação, os Censos 2011 recensearam 696 pessoas residentes sem-abrigo em Portugal, dos quais 218 residem na Região Norte, conforme o quadro que se segue:

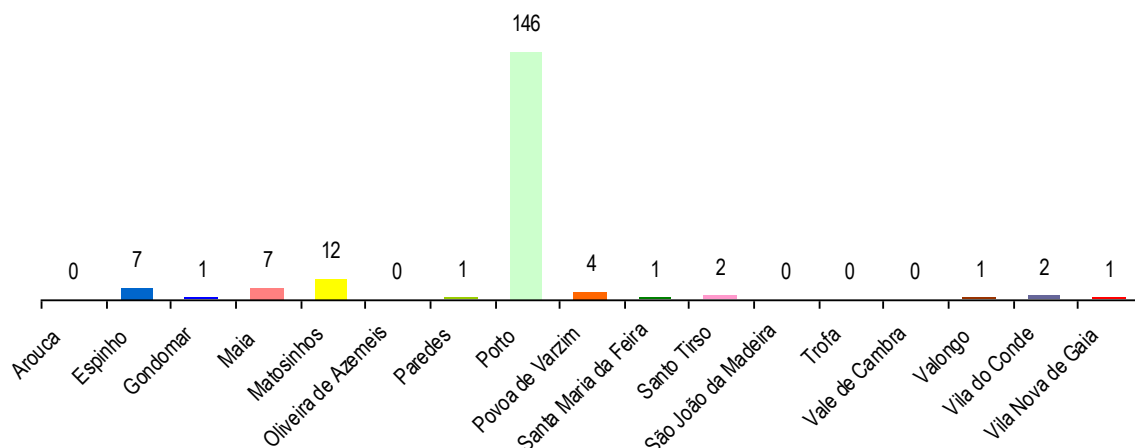
Quadro 23: População sem-abrigo residente por localização geográfica - 2011

Localização Geográfica	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Rg. At. Açores	Rg. At. Madeira
População residente sem abrigo (N.º)	696	218	66	241	25	113	11	22

Fonte: Censos 2011 | INE

O gráfico abaixo pretende demonstrar a distribuição desta população, nos municípios que constituem a Área Metropolitana do Porto e onde estão recenseadas 185 pessoas nesta situação. O município do Porto é aquele que mais se destaca, acolhendo, à data dos Censos 2011, 146 pessoas sem-abrigo. Posteriormente, foram recenseados no município de Matosinhos 12 sem-abrigo e nos municípios da Maia e de Espinho, 7 pessoas nesta situação, respetivamente.

Gráfico 1: População sem-abrigo residente por localização geográfica - 2011



Fonte: Censos 2011 | INE

Não obstante os dados acima referenciados, parece-nos pertinente incluir, com o intuito de melhor se compreender o fenómeno dos sem-abrigo em Portugal, uma notícia publicada pelo Público a 31/03/2014, da autoria de Ana Cristina Pereira e Mariana Oliveira, com o cabeçalho *“Mais de cinco mil pessoas sem abrigo em Portugal”*, onde é revelado que o número de pessoas acompanhadas, no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, coordenada pelo Instituto de Segurança Social é, pelo menos, de 4.420 pessoas.

Refere ainda o artigo que, face à existência de NPISA nos municípios de Almada, Amadora, Aveiro, Braga, Cascais, Coimbra, Faro, Figueira da Foz, Lisboa, Oeiras, Porto, Seixal, Setúbal e Vila Nova de Gaia, e atendendo à ausência do município de Lisboa, *“não admira que nesta contagem o distrito do Porto (31%) ultrapasse o de Lisboa (18%). Destacam-se ainda Faro (11%) e Setúbal (9%). Noutros quatro, o fenómeno permanece significativo: Aveiro, Braga, Coimbra e Leiria, com 4% cada um.”*

No que se refere ao Município de Gondomar e de acordo com os Censos 2011, foi recenseada uma pessoa em condições de sem-abrigo, residente na então freguesia de S. Pedro da Cova. No entanto e decorrente de um levantamento realizado em novembro de 2009 no município, foram, àquela data, reportadas 14 situações de pessoas a viver como sem-abrigo.

Do levantamento realizado é possível referir uma breve caracterização sobre estas pessoas:

- . maioritariamente pessoas do sexo masculino (apenas 1 mulher), com idades compreendidas entre os 25 e os 61 anos de idade;
- . das 14 situações identificadas, 7 pessoas são naturais do município de Gondomar (4 pessoas da freguesia de Rio Tinto, e 3 das freguesias de Fânzeres, Foz do Sousa e S. Pedro da Cova);
- . relativamente à freguesia onde estas pessoas foram identificadas, temos: 10 pessoas em Rio Tinto, 3 em S. Pedro da Cova e 1 na Foz do Sousa;
- . 5 pessoas são sem-abrigo há “*Mais de 5 anos*”, sendo que 4 destes vivem em “*Alojamentos não convencionais*”; das pessoas identificadas, 11 vivem em locais designados por “*Alojamentos não convencionais*”;
- . 12 destas pessoas encontram-se “*Sozinho(a) sem criança (s)*” e 2 formam um “*Casal sem criança(s)*”;
- . 10 pessoas apontam como razão(ões) para a sua situação de sem-abrigo “*Ruptura familiar / Conflito familiar / morte*”;
- . foi diagnosticado a 12 pessoas utilização de drogas e álcool.

Em outubro de 2014 e decorrente do cruzamento de dados entre as diversas entidades, o CRI Porto Oriental Delegação de Gondomar (quadro 27 - capítulo da Saúde) refere a existência de 27 sem-abrigo de Gondomar a serem acompanhados nas suas estruturas. Neste sentido, o Núcleo Executivo do CLAS’G iniciou já a observação desta realidade, estando em análise a possibilidade de ser constituído um NPISA – Núcleo de Planeamento e Implementação Sem-Abrigo, no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo, no município de Gondomar.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE GONDOMAR

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar, constituída pela portaria n.º 1226-BU/2000, encontra-se em funcionamento desde o ano de 1991, tendo a sua ação como suporte a Lei de Proteção de Crianças e Jovens – Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto.

As Comissões são instituições oficiais, não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação educação ou desenvolvimento integral, competindo-lhes intervir nas situações que lhes são sinalizadas e desenvolver ações de intervenção social e comunitária, nos domínios da prevenção e promoção e de respostas aos problemas diagnosticados.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar funciona nas modalidades Alargada (Comissão Alargada) e Restrita (Comissão Restrita), sendo que à Alargada compete o desenvolvimento de ações de promoção dos direitos das crianças e jovens, a implementação de medidas de prevenção primária, bem como a divulgação do âmbito da Comissão e das atividades dinamizadas pela mesma. À Restrita compete, intervir no sentido da remoção do perigo, no âmbito dos casos que lhe são sinalizados.

A atuação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar assenta, nos princípios da proteção das crianças e jovens, promoção dos seus direitos, participação da criança e jovem nas decisões que lhe dizem respeito e participação da comunidade, que agora é chamada a estudar, detetar e encontrar respostas/medidas adequadas.

A intervenção junto das crianças e jovens é efetuada a três instâncias que operam em diferentes níveis: em primeira instância as entidades com competência em matéria de infância e juventude, em segunda instância e no meio, as CPCJ (intervenção social), e em última instância os tribunais (intervenção judiciária) - esta sequência está figurada no designado sistema piramidal. Só o insucesso ou inadequação da intervenção, bem como a falta de meios num dado nível é que pode justificar a intervenção do seguinte nível, numa sequência de formalização gradual, em que os tribunais surgem como recurso de final de linha, quando todas as outras instâncias se revelaram ineficazes para a resolução das situações.

Atualmente, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar é constituída por diversas Entidades, nomeadamente: Câmara Municipal de Gondomar que detém a Presidência e contribui com Reforço Técnico; Instituto da Segurança Social que contribui com Reforço Técnico; Ministério da

Educação; Ministério da Saúde; FAPAG - Federação das Associações de Pais do Concelho de Gondomar; Assembleia Municipal; Federação das Coletividades do Concelho de Gondomar; GNR - Guarda Nacional Republicana; PSP- Polícia de Segurança Pública; Polícia Municipal; IPSS com intervenção no município: APPC - Villa Urbana de Valbom; Centro Social de Soutelo; Obra Amici Boni Consili; Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária; Santa Casa da Misericórdia de Gondomar (Centro de Apoio à Família).

Olhando agora para o percurso da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, ao longo dos últimos anos de intervenção no município de Gondomar, o quadro 24 demonstra o volume processual com o qual a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar vem trabalhando, sendo que, contrariamente ao registado em anos anteriores, existe um decréscimo do volume processual entre 2011 e 2012, traduzido em menos 63 crianças em acompanhamento.

Importa referir que, desde o ano 2009 cada criança em acompanhamento representa um processo instaurado. Como processo transitado compreendem-se as situações em acompanhamento que transitam entre anos civis. Os processos reabertos são aqueles que, estando já arquivados, mas devido a uma nova sinalização, levam a uma nova avaliação da situação da criança/jovem.

Quadro 24: Volume processual existente na CPCJ Gondomar entre 2009 e 2013

Ano	Processos (Crianças)			
	Transitados	Instaurados	Reabertos	Total Anual de Processos Acompanhados
2009	428	486	61	975
2010	379	548	89	1016
2011	372	507	122	1001
2012	479	497	135	1111
2013	457	449	142	1048

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar –

Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

De acordo com o quadro 25 e dos 5 anos em análise - 2009 a 2013, é possível aferir quer o número de sinalizações referenciadas à CPCJ’G, bem como as entidades responsáveis por essas sinalizações. Assim, a CPCJ’G teve, nos últimos 5 anos, 5.187 sinalizações, sendo que 1.053 ocorreram durante o ano 2013.

Relativamente ao outro âmbito que podemos analisar ainda com o quadro abaixo, pode-se verificar que a entidade com mais iniciativa de sinalização é a escola, com um total de sinalizações de 695, tendo este valor atingido o seu valor mais elevado em 2013, com 177 denúncias.

Segue-se, com grande expressão e por ordem decrescente as autoridades policiais, com 447 sinalizações, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens com 277 sinalizações, e os Estabelecimentos Saúde responsáveis por 273 sinalizações, nos últimos 5 anos - *os números de sinalizações apresentados parecem-nos capazes de comprovar o trabalho de sensibilização para estas problemáticas que vem sendo desenvolvido pela CPCJ'G.*

Quadro 25: Entidades sinalizadoras, 2009 e 2013

Entidade que sinalizou/ participou a situação	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Estabelecimentos Ensino	113	145	123	137	177	695
Autoridade Policial	51	76	96	129	95	447
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	74	49	57	50	47	277
Estabelecimentos Saúde	37	83	75	51	27	273
Sem Informação	45	49	77	51	41	263
Ministério Público	54	39	51	36	66	246
Mãe	25	17	20	25	21	108
Pai	14	29	13	26	22	104
Familiares	38	16	17	18	10	99
Autarquia	19	21	8	20	6	74
Tribunal	5	16	10	14	14	59
Vizinhos e Particulares	19	12	1	12	11	55
Projetos Comunitários	5	20	14	1	2	42
Atendimento Serviços Segurança Social	7		13	10	6	36
Comissão Local Acompanhamento (<i>atualmente designada por Núcleo Local de Inserção</i>) RSI	3	5	9	9	6	32
IPSS	7	4	5	1	6	23
Pais	1		3	8	1	13
Próprio		7	1	3	1	12
Instituição Acolhimento (Lar/CAT)	4	2	2	2		10
EMAT	1	1	5	1	1	9
Projetos				2	5	7
DGRS				3		3
NACJR (Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco)				1		1
<i>Não Aplicáveis</i>	454	430	416	511	488	2299
Total	976	1021	1016	1121	1053	5187

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar –

Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

Analisando pormenorizadamente os dados do quadro acima é possível perceber o número relevante de sinalizações realizadas por pessoas singulares (próprios; pais; familiares; vizinhos e particulares), que diretamente não têm responsabilidade institucional para o ato de sinalização. Verificamos que as sinalizações realizadas correspondem a 391, o que demonstra a importância das redes informais de vizinhança e proximidade na proteção das situações de risco.

Parece-nos importante refletir sobre as sinalizações efetuadas pelas Instituições Públicas com responsabilidade em primeira instância, de promoção e proteção dos direitos das Crianças e dos Jovens, atendendo a que os dados revelam que, são estas quem maioritariamente assumem a função de denunciadoras.

Uma última nota para as alíneas com a referência “Sem Informação” que diz respeito a sinalizações realizadas em fonte anónima e “Não Aplicáveis”, aquelas que diferem das pré-estabelecidas.

Atendendo ao elevado número de sinalizações efetuadas pela escola, resultado em parte da Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto, que estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar, o quadro abaixo pretende demonstrar a proveniência das mesmas, sendo que se destacam o Agrupamento de Escolas Valbom, o Agrupamento de Escolas de S. Pedro Cova bem como o Agrupamento de Escolas n.º 3 de Rio Tinto.

Importa referir que a alínea “Não aplicável” se refere a sinalizações realizadas por entidades formativas do município de Gondomar, bem como por agrupamentos de escolas extra-município.

Quadro 26: Agrupamentos de Escolas enquanto entidades sinalizadoras, 2009 e 2013

Agrupamentos de Escolas	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL	
						n	%
Agrupamento Escolas À Beira Douro	3	6	1	2	2	14	2,01%
Agrupamento Escolas Canedo	1	1		2		4	0,58%
Agrupamento Escolas Sta. Bárbara	11	9	7	16	8	51	7,34%
Agrupamento Escolas Gondomar	4	7	14	11	7	43	6,19%
Agrupamento Escolas Gondomar n.º1	14	8	5	12	14	53	7,63%
Agrupamento Escolas Pedrouços	11	10	15	9	18	63	9,06%
Agrupamento Escolas Rio Tinto	6	13	7	4	4	34	4,89%
Agrupamento Escolas Rio Tinto n.º2	5	8	11	3	10	37	5,32%
Agrupamento Escolas Rio Tinto n.º3	13	11	9	10	22	65	9,35%
Agrupamento Escolas S. Pedro Cova	14	24	11	8	15	72	10,36%
Agrupamento Escolas Valbom	15	30	11	33	34	123	17,70%
Escola Secundária S. Pedro Cova	3	7	12	12	17	51	7,34%
(Não Aplicáveis)	13	11	20	15	26	85	12,23%
TOTAL	113	145	123	137	177	695	100,00%

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar –
Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

Analisando ainda as sinalizações realizadas, o quadro abaixo permite aferir que 25,8% das sinalizações realizadas chegam à CPCJ’G por escrito, estando no outro extremo a modalidade contacto telefónico, com uma expressão na ordem dos 4,7%.

Quadro 27: Modalidade de contacto para sinalização, 2009 e 2013

Modalidade de Contacto	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Escrito	246	257	287	292	258	1340
Fax	73	155	125	80	51	484
Presencial	119	94	80	107	69	469
Correio Electrónico	28	25	51	91	148	343
Telefónico	53	55	57	40	39	244
Outra	3	5				8
(Não Aplicáveis)	454	430	416	511	488	2299
TOTAL	976	1021	1016	1121	1053	5187

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar –

Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

Caracterizando agora as crianças e jovens em acompanhamento pela CPCJ’G, entre 2009 e 2013, é clara uma diferenciação entre sexos com prevalência para o sexo masculino (no período de referência foram acompanhados mais 368 crianças e jovens do sexo masculino).

Retirado do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças em Gondomar – “Uma causa com coração”, Triénio 2011-2013, pp. 29, parece-nos pertinente fazer constar uma observação sobre esta matéria “(...) é evidente a regularidade da prevalência da intervenção em crianças e jovens do sexo masculino, tendo existido um crescente aumento de sinalizações, em 2001 a população sinalizada representou cerca de 0,55% da população residente no Município entre os 0-18 anos e em 2011 a população sinalizada representou 1,88%, ou seja, triplicou.”

Quadro 28: Caracterização de Crianças/ Jovens por sexo e faixa etária acompanhados pela CPCJ de Gondomar, entre 2009 e 2013

Faixa etária	Sexo	2009		2010		2011		2012		2013		TOTAL	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Desconhecido	M/F	0	0,00	1	0,10	1	0,10	0	0,00	1	0,10	3	0,06
0-2 anos	M	59	6,05	73	7,19	51	5,09	44	3,96	42	4,01	269	5,22
	F	62	6,36	69	6,79	44	4,40	34	3,06	33	3,15	242	4,70
3-5 anos	M	68	6,97	65	6,40	69	6,89	73	6,57	61	5,82	336	6,52
	F	61	6,26	62	6,10	61	6,09	76	6,84	56	5,34	316	6,13
6-8 anos	M	70	7,18	76	7,48	67	6,69	69	6,21	54	5,15	336	6,52
	F	59	6,05	68	6,69	70	6,99	70	6,30	60	5,73	327	6,35
9-10 anos	M	53	5,44	59	5,81	63	6,29	66	5,94	44	4,20	285	5,53
	F	42	4,31	45	4,43	45	4,50	44	3,96	39	3,72	215	4,17
11-14 anos	M	145	14,87	126	12,40	147	14,69	157	14,13	155	14,79	730	14,17
	F	112	11,49	97	9,55	116	11,59	137	12,33	130	12,40	592	11,49
15-17 anos	M	106	10,87	131	12,89	123	12,29	147	13,23	160	15,27	667	12,95
	F	100	10,26	101	9,94	105	10,49	126	11,34	133	12,69	565	10,97
18-21 anos	M	20	2,05	16	1,57	25	2,50	33	2,97	41	3,91	135	2,62
	F	18	1,85	27	2,66	14	1,40	35	3,15	39	3,72	133	2,58
TOTAL		975	100	1016	100	1001	100	1111	100	1048	100	5151	100

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar –

Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

No que se refere à análise das faixas etárias é de notar, por comparação às demais referências etárias e nos 5 anos em análise, o reduzido número de jovens entre os 18 e os 21 anos de idade em acompanhamento. Importa referir que estes jovens são considerados imputáveis para as situações de risco/crime mais graves que cometam, sendo portanto abrangidos pelas medidas aplicadas pelos Tribunais.

No entanto, em 2013 foram as crianças com idades entre os 0 e os 2 anos, as menos expressivas em termos de necessidade de acompanhamento.

Ainda, numa análise global, quer em termos dos anos em referência mas também relativamente ao ano de 2013, são os jovens com idades compreendidas, entre os 11 e os 17 anos de idade, aqueles que revelam um maior número de ocorrências passíveis da intervenção da CPCJ'G.

Caracterizando as crianças e jovens acompanhados pela CPCJ'G relativamente à residência das mesmas por território do município de Gondomar, e não descurando o facto de que as Comissões de Proteção exercem a sua competência na área do município onde estão sediadas, verifica-se através do quadro seguinte, que os territórios com maior número de crianças em acompanhamento são residentes em Rio Tinto, Gondomar (S. Cosme) e S. Pedro da Cova.

É ainda de referir que analisando estes mesmos dados proporcionalmente, ou seja, tendo por referência o número de residentes até aos 19 anos de idades com as crianças e jovens em acompanhamento, podemos aferir que, em termos percentuais, se destacam os territórios de S. Pedro da Cova com 13%, Valbom com uma representatividade de 11% e os territórios da Lomba e de Rio Tinto, ambos com uma expressividade de 9%, à semelhança da representatividade global do município de Gondomar.

Quadro 29: Caracterização das Crianças/ Jovens por território de residência acompanhadas pela CPCJ de Gondomar, entre 2009 e 2013

Freguesia	2009	2010	2011	2012	2013	Total	População residente entre os 0-19 anos de idade	
							N.º	% por referência à população residente
Município de Gondomar	547	637	629	632	591	3036	35162	9%
Baguim do Monte	38	41	45	41	43	208	2996	7%
Lomba	8	2	5	5	7	27	302	9%
Rio Tinto	171	183	183	181	178	896	10283	9%
União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova								
Fânzeres	56	90	93	90	68	397	5278	8%
São Pedro da Cova	102	88	97	77	90	454	3544	13%
União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo								
Foz do Sousa	12	11	12	13	13	61	1120	5%
Covelo	8	4	3	5	1	21	309	7%
União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim								
Gondomar (S. Cosme)	65	92	103	109	91	460	5766	8%
Valbom	61	79	46	71	65	322	2854	11%
Jovim	16	24	27	28	29	124	1493	8%
União de Freguesias de Melres e Medas								
Melres	4	17	10	8	2	41	810	5%
Medas	6	6	5	4	4	25	407	6%

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar – Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

Relativamente à naturalidade das crianças e jovens acompanhados pela CPCJ’G, na sua maioria são naturais de outros municípios do país (40,7%), bem como do município de Gondomar (37,2%). A CPCJG acompanhou ainda, 112 crianças e jovens que vieram de outros países.

De notar que esta característica - naturalidade, não é conhecida de cerca de 1.026 das crianças e jovens acompanhadas nos últimos anos, representando 19,9%.

Quadro 30: Caracterização de Crianças/ Jovens por naturalidade acompanhados pela CPCJ de Gondomar, entre 2009 e 2013

Naturalidade		Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Total
Portugal	Mesmo Concelho da CPCJ	366	341	384	444	381	1916
	Outros Concelhos do País	288	352	452	517	488	2097
Países da União Europeia		4	5	9	17	8	43
Outros Países da Europa		2	2	11	11	3	29
PALOP's		4	5	2	2	2	15
Brasil		4	3	2	6	9	24
Outros Países da América					1		1
Desconhecida		307	308	141	113	157	1026
TOTAL		975	1016	1001	1111	1048	5151

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar – Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

No que se refere ao enquadramento socioeducativo das crianças até aos 6 anos de idade em acompanhamento no período de referência, 2009 a 2013, (quadro 31) e embora um número significativo, de crianças permaneçam em casa acompanhados da família (mãe ou família alargada), a grande maioria destas frequenta já uma resposta social - Ama, Creche, Pré-escolar e CATL. A resposta de Pré-escolar é aquela que integra um maior número de crianças, talvez também aqui com alguma responsabilidade por parte da já mencionada Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto, que estabelece o regime da escolaridade obrigatória.

Quadro 31: Enquadramento socioeducativo das Crianças/ Jovens acompanhadas pela CPCJ de Gondomar, entre 2009 e 2013

Enquadramento Socioeducativo	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Educação Pré-Escolar - Rede Pública	31	29	33	45	34	172
Educação Pré-Escolar - Entidades Privadas	2	3	4	3	1	13
Educação Pré-Escolar - Rede Solidária	8	17	14	12	10	61
Escola - Rede Pública	6	10	10	11	6	43
Em casa com a família alargada		2	3	9	7	21
Em casa com a mãe	1	2	6	18	24	51
Creche - Rede Pública	6	4	5	6	1	22
Creche - Entidades Privadas	4	8	5	4	2	23
Creche - Rede Solidária	22	30	26	21	15	114
CATL - Rede Pública		1	1			2
CATL - Lucrativo	1	1	1		1	4
CATL - Rede Solidária			2	2		4
Ama Privada	5	10	7	4	4	30
Ama Enquadrada pela Segurança Social	2	3	2	2	1	10
Ama em Creche Familiar	1	1	1			3
Outro				1	4	5
(Não Caracterizados)	161	149	106	90	82	588
TOTAL	250	270	226	228	192	1166

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar – Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

O quadro 32 permite-nos constatar que, das 5.146 sinalizações referentes aos anos em análise, a grande maioria destas crianças/jovens (2.227) frequenta o ensino regular e 414 frequenta o ensino profissional. Importa referir que mais de 50% das crianças/jovens em acompanhamento não têm caracterizada esta situação.

Quadro 32: Frequência da modalidade de ensino das Crianças/ Jovens acompanhadas pela CPCJ de Gondomar, entre 2009 e 2013

Modalidade de Ensino	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Regular	371	410	473	519	454	2227
Técnico-Profissional na Escola	47	49	53	65	54	268
Regime Educativo Especial	41	35	30	32	33	171
Ensino Profissional - Centro de Formação	17	18	38	46	27	146
Outro				2	5	7
(Não Caracterizados)	498	502	406	447	474	2327
TOTAL	974	1014	1000	1111	1047	5146

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar – Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

Ao procedermos à análise do quadro seguinte, é possível percebermos que o tipo de agregado familiar destas crianças e jovens que mais se destaca, é a família nuclear com filhos, tendo sido contabilizados 717 agregados, logo seguido pelas famílias monoparentais, com 642 agregados dos quais 561 são famílias monoparentais feminina, bem como as famílias reconstituídas, que representam 253 agregados familiares.

Quadro 33: Caracterização do agregado familiar das Crianças/ Jovens acompanhadas pela CPCJ de Gondomar, entre 2009, 2010 e 2013

Tipo de Agregado Familiar	2009	2010	2013	Total
Família Nuclear com Filho(s)	241	221	255	717
Família Monoparental Feminina	191	188	182	561
Família Reconstituída	61	92	100	253
Família com Mais de Um Núcleo	43	56	51	150
Família Monoparental Masculina	26	32	23	81
Outra	22	13	18	53
Família Nuclear Sem Filho(s)	9	4	9	22
Desconhecido	52	94	111	257
TOTAL	645	700	749	2094

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar – Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

Especificando estes agregados familiares e utilizando para esse efeito o quadro 34, 913 crianças e jovens em acompanhamento vivem apenas com a Mãe biológica, seguidos por 783 que residem com Mãe e pai biológicos.

Relativamente a crianças/jovens que residem em Instituição de Acolhimento e de Família de Acolhimento, verificam-se 64 e 4 situações respetivamente. A tipologia de Jovem a viver sozinho/a e Jovem em União de facto regista apenas 2 situações.

Quadro 34: Caracterização do agregado familiar das Crianças/ Jovens acompanhadas pela CPCJ de Gondomar, entre 2009, 2010 e 2013

Com quem vive a criança/jovem	2009	2010	2013	Total
Mãe Biológica	274	316	323	913
Mãe e Pai Biológicos	255	246	282	783
Pai Biológico	38	43	40	121
Instituição de Acolhimento	15	19	30	64
Desconhecido	8	23	3	34
Só Avô/Avó Paterno	6	9	9	24
Avós Maternos	6	4	12	22
Tios Maternos	8	3	7	18
Só Avô/Avó Materno	4	6	7	17
Avós Paternos	3	4	8	15
Pessoa de Referência Sem Laço de Parentesco	1	7	5	13
Tios Paternos	1	1	6	8
Só Tia/Tio Materno	3	2	2	7
Mãe e Pai Adotivos		2	3	5
Irmã/Irmão	1	4		5
Madrinha	2	1	1	4
Família de Acolhimento	1	1	2	4
Pai Adotivo	1	2		3
Mãe Adotiva	2		1	3
Só Tia/Tio Paterno	1		1	2
Padrasto	1		1	2
Irmãos	2			2
Jovem a Viver Sozinho/a			1	1
Jovem a Viver em União de Facto			1	1
Outra	12	7	4	23
Total	645	700	749	2094

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar – Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

Quanto ao tipo/condições que apresentam as habitações onde residem as crianças e jovens em acompanhamento, destacam-se os apartamentos, bem como as habitações unifamiliares. Não obstante, as casas abarracadas, alojamento coletivo e tenda/*roulotte* apresentam ainda um universo de 28 situações.

Quadro 35: Caracterização do tipo de habitação onde residem as Crianças/ Jovens acompanhadas pela CPCJ de Gondomar, entre 2009, 2010 e 2013

Tipo Habitação	2009	2010	2013	Total
Apartamento/Andar	315	352	419	1086
Casa Unifamiliar	158	170	209	537
Parte de Casa	28	39	14	81
Outro	3	12	16	31
Barraca	8	3	3	14
Alojamento Coletivo/Casa de Dormida	5	4		9
Tenda/Roulotte		4	1	5
Sem Informação	15	42	13	70
Desconhecido	113	74	38	225
Total	645	700	713	2058

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar – Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

Entendendo-se como pertinente uma análise pormenorizada sobre as condições em que habitam as crianças/ jovens em acompanhamento pelo CPCJ de Gondomar e cruzando os dados disponíveis podemos averiguar que das 614 crianças e jovens em acompanhamento (processos ativos em outubro de 2014), 109 residem em Conjuntos Habitacionais do Município, conforme o quadro seguinte, representando 17,8% das crianças e jovens em acompanhamento.

Quadro 36: Número de Crianças/ Jovens acompanhadas pela CPCJ de Gondomar residentes em Conjuntos Habitacionais de Gondomar - processos em acompanhamento em outubro de 2014

Freguesia	Denominação do Conjunto Habitacional	N.º de Fogos	N.º de Pessoas Residentes	N.º de crianças em acompanhamento
Baguim do Monte	Crasto	250	518	13
Lomba	Lomba	30	72	1
Rio Tinto:		770	2.104	24
	Boavista	6	13	0
	Triana	25	88	3
	Senhor dos Aflitos	88	221	5
	Ponte	80	168	0
	Areias	220	583	1
	Carreiros	256	742	15
	Padre Vidinha	95	289	0
União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova:		1.254	3.467	47
	Sta. Bárbara	148	429	2
Fânzeres	Santo António	109	377	11
	Várzea	56	108	0
	Tardariz	128	364	5
	Bairro Mineiro	404	962	12
S. Pedro da Cova	Belo Horizonte	3	8	0
	Dr. Durão Barroso	156	512	7
	Padre Joaquim Alves das Neves	43	108	0
	Gandra	207	599	10
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo:		72	245	1
Foz do Sousa	Foz do Sousa	54	182	0
Covelo	Covelo	18	63	1
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim:		893	2.175	22
	Monte Crasto	188	529	2
Gondomar (S. Cosme)	Padre Vaz	93	261	3
	Fontela	88	168	2
	Casas Amarelas	20	53	0
Valbom	Monte	252	559	5
	Giesta	138	369	7
Jovim	Trás-da-Serra	114	236	3
União das Freguesias de Melres e Medas:		71	194	1
Melres	Melres	35	91	0
Medas	Medas	36	103	1
Total		3.340	8.775	109

Fonte: CPCJG - outubro 2014

Analisando agora os motivos que levaram à intervenção da CPCJG entre 2009 e 2013, o quadro 37 revela que estes se depreendem com a “Negligência” com 760 intervenções, seguido de “Maus-tratos psicológicos/ indiferença afetiva” e “Abandono/ Absentismo escolar”, com 546 e 469 intervenções respetivamente, seguidas de 383 intervenções despoletadas devido a situações de “Violência Doméstica”.

Numa análise por sexo, podemos observar que apenas em intervenções relacionadas com “Abuso Sexual”, em todos os anos em análise, bem como a “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar/ desenvolvimento da criança/ jovem” nos anos 2012 e 2013 se destaca o sexo feminino. Relativamente aos “Maus-tratos físicos e psicológicos” bem como a “Negligência”, os valores que diferenciam ambos os sexos parecem-nos, da análise efetuada, muito próximos.

Importa referir que a CPCJ’G iniciou intervenção com casos diagnosticados como “Violência Doméstica” a partir do ano 2011, por imposição de legislação. Até então estas situações estavam inseridas em motivos como: “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar/ desenvolvimento da criança/ jovem”; “Maus-tratos psicológicos/ indiferença afetiva”; “Maus-tratos físicos”.

Quadro 37: Caracterização do motivo da intervenção da CPCJ de Gondomar por sexo, 2009 a 2013

Motivo da Intervenção	2009			2010			2011			2012			2013		
	M	F	S-t	M	F	S-t	M	F	S-t	M	F	S-t	M	F	S-t
Abuso sexual	1	16	17	2	4	6	2	9	11	7	16	23	0	12	12
A criança/ jovem está abandonada/ entregue a si própria	4	2	6	2	1	3	3	1	4	0	0	0	4	1	5
A criança/ jovem assume comportamentos que afetam o bem-estar/ desenvolvimento	1	2	3	9	4	13	13	3	16	50	29	79	44	33	77
Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar/ desenvolvimento da criança/ jovem	50	19	69	18	18	36	26	17	43	6	12	18	7	9	16
Violência Doméstica	---	---	---	---	---	---	31	39	70	89	82	171	73	69	142
Mendicidade	3	2	5	0	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0
Maus-tratos físicos	23	17	40	18	17	35	29	24	53	18	19	37	16	12	28
Maus-tratos psicológicos/ indiferença afetiva	64	84	148	113	105	218	66	51	117	14	18	32	18	13	31
Negligência	95	71	166	92	76	168	86	80	166	82	75	157	56	47	103
Outras situações de perigo	0	0	0	0	2	2	3	3	6	4	2	6	0	0	0
Prática de facto qualificado como crime para crianças com idade <a 12 anos	6	0	6	3	2	5	12	3	15	2	2	4	4	2	6
Abandono/ Absentismo escolar	25	35	60	59	43	102	53	38	91	33	45	78	81	57	138
(Não Aplicáveis)	252	204	456	236	196	432	235	188	423	291	224	515	258	237	495
Total	524	452	976	552	469	1021	560	456	1016	597	524	1121	561	492	1053

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar – Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

O quadro seguinte, em tudo idêntico ao quadro 37, permite de um modo mais claro perceber os motivos que despoletaram intervenções por parte da CPCJ'G, por ano civil. Assim, podemos aferir uma tendência decrescente, ao nível das intervenções efetuadas, excetuando-se desta situação o Abandono/ Absentismo escolar.

Quadro 38: Caracterização do motivo da intervenção da CPCJ de Gondomar - valores absolutos, 2009 a 2013

Motivo da Intervenção	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Abuso sexual	17	6	11	23	12	51
A criança/ jovem está abandonada/ entregue a si própria	6	3	4	0	5	13
A criança/ jovem assume comportamentos que afetam o bem-estar/ desenvolvimento	3	13	16	79	77	173
Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar/ desenvolvimento da criança/ jovem	69	36	43	18	16	137
Violência Doméstica	0	0	70	171	142	352
Mendicidade	5	1	1	1	0	5
Mau trato físico	40	35	53	37	28	147
Mau trato psicológico/ indiferença afetiva	148	218	117	32	31	396
Negligência	166	168	166	157	103	603
Outras situações de perigo	0	2	6	6	0	11
Prática de facto qualificado como crime para crianças com idade <a 12 anos	6	5	15	4	6	24
Abandono/ Absentismo escolar	60	102	91	78	138	381
<i>(Não Aplicáveis)</i>	456	432	423	515	495	1882
Total	976	1021	1016	1121	1053	4175

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar – Uma causa com Coração” – Triénio 2014-2016

Por último, parece-nos pertinente uma análise sobre as medidas de promoção e proteção aplicadas às crianças e jovens pela CPCJ'G, após a confirmação das sinalizações realizadas.

Reitera-se que as Comissões de Proteção são as únicas entidades, para além dos Tribunais, com competência para a aplicação de tais medidas necessitando, no entanto, do consentimento dos pais, representante legal ou de quem detenha a guarda de facto e a não oposição das crianças e dos jovens, com mais de doze anos de idade.

Quadro 39: Caracterização das medidas de promoção/ proteção aplicadas pela CPCJ de Gondomar, 2009 a 2013

Medidas de Promoção/ Proteção aplicadas	2009			2010			2011			2012			2013		
	M	F	S-t	M	F	S-t	M	F	S-t	M	F	S-t	M	F	S-t
Acolhimento em Instituição	39	30	69	47	26	73	38	26	64	33	22	55	27	18	45
Acolhimento Familiar	2	5	7	2	4	6	3	2	5	2	1	3	3	1	4
Apoio Junto de Outro Familiar	30	29	59	30	30	60	29	34	63	41	46	87	33	31	64
Apoio Junto dos Pais	361	275	636	355	272	627	350	284	634	354	279	633	264	187	451
Apoio para Autonomia de Vida	---	2	2	---	2	2	---	---	---	---	---	---	---	1	1
Confiança a Pessoa Idónea	3	5	8	10	9	19	8	5	13	9	4	13	10	1	11
Total	435	346	781	444	343	787	428	351	779	439	352	791	337	239	576

Fonte: Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do Município de Gondomar – Uma causa com Coração”

– Triénio 2014-2016

O quadro 39 esclarece sobre as medidas que vêm sendo aplicadas em Gondomar, sendo que, entre 2009 e 2013 foram aplicadas 3.714 medidas de promoção/ proteção, das quais 2.981 se referem a Apoio Junto dos Pais, 333, a Apoio Junto de Outro Familiar, 306 a Acolhimento em Instituição, 64 Confiança a Pessoa Idónea, 25 a Acolhimento Familiar e 5 no Apoio para Autonomia de Vida.

O designado Apoio Junto dos Pais é a medida mais aplicada, indo de encontro ao referido pela Lei de Proteção de Crianças em Risco, de que esta medida deve prevalecer relativamente às outras e visa proporcionar à criança e ao jovem apoio a vários níveis (psicológico, social, económico), podendo ser igualmente direcionado para as famílias.

Relativamente ao Apoio junto de outro familiar, medida aplicada quando a família biológica da criança ou do jovem não existe, esta consiste na integração da criança ou jovem numa família com relações de parentesco que se propõe assumir a sua guarda de fato. Esta medida regista aumento progressivo, entre 2009 e 2012, tendo atingido o valor máximo em 2012, com 87 medidas aplicadas. Ao longo dos últimos cinco anos em análise, a CPCJ’G aplicou 306 medidas de proteção que resultaram em Acolhimento em Instituição, medida que consiste na colocação da criança ou do jovem numa instituição de acolhimento, de acordo com período de tempo, que se entenda necessário para assegurar a remoção da situação de risco.

Como último apontamento sobre a CPCJ'G parece-nos pertinente abordar o Projeto de “**Mediação Educativa**” promovido por esta Comissão, desde o ano letivo de 2006/2007, ano em que o número de situações sinalizadas por absentismo/abandono escolar foi significativo.

Este Projeto, para além de garantir um diagnóstico das situações sinalizadas até esse período, implementou a figura do “*Mediador Educativo*”, cuja principal função foi, e continua a ser atualmente, a de articulação e mediação entre a Escola/Agrupamento e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar, transformando-se este Mediador num interlocutor privilegiado entre os vários intervenientes do processo educativo/formativo dos alunos.

Nestes sentido são objetivos gerais do projeto:

- Contribuir para uma articulação efetiva entre as Escolas/ Agrupamentos e a CPCJ'G;
- Promover o combate ao absentismo/abandono escolar no Concelho de Gondomar;
- Contribuir para a diminuição das sinalizações à CPCJ'G;
- Dinamizar formação com vista ao envolvimento dos vários intervenientes na promoção de uma intervenção sustentada.

Na operacionalização deste projeto destaca-se a celebração de um protocolo renovado anualmente Protocolo entre a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar, a Câmara Municipal de Gondomar, a DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (Direção de Serviços da Região Norte), bem como as entidades educativas do município, incluindo os Agrupamentos de Escolas de Canedo e Pedrouços.

Atualmente, todas as entidades educativas do município destacam um Professor ou Técnico para assumir essa função, estando despidos para todas as situações que evidenciam (este e outros) fenómenos de possíveis situações de risco/perigo. A CPCJ'G reúne individualmente com cada mediador, sempre que necessário e periodicamente, com o grupo dos mediadores educativos de cada escola, orientando a sua ação.

Apesar da implementação do projeto ter ocorrido no ano letivo de 2007/2008, os resultados esperados com a aplicação do projeto Mediação Educativa começam a ser visíveis no ano de 2009, uma vez que, se verifica um decréscimo bastante acentuado do número de sinalizações, contando apenas 60 casos de abandono e absentismo escolar, que correspondem a menos de metade dos casos existentes no ano anterior. Desde essa data, apenas se entende como relevante, o número de sinalizações realizadas em 2013 que foram de 138, mas que se justifica atendendo à entrada em vigor da Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto bem como à diminuição da oferta formativa no ano letivo 2012/2013.

O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) promovido pela Comissão Europeia, através do Regulamento (CEE) n.º 3149/92 de 29 de outubro, estabeleceu um plano de atribuição de recursos aos Estados-Membros, bem como as normas de execução para o fornecimento de géneros alimentícios a favor das pessoas mais carenciadas da União Europeia, dando igualmente destino aos excedentes agrícolas da Europa.

De acordo com o Regulamento já mencionado e enquanto Estado-membro da Comunidade, Portugal informava anualmente a Comissão do seu desejo de realizar o PCAAC, até 1 de fevereiro do ano que precede o período de execução do Plano Nacional Anual de Distribuição dos Produtos Alimentares, cabendo posteriormente à Comissão Europeia discriminar por Estado-membro a quantidade em toneladas dos produtos provenientes das existências de intervenção, no caso de existência de excedente comunitário ou a dotação financeira a atribuir para a aquisição da matéria-prima para a produção dos produtos.

Podiam ser beneficiários do PCAAC, desde que em território nacional, todas as famílias/pessoas e Instituições/utentes cuja situação de dependência social e financeira fosse verificada e reconhecida, com base nos Critérios de Elegibilidade aprovados por Despacho de 06/02/96, do então Secretário de Estado da Inserção Social.

Neste sentido, o quadro abaixo pretende refletir sobre o número de famílias/ pessoas que beneficiavam deste programa no município de Gondomar nos anos 2012 e 2013, pese embora a inexistência de informação sobre duas entidades no ano de 2012, bem como o início da Associação para o Desenvolvimento Social de Gondomar como entidade mediadora em 2013 - é de notar um aumento substancial no número de famílias e de beneficiários apoiados neste ano de referência.

Assim, no seguimento do levantamento realizado, em 2012 e 2013 foram apoiadas respetivamente, 3.092 e 4.391 pessoas residentes no município de Gondomar, por diversas entidades mediadoras do município, conforme o quadro abaixo o demonstra.

Quadro 40: Número de famílias e beneficiários do PCAAC no município de Gondomar entre 2012 e 2013, por entidade mediadora

Instituições mediadoras no Município de Gondomar	2012		2013	
	N.º de Famílias	N.º de beneficiários	N.º de Famílias	N.º de beneficiários
AFAGOS	184	596	168	581
Amizade – Associação de Imigrantes de Gondomar	43	106	46	118
Associ. p/ Desenvol. Integrado da Cidade de Valbom	92	253	170	500
Associ. p/ o Desenvolvimento Social de Gondomar	---	---	30	83
Associação de Amigos do Padre Moura	86	255	116	338
Associação Social, R.C.B.F. “Vai Avante”	66	215	74	248
Associação Vicentina de Melres	20	51	31	76
Conferência Mista de St. António do Corim	S/ Inf.	S/ Inf.	125	409
Cridosas	S/ Inf.	S/ Inf.	31	99
Gondomar Social - Assoc. de Intervenção Comunitária	100	323	237	755
Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme)	107	371	92	292
Liga Nacional Contra a Fome	28	77	35	94
Santa Casa Misericórdia Vera Cruz de Gondomar	256	845	236	798
Total	982	3092	1391	4391

Fonte: Entidades mediadoras do PCAAC, 2014

O quadro seguinte permite analisar o território de Gondomar por intervenções realizadas em cada freguesia, podendo-se relacionar o número de entidades presentes em cada um destes territórios, bem como o número de beneficiários por freguesia de residência - as instituições com maior número de pessoas/famílias apoiadas estão representadas nos territórios de Rio Tinto, Valbom e S. Pedro da Cova.

Quadro 41: Número de famílias e beneficiários do PCAAC no município de Gondomar entre 2012 e 2013 por território

Freguesias de residência	2012			2013		
	Instituições mediadoras PCAAC	N.º de Famílias	N.º de beneficiários	Instituições mediadoras PCAAC	N.º de Famílias	N.º de beneficiários
Município de Gondomar	10	982	3.092	13	1.391	4.391
Baguim do Monte	6	104	302	7	149	428
Lomba	2	2	7	2	7	25
Rio Tinto	6	119	356	8	318	945
União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova						
Fânzeres	6	112	347	9	129	446
S. Pedro da Cova	4	181	647	6	202	704
União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo						
Foz do Sousa	3	16	42	3	19	51
Covelo	3	5	27	3	11	50
União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim						
Gondomar (S. Cosme)	5	167	570	7	192	645
Valbom	7	209	599	7	285	851
Jovim	4	42	123	4	40	134
União de Freguesias de Melres e Medas						
Melres	3	18	49	3	29	72
Medas	2	7	23	2	10	40

Fonte: Entidades mediadoras do PCAAC, 2014

Em termos latos, importa mencionar que, da análise dos Relatórios de Execução relativos ao Plano de Distribuição dos produtos que integraram o PCAAC 2013 elaborados e enviados pelos 18 Centros Distritais do ISS, I.P., pelo ISSA e pelo ISSM, I.P. - RAM, foram verificados aspetos considerados como de relevantes a ter em consideração, para futuras intervenções neste âmbito, nomeadamente:

Aspetos gerais positivos:

- Cumprimento generalizado, dos critérios de elegibilidade dos beneficiários;
- Excelente qualidade e diversidade dos produtos;
- Introdução de novos produtos que levaram a uma melhoria do cabaz distribuído aos(as) beneficiários(as);
- Boa aceitação dos produtos, por parte dos/das beneficiários(as);
- Inexistência de custos para as/os beneficiárias(os);
- Boa articulação, disponibilidade e colaboração das Entidades Mediadoras e Beneficiárias;
- Boa prestação de serviços por parte das empresas adjudicatárias;
- Utilização da aplicação informática, para elaboração e validação das listas de beneficiários;
- Melhoria no armazenamento e acondicionamento dos produtos;
- Adesão ao programa, por parte de instituições, famílias e utentes;
- Melhor adequação da quantidade dos produtos, face ao número de beneficiários;
- Maior adequação dos produtos às necessidades dos beneficiários, nomeadamente famílias numerosas e com menores;
- Estabelecimento de rede de parceria através da implementação do Programa;
- Boa articulação entre a equipa Central do ISS, I.P. e os CDist. do ISS, I.P./ ISSA / ISSM, I.P. - RAM.

Constrangimentos:

- Fragilidade das embalagens coletivas de alguns produtos;
- Elevada carga burocrática do programa;
- Complexidade das orientações de execução do Programa (Guião de Execução);
- Falta de capacidade de armazenagem em frio, em algumas regiões do País;
- Dificuldades na utilização da Aplicação informática.

Propostas:

- Melhoria da aplicação informática;
- Alargamento dos prazos de distribuição dos produtos aos beneficiários;
- Revisão e atualização do guião do Programa;
- Diminuir a burocracia do Programa.

Assim e ao longo de mais duas décadas, o PCAAC, enquanto programa comunitário de distribuição alimentar, foi uma importante fonte de aprovisionamento para as organizações que trabalharam em contacto direto com as populações mais carenciadas, distribuindo anualmente cerca de 500.000 toneladas de alimentos.

FEAC – Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados

Na tentativa de dar resposta às complexas situações económicas e financeiras que se têm apresentado por toda a Europa, com particular severidade nos últimos anos, a Comissão Europeia apresentou o Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (FEAC) que pretende reforçar a coesão social na UE. Este novo instrumento financeiro tem como objetivo específico atenuar a privação material e alimentar grave às pessoas mais carenciadas, proporcionando-lhes uma perspetiva de vida condigna. A Comissão Europeia pretende que este programa contribua para a redução do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social que conforme a meta fixada na Estratégia Europa 2020 se pretende que seja em pelo menos 20 milhões de pessoas; Portugal está dotado com uma verba 157 milhões de euros para a aplicação do FEAC.

Não se encontrando concluído o processo de criação do FEAC, foi decidido implementar, para o ano de 2014, a Operação «Aquisição de Produtos Alimentares», mantendo-se o Instituto da Segurança Social, I.P., como o organismo responsável pela coordenação global das políticas de ação social.

Não obstante, os atos administrativos inerentes a todo o processo, bem como as entidades mediadoras do anterior PCAAC mantiveram-se como entidades para 2014.

Assim, o quadro abaixo pretende demonstrar o número de famílias e beneficiários apoiados pelas diversas entidades mediadoras do município, sendo 4.063 as pessoas que se encontram a beneficiar deste programa.

Quadro 42: Entidades mediadoras do FEAC no município de Gondomar em 2014

Instituições mediadoras no Município de Gondomar	2014	
	N.º de Famílias	N.º de beneficiários
Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Valbom	152	453
Amizade - Associação de Imigrantes de Gondomar	44	104
Associação Vicentina Melres	29	73
Conferencia Vicentina de Santo Antonio de Corim	166	557
Freguesia Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	151	466
Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante	72	234
AFAGOS - Associação de Formação e Apoio Gondomar Social	155	489
Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária	132	405
Irmandade Santa Casa Misericórdia Vera Cruz Gondomar	259	843
AAPM - Associação Amigos do Padre Moura	88	259
Cridosas - Associação Humanitária	21	70
Liga Nacional contra a Fome	39	110

Fonte: Centro Distrital do Porto do ISS, IP | outubro 2014

Ainda, no âmbito do apoio alimentar, importa referir que no município de Gondomar existem estruturas que garantem uma resposta alimentar diária, como Cantinas e Refeitórios Sociais, e Cozinha Comunitária.

Refeitório/Cantina Social

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

(in Carta Social, 2011)

O quadro abaixo demonstra o número de refeições que diariamente são disponibilizadas no município a pessoas em situação de fragilidade socioeconómica - estes dados apontam para 451 refeições confeccionadas que são servidas diariamente, em diversos pontos do município, numa lógica de proximidade à população que delas necessitem.

Quadro 43: N.º de beneficiários das Cantinas/ Refeitórios Sociais do município de Gondomar por entidade mediadora - outubro 2014

Entidade	Resposta	Territórios	N.º beneficiários	Lista de espera
Associação para o Desenvolvimento Social de Gondomar	Cozinha Comunitária – Projeto Boa Esperança	Gondomar (S. Cosme)	36 (2.ª a 6.ª feira)	0
	Cozinha Comunitária – Projeto Boa Esperança	Gondomar (S. Cosme)	50 (36+14*) <i>* Fins-de-semana</i>	0
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	Refeitório social	Fânzeres	2	0
		S. Pedro da Cova	3	
		Gondomar (S. Cosme)	25	
		Rio Tinto	1	
Centro Social e Paroquial de S. Pedro da Cova	Mesa de S. Pedro	S. Pedro da Cova e outros	45	0
Liga Nacional contra a Fome	Refeitório social	Baguim do Monte	1	0
		Fânzeres	7	
		Rio Tinto	73	
Associação do Porto de Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom	Cantina Social - P.E.A.	Gondomar (S. Cosme)	6	9
		Valbom	56	38
Centro Social da Paróquia de Rio Tinto	Cantina Social - P.E.A.	Baguim do Monte	3	12
		Fânzeres	8	
		Rio Tinto	54	
Centro Social Paroquial de S. João da Foz do Sousa	Cantina Social - P.E.A.	Fânzeres	14	
		S. Pedro da Cova	4	
		Foz do Sousa	14	
		Gondomar (S. Cosme)	12	
		Valbom	9	
		Jovim	28	

Fonte: Entidades mediadoras das Cantinas/Refeitórios Sociais do município de Gondomar, outubro 2014.

Programa DÁ, Direto Apoio a Famílias Carenciadas do Município de Gondomar

... ao aperfeiçoamento da intervenção comunitária...

“Social +” Programa de Desenvolvimento Social

Com início em fevereiro de 2007, o Programa DÁ, Direto Apoio a Famílias Carenciadas do Município de Gondomar, constituiu-se como uma medida de apoio mensal às famílias em situação de grave carência económica. Através da atribuição de vales a famílias em situação de fragilidade social, este programa permitia a aquisição exclusiva de géneros alimentares junto das mercearias aderentes, com valores calculados em função do agregado familiar.

Quadro 44: Dotação Financeira da Câmara Municipal de Gondomar 2007-2013

Evolução anual:	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 - Até 30 Set.
N.º Agregados familiares apoiados	167	174	382	579	860	1632	2109	733
Apoio financeiro anual	11.411,87€	32.752,92€	71.581,60€	128.291,42€	230.802,62€	362.041,77€	592.694,74€	363.882,29€

Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | setembro 2014

Como instrumento de intervenção social, o Programa Dá permitiu, por um lado, uma resposta direta face às necessidades de subsistência das famílias em situação de carência socioeconómica, possibilitando ainda a dinamização da economia local, através do apoio à revitalização do comércio tradicional e cooperativas locais.

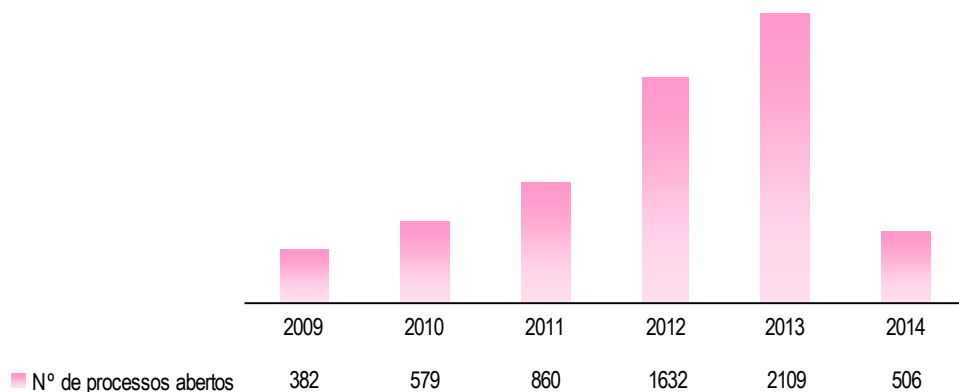
Quadro 45: Evolução do n.º de Mercearias aderentes ao Programa DÁ - 2007-2014

Município de Gondomar	Bolsa de Mercearias do Programa DÁ							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Município de Gondomar	22	24	27	29	30	39	48	54
Baguim do Monte	2	2	2	2	3	4	4	7
Lomba	0	0	0	0	0	0	1	1
Rio Tinto	5	6	7	8	7	9	10	11
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova								
Fânzeres	2	3	4	4	4	5	8	9
São Pedro da Cova	4	4	5	6	7	8	10	10
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo								
Foz do Sousa	1	1	1	1	1	1	1	1
Covelo	0	0	0	0	0	0	0	0
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim								
Gondomar (S. Cosme)	3	3	3	3	3	3	6	6
Valbom	3	3	3	3	3	5	6	5
Jovim	0	0	0	0	0	0	0	2
União das Freguesias de Melres e Medas								
Melres	2	2	2	2	2	2	2	2
Medas	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | setembro 2014

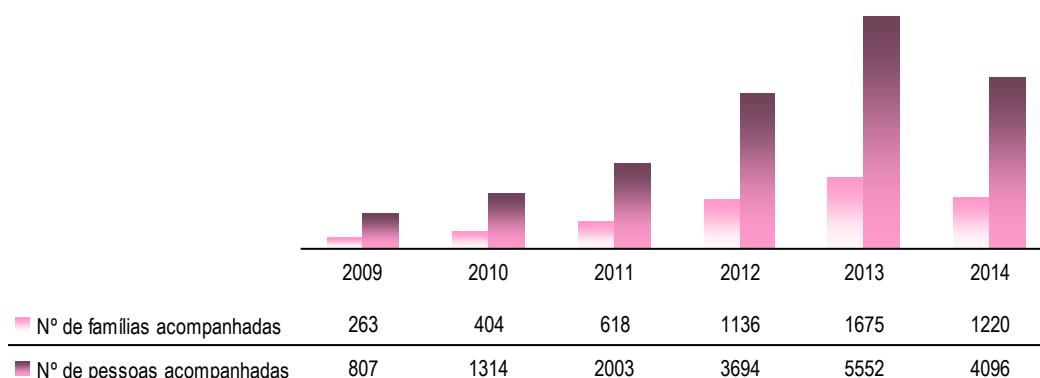
Atendendo à alteração do Regulamento do Programa DÁ em 2009 e no sentido de pertinência e comparação de informação, apresentam-se abaixo estatísticas relativas ao número de processos abertos, famílias e pessoas acompanhadas.

Gráfico 2: Evolução de n.º de processos abertos, entre dezembro de 2009 e junho de 2014



Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | setembro 2014

Gráfico 3: Evolução de n.º de famílias e pessoas em acompanhamento pelo Programa DÁ, entre dezembro de 2009 e junho de 2014



Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | setembro 2014

Tal como se pode verificar pelos gráficos acima expostos, os anos 2012 e 2013 revelam o maior crescimento do número de candidaturas, famílias e pessoas em acompanhamento pelo Programa DÁ. Esta tendência está a par não só com a agudização da situação socioeconómica do país, mas sobretudo com as alterações introduzidas no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI), através do Decreto-Lei n.º 133/2012 de 27 de Junho, tendo influência no valor dos rendimentos dos agregados familiares e consequentemente, no valor *per capita* a aferir, em conformidade com o regulamento do Programa DÁ.

Ao longo dos sete anos de implementação do Programa DÁ, os dados revelam que o perfil tipo do beneficiário/a é tendencialmente do sexo feminino, desempregado/a, residente em zonas urbanas,

em idade ativa, sem qualificação profissional. Estes dois últimos anos de intervenção do Programa têm também revelado que os territórios de Fânzeres e S. Pedro da Cova, não obstante a freguesia de Rio Tinto, são tendencialmente mais vulneráveis, com um aumento significativo de famílias em comparação com as restantes freguesias, conforme o quadro seguinte.

Quadro 46: Evolução do n.º de Agregados familiares (processos) apoiados por freguesia do município de Gondomar

Município de Gondomar	Nº de Processos anuais							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Baguim do Monte	17	7	17	36	35	111	161	106
Lomba	1	0	0	4	4	8	10	2
Rio Tinto	39	63	98	159	219	405	466	123
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova								
Fânzeres	16	22	52	95	130	234	304	98
São Pedro da Cova	20	24	66	79	160	313	442	117
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo								
Foz do Sousa		0	4	2	10	22	34	21
Covelo		0	0	2	3	10	14	10
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim								
Gondomar (S. Cosme)	36	35	78	113	153	272	291	122
Valbom	21	10	38	59	85	157	258	71
Jovim	14	12	25	23	41	79	105	49
União das Freguesias de Melres e Medas								
Melres		1	2	3	11	13	13	6
Medas	3	0	2	4	9	8	11	8
Município de Gondomar	167	174	382	579	860	1632	2109	733

Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | setembro 2014

Este programa permaneceu em vigor até junho de 2014, data a partir da qual o Município de Gondomar implementou um novo programa de apoio designado Social +.

O Programa Social+ é uma medida social da Câmara Municipal de Gondomar, criado pela Divisão de Desenvolvimento Social, como resposta às necessidades emergentes dos novos contextos sociais das famílias residentes há pelo menos 12 meses no Município. Este Programa consiste na prestação de apoios não cumulativos às famílias em situação de maior vulnerabilidade social, nomeadamente ao nível Alimentar, na área da Saúde e da Habitação, prevendo ainda um Fundo de Emergência a ser utilizado em situações excecionais, urgentes e de extrema carência.

Objetivos:

Promover e sustentar a transversalidade ao nível da ação e desenvolvimento social;

Fomentar a complementaridade e não sobreposição em relação aos demais organismos com competência na área da intervenção social;

Promover a intervenção social integrada possibilitando um permanente acompanhamento;

Ajustar os apoios às necessidades dos agregados familiares atendendo aos novos contextos sociais.

O Programa Social+ tem 4 eixos de intervenção não cumulativos, nomeadamente:

+ ALIMENTAÇÃO: atribuição de um apoio mensal a agregados familiares em situação de carência socioeconómica, sob a forma de cartão ou vale, a descontar nos estabelecimentos comerciais aderentes.

+ SAÚDE: atribuição de apoio para aquisição de medicação crónica e vacinas não consideradas no Plano Nacional de Vacinação, do valor não participado pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS).

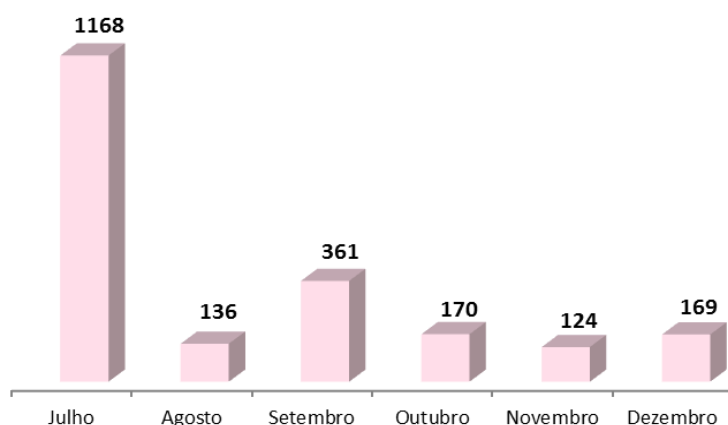
+ HABITAÇÃO: atribuição de apoio mensal para pagamento de renda ou crédito habitação.

FUNDO DE EMERGÊNCIA: atribuição de apoio aos agregados familiares em situações excecionais e devidamente fundamentadas.

Este Programa teve início no mês de julho de 2014, pelo que os dados a seguir apresentados são referentes aos meses de julho a dezembro de 2014 e no que se refere ao Eixo + Alimentação.

Ao longo dos seis meses do Social+ foram efetuadas um total de **2.128 triagens**, das quais 1.215 apresentam candidatura e 913 não apresentam, de acordo com o estipulado pelo regulamento do programa em epígrafe.

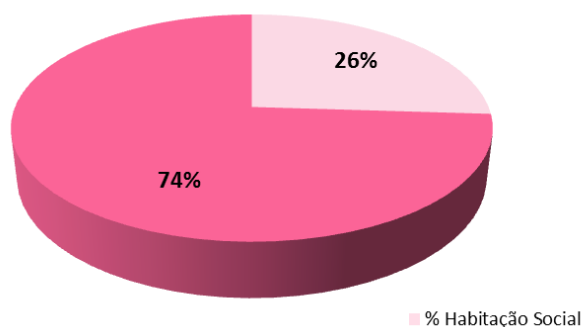
Gráfico 4: Evolução das triagens realizadas – julho a dezembro 2014



Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | dezembro 2014

Das 2128 triagens efetuadas, 553 foram referentes a agregados familiares residentes em conjuntos habitacionais, correspondente a 26% do total das triagens realizadas. Importa referir que destas triagens, relativas aos agregados familiares residentes em habitação social, 84 agregados familiares reúnem condições para beneficiar deste programa em detrimento dos 469 agregados, que não reúnem estas mesmas condições.

Gráfico 5: Proveniência de residência dos candidatos ao Eixo + Alimentação – de julho a dezembro 2014

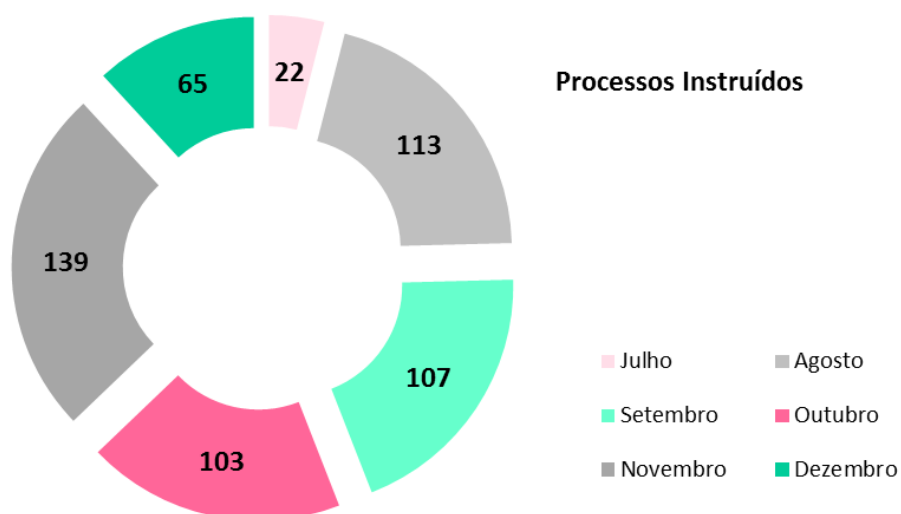


Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | dezembro 2014

Atendimentos / Processos Instruídos

Foram instruídos um total de 549 processos, distribuídos mensalmente da seguinte forma:

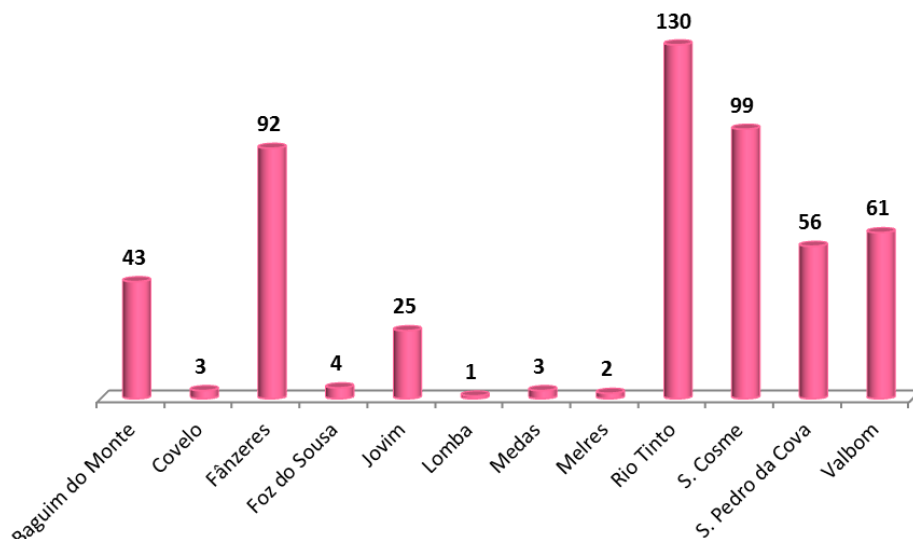
Gráfico 6: Processos instruídos Eixo +Alimentação - meses de julho a dezembro 2014



Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | dezembro 2014

Geograficamente, os processos instruídos nos meses de julho a dezembro 2014 estão distribuídos pelos territórios conforme o gráfico seguinte, sendo a União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim aquela que apresenta maior expressividade. Em seguida destacam-se a União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova e a Freguesia de Rio Tinto.

Gráfico 7: Processos instruídos por territórios do município de Gondomar - meses de julho a dezembro 2014



Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | dezembro 2014

A Câmara Municipal de Gondomar apoiou em dezembro último, 519 agregados familiares beneficiários do Eixo +Alimentação, estando a ser apoiadas **1.577 pessoas**, com uma verba de **15.625,00 €**.

Quadro 47: Evolução do n.º de pessoas apoiadas pelo Eixo +Alimentação

Evolução	N.º de agregados familiares	N.º de pessoas apoiadas	Valor total de apoio
Julho	22	66	660,00 €
Agosto	135	427	4.160,00 €
Setembro	241	749	7.360,00 €
Outubro	342	1044	10.350,00 €
Novembro	463	1415	14.020,00 €
Dezembro	519	1577	15.625,00 €

Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | dezembro 2014

Para a análise do *Rendimento Per Capita* são avaliados vários tipos de rendimentos e despesas. Importa por isso referir que, alguns dos agregados familiares apoiados no âmbito do + Alimentação embora reúnam mais do que um rendimento, agreguem igualmente critérios para apoio no âmbito do Social+.

Relativamente à situação profissional e habilitações literárias dos elementos dos agregados familiares beneficiários do Eixo + Alimentação, é possível verificar que a grande maioria das pessoas beneficiárias se encontram desempregadas e que 32% são estudantes.

Gráfico 8: Situação Profissional e Habilitações Literárias dos beneficiários do Social + – Eixo +Alimentação



Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | dezembro 2014

Uma outra particularidade ao nível da caracterização das pessoas/ agregados familiares beneficiários do Eixo + Alimentação e que nos parece pertinente de aqui se incluir, é de que o número médio de elementos do agregado familiar é de 3 pessoas, à semelhança dos beneficiários da prestação social de RSI, cujos agregados familiares não são numerosos (mais de 50% dos agregados beneficiários são compostos por 2 elementos e 2/3 por 3 elementos).

+ Habitação

O Eixo +Habitação insere-se no Programa de Apoio e Desenvolvimento Social, Programa Social +. Este Eixo consiste na atribuição de apoio para pagamento de renda ou crédito habitação, por um período máximo de 6 meses. Este Eixo, pioneiro ao nível das políticas de desenvolvimento social da Câmara Municipal de Gondomar permite dar uma resposta aos agregados familiares que se encontrem numa situação de carência sócio-económica e consequentemente com dificuldades no pagamento da principal despesa do agregado familiar e bem essencial que é a habitação.

Podem candidatar-se a este eixo os agregados familiares cujo valor de renda ou crédito à habitação seja igual ou superior a €150,00 (cento e cinquenta euros) mensais e cuja capitação seja superior a €5,00. O apoio a conceder para pagamento de renda ou crédito habitação será de 30% do valor apresentado, até ao limite máximo de €150,00 mensais.

Para a atribuição deste apoio estão definidos dois períodos anuais de candidatura, nomeadamente:

- . entre os dias 1 e 31 de dezembro, para a seleção dos processos a beneficiar dos apoios durante o semestre de janeiro a junho, subsequente;
- . entre os dias 1 a 30 de junho, para a seleção dos processos a beneficiar dos apoios durante o semestre de julho a dezembro, subsequente.

O agregado familiar que reúna as condições de atribuição do apoio será selecionado em conformidade com os seguintes critérios:

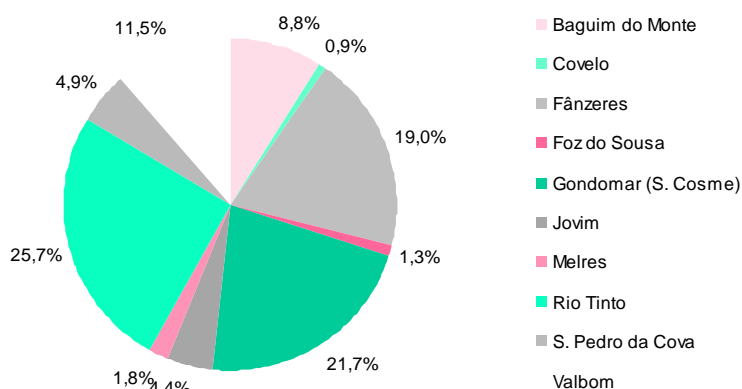
- valor per capita inferior/mais baixo, a partir dos € 5,00;
- em situação de valor per capita igual, será considerado como prioritário: a) o agregado familiar com mais de um elemento desempregado; b) menor(es) a cargo; c) pessoa(s) com deficiência; d) pessoa(s) com doença crónica.

O apoio será concedido pelo período máximo de seis meses, por agregado familiar, não podendo o/a titular ou qualquer outro elemento do agregado, candidatar-se no mesmo período ou no período subsequente de candidatura.

De forma a dar resposta à problemática enunciada e no cumprimento do Regulamento a Câmara Municipal de Gondomar abriu a 1.ª fase de candidaturas ao + Habitação entre 1 e 31 de dezembro de 2014 a, tendo sido apresentadas 226 candidaturas.

As candidaturas apresentadas revelam a distribuição pelas freguesias do município; o gráfico abaixo demonstra que é na União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim que se registam maior número de candidaturas, num total de 85 distribuídas por estes três territórios. Segue-se a Freguesia de Rio Tinto com 58 candidaturas e por fim a União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova com 54 candidaturas. De realçar que na freguesia da Lomba bem como no território de Medas não se registaram candidaturas.

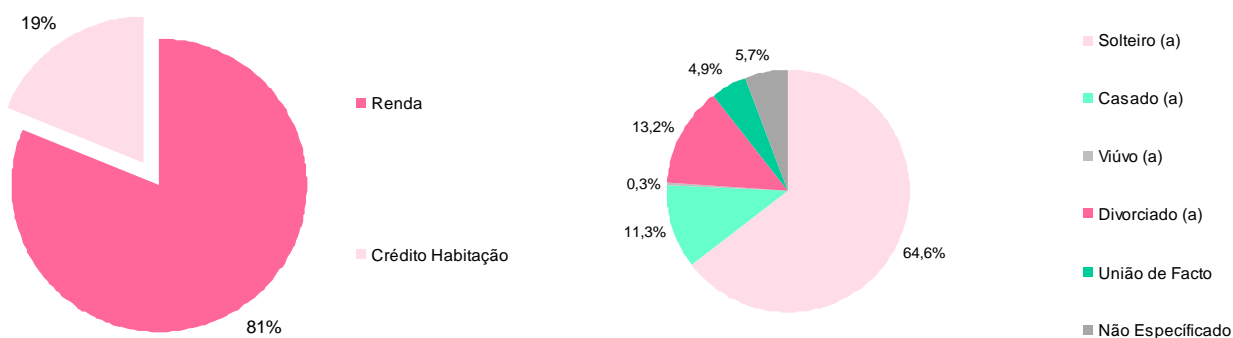
Gráfico 9: Candidaturas apresentadas por territórios do município de Gondomar



Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | fevereiro 2015

Embora o Eixo + Habitação permita apoio para pagamento de renda e/ou crédito bancário, as candidaturas apresentadas revelam que a maior parte das solicitações se deparam com o arrendamento. Ou seja, 81% das solicitações (183 candidaturas) são para o apoio ao arrendamento. Podemos igualmente aferir que o estado civil de 64,5% dos candidatos é Solteiro(a), 13,2% são Divorciados(as) e 11,3% são Casados(as).

Gráfico 10: N.º de candidaturas por tipificação e Estado Civil dos candidatos



Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | fevereiro 2015

O quadro seguinte demonstra os valores apresentados em candidatura sobre as prestações de renda e de crédito habitação se situam, em média, nos 265,00€ e nos 245,31€ respetivamente. No que se refere ao apoio que será prestado pelo município de Gondomar no âmbito deste Eixo, este cifra-se nos 79,50€ para situações de arrendamento e nos 73,59€ para prestações de crédito à habitação.

Quadro 48: Valor médio das rendas e crédito habitação das candidaturas apresentadas, e valor médio apoiado pelo + Habitação

Valor Renda / média	265,00€
Valor Crédito Habitação / média	245,31€
Valor apoiado por agregado familiar com renda / média	79,50€
Valor apoiado por agregado familiar com crédito habitação/ média	73,59€

Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Gondomar | fevereiro 2015

Programa de Apoio à Ação Social do Município de Gondomar

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social do Município de Gondomar

Num novo modelo de inclusão social que aposta na parceria como meio para uma nova política social mais ativa e atenta, a Câmara Municipal de Gondomar, no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo, criou o Programa de Apoio à Ação Social, contribuindo para o aumento de mais e melhores respostas sociais no município de Gondomar, composto pelos seguintes Subprogramas:

1. “PADES” – Programa de Apoio à Dinamização de Equipamentos e Respostas Sociais.
2. “Resposta Mais” – Apoio a pequenas obras de beneficiação e remodelação de infra-estruturas sociais e/ou aquisição de equipamentos.
3. Programa de Apoio à aquisição e cedência de Transporte.
4. Apoio Pontual à realização de iniciativas de interesse relevante.

A Câmara Municipal de Gondomar apoiou, através deste programa, IPSS e demais instituições com atividades na área da ação social, devidamente protocoladas com o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, desde que registadas no Cadastro Municipal do Movimento Associativo e com trabalho social regular, de carácter voluntário, sem fins lucrativos, devidamente comprovado.

Quadro 49: Evolução do Programa de Apoio à Ação Social do Município de Gondomar, 2006 a 2013

Programa de Apoio à Ação Social do Município de Gondomar								
Subprogramas	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
“PADES” – Programa de Apoio à Dinamização de Equipamentos e Respostas Sociais	50.712,0 €	53.962,7 €	60.327,2 €	60.583,1 €	65.486,5 €	68.491,0 €	82.886,2 €	81.758,4 €
“Resposta Mais” – Apoio a pequenas obras de beneficiação e remodelação de infra-estruturas sociais e/ou aquisição de equipamentos	37.448,0 €	36.797,4 €	39.164,1 €	47.919,9 €	50.601,9 €	51.357,2 €	39.001,6 €	39.496,9 €
Programa de Apoio à aquisição e cedência de Transporte	37.074,0 €	25.289,7 €	21.217,1 €	16.495,6 €	15.449,8 €	6.820,0 €	10.117,6 €	15.084,0 €
Apoio Pontual à realização de iniciativas de interesse relevante	1.000,0 €	1.215,2 €	1.550,0 €	5.427,2 €	2.454,9 €	2.500,0 €	2.500,0 €	2.320,3 €
TOTAL	126.233,0 €	117.264,9 €	122.258,4 €	133.102,4 €	133.993,1 €	129.168,2 €	134.505,4 €	138.659,6 €

Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social | setembro 2014

Em 2014, deu-se continuidade a esta cooperação, e promoção de políticas inclusivas e de desenvolvimento humano, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social do Município de Gondomar, com o propósito de assegurar e reforçar a continuidade do trabalho em parceria, com a clara definição de responsabilidades e reconhecendo que o Movimento Associativo no Município de Gondomar é um dos melhores exemplos nacionais.

Num contexto de uma política social mais ativa e atenta, a Câmara Municipal de Gondomar aprovou este Programa, em obediência a princípios de transparência, rigor, imparcialidade, mas também de eficiência do apoio público, numa perspetiva clara de comparticipação no desenvolvimento de atividades, projetos ou eventos que aumentem as qualificações humanas, mas claramente sustentáveis e de reconhecido interesse municipal.

Este programa permite agora dar continuidade à dinamização institucional e comunitária, já implementada em anos anteriores, apoiando a mobilização de processos de participação social, de inclusão e de respeito pela cidadania tendo em vista o aumento de mais e melhores respostas sociais.

Assim em 2014 foram apoiadas 29 entidades de cariz social que intervêm diretamente no município de Gondomar com uma verba de financiamento global de 99.201,5 €.

Quadro 50: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social do Município de Gondomar, 2014

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social do Município de Gondomar	
Subprogramas	2014
“PADES” — Programa de Apoio à Dinamização de Equipamentos e Respostas Sociais	93.051,5 €
“Resposta Mais” — Apoio a pequenas obras de beneficiação e remodelação de infra-estruturas sociais e/ou aquisição de equipamentos	-----
Programa de Apoio à aquisição e cedência de Transporte	-----
Apoio Pontual à realização de iniciativas de interesse relevante	6.150,00 €
TOTAL	99.201,5 €

Fonte: Divisão de Desenvolvimento Social | dezembro 2014

Mais se acrescenta que as normas orientadoras do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social do Município de Gondomar podem ser consultadas no site da Câmara Municipal de Gondomar.



A Educação e Formação

Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Educação e Formação

- principais indicadores -

Os Censos de 2011 vieram mostrar que, entre os 10 562 178 habitantes do país, cerca de meio milhão (499 936) são analfabetos com 10 ou mais anos, o que significa que a taxa de analfabetismo se situa nos 51,22%. De acordo com os Censos 2011, e analisando comparativamente diversos municípios, verifica-se que Gondomar apresenta uma das taxa de analfabetismo mais baixas da Área Metropolitana do Porto com uma taxa de 3,27%, quando comparada à taxa da região Norte (5,00%) ou à média nacional (5,22%);

Rio Tinto (2,47%), S.Cosme (2,71%), Fânzeres (2,89%) e Baguim do Monte (2,89%) são os territórios que apresentam menor taxa de analfabetismo, contrariamente aos territórios de S. Pedro da Cova (5,67%) e da Lomba (6,50%) que apresentam os valores mais elevados;

O nível de escolaridade da população residente no Município Gondomar aumentou nos últimos anos, quando comparados os dados de 2001 e 2011. O número de pessoas com o nível de escolaridade do 1.º ciclo diminuiu e aumentou o número de indivíduos residentes com o 2.º ciclo, 3.º ciclo e Ensino Médio. A taxa de qualificação ao nível do Ensino Superior manteve-se;

Os territórios de S. Pedro da Cova e Lomba eram os que apresentavam, à data, maior proporção de população sem qualquer nível de qualificação enquanto que, Gondomar (S. Cosme), Rio Tinto e Baguim do Monte se destacavam pelo maior número de residentes com habilitações mais elevadas;

Em linha com estes dados, e pese embora as taxas de pré-escolarização tenham vindo a aumentar no Município, no ano letivo 2010/2011 e de acordo com os Censos, a taxa era de 59,0%, tendo passado no ano seguinte (2011/2012) para 65,7%. Apesar de ser o Município da AMP com a taxa de pré-escolarização mais baixa, esta teve um aumento percentual de 6,7 pontos, quando comparada ao ano letivo anterior; existem no concelho 81 estabelecimentos relacionados com a pré-escolarização, que servem 3.288 clientes;

As taxas de Retenção e Desistência, por nível de ensino, estão abaixo das médias nacionais, no entanto, no que concerne ao ensino secundário a mesma é a mais elevada da AMP;

Relativamente às novas tecnologias de informação Gondomar é dos concelhos da AMP que apresenta um rácio dos mais elevados relativamente à disponibilidade de computadores para os alunos do Ensino Básico bem como do Ensino Secundário;

No Município estão constituídos 11 Agrupamentos de Escolas e uma Escola não agrupada. Destes destacam-se o Agrupamento de Escolas n.º 3 de Rio Tinto, Agrupamento de Escolas Santa Bárbara e a Escola Secundária de S. Pedro da Cova com contratos de autonomia e os Agrupamentos de Escolas de São Pedro da Cova, Agrupamento de Escolas de Valbom, Agrupamento de Escolas Santa Bárbara, Escola Secundária de S. Pedro da Cova como Territórios Educativos de Intervenção Prioritária;

De acordo com dados recolhidos junto dos Agrupamentos de Escolas, no ano letivo 2012/2013 estavam referenciadas, 661 crianças/jovens que frequentavam diversos níveis de ensino no município com Necessidades Educativas Especiais;

No que concerne à certificação escolar da população adulta, entre 2010 e 2012 foram certificadas 5.955 pessoas nos Centros Novas Oportunidades (CNO) do Município de Gondomar;

No Município estão em funcionamento os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), estruturas do Sistema Nacional de Qualificações: CINDOR; Escola Profissional de Gondomar; Agrupamento de Escolas de Valbom; Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar e que se destinam a todos os que procuram uma qualificação, tendo em vista o prosseguimento de estudos e/ou uma transição/reconversão para o mercado de trabalho.

As atividades de enriquecimento curricular mais expressivas no município são o Ensino do Inglês, da Atividade Física e Desportiva e o Ensino da Música;

A Ação Social Escolar nas escolas do 1.º ciclo do concelho é deveras significativa no panorama escolar, atendendo que 54,49% dos alunos estão abrangidos por auxílios económicos. No ensino público do 1.º ciclo, usufruem do escalão A 31,58% dos alunos, beneficiando, além do apoio ao nível de livros e material escolar, de suplemento alimentar. Os Agrupamentos de Escolas de Santa Bárbara e S. Pedro da Cova têm mais de 50% de alunos com apoio económico.

“Educar um adolescente é uma experiência exigente que requer alguma sabedoria e flexibilidade. Impor regras, manter a firmeza, algum humor e lembrar que todos fomos adolescentes pode revelar-se uma ajuda preciosa.”

Marta Homem de Melo (*in* Revista “XIS”, nº 394, 2007, p.20)

Este capítulo pretende retratar as dinâmicas existentes em matéria de Educação e Formação. Importa em primeiro lugar referir que num contexto territorial mais alargado, designadamente a União Europeia, a educação é um campo de intervenção que é encarado como fundamental, com forte impacto nas sociedades vindouras, refletindo-se em termos económicos, dos rendimentos, de competitividade e de conexão de territórios, bem como do ponto de vista da inclusão social e cultural, motivo pelo qual é objeto de apoios comunitários (*in* “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”, pg. 25).

De um modo geral e face aos seus parceiros europeus, Portugal é um país com um longo caminho a percorrer no que respeita aos níveis de escolarização, da qualificação da população e do combate ao abandono escolar. Embora se tenha assistido a uma evolução positiva, por parte dos indicadores de escolarização, sobretudo na segunda metade da última década (graças às reformas iniciadas bem como às dinâmicas sociais e institucionais verificadas), dando respostas a muitos dos problemas associados a estas matérias, pelo que e apesar desta evolução, o panorama da AMP “exige intervenções continuadas e contextualizadas” (*idem* pg. 85).

A caracterização que se pretende realizar, em matéria de educação e formação, leva-nos a contextualizar o município em diversas áreas comparando-o com outros municípios da AMP, bem como analisando e refletindo sobre os indicadores cedidos pelas diversas entidades educativas e formativas.

Neste sentido e refletindo sobre o nível de escolaridade da população residente em Gondomar, em comparação com Portugal, Região Norte e a AMP e volvidos 10 anos desde os últimos Censos, continua-se a verificar o forte peso do 1.º ciclo. À semelhança dos dados relativos a 2001, Gondomar mantém em 2011 uma das mais elevadas taxas de ensino secundário (13,9%), em comparação com a média da Região Norte de 11,9% sendo aliás superior à registada no país e na AMP.

Quadro 1: Nível de Escolaridade (%) da População Residente no Município de Gondomar, na AMP, na Região Norte e em Portugal

2001							
Localização geográfica	Nenhum Nível de Ensino	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior
Portugal	14,3	35,1	12,6	10,9	15,7	0,8	10,8
Região Norte	14	37,6	15,1	10,7	13	0,6	8,9
AMP	11,2	33,8	12,5	11,2	17	1	13,3
Gondomar	11,9	35,6	13	11,8	17,6	0,6	9,5
2011							
Localização geográfica	Nenhum Nível de Ensino	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior
Portugal	18,9	25,5	13,4	16,3	13,4	0,8	11,8
Região Norte	18,7	27,6	15,3	15,7	11,9	0,7	10,2
AMP	16,5	26,1	14,3	16,0	13,0	0,8	12,7
Gondomar	16,8	26,9	14,8	17,3	13,9	0,9	9,4

Fonte: www.ine.pt (Censos 2001 e Censos 2011)

O quadro seguinte permite comparar os municípios da AMP relativamente à população residente por local de residência e de acordo com o nível de escolaridade mais elevado completo. Da análise do mesmo, verifica-se que Gondomar apresenta valores superiores à média nacional, em todos os níveis de escolaridade à exceção da taxa referente ao ensino superior.

Quadro 2: População residente por Local de residência, Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo

Área Geográfica	Nível de escolaridade mais elevado completo								
	Total	Nenhum		1.º ciclo		2.º ciclo		3.º ciclo	
	n	n	%	n	%	n	%	n	%
Portugal	10562178	1999754	18,93	2688308	25,45	1412580	13,37	1716970	16,26
Norte	3689682	688842	18,67	1018389	27,60	563972	15,29	578950	15,69
AMP	1759524	294720	16,75	465062	26,43	256986	14,61	282159	16,04
Arouca	22359	4785	21,40	6866	30,71	4058	18,15	3125	13,98
Espinho	31786	5318	16,73	9183	28,89	4327	13,61	4956	15,59
Gondomar	168027	28273	16,83	45128	26,86	24930	14,84	29086	17,31
Maia	135306	22340	16,51	30957	22,88	16579	12,25	22052	16,30
Matosinhos	175478	28281	16,12	44071	25,11	22358	12,74	27469	15,65
Oliveira de Azeméis	68611	11662	17,00	20473	29,84	12435	18,12	11381	16,59
Paredes	86854	17528	20,18	25770	29,67	16448	18,94	13466	15,50
Porto	237591	32558	13,70	55297	23,27	26265	11,05	35633	15,00
Póvoa de Varzim	63408	11343	17,89	16666	26,28	11182	17,63	9989	15,75
Santa Maria da Feira	139312	25295	18,16	39439	28,31	23841	17,11	22000	15,79
Santo Tirso	71530	12218	17,08	22988	32,14	11704	16,36	11055	15,46
São João da Madeira	21713	3365	15,50	5563	25,62	3263	15,03	3793	17,47
Trofa	38999	6618	16,97	11177	28,66	6548	16,79	6666	17,09
Vale de Cambra	22864	4378	19,15	6923	30,28	3623	15,85	3352	14,66
Valongo	93858	16173	17,23	24328	25,92	14396	15,34	15754	16,78
Vila do Conde	79533	14234	17,90	22061	27,74	13311	16,74	12507	15,73
Vila Nova de Gaia	302295	50351	16,66	78172	25,86	41718	13,80	49875	16,50

Fonte: INE, IP: Censos 2011

Cont. Quadro 2: População residente por Local de residência, Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo

Área Geográfica	Nível de escolaridade mais elevado completo						Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular
	Secundário		Pós-secundário		Superior		
	n	%	n	%	n	%	%
Portugal	1411801	13,37	88023	0,83	1244742	11,78	79,2
Norte	437916	11,87	26221	0,71	375392	10,17	82,1
AMP	227088	12,91	14679	0,83	218830	12,44	---
Arouca	1943	8,69	189	0,85	1393	6,23	91,5
Espinho	3867	12,17	177	0,56	3958	12,45	83,1
Gondomar	23336	13,89	1455	0,87	15819	9,41	82,1
Maia	20416	15,09	1435	1,06	21527	15,91	79,5
Matosinhos	24602	14,02	1677	0,96	27020	15,40	77
Oliveira de Azeméis	7358	10,72	502	0,73	4800	7,00	84,8
Paredes	8205	9,45	474	0,55	4963	5,71	79,2
Porto	32936	13,86	1917	0,81	52985	22,30	82
Póvoa de Varzim	7441	11,74	417	0,66	6370	10,05	77,5
Santa Maria da Feira	15581	11,18	980	0,70	12176	8,74	80,7
Santo Tirso	7599	10,62	492	0,69	5474	7,65	86,3
São João da Madeira	3037	13,99	210	0,97	2482	11,43	83,5
Trofa	4714	12,09	361	0,93	2915	7,47	79,9
Vale de Cambra	2505	10,96	195	0,85	1888	8,26	86,8
Valongo	12981	13,83	852	0,91	9374	9,99	78,8
Vila do Conde	9091	11,43	594	0,75	7735	9,73	82,7
Vila Nova de Gaia	41476	13,72	2752	0,91	37951	12,55	82,4

Fonte: INE, IP: Censos 2011

Em Portugal, no que diz respeito à taxa de analfabetismo total e de acordo com o documento “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”, “embora os números sejam, no geral ainda bastante altos em comparação com a maioria dos países da União Europeia, onde a questão do analfabetismo é residual, tem-se verificado melhorias na última década”. Ainda e de acordo com o mesmo documento, este refere que “Portugal é, contudo, dos poucos países da União Europeia – juntamente com alguns países mediterrânicos – onde a questão do analfabetismo ainda se coloca de forma séria e para a qual urgem intervenções continuadas.

À data dos últimos censos (2011) a taxa de analfabetismo na AMP (3,9%) era inferior à média nacional (5,2%), a da região Norte (5%) e já muito próxima da média da AML (3%)” (pg. 26).

Importa ainda referir que em 10 anos de análise do território da AMP, a tendência da taxa de analfabetismo por sexo, acompanha a observada a nível nacional. Verifica-se “desde logo, a percentagem de mulheres analfabetas é, ainda, mais do dobro que a dos homens, facto que poderá em parte ser explicado pelo maior peso relativo da população idosa entre a população feminina”, - 2,3% dos homens e de 5,3% nas mulheres (pg. 27).

Relativamente à taxa de analfabetismo Gondomar, a mesma continua a reduzir desde 1991; em 2001 a taxa de analfabetismo no concelho havia diminuído cerca de 1%, mas de acordo com os dados dos Censos 2011, e de referir que, com a implicação de diversos intervenientes locais, foi possível reduzir a taxa de analfabetismo em cerca de 2% para 2011 (5,46% em 2001 para 3,27% em 2011).

Comparando-se a taxa de analfabetismo de Gondomar (3,27%) com a nacional (5,22%) e a da região Norte (5,00%), verifica-se que Gondomar apresenta uma taxa de analfabetismo mais baixa, sendo das mais baixas dos municípios da Área Metropolitana do Porto (7.ª posição).

Quadro 3: População Analfabeta e Taxa de Analfabetismo em Portugal, na Região Norte e nos Municípios da Área Metropolitana do Porto

Localização Geográfica	2001	2011					
	Taxa de analfabetismo	Taxa de analfabetismo (%)			População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos		
	(%)	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	9,03	5,22	3,51	6,77	499936	159705	340231
Região Norte	8,34	5,00	3,22	6,61	167451	51434	116017
AMP	6,42	3,90	2,34	5,32	54685	15335	39350
Arouca	11,73	7,29	4,60	9,78	1476	451	1025
Espinho	6,96	4,68	2,71	6,44	1379	379	1000
Gondomar	5,46	3,27	1,86	4,55	4967	1362	3605
Maia	4,82	2,52	1,52	3,43	3043	877	2166
Matosinhos	5,23	3,15	1,68	4,46	5029	1273	3756
Oliveira de Azeméis	6,80	4,07	2,47	5,57	2555	752	1803
Paredes	6,87	4,17	3,20	5,09	3203	1206	1997
Porto	4,79	2,83	1,30	4,09	6245	1300	4945
Póvoa de Varzim	5,85	3,64	2,09	5,01	2080	564	1516
Santa Maria da Feira	6,73	3,96	2,48	5,34	4982	1497	3485
Santo Tirso	7,18	4,28	2,81	5,64	2814	886	1928
S. João da Madeira	4,81	2,92	1,69	3,99	581	159	422
Trofa	5,60	3,53	2,24	4,73	1246	381	865
Vale de Cambra	9,72	6,25	3,21	9,08	1317	326	991
Valongo	5,01	2,80	1,69	3,81	2352	676	1676
Vila do Conde	6,24	3,76	2,48	4,94	2701	867	1834
Vila Nova de Gaia	5,40	3,19	1,82	4,42	8715	2379	6336

Fonte: INE, IP: Censos 2001 e Censos 2011

O quadro seguinte analisa a população residente, de acordo com os níveis de escolaridade atingidos, comparando o 3.º Ciclo, ao ensino Secundário e ao ensino Superior. Neste sentido, Gondomar segue, a par dos diversos municípios da AMP, bem como do panorama que se vivencia, quer na Região Norte quer em termos nacionais, existindo uma preponderância do 3.º Ciclo de escolaridade, ao nível das qualificações.

Quadro 4: Proporção da população residente por níveis de escolaridade

Zona Geográfica	Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo			Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo			Proporção da população residente com ensino superior completo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	49,60	49,85	49,38	31,69	29,87	33,30	15,11	12,78	17,16
Norte	45,26	45,26	45,26	27,90	26,09	29,50	13,12	10,91	15,08
AMP	46,54	46,98	46,17	28,87	27,36	30,24	13,58	11,44	15,48
Arouca	35,18	33,77	36,48	19,47	17,07	21,69	8,03	6,04	9,84
Espinho	46,67	47,82	45,67	29,87	28,91	30,72	15,49	13,29	17,40
Gondomar	48,98	49,28	48,71	29,69	27,75	31,44	12,16	9,68	14,39
Maia	58,12	59,24	57,12	39,98	38,76	41,07	20,89	17,98	23,47
Matosinhos	53,69	55,16	52,38	36,71	35,82	37,50	19,62	17,37	21,58
Oliveira de Azeméis	40,78	41,56	40,05	22,33	20,55	23,99	8,78	6,90	10,52
Paredes	38,30	35,70	40,76	20,23	17,28	23,01	7,76	5,69	9,70
Porto	58,99	62,29	56,32	43,39	44,95	42,14	27,57	27,10	27,94
Póvoa de Varzim	45,67	46,25	45,16	28,11	26,88	29,16	13,27	11,17	15,07
Santa Maria da Feira	43,24	42,51	43,90	25,52	23,17	27,66	11,29	8,82	13,52
Santo Tirso	39,91	40,38	39,48	22,84	21,13	24,39	9,62	7,59	11,42
São João da Madeira	51,20	52,34	50,20	32,02	30,08	33,70	14,56	11,58	17,11
Trofa	44,48	44,96	44,05	25,33	23,56	26,95	9,67	7,77	11,39
Vale de Cambra	39,75	41,31	38,32	23,83	22,87	24,72	10,11	8,59	11,50
Valongo	49,72	49,40	50,00	30,82	28,76	32,66	13,08	10,38	15,46
Vila do Conde	44,91	44,62	45,16	27,22	25,50	28,79	12,75	10,64	14,65
Vila Nova de Gaia	51,62	52,13	51,18	33,38	32,07	34,54	16,22	13,90	18,25

Fonte: INE, IP: Censos 2011

O quadro 5 pretende pormenorizar o quadro anterior, uma vez que, analisa a proporção da população residente por grupo etário relativamente ao nível de ensino atingido. Verifica-se que o município de Gondomar tem uma taxa inferior à AMP, no que se refere à ausência de níveis de ensino e uma taxa superior, no que se refere à proporção da população que tem o ensino secundário completo. É ainda de destacar a proporção evidente da feminilidade nos níveis de ensino mais elevados, em todos os municípios da AMP, mas também, em termos nacionais.

Quadro 5: Proporção da população residente por ciclos de ensino completos

Zona Geográfica	Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo			Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos de idade com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino			Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de idade com pelo menos o ensino secundário completo			Proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos de idade com pelo menos o ensino superior completo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	10,39	7,57	12,91	22,08	26,95	17,12	60,80	53,93	67,77	28,62	21,85	35,11
Norte	10,27	7,32	12,92	24,41	29,96	18,79	59,97	52,77	67,24	25,82	20,21	31,16
AMP	8,63	5,98	11,03	23,85	29,07	18,52	61,00	54,18	67,90	26,99	21,25	32,56
Arouca	13,43	9,88	16,70	30,69	39,46	21,51	56,02	45,52	66,67	16,46	11,44	21,53
Espinho	9,80	6,82	12,42	24,47	27,79	20,89	61,31	55,53	67,35	32,57	27,43	38,14
Gondomar	7,84	5,52	9,95	20,68	24,70	16,62	62,51	56,79	68,23	25,09	18,80	31,14
Maia	5,90	4,13	7,48	18,20	21,00	15,36	67,09	62,14	72,04	38,70	31,03	45,81
Matosinhos	7,44	4,89	9,70	19,82	23,33	16,21	63,84	58,36	69,52	37,69	30,71	44,36
Oliveira de Azeméis	9,20	5,95	12,23	24,49	31,68	17,02	59,61	51,15	68,42	19,52	14,45	24,59
Paredes	9,56	7,64	11,38	35,80	43,38	27,96	48,63	41,23	56,22	15,11	10,47	19,47
Porto	6,60	4,02	8,69	19,40	20,77	18,02	65,07	61,66	68,44	48,08	41,87	54,12
Póvoa de Varzim	8,22	5,59	10,51	27,74	32,35	23,12	57,20	50,79	63,54	24,40	19,65	28,89
Santa Maria da Feira	9,21	6,49	11,70	22,08	28,67	15,32	62,43	53,92	71,17	24,86	18,86	30,49
Santo Tirso	9,60	6,85	12,10	25,64	31,56	19,46	59,36	51,50	67,65	21,16	16,33	25,77
São João da Madeira	6,91	4,64	8,89	20,52	26,86	14,43	64,45	56,67	71,99	27,44	19,80	35,10
Trofa	8,03	5,65	10,23	24,80	32,00	17,57	61,18	53,15	69,32	20,74	15,88	25,75
Vale de Cambra	12,31	7,45	16,80	17,35	21,70	12,88	69,88	65,18	74,56	22,88	19,37	26,66
Valongo	7,10	5,10	8,90	22,79	28,02	17,67	61,09	53,50	68,40	26,57	19,78	32,74
Vila do Conde	8,24	5,99	10,31	28,79	34,50	22,92	55,95	48,74	63,26	25,84	19,61	31,58
Vila Nova de Gaia	7,37	5,07	9,44	22,16	26,41	17,85	61,37	55,30	67,51	31,75	25,75	37,36

Fonte: INE, IP: Censos 2011

O quadro abaixo (quadro 6) analisa os anos letivos 2010/2011 e 2011/2012, relativamente à taxa bruta de pré-escolarização, do ensino básico e do ensino secundário – o município apresenta das taxas mais diminutas, quando comparado com os outros municípios que constituem a AMP.

Também, no que se refere à taxa de pré-escolarização do município de Gondomar, esta situava-se no ano letivo 2011/2012 nos 65,7%, a mais baixa dos municípios da AMP. No entanto, teve um aumento percentual de 6,7 pontos, referente ao ano letivo anterior, o que revela o cuidado que diversas entidades têm dedicado a esta matéria - parece-nos ainda pertinente referir que existem, no concelho, 81 estabelecimentos relacionados com a pré-escolarização, que servem 3.288 crianças/clientes.

Neste contexto e tendo por referência o documento “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”, “a educação pré-escolar constitui um dos mais importantes fatores de combate à exclusão e de promoção de condições de igualdade no acesso à educação. Existe uma correspondência clara entre baixas taxas de escolarização e défices na rede pública de oferta, de acordo com especialistas, facto que indicia a importância das políticas públicas na criação de condições de inclusão social” (pg. 28). Considerando a leitura da taxa de pré-escolarização, esta “assumia em 2011 o valor de 73,5% para o país e 73,3% para a região Norte. Já para a AMP apresenta um valor médio para a frequência do ensino pré-escolar de 73,7%, ligeiramente superior às médias de todo o território nacional e da Região Norte (pg. 29)

Quadro 6: Evolução da Taxa bruta sobre Pré-escolarização, Ensino Básico e Secundário bem como da Taxa real de Pré-escolarização, 2010/2011 e 2011/2012

Área Geográfica	Ano Letivo	Taxa bruta			Taxa real
		Pré-escolarização	Ensino básico	Ensino secundário	Pré-escolarização
Portugal	2010/11	87,4	122,2	134,9	85,7
	2011/12	90,9	117,9	124,9	89,3
Norte	2010/11	90,1	121,7	131,7	89,1
	2011/12	93,9	117,2	122,4	93,0
Arouca	2010/11	87,7	125,4	101,4	87,4
	2011/12	86,7	116,8	91,4	86,0
Espinho	2010/11	122,2	167,4	245,8	100,0
	2011/12	123,6	177,4	241,2	100,0
Gondomar	2010/11	59,8	101,4	92,1	59,0
	2011/12	66,7	101,2	86,4	65,7
Maia	2010/11	70,7	90,1	84,9	69,8
	2011/12	79,1	97,5	84,1	78,1
Matosinhos	2010/11	82,8	114,0	107,8	81,8
	2011/12	85,0	109,2	95,1	83,8
Oliveira de Azeméis	2010/11	95,8	114,9	97,2	95,4
	2011/12	96,5	109,0	80,6	95,5
Paredes	2010/11	74,5	116,5	83,3	73,3
	2011/12	77,9	116,0	79,0	76,7
Porto	2010/11	146,3	219,0	434,9	100,0
	2011/12	146,5	182,7	353,5	100,0
Póvoa de Varzim	2010/11	85,0	111,3	114,5	84,0
	2011/12	91,9	122,1	118,5	91,1
Santa Maria da Feira	2010/11	91,1	114,0	99,3	90,3
	2011/12	95,0	108,3	102,6	94,3
Santo Tirso	2010/11	105,3	136,9	148,9	100,0
	2011/12	102,6	131,0	139,1	100,0
São João da Madeira	2010/11	137,7	187,5	340,7	100,0
	2011/12	154,1	199,6	336,8	100,0
Trofa	2010/11	72,5	117,5	107,5	72,0
	2011/12	78,1	118,7	100,9	77,4
Vale de Cambra	2010/11	100,9	115,7	107,7	100,0
	2011/12	107,8	114,7	101,4	100,0
Valongo	2010/11	83,0	115,4	101,0	82,4
	2011/12	88,1	117,7	93,0	87,2
Vila do Conde	2010/11	86,6	113,5	89,6	85,5
	2011/12	90,9	108,2	75,9	89,9
Vila Nova de Gaia	2010/11	71,8	106,6	97,7	70,8
	2011/12	76,1	106,7	92,1	74,9

Fonte: INE, IP: Censos 2011

As questões que se depreendem com o abandono escolar, “cuja taxa é um indicador da expressão do abandono do sistema de ensino durante a escolaridade obrigatória, reflete-se em dificuldades e obstáculos associados futuros, nomeadamente, dos seus impactos na exclusão social e no acesso à aprendizagem ao longo da vida”, tal como refere o documento “AMP 2020 – Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo” (pg. 35). Em Portugal, a taxa de abandono escolar situava-se, “à data dos últimos Censos, nos 1,6% sendo que na AMP o valor médio de abandono escolar era de 1,5%, em 2011, de acordo com a mesma fonte (idem pg. 34).

Neste sentido, o quadro seguinte permite uma leitura transversal sobre as Taxas de Abandono Escolar, bem como de Retenção e Desistência por Níveis de Ensino.

Relativamente à taxa de abandono escolar (*saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei - 15 anos, nos Censos de 2001 e 2011; Fonte: INE, IP – Metainformação*) o município de Gondomar, mantém-se como uma das taxas mais elevada nos municípios que compõe a AMP, embora este tenha diminuído nos anos em análise, apresentando os municípios de Espinho e Vale de Cambra valores superiores aos de Gondomar.

Quanto às taxas de Retenção e Desistência por nível de ensino estas têm tendência a aumentar à medida que o percurso educativo atinge níveis de escolaridade mais elevados, sendo a taxa mais elevada referente ao ensino secundário. Embora o município detenha das taxas mais elevadas quando comparado com os restantes municípios da AMP, as mesmas estão abaixo das médias nacionais.

Quadro 7: Taxa de Abandono Escolar, Retenção e Desistência, em Portugal, na Região Norte e nos municípios da Área Metropolitana do Porto

Área Geográfica	Taxa de Abandono Escolar		Taxas de retenção e desistência - 2001/2012			
	2001	2011	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino secundário
Portugal	2,79	1,58	4,4	11,2	15,6	20,1
Norte	3,49	1,45	3,3	9,4	13,2	17,0
Arouca	3,33	0,82	5,3	11,2	13,8	13,5
Espinho	4,09	2,95	4,7	8,4	12,6	15,5
Gondomar	2,35	1,76	3,8	10,3	14,6	19,1
Maia	1,80	1,64	3,2	9,5	12,9	18,8
Matosinhos	2,12	1,38	3,3	12,2	17,4	19,5
Oliveira de Azeméis	2,13	0,99	2,7	9,7	12,0	18,5
Paredes	6,40	1,46	3,3	8,4	19,1	18,5
Porto	2,57	1,60	3,8	12,0	13,4	18,0
Póvoa de Varzim	3,95	1,19	3,3	8,5	13,7	18,3
Santa Maria da Feira	3,08	1,64	2,8	9,8	13,2	15,4
São João da Madeira	1,27	1,60	2,2	5,0	9,2	13,8
Santo Tirso	2,73	1,00	2,5	6,2	10,3	12,0
Trofa	2,50	1,23	3,6	8,5	16,3	11,5
Vale de Cambra	1,87	1,83	4,4	7,3	17,0	13,6
Valongo	3,01	1,36	4,1	10,5	14,4	23,1
Vila do Conde	3,29	1,22	3,5	9,1	13,1	14,8
Vila Nova de Gaia	2,60	1,34	3,6	11,3	15,0	17,0

Fonte: INE, IP: Censos 2001 e Censos 2011 (<http://www.ine.pt>).

No que se refere às novas tecnologias de informação é possível, através do quadro abaixo, aferir que o município de Gondomar é dos concelhos da AMP que apresenta um rácio dos mais elevados, relativamente à disponibilidade de computadores para os alunos do Ensino Básico bem como do Ensino Secundário. De notar que a presença destes equipamentos no Ensino Secundário é superior em todos os municípios da AMP, quando comparados ao ensino básico.

Também os computadores com ligação à Internet demonstram ser uma realidade existente em todos os municípios da AMP, e pese embora Gondomar apresente um rácio destes equipamentos inferior à média da AMP, é sobejamente superior à da Região Norte bem como à média nacional.

Quadro 8: Rácio de alunos por computadores - 2010/2011 e 2011/2012

Município AMP		Modernização Tecnológica									
		Rácio aluno/computador					Rácio aluno/computador com Internet				
		TOTAL	Ensino Básico			Ensino secundário	TOTAL	Ensino Básico			Ensino secundário
			1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo			1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	
Continente	2010/11	2,0	1,1	3,6	3,5	3,3	2,2	1,1	4,5	4,3	3,9
	2011/12	3,0	2,6	3,4	3,3	3,2	3,6	2,9	4,2	4,1	3,8
Norte	2010/11	2,0	1,0	3,6	3,5	3,5	2,2	1,1	4,4	4,3	4,1
	2011/12	3,1	2,7	3,3	3,3	3,4	3,7	3,0	4,1	4,0	4,1
AMP	2010/11	2,1	1,0	4,0	3,9	4,4	2,3	1,1	5,1	5,0	6,0
	2011/12	3,6	4,3	3,7	3,6	4,0	4,6	5,5	4,8	4,6	5,6
Arouca	2010/11	2,5	1,3	3,3	4,4	6,2	2,6	1,4	3,4	4,7	7,1
	2011/12	4,3	7,0	3,0	3,7	4,4	5,1	12,5	3,1	4,1	5,2
Espinho	2010/11	2,0	1,0	2,5	3,0	3,9	2,3	1,0	4,3	4,0	4,3
	2011/12	3,5	8,8	2,1	2,8	3,8	4,7	10,5	3,3	3,7	4,8
Gondomar	2010/11	1,9	1,0	3,7	3,2	3,5	2,0	1,0	5,3	4,2	4,0
	2011/12	3,1	2,7	3,7	3,1	3,5	3,9	3,0	6,2	4,2	4,0
Maia	2010/11	2,1	1,1	3,8	4,0	5,1	2,3	1,1	4,8	4,9	6,0
	2011/12	3,2	2,5	3,2	3,7	5,5	3,9	2,8	4,0	4,6	7,6
Matosinhos	2010/11	2,0	1,0	4,0	3,8	4,1	2,2	1,0	4,8	4,7	4,9
	2011/12	3,1	2,3	4,0	3,8	3,6	3,7	2,6	4,9	4,4	4,3
Oliveira de Azeméis	2010/11	1,9	1,0	3,5	3,3	4,0	2,1	1,0	4,4	4,2	4,8
	2011/12	3,7	6,7	3,1	3,0	3,0	4,9	8,4	4,0	3,9	4,6
Paredes	2010/11	2,4	1,2	5,0	4,9	4,8	2,6	1,3	5,5	5,8	5,8
	2011/12	3,7	3,0	4,9	4,2	3,7	4,8	4,1	5,6	5,2	5,0
Porto	2010/11	2,2	1,0	4,0	4,0	3,4	2,3	1,0	4,9	4,8	3,9
	2011/12	2,9	1,8	3,8	3,8	3,6	3,3	1,9	4,7	4,6	4,1
Póvoa de Varzim	2010/11	2,0	1,0	3,6	3,7	3,9	2,1	1,0	4,5	4,6	4,3
	2011/12	3,2	2,6	3,2	3,2	4,1	3,6	2,8	3,8	3,9	4,6
Santa Maria da Feira	2010/11	1,9	1,0	3,5	3,6	5,0	2,1	1,0	4,6	4,6	6,1
	2011/12	4,5	8,4	3,4	3,4	4,8	6,2	13,1	4,6	4,6	5,7
Santo Tirso	2010/11	2,0	0,9	4,8	4,3	2,9	2,2	1,0	5,2	4,7	3,4
	2011/12	3,3	2,2	4,8	4,4	3,1	3,5	2,4	5,3	4,9	3,3
São João da Madeira	2010/11	2,2	1,0	5,8	3,9	3,5	2,4	1,0	6,3	4,6	4,1
	2011/12	3,9	7,0	5,0	3,4	3,0	4,4	8,6	5,5	3,8	3,4
Trofa	2010/11	2,3	1,0	3,8	4,5	7,8	2,4	1,1	4,6	5,7	9,7
	2011/12	3,5	2,8	3,3	3,6	5,7	4,0	2,9	4,5	4,5	5,9
Vale de Cambra	2010/11	2,4	1,1	5,1	5,2	7,2	2,9	1,1	9,7	10,1	22,8
	2011/12	6,1	7,9	4,7	5,1	6,7	11,2	9,9	8,6	10,2	21,8
Valongo	2010/11	2,0	1,0	3,9	3,7	3,6	2,1	1,0	5,0	4,3	3,9
	2011/12	3,1	2,3	3,9	3,6	3,8	3,5	2,5	5,1	4,2	4,1
Vila do Conde	2010/11	1,8	1,0	3,5	3,3	2,5	2,0	1,1	4,4	4,0	3,3
	2011/12	2,9	3,0	3,2	3,0	2,3	3,4	3,4	3,9	3,6	3,0
Vila Nova de Gaia	2010/11	1,9	0,9	4,3	4,1	4,1	2,1	1,0	5,1	4,6	4,3
	2011/12	3,2	2,3	4,3	3,8	3,9	3,5	2,5	5,1	4,3	4,1

Fonte: DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2013 (<http://www.dgeec.mec.pt>)

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Após a anterior contextualização, que ajuda a posicionar o município face aos indicadores atrás enunciados, iremos agora analisar especificamente o município, tendo contribuído para esta análise, para além dos dados do Instituto Nacional de Estatística, da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, da Carta e do Projeto Educativo do Concelho de Gondomar, essencialmente as diversas informações cedidas pelas entidades educativas e formativas do município.

Atualmente o município de Gondomar tem uma população estudantil que ronda os 18.124 alunos no ensino oficial público. Para melhor percebermos as dinâmicas deste domínio de intervenção, apresentamos de seguida uma análise por nível de ensino e por escola, nomeadamente:

- Entidades Educativas - rede pública;
- Entidades Formativas e Oferta Formativa;
- As Necessidades Educativas Especiais;
- As Atividades de Enriquecimento Curricular;
- Ação Social Escolar.

Quadro 9: Evolução das entidades educativas e formativas no município de Gondomar, 2004 - 2014

	Instituições de Ensino e Jardins Infantis	Rede Pública	Rede Privada	I.P.S.S.	Total
		N.º	N.º	N.º	N.º
2004	Jardins-de-infância	44	23	7	74
	Escolas E.B. 1	69	4	0	73
	Escolas E.B. 2,3	9	2	0	11
	Escolas Secundárias	4	0	0	4
	Escolas Profissionais	1	0	0	1
	Pólos de Formação Profissional	0	3	0	3
	Centros de Formação Profissional	0	1	0	1
Subtotal		127	33	7	167
2014	Jardins-de-infância	49	21	11	81
	Escolas E.B. 1	50	4	0	54
	Escolas E.B. 2,3	10	2	0	12
	Escolas Secundárias	5	2	0	7
	Escolas Profissionais	1	0	0	1
	Pólos de Formação Profissional	0	6	0	6
	Centros de Formação Profissional	0	1	0	1
Sub-Total		115	36	11	162

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, Divisão da Educação, Outubro 2014.

O quadro 10 pretende demonstrar a evolução do número de alunos matriculados, por nível de ensino, no município.

Quadro 10: Alunos Matriculados, segundo o Nível de Educação/Ensino, por Ano Letivo

GONDOMAR		Ano letivo								
Nível, ciclo e modalidade de ensino		2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
		19836	19166	19849	20257	22858	22403	21590	20770	19274
Educação pré-escolar		1 755	1 740	1 810	1 777	1 832	1 825	1 797	2 367	2367
Ensino básico		14 808	14 456	14 887	15 118	16 246	15 918	15 727	13 569	13569
1.º Ciclo		6 529	6 589	6 709	6 734	6 483	5 543	5 968	5 829	5543
Ensino regular		6 480	6 589	6 694	6 654	6 443	5 543	5 898	5 748	5543
Cursos EFA		-	-	15	80	40	-	67	74	-
Ensino recorrente		49	-	-	-	-	-	-	-	-
Processos RVCC		-	-	-	-	-	-	3	7	-
2.º Ciclo		3 392	3 213	3 218	3 331	3 356	-	3 697	3 422	3120
Ensino regular		3 392	3 213	3 218	3 229	3 241	-	3 190	3 094	3107
Cursos CEF		-	-	-	27	12	-	-	-	-
Cursos EFA		-	-	-	75	45	3 120	168	91	5
Processos RVCC		-	-	-	-	58	3 107	339	237	8
3.º Ciclo		4 887	4 654	4 960	5 053	6 407	-	6 062	5 740	4906
Ensino regular		4 680	4 450	4 711	4 442	4 389	-	4 404	4 465	4604
Cursos CEF		60	110	203	406	371	-	376	267	166
Programas curriculares alternativos		-	-	-	-	-	-	-	14	12
Cursos EFA		-	-	11	199	255	-	126	149	-
Ensino recorrente		147	94	35	6	-	5	-	-	85
Processos RVCC		-	-	-	-	1 392	-	1 156	844	39
Formações modulares		-	-	-	-	-	8	-	1	-
Ensino secundário		3 273	2 970	3 152	3 362	4 780	4 660	4 066	-	3338
Ensino regular		2 575	2 310	2 352	2 226	2 142	4 906	2 020	2 056	2070
Cursos gerais/científico-humanísticos		1 915	1 835	2 024	2 012	4 604	1 930	1 980	2 056	2070
Cursos tecnológicos		660	475	328	214	-	63	40	-	-
Cursos profissionais		-	-	194	512	736	-	816	782	774
Cursos de aprendizagem		-	-	-	-	28	-	76	83	95
Cursos CEF		10	50	50	84	-	-	-	-	-
Cursos EFA		-	-	-	174	403	166	365	342	266
Ensino recorrente		688	610	556	366	197	12	70	-	66
Processos RVCC		-	-	-	-	1 274	85	711	532	65
Formações modulares		-	-	-	-	-	-	8	4	2

Fonte: DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2013 (<http://www.dgeec.mec.pt>)

Para uma análise mais específica, o quadro 11 pretende demonstrar, ainda que de uma forma mais simplificada, o número de alunos que frequentam o ensino oficial público no município de Gondomar no ano letivo 2013/2014.

Quadro 11: Total de alunos por nível de ensino, no ensino oficial público do município de Gondomar, ano letivo 2013/ 2014

Níveis de Ensino	N.º de Alunos	
	N.º	%
Pré-escolar	2.399	13,2
1º Ciclo	5.404	29,8
2º Ciclo	3.145	17,4
3º Ciclo	4.663	25,7
Ensino Secundário	2.513	13,9
Total	18.124	100

Fonte: Entidades educativas do município de Gondomar, março de 2014.

Embora acima já nos tenhamos centrado nos indicadores que constam do quadro abaixo, parece-nos relevante demonstrar a evolução dos mesmos ao longo dos últimos anos letivos no sentido de melhor se contextualizar os ganhos obtidos, em matérias de educação no município.

Quadro 12: Análise da evolução, por ano letivo, de diversos Indicadores

Gondomar	Ano letivo							
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
Resultados Escolares - Taxas de retenção e desistência								
Ensino básico	11,4	10,8	9,2	8,0	6,8	6,6	6,2	8,9
1.º Ciclo do ensino básico	5,0	4,1	2,9	3,1	2,3	2,5	2,1	3,8
2.º Ciclo do ensino básico	11,4	11,0	10,0	8,2	5,6	5,7	5,5	10,3
3.º Ciclo do ensino básico	20,2	20,5	17,5	15,1	14,3	13,2	12,2	14,6
Ensino secundário	34,3	32,9	23,2	19,4	16,4	17,5	17,9	19,1
Escolarização								
Taxa bruta de pré-escolarização	42,7	44,0	47,1	48,6	55,7	58,6	59,8	66,7
Taxa bruta de escolarização - Ensino básico	93,7	91,7	94,6	96,3	107,8	103,6	101,4	101,2
Taxa bruta de escolarização - Ensino secundário	69,5	59,4	67,8	69,6	109,8	107,5	92,1	86,4
Taxa real de pré-escolarização	42,3	43,7	46,9	48,5	55,1	58,1	59,0	65,7
Modernização Tecnológica								
Rácio aluno/computador	x	x	10,8	9,3	2,0	1,9	1,9	3,1
1.º Ciclo do ensino básico	x	x	13,2	9,9	1,1	1,0	1,0	2,7
2.º Ciclo do ensino básico	x	x	10,7	9,2	4,1	3,8	3,7	3,7
3.º Ciclo do ensino básico	x	x	10,1	9,1	4,0	3,6	3,2	3,1
Ensino secundário	x	x	8,3	8,3	4,8	4,5	3,5	3,5
Rácio aluno/computador com Internet	x	x	13,2	10,5	2,2	2,2	2,0	3,9
1.º Ciclo do ensino básico	x	x	19,5	12,7	1,1	1,0	1,0	3,0
2.º Ciclo do ensino básico	x	x	13,2	9,8	5,4	6,3	5,3	6,2
3.º Ciclo do ensino básico	x	x	11,8	9,7	4,9	5,5	4,2	4,2
Ensino secundário	x	x	8,8	9,1	4,9	5,5	4,0	4,0

Fonte: DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2013 (<http://www.dgeec.mec.pt>)

No que se refere ao nível de escolaridade mais completo e iniciando a análise deste quadro, desde a inexistência de habilitações, passando progressivamente até ao ensino superior, S. Pedro da Cova e Lomba são os territórios que detêm maior proporção de população sem qualquer nível de ensino associado; no outro extremo os territórios de Gondomar (S. Cosme) e Rio Tinto são aqueles que proporcionalmente, mais população apresentam detentora do ensino superior. Os territórios que se destacam pelo maior número de residentes com habilitações mais elevadas são os territórios de Gondomar (S. Cosme), Rio Tinto e Baguim do Monte, territórios com um cunho predominantemente urbano.

Quadro 13: Nível de escolaridade da população residente do município de Gondomar por território, 2011

Município de Gondomar	Nível de escolaridade mais elevado completo														
	Total	Nenhum		1.º ciclo		2.º ciclo		3.º ciclo		Secundário		Pós-secundário		Superior	
	n	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Baguim do Monte	14102	2244	15,91	3687	26,15	2028	14,38	2448	17,36	2071	14,69	120	0,85	1504	10,67
Lomba	1505	280	18,60	539	35,81	272	18,07	231	15,35	122	8,11	9	0,60	52	3,46
Rio Tinto	50713	8006	15,79	12581	24,81	7107	14,01	9137	18,02	7661	15,11	478	0,94	5743	11,32
Fânzeres	23108	3968	17,17	6047	26,17	3729	16,14	4314	18,67	3221	13,94	195	0,84	1634	7,07
S. Pedro da Cova	16478	3735	22,67	5253	31,88	2861	17,36	2589	15,71	1423	8,64	89	0,54	528	3,20
Foz do Sousa	6054	979	16,17	1908	31,52	947	15,64	970	16,02	774	12,78	48	0,79	428	7,07
Covelo	1647	243	14,75	579	35,15	241	14,63	257	15,60	183	11,11	25	1,52	119	7,23
Gondomar (S. Cosme)	27047	4219	15,60	6607	24,43	3694	13,66	4695	17,36	4258	15,74	244	0,90	3330	12,31
Valbom	14407	2431	16,87	4009	27,83	1974	13,70	2397	16,64	1946	13,51	124	0,86	1526	10,59
Jovim	7146	1194	16,71	2102	29,42	1118	15,65	1107	15,49	949	13,28	56	0,78	620	8,68
Melres	3691	631	17,10	1180	31,97	598	16,20	582	15,77	465	12,60	41	1,11	194	5,26
Medas	2129	343	16,11	636	29,87	361	16,96	359	16,86	263	12,35	26	1,22	141	6,62

Fonte: INE, IP: Censos 2011 (<http://www.ine.pt>).

Comparando-se os valores da Taxa de Analfabetismo dos dados definitivos dos Censos de 2001 e de 2011 (quadro 14), verificamos que, em todas as freguesias do município de Gondomar, a taxa de analfabetismo diminuiu consideravelmente, entre 2001 e 2011. Observando-se os valores expostos, verificamos que Rio Tinto, Gondomar (S. Cosme), Fânzeres e Baguim do Monte são os territórios que apresentam menor taxa de analfabetismo, contrariamente ao território da Lomba, que apresenta o valor mais alto.

Quadro 14: População Analfabeta e Taxa de Analfabetismo no Município de Gondomar

Localização Geográfica	2001	2011					
	Taxa de analfabetismo	Taxa de analfabetismo (%)			População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos		
	(%)	HM	H	M	HM	H	M
Baguim do Monte	4,87	2,89	1,69	4,00	370	105	265
Lomba	5,10	6,50	2,82	9,99	90	19	71
Rio Tinto	4,74	2,47	1,26	3,53	1131	270	861
Fânzeres	4,98	2,89	1,51	4,19	597	151	446
S. Pedro da Cova	9,03	5,67	3,36	7,90	847	247	600
Foz do Sousa	5,80	4,03	2,42	5,58	226	67	159
Covelo	6,00	3,70	1,74	5,59	56	13	43
Gondomar (S. Cosme)	7,03	2,71	1,60	3,74	663	187	476
Valbom	6,39	3,73	2,18	5,13	489	137	352
Jovim	9,84	3,92	2,62	5,19	255	85	170
Melres	4,10	5,00	3,19	6,83	168	54	114
Medas	7,33	3,82	2,80	4,81	75	27	48

Fonte: INE, IP: Censos 2001 e Censos 2011

Ainda, antes de avançarmos para uma análise pormenorizada por entidade educativa, um olhar sobre a evolução da contratação de pessoal docente nas entidades educativas e formativas do município que tem vindo a decrescer, que nos parece reflexo do menor número de alunos.

Quadro 15: Pessoal Docente em Exercício, segundo a natureza do Estabelecimento e Nível de Educação/Ensino

Natureza / Nível de educação/ensino		Ano letivo							
		2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
Gondomar		2 153	2 146	2 070	2 130	2 227	2 264	2 244	2 072
Público	Educação pré-escolar	111	118	119	105	104	105	110	111
	Ensino básico - 1.º ciclo	489	477	415	414	410	398	396	357
	Ensino básico - 2.º ciclo	431	407	381	388	413	449	430	380
	Ensinos básico (3.º ciclo) e secundário	914	923	926	936	1 002	981	990	920
	Educação especial	-	-	-	60	55	69	72	68
	Escolas profissionais	-	-	-	-	-	-	-	-
Privado	Educação pré-escolar	44	48	57	55	62	65	63	67
	Ensino básico - 1.º ciclo	23	22	23	21	26	24	23	23
	Ensino básico - 2.º ciclo	11	16	18	18	14	26	14	13
	Ensinos básico (3.º ciclo) e secundário	102	96	97	102	87	84	88	84
	Educação especial	-	-	-	1	-	-	-	-
	Escolas profissionais	28	39	34	30	54	63	58	49

Fonte: DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2013 (<http://www.dgeec.mec.pt>)

- Entidades Educativas do município de Gondomar - rede pública

Decorrente do Decreto-Lei 75/2008 de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 137/2012 de 2 de Julho, que estabeleceu um reordenamento e reajustamento da rede escolar pública, o município de Gondomar conta atualmente com 11 Agrupamentos de Escola a saber: Agrupamento de Escolas de Rio Tinto; Agrupamento de Escolas n.º 2 de Rio Tinto; Agrupamento de Escolas n.º 3 de Rio Tinto; Agrupamento de Escolas Santa Bárbara; Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova; Agrupamento de Escolas À Beira Douro; Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar; Agrupamento de Escolas de Gondomar; Agrupamento de Escolas de Valbom; Agrupamento de Escolas de Canedo; Agrupamento de Escolas de Pedrouços (Escolas da Triana e Santegãos). Faz ainda parte da rede escolar pública do município, a Escola Secundária de S. Pedro da Cova (escola não agrupada).

Dos Agrupamentos de Escolas/Escola não agrupada anteriormente referidos destacam-se o Agrupamento de Escolas n.º 3 de Rio Tinto, Agrupamento de Escolas Santa Bárbara e a Escola Secundária de S. Pedro da Cova com contratos de autonomia e os Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova; Agrupamento de Escolas de Valbom; Agrupamento de Escolas Santa Bárbara, Escola Secundária de S. Pedro da Cova como Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.

Neste sentido, a análise seguinte pretende avaliar diversos indicadores que nos parecem pertinentes para uma análise consciente e real, pelo que nas páginas seguintes são abordadas diversas informações com o propósito de contribuírem para um conhecimento mais aprofundado, sobre o âmbito da Educação e Formação no município de Gondomar, nomeadamente: Número de Alunos, Sucesso, Insucesso e Abandono Escolar por ciclo de ensino; situações relacionadas com violência nas diversas entidades; Ensino Profissional; Ensino Noturno; Ações de Alfabetização.

Agrupamento de Escolas de Rio Tinto (Ano Letivo 2013/2014)

- 1.752 alunos: 211 Pré-escolar; 653 1.º ciclo; 430 alunos no 2.º ciclo e 458 no 3.º ciclo;
- Insucesso escolar: 14,7% no 2.º ciclo e 18,1% no 3.º ciclo;
- Abandono Escolar não existente em ambos os níveis de ensino;
- Lecionaram no Agrupamento de Escolas de Rio Tinto 138 docentes tendo sido acompanhados por 57 colaboradores não docentes.

Ensino Profissional (ano letivo 2013/2014):

- 41 Alunos integrados em cursos profissionais, cursos vocacionais e em cursos educação e formação de adultos, dos quais 25 são do sexo masculino;
- 41 jovens integrados em Cursos Profissionais e Vocacionais;

Quadro 16: Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Rio Tinto, por ano letivo

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Ano Letivo 2011/2012				Ano Letivo 2012/2013				Ano Letivo 2013/2014			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
EB1 Alto de Soutelo	72	26	45	49	60	20	40	30	52	42	74	26
Subtotal	192				150				194			
EB1 Cabanas		24	35	60	20	20	28	42	45	20		24
Subtotal	119				110				89			
EB1 Ponte	22	16	23	25	15	18	15	10	19	19	23	16
Subtotal	86				58				77			
EB1 S. Caetano 1	48	65	21	26	40	20	40	10	26	50	45	64
Subtotal	160				110				185			
EB1 S. Caetano 2	22	40	18	22	15	15	30	20	24	21	22	41
Subtotal	102				80				108			
Total	659				508				653			

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Rio Tinto, março 2014

Quadro 17: Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Rio Tinto, por Ano Letivo

Escola E.B. 2,3 de Rio Tinto																				
ANO LETIVO	N.º de Alunos					Insucesso escolar					Transitaram					Abandono				
	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T
	N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%	
2011/2012	407	47,7	446	52,3	853	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1	33,3	1	0,7	3
2012/2013	442	48	478	52	920	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2	50	2	50	4
2013/2014	430	48,4	458	51,6	888	63	14,7	83	18,1	146	367	85,3	375	81,9	742	0	0	0	0	0

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Rio Tinto, março 2014

Agrupamento de Escolas n.º 2 de Rio Tinto (Ano Letivo 2013/2014)

- 2.064 alunos: 345 Pré-escolar; 791 1.º ciclo; 439 2.º ciclo e 489 3.º ciclo;
- Lecionaram no Agrupamento de Escolas n.º 2 de Rio Tinto 152 docentes tendo sido acompanhados por 42 colaboradores não docentes;
- Registados 20 incidentes entre alunos;
- Insucesso escolar mais acentuado no ano letivo 2012/2013 no 2.º ciclo (17,5%);
- Abandono Escolar não existente em ambos os níveis de ensino;
- Nos anos 2009, 2010 e 2011 foram constituídos 3 cursos que garantiram o acesso à alfabetização de 46 pessoas (14, 17 e 15 pessoas respetivamente);

Quadro 18: Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas n.º 2 de Rio Tinto, por ano letivo

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Ano Letivo 2011/2012				Ano Letivo 2012/2013				Ano Letivo 2013/2014			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
EB1 Boavista	88	87	67	93	26	21	21	21	25	26	21	21
Subtotal	335				89				93			
EB1 Lourinha	50	60	68	57	<i>reconvertida em Centro Escolar</i>							
Subtotal	235				0				0			
EB1 Venda Nova	48	45	52	47	80	52	43	52	<i>encerrou</i>			
Subtotal	192				227				0			
Centro Escolar Boavista/ Lourinha					88	112	135	106	92	98	119	114
Subtotal	0				441				423			
Centro Escolar da Venda Nova									77	99	52	47
Subtotal	0				0				275			
TOTAL	762				757				791			

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 2 de Rio Tinto, março 2014

Quadro 19: Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Rio Tinto n.º 2, por Ano Letivo | * Dados referentes ao 1º Período

Escola E.B. 2,3 de Rio Tinto n.º 2																				
ANO LETIVO	N.º de Alunos					Insucesso escolar					Transitaram					Abandono				
	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T
	N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%	
2011/2012	450	49,9	451	50,1	901	60	13,3	81	18,0	141	376	83,6	347	77,1	723	0	0,0	0	0,0	0
2012/2013	452	48,7	476	51,3	928	79	17,5	62	13,0	141	356	78,8	383	84,7	739	0	0,0	0	0,0	0
2013/2014*	439	47,3	489	52,7	928	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 2 de Rio Tinto, março 2014

O quadro seguinte reflete a evolução dos auxílios económicos ao longo dos últimos anos letivos, no Agrupamento de Escolas n.º 2 de Rio Tinto. Deste verifica-se que dos 2.594 alunos que frequentaram o 2º ciclo, 1.111 beneficiaram de auxílios económicos (escalão A e B).

Quadro 20: Auxílios Económicos na Escola E.B. 2,3 de Rio Tinto n.º 2, por Ano Letivo

Ano Letivo	N.º Total de Alunos		Escalão A		Escalão B		Reforços Alimentares	
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo
2008/2009	443	471	129	130	58	62	---	---
2009/2010	421	471	117	140	71	69	---	---
2010/2011	427	462	127	107	67	84	3	4
2011/2012	437	430	110	92	55	85	6	3
2012/2013	437	450	121	122	65	87	6	6
2013/2014	429	402	123	116	68	63	4	4
Total	2594	2686	727	707	384	450	19	17

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 2 de Rio Tinto, março 2014

Agrupamento de Escolas n.º 3 de Rio Tinto (Ano Letivo 2013/2014)

- 3.224 alunos: 279 frequentam o Pré-escolar; 462 o 1.º ciclo; 310 o 2.º ciclo, 761 o 3.º ciclo; 24 o Vocacional; 997 o Secundário; 256 o Ensino Profissional; 28 cursos EFA e 107 o Ensino Secundário Recorrente Noturno;
- neste ano letivo, foi ainda, registada uma jovem grávida que frequentava o 9.º ano de escolaridade;
- lecionaram no Agrupamento de Escolas n.º 3 de Rio Tinto 268 docentes tendo sido acompanhados por 93 colaboradores não docentes;

2.º e 3.º Ciclo:

- Insucesso escolar mais acentuado no 3.º ciclo (18,7%), (ano letivo 2012/2013);
- Abandono Escolar não existente em ambos os níveis de ensino;

Ensino Secundário (ano letivo 2012/2013):

- Insucesso Escolar significativo no 12.º ano de escolaridade, com uma expressão de 41,3%, bem como no 9.º ano de escolaridade com 25,1%.

Ensino Profissional (ano letivo 2013/2014):

- 308 Alunos integrados em cursos profissionais, cursos vocacionais e em cursos educação e formação de adultos, dos quais 162 são do sexo masculino;
- 5 jovens integrados em Cursos Profissionais e Vocacionais (4 e 1 respetivamente) apresentavam NEE;

Quadro 21: Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas n.º 3 de Rio Tinto, por ano letivo

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Ano Letivo 2011/2012*				Ano Letivo 2012/2013				Ano Letivo 2013/2014			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
EB1 Baguim do Monte		28	23	40	26	3	26	23	encerrou			
Subtotal		91			78				0			
EB1 Torregim	47	45	27	45	40	51	40	33	encerrou			
Subtotal		164			164				0			
EB1 Vale Ferreiros	24	25	46	38	26	26	24	45	21	26	26	26
Subtotal		133			121				99			
EB1 Seixo	40	30	28	31	26	40	32	31	22	27	40	26
Subtotal		129			129				115			
Centro Escolar Baguim do Monte									52	76	48	72
Subtotal		0			0				248			
TOTAL		517			492				462			

*Agrupamento de Escolas de Baguim

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 3 de Rio Tinto, março 2014

Quadro 22: Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar nas Escolas E.B. 2,3 Frei Manuel de Santa Inês e Secundária de Rio Tinto, por Ano Letivo

Escola E.B. 2,3 Frei Manuel de Santa Inês e Escola Secundária de Rio Tinto																				
ANO LETIVO	N.º de Alunos					Insucesso escolar					Transitaram					Abandono				
	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T
	N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%	
2011/2012 a)	247	40,6	361	59,4	608	30	12,1	65	18,0	95	212	85,8	296	82,0	508	0	0,0	0	0,0	0
2011/2012 b)	0	0,0	368	100	368	0	0,0	72	19,6	72	0	0,0	295	80,2	295	0	0,0	1	0,2	1
2012/2013 c)	269	25,9	770	74,1	1039	23	8,6	144	18,7	167	231	85,9	626	81,3	857	0	0,0	0	0,0	0
2013/2014 c)*	310	28,9	761	71,1	1071	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0

a) Dados respeitantes à Escola EB 2.3 de Baguim; b) Dados respeitantes à Escola Secundária de Rio Tinto; c) Dados respeitantes ao AE Rio Tinto 3; * Dados referentes ao 1º Período.

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 3 de Rio Tinto, março 2014

Da análise seguinte, realizada através dos quadros 23 e 24, importa referir que os mesmos traduzem dados respeitantes apenas aos cursos gerais do ensino básico e cursos científico-humanísticos do ensino secundário.

Quadro 23: Evolução do número de alunos na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Rio Tinto, entre os anos letivos 2011/2012 a 2013/2014

Escolaridade	Anos Letivos								
	2011/2012			2012/2013 a)			2013/2014 a)		
	Fem	Mas	Subtotal	Fem	Mas	Subtotal	Fem	Mas	Subtotal
7º Ano	48	53	101	114	127	241	109	140	249
8º Ano	77	86	163	125	117	242	115	126	241
9º Ano	60	44	104	145	142	287	138	133	271
10º Ano	212	187	399	218	171	389	189	203	392
11º Ano	162	137	299	178	137	315	188	142	330
12º Ano	166	127	293	142	122	264	153	122	275
TOTAL	725	634	1359	922	816	1738	892	866	1758

a) Inclui alunos da ES Rio Tinto e EB2,3 Baguim.

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 3 de Rio Tinto, março 2014

Quadro 24: Total de alunos, sucesso insucesso, e desistência escolar na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Rio Tinto, entre os anos letivos 2011/2012 a 2012/2013

Ano Escolaridade	2011/2012 a)						2012/2013 a)					
	Sucesso		Insucesso		Desistência		Sucesso		Insucesso		Desistência	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
7º Ano	80	79,2	21	20,8	0	0,0	202	83,8	39	16,2	0	0,0
8º Ano	137	84,0	26	16,0	0	0,0	209	86,4	33	13,6	0	0,0
9º Ano	78	75,0	25	24,0	1	1,0	215	74,9	72	25,1	0	0,0
10º Ano	306	76,7	84	21,1	9	2,3	304	78,1	85	21,9	0	0,0
11º Ano	238	79,6	47	15,7	13	4,3	264	83,8	45	14,3	0	0,0
12º Ano	165	56,3	112	38,2	37	12,6	145	54,9	109	41,3	7	2,7
TOTAL	1004	73,9	315	23,2	60	4,4	1339	77,0	383	22,0	7	0,4

a) Inclui alunos da ES Rio Tinto e EB2,3 Baguim.

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 3 de Rio Tinto, março 2014

O quadro seguinte reflete a evolução dos auxílios económicos prestados, no ano letivo 2013/2014, aos alunos que frequentavam cursos gerais do ensino básico e cursos científico-humanísticos do ensino secundário no Agrupamento de Escolas n.º 3 de Rio Tinto - deste podemos aferir que, a maioria dos alunos em apoio, o têm, através do escalão A e frequentavam o 3.º Ciclo do Ensino Básico.

Quadro 25: Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas de Rio Tinto n.º 3, por Ano Letivo

Ano Letivo	N.º Total de Alunos			Escalão A			Escalão B			Reforços Alimentares		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2012/2013	269	770	968	82	182	190	67	165	226	2	9	2
2013/2014	310	761	997	97	170	175	79	152	207	3	4	2
Total	579	1531	1965	179	352	365	146	317	433	5	13	4

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 3 de Rio Tinto, março 2014

O Agrupamento de Escolas n.º 3 de Rio Tinto disponibiliza a possibilidade de uma via profissionalizante, pelo que o quadro 26 demonstra exatamente essa oferta. Tal como o referido inicialmente, no ano letivo 2012/2013, podemos aferir um número residual, no que se refere ao insucesso educativo neste âmbito.

Quadro 26: Ensino Profissional no Agrupamento de Escolas de Rio Tinto n.º 3, por Ano Letivo

Ano letivo	Cursos	N.º Total Alunos		Sucesso		Insucesso		Absentismo		Desistência	
		F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
2012/2013	Cursos Profissionais	112	163	254		17		0		4	
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	10	24	31		3		0		0	
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	41	31	49		0		20		3	
2013/2014	Cursos Profissionais	110	146								
	Cursos Vocacionais	11	13								
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	25	3								

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 3 de Rio Tinto, março 2014

Agrupamento de Escolas Santa Bárbara (Ano Letivo 2013/2014)

- 1.871 alunos: 210 o Pré-escolar; 570 o 1.º ciclo; 344 o 2.º ciclo e 447 o 3.º ciclo;

Ano letivo 2012/2013:

- Insucesso escolar mais acentuado no 3.º ciclo com 14,8%;
- Abandono Escolar não existente, em ambos os níveis de ensino;
- Em 2012/2013 foram registados 9 incidentes entre alunos e 1 incidente entre alunos e docentes, tendo sido registado, em 2013/2014, 1 incidente que envolveu alunos e docentes;
- Ainda, neste ano letivo, foi acompanhada uma jovem grávida que frequentava o 8.º ano de escolaridade tendo, no pós-parto, sido reintegrada no ensino regular.

Ensino Profissional

- Diminuição e alteração da oferta formativa ao longo dos anos letivos em análise;
- Valores mais prementes ao nível da Desistência

Ano letivo 2013/2014

- 24 Alunos integrados em cursos vocacionais em igual número, no que se refere à diferenciação por sexo;
- 4 jovens integrados em Cursos Vocacionais apresentavam NEE ao nível do Desenvolvimento Cognitivo;

2012/2013

- Estavam integradas em CEF - Cursos Educação e Formação Jovens 2 jovens grávidas.

Quadro 27: Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara, por ano letivo

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Ano Letivo 2011/2012				Ano Letivo 2012/2013				Ano Letivo 2013/2014			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
EB1 Alvarinha	25	25	25	24	21	26	25	23	21	20	26	24
Subtotal	99				95				91			
EB1 Bela Vista 1		20	19	21								
Subtotal	60				0				0			
EB1 Bela Vista 2	58	49	47	72	55	116	46	19	59	69	55	67
Subtotal	226				236				250			
EB1 Montezelo	39	29	23	40	43	36	28	22	26	46	39	26
Subtotal	131				129				137			
EB1 Santa Eulália	22	17	24	27	28	25	21	32	18	27	28	19
Subtotal	90				106				92			
TOTAL	606				566				570			

Fonte: Agrupamento de Escolas Santa Bárbara - Fânzeres, março 2014

Quadro 28: Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Fânzeres, por Ano Letivo

Escola E.B. 2,3 de Fânzeres																				
ANO LETIVO	N.º de Alunos					Insucesso escolar					Transitaram					Abandono				
	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T
	N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%	
2011/2012	387	49,4	397	50,6	784	34	8,8	45	11,3	79	353	91,2	352	88,7	705	0	0,0	0	0,0	0
2012/2013	383	46,3	445	53,7	828	51	13,3	66	14,8	117	332	86,7	379	85,2	711	0	0,0	0	0,0	0
2013/2014*	344	43,5	447	56,5	791	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0

* Dados referentes ao 1º Período.

Fonte: Agrupamento de Escolas Santa Bárbara - Fânzeres, março 2014

No quadro 29 é possível observar-se a evolução dos auxílios económicos ao longo dos últimos anos letivos no Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara, destacando-se a premência do escalão A, mas também a expressividade significativa dos Reforços Alimentares neste agrupamento de escolas.

Quadro 29: Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara, por Ano Letivo

Ano Letivo	N.º Total de Alunos		Escalão A		Escalão B		Reforços Alimentares	
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo
2008/2009	397	425	146	113	100	92	19	20
2009/2010	420	399	178	101	107	47	14	21
2010/2011	422	405	172	107	98	41	27	23
2011/2012	388	397	162	155	70	79	28	15
2012/2013	383	445	170	173	68	84	45	39
2013/2014	344	448	176	201	51	67	35	40
Total	2354	2519	1004	850	494	410	168	158

Fonte: Agrupamento de Escolas Santa Bárbara - Fânzeres, março 2014

O quadro 30 demonstra a oferta formativa existente no Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara, ao longo dos diversos anos letivos.

Quadro 30: Ensino Profissional no Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara, por Ano Letivo

Ano letivo	Cursos	N.º Total Alunos		Sucesso		Insucesso		Absentismo		Desistência	
		F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
2008/2009	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	16	22	13	18	3	4	2	3	1	1
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	43	6	34	4					9	2
2009/2010	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	22	28	15	24	7	4	5	1	2	3
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	18	4	12	2	6	2			6	2
2010/2011	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	14	51	10	44	4	7	4	5		2
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	8	3	7	3	1				1	
2011/2012	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	22	19	22	18		1		1		
2012/2013	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	4	10	4	9						1
2013/2014	Cursos Vocacionais	12	12								

Fonte: Agrupamento de Escolas Santa Bárbara - Fânzeres, março 2014

Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova (Ano Letivo 2013/2014)

- 1.422 alunos: 202 frequentam o Pré-escolar; 585 o 1.º ciclo; 309 o 2.º ciclo e 326 o 3.º ciclo;
- Insucesso escolar mais acentuado no 3.º ciclo (39%);
- Abandono Escolar não existente, em ambos os níveis de ensino;
- Acompanhamento de uma jovem grávida que frequentava o 9.º ano de escolaridade, que no pós-parto foi reintegrada em percurso alternativo;

Nos anos 2009, 2010 e 2012 foram constituídos 3 cursos que garantiram o acesso à alfabetização, de 47 pessoas (14, 20 e 13 pessoas respetivamente);

Ensino Nocturno com maior expressão ao nível do Ensino Básico, tendo vindo a diminuir ao longo dos últimos anos letivos (2008/2009: EB - 34; 2009/2010: EB - 96/ ES - 9; 2010/2011: EB - 95/ ES - 16; 2011/2012: EB - 119/ ES - 53; 2012/2013: EB - 45).

Quadro 31: Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova, por ano letivo

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Ano Letivo 2011/2012				Ano Letivo 2012/2013				Ano Letivo 2013/2014			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
EB1 Beloi	12	24	12	24	15	15	25	15	20			23
Subtotal	72				70				43			
CE Carvalhal/Mó	22	17	24	20	17	25	14	24	40	23	21	15
Subtotal	83				80				99			
EB1 Cimo da Serra	12	9	12	10		12	9	19	9	10	14	8
Subtotal	43				40				41			
EB1 Covilhã	14	17	19	41	17	17	17	15	16	17	21	17
Subtotal	91				66				71			
EB1 Passal	15	20	12	16	35	20	13	16	14	32	16	13
Subtotal	63				84				75			
EB1 Silveirinhos	19	19	18	6	20	21	20	18	17	23	21	20
Subtotal	62				79				81			
EB1 Tardariz	10		13	19		10		14	<i>encerrou</i>			
Subtotal	42				24				0			
EB1 Belo Horizonte	21	25	9	11	20	20	12	10	20	20	21	23
Subtotal	66				62				84			
EB1 Vila Verde	20	31	29	23	26	21	26	33	15	29	17	30
Subtotal	103				106				91			
TOTAL	625				611				585			

Fonte: Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova, março 2014

Quadro 32: Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de S. Pedro da Cova, por Ano Letivo

Escola E.B. 2,3 de S. Pedro da Cova																				
ANO LETIVO	N.º de Alunos					Insucesso escolar					Transitaram					Abandono				
	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T
	N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%	
2011/2012	378	60,4	248	39,6	626	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0
2012/2013	334	51,7	312	48,3	646	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0
2013/2014	309	48,7	326	51,3	635	87	28,2	127	39,0	214	222	71,8	199	61,0	421	0	0,0	0	0,0	0

Fonte: Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova, março 2014

O quadro 33 permite constatar a evolução dos auxílios económicos ao longo dos últimos anos letivos no Agrupamento de Escolas de S. Pedro da Cova, destacando-se a premência do escalão A, sendo que no ano letivo 2013/2014, o Escalão A apoiou mais de 50% da população estudantil a estudar neste agrupamento. Também o apoio ao nível do Reforço Alimentar vem aumentando ao longo dos últimos anos letivos.

Quadro 33: Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas de S. Pedro da Cova, por Ano Letivo

Ano Letivo	N.º Total de Alunos		Escalão A		Escalão B		Reforços Alimentares		Programa 4/18	
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo
2008/2009	419	273	208	132	107	78	20	12	150	110
2009/2010	363	271	201	177	88	67	22	12	172	123
2010/2011	369	273	181	167	78	76	20	15	121	142
2011/2012	378	248	143	141	90	89	25	15	120	117
2012/2013	334	312	157	154	59	79	27	14	137	103
2013/2014	301	317	164	179	45	72	30	19	107	107
Total	2164	1694	1054	950	467	461	34	17	807	702

Fonte: Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova, março 2014

Escola Secundária c/ 3.º Ciclo de S. Pedro da Cova – Ano Letivo 2013/2014

- 411 Alunos, dos quais: 207 do 3.º Ciclo e 204 do Secundário;

Ano letivo 2012/2013:

- Insucesso Escolar significativo ao nível do 3.º Ciclo do ensino básico, com especial incidência no 7.º ano de escolaridade com 45,2%;
- Acompanhamento de uma jovem grávida que frequentava o 9.º ano de escolaridade que no pós-parto foi reintegrado em percurso regular;
- A maioria das inscrições recaem na opção Agrupamento Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias, bem como na opção Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades;

Ensino Profissional (ano letivo 2013/2014):

- 199 Alunos integrados em cursos profissionais, cursos vocacionais e em cursos educação e formação de jovens, dos quais 143 são do sexo masculino;
- 9 jovens integrados em Cursos Profissionais, Cursos Vocacionais bem como em Cursos de Educação e Formação de Adultos apresentavam NEE ao nível do Desenvolvimento Cognitivo, do Desenvolvimento da Comunicação Linguagem e Fala e Desenvolvimento Emocional e Personalidade (2, 3 e 4 respetivamente);
- Registados 2 incidentes entre alunos;

Quadro 34: Evolução do número de alunos na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de S. Pedro da Cova, entre os anos letivos 2011/2012 a 2013/2014

Escolaridade	Anos Letivos								
	2011/2012			2012/2013			2013/2014		
	Fem	Mas	Subtotal	Fem	Mas	Subtotal	Fem	Mas	Subtotal
7º Ano	59	67	126	20	22	42	28	21	49
8º Ano	47	52	99	67	53	120	26	19	45
9º Ano	56	40	96	56	58	114	62	51	113
10º Ano	39	31	70	40	24	64	45	39	84
11º Ano	71	31	102	44	23	67	38	23	61
12º Ano	57	32	89	57	35	92	37	22	59
TOTAL	329	253	582	284	215	499	236	175	411

Fonte: Escola Secundária c/ 3º Ciclo de São Pedro da Cova, março 2014

Quadro 35: Total de alunos, sucesso insucesso, e desistência escolar na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de S. Pedro da Cova, entre os anos letivos 2011/2012 a 2012/2013

Ano Escolaridade	2011/2012						2012/2013					
	Sucesso		Insucesso		Desistência		Sucesso		Insucesso		Desistência	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
7º Ano	121	96,0	16	12,7	0	0,0	23	54,8	19	45,2	0	0,0
8º Ano	84	84,8	15	15,2	0	0,0	90	75,0	30	25,0	0	0,0
9º Ano	68	70,8	28	29,2	1	1,0	93	81,6	18	15,8	0	0,0
10º Ano	57	81,4	13	18,6	4	5,7	54	84,4	8	12,5	0	0,0
11º Ano	87	85,3	15	14,7	9	8,8	56	83,6	8	11,9	1	1,5
12º Ano	44	49,4	45	50,6	4	4,5	80	87,0	8	8,7	3	3,3
TOTAL	461	79,2	132	22,7	18	3,1	396	79,4	91	18,2	4	0,8

Fonte: Escola Secundária c/ 3º Ciclo de São Pedro da Cova, março 2014

O quadro 36 permite constatar a evolução dos auxílios económicos ao longo dos últimos anos letivos, existindo uma diminuição entre os dois últimos anos letivos (2012/2013 e 2013/2014), de apoios ao nível do Escalão A, tendo os mesmos aumentando, ao nível do Escalão B.

Dos 10 alunos que frequentam a escola em termos de 2.º Ciclo, 9 destes são apoiados ao nível do Escalão A, bem como ao nível do Reforço Alimentar.

Quadro 36: Auxílios Económicos na Escola Secundária de S. Pedro da Cova, por Ano Letivo

Ano Letivo	N.º Total de Alunos			Escalão A			Escalão B			Reforços Alimentares		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2008/2009		336	273		152	109		100	86			
2009/2010		338	266		183	132		99	70			
2010/2011		326	284		196	109		87	89		18	4
2011/2012		321	261		168	108		77	67		19	5
2012/2013		276	223		142	105		63	74		28	14
2013/2014	10	207	206	9	109	63		88	50	9	26	23
Total	10	1804	1513	9	950	626		514	436	9	91	46

Fonte: Escola Secundária c/ 3º Ciclo de São Pedro da Cova, março 2014

Quadro 37: Ensino Profissional na Escola Secundária de S. Pedro da Cova, por Ano Letivo

Ano letivo	Cursos	N.º Total Alunos		Sucesso		Insucesso		Absentismo		Desistência	
		F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
2008/2009	Cursos Profissionais	96	155	24	10	12	31	5	6	13	16
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	28	38	3	10	3	4	4	3	2	3
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	52	26	18	14						
2009/2010	Cursos Profissionais	65	142	22	12	20	47	20	41	11	14
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	31	36	12	11	1	1	2	1	10	11
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	34	43	21	13					7	8
2010/2011	Cursos Profissionais	49	101	13	14	7	11	9	9	7	19
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	22	69	18	21	7	7	5	4	1	2
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	180	70	50	54					22	40
2011/2012	Cursos Profissionais	68	106	6	2	8	8	20	17	20	14
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	30	34	17	20	2	3	4	4		
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	95	76	19	9					9	11
2012/2013	Cursos Profissionais	43	53	20	33	23	20	13	13	10	7
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	13	37	6	17	14	11	5	15	2	2
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	72	45	40	20					17	30
2013/2014	Cursos Profissionais	32	84					1	4	4	9
	Cursos Vocacionais	19	26					3	5		
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	5	33					1	7	1	

Fonte: Escola Secundária c/ 3º Ciclo de São Pedro da Cova, março 2014

Agrupamento de Escolas À Beira Douro (Ano Letivo 2013/2014)

- 1.148 alunos dos quais: 159 frequentam o Pré-escolar; 274 o 1.º ciclo; 244 o 2.º ciclo, 357 o 3.º ciclo e 114 frequentam o ensino secundário;

2.º e 3.º Ciclo (ano letivo 2012/2013):

- Insucesso escolar de valores idênticos no 2.º e 3.º ciclo com 11%;
- Abandono Escolar inexistente em ambos os níveis de ensino;

Ensino Secundário (ano letivo 2012/2013):

- Insucesso Escolar significativo no 10.º ano de escolaridade, com uma expressão de 35,1%, bem como no 12.º ano com 25,6%;
- A maioria das inscrições recaem na opção Agrupamento Científico-Humanístico Ciências e Tecnologias;

Ensino Profissional (ano letivo 2012/2013):

- 66 Alunos integrados em cursos profissionais, dos quais 43 são do sexo feminino;
- Insucesso Escolar e desistência com valores irrelevantes ao nível dos cursos profissionais.

Quadro 38: Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas À Beira Douro, por ano letivo

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Ano Letivo 2011/2012				Ano Letivo 2012/2013				Ano Letivo 2013/2014			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
EB1 Branzelo	9	10	9	9	8	16	12	11	9	10	12	15
Subtotal	37				47				46			
EB1 Carvalhos	9	11	11	9	18	10	10	11	8	17	8	12
Subtotal	40				49				45			
EB1 Chães	8	7	8	7	7	9	7	8	4	7	8	7
Subtotal	30				31				26			
EB1 Moreira	10	5	8	13	7	11	5	9	1	7	10	5
Subtotal	36				32				23			
EB1 Cimo de Vila	14	17	16	22	13	14	17	16	8	15	13	19
Subtotal	69				60				55			
EB1 Lixa	9	7	4	9	6	10	18	4	9	5	11	16
Subtotal	29				38				41			
EB1 Vila Cova		8	2	14	13	14	17	16	encerrou			
Subtotal	24				60				0			
EB1 Zebreiros	14	10	21	11	5	14	9	21	11	5	12	10
Subtotal	56				49				38			
TOTAL	321				366				274			

Fonte: Agrupamento de Escolas À Beira Douro, março 2014

Quadro 39: Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola Básica e Secundária À Beira Douro, por Ano Letivo

Escola E.B. 2,3 À Beira Douro																				
ANO LETIVO	N.º de Alunos					Insucesso escolar					Transitaram					Abandono				
	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T
	N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%	
2011/2012	232	39,8	351	60,2	583	16	6,9	62	17,7	78	219	94,4	285	81,2	504	0	0,0	0	0,0	0
2012/2013	241	39,5	369	60,5	610	27	11,2	41	11,1	68	214	88,8	328	88,9	542	0	0,0	0	0,0	0
2013/2014*	244	40,6	357	59,4	601	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0

* Dados referentes ao 1º Período.

Fonte: Agrupamento de Escolas À Beira Douro, março 2014

Quadro 40: Evolução do número de alunos na Escola Básica e Secundária À Beira Douro, entre os anos letivos 2011/2012 a 2013/2014

Escolaridade	Anos Letivos								
	2011/2012			2012/2013 a)			2013/2014 a)		
	Fem	Mas	Subtotal	Fem	Mas	Subtotal	Fem	Mas	Subtotal
7º Ano	63	70	133	51	67	118	50	63	113
8º Ano	57	58	115	49	70	119	49	64	113
9º Ano	65	38	103	65	67	132	63	68	131
10º Ano	16	17	33	19	18	37	27	21	48
11º Ano	23	17	40	20	24	44	19	18	37
12º Ano				28	15	43	10	19	29
TOTAL	224	200	424	232	261	493	218	253	471

a) Inclui alunos da ES e EB2,3 Medas.

Fonte: Agrupamento de Escolas À Beira Douro, março 2014

Quadro 41: Total de alunos, sucesso insucesso, e desistência escolar na Escola Básica e Secundária À Beira Douro, entre os anos letivos 2011/2012 a 2012/2013

Ano Escolaridade	2011/2012 a)						2012/2013 a)					
	Sucesso		Insucesso		Desistência		Sucesso		Insucesso		Desistência	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
7º Ano	107	80,5	23	17,3	0	0,0	106	89,8	12	10,2	---	---
8º Ano	93	80,9	21	18,3	0	0,0	109	91,6	10	8,4	---	---
9º Ano	85	82,5	18	17,5	0	0,0	113	85,6	19	14,4	---	---
10º Ano	29	87,9	4	12,1	1	3,0	24	64,9	13	35,1	---	---
11º Ano	39	97,5	1	2,5	0	0,0	43	97,7	1	2,3	---	---
12º Ano	0	0,0	0	0,0	0	0,0	32	74,4	11	25,6	---	---
TOTAL	353	83,3	67	15,8	1	0,2	427	86,6	66	13,4	---	---

a) Inclui alunos da ES e EB2,3 Medas.

Fonte: Agrupamento de Escolas À Beira Douro, março 2014

Analisando a evolução dos auxílios económicos ao longo dos últimos anos letivos no Agrupamento de Escolas À Beira Douro (quadro 42), destacam-se os apoios que advém do Escalão B e com um apoio mais incisivo ao nível dos alunos que frequentam o 3.º Ciclo.

Quadro 42: Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas À Beira Douro, por Ano Letivo

Ano Letivo	N.º Total de Alunos			Escalão A			Escalão B			Reforços Alimentares			Programa 4/18		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec.	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec.	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec.	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec.	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec.
2008/2009	254	319	0	78	102	0	85	125	0	6	3	0	0	0	0
2009/2010	249	284	0	77	82	0	87	86	0	5	5	0	0	0	0
2010/2011	227	294	46	65	86	13	79	99	14	7	3	1	1	2	6
2011/2012	232	351	95	57	83	11	74	120	15	6	4	1	2	3	11
2012/2013	241	369	141	63	98	20	70	118	22	3	5	1	2	3	15
2013/2014	244	357	165	67	98	17	68	114	24	3	5	2	2	3	15
Total	1447	1974	447	407	549	61	463	662	75	30	25	5	7	11	47

Fonte: Agrupamento de Escolas À Beira Douro, março 2014

Quadro 43: Ensino Profissional no Agrupamento de Escolas À Beira Douro, por Ano Letivo

Ano letivo	Cursos	N.º Total Alunos		Sucesso		Insucesso		Desistência	
		F	M	F	M	F	M	F	M
2008/2009	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	10	17	10	16		1		
2009/2010	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	12	25	12	25				
2010/2011	Cursos Profissionais	10	11	10	11				
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	1	8	1	8				
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	7	7	5	5			2	2
2011/2012	Cursos Profissionais	12	15	12	15				
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	0	7	0	7				
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	10	11	10	11				
2012/2013	Cursos Profissionais	30	22	30	21		1		
2013/2014	Cursos Profissionais	43	23	43	23				

Fonte: Agrupamento de Escolas À Beira Douro, março 2014

Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar (Ano Letivo 2013/2014)

- 2.429 alunos: 245 Pré-escolar; 311 1.º ciclo; 175 2.º ciclo, 679 3.º ciclo e 1.019 frequentam o ensino Secundário;

2.º e 3.º Ciclo (ano letivo 2012/2013);

- Insucesso escolar inexistente ao nível do 2.º ciclo; taxa de insucesso de 11,7% ao nível 3.º ciclo;
- Abandono Escolar não existente em ambos os níveis de ensino.

Ensino Secundário (ano letivo 2012/2013):

- Insucesso Escolar significativo no 12.º ano de escolaridade, com uma expressão de 20,2%, seguido do 9.º ano de escolaridade com 14,3%;
- A maioria das inscrições recai na opção Agrupamento Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias, bem como na opção Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades;

Ensino Profissional (ano letivo 2013/2014)

- 343 Alunos integrados em ensino profissional, existindo uma elevada diferenciação entre sexos, por referência ao curso em frequência (p.e.: Técnico de Instalações Elétrica; Técnico de Frio e Climatização apenas com frequência de elementos do sexo masculino enquanto que nos Cursos de Técnico de Secretariado; Técnico de Análise Laboratorial; Técnico de Animador Sociocultural existe uma grande frequência de elementos do sexo feminino);

Ensino Noturno com maior expressão ao nível do Ensino Secundário; tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos letivos (2008/2009: EB - 382/ ES - 1.068; 2009/2010: EB - 394/ ES - 1.032; 2012/2013: ES - 98; 2012/2013: ES - 107).

Quadro 44: Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar, por ano letivo

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Ano Letivo 2011/2012*				Ano Letivo 2012/2013				Ano Letivo 2013/2014			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
EB1 Atões	16	6	16	17	17	18		17	21	19	3	
Subtotal	55				52				43			
EB1 Estrada	21	17	14	17	8	21	16	15	11	14	21	19
Subtotal	69				60				65			
EB1 Jancido	20	26	12	22	11	19	23	11	19	15	19	23
Subtotal	80				64				76			
EB1 Outeiro		24	25	25	19		26	25	27	19		24
Subtotal	74				70				70			
EB1 Gens	11	17	14	8	12	11	18	14	14	14	11	18
Subtotal	50				55				57			
EB1 Ribeira de Baixo			12		9					12		encerrou
Subtotal	21				12				0			
TOTAL	349				313				311			

*Agrupamento de Jovim/ Foz do Sousa

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 1 de Gondomar, março 2014

Quadro 45: Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Jovim, por Ano Letivo

Escola E.B. 2,3 de Jovim																				
ANO LETIVO	N.º de Alunos					Insucesso escolar					Transitaram					Abandono				
	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T
	N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%	
2011/2012	0	0,0	423	100	423	0	0,0	26	6,1	26	0	0,0	397	93,9	397	0	0,0	0	0,0	0
2012/2013	0	0,0	410	100	410	0	0,0	48	11,7	48	0	0,0	362	88,3	362	0	0,0	0	0,0	0
2013/2014*	175	20,5	679	79,5	854	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0

* Dados referentes ao 1º Período.

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 1 de Gondomar, março 2014

Quadro 46: Evolução do número de alunos na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Gondomar, entre os anos letivos 2011/2012 a 2013/2014

Escolaridade	Anos Letivos								
	2011/2012 a)			2012/2013 a)			2013/2014 a)		
	Fem	Mas	Subtotal	Fem	Mas	Subtotal	Fem	Mas	Subtotal
7º Ano	70	79	149	60	68	128	89	101	190
8º Ano	66	67	133	72	77	149	116	135	251
9º Ano	68	73	141	63	70	133	100	138	238
10º Ano	164	236	400	213	241	454	191	229	420
11º Ano	130	136	266	206	211	417	168	169	337
12º Ano	145	135	280	154	138	292	116	146	262
TOTAL	643	726	1369	768	805	1573	780	918	1698

a) Inclui alunos da ES Gondomar e EB2,3 Jovim.

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 1 de Gondomar, março 2014

Quadro 47: Total de alunos, sucesso insucesso, e desistência escolar na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Gondomar, entre os anos letivos 2011/2012 a 2012/2013

Ano Escolaridade	2011/2012 a)						2012/2013 a)					
	Sucesso		Insucesso		Desistência		Sucesso		Insucesso		Desistência	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
7º Ano	137	91,9	12	8,1	---	---	116	90,6	12	9,4	---	---
8º Ano	125	94,0	8	6,0	---	---	132	88,6	17	11,4	---	---
9º Ano	135	95,7	6	4,3	---	---	114	85,7	19	14,3	---	---
10º Ano	370	92,5	30	7,5	---	---	415	91,4	39	8,6	---	---
11º Ano	251	94,4	15	5,6	---	---	404	96,9	13	3,1	---	---
12º Ano	230	82,1	50	17,9	---	---	233	79,8	59	20,2	---	---
TOTAL	1248	91,2	121	8,8	---	---	1414	89,9	159	10,1	---	---

a) Inclui alunos da ES Gondomar e EB2,3 Jovim.

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 1 de Gondomar, março 2014

Analisando a evolução dos auxílios económicos ao longo dos últimos anos letivos no Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar (quadro 48), destacam-se os apoios que advém do Escalão A e com um apoio mais incisivo ao nível dos alunos que frequentam o Secundário; embora tenha existido uma diminuição do n.º total de alunos ao nível do 2.º e 3.º ciclo entre os anos letivos em análise, de realçar o maior número de apoios económicos concedidos. De realçar igualmente a necessidade de reforços alimentares ao nível do 3.º Ciclo.

Quadro 48: Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar, por ano letivo

Ano Letivo	N.º Total de Alunos			Escalão A			Escalão B			Reforços Alimentares		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2012/2013	109	345	339	48	167	141	61	178	198	27	30	3
2013/2014	103	315	361	59	208	216	44	107	145	30	39	2
Total	212	660	700	107	375	357	105	285	343	57	69	5

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 1 de Gondomar, fevereiro 2015

Quadro 49: Ensino Profissional no Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar, por ano letivo

Ano letivo	Cursos	N.º Total Alunos		
		F	M	Total
2012/2013	Técnico de Instalações Elétrica	0	57	57
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	2	56	58
	Técnico de Frio e Climatização	0	54	54
	Técnico de Secretariado	57	1	58
	Técnico de Análise Laboratorial	23	2	25
	Técnico de Animador Sociocultural	30	2	32
	Técnico de Construção Civil	1	10	11
2013/2014	Técnico de Instalações Elétrica	0	63	63
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	2	53	55
	Técnico de Frio e Climatização	0	59	59
	Técnico de Secretariado	67	2	69
	Técnico de Análise Laboratorial	44	2	46
	Técnico de Animador Sociocultural	40	2	42
	Técnico de Construção Civil	1	8	9

Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 1 de Gondomar, fevereiro 2015

Agrupamento de Escolas de Gondomar (Ano Letivo 2013/2014)

- 2.223 alunos: 360 Pré-escolar; 796 1.º ciclo; 596 2.º ciclo e 471 3.º ciclo;

No ano letivo 2012/2013:

- Insucesso escolar mais acentuado ao nível do 3.º ciclo (8,2%);
- Abandono Escolar residual, em ambos os níveis de ensino.

Nos anos 2009, 2010 e 2011 foram constituídos 3 cursos que garantiram o acesso à alfabetização de 59 pessoas (18, 16 e 25 pessoas respetivamente);

Quadro 50: Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Gondomar, por ano letivo

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Ano Letivo 2011/2012				Ano Letivo 2012/2013				Ano Letivo 2013/2014			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
EB1 Crasto	37	28	40	26	<i>encerrou</i>							
Subtotal	131				0				0			
EB1 Gandra	48	40	48	45	20	24	20	24	26	22	24	18
Subtotal	181				88				90			
EB1 Ramalde	24	24	21	19	24	23	25	21	25	22	25	23
Subtotal	88				93				95			
EB1 Souto	24	46	46	51	44	22	46	48	25	44	20	46
Subtotal	167				160				135			
EB1 Vinhal	20	21	22	26	26	20	21	23	26	24	20	20
Subtotal	89				90				90			
EB1 Aguiar	23	18	19	14	13	19	17	21	19	15	20	17
Subtotal	74				70				71			
EB1 Taralhão	24	20	35	36	26	25	20	34	26	25	25	18
Subtotal	115				105				94			
Escola Básica N.º1					36	67	49	61	68	42	64	47
Subtotal	0				213				221			
TOTAL	845				819				796			

Fonte: Agrupamento de Escolas de Gondomar, março 2014

Quadro 51: Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Gondomar, por Ano Letivo

Escola E.B. 2,3 de Gondomar																				
ANO LETIVO	N.º de Alunos					Insucesso escolar					Transitaram					Abandono				
	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T
	N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%	
2011/2012	510	56,4	394	43,6	904	46	9,0	44	11,2	90	464	91,0	350	88,8	814	0	0,0	0	0,0	0
2012/2013	534	55,5	428	44,5	962	32	6,0	35	8,2	67	372	69,7	393	91,8	765	1	0,2	2	0,5	3
2013/2014*	596	55,9	471	44,1	1067	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0

* Dados referentes ao 1º Período.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Gondomar, março 2014

O quadro 52 permite uma análise da evolução dos auxílios económicos, ao longo dos últimos anos letivos, no Agrupamento de Escolas de Gondomar, destacando-se os apoios que advém do Escalão A.

Quadro 52: Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas de Gondomar, por Ano Letivo

Ano Letivo	N.º Total de Alunos		Escalão A		Escalão B	
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo
2008/2009	520	363	122	97	106	104
2009/2010	559	394	174	119	130	94
2010/2011	428	382	197	130	129	79
2011/2012	511	426	132	99	135	92
2012/2013	524	426	149	117	121	92
2013/2014	596	471	167	120	129	120
Total	3138	2462	941	682	750	581

Fonte: Agrupamento de Escolas de Gondomar, março 2014

Agrupamento de Escolas de Valbom (Ano Letivo 2013/2014)

- 1.392 alunos dos quais: 230 no Pré-escolar; 497 no 1.º ciclo; 275 no 2.º ciclo, 390 no 3.º ciclo e 179 do Secundário;

2.º e 3.º Ciclo (ano letivo 2012/2013):

- Insucesso escolar mais acentuado no 3.º ciclo (15,8%);
- Abandono Escolar não existente, em ambos os níveis de ensino.

Ensino Secundário (ano letivo 2012/2013):

- Insucesso Escolar significativo ao nível do ensino secundário com valores mais elevados ao nível do 12.º ano de escolaridade, com uma expressão de 37,1%;
- A maioria das inscrições recai na opção Agrupamento Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias bem como na opção Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades;

Ensino Profissional (ano letivo 2013/2014)

- 133 Alunos integrados em cursos profissionais, cursos vocacionais e em cursos educação e formação de jovens, sem elevada diferenciação entre sexos;
- Absentismo Escolar e desistência com valores relevantes ao nível dos CEF - Cursos de Educação e Formação Jovens;

Ano letivo 2012/2013:

- 1 jovem integrado em Curso de Educação e Formação de Jovens apresentava NEE ao nível do Desenvolvimento Cognitivo;
- 2 jovens grávidas que frequentavam um Curso de Educação e Formação de Jovens, foram reintegradas no pós-parto, em Cursos Vocacionais.

Nos anos 2012 e 2013 foram constituídos 2 cursos que garantiram o acesso à alfabetização de 60 pessoas.

Quadro 53: Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Valbom, por ano letivo

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Ano Letivo 2011/2012				Ano Letivo 2012/2013				Ano Letivo 2013/2014			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
EB1 Arroteia	46	51	48	48	40	47	54	48	52	46	52	52
Subtotal	193				189				202			
EB1 Lagoa	23	40	41		26	3	22	37	26	26	3	25
Subtotal	104				88				80			
Centro Escolar	50	26	40	20	20	50	26	37	26	26	45	26
Subtotal	136				133				123			
EB1 Pinheiro Além	20	35	26	35	22	22	11	48	26	20	20	26
Subtotal	116				103				92			
TOTAL	549				513				497			

Fonte: Agrupamento de Escolas de Valbom, março 2014

Quadro 54: Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Valbom e Escola Secundária de Valbom, por Ano Letivo

Escola E.B. 2,3 de Valbom e Escola Secundária de Valbom																				
ANO LETIVO	N.º de Alunos					Insucesso escolar					Transitaram					Abandono				
	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T
	N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%	
2011/2012	304	41,8	424	58,2	728	29	9,5	68	16,0	97	280	92,1	349	82,3	629	0	0,0	0	0,0	0
2012/2013	303	43,6	392	56,4	695	30	9,9	62	15,8	92	256	84,5	319	81,4	575	0	0,0	0	0,0	0
2013/2014*	275	41,4	390	58,6	665	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0

* Dados referentes ao 1º Período.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Valbom, março 2014

Quadro 55: Evolução do número de alunos na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Valbom, entre os anos letivos 2011/2012 a 2013/2014

Escolaridade	Anos Letivos								
	2011/2012 a)			2012/2013 a)			2013/2014 a)		
	Fem	Mas	Subtotal	Fem	Mas	Subtotal	Fem	Mas	Subtotal
7º Ano	69	79	148	75	70	145	71	82	153
8º Ano	57	74	131	60	65	125	61	59	120
9º Ano	77	68	145	55	67	122	53	64	117
10º Ano	17	29	46	38	26	64	29	46	75
11º Ano	28	14	42	20	31	51	36	24	60
12º Ano	24	16	40	25	10	35	20	24	44
TOTAL	272	280	552	273	269	542	270	299	569

a) Inclui alunos da ES Valbom e EB2,3 Valbom.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Valbom, março 2014

Quadro 56: Total de alunos, sucesso insucesso, e desistência escolar na Escola Secundária c/ 3º Ciclo de Valbom, entre os anos letivos 2011/2012 a 2012/2013

Ano Escolaridade	2011/2012						2012/2013					
	Sucesso		Insucesso		Desistência		Sucesso		Insucesso		Desistência	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
7º Ano	114	77,0	29	19,6	0	0,0	103	71,0	35	24,1	---	---
8º Ano	113	86,3	18	13,7	0	0,0	108	86,4	16	12,8	---	---
9º Ano	122	84,1	21	14,5	0	0,0	108	88,5	11	9,0	---	---
10º Ano	25	54,3	2	4,3	2	4,3	52	81,3	11	17,2	---	---
11º Ano	34	81,0	8	19,0	7	16,7	34	66,7	16	31,4	---	---
12º Ano	22	55,0	20	50,0	4	10,0	22	62,9	13	37,1	---	---
TOTAL	430	77,9	98	17,8	13	2,4	427	78,8	102	18,8	---	---

a) Inclui alunos da ES Valbom e EB2,3 Valbom; b) Dados do 1º Período.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Valbom, março 2014

Ao longo dos últimos anos letivos e relativamente à evolução dos auxílios económicos, no Agrupamento de Escolas de Valbom, o quadro 57 permite uma análise da qual se destacam os elevados apoios em termos de Reforços Alimentares.

Quadro 57: Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas de Valbom, por Ano Letivo

Ano Letivo	N.º Total de Alunos			Escala A			Escala B			Reforços Alimentares		
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2010/2011	304	432	218	91	128	72	81	99	51			
2011/2012	304	424	128	91	107	42	93	113	39			
2012/2013	303	392	150	98	109	31	70	101	39	16	15	2
2013/2014	275	390	179	100	125	44	57	99	34	44	30	4
Total	1186	1638	675	380	469	189	301	412	163	60	45	6

Fonte: Agrupamento de Escolas de Valbom, março 2014

Quadro 58: Ensino Profissional no Agrupamento de Escolas de Valbom, por Ano Letivo

Ano letivo	Cursos	N.º Total Alunos		Sucesso		Insucesso		Absentismo		Desistência	
		F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
2010/2011	Cursos Profissionais	25	51	0	5	2	5	0	0	0	5
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	3	13	2	10	1	2	1	1		1
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	42	34	34	26	5	16	7	14	0	4
2011/2012	Cursos Profissionais	22	31	8	5	0	0	2	0	3	3
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	10	9	0	0	0	0	0	1	0	0
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	42	34	34	26	5	16	7	14	0	4
2012/2013	Cursos Profissionais	11	16	0	7	0	0	1	0	1	1
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	14	24	7	6	2	1	1	6		1
	EFA - Cursos Educação e Formação Adultos	93	89	69	50	20	30	8	14	15	18
2013/2014	Cursos Profissionais	10	12	0	0	0	0	0	0	0	0
	Cursos Vocacionais	3	10	0	0	0	0	0	0	0	0
	CEF - Cursos Educação e Formação Jovens	51	47	25	24	15	14	1	0	15	14

Fonte: Agrupamento de Escolas de Valbom, março 2014

Agrupamento de Escolas de Canedo (Ano Letivo 2013/2014) - Escolas da Freguesia da Lomba (J.I. e EB 1)

- 121 alunos, dos quais: 19 em Pré-escolar; 34 no 1.º ciclo; 68 no 2.º e 3.º Ciclo;

No ano letivo 2012/2013

- Não se regista taxa de Abandono Escolar ao nível do 2.º e 3.º Ciclo, existindo insucesso escolar apenas ao nível do 3.º Ciclo e com valores pouco significativos.

Quadro 59: Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Canedo - escolas da freguesia da Lomba, por ano letivo

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Ano Letivo 2011/2012				Ano Letivo 2012/2013				Ano Letivo 2013/2014			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
EB1 Labercos	10			12	<i>encerrou</i>							
Subtotal	22				0				0			
EB1 Sante		14		12	5	8	13	13	8	6	7	13
Subtotal	26				39				34			
TOTAL	48				39				34			

Fonte: Agrupamento de Escolas de Canedo, março 2014

Quadro 60: Total de alunos, insucesso, sucesso e abandono escolar na Escola E.B. 2,3 de Canedo, por Ano Letivo

Escola E.B. 2,3 de Canedo																				
ANO LETIVO	N.º de Alunos					Insucesso escolar					Transitaram					Abandono				
	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T	2.º Ciclo		3.º Ciclo		T
	N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%		N	%	N	%	
2011/2012	38	46,3	44	53,7	82	2	5,3	2	4,5	4	36	94,7	42	53,8	78	0	0,0	0	0,0	0
2012/2013	28	37,8	46	62,2	74	0	0,0	2	4,3	2	28	100	44	95,7	72	0	0,0	0	0,0	0
2013/2014*	23	33,8	45	66,2	68	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0

* Dados referentes ao 1º Período.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Canedo, março 2014

Ao longo dos últimos anos letivos e relativamente à evolução dos auxílios económicos no Agrupamento de Escolas de Canedo, o quadro seguinte permite aferir um equilíbrio entre ambos os escalões.

Quadro 61: Auxílios Económicos no Agrupamento de Escolas de Canedo, por Ano Letivo

Ano Letivo	N.º Total de Alunos		Escala A		Escala B		Reforços Alimentares	
	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo
2008/2009	22	33	14	16	8	17		
2009/2010	39	43	19	14	13	20		
2010/2011	40	48	21	17	12	19		
2011/2012	38	44	16	11	19	17		
2012/2013	28	46	12	9	7	19		3
2013/2014	23	45	7	22	3	15		1
Total	180	264	89	89	62	107		4

Fonte: Agrupamento de Escolas de Canedo, março 2014

Agrupamento de Escolas de Pedrouços (Ano Letivo 2013/2014) - Escolas da Freguesia de Rio Tinto, correspondente à área geográfica de Triana/ Santegãos

- 570 alunos, dos quais: 139 Pré-escolar; 431 no 1.º ciclo.

Quadro 62: Total de alunos, por ano de escolaridade nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Pedrouços - escolas da freguesia de Rio Tinto, por ano letivo

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Ano Letivo 2011/2012				Ano Letivo 2012/2013				Ano Letivo 2013/2014			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
EB1 Santegãos	20	30	23	33	10	21	27	18	19	17	17	25
Subtotal	106				76				78			
EB1 Triana	20	17	24	24	13	23	11	24	19	19	20	16
Subtotal	85				71				74			
EB1 Boucinha	78	80	70	74	58	89	75	63	56	60	80	83
Subtotal	302				285				279			
TOTAL	493				432				431			

Fonte: Agrupamento de Escolas de Pedrouços, março 2014

Necessidades Educativas Especiais

O conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE) inclui alunos com capacidades de diferentes níveis, que demonstrem dificuldades na aprendizagem e cognição, comunicação e interação, nos aspetos físicos e sensoriais, e/ou comportamentais, emocionais e de desenvolvimento social.

Assim foi solicitado a todos os Agrupamentos de Escolas do município dados referentes às NEE, pelo que, o quadro seguinte demonstra o número de crianças e jovens, em cada nível de ensino, com necessidades educativas de carácter prolongado, especificando-se sempre que possível o tipo de necessidades.

Quadro 63: N.º de Crianças/ Jovens com NEE de carácter prolongado por agrupamento de escolas no ano letivo 2013/2014

Ano Letivo 2013/ 2014	Nível Ensino	N.º de Crianças/ Jovens com NEE de carácter prolongado							Outras NEE	Total NEE	Total Alunos
		D. Motor	D. Cognitivo Sensorial e/ou Motor	D. Comunicação Linguagem e Fala	D. Emocional e Personalida de	D. Sensorial	D. Cognitivo	D. da Saúde Física			
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
A. E. de Rio Tinto	Pré-Escolar									---	211
	1.º Ciclo									39	653
	2.º Ciclo									---	430
	3.º Ciclo									---	458
Subtotal										39	1752
A. E. n.º 2 de Rio Tinto	Pré-Escolar	1					9			1	345
	1.º Ciclo		5	1						15	791
	2.º Ciclo	1	8	2			12			23	439
	3.º Ciclo		7	3	1		16			27	489
Subtotal										66	2064
A. E. n.º 3 de Rio Tinto	Pré-Escolar									0	279
	1.º Ciclo									5	462
	2.º Ciclo									12	310
	3.º Ciclo									21	761
	Secundário									6	997
Subtotal										44	2809
A. E. Santa Bárbara	Pré-Escolar	1		3	1		1		1	7	210
	1.º Ciclo	1		6	5	1	7		1	21	570
	2.º Ciclo	1		2	6	1	20			30	344
	3.º Ciclo			3	2		5			10	447
Subtotal										2	1571
A.E. de S. Pedro da Cova	Pré-Escolar										202
	1.º Ciclo									106	585
	2.º Ciclo										309
	3.º Ciclo										326
Subtotal										106	1422
Escola Sec. S. Pedro da Cova	3.º Ciclo		2	1						3	207
	Secundário	1	7	1						9	204
Subtotal										12	411
A.E. À Beira Douro	Pré-Escolar		1	1	2					4	159
	1.º Ciclo		1	2	2		8	1		14	274
	2.º Ciclo		1	1	4		8			14	244
	3.º Ciclo		1	3	3	1	10	1		19	357
	Secundário				3					3	179
Subtotal										54	1213

Fonte: Entidades educativas do município de Gondomar, março de 2014.

Cont. Quadro 63: N.º de Crianças/ Jovens com NEE de carácter prolongado por agrupamento de escolas no ano letivo 2013/2014

Ano Letivo 2013/ 2014	Nível Ensino	N.º de Crianças/ Jovens com NEE de carácter prolongado							Outras NEE	Total NEE	Total Alunos
		D. Motor	D. Cognitivo Sensorial e/ou Motor	D. Comunicação Linguagem e Fala	D. Emocional e Personalida de	D. Sensorial	D. Cognitivo	D. da Saúde Física			
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Pré-Escolar				1		1			2	245
	1.º Ciclo			1			13		1	15	311
	2.º Ciclo			2			5		1	8	175
	3.º Ciclo	1		3			13	1	7	25	679
	Secundário	1	4	1			12	2	2	22	1019
Subtotal		2	4	7	1		44	3	11	72	2429
A.E. de Gondomar	Pré-Escolar		2	1	3		3			9	360
	1.º Ciclo		7		4	1	15			27	796
	2.º Ciclo	1	3		1		22		2	29	596
	3.º Ciclo				2	1	11			14	471
Subtotal		1	12	1	10	2	51		2	79	2223
A. E. de Valbom	Pré-Escolar		1				1		2	4	230
	1.º Ciclo		5	2			13		8	28	497
	2.º Ciclo		1	1			8		9	19	275
	3.º Ciclo		8				6		13	27	390
	Secundário		1		1		1		5	8	179
Subtotal			16	3	1		29		37	86	1571
A. E. de Canedo	Pré-Escolar		1							1	19
	1.º Ciclo			1						1	34
	2.º Ciclo		1							1	23
	3.º Ciclo		3							3	45
Subtotal			5	1						6	121
A. E. de Pedrouços	Pré-Escolar									6	139
	1.º Ciclo									23	431
Subtotal										29	570
Total		9	66	34	27	41	157	3	124	661	18124

Fonte: Entidades educativas do município de Gondomar, março de 2014.

No ano letivo 2012/2013 estavam diagnosticadas 661 crianças que frequentavam diversos níveis de ensino no município com Necessidades Educativas Especiais.

Entidades Formativas

“A educação e a formação profissional assumem atualmente um papel de grande relevância na preparação das pessoas para a inserção ou reinserção no mercado de trabalho (...)”

(Portaria n.º 256/2005)

Decorrente do levantamento realizado foram obtidas respostas por parte da Actual Gest, do CINDOR e da Escola Profissional de Gondomar, pese embora existam outras entidades formativas no município.

Não obstante parece-nos pertinente a inclusão neste diagnóstico dos dados que nos foram cedidos uma vez que nos permitem uma análise reduzida sobre esta realidade a par da que os Agrupamentos de Escola anteriormente nos descrevem.

Actual Gest

Ano letivo 2012/2013:

- 286 Alunos integrados em cursos de aprendizagem, dos quais 171 são do sexo masculino;
- Insucesso Escolar irrelevante; taxas de desistência significativas (19,9%);
- Estavam integradas em cursos de aprendizagem, 7 jovens grávidas.

Quadro 64: N.º total de alunos, sucesso, insucesso e desistência escolar por tipo de curso na Actual Gest, entre os anos letivos 2008/2009 a 2012/2013

Ano Letivo	Cursos	N.º Total Alunos				Sucesso				Insucesso				Desistência			
		F	M	T	%	F	M	T	%	F	M	T	%	F	M	T	%
2008/2009	Cursos de Aprendizagem	75	129	204	71,6	63	120	183	89,7		1	1	0,5	12	8	20	9,8
	CEF	18	63	81	28,4	7	39	46	56,8	1		1	1,2	10	24	34	42,0
	Total	93	192	285	100	70	159	229	80,4	1	1	2	0,7	22	32	54	18,9
2009/2010	Cursos de Aprendizagem	62	92	154	71,3	57	76	133	86,4		2	2	1,3	5	14	19	12,3
	CEF	13	49	62	28,7	7	32	39	62,9			0	0,0	6	18	24	38,7
	Total	75	141	216	100	64	108	172	79,6	0	2	2	0,9	11	32	43	19,9
2010/2011	Cursos de Aprendizagem	130	172	302	79,9	111	150	261	86,4	1	3	4	1,3	18	19	37	12,3
	CEF	20	56	76	20,1	13	31	44	57,9	1	3	4	5,3	6	23	29	38,2
	Total	150	228	378	100	124	181	305	80,7	2	6	8	2,1	24	42	66	17,5
2011/2012	Cursos de Aprendizagem	123	200	323	81,0	113	185	298	92,3		5	5	1,5	13	10	23	7,1
	CEF	20	56	76	19,0	13	31	44	57,9	1	3	4	5,3	6	23	29	38,2
	Total	143	256	399	100	126	216	342	85,7	1	8	9	2,3	19	33	52	13,0
2012/2013	Cursos de Aprendizagem	115	171	286	100	91	134	225	78,7		4	4	1,4	24	33	57	19,9
	Total	115	171	286	100	91	134	225	78,7	0	4	4	1,4	24	33	57	19,9

Fonte: Actual Gest, março de 2014.

CINDOR

Em 2014 frequentavam o CINDOR:

- 178 Alunos integrados em Cursos de Aprendizagem e em Cursos Educação e Formação Adultos, sendo que 167 são do sexo feminino;
- Taxas de desistência significativas.

Quadro 65: N.º total de alunos, sucesso, insucesso e desistência escolar por tipo de curso no CINDOR, entre os anos 2009 a 2014

			Cursos de Aprendizagem		CEF (Cursos Educação e Formação - Jovens)		EFA (Cursos Educação e Formação Adultos)		Total	
			N	%	N	%	N	%	N	%
2009	N.º total	F	29	59,2	13	54,2	77	68,8	119	64,3
	alunos	M	20	40,8	11	45,8	35	31,3	66	35,7
	Desistência	F	49	100	24	100	112	100	185	100
		M	11	37,9	0	0,0	6	7,8	17	14,3
2010	N.º total	F	8	40,0	2	18,2	6	17,1	16	24,2
	alunos	M	19	38,8	2	8,3	12	10,7	33	17,8
	Desistência	F	23	48,9	4	50,0	80	65,0	107	60,1
		M	24	51,1	4	50,0	43	35,0	71	39,9
2011	N.º total	F	47	100	8	100	123	100	178	100
	alunos	M	9	39,1	0	0,0	20	25,0	29	27,1
	Desistência	F	8	33,3	0	0,0	11	25,6	19	26,8
		M	17	36,2	0	0,0	31	25,2	48	27,0
2012	N.º total	F	43	48,3			70	62,5	113	56,2
	alunos	M	46	51,7			42	37,5	88	43,8
	Desistência	F	89	100			112	100	201	100
		M	8	18,6			26	37,1	34	30,1
2013	N.º total	F	5	10,9			10	23,8	15	17,0
	alunos	M	13	14,6			36	32,1	49	24,4
	Desistência	F	38	44,2			41	50,6	79	47,3
		M	48	55,8			40	49,4	88	52,7
2014	N.º total	F	86	100			81	100	167	100
	alunos	M	8	21,1			3	7,3	11	13,9
	Desistência	F	12	25,0			4	10,0	16	18,2
		M	20	23,3			7	8,6	27	16,2

Fonte: CINDOR, março de 2014.

Escola Profissional de Gondomar (ano letivo 2013/2014):

- 202 Alunos integrados em cursos profissionais, cursos vocacionais e em cursos educação e formação de adultos, dos quais 106 são do sexo masculino;
- Colaboraram nesta entidade 94 docentes, tendo-se registado 33 incidentes entre alunos, 2 incidentes entre alunos e docentes e 1 incidente entre não docentes e alunos;
- 5 jovens integrados em Cursos Profissionais apresentavam NEE ao nível do Desenvolvimento Cognitivo Sensorial e/ou Motor;

Ano letivo 2012/2013:

- Absentismo Escolar e desistência com valores relevantes ao nível dos cursos profissionais;
- Estavam integradas em cursos profissionais 3 jovens grávidas.

Quadro 66: N.º total de alunos, sucesso, insucesso e desistência escolar por tipo de curso na Escola Profissional de Gondomar, entre os anos letivos 2008/2009 a 2012/2013

Ano Letivo	Cursos	N.º Total Alunos				Sucesso				Insucesso				Absentismo				Desistência			
		F	M	T	%	F	M	T	%	F	M	T	%	F	M	T	%	F	M	T	%
2008/2009	Cursos Profissionais	86	48	134	79,3	18	12	30	100	1		1	100	7	6	13	52,0	12	12	24	82,8
	CEF	21	14	35	20,7			0	0,0			0	0,0	6	6	12	48,0	3	2	5	17,2
	Total	107	62	169	100	18	12	30	100	1		1	100	13	12	25	100	15	14	29	100
2009/2010	Cursos Profissionais	79	46	125	61,6	20	4	24	32,0	4		4	66,7	2	7	9	75,0	11	9	20	74,1
	CEF	20	17	37	18,2	11	5	16	21,3	1		1	16,7	2	1	3	25,0		3	3	11,1
	EFA	36	5	41	20,2	30	5	35	46,7	1		1	16,7			0	0,0	4		4	14,8
	Total	135	68	203	100	61	14	75	100	6		6	100	4	8	12	100	15	12	27	100
2010/2011	Cursos Profissionais	77	66	143	58,8	16	7	23	32,4	4	1	5	71,4	6	12	18	75,0	12	6	18	69,2
	CEF	25	33	58	23,9	7	4	11	15,5	1	1	2	28,6		6	6	25,0		5	5	19,2
	EFA	33	9	42	17,3	32	5	37	52,1			0	0,0			0	0,0	1	2	3	11,5
	Total	135	108	243	100	55	16	71	100	5	2	7	100	6	18	24	100	13	13	26	100
2011/2012	Cursos Profissionais	76	77	153	72,2	11	3	14	51,9	2	1	3	18,8	15	24	39	81,2	4		4	81,2
	CEF	23	36	59	27,8	6	7	13	48,1	8	5	13	81,3	4	5	9	18,8			0	18,8
	Total	99	113	212	100	17	10	27	100	10	6	16	100	19	29	48	100	4		4	100
2012/2013	Cursos Profissionais	85	94	179	77,2	15	19	34	72,3	3	5	8	42,1	18	20	38	82,6	7	9	16	88,9
	CEF	17	36	53	22,8	5	8	13	27,7	5	6	11	57,9	2	6	8	17,4	1	1	2	11,1
	Total	102	130	232	100	20	27	47	100	8	11	19	100	20	26	46	100	8	10	18	100
2013/2014	Cursos Profissionais	79	81	160	79,2																
	Cursos Vocacionais	13	11	24	11,9																
	CEF	4	14	18	8,9																
	Total	96	106	202	100																

Fonte: Escola Profissional de Gondomar, março de 2014.

Oferta Formativa

O Município de Gondomar vem desde o ano letivo 2008/2009 a concertar em sede de Rede Social a oferta formativa do município, no sentido de se minimizar duplicações de oferta formativa, mas essencialmente com o intuito de se garantir uma adequação entre a oferta existente e as necessidades do mercado de trabalho.

Assim os quadros seguintes pretendem demonstrar a oferta que existiu nos últimos três anos letivos em análise sendo indicado sempre que possível, a taxa de empregabilidade destes cursos.

Quadro 67: Principais áreas de formação desenvolvidas e taxa de empregabilidade dos cursos profissionais no município, desde o ano 2010 até ao ano 2013

Conselho Sectorial	Áreas de educação e formação	2010/2011			2011/2012			2012/2013		
		N.º de Cursos	N.º de Alunos	Tx. Empreg.	N.º de Cursos	N.º de Alunos	Tx. Empreg.	N.º de Cursos	N.º de Alunos	Tx. Empreg.
Agro-alimentar	Proteção do Ambiente							1	14	7%
Comércio e Marketing	Comércio	2 1	38 16		2	33		1	26	
Cultura, Património e Produção de Conteúdos	Audiovisuais e Produção dos Media				1 1	26 14	29%	2 1	51 14	21%
Energia e Ambiente	Elettricidade e Energia	4	63		2	43		1 1	11 13	
Informática, Eletrónica e Telecomunicações	Ciências Informáticas	3 2	63 31		2 1 1	31 22 7	23%	2 1 1	56 16 7	25%
	Eletrónica e Automação									
Serviço às empresas	Finanças, Banca e Seguros	1	10		1	9				
	Gestão e Administração	1	31		1	26		1	32	
	Segurança e Higiene no Trabalho	2	48		1	22		1	26	
Serviços Pessoais	Cuidados de Beleza	2	28		1	12				
	Saúde				1	30		2	61	
	Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	1	10		1	9				
	Trabalho Social e Orientação				1	21	19%	1	14	14%
Turismo e Lazer	Hotelaria e Restauração	1	25		3	47	3	39	3	47
	Desporto				1	27		1	28	
	Turismo e Lazer				1	15	27%	1	9	33%

Fonte: Escola Secundária de S. Pedro da Cova | Agrupamento de Escolas nº 2 de Rio Tinto | Agrupamento de Escolas nº 3 de Rio Tinto | Agrupamento de Escolas de Valbom, março de 2014.

Legenda: Escola Secundária de S. Pedro da Cova | Agrupamento de Escolas nº 2 de Rio Tinto | Agrupamento de Escolas nº 3 de Rio Tinto | Agrupamento de Escolas de Valbom.

Quadro 68: Principais áreas de formação desenvolvidas e taxa de empregabilidade dos cursos profissionais no município, desde o ano 2010 até ao ano 2013

Conselho Sectorial	Áreas de educação e formação	2010/2011			2011/2012			2012/2013		
		N.º de Cursos	N.º de Alunos	Tx. Empreg.	N.º de Cursos	N.º de Alunos	Tx. Empreg.	N.º de Cursos	N.º de Alunos	Tx. Empreg.
Agro-alimentar	Indústrias Alimentares							1	29	---
Artesanato e Ourivesaria	Artesanato	11	161	---	9 1	151 15	---	10 1	137 8	---
Comércio e Marketing	Comércio				1	15	52%			
Construção Civil e Urbanismo	Construção Civil e Engenharia Civil				1	13	48%			
Cultura, Património e Produção de Conteúdos	Audiovisuais e Produção dos Media	4	66	---	4	66	---	2	32	5%
Energia e Ambiente	Electricidade e Energia				2	32	50%			
Informática, Eletrónica e Telecomunicações	Ciências Informáticas	1	11	80%	1 1	9 24	40%	2	42	5%
	Eletrónica e Automação				1	20	---	2	42	---
Serviço às empresas	Secretariado e Trabalho Administrativo Segurança e Higiene no Trabalho				1	13	50%	1	15	43%
Saúde e Serviços à comunidade	Apoio à Comunidade	1	14	57%				1	13	33%
	Trabalho Social e Orientação	3	19	---	2	26	---	1	18	10%
Turismo e Lazer	Hotelaria e Restauração	1	22	---	1	18	---	1	14	88%
	Turismo e Lazer	3	49	---	3	58	---	3	59	30%

Fonte: ACTUAL GEST | CINDOR | EPG, março de 2014.

Legenda: **ACTUAL GEST** | **CINDOR** | **EPG**

Centros Novas Oportunidades

Os Centros Novas Oportunidades (CNO), permitiam o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências equivalente ao 9.º ano e 12.º ano de escolaridade proporcionando a possibilidade de identificação e o reconhecimento de competências (escolares, profissionais e outras) adquiridas ao longo da vida, que após validação e certificação conferiam um nível académico de acordo com o Referencial de Competências-Chave da Agência Nacional para a Qualificação/ Ministério da Educação.

Quadro 69: Evolução do número de pessoas inscritas e certificados por nível de ensino nos CNO do Município de Gondomar entre 2010 e 2012

C N O	2010				2011				2012			
	Nível Básico - equivalência 9.º Ano Escolaridade		Nível Secundário - equivalência 12.º Ano Escolaridade		Nível Básico - equivalência 9.º Ano Escolaridade		Nível Secundário - equivalência 12.º Ano Escolaridade		Nível Básico - equivalência 9.º Ano Escolaridade		Nível Secundário - equivalência 12.º Ano Escolaridade	
	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.
Escola Sec de Valbom	171	72	114	54	357	74	183	58	153	95	151	86
Escola Sec de Rio Tinto	175	102	171	49	299	95	170	37	54	117	15	26
Escola Sec de Gondomar	309	233	364	188	136	136	238	138	---	73	---	57
Escola Sec de s. Pedro da Cova	253	159	134	54	439	170	278	119	94	89	64	23
CINDOR	416	298	469	253	583	432	322	174	355	250	141	127
Gondhumanis - Educação e Formação, Lda.	256	117	159	113	228	139	148	103	107	92	93	69
Metamorphose	241	100	176	62	239	131	201	82	55	122	67	99
Centro de Formação Profissional do Porto III	1047	265	326	32	1150	377	346	35	---	---	---	---
Singesco	45	77	91	40	4	47	58	15	---	---	---	---
Total	2913	1423	2004	845	3435	1601	1944	761	818	838	531	487
Total Pessoas Certificadas	2268				2362				1325			

Fonte: Centros Novas Oportunidades do município de Gondomar

Nota: Singesco - Dados disponibilizados pela ANQ - Agência Nacional para a Qualificação, IP | O CNO do CINDOR, apesar de ter candidatura aprovada para o ano 2012, apenas teve atividade até 31 de Agosto | O CNO da Gondhumanis – Educação e Formação, Lda., certificou ainda 1 pessoa ao nível do 4.º ano de escolaridade; e 88 pessoas ao nível do 6.º ano de escolaridade | O CNO da Escola Secundária de S. Pedro da Cova encerrou as suas atividades a 25 de Julho de 2012 | O CNO da Escola Secundária de Rio Tinto, apenas teve atividade durante o 1.º semestre de 2012.

Assim, o quadro acima pretende demonstrar os resultados que os diversos CNO existentes no município atingiram ao longo dos últimos 3 anos de funcionamento neste âmbito, e embora exista o que pode ser considerada uma diferença significativa entre o número de pessoas inscritas (sendo este superior) e aquelas que efetivamente obtiveram certificação, entre 2010 e 2012 foram certificadas 5.955 pessoas nos CNO do município de Gondomar.

O quadro seguinte reflete o número de pessoas que foram certificadas pelo Centro Novas Oportunidades da Escola Profissional de Gondomar em termos de certificação parcial.

Quadro 70: Evolução do número de pessoas inscritas e certificados no CNO da EPG relativamente a certificações parciais, entre 2010 e 2012

C N O	2010				2011				2012			
	N.º de Inscritos		N.º de Certificados		N.º de Inscritos		N.º de Certificados		N.º de Inscritos		N.º de Certificados	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Certificação Equivalente ao 6.º Ano de Escolaridade	4	3	4	3	1				12	3	12	2
Certificação Parcial de Nível Básico					6	2			7	2	7	2
Certificação Parcial de Nível Secundário	12	2	13	2	7		14		12	2	13	2
Certificação Profissional		1	14				7		12	2	13	2

Fonte: Centro Novas Oportunidades da Escola Profissional de Gondomar

Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional

Os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), criados pela Portaria 135-A/2013 de 28 de março, são estruturas do Sistema Nacional de Qualificações destinando-se a todos os que procuram uma qualificação, tendo em vista o prosseguimento de estudos e/ou uma transição/reconversão para o mercado de trabalho.

São destinatários diretos dos CQEP:

- Jovens com idade igual ou superior a 15 anos ou, independentemente da idade, a frequentar o último ano de escolaridade do ensino básico;
- Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e competências.

Os CQEP:

- Apoiam os jovens e os adultos na identificação de respostas educativas e formativas adequadas ao perfil de cada candidato, tendo em conta também as necessidades do tecido empresarial;
- Desenvolvem processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) escolares e profissionais, para adultos;
- Colaboram na definição de critérios de estruturação de uma rede de ofertas educativas e formativas adequadas às necessidades locais de qualificação, aproximando as escolas/centros de formação das empresas;
- Monitorizam o percurso dos jovens e adultos encaminhados para as diferentes soluções de qualificação, visando aferir o cumprimento ou o desvio das trajetórias definidas, numa perspetiva de valorização contínua;
- Recolhem informação respeitante à interação entre os resultados das aprendizagens dos jovens e dos adultos e o mercado de trabalho, tendo em vista a melhoria da qualidade do sistema de educação e formação.

Os CQEP operam em rede e em parceria, de modo flexível, com diversas entidades de modo a potenciar as sinergias existentes no terreno, com mecanismos e respostas de qualidade, numa lógica de gestão eficaz e eficiente de meios.

... no município de Gondomar estão em funcionamento 4 CQEP:

CINDOR;

Escola Profissional de Gondomar;

Agrupamento de Escolas de Valbom;

Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar.

Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

Os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) criados em 1996 pelo Ministério da Educação, através do Despacho n.º 147-B/ME/96, de 1 de agosto, permitiram a adoção de um modelo de gestão que proporciona maior autonomia aos estabelecimentos de ensino e descentralização e partilha do poder no processo educativo, garantindo apoio às populações mais carenciadas, mas também como resposta às necessidades e às expectativas dos alunos.

Este programa visa a apropriação, por parte das comunidades educativas particularmente desfavorecidas, de instrumentos e recursos que lhes permitam orientar a sua ação para a reinserção escolar dos alunos

A partir do ano letivo de 2012/2013 foi relançado o Terceiro Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária materializado no alargamento do Programa a mais agrupamentos de escolas, através do Despacho normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro que revogou o Despacho normativo n.º 55/2008, de 14 de junho.

O Programa TEIP está a ser desenvolvido em 137 Agrupamentos, distribuídos pelas 5 Direções Regionais de Educação: 49 no Norte, 11 no Centro, 49 em Lisboa e Vale do Tejo, 17 no Alentejo e 11 no Algarve.

Numa 1ª fase o Programa TEIP iniciou-se em 35 Agrupamentos, tendo o Ministério da Educação, no âmbito das medidas de Política Educativa, fixado o universo de 100 Agrupamentos, como meta a atingir. A inclusão de mais 24 Agrupamentos na 2.ª fase e 45 na 3.ª fase de alargamento do Programa, perfazendo um total de 104, permitiu alcançar e até ultrapassar a meta enunciada.

No município de Gondomar e devido a um número significativo de alunos retidos com baixo rendimento escolar, desmotivados e não integrados no currículo normal, predominantemente no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, foram elencados quatro Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, nomeadamente:

- Agrupamento de Escolas de Valbom;
- Agrupamento de Escolas Santa Bárbara - Fânzeres;
- Agrupamento de Escolas São Pedro da Cova;
- Escola Secundária de São Pedro da Cova.

Atividades de Enriquecimento Curricular

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) atualmente regulado pelo Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de Julho, destinam-se ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, e são encaradas como uma estratégia de promoção de sucesso educativo, mas também como forma de ocupação de tempos livres das escolas, atendendo a que estas contribuem para um programa de escola a tempo inteiro respondendo a muitas das necessidades das famílias e, ao mesmo tempo, constituindo um período pedagogicamente rico e complementar das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas.

A Câmara Municipal de Gondomar, em parceria com os Agrupamentos de Escolas e com a FAPAG, apresenta anualmente candidatura ao Ministério da Educação para a implementação das atividades de enriquecimento curricular abrangendo as 48 escolas do 1.º CEB.

Estas atividades de carácter gratuito funcionam em período complementar das atividades do 1.º CEB, sendo selecionadas de acordo com os objetivos do Projeto Educativo do agrupamento de escolas e constam do respetivo plano anual de atividades.

Neste sentido, os quadros abaixo pretendem demonstrar a evolução da implementação das AEC nas entidades educativas do 1.º CEB do município de Gondomar.

Quadro 71: Evolução do número de alunos às AEC por ano letivo

	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
N.º Alunos 1.º CEB	6695	6542	6467	6268	5925	5642	5396	5404	5221
N.º alunos inscritos nas AEC	5323	4803	5681	5665	5229	5015	4955	4359	4490
Taxa de adesão às AEC	80%	73%	88%	90%	88%	89%	92%	81%	86%

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, Divisão de Intervenção Educacional e Saúde, outubro 2014.

O quadro acima permite ter uma perspetiva da evolução da adesão às AEC, desde 2006/2007 até 2014/2015. A taxa de adesão foi calculada tendo por base o número de alunos do Município matriculados no 1.º CEB, cruzado com o número de alunos inscritos nas AEC.

O quadro seguinte torna perceptível as atividades de enriquecimento curricular mais expressivas no município desde 2009/2010, existindo preferência no que se refere ao Ensino do Inglês, da Atividade Física e Desportiva e o Ensino da Música.

Quadro 72: Número de alunos inscritos nas AEC no município de Gondomar - 2009/2010 a 2014/2015

Atividades de Enriquecimento Curricular	Número de alunos inscritos nas AEC					
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/14	2014/15
Ensino Inglês	5 665	5 218	4975	4928	4359	4239
Atividade Física e Desportiva	4 921	4 964	4489	4481	3216	3069
Ensino Música	3 332	3 602	3738	3971	2431	3171
Expressão Plástica	956	1 359	1325	1144	680	422
Expressão Dramática	478	643	410	855	420	196
TIC	2 012	1 361	1445	1606	40	0
Natação	196	20	68	73	24	26

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, Divisão de Intervenção Educacional e Saúde, outubro 2014.

O Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular foi implementado pelo Ministério da Educação no ano letivo de 2006/2007 e desde essa altura que o Município de Gondomar se apresentou como entidade promotora, em parceria com os 11 Agrupamentos de Escolas do concelho e a FAPAG. O quadro abaixo apresenta o número de alunos inscritos nas AEC, em cada Agrupamento, desde a implementação do Programa até ao presente ano letivo.

Quadro 73: Número de alunos inscritos nas AEC por Agrupamento de Escola - 2006/2007 a 2014/2015

Número de alunos inscritos nas AEC									
Agrupamentos de Escolas	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Rio Tinto	550	504	540	625	594	656	559	653	530
Rio Tinto n.º 2	420	355	540	506	476	510	604	384	778
Rio Tinto n.º 3	413	291	512	523	504	484	497	480	449
Pedrouços	372	416	567	550	529	485	445	321	443
Gondomar	894	673	704	773	756	706	688	610	586
Gondomar n.º 1	440	414	406	396	366	333	319	300	229
Valbom	593	591	583	586	494	447	517	456	434
Santa Bárbara	506	420	639	619	562	490	501	434	409
S. Pedro da Cova	664	710	758	688	568	549	487	417	391
À Beira Douro	397	379	361	334	319	305	299	270	216
Canedo	74	50	71	65	61	50	39	34	25
TOTAL	5323	4803	5681	5665	5229	5015	4955	4359	4490

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, Divisão de Intervenção Educacional e Saúde, outubro 2014.

De uma forma mais específica, no quadro que a seguir se apresenta, para além do número de alunos inscritos nas AEC por Agrupamento, é possível constatar que AEC frequentaram.

Quadro 74: Número de alunos inscritos por AEC e Agrupamento de Escolas por ano letivo

Agrupamentos	Atividades	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Rio Tinto	Ensino Inglês	550	504	540	625	594	656	559	653	520
	Atividade Física Desportiva	488	451	470	451	575	656	559	335	520
	Ensino Música	314	462	125	526	456	656	559	318	284
	Expressão Plástica	166	114	130	435	317	336	118	0	0
	Expressão Dramática	0	0	0	127	95	176	131	0	0
	TIC	470	323	324	230	498	320	374	0	0
Rio Tinto nº 2	Ensino Inglês	420	355	540	506	476	510	604	162	778
	Atividade Física Desportiva	0	322	100	506	476	410	394	222	778
	Ensino Música	0	131	44	47	264	425	604	384	778
	Expressão Plástica	0	0	44	0	200	0	0	162	0
	Expressão Dramática	0	0	0	0	0	0	210	222	0
	TIC	380	264	171	290	98	390	604	0	0
Rio Tinto n.º 3	Ensino Inglês	255	263	512	523	504	484	497	480	449
	Atividade Física Desportiva	413	291	268	333	383	413	497	480	449
	Ensino Música	304	281	136	149	156	195	255	0	0
	Expressão Plástica	110	189	132	0	217	218	242	0	0
	Expressão Dramática	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TIC	0	0	0	184	0	0	0	0	0
	Natação	0	0	0	190	0	0	0	0	0
Pedrouços	Ensino Inglês	263	416	567	550	529	485	445	311	443
	Atividade Física Desportiva	372	356	341	550	529	485	445	309	443
	Ensino Música	312	337	251	550	529	384	307	218	443
	Expressão Plástica	0	0	0	0	179	475	405	0	0
	Expressão Dramática	83	0	0	0	0	0	0	0	0
	TIC	37	0	0	0	179	274	246	0	0
	Natação	0	0	0	0	0	16	13	12	14
À Beira Douro	Ensino Inglês	397	379	361	334	319	305	299	270	216
	Atividade Física Desportiva	397	326	307	294	295	246	217	235	216
	Ensino Música	345	331	311	109	54	50	106	0	0
	Expressão Plástica	0	52	24	0	0	0	44	0	0
	Expressão Dramática	0	14	0	0	0	0	0	0	0
	TIC	0	35	80	265	258	276	208	40	0
	Natação	0	0	0	0	0	38	44	0	0
Canedo	Ensino Inglês	39	50	71	65	61	47	39	34	25
	Atividade Física Desportiva	74	50	71	65	61	50	39	34	25
	Ensino Música	74	0	71	65	61	50	39	34	25
	Expressão Plástica	35	41	33	27	27	0	0	0	0
	Expressão Dramática	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TIC	48	46	0	0	0	0	0	0	0
	Dança	0	50	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, Divisão de Intervenção Educacional e Saúde, outubro 2014.

Cont. **Quadro 74: Número de alunos inscritos por AEC e Agrupamento de Escolas por ano letivo**

Agrupamentos	Atividades	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Santa Bárbara	Ensino Inglês	377	358	639	619	562	490	501	434	409
	Atividade Física Desportiva	476	420	439	619	562	490	501	434	409
	Ensino Música	506	210	217	351	346	379	501	329	213
	Expressão Plástica	262	287	0	0	0	0	0	0	0
	Expressão Dramática	0	227	406	268	215	234	277	198	196
	TIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. Pedro da Cova	Ensino Inglês	664	710	758	688	568	549	480	411	385
	Atividade Física Desportiva	619	561	554	564	574	549	487	411	0
	Ensino Música	439	393	553	445	506	298	250	0	385
	Expressão Plástica	24	224	0	0	0	0	0	0	0
	Expressão Dramática	0	0	0	0	333	0	237	0	0
	TIC	635	533	271	367	0	0	0	0	0
	Dança	0	0	138	0	0	0	0	0	0
	Natação	0	0	0	0	6	7	7	6	6
Gondomar	Ensino Inglês	442	327	698	773	745	669	679	604	580
	Atividade Física Desportiva	894	673	704	779	756	706	688	0	0
	Ensino Música	452	346	353	779	756	706	688	610	586
	Expressão Plástica	452	346	0	0	0	0	0	0	0
	Expressão Dramática	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TIC	442	327	351	0	0	0	0	0	0
	Natação	0	0	6	6	8	7	9	6	6
Gondomar n.º 1	Ensino Inglês	440	414	406	396	366	333	319	0	0
	Atividade Física Desportiva	440	414	406	396	366	333	319	300	229
	Ensino Música	440	163	211	0	124	148	145	300	229
	Expressão Plástica	0	251	0	0	0	0	0	300	229
	Expressão Dramática	0	0	195	0	0	0	0	0	0
	TIC	0	0	0	396	242	185	174	0	0
Valbom	Ensino Inglês	593	591	583	586	494	447	506	0	434
	Atividade Física Desportiva	264	335	356	364	387	151	335	456	0
	Ensino Música	508	312	347	311	350	447	517	238	238
	Expressão Plástica	164	148	209	494	419	296	335	218	193
	Expressão Dramática	0	0	0	83	0	0	0	0	0
	TIC	156	175	82	280	86	0	0	0	0
	Natação	0	0	0	0	6	0	0	0	0

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, Divisão de Intervenção Educacional e Saúde, outubro 2014.

Ação Social Escolar

No âmbito das atribuições e competências das Autarquias Locais, na área da Educação, conforme disposto na alínea d) do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e em conjugação com as alíneas gg) e hh) do n.º1 do artigo 33.º do mesmo diploma, é competência da Câmara Municipal:

- “Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares”.
- “Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita à alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes”.

A Ação Social Escolar engloba um conjunto de medidas de apoio socioeducativo que tem como objetivo:

- Garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares a todos os alunos do ensino básico e secundário;
- Adequar estas medidas aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade dessas participações financeiras.

O Município de Gondomar, através da Divisão de Intervenção Educacional e Saúde – Gabinete de Intervenção Social Escolar, assume a responsabilidade de dinamizar e aplicar as referidas medidas, atinentes às Autarquias e que regulam o acesso aos vários meios de apoio.

A Câmara Municipal de Gondomar estabelece, anualmente, um compromisso com os Agrupamentos de Escolas, com o objetivo de uniformizar procedimentos, descentralizar os apoios e aproximar dos munícipes a possibilidade de aceder a estes direitos, mantendo a responsabilidade do financiamento dos apoios e a monitorização da sua implementação.

Verificámos que a **Ação Social Escolar nas EB 1 do concelho é deveras significativa no panorama escolar, atendendo que 54,49%** dos alunos estão abrangidos por auxílios económicos. No **ensino público do 1.º ciclo, usufruem do escalão A 31,58%** dos alunos, ou seja, além do apoio ao nível de livros e material escolar, têm suplemento alimentar. Esta análise alerta para dificuldades económicas no seio destas famílias que, pelos seus rendimentos, têm situações de carência mesmo a nível alimentar. Os Agrupamentos de Escola de Santa Bárbara e S. Pedro da Cova têm mais de 50% de alunos com apoio económico.

Quadro 75: Auxílios Económicos para os Alunos das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico – Ano Letivo 2013/2014

Agrupamento de Escolas	N.º Total de Alunos	Escala A		Escala B		Total (%)
		N.º Alunos	%	N.º Alunos	%	
À Beira Douro	251	51	20,32	89	35,46	55,78
Gondomar	795	182	22,89	162	20,38	43,27
Rio Tinto 3	449	118	26,28	102	22,72	49,00
Gondomar 1	273	106	38,83	64	23,44	62,27
Rio Tinto	643	167	25,97	146	22,71	48,68
Rio Tinto 2	786	147	18,70	139	17,68	36,39
Canedo	36	12	33,33	15	41,67	75,00
Stª Barbara	450	268	59,56	142	31,56	91,11
Valbom	497	122	24,55	116	23,34	47,89
S. Pedro da Cova	501	285	56,89	123	24,55	81,44
Pedrouços	423	154	36,41	71	16,78	53,19
Total	5104	1612	31,58	1169	22,90	54,49

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, Divisão de Intervenção Educacional e Saúde – Gabinete de Intervenção Social Escolar, outubro 2014.

Relativamente ao nível de refeitórios, verificámos que atualmente, estão cobertas 100% das Escolas Básicas do 1.º ciclo, abrangendo-se um total de 4.147 crianças. Registou-se assim e desde o Ano letivo 2004/2005, um aumento percentual de 85,5 p.p. na capacidade da resposta, por parte das diversas instituições de ensino ou de responsabilidade social, de fornecer o serviço de refeições.

Quadro 76: Evolução do número de alunos abrangidos pelo Fornecimento de Refeições, 2013/2014 por comparação a 2004/2005

Fornecimento de Refeições				
Ano Letivo 2004/2005	Total de alunos 1º CEB		Total Escolas	
	6.504		69	
	Alunos apoiados c/ refeição		Escolas c/ fornecimento de refeições	
	N.º	%	N.º	%
	594	9,1	10	14,5
Ano Letivo 2013/2014	Total de alunos 1º CEB		Total Escolas	
	5.404		50	
	Alunos apoiados c/ refeição		Escolas c/ fornecimento de refeições	
	N.º	%	N.º	%
	4.147	76,7	50	100,0

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, Divisão de Intervenção Educacional e Saúde – Gabinete de Intervenção Social Escolar, maio 2014.

Conforme disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (artigo 33.º, alínea gg), que revoga os anteriores diplomas: Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, é competência das câmaras municipais a organização e gestão dos transportes escolares.

Para além das competências autárquicas, previstas na Lei, o Plano de Transportes Escolares sustenta a inclusão de outras situações, de carácter facultativo e por opção da Câmara Municipal, no sentido de responder às necessidades das famílias, combater a exclusão e absentismo escolar, bem como, corresponder aos novos percursos escolares subsidiando os alunos que frequentam currículos alternativos/cursos de educação e formação/transição para a vida ativa, caso dos programas CEF e PIEF.

O Plano Anual de Transportes Escolares é elaborado dando cumprimento ao artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 299/84 e Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, sendo o instrumento, por excelência, da gestão desta atividade. Os estabelecimentos de ensino colaboram com a Câmara Municipal fornecendo a previsão do número de alunos que utilizarão o transporte escolar, discriminados por localidades de proveniência.

Com base nos itens acima referidos é elaborada a estimativa de despesa, respeitando as tarifas das empresas, de acordo com o percurso efetuado pelos alunos.

O Plano Anual de Transportes Escolares é submetido à apreciação do Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro e à aprovação da Câmara Municipal de Gondomar, de acordo com o n.º 3 do artigo 4.º do DL n.º 299/84, de 5 de setembro.

“...O transporte escolar será gratuito para os estudantes sujeitos à escolaridade obrigatória que se encontrem nas condições estabelecidas no artigo 2.º” – n.º 1 do artigo 3.º do D.L. n.º 299/84, de 5 de setembro de 1984.

Assim, os quadros seguintes pretendem espelhar o investimento realizado pelo município neste âmbito:

Quadro 77: Alunos apoiados no Concelho - Ensinos Básico / Secundário / Percursos alternativos / Ensino Especial, no ano letivo 2013/2014

Estabelecimentos de Ensino	N.º de alunos a transportar			
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Percurso Alternativo	Total
Escola B/S À Beira Douro	412	63		475
Escola EB 2,3 de Jovim	107			107
Escola EB 2,3 de Gondomar	1			
Escola Sec/3 de Gondomar	2	124		126
Escola Sec/3 de S. Pedro da Cova	2		6	8
Colégio Paulo VI	0	10		10
Subtotal	524	197	6	726
		TOTAL		

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, Divisão de Intervenção Educacional e Saúde, maio 2014.

Quadro 78: Alunos apoiados que estudam fora do Concelho - Ensinos Básico / Secundário /Percursos alternativos / Ensino Especial, no ano letivo 2013/2014

Estabelecimentos de Ensino	N.º de alunos a transportar				
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Percurso Alternativo	Ensino Especial	Total
Sec. Alexandre Herculano		3			3
Sec. Clara Resende		2			2
Artística Soares Reis		11			11
E.B. 2,3 de Valongo	1				1
Conservatório Música Porto	23	6			29
Instituto Artes e Imagem		2			2
Ext. Ana Sullivan				4	4
E.B. 2,3 de Canedo	79				79
Agrupamento Coelho e Castro		4			4
Agrupamento Castelo de Paiva		2			2
Agrupamento Couto Mineiro		2	2		4
Colégio dos Carvalhos		11			11
Sec. Infante D. Henrique			1		1
Subtotal	103	43	3	4	153
			TOTAL		

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, Divisão de Intervenção Educacional e Saúde, maio 2014.



MERCADO DE TRABALHO

Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Mercado de Trabalho

- principais indicadores -

Boletim Económico do Banco de Portugal, de Abril de 2014:

o mercado de trabalho, em 2013, continuou a ser caracterizado por uma redução do emprego e por uma subida do desemprego, embora menos intensas do que as registadas no ano anterior;

a partir do segundo trimestre de 2013, verificou-se uma melhoria progressiva da situação no mercado de trabalho, em linha com a evolução da atividade económica;

em 2013, **acentuou-se a redução da população residente e da população ativa; a diminuição de 1,9% da população ativa é muito significativa** sendo esta tendência especialmente acentuada nos grupos etários mais jovens (indivíduos com idades entre os 15 e os 34 anos), onde se registaram quedas na população residente e na população ativa de, respetivamente, 4,0% e 6,2%. Tal como em 2012, presume-se que esta diminuição da população esteja associada à dinâmica recente dos fluxos Migratórios;

Inquérito ao Emprego do INE:

- . o emprego total diminuiu 2,6% em 2013, após uma redução de 4,2% no conjunto do ano anterior;
- . o emprego por conta de outrem registou uma diminuição menos intensa do que em 2012, enquanto a queda do emprego por conta própria se acentuou em 2013;
- . o emprego nos serviços variou positivamente em 0,5% em 2013, após a diminuição de 2,5% no ano anterior, apresentando um perfil de recuperação marcado ao longo do ano que se materializou num crescimento homólogo de 3,7% no último trimestre;
- . o emprego no setor da construção voltou a apresentar uma redução substancial em 2013, consistente com o ajustamento em curso;
- . no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, o número de trabalhadores diminuiu 7,8% este ano, o que contrasta com o aumento de 1,6% registado em 2012;
- . um dos elementos mais gravosos da evolução recente do mercado de trabalho português é o forte aumento da incidência do desemprego de longa duração;
- . a proporção de indivíduos desempregados à procura de emprego há 12 e mais meses aumentou de forma significativa em 2013, fixando-se, em termos médios anuais, em 62,1%, o que constitui o valor mais elevado observado desde o início da década de 90;
- . o desemprego de muita longa duração (25 e mais meses) continuou a aumentar, representando 38,1% dos desempregados em 2013 (33,3% em 2012);

. o número de indivíduos que procuram emprego há menos de 12 meses diminuiu 15,7% em 2013, o que contrasta com o forte crescimento registado no ano anterior e deverá traduzir, sobretudo, o menor fluxo de novos desempregados ao longo do ano de 2013.

No município de Gondomar:

. em dezembro de 2013 o desemprego em Gondomar corresponde a **10,7% do total do desemprego registado nos 17 municípios da AMP**, sendo o 3.º concelho com maior número de desempregados;

. as **mulheres** contribuem em maior número para o total dos desempregados;

. a faixa etária **entre os 35 e 54 anos** é a mais proeminente com 49,9%;

. quanto ao tempo de inscrição e à situação face ao emprego, verifica-se um **maior peso dos desempregados de longa duração e à procura de novo emprego**;

. entre 2009 e 2013, verifica-se uma **tx. de crescimento de 46,63% do número de desempregados registados**, sendo que contribuíram mais os homens para o aumento deste valor;

. no mesmo período salienta-se a **tx. de crescimento do desemprego de longa duração (88,8%)**;

. a **UF de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, a freguesia de Rio Tinto e a UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova** são os territórios que mais contribuem para o total de desempregados inscritos no Concelho de Gondomar.

Enquadramento Nacional

O mercado de trabalho em Portugal, desde o ano 2009, tem sofrido grandes transformações decorrentes da grave crise económica que afetou negativamente a economia mundial e comparativamente com a média Europeia, afetou ainda mais o nosso país.

No entanto, no ano 2013, a economia portuguesa continuou o processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas tendo, em simultâneo, evidenciado os primeiros sinais de recuperação.

Assim, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o indicador de clima económico em Portugal conseguiu, em Maio de 2014, um valor positivo pela primeira vez desde setembro de 2010, enquanto o indicador de confiança dos consumidores manteve a recuperação, registando o valor mais elevado desde novembro de 2009.

O indicador de confiança aumentou na indústria transformadora e nos serviços, diminuiu na construção e obras públicas e estabilizou no comércio.

O referido indicador melhorou em todas as componentes: do indicador sobre a evolução do desemprego ao longo de 12 meses, ao comportamento da atividade económica, passando pela situação económica do agregado familiar e pelas expectativas de realização de poupança. O índice que, desde o início da série, em 1997, se mantém em terreno negativo, passou agora de -41,8 pontos para -40,4 (o valor mais alto desde Outubro de 2010, período a partir do qual se agravou a crise económica e o desemprego).

Segundo o INE, o saldo das opiniões sobre a “evolução passada e futura da situação económica do país” está a aumentar desde o início de 2013, acompanhado por uma recuperação do indicador em que se avalia a situação financeira do agregado familiar.

Em 2013 Portugal prosseguiu o processo de consolidação orçamental, em linha com o definido no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). O comportamento da economia portuguesa continuou a ser determinado por dois tipos de fatores: o ambiente externo, que condiciona ou estimula a atividade em Portugal, e o enquadramento interno resultante, por um lado, da execução do PAEF e, por outro lado, da natureza da envolvente institucional, cuja reforma está ainda num estado incipiente.

Relativamente ao contexto internacional, importa ter presente que o comportamento da economia portuguesa em 2013 continuou a ser influenciado, desfavoravelmente, pelo fraco crescimento da atividade nas economias mais relevantes para a economia portuguesa, ainda que evidenciando sinais de recuperação ao longo do ano e, de forma positiva, pela descida dos preços das matérias-primas, com destaque para o preço do petróleo.

O aumento da atividade económica, desde o segundo trimestre de 2013, tem sido suportado por uma recuperação gradual da procura interna e pela manutenção de um dinamismo significativo das exportações. O emprego registou um aumento, em linha com a evolução da atividade, tendo sido

acompanhado por uma redução gradual da taxa de desemprego que, no entanto, se mantém em níveis historicamente elevados.

A evolução do mercado de trabalho manteve alguns dos traços característicos dos últimos anos, nomeadamente o aumento da contratação a termo e o aumento do desemprego de longa duração.

O *Boletim Económico* do Banco de Portugal, de Abril de 2014, informa-nos que, em termos médios anuais, o mercado de trabalho, em 2013, continuou a ser caracterizado por uma redução do emprego e por uma subida do desemprego, embora menos intensas do que as registadas no ano anterior.

A partir do segundo trimestre de 2013, verificou-se uma melhoria progressiva da situação no mercado de trabalho, em linha com a evolução da atividade económica.

Em 2013, acentuou-se a redução da população residente e da população ativa, um fenómeno já observado no ano anterior. Em particular, a diminuição de 1,9% da população ativa é muito significativa em termos históricos (Quadro 1). Esta tendência foi especialmente acentuada nos grupos etários mais jovens (indivíduos com idades entre os 15 e os 34 anos), onde se registaram quedas na população residente e na população ativa de 4,0% e 6,2% respetivamente. Tal como em 2012, presume-se que esta diminuição da população esteja associada à dinâmica recente dos fluxos Migratórios, embora não se conheçam estudos relativos a esta questão.

De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego do INE, o emprego total diminuiu 2,6% em 2013, após uma redução de 4,2% no conjunto do ano anterior. O emprego por conta de outrem registou uma diminuição menos intensa do que em 2012, enquanto a queda do emprego por conta própria se acentuou em 2013. A redução do número de trabalhadores por conta de outrem resultou da diminuição do número de contratos sem termo, uma vez que o número de contratos com termo aumentou 1,8%, após a forte contração registada em 2012. Esta evolução dos contratos com termo é consistente com o facto da recuperação da atividade se encontrar numa fase inicial, subsistindo elementos de incerteza quanto à evolução futura da atividade económica.

O emprego nos serviços variou positivamente em 0,5% em 2013, após a diminuição de 2,5% no ano anterior, apresentando um perfil de recuperação marcado ao longo do ano que se materializou num crescimento homólogo de 3,7% no último trimestre. Em termos médios anuais, o emprego neste setor registou um comportamento diferenciado por subsetor de atividade.

O emprego no setor da construção voltou a apresentar uma redução substancial em 2013, consistente com o ajustamento em curso. No setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, o número de trabalhadores diminuiu 7,8% este ano, o que contrasta com o aumento de 1,6% registado em 2012.

Um dos elementos mais gravosos da evolução recente do mercado de trabalho português é o forte aumento da incidência do desemprego de longa duração, que tende a provocar uma depreciação acentuada do capital humano com efeitos adversos no crescimento da economia.

A proporção de indivíduos desempregados à procura de emprego há 12 e mais meses aumentou de forma significativa em 2013, fixando-se, em termos médios anuais, em 62,1%, o que constitui o valor mais elevado observado desde o início da década de noventa.

Adicionalmente, o desemprego de muito longa duração (25 e mais meses) continuou a aumentar, representando 38,1% dos desempregados em 2013 (33,3% em 2012). Pelo contrário, o número de indivíduos que procuram emprego há menos de 12 meses diminuiu 15,7% em 2013, o que contrasta com o forte crescimento registado no ano anterior e deverá traduzir, sobretudo, o menor fluxo de novos desempregados ao longo do ano de 2013.

Quadro 1 - População, emprego e desemprego em Portugal

(Taxa de variação, salvo indicação em contrário)

Indicador	2012	2013
População	-0,4	-1,0
População 15-34 anos	-3,3	-4,0
População ativa	-0,9	-1,9
População ativa 15-34 anos	-4,7	-6,2
Taxa de atividade 15-64 anos (em % da população)	73,9	73,6
Emprego Total	-4,2	-2,6
Emprego por conta de outrem	-4,9	-2,4
<i>Contrato sem termo</i>	-3,0	-3,4
<i>Contrato com termo</i>	-12,6	1,8
Emprego por conta própria	-1,7	-3,4
Desemprego total	21,8	1,8
Taxa de desemprego (em % da população ativa)	15,7	16,3
Taxa de desemprego de 15-34 anos (em % da população ativa)	22,9	23,5
Desemprego de longa duração (em % do desemprego total)	54,2	62,1

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Nota: O desemprego de longa duração inclui os indivíduos desempregados à procura de emprego há 12 ou mais meses

Enquadramento Regional

De acordo com o Relatório Trimestral Norte Conjuntura – 1.º trimestre 2014, a população empregada residente na Região do Norte registou um crescimento de 1,5% face ao trimestre homólogo de 2013, representando um acréscimo de cerca de 22 mil indivíduos empregados.

Este resultado contrasta com as quedas que eram observadas desde há mais de cinco anos (desde o 3.º trimestre de 2008), embora fique aquém do valor médio a nível nacional (1,7%).

Assim, na Região do Norte, a taxa de emprego, avaliada para o grupo etário dos 15 aos 64 anos, atingiu, no 1.º trimestre de 2014, o valor de 59,7% (que compara com 59,5% no trimestre anterior e com 57,6% há um ano) uma evolução positiva embora inferior à média nacional que corresponde a 61,5% no mesmo período.

Em termos homólogos, o principal contributo para o crescimento do emprego da Região do Norte, no 1.º trimestre de 2014, foi assegurado pelo emprego nas indústrias transformadoras, com uma variação homóloga de 5,8% (o correspondente a mais 21 mil empregados). Em sentido contrário, destaca-se sobretudo a queda no emprego do setor primário na região (-11,6% em termos homólogos).

O crescimento do emprego regional foi observado entre os trabalhadores por conta de outrem (+3,7%, em termos homólogos) e também entre os empregadores (+5,3%), mas foi contrariado pelo número de trabalhadores isolados por conta própria (-7,8%).

Por níveis de escolaridade, o maior aumento do emprego continuou a observar-se entre os trabalhadores com habilitação ao nível do ensino secundário (+23,3% face ao trimestre homólogo), enquanto o número de indivíduos empregados com escolaridade igual ou inferior ao ensino básico se manteve em queda (-6,3%). De relevar a continuidade do crescimento do emprego regional entre os licenciados (+6,3%), depois de três trimestres em queda.

Quadro 2: Emprego na Região Norte (salvo indicação em contrário)

Indicador	unidades	2012	2013	
Taxa de Emprego (15-64 anos)				
Portugal	%	61,4	60,6	
Região Norte		60,4	58,7	
Emprego (15 ou mais anos)				
Portugal	vh (%)	-4,1	-2,6	
Região Norte		-3,7	-4,2	
Emprego (15 ou mais anos) na Região Norte				
Homens	vh (%)	-4,8	-4,5	
Mulheres		-2,4	-3,8	
Empregados por conta de outrem		-5,5	-3,8	
Contrato sem termo		-4,8	-4,9	
Contrato com termo		-9,4	0,5	
Empregados por conta própria		2,0	-5,2	
Empregadores		-3,7	0,5	
Isolados		4,0	-7,0	
Por ramo: Agricultura, prod. Animal, caça, floresta e pesca		2,0	-5,2	
Indústrias transformadoras		-4,8	-4,5	
Construção		-2,4	-3,8	
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos		-4,8	-4,9	
Transportes e armazenagem		-9,4	0,5	
Alojamento, restauração e similares		-3,7	0,5	
Atividades de consultoria, científicas e técnicas		4,0	-7,0	
Educação		-3,7	0,5	
Saúde humana e apoio social		4,0	-7,0	
Por escolaridade		2,0	-5,2	
Até ao básico - 3.º ciclo		-4,8	-4,5	
Secundário e pós-secundário		-2,4	-3,8	
Superior		-4,8	-4,9	
Emprego a tempo parcial		%	2,0	-5,2

Fonte: Norte Conjuntura - Relatório trimestral / 1.º trim. 2014

Relativamente à taxa de desemprego na Região do Norte a tendência de queda iniciada no segundo semestre 2013, continuou a verificar-se com uma redução para 15,8%, valor que compara com 16,4% no trimestre anterior e com 18,5% no trimestre homólogo do ano passado. No entanto, o nível de desemprego na Região do Norte continuou a ser superior à média nacional (que se cifrou em 15,1% no 1º trimestre de 2014).

Ainda, a população desempregada residente na Região Norte totalizava, no 1º trimestre de 2014, cerca de 291 mil indivíduos, o que representa aproximadamente menos 54 mil pessoas (ou -15,7%) do que no trimestre homólogo de 2013.

Vale a pena reparar que esta quebra de -54 mil desempregados é muito superior ao aumento observado do lado do emprego (+22 mil empregados), num contexto em que também a estimativa de população residente na Região Norte com idade entre os 15 e os 64 anos de idade se apresenta em queda (-24 mil residentes, face ao trimestre homólogo do ano passado).

Embora se comecem a verificar os primeiros sinais de redução do número de desempregados, é de salientar que o desemprego de longa duração atinge agora uma expressão nunca antes observada na Região Norte.

De facto, no 1.º trimestre de 2014, 68,2% dos desempregados desta região estavam há mais de um ano em situação de desemprego (valor que compara com 65,5% no trimestre anterior e com 60,8% no trimestre homólogo do ano passado). Desde há um ano, verifica-se também que aqueles indivíduos que estão desempregados há pelo menos dois anos representam mais de 2/5 do total de desempregados da Região Norte (42,8% no 1º trimestre de 2014).

A taxa de desemprego de jovens (dos 15 aos 24 anos) voltou a subir na Região Norte, cifrando-se em 36,6% no 1.º trimestre de 2014 (resultado que compara com 35,7% no trimestre anterior e com 39,7% há um ano).

O número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do IEFP da Região Norte, atingiu, no 1.º trimestre de 2014, o valor médio de 294 mil indivíduos (idêntico ao do trimestre anterior e inferior em 2,8% ao registo do trimestre homólogo do ano passado).

Quadro 3: Desemprego na Região Norte (salvo indicação em contrário)

Indicador	unidades	2012	2013
Taxa de Desemprego			
<i>Portugal</i>		15,5	16,2
<i>Região Norte</i>		16,0	17,1
<i>Homens</i>	%	15,3	16,4
<i>Mulheres</i>		16,8	18,0
População Desempregada na Região Norte (INE)			
<i>Total</i>	milhares	306,9	319,3
<i>Total</i>		22,2	4,0
<i>Homens</i>	vh (%)	28,2	3,8
<i>Mulheres</i>		16,8	4,3
Taxa de Desemprego Jovens (15-24 anos)			
	%	33,0	35,4
Taxa de Desemprego por níveis de escolaridade			
<i>Até ao básico - 3.º ciclo</i>		15,7	17,0
<i>Secundário e pós-secundário</i>	%	20,3	19,5
<i>Superior</i>		12,7	14,7
Desemprego de longa duração			
<i>Proporção de desempregados há 1 ano ou mais</i>	vh (%)	57,1	64,4
<i>Proporção de desempregados há mais de 2 anos</i>		35,4	42,5
Desempregados por ramo da última atividade / procura 1.º emprego			
<i>Indústrias, construção, energia e água</i>		20,3	6,9
<i>Serviços</i>		25,5	3,8
<i>À procura do 1.º emprego</i>	vh (%)	18,7	3,8
Desemprego registado na Região Norte (IEFP)			
	milhares	280,4	296,4

Fonte: Norte Conjuntura - Relatório trimestral / 1.º trim. 2014

O Mercado do Trabalho em Gondomar

O Concelho de Gondomar destaca-se relativamente à taxa de Trabalhadores por Conta de Outrem em estabelecimentos com menos de 10 (dez) colaboradores, apresenta uma taxa diminuta nos estabelecimentos com empregabilidade superior a 250 (duzentos e cinquenta) colaboradores.

Relativamente ao ganho médio mensal este encontra-se nos €868,62 (oitocentos e sessenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos), representando uma das médias salariais mais baixas ao nível da GAMP - não obstante, o Concelho de Gondomar é o município da GAMP onde a disparidade salarial entre géneros é menor.

Quadro 4: Indicadores do Mercado de Trabalho por município da GAMP, 2012

Municípios GAMP	Taxa de TCO em estabeleciment os com <10 trabalhadores	Taxa de TCO em estabelecimento s com >250 trabalhadores	Ganho médio mensal	Disparidade no ganho médio mensal por sexo	Disparidade no ganho médio mensal por escalon de empresa	Disparidade no ganho médio mensal por sector de actividade	Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações
	%	%	€	%			
Grande Porto	21,2	31,8	1 113,76	10,9	19,3	3,2	36,1
Espinho	34,4	16,1	867,14	8,5	22,9	3,1	31,5
Gondomar	32,9	10,6	868,62	7,3	17,4	3,7	25,8
Maia	17,4	32,2	1 144,65	12,1	15,1	4,5	35,6
Matosinhos	17,9	36,7	1 137,09	12,9	14,0	8,8	32,7
Porto	19,3	40,1	279,92	12,9	20,3	1,9	36,4
Póvoa do Varzim	29,9	15,3	908,17	13,3	27,9	6,7	33,9
Valongo	30,1	16,2	912,32	9,7	23,4	3,3	27,7
Vila do Conde	22,5	22,4	960,44	11,5	13,8	4,7	28,4
Vila Nova de Gaia	20,5	31,8	1 029,52	8,3	18,3	4,6	34,4

Fonte: I.N.E. | Anuário Estatístico da Região Norte, 2012

Pode-se constatar que a AMP não se afasta deste cenário, quando e num contexto mais alargado, de acordo com o documento “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo” se estabelece a comparação intra AMP (*dados Censos 2011*) - os ganhos médios mensais variam entre os €747 e os €1.279 do concelho do Porto, verificando-se aqui, de igual modo, algumas disparidades. Assim, num primeiro patamar temos Paredes e Arouca, com rendimentos inferiores a €800, seguido do segundo patamar preenchido por Santo Tirso, Espinho e Gondomar, com ganhos médios inferiores a €900. Acima dos €1.000 temos por ordem crescente Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia e Porto.

Denota-se ainda o seguinte (dados do mesmo documento): “uma realidade marcada no Porto, concelho com destacada proporção de profissionais socialmente mais valorizados e a realidade de

concelhos contíguos para a periferia, em que as percentagens vão diminuindo gradualmente, numa clara distinção entre zonas urbanas/litorais e as zonas mais rurais/interiores.” (pg 43).

Ao serem focados os grandes números recentes relativos ao tecido empresarial, dados de 2012 (Anuário Estatístico da Região Norte 2012, INE 2013), constata-se que trabalham no concelho 16.232 pessoas por conta de outrem, dos quais 9.440 são do género masculino e 6.792 do género feminino.

Estes distribuem-se pelos três setores de atividade, Primário, Secundário e Terciário, sendo neste último onde se destaca o maior número de trabalhadores, perfazendo um total de 10.052 pessoas, assumindo-se, o Município de Gondomar, como empregador na área dos serviços.

Quadro 5 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade e o sexo, por município da GAMP, 2012

Municípios GAMP	Total			Primário CAE: A – B			Secundário CAE: C – F			Terciário CAE: G - Q		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Grande Porto	279 685	159 288	120 397	1 929	1 505	424	76 699	55 366	21 333	201 057	102 417	98 640
Espinho	4 118	2 099	22 019	0	3 023	1 394	1 629
Gondomar	16 232	9 440	6 792	24	14	10	6 156	4 500	1 656	10 052	4 926	5 126
Maia	37 461	23 602	13 859	62	33	29	12 982	9 350	3 632	24 417	14 219	10 198
Matosinhos	43 820	25 130	18 690	193	171	22	10 050	7 908	2 142	33 577	17 051	16 526
Porto	87 066	45 268	41 798	77	46	31	10 019	7 378	2 641	76 970	37 844	39 126
Póvoa do Varzim	11 904	6 544	5 360	530	401	129	4 369	2 827	1 542	7 005	3 316	3 689
Valongo	11 661	7 024	4 637	56	49	7	4 877	3 527	1 350	6 728	3 448	3 280
Vila do Conde	17 011	10 515	6 496	794	659	135	8 125	5 387	2 738	8 092	4 469	3 623
Vila Nova de Gaia	50 412	29 666	20 746	192	131	61	19 027	13 785	5 242	31 193	15 750	15 443

Fonte: I.N.E. | Anuário Estatístico da Região Norte, 2012

Embora o Município de Gondomar apresente, uma taxa de disparidade de 7,3% entre o ganho médio mensal segundo o género, sendo assim o concelho da Grande Área Metropolitana do Porto, com um valor percentual mais diminuto de diferenciação entre géneros, esta percentagem traduz-se, tal como demonstra o quadro abaixo indicado, num valor que ronda os €127,00 de diferença entre Homem/ Mulher, nos vários setores discriminados.

Quadro 6 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade e o sexo, por município da GAMP, 2012

Unidade: €

Municípios GAMP	Total			Primário CAE: A – B			Secundário CAE: C – F			Terciário CAE: G - Q		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Grande Porto	1 113,76	1 219,76	973,51	1 177,95	1 289,37	782,47	1 055,58	1 125,75	873,45	1 135,34	1 269,56	995,98
Espinho	867,14	939,27	792,15	//	821,95	865,51	743,32	883,51	976,62	803,84
Gondomar	868,62	922,13	794,25	590,50	600,03	577,16	830,26	864,57	737,01	892,78	975,63	813,16
Maia	1 144,65	1 250,78	963,92	607,64	640,75	569,96	1 080,68	1 145,36	914,16	1 180,02	1 321,51	982,75
Matosinhos	1 137,09	1 263,15	967,59	1 750,22	1 851,02	966,78	1 301,12	1 358,40	1 089,66	1 084,47	1 213,07	951,77
Porto	1 279,92	1 438,16	1 108,54	849,22	886,72	793,58	1 339,10	1 426,53	1 094,84	1 272,64	1 441,10	1 109,71
Póvoa do Varzim	908,17	1 017,83	774,29	1 119,80	1 240,72	743,92	846,21	953,82	648,93	930,80	1 045,44	827,76
Valongo	912,32	984,29	803,31	616,87	619,22	600,44	887,61	938,49	754,68	932,69	1 036,32	823,76
Vila do Conde	960,44	1 046,98	820,36	1 155,49	1 237,66	754,38	964,84	1 046,71	803,76	936,88	1 019,18	835,36
Vila Nova de Gaia	1 029,52	1 101,19	927,04	1 411,12	1 598,07	1 009,64	975,67	1 030,61	831,18	1 060,02	1 158,82	959,25

Fonte: I.N.E. | Anuário Estatístico da Região Norte, 2012

No que se refere ao valor médio da taxa de desemprego de acordo com o documento “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”, este assume contornos particularmente relevantes relativamente ao desemprego feminino, ao desemprego jovem, ao desemprego de longa duração bem como ao desemprego pouco escolarizado, muito embora já se observam algumas flutuações, em termos percentuais, a partir de 2013, sobretudo no que se refere às variáveis nível etário e nível de escolarização,

Assim e em dezembro de 2013, verificamos que o desemprego em Gondomar corresponde a 10,7% do total do desemprego registado nos 17 municípios da AMP, sendo o 3.º concelho com maior número de desempregados nesta área territorial.

À semelhança dos restantes municípios da AMP, em Gondomar são as mulheres que contribuem em maior número para o total dos desempregados.

Relativamente ao tempo de inscrição e à situação face ao emprego, Gondomar é o segundo município da AMP onde se verifica um maior peso dos desempregados de longa duração (1 ano e mais) e à procura de novo emprego, relativamente ao total de inscritos, demonstrando a escassez de ofertas de emprego.

Quadro 7 - Desemprego registado por município segundo o género, tempo de inscrição, situação face à procura de emprego

Município	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de Emprego		Total de pessoas Desempregadas
	Homens	Mulheres	<1 ano	1 ano e +	1.º Emprego	Novo Emprego	
Arouca	453	546	540	459	119	880	999
Espinho	1 634	1 787	1 787	1 420	2 001	389	3 421
Gondomar	8 090	8 324	7 207	9 207	1 516	14 898	16 414
Maia	5 549	6 318	6 006	5 861	1 042	10 825	11 867
Matosinhos	6 766	6 790	7 158	6 398	965	12 591	13 556
Oliveira de Azeméis	1 277	1 740	1 624	1 393	277	2 740	3 017
Paredes	4 107	4 421	3 827	4 701	860	7 668	8 528
Porto	10 935	10 890	10 577	11 248	2 382	19 443	21 825
Póvoa do Varzim	2 040	2 227	2 302	1 965	454	3 813	4 267
S. João da Madeira	563	749	700	612	137	1 175	1 312
Sta. Maria Feira	4 341	5 342	4 646	5 037	857	8 826	9 683
Sto. Tirso	2 993	3 496	2 578	3 911	773	5 716	6 489
Trofa	1 657	2 014	1 733	1 938	381	3 290	3 671
Vale de Cambra	325	523	457	391	101	747	848
Valongo	4 258	4 856	4 319	4 795	929	8 185	9 114
Vila do Conde	2 439	2 923	2 716	2 646	508	4 854	5 362
Vila Nova de Gaia	15 855	17 573	13 693	19 735	3 249	30 179	33 428

Fonte: IEFEP | dezembro 2013

No período que medeia entre o ano 2009 e 2013, verificamos uma taxa de crescimento de 46,63% do número de desempregados registados, sendo que contribuíram mais os homens para o aumento deste valor, embora as mulheres se mantenham em maior número em termos absolutos. À semelhança do que já acontecia em 2011 na AMP, conforme documento “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”, esta situação “é causa e efeito de desigualdades nas oportunidades de acesso à formação e ao mercado de trabalho e, também, de desigualdades nos rendimentos do trabalho”. (pg. 51)

De salientar, no mesmo período, a taxa de crescimento do desemprego de longa duração em Gondomar (88,8%).

Quadro 8 - Desemprego Registado no Município de Gondomar, segundo o Sexo, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego, no mês de Dez. de 2009 a 2013

Ano	Sexo		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de Emprego		Total
	Homens	Mulheres	<1 ano	1 ano e +	1.º Emprego	Novo Emprego	
2009	5346	5848	6318	4876	588	10606	11194
2010	5452	6279	5652	6079	769	10962	11731
2011	6327	6778	7170	5935	838	12267	13105
2012	8229	8245	8571	7903	1278	15196	16474
2013	8090	8324	7207	9207	1516	14898	16414
<i>Variação 2009 / 2013</i>	<i>51,3%</i>	<i>42,3%</i>	<i>14,1%</i>	<i>88,8%</i>	<i>157,8%</i>	<i>40,5%</i>	<i>46,6%</i>

Fonte: IEFP | dezembro 2013

Analisando os grupos etários da população desempregada verificamos que, em todos os municípios da AMP, o maior peso é dos indivíduos cuja idade se encontram entre os 35 e 54 anos, sendo que em Gondomar este grupo representa 49,9% do total dos inscritos, um valor um pouco superior à média da AMP onde este grupo representa 48,2%.

Quadro 9 - Desemprego registado por Município segundo o grupo etário

Município	Grupo Etário				Total
	<25 Anos	25-34 Anos	35-54 Anos	55 Anos e +	
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Arouca	185	200	419	195	999
Espinho	476	670	1 642	633	3 421
Gondomar	2 118	3 229	8 203	2 864	16 414
Maia	1 401	2 326	5 995	2 145	11 867
Matosinhos	1 489	2 719	6 496	2 852	13 556
Oliveira de Azeméis	506	605	1 260	646	3 017
Paredes	1 219	1 518	4 212	1 579	8 528
Porto	2 563	4 872	10 190	4 200	21 825
Póvoa do Varzim	621	876	1 917	853	4 267
S. João da Madeira	212	282	595	223	1 312
Sta. Maria Feira	1 402	1 856	4 454	1 971	9 683
Sto. Tirso	879	1 091	2 995	1 524	6 489
Trofa	519	620	1 790	742	3 671
Vale de Cambra	137	202	345	164	848
Valongo	1 201	1 881	4 480	1 552	9 114
Vila do Conde	717	1 057	2 486	1 102	5 362
Vila Nova de Gaia	4 007	6 167	16 743	6 511	33 428

Fonte: IEFP | dezembro 2013

No período 2009 a 2013, no concelho de Gondomar, verificamos o maior crescimento dos grupos etários das extremidades da população ativa, inferior a 25 anos (69,3%), e com 55 e mais anos (52,4%), embora em valor absoluto continue a ser o grupo etário dos 35-54 anos o que mais contribui para o total dos desempregados, (correspondendo a 49,98% do total dos inscritos).

Quadro 10 - Desemprego Registrado no Município de Gondomar segundo Grupo Etário

Ano	<25 anos de idade	25-34 anos de idade	35-54anos de idade	55 e + anos de idade	Total
	HM	HM	HM	HM	
2009	1251	2424	5640	1879	11194
2010	1408	2404	5924	1995	11731
2011	1551	2760	6581	2213	13105
2012	2088	3585	8157	2644	16474
2013	2118	3229	8203	2864	16414
<i>Variação 2009 / 2013</i>	<i>69,3%</i>	<i>33,2%</i>	<i>45,4%</i>	<i>52,4%</i>	<i>46,6%</i>

Fonte: IEFP | dezembro 2013

Quanto aos níveis de escolaridade da população desempregada, no período 2009 a 2013, verificamos que, em Gondomar, foi o grupo dos indivíduos com habilitações superiores que mais cresceu (119,9%), sendo de salientar o crescimento muito significativo dos desempregados com o 12.º ano de escolaridade. Apesar destas elevadas taxas de crescimento dos inscritos com habilitações acima do 9.º ano, em valor absoluto, o 1.º ciclo do Ensino básico mantém o primeiro lugar.

Somando os desempregados com o ensino secundário e ensino superior verificamos que a situação se inverte, sendo estes em maior número, passando a representar 31,1% do total dos inscritos em 2013 (contra os 22,9% em 2009).

Quadro 11 - Desemprego Registrado no Município de Gondomar segundo os Níveis de Escolaridade

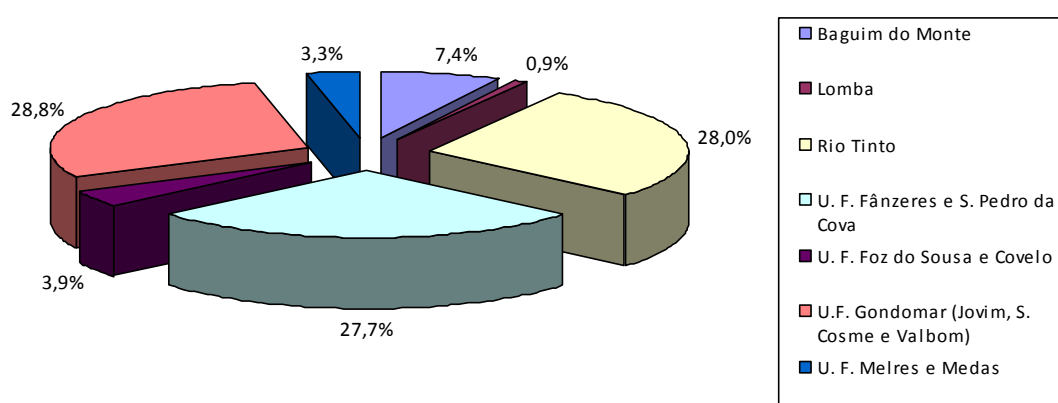
Ano	<1.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Superior	Total
	HM	HM	HM	HM	HM	HM	
2009	424	3504	2308	2392	1849	717	11194
2010	467	3414	2307	2595	2162	786	11731
2011	543	3422	2613	2935	2627	965	13105
2012	737	3927	3171	3598	3524	1517	16474
2013	663	3995	3055	3588	3536	1577	16414
<i>Variação 2009 / 2013</i>	<i>56,4%</i>	<i>14,0%</i>	<i>32,4%</i>	<i>50,0%</i>	<i>91,2%</i>	<i>119,9%</i>	<i>46,6%</i>

Fonte: IEFP | dezembro 2013

Procedendo a uma análise do desemprego registado em Gondomar por freguesia verificamos que, de acordo com as estatísticas do IEFP, em Dezembro 2013, continuam a ser as freguesias urbanas as mais atingidas por esta questão.

A União das Freguesias (U.F.) de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim é a que mais contribui para o total de desempregados inscritos no Concelho de Gondomar (28,8%), imediatamente seguida pela Freguesia de Rio Tinto (28,0%), e pela U.F. de Fânzeres e S. Pedro da Cova (27,4%).

Gráfico 1: Desemprego registado por freguesias no município de Gondomar



Fonte: IEFP | dezembro 2013

Relativamente aos inscritos por sexo, verificamos que os homens são em maior número na U.F. de Fânzeres e S. Pedro da Cova, na U.F. de Melres e Medas e na U.F. de Foz do Sousa e Covelo; nas restantes freguesias verifica-se a situação inversa.

Em todas as freguesias do concelho constata-se que mais de 80% da população desempregada registada se encontra à procura de novo emprego. De salientar que este valor, na freguesia da Lomba corresponde a 94,8%, um valor substancialmente superior à média concelhia (90,8%).

A U.F. de Melres e Medas tem a maior percentagem de inscritos à procura do primeiro emprego (12,8%), valor superior à média concelhia (9,2%).

Quanto ao tempo de inscrição verifica-se em todas as freguesias, uma maior percentagem de inscritos há 1 ano ou mais com exceção da U.F. de Melres e Medas onde o número é muito similar entre os inscritos há menos de um ano e os de um ano ou mais (49,6% e 50,4% respetivamente).

Quadro 12 - Desemprego registado por freguesias no Município de Gondomar, segundo o sexo, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego

Freguesia	Sexo		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de Emprego		Total
	Homens	Mulheres	<1 ano	1 ano e +	1.º Emprego	Novo Emprego	
Baguim do Monte	586	624	519	691	101	1 109	1 210
% total do concelho	7,2%	7,5%	7,2%	7,5%	6,7%	7,4%	7,4%
% total da freguesia	48,4%	51,6%	42,9%	57,1%	8,3%	91,7%	
Lomba	61	94	64	91	8	147	155
% total do concelho	0,8%	1,1%	0,9%	1,0%	0,5%	1,0%	0,9%
% total da freguesia	39,4%	60,6%	41,3%	58,7%	5,2%	94,8%	
Rio Tinto	2 216	2 380	2 047	2 549	416	4 180	4 596
% total do concelho	27,4%	28,6%	28,4%	27,7%	27,4%	28,1%	28,0%
% total da freguesia	48,2%	51,8%	44,5%	55,5%	9,1%	90,9%	
U. F. Fânzeres e S. Pedro da Cova	2 310	2 229	1 986	2 553	411	4 128	4 539
Fânzeres	1 135	1 169	1 026	1 278	195	2 109	2 304
S. Pedro da Cova	1 175	1 060	960	1 275	216	2 019	2 235
% total do concelho	28,6%	26,8%	27,6%	27,7%	27,1%	27,7%	27,7%
% total da freguesia	50,9%	49,1%	43,8%	56,2%	9,1%	90,9%	
U. F. Foz do Sousa e Covelo	335	299	300	334	74	560	634
Foz do Sousa	271	235	233	273	57	449	506
Covelo	64	64	67	61	17	111	128
% total do concelho	4,1%	3,6%	4,2%	3,6%	4,9%	3,8%	3,9%
% total da freguesia	52,8%	47,2%	47,3%	52,7%	11,7%	88,3%	
U.F. Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	2 293	2 441	2 016	2 718	436	4 298	4 734
Gondomar (S. Cosme)	1 214	1 331	1 083	1 462	239	2 306	2 545
Valbom	730	768	639	859	125	1 373	1 498
Jovim	349	342	294	397	72	619	691
% total do concelho	28,3%	29,3%	28,0%	29,5%	28,8%	28,8%	28,8%
% total da freguesia	48,4%	51,6%	42,6%	57,4%	9,2%	90,8%	
U. F. Melres e Medas	289	257	275	271	70	476	546
Melres	182	164	175	171	44	302	346
Medas	107	93	100	100	26	174	200
% total do concelho	3,6%	3,1%	3,8%	2,9%	4,6%	3,2%	3,3%
% total da freguesia	52,9%	47,1%	50,4%	49,6%	12,8%	87,2%	
Total	8 090	8 324	7 207	9 207	1 516	14 898	16 414
Média em Gondomar	49,3%	50,7%	43,9%	56,1%	9,2%	90,8%	

Fonte: IEFP | dezembro 2013

A estrutura etária do desemprego registado por freguesia é muito similar entre as diversas freguesias do concelho e correspondente à média concelhia. A exceção vai para a freguesia da Lomba, onde a população desempregada com idades entre 35-54 anos de idade atinge os 61,9%, valor consideravelmente superior à média de Gondomar (50%).

A U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, é a que mais contribui para os jovens desempregados com menos de 25 anos registados no concelho de Gondomar (29,5%), logo seguido pela U.F. de Fânzeres e S. Pedro da Cova (29,1%).

Quadro 13 - Desemprego Registrado por freguesias no Município de Gondomar segundo o Grupo Etário

Freguesia	<25 anos de idade	25-34 anos de idade	35-54anos de idade	55 e + anos de idade	Total
Baguim do Monte	139	223	603	245	1 210
% total do concelho	6,6%	6,9%	7,4%	8,6%	7,4%
% total da freguesia	11,5%	18,4%	49,8%	20,2%	
Lomba	21	24	96	14	155
% total do concelho	1,0%	0,7%	1,2%	0,5%	0,9%
% total da freguesia	13,5%	15,5%	61,9%	9,0%	
Rio Tinto	515	994	2 270	817	4 596
% total do concelho	24,3%	30,8%	27,7%	28,5%	28,0%
% total da freguesia	11,2%	21,6%	49,4%	17,8%	
U. F. Fânzeres e S. Pedro da Cova	617	862	2 339	721	4 539
Fânzeres	295	447	1 205	357	2 304
S. Pedro da Cova	322	415	1 134	364	2 235
% total do concelho	29,1%	26,7%	28,5%	25,2%	27,7%
% total da freguesia	13,6%	19,0%	51,5%	15,9%	
U. F. Foz do Sousa e Covelo	96	126	285	127	634
Foz do Sousa	75	98	226	107	506
Covelo	21	28	59	20	128
% total do concelho	4,5%	3,9%	3,5%	4,4%	3,9%
% total da freguesia	15,1%	19,9%	45,0%	20,0%	
U.F. Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	624	871	2 369	870	4 734
Gondomar (S. Cosme)	327	446	1 307	465	2 545
Valbom	193	305	713	287	1 498
Jovim	104	120	349	118	691
% total do concelho	29,5%	27,0%	28,9%	30,4%	28,8%
% total da freguesia	13,2%	18,4%	50,0%	18,4%	
U. F. Melres e Medas	106	129	241	70	546
Melres	74	78	148	46	346
Medas	32	51	93	24	200
% total do concelho	5,0%	4,0%	2,9%	2,4%	3,3%
% total da freguesia	19,4%	23,6%	44,1%	12,8%	
Total	2 118	3 229	8 203	2 864	16 414
Média em Gondomar	12,9%	19,7%	50,0%	17,4%	

Fonte: IIEFP | dezembro 2013



HABITAÇÃO

Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Habitação

- principais indicadores -

. estão recenseados **73.436 alojamentos** dos quais 99,96% são alojamentos clássicos, e **61.123 estão ocupados para residência habitual**;

. da totalidade dos alojamentos utilizados para residência habitual, **99,7% dispõem de água canalizada, 99,9% têm sistema de drenagem e 97,9% têm instalação de banho ou duche.**

Conjuntos Habitacionais

. no final do ano 2013, estavam alojados em **29 Conjuntos Habitacionais, 8.775 munícipes, distribuídos por 3.340 habitações.**

. a **União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova** é a que conta com mais fogos (1.254) e pessoas alojadas (3.467), sendo que o Conjunto Habitacional do Bairro Mineiro, é o de maior dimensão do concelho com 404 fogos.

. persistem mais de **4.500 agregados familiares com pedidos de habitação** por satisfazer.

. a **União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, é a que apresenta o maior número de pedidos de integração** em habitação social (1.622), seguindo-se a União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova (1.280) e a freguesia de Rio Tinto (1.129).

A Habitação em Portugal

A Constituição da República Portuguesa consagra, no seu artigo 65.º, que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”

Assim, a análise da política de habitação é, sem dúvida, um dos elementos basilares na avaliação da qualidade de vida das populações, pois as decisões tomadas a este nível têm implicações a nível económico, social, de ordenamento do território e planeamento urbano. De acordo com o documento “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”, “o espaço habitado é uma das dimensões mais importantes de abordagem das condições de vida da população, assim como o espaço de realização das famílias e pessoas onde se reflete de forma mais intensa a qualidade de vida.” (pg. 62).

A nível nacional, desde finais do século passado e até ao início da grave crise económica que atualmente se vivencia no país, verificou-se que o investimento no setor da habitação se concentrou na construção de novos edifícios, preterindo o mercado do arrendamento que desceu para níveis extraordinariamente baixos. As famílias, decorrente da oferta do mercado e aliciadas pelas baixas taxas de juros, inverteram a situação que se verificava até final dos anos 80, optando por adquirir as suas habitações com recurso ao crédito bancário.

Esta tendência levou a que a despesa média anual dos agregados familiares aumentasse significativamente, passando de 19,8% em 2000, para 29,2% em 2010/2011¹, com as consequências sociais que este aumento acarreta.

Importa referir que, de acordo com o documento supracitado, um indicador que nos parece pertinente aqui refletir é o que se refere “às condições de habitação relativo ao número de famílias clássicas a residir em alojamentos clássicos sobrelotados. Dentro da AMP (*e que surge com valores relativos -13.32% mais altos que os exibidos pelo contexto nacional*) e numa análise em termos absolutos, os concelhos de Vila Nova de Gaia, Porto, Matosinhos e Gondomar surgem com os piores cenários: o primeiro com 15.882 famílias clássicas em alojamentos clássicos sobrelotado, o segundo com 13.791 famílias, o terceiro com 8.847 e o quarto com 8.826 famílias”(pg 63).

¹ INE – Destaque – Orçamentos Familiares, publicado em 20/12/2012.

De acordo com o boletim “Destaque”, publicado pelo INE em 31 de Julho de 2013, em 2012 existiam cerca de 118 mil fogos de habitação social (-0,2% face a 2011) distribuídos por 24.500 edifícios, localizados em 268 municípios, pertença quer dos municípios bem como de outras entidades proprietárias e gestoras de habitação com vocação social. Mais de metade (53,9%) dos edifícios possuía 2 ou mais alojamentos, conduzindo a um rácio de 4,8 fogos por edifício.

A região de Lisboa apresentou a maior proporção de edifícios com 2 ou mais alojamentos (73,0%), seguida pelo Norte com 67,1%. No entanto, considerando o quociente entre o número de fogos por edifício, verifica-se que esta ordem se inverte, tendo-se registado o maior rácio no Norte (8,8), seguindo-se Lisboa com 5,7.

Os fogos de habitação social encontravam-se quase exclusivamente (95,5%) ocupados em regime de arrendamento e cerca de 4,1% estavam vagos.

Em 2012 registaram-se 25,6 mil pedidos de habitação, metade dos quais na região NUTS II de Lisboa. O parque de habitação social representou 2% do total de fogos existentes a nível nacional, correspondendo a 1.128 fogos de habitação social por 100 mil habitantes (1.125 fogos em 2011). A Madeira distinguiu-se com os maiores rácios: 4,2% do total de fogos da região eram de habitação social, correspondendo a 2.104 fogos/100 mil habitantes.

O parque de habitação social gerou uma receita de cerca de 81 milhões de euros (81,9% resultante da cobrança de rendas e 18,1% da venda de fogos), tendo-se registado um decréscimo de 4,5% face a 2011 (-4 milhões de euros).

Por outro lado, registou-se uma despesa de 57 milhões de euros (84,3% com obras de conservação e reabilitação e 15,7% com encargos fixos²), tendo-se verificado uma diminuição de 17,5% face a 2011 (-12 milhões de euros).

Em média, em Portugal, as tipologias de fogos predominantes, segundo o boletim destaque acima referido, são T2 e T3 (78,6%), as tipologias T4 ou superior representam apenas 10,1% da totalidade dos fogos.

² Inclui seguros, condomínios, consumos de eletricidade e água e outros encargos fixos.

A Habitação na Região Norte

A Região Norte assistiu a um crescimento do seu parque habitacional num ritmo inferior ao verificado a nível nacional, tendo sido recenseados 1.209.911 edifícios destinados a habitação, correspondente a um crescimento de 10,0% face a 2001, contra um crescimento de 12,2% em termos nacionais para o mesmo período³.

Relativamente ao número de alojamentos, o crescimento foi inferior na região Norte, com uma taxa de 14,7% contra os 16,3% a nível nacional.

Em 2011, verifica-se ainda que a densidade de alojamentos na Região Norte (86,8%) é muito superior à média nacional (63,5%).

De destacar que o parque habitacional da Região Norte é significativamente mais jovem que o conjunto do país, dado que o índice de envelhecimento dos edifícios é inferior à média nacional (176), com um valor de 154, que significa que por cada 100 edifícios construídos depois de 2001, existem 154 construídos até 1960.

A Habitação em Gondomar

No Município de Gondomar, de acordo com os Censos 2011, estão recenseados 73.436 alojamentos dos quais 99,96% são alojamentos clássicos, e 61.123 estão ocupados para residência habitual. Estes alojamentos correspondem a 11,76% dos existentes na área metropolitana do Porto.

Da totalidade dos alojamentos utilizados para residência habitual, 99,7% dispõem de água canalizada, 99,9% têm sistema de drenagem e 97,9% têm instalação de banho ou duche.

No que se refere à habitação social municipal, o Município é detentor de um legado com uma importância inegável para a sua população. “O acesso à habitação é uma condição determinante de sobrevivência humana e de bem-estar social. Este acesso não é fácil e existe um conjunto de população que necessita de apoio do Estado para a obter”, de acordo com o documento “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo” (pág. 67). Ainda e segundo o mesmo “a vulnerabilidade habitacional é medida também pelo acesso à habitação social entendida como habitação a custos controlados que se destina a agregados familiares carenciados, mediante contrato de renda apoiada ou regime de propriedade resolúvel.”

³ INE, Censos 2011 – Resultados Definitivos.

Quadro 1: Habitação Social no Município de Gondomar

Freguesia	Denominação do Conjunto Habitacional	N.º de Fogos	N.º de Pessoas Residentes *
Baguim do Monte	Crasto	250	518
Lomba	Lomba	30	72
Rio Tinto:		770	2104
	Boavista	13	27
	Triana	25	88
	Senhor dos Aflitos	88	221
	Ponte	80	168
	Areias	220	583
	Carreiros	256	742
	Padre Vidinha	95	289
União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova		1254	3467
	St. Bárbara	148	429
Fânzeres	Santo António	109	377
	Várzea	56	108
	Tardariz	128	364
	Bairro Mineiro	404	962
S. Pedro da Cova	Belo Horizonte	3	8
	Dr. Durão Barroso	156	512
	Padre Joaquim Alves das Neves	43	108
	Gandra	207	599
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo		72	245
Foz do Sousa	Foz do Sousa	54	182
Covelo	Covelo	18	63
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim		893	2175
	Monte Crasto	188	529
	Padre Vaz	93	261
Gondomar (S. Cosme)	Fontela	88	168
	Casas Amarelas	20	53
Valbom	Monte	252	559
	Giesta	138	369
Jovim	Trás-da-Serra	114	236
União das Freguesias de Melres e Medas		71	194
Melres	Melres	35	91
Medas	Medas	36	103
Total		3.346	8.789

** dados relativos exclusivamente a agregados familiares em regime de arrendamento.*

Fonte: Divisão de Habitação Social | novembro 2014

No final do ano 2014, estavam alojados em 29 Conjuntos Habitacionais, distribuídos por todas as freguesias que compõem o concelho, 8.789 munícipes, distribuídos por 3.346 habitações.

A União de freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova é a que conta com mais fogos (1.254) e pessoas alojadas (3.467), sendo que o Conjunto Habitacional do Bairro Mineiro, localizado em S. Pedro da Cova, é o de maior dimensão do concelho de Gondomar, com 404 fogos.

Quadro 2: Pedidos de Habitação Social para Integração em espera

Freguesia	N.º de Fogos
Baguim do Monte	266
Lomba	23
Rio Tinto	1129
União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova	1280
Fânzeres	683
S. Pedro da Cova	597
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	120
Foz do Sousa	94
Covelo	26
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	1622
Gondomar (S. Cosme)	795
Valbom	608
Jovim	219
União das Freguesias de Melres e Medas	123
Melres	80
Medas	43
Total	4.563

Fonte: Divisão de Habitação Social | setembro 2014

Pese embora o referido no documento “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo” onde assinala que se assistiu entre 2009 e 2011 a uma diminuição dos pedidos à habitação social (menos de 8,7%), que contraria o cenário apresentado pela média nacional (que viu ser aumentados os pedidos em 7,72%), e ainda que o Município de Gondomar tenha de um vasto parque habitacional, persistem ainda mais de 4.500 agregados familiares com pedidos de habitação por satisfazer, verificando-se um aumento significativo dos pedidos nos últimos 2 anos, motivados pela conjuntura económica atual e o peso dos encargos fixos com a habitação.

A União das Freguesias de Gondomar (Jovim, S. Cosme, Valbom) é a que apresenta o maior número de pedidos de integração em habitação social (1.622), seguindo-se a União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova (1.280) e a Freguesia de Rio Tinto (1.129).



SAÚDE

Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Saúde

- principais indicadores -

No que se refere a Gondomar a promoção da saúde e a identificação de situações que promovam a melhoria do estado de saúde da população gondomarense é, essencialmente, da responsabilidade do Agrupamento dos Centros de Saúde de Gondomar no que se refere a cuidados de saúde primários. De acordo com os dados disponibilizados pelo ACES de Gondomar os 167.541 inscritos (*dados 2013*) têm médico de família com uma cobertura de 100% desde 2011.

Principais problemas de saúde no concelho de Gondomar: AVC; Diabetes; Doença isquémica cardíaca; Tumor da traqueia, brônquios e pulmão; VIH/SIDA.

14,8 em cada 100 utentes inscritos na ARS Norte sofre de **hipertensão** com ou sem complicações; no ACES de Gondomar esse valor ronda os 16,8;

a **taxa de incidência por AVC** tem vindo a diminuir, nos indivíduos com menos de 65 anos mas com valores superiores aos verificados no Continente e na região Norte;

a taxa de incidência de **Tuberculose** entre 2000 e 2009 tem vindo a diminuir cifrando-se, no entanto em valores superiores aos verificados em Portugal Continental e Região Norte;

a **menor prevalência de SIDA** no ACES de Gondomar comparativamente com Portugal e Região Norte indicia uma menor duração da doença e uma elevada taxa de letalidade da doença no concelho;

na ARS Norte 6,6 em cada 100 inscritos tem um diagnóstico de **diabetes do tipo I ou tipo II**; no ACES de Gondomar esse valor ronda os 6,5;

o **consumo de medicamentos ansiolíticos, hipnóticos e sedativos, e, antidepressivos** em ambulatório no ano de 2008, foi na ARS Norte de 4,4 utentes em cada 100 que têm associado um diagnóstico de perturbação depressiva; no ACES de Gondomar esse valor sobe para 5,9;

a **taxa de recém-nascidos de baixo peso** tem vindo a ser semelhante à da Região Norte e inferior à verificada no Continente;

a proporção de **nascimentos em mulheres em idade de risco (=>35 anos de idade)** é no concelho de **Gondomar superior** à verificada na região norte e continente;

a proporção de **nascimentos pré-termo, isto é com duração da gravidez inferior a 37 semanas está nos últimos anos a aumentar no concelho de Gondomar**, contrariamente ao que se está a verificar na região norte e continente;

a proporção de **nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos** apresenta uma tendência decrescente nos últimos anos, mas ainda **acima do verificado na região norte e continente**.

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

O Município de Gondomar, embora identificado em 2008, pela Administração Regional de Saúde do Norte – Sub-Região do Porto, como município prioritário para a constituição de respostas a integrar na RNCCI (*a Equipa Coordenadora Local de Gondomar, no ano 2013 referenciou 384 utentes para a RNCCI*), apenas em 2014, o município de Gondomar viu ser protocolada com a Fundação Fernando Pessoa uma Unidade de Longa Duração e Manutenção, com capacidade para 40 doentes.

Comportamentos de Risco

Dependências

As substâncias ilícitas mais consumidas são a **Heroína, Cocaína e a Cannabis/ Haxixe/ Erva**; em 2013 o CRI Porto Oriental acompanhou **668 utentes**;

O número de utentes ativos **aumenta paralelamente ao aumento da idade, sempre com maior incidência no sexo masculino**;

Quanto às Habilitações Literárias destacam-se as pessoas com 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico; nota-se contudo um **aumento progressivo de pessoas em tratamento com escolaridade ao nível do secundário**;

À situação face ao emprego, os consumidores de substâncias ilícitas em tratamento estão maioritariamente **empregados**.

Alcoolismo

em 2010 foram atendidas 56 pessoas (45 homens e 11 mulheres);

em 2011 foram tratadas 112 pessoas (97 homens e 15 mulheres);

em 2012 esse número foi de 153 pessoas (117 homens e 36 mulheres);

em 2013, 171 pessoas (das quais 151 homens e 20 mulheres) estavam em tratamento no **CRI Porto Oriental**.

entre 2009 e 2013 recorreram aos serviços do Projeto **CARA** da Câmara Municipal de Gondomar, 367 pessoas; analisando a proveniência da residência destas pessoas, a União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova destaca-se com 64 pessoas admitidas entre os anos em análise, seguida pela União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e pela Freguesia de Rio Tinto.

“A promoção da Saúde é o processo que permite capacitar as pessoas a melhorar e a aumentar o controle sobre a sua saúde (e seus determinantes – sobretudo, comportamentais, psicossociais e ambientais) ” (Carta de Ottawa, 1986). A Carta de Bangkok para a promoção da saúde num mundo globalizado (2005) parte dos valores, princípios e estratégias de intervenção estabelecidas na Carta de Ottawa, complementando-a.

Com a promoção da saúde, surge a noção da “saúde como um recurso” e de esta ser um “empreendimento coletivo”.

(in Portal da Saúde, ARSNorte)

A ARS Norte, através do Portal da Saúde, afirma que o sucesso da promoção da saúde está fortemente vinculado ao estabelecimento de parcerias, alianças e redes de modo a constituir-se *massa crítica* que garanta através de um esforço conjunto, uma sociedade verdadeiramente promotora da saúde.

O acesso à saúde é também uma condição básica da vida social com bem-estar e qualidade de vida, segundo o documento da “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”.

No que diz respeito à suficiência dos equipamentos de saúde (centros de saúde e hospitais) a AMP encontra-se numa posição razoável face à média nacional. No que se refere ao número de centros de saúde por 10.000 habitantes, a AMP (com 0,23 centros de saúde por 10.000 habitantes) situa-se aquém da média nacional (0,37 centros de saúde).

Referente ao número de hospitais por 10.000 habitantes o panorama é mais satisfatório e com uma ligeira primazia para a AMP (exibe um valor que ronda os 0,22 hospitais contra os 0,21 auferidos pelo contexto nacional) - inclusivamente a AMP apresenta um aumento de quatro hospitais de 2002 para 2011”(pgs. 71 e 72).

O seguinte quadro aborda os principais indicadores de saúde, nos diferentes territórios que compõem a AMP:

Quadro 1: Indicadores de Saúde por município da AMP, 2011

Área Geográfica	Médicas /os	Enfermeiras /os	Farmácias e postos farmacêuticos móveis	Internamentos nos estabelecimentos de saúde	Tx quinquenal mortalidade neonatal	TX quinquenal mortalidade infantil	Taxa de mortalidade	
							Doenças do aparelho circulatório	Tumores malignos
	P/ 1000 habitantes N.º 2011					(‰) 2008-2012		(‰) 2011
Portugal	4,1	6,2	0,3	112	2,1	3,2	3,1	2,4
Região Norte	3,8	6,2	0,3	108,8	1,8	2,8	2,6	2,2
Arouca	1	3,7	0,3	---	2	4,9	3,2	1,5
Espinho	5,1	4,5	0,3	0	0,8	1,7	2,9	2,8
Gondomar	2,9	3,1	0,2	0	2	2,6	2	2,2
Maia	5,5	3	0,2	0	1,7	2,5	1,8	1,8
Matosinhos	7,5	6,2	0,2	---	1,3	2,2	2,4	2,5
Oliveira de Azeméis	1,6	3,7	0,2	22,5	1,2	3,1	2,4	2
Paredes	1,1	3	0,2	---	3,2	3,4	2,1	1,7
Porto	18,5	22,1	0,5	574,9	1,9	3,3	3,1	3,2
Póvoa do Varzim	4,2	6,3	0,2	---	3,7	4,1	2	1,9
São João da Madeira	3,1	7	0,2	12,1	0	0	2	1,9
Santa Maria Feira	1,9	5,7	0,2	141,3	1,4	2,7	2,8	2,1
Santo Tirso	2,4	5,3	0,2	50,3	3,9	4,6	2,4	2,6
Trofa	2,1	3,2	0,2	---	2,4	3,5	2,1	2
Vale de Cambra	1,8	2,6	0,3	0	2,4	4,8	3,3	2,5
Valongo	2,5	3,9	0,2	17,2	1,4	1,6	1,7	1,7
Vila do Conde	3	3	0,2	26,4	2	3	2,3	2
Vila Nova de Gaia	4,4	5,5	0,2	---	2,2	3,4	2,3	2,2

Fonte: INE | CENSOS 2011

No que se refere ao município de Gondomar, a promoção da saúde e a identificação de situações que promovam a melhoria do estado de saúde da população gondomarense é, essencialmente, da responsabilidade do Agrupamento dos Centros de Saúde de Gondomar no que se refere a cuidados de saúde primários, atendendo a que estes constituem o primeiro acesso dos cidadãos à prestação de cuidados de saúde.

O ACES de Gondomar é um serviço de saúde desconcentrado, integrado no Serviço Nacional de Saúde e sujeito ao poder de direção da Administração Regional de Saúde do Norte, IP.

Dotado de autonomia administrativa é constituído por várias unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde primários, individualizados por localização e com denominação própria. São órgãos do ACES o Diretor Executivo, o Conselho Executivo, o Conselho Clínico e o Conselho de Comunidade, de acordo com o Decreto-Lei 28/2008. Pela experiência organizacional anterior (2009-2011) no ACES de Gondomar funcionam também um Conselho de Coordenadores e uma Assembleia de Conselhos Técnicos.

Conselho Clínico: O Conselho Clínico do ACES de Gondomar, como garante de melhoria contínua dos cuidados de saúde prestados à população, é responsável por colocar a centralidade da gestão clínica

no cumprimento de objetivos concretos de promoção da saúde, alinhados com os principais objetivos dos Planos Nacional, Regional e Local de Saúde.

Conselho da Comunidade: Fazem parte do Conselho da Comunidade do ACES de Gondomar, além do presidente, Vereador/a com o pelouro da Educação e Saúde da Câmara Municipal de Gondomar, elementos em representação da: Assembleia Municipal do concelho de Gondomar; Centro Hospitalar do Porto; Centro Distrital da Segurança Social; Agrupamentos de Escolas; representante das IPSS's do concelho; Ligas de Utentes do ACES; Associação de Empregadores; Sindicatos; representantes de Voluntariado - Banco Local de Voluntariado de Gondomar e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar.

Conselho de Coordenadores: Conselho onde estão presentes, além do Diretor Executivo e o Presidente do Conselho Clínico, os Coordenadores de todas as unidades do ACES de Gondomar e que tem como objetivo a partilha de decisões organizacionais que estimulem a emergência e desenvolvimento de lideranças descentralizadas, e a promoção e o desenvolvimento profissional e humano das diferentes equipas multiprofissionais.

Assembleia dos Conselhos Técnicos: Onde estão presentes o Conselho Clínico e os Conselhos Técnicos das unidades funcionais do ACES com o objetivo de dar resposta às competências definidas por lei, nomeadamente, a elaboração de manuais de boas práticas e de orientações clínicas, tendo em vista a melhoria contínua de cuidados de saúde e a uniformização de procedimentos.

Unidade de Apoio à Gestão: Unidade não prestadora de cuidados de saúde, responsável pelo apoio administrativo e geral aos órgãos de gestão e às unidades funcionais na área dos Recursos Humanos, Gestão Financeira, Comunicação Interna e Externa, Gestão Documental, Património e Parque Automóvel, Coordenação dos Serviços de Limpeza, Planeamento e Estatística.

Gabinete do Cidadão: O Gabinete do Cidadão do ACES de Gondomar assume a centralidade da gestão de todas as exposições e é responsável pela avaliação das condições de acesso dos cidadãos, pela disponibilização da informação sobre os seus direitos e deveres e pela avaliação da satisfação dos utentes.

Unidades Funcionais: Na data de criação do ACES de Gondomar (Abril/2009) existiam 8 unidades de saúde familiar (USF) em funcionamento, sendo 4 em modelo A e 4 em modelo B. Em 2013, o ACES Gondomar foi reconfigurado em USF, ficando apenas a Unidade de Medas com cerca de 2.500 utentes inscritos como Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP).

Em 2011 entraram em funcionamento as 2 Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) do ACES de Gondomar, nomeadamente a UCC Inovar em Janeiro de 2011 e a UCC Coração D' Ouro em junho de 2011. O ACES de Gondomar tem ainda uma ECL – Equipa Coordenadora Local de Cuidados Continuados Integrados e participa na ELI – Equipa Local de Intervenção Precoce de Gondomar.

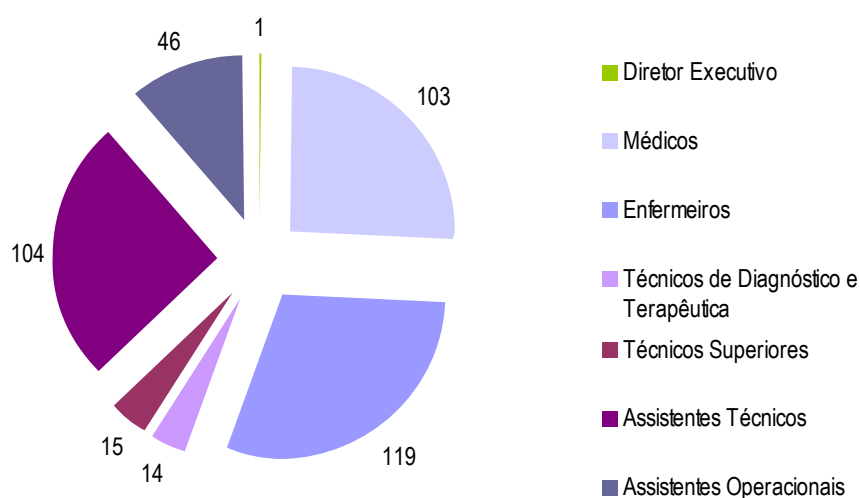
Durante o ano de 2009 foram constituídas:

- A Unidade de Saúde Pública (USP) funcionando como observatório de saúde da área geográfica onde se insere, desenvolve atividades de planeamento em saúde, de defesa, proteção e promoção da saúde, incluindo a avaliação do impacto em saúde das intervenções efetuadas, de prevenção da doença, de vigilância epidemiológica, de vigilância em saúde ambiental, de investigação em saúde e de gestão ou participação em programas de saúde pública e funções de autoridade de saúde.

- A Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP) que presta serviços de consultoria e assistência às restantes unidades funcionais do ACES Gondomar e organiza ligações funcionais com os serviços hospitalares. Na URAP está incluído o Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP), serviço de âmbito concelhio que se dedica ao diagnóstico, tratamento e prevenção da Tuberculose, bem como de outras doenças respiratórias.

Nos termos da Portaria n.º 273/2009, de 18 de Março o gráfico seguinte permite caracterizar os diversos colaboradores do ACES de Gondomar que perfazem de acordo com o gráfico seguinte 402 colaboradores.

Gráfico 1: Mapa de pessoal do ACES Gondomar



Fonte: Portaria nº 273/2009, de 18 de Março.

Todavia, prestam serviço no ACES Gondomar 385 profissionais, sendo 32 médicos internos do Internato Médico de Medicina Geral e Familiar.

O ACES de Gondomar acompanha atualmente 168.027 habitantes admitindo que todos os munícipes têm médico/a de família, neste sentido, o quadro abaixo permite uma análise sobre a população residente do município por faixa etária relacionando cada uma delas com esse factor.

Importa referir que a freguesia da Lomba com 1.711 habitantes (INE: Censo de 2001) deixou de pertencer ao ACES de Gondomar a 1 de dezembro de 2009 (integrada no ACES de Gaia/Espinho), por questões geográficas, tendo por suas vez a freguesia de Rio Mau com 1.485 habitantes (INE: Censo de 2011) do ACES Vale do Sousa Sul passado a integrar o ACES de Gondomar desde 30 de maio de 2011.

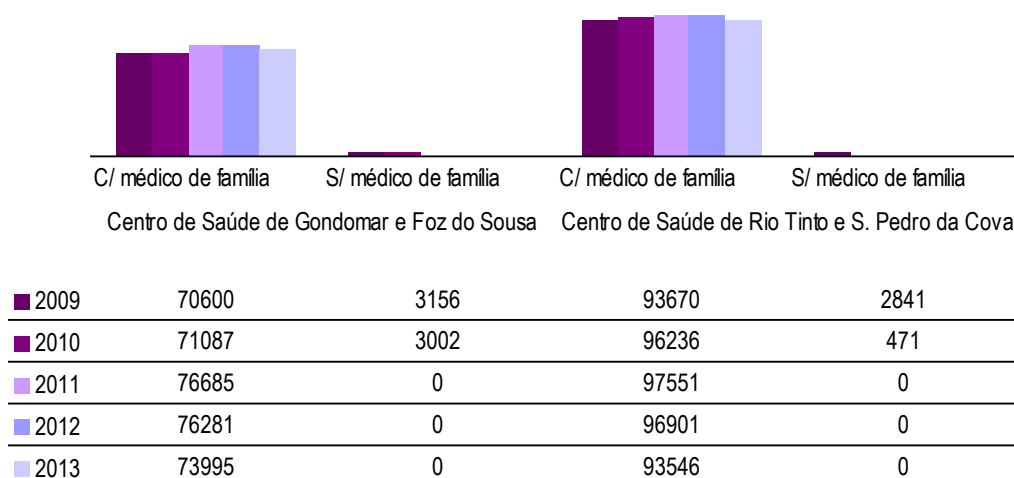
Quadro 2: População residente no ano de 2011, por sexo e grupo etário - Análise comparativa com a Região Norte, Continente e ACES Gondomar

Grupos Etários	Local	Feminino	Masculino	Total
0 - 14 anos	Continente	725.358	758.970	1.484.328
	Região Norte	272.398	284.901	557.299
	ACES Gondomar	12.528	13.321	25.849
15 - 64 anos	Continente	3.394.034	3.219.164	6.613.198
	Região Norte	1.281.697	1.215.857	2.497.554
	ACES Gondomar	60.094	56.794	116.888
≥ 65 anos	Continente	1.128.098	821.459	1.949.557
	Região Norte	369.064	265.692	634.756
	ACES Gondomar	14.365	10.925	25.290
Todas as idades	Continente	5.247.490	4.799.593	10.047.083
	Região Norte	1.923.159	1.766.450	3.689.609
	ACES Gondomar	86.987	81.040	168.027

Fonte: INE | CENSOS 2011

O gráfico seguinte permite relacionar o número de utentes inscritos nos Centros de Saúde de Gondomar e Foz do Sousa e de Rio Tinto e S. Pedro da Cova com o facto de terem atribuído médico de família, sendo perçetível que dos 167.541 inscritos (dados 2013) todos podem usufruir deste direito; de acordo com os dados disponibilizados pelo ACES de Gondomar a população residente do Município de Gondomar tem médico de família com uma cobertura de 100% desde 2011.

Gráfico 2: Evolução do número de utentes inscritos nos Centros de Saúde, com ou sem Médico de Família



Fonte: ACES de Gondomar, março 2014

De forma a ser mais perceptível a análise acima, criou-se o quadro n.º 3 que pormenoriza desde 2009 a 2013 a distribuição da população por Centro de Saúde e subsequente por Unidade de Saúde.

Quadro 3: Número de utentes inscritos no Centro de Saúde de Gondomar e Foz do Sousa, por Unidade de Saúde, com e sem Médico de Família

ACES de Gondomar	2012		2013	
	C/ médico de família	S/ médico de família	C/ médico de família	S/ médico de família
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Foz do Sousa	1.156	0	984	0
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Medas	1.760	0	1.553	0
Unidade de Saúde Familiar Amanhecer	9.717	0	9.192	0
Unidade de Saúde Familiar Beira Douro	6.253	0	6.119	0
Unidade de Saúde Familiar Monte Crasto	13.317	0	12.936	0
Unidade de Saúde Familiar Renascer	13.332	0	13.466	0
Unidade de Saúde Familiar Sete Caminhos	16.860	0	16.614	0
Unidade de Saúde Familiar Valbom	13.886	0	13.131	0
Convencionado (Privado 81)	2.032	0	1.927	0
Unidade de Saúde Familiar Brás Oleiro	16.732	0	15.562	0
Unidade de Saúde Familiar Fânzeres	14.157	0	13.936	0
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Venda Nova	---	---	1.688	0
Unidade de Saúde Familiar Lusíada	9.004	0	7.233	0
Unidade de Saúde Familiar Nascente	14.987	0	14.724	0
Unidade de Saúde Familiar S. Bento	13.025	0	12.696	0
Unidade de Saúde Familiar S. Pedro da Cova	15.545	0	14.976	0
Unidade de Saúde Familiar Sta. Maria	11.419	0	10.804	0

Fonte: Agrupamento dos Centros de Saúde de Gondomar, março 2014

De acordo com os valores apresentados no quadro seguinte, retirados do “Relatório Anual sobre o acesso a cuidados de saúde, 2012” do ACES de Gondomar, é possível perceber algumas das áreas de cuidados existentes, nomeadamente: Consultas de medicina geral e familiar; Consultas de saúde infantil; Consultas de saúde materna; Consultas de planeamento familiar; Vigilância de doentes diabéticos; Vigilância de doentes hipertensos; Consultas médicas no domicílio; Consultas de enfermagem no domicílio assim como observar o número de consultas realizadas por especialidade, em termos de 1.ªs consultas ou então consultas de acompanhamento.

Quadro 4: Evolução do número de consultas médicas no ACES de Gondomar por especialidade, 2011-2012

Área de cuidados	Volume de cuidados prestados					
	N.º 1.ªs consultas em 2012	N.º 1.ªs consultas em 2011	Variação 2012-2011 (%)	N.º de consultas subsequentes 2012	N.º de consultas subsequentes 2011	Variação 2012-2011 (%)
Consultas de medicina geral e familiar	104.552	105.686	-1,07	320.843	325.903	-1,55
Consultas de saúde infantil	16.470	15.437	+6,69	13.383	13.248	+1,01
Consultas de saúde materna	2.384	2.381	+0,12	8.206	7.413	+10,69
Consultas de planeamento familiar	25.239	22.886	+10,28	13.625	11.776	+15,7
Vigilância de doentes diabéticos	11.644	10.925	+6,58	30.133	27.598	+9,18
Vigilância de doentes hipertensos	30.232	27.940	+8,20	60.157	52.193	+15,25
Consultas médicas no domicílio	692	613	+12,88	4.577	4.616	-0,84
Consultas de enfermagem no domicílio	8.468	8.488	+0,23	27.114	23.437	+15,68

Fonte: Relatório Anual sobre o acesso a cuidados de saúde, 2012 | ACES de Gondomar

De notar que embora seja a especialidade com maior expressão/procura a consulta de medicina geral e familiar foi a única que teve uma ligeira diminuição no que se refere a 1.ªs consultas. Relativamente às consultas subsequentes, verifica-se uma diminuição quer nas consultas de medicina geral e familiar em consultório, como no domicílio. O ACES de Gondomar registou, durante o ano de 2012, 199.681 novas consultas e 478.038 consultas subsequentes.

Além das consultas nas Unidades Funcionais do ACES, existe ainda o Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP), serviço de âmbito concelhio que se dedica ao diagnóstico, tratamento e prevenção da tuberculose, bem como de outras doenças respiratórias.

Atendendo a que a Tuberculose constitui o principal motivo que leva a população a dirigir-se ao CDP, o quadro abaixo pretende ser esclarecedor sobre a evolução desta problemática, bem como das consultas de Pneumologia. A tuberculose continua a manifestar-se com maior incidência no sexo masculino, existindo desde 2008 uma tendência decrescente relativa à incidência desta problemática, apenas com uma ligeira subida nos anos 2011 e 2012.

Quadro 5: Número de utentes inscritos no Centro de Diagnóstico Pneumológico

Problemáticas	Ano	Indivíduos inscritos		
		Masculino	Feminino	Total
Tuberculose	2007	52	16	68
	2008	49	27	76
	2009	37	20	57
	2010	32	17	49
	2011	37	15	52
	2012	41	15	56
	2013	41	11	52
Vigilância	2009	11	7	17
	2010	28	32	60
	2011	<i>Desde o ano 2011 que as vigilâncias são consideradas consultas, daí a inexistência de registos específicos.</i>		
	2012			
Pneumologia	2009	65	53	118
	2010	22	19	41
	2011	5	0	5
	2012	26	28	54
	2013	1	4	5
Contactos/ Rastreios *	2009	37	60	97
	2010	37	42	79
	2011	41	69	100
	2012	77	126	203
	2013*	---	---	298

Fonte: Agrupamento dos Centros de Saúde de Gondomar, março 2014

O ACES de Gondomar, no âmbito da Unidade de Saúde Pública, elaborou, para os anos 2011-2016, o Plano Local de Saúde (PLS), documento que define as principais necessidades de saúde no concelho e as mudanças que deverão ser promovidas para garantia da melhoria do estado de saúde da população, sendo ainda um documento auxiliador no planeamento da intervenção dos serviços de saúde. Este documento pretende ainda facilitar a colaboração de múltiplas entidades locais de saúde e outras, que pela sua competência e integração comunitária se revelem de mais-valia para a saúde da população, na elaboração de programas/projetos que incorporem as suas metas como contributos para os objetivos comuns.

Taxas natalidade, mortalidade e esperança de vida

A esperança de vida no concelho de Gondomar nos triénios de 2005-2007 e 2008-2010 é superior aos valores da Região Norte e Continente, conforme quadro seguinte.

Quadro 6: Evolução da esperança de vida à nascença.

Triénio	Continente			Região Norte			ACES de Gondomar		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
2005-2007	78,9	75,6	82,0	79,0	75,8	82,1	80	76,8	83,1
2008-2010	79,7	76,7	82,7	80,1	77,0	83,0	80,8	77,7	83,8

Fonte: Perfil Local de Saúde - ACES Gondomar, 2012

O quadro 7, mostra a evolução das taxas de natalidade, mortalidade entre 2007-2011. Verifica-se uma diminuição da taxa de natalidade. A mortalidade geral é inferior à verificada na Região Norte e no Continente, bem como a taxa de mortalidade infantil que apresenta nos últimos anos um decréscimo, induzindo valores inferiores aos verificados, quer no Continente quer na Região Norte.

Quadro 7: Taxas de natalidade e mortalidade, Continente, Região Norte e ACES Gondomar de 2007-2009

	LOCAL	2007	2008	2009	2010	2011
Taxa de Natalidade	Continente	9,6	9,8	9,3	9,5	9,1
	Região Norte	9,1	9,2	8,7	8,8	8,5
	ACES Gondomar	9,3	9,3	8,7	8,5	8,3
N.º de Nascimentos	Continente	96.925	99.057	94.324	96133	91700
	Região Norte	34.094	34.631	32.760	33046	31525
	ACES Gondomar	1.608	1.614	1.521	1498	1399
Taxa de Mortalidade	Continente	9,8	9,8	8,4	9,9	9,8
	Região Norte	8,4	8,4	8,5	8,6	8,6
	ACES Gondomar	6,6	7,0	7,0	7,1	7,3
N.º de Óbitos	Continente	98.668	99.401	99.331	-	97962
	Região Norte	31.618	31.422	31.729	-	31577
	ACES Gondomar	1.146	1.211	1.227	-	1233
Taxa de Mortalidade Infantil	Continente	3,4	3,3	3,6	2,5	3,1
	Região Norte	3,5	2,6	3,3	2,1	3,1
	ACES Gondomar	1,2	3,1	4,6	0,0	1,4
N.º de Óbitos Infantis	Continente	329	324	338	236	285
	Região Norte	121	90	107	68	99
	ACES Gondomar	2	5	7	0	2

Fonte: ARS Norte

O Quadro 8 relembra, à semelhança do analisado no capítulo “As Pessoas e as Famílias”, que o índice de dependência dos idosos está a aumentar, ao contrário do índice de dependência dos jovens, fenómeno semelhante ao que ocorre na Região Norte e no Continente, embora os valores em Gondomar sejam inferiores.

Quadro 8: Índice de dependência de idosos e de jovens

ANO	LOCAL	ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS (N)	ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS (N)
2009	Continente	27,1	22,5
	Região Norte	22,9	22,3
	ACES Gondomar	20,7	20,0
2011	Continente	29,2	22,4
	Região Norte	25,2	22,3
	ACES Gondomar	21,5	22,1

Fonte: INE

Decorrente das análises acima enunciadas a Unidade de Saúde Pública do ACES de Gondomar, conjuntamente com outros profissionais e a comunidade do município de Gondomar identificou os principais problemas de saúde do ACES de Gondomar, aquando da elaboração, em 2011, do Plano Local de Saúde 2011-2016.

Quadro 9: Principais problemas de saúde no concelho de Gondomar.

▪ AVC
▪ Diabetes
▪ Doença isquémica cardíaca
▪ Tumor da traqueia, brônquios e pulmão
▪ VIH/SIDA

Fonte: Plano Local de Saúde do ACES Gondomar

Neste sentido o ACES de Gondomar através da sua Unidade de Saúde Pública identifica como principais problemas de Saúde (morbilidade) em Gondomar

As doenças crónicas são atualmente, a principal causa de morbilidade e incapacidade.

Importa referir que dada a falta de um sistema nacional de informação e saúde integrado, os dados existentes sobre morbilidade encontram-se dispersos por várias bases de dados/sistemas de informação, nomeadamente: DDO (sistemas de notificação das doenças de declaração obrigatória, para a vigilância das doenças transmissíveis), GDH (Grupos de Diagnóstico Homogéneos), RORENO (Registo Oncológico Regional do Norte) e INS (Inquérito Nacional de Saúde). Os registos de morbilidade no SAM por parte dos médicos de família disponibilizam informação que traz benefícios no melhor conhecimento da carga de doença e uma ideia aproximada da prevalência das doenças crónicas, permitindo ajudar a definir áreas prioritárias de intervenção.

No 1º quadrimestre de 2011 no ACES de Gondomar 78,05% das consultas efetuadas pelos médicos de família tinham 1 ou mais ICPCs preenchidos. O registo no SAM pelos médicos de família do código ICPC-2 permite-nos conhecer com alguma aproximação a prevalência de algumas patologias.

De acordo com os registos clínicos efectuados no SAM, 14,8 em cada 100 utentes inscritos na ARS Norte sofre de **hipertensão** com ou sem complicações. No **ACES de Gondomar esse valor ronda os 16,8.**

A **taxa de incidência por AVC** tem vindo a diminuir nos indivíduos com menos de 65 anos apresenta uma tendência descendente, **mas com valores superiores** aos verificados no Continente e na região Norte.

A taxa de incidência de **Tuberculose** entre 2000 e 2009 tem vindo a diminuir cifrando-se, no entanto em **valores superiores** aos verificados em Portugal Continental e Região Norte.

A **menor prevalência de Sida no ACES de Gondomar** comparativamente com Portugal e Região Norte indicia uma menor duração da doença e uma elevada taxa de letalidade da doença no concelho.

Na ARS Norte 6,6 em cada 100 inscritos tem um diagnóstico de **diabetes do tipo I ou tipo II** (SIARS – Código ICPC). No **ACES de Gondomar esse valor ronda os 6,5.** (Abril 2011)

A **amputação dos membros inferiores e a retinopatia diabética subiram** de 2007 para 2008, cifrando-se neste último ano em valores superiores aos da Região Norte e Total Nacional.

Dada a escassez de dados sobre saúde mental e sabendo que os transtornos mentais e comportamentais apresentam a 2.ª maior taxa de internamento padronizada pela idade com valores superiores e estatisticamente significativos em relação à região norte (vide Internamentos Hospitalares), procuramos comparar o consumo de medicamentos ansiolíticos, hipnóticos e sedativos, e, antidepressivos em ambulatório e verificamos que no **ano de 2008, o ACES de Gondomar teve um consumo médio deste tipo de fármacos comparado com outros ACES do Grande Porto.** Na ARS Norte 4,4 utentes em cada 100 tem um diagnóstico de **perturbação depressiva.** No **ACES de Gondomar esse valor sobe para 5,9.**

Foram igualmente identificados os principais Determinantes da Saúde/fatores de risco no Concelho de Gondomar, nomeadamente:

O **envelhecimento da população** é o determinante da saúde que por si só terá o impacto mais forte na **esperança de vida saudável** o que implica que as **doenças crónicas** sobressaíam como a principal fonte de DALYs, *indicador que combina as estimativas dos anos de vida perdidos por morte prematura (YLL) e dos anos de vida perdidos por doença e/ou incapacidade (YLD)*.

No concelho de Gondomar tem-se assistido a um aumento progressivo da população idosa com um decréscimo da natalidade. A nível mundial os fatores de risco que contribuem para a carga global de doença são a malnutrição, o sexo não seguro, o álcool, o tabaco, a hipertensão, o excesso de peso, a diminuição do consumo de frutas e vegetais, a inatividade física e a poluição do meio ambiente.

Da análise seguinte foram tidos como referência os valores conhecidos para a Região Norte.

A **taxa de recém-nascidos de baixo peso** tem vindo a ser semelhante à da Região Norte e inferior à verificada no Continente.

A proporção de **nascimentos em mulheres em idade de risco (=>35 anos de idade)** é no concelho de **Gondomar superior** á verificada na Região Norte e Continente.

A proporção de **nascimentos pré-termo, isto é com duração da gravidez inferior a 37 semanas está nos últimos anos a aumentar no concelho de Gondomar**, contrariamente ao que se está a verificar na Região Norte e Continente.

A proporção de **nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos** apresenta uma tendência decrescente nos últimos anos, mas ainda **acima do verificado na Região Norte e Continente**.

Na região norte e no que diz respeito aos **jovens escolarizados**, no período 2001-2006 assistiu-se a um **decréscimo do consumo de tabaco**, de 11% para os alunos de 3º ciclo e de 14% para os de secundário. No que diz respeito ao **consumo de álcool nos adolescentes**, em 2006, 33% dos alunos do 3º ciclo e 71% dos alunos do secundário já tinham experimentado bebidas destiladas.

No mesmo ano, o **consumo de cannabis** foi referido por 6% dos alunos do 3º ciclo e por 16% dos alunos do secundário.

Em 2002 e na Região Norte, apenas 44% dos adolescentes escolarizados (11-16 anos) referiam o **consumo de legumes** todos os dias e apenas 50% referiam consumo de fruta pelo menos 1 vez por dia.

Cerca de 16% **dos mesmos apresentavam excesso de peso ou obesidade**.

O quadro abaixo resume, para além dos problemas detetados, os fatores de risco e proteção associados a cada problemática mas também identifica estratégias e intervenções passíveis de serem utilizadas para promover a saúde, diferenciadas em Prevenção Primária, Secundária e Terciária.

Quadro 10: Fatores de Risco, de Proteção e Estratégias delineadas de acordo com os problemas identificados em saúde

Problema	Fatores de Risco	Fatores Protetores	Estratégias/Intervenções delineadas		
			Prevenção Primária	Prevenção Secundária	Prevenção Terciária
Doença cerebrovascular	<ul style="list-style-type: none"> . Hipertensão . Obesidade . Excesso de consumo de sal . Maus hábitos alimentares . Sedentarismo . Tabagismo . Dislipidemias . Abuso de álcool . Stress excessivo . Outros 	<ul style="list-style-type: none"> . Alimentação equilibrada . Exercício físico . Controle tensão arterial . Controle ingestão de sal . Literacia em saúde 	<p>Educação para a saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de educação para a saúde sobre hábitos alimentares saudáveis; - Programa de promoção do exercício físico; - Programa de promoção de combate ao tabagismo à iniciação tabágica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação e tratamento dos hipertensos e diabéticos na população em risco; - Melhorar o diagnóstico e tratamento da hipertensão arterial; - Avaliação do risco global cardiovascular; - Controlo e manutenção do peso; - Restrição do consumo excessivo de álcool e sal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio social e psicológico; - Cuidados de reabilitação.
Diabetes	<ul style="list-style-type: none"> . Obesidade . Excesso de peso . Desequilíbrios alimentares . Sedentarismo . Hipertensão arterial . Antecedentes de doença cardiovascular . Maior esperança de vida da população . Baixa literacia 	<ul style="list-style-type: none"> . Alimentação equilibrada . Exercício físico . Controle clínico . Literacia em saúde 	<p>Educação para a saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de educação para a saúde sobre hábitos alimentares saudáveis; - Programa de promoção do exercício físico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Rastreio da diabetes nos indivíduos de risco; - Tratamento e controlo da diabetes de acordo com Norma da DGS; - Promoção de medidas tendentes à correção de estilos de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio social e psicológico; - Cuidados de reabilitação.
Doença isquémica cardíaca	<ul style="list-style-type: none"> . Dislipidemia . Desequilíbrios alimentares . Sedentarismo . Obesidade . Excesso de peso . Baixa literacia . Consumo de tabaco . Excesso de álcool . Fármacos (corticoides, psicotrópicos) 	<ul style="list-style-type: none"> . Alimentação equilibrada . Dieta promotora de combate às dislipidemias e favorecedora da redução do risco cardiovascular . Exercício físico aeróbio regular . Controle clínico . Literacia em saúde . Paragem dos hábitos tabágicos 	<p>Educação para a saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de educação para a saúde sobre hábitos alimentares saudáveis; - Programa de promoção do exercício físico; - Programa de promoção de combate ao tabagismo à iniciação tabágica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Controlo e tratamento das dislipidemias; - Identificação de doentes de Tabagismo; - Implementação consultas de cessação tabágica; - Identificação e tratamento hipertensos, diabéticos, indivíduos com excesso de peso e obesidade e sedentários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio social e psicológico; - Cuidados de reabilitação.
Tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmão	<ul style="list-style-type: none"> . Tabaco . Fatores ambientais laborais . Qualidade do ar interior 	<ul style="list-style-type: none"> . Espaços livres de tabaco . Consultas de cessação tabágica . Controle de fatores ambientais adversos . Literacia em saúde 	<p>Educação para a saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de promoção de combate ao tabagismo à iniciação tabágica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de doentes de Tabagismo; - Implementação consultas de cessação tabágica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio social e psicológico; - Cuidados de reabilitação.

Fonte: Plano Local de Saúde (PLS) 2011-2016, ACES de Gondomar - Unidade de Saúde Pública

Cont. Quadro 10: Fatores de Risco, de Proteção e Estratégias delineadas de acordo com os problemas identificados em saúde

Problema	Fatores de Risco	Fatores Protetores	Estratégias/Intervenções delineadas		
			Prevenção Primária	Prevenção Secundária	Prevenção Terciária
VIH / SIDA	<ul style="list-style-type: none"> . Comportamentos de risco . Toxicodependência 	<ul style="list-style-type: none"> . Gestão do risco . Educação sexual jovens . Diagnóstico precoce . Literacia em saúde 	<p>Educação para a saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PRESSE (Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar); - Promoção de estilos de vida saudáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Rastreio a todos os utentes com comportamento de risco; - Rastreio a doentes cuja apresentação clínica possa resultar de uma infecção VIH subjacente (ex. tuberculose); - Diagnóstico precoce por rotina (<i>a grávidas, parturientes, puérperas, dadores de sangue, dialisados, dadores e receptores de órgãos transplantados, tuberculose</i>); - Diagnóstico precoce nas populações de maior risco para a infecção por VIH (<i>trabalhadores do sexo e seus parceiros, utilizadores de drogas, homossexuais, reclusos, populações móveis, migrantes, refugiados, sem abrigo, utentes dos CAD, após violência sexual/violação</i>). 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio social e psicológico; - Cuidados de reabilitação.

Fonte: Plano Local de Saúde (PLS) 2011-2016, ACES de Gondomar - Unidade de Saúde Pública

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

A RNCCI criada pelo Decreto-Lei n.º 101 de 6 de Junho de 2006 constitui um modelo organizacional criado pelos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e o Ministério da Saúde. É formada por um conjunto de instituições públicas e privadas que promovem e prestam a continuidade de cuidados de saúde e apoio social de forma integrada a todas as pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência e com perda de autonomia, assim como apoiar os familiares ou cuidadores informais, na qualificação e na prestação dos cuidados.

Implica o trabalho integrado e pró-ativo de equipas de saúde e de apoio social com o envolvimento dos utentes e familiares/cuidadores informais, respeitando as suas necessidades e preferências.

Os Cuidados Continuados Integrados fundamentam-se numa gestão de caso onde são identificados os problemas mais complexos dos utentes com o objetivo de proporcionar os cuidados adequados a cada situação.

Estas unidades têm por base garantir cuidados continuados de saúde e apoio social nas vertentes de promoção da autonomia e de funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social e encontram-se integradas na Rede de Cuidados Continuados de Saúde abrangendo os Hospitais, os Centros de Saúde, os Serviços Distritais e Locais de Segurança Social, as Instituições que integram a Rede Solidária e as Autarquias Locais.

A prestação dos Cuidados Continuados Integrados é assegurada por:

Unidades de Internamento: **Unidades de Convalescença** - têm como finalidade a estabilização clínica e funcional, a avaliação e reabilitação integral da pessoa com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável e que não necessita de cuidados hospitalares de agudos; **Unidades de Média Duração e Reabilitação** - têm por finalidade a estabilização clínica, a avaliação e a reabilitação integral da pessoa que se encontre na situação prevista no número anterior; **Unidades de Longa Duração e Manutenção** - proporcionam cuidados que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida, por um período de internamento superior a 90 dias consecutivos; poderão ser proporcionados internamentos, por período inferior ao previsto no número anterior, em situações temporárias, decorrentes de dificuldades de apoio familiar ou necessidade de descanso do principal cuidador, até 90 dias por ano; **no Município de Gondomar há uma Unidade sediada no Hospital Escola Fernando Pessoa;** **Unidades de Cuidados Paliativos** - unidade de internamento, com espaço físico próprio, para acompanhamento, tratamento e supervisão clínica a doentes em situação clínica complexa e de sofrimento

decorrentes de doença severa e/ou avançada, incurável e progressiva, nos termos do consignado no Programa Nacional de Cuidados Paliativos do Plano Nacional de Saúde.

- **Unidades de Ambulatório: Unidade de Dia e de Promoção da Autonomia** - *é uma unidade para a prestação de cuidados integrados de suporte, de promoção de autonomia e apoio social, em regime ambulatório, a pessoas com diferentes níveis de dependência que não reúnam condições para serem cuidadas no domicílio.*

- **Equipas Hospitalares: Equipa de Gestão de Altas** - *é uma equipa multidisciplinar para a preparação e gestão de altas hospitalares com outros serviços para os doentes que requerem seguimento dos seus problemas de saúde e sociais, quer no domicílio quer em articulação com as unidades de internamento;* **Equipa intra-Hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos** - *tem por finalidade prestar aconselhamento diferenciado em cuidados paliativos aos serviços do hospital, podendo prestar cuidados diretos e orientação do plano individual de intervenção aos doentes internados em estado avançado ou terminal para os quais seja solicitada a sua atuação.*

- **Equipas Domiciliárias:**

Equipa de Cuidados Continuados Integrados – *é uma equipa multidisciplinar da responsabilidade dos cuidados de saúde primários e das entidades de apoio social para a prestação de serviços domiciliários, decorrentes da avaliação integral, de cuidados médicos, de enfermagem, de reabilitação e de apoio social, ou outros, a pessoas em situação de dependência funcional, doença terminal ou em processo de convalescença, com rede de suporte social, cuja situação não requer internamento mas que não podem deslocar-se de forma autónoma.*

O ACES de Gondomar tem duas equipas: **ECCI Inovar; ECCI Coração d'Ouro.**

Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos - *é uma equipa multidisciplinar da responsabilidade dos serviços de saúde com formação em cuidados paliativos.*

Fazendo agora uma retrospectiva do número de camas existentes por tipologias de internamento, pode verificar-se, conforme quadro abaixo, que apenas se denota um crescimento percentual de lugares na tipologia de Longa Duração e Manutenção (ULDM); a variação na Unidade de Média Duração e Reabilitação é zero, constatando-se uma diminuição nas tipologias de Convalescença e de Paliativos. Mais se acrescenta, que em 2013 é perceptível um abrandamento do crescimento da capacidade contratualizada, sendo este fato expectável face à capacidade até então instalada e à conjuntura económica nacional.

Quadro 11: Evolução número de camas 2010-2013

Evolução do n.º de camas 2010-2013			
Tipologias de Internamento	2010-2011	2011-2012	2012-2013
UConvalescença	19,4%	-5,7%	-5,1%
UMédia Duração e Reabilitação	2,8%	6,6%	0,0%
ULonga Duração e Manutenção	27,8%	8,3%	15,4%
UCPaliativos	22,9%	23,3%	13,2%
TOTAL	17,8%	8,1%	6,7%

Fonte: Relatório de Monitorização da Atividade nos Cuidados Continuados Integrados na Região Norte, 2013

No que se refere à utilização das camas nas diversas tipologias somos a acrescentar que a 31 de dezembro de 2013 na Região Norte:

Convalescença

O número de camas contratadas e em funcionamento é de 297, verificando-se um decréscimo relativamente a 2012 de 16 lugares. Esta variação negativa de 5,1% corresponde ao encerramento da UC do CH Trás-Os-Montes e Alto Douro (Vila Pouca de Aguiar), passando de 18 para 17 as Unidades para a tipologia na Região Norte.

Média Duração e Reabilitação

O número de camas contratadas e em funcionamento é de 552, verificando-se uma variação de 0 pontos percentuais. O número de Unidades em funcionamento a esta data era de 27.

Longa Duração e Manutenção

O número de camas contratadas e em funcionamento é de 1.114, verificando-se um aumento relativamente a 2012 de 149 lugares; esta variação positiva de 15,4% corresponde à abertura de 6 ULDM. O número de unidades em funcionamento é de 46.

Paliativos

O número de camas contratadas e em funcionamento é de 46, verificando-se uma diminuição relativamente a 2012 de 7 lugares. Esta variação negativa de 13,2% corresponde ao encerramento de uma UCP no distrito de Vila Real, a UCP do CH Trás-Os-Montes e Alto Douro (Vila Pouca de Aguiar).

Paralelamente é possível constatar o número de doentes referenciados para a RNCCI pelos Cuidados de Saúde Primários, conforme o quadro abaixo, cujas sinalizações perfazem um total de 3.800 clientes.

Quadro 12: Nº de doentes referenciados por ACES em 2013

ACeS Referenciados	Doentes Referenciados	ACeS Referenciados	Doentes Referenciados
ULS Alto Minho	351	Feira/Arouca	116
ULS Nordeste	304	Póvoa de Varzim/Vila do Conde	116
Geres/Cabreira	287	Gondomar	104
Maia/Valongo	265	Porto Ocidental	99
Baixo Tâmega	263	Aveiro Norte	88
ULS Matosinhos	248	Porto Oriental	83
Braga	229	Douro Sul	67
Alto Ave	218	Gaia	66
Marão e Douro Norte	179	Sto Tirso/Trofa	58
Barcelos/Esposende	176	Famalicão	52
Alto Tâmega e Barroso	171	Vale Sousa Sul	49
Espinho/Gaia	169	Vale Sousa Norte	42

Fonte: Relatório de Monitorização da Atividade nos Cuidados Continuados Integrados na Região Norte, 2013

Relativamente ao número de pessoas assistidas no âmbito da RNCCI na Região Norte este é de 13.401 doentes, conforme o quadro abaixo; importa no entanto referir que deste número constam os doentes referenciados e validados em 2013 mas também aqueles que permaneciam em lista de espera a 31.12.2012 e que transitaram para o ano seguinte.

Quadro 13: Número de doentes assistidos em 2013 na Região

1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
3278	3299	3212	3612	13401

Fonte: Relatório de Monitorização da Atividade nos Cuidados Continuados Integrados na Região Norte, 2013

De acordo com o documento já citado, e do qual foram recolhidos os presentes dados, quando comparados os anos de 2012 e 2013 relativamente ao número de doentes assistidos, verifica-se que em 2013 foram assistidos mais 541 doentes, o que representou um aumento de 4,2% no total de doentes assistidos na Região Norte.

Relacionando este aumento na capacidade de assistência com as estruturas existentes, pode-se observar, com o quadro abaixo, por tipologia, a taxa de ocupação média em 2013, sendo claro o aumento percentual da taxa de ocupação nas UMDR, UCP e ECCI. No que se refere à oscilação negativa de 3 pontos percentuais presente na ULDM, importa referir que o Relatório de Monitorização da Atividade nos Cuidados Continuados Integrados na Região Norte, 2013 prevê a mesma de carácter temporário e de ajustamento face ao aumento de 15,2% na resposta em 2013.

Quadro 14: Variação Taxa de Ocupação por tipologia 2011-2013

Tipologia	2011	2012	2013	Variação
UConvalescença	77%	88%	88%	0%
UMédia Duração e Reabilitação	91%	93%	95%	+ 2 %
ULonga Duração e Manutenção	94%	95%	92%	- 3%
UCPaliativos	76%	78%	86%	+ 8 %
ECCI	35%	57%	65%	+ 9 %

Fonte: Relatório de Monitorização da Atividade nos Cuidados Continuados Integrados na Região Norte, 2013

No que se refere à permanência (demora média) destes utentes nas diversas tipologias de internamento é de realçar que não foram ultrapassados os tempos máximos previstos de permanência de cada doente nas Unidades de Convalescença e de Média Duração e Reabilitação, sendo de 28 dias e de 61 dias, respetivamente. Na Tipologia de Longa Duração e Manutenção a demora média em 2013 situou-se nos 161 dias, em Paliativos nos 25 dias e em ECCI nos 90 dias.

Quadro 15: Variação da demora média por tipologia 2012-2013

Tipologia	Demora Média	
	2012	2013
UConvalescença	27	28
UMédia Duração e Reabilitação	72	61
ULonga Duração e Manutenção	162	161
UCPaliativos	29	25
ECCI	79	90

Fonte: Relatório de Monitorização da Atividade nos Cuidados Continuados Integrados na Região Norte, 2013

Face aos dados apresentados, de acordo com as informações disponibilizadas pela Administração Regional de Saúde do Norte, IP, é possível aferir que em Agosto de 2014 nos municípios que constam do quadro abaixo e que fazem parte da AMP, existem 626 lugares dos quais 608 estão ocupados existindo disponibilidade de vagas para 18 doentes.

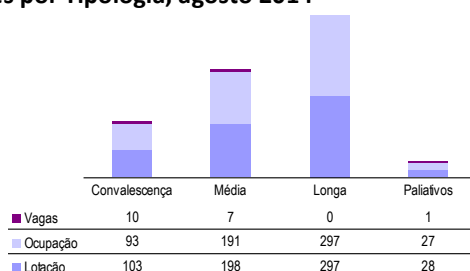
Quadro 16: Ocupação das Unidades por Tipologia, agosto 2014

Local	Unidade	Tipologia	Lotação	Ocupação	Vagas
Arouca	S.C.M. Arouca	Longa	14	14	0
	S.C.M. Arouca	Média	6	6	0
Espinho	CHVNG - Espinho	Convalescença	14	14	0
	CHVNG - Espinho	Convalescença (AVC)	14	12	2
S. João Madeira	S.C.M. SJ Madeira	Longa	19	19	0
Gondomar	Fundação Fernando Pessoa	Longa	40	40	0
Matosinhos	U.L.S. Matosinhos	Convalescença	22	18	4
Paredes	Hospital Mis. Paredes	Média	17	16	1
	Hospital Mis. Paredes	Convalescença	16	13	3
Porto	IPO Porto	Paliativos	20	20	0
	S.C.M. Porto	Longa	37	37	0
Póvoa Varzim	Clipóvoa	Média	34	32	2
	S.C.M. Póvoa Varzim	Longa	27	27	0
	S.C.M. Póvoa Varzim	Média	21	21	0
	Wecare	Convalescença	14	13	1
	Wecare	Paliativos	8	7	1
	Wecare	Longa	28	28	0
Santo Tirso	S.C.M. Santo Tirso	Média	16	16	0
	S.C.M. Santo Tirso	Longa	16	16	0
Valongo	Hospital S. Martinho	Longa	16	16	0
	Hospital S. Martinho	Média	16	16	0
	Hospital Valongo	Convalescença	23	23	0
Vila do Conde	S.C.M. Vila do Conde	Longa	15	15	0
	S.C.M. Vila do Conde	Média	25	24	1
	Clihotel Gaia	Média	23	23	0
	Clihotel Gaia	Longa	45	45	0
	Montepio Residências	Média	40	37	3
	Montepio Residências	Longa	40	40	0

Fonte: Ocupação das Unidades/Tipologias à data de 18-08-2014 | <http://portal.arsnorte.min-saude.pt>

Podemos ainda observar através do gráfico seguinte, o número máximo de camas existentes por Tipologia assim como a ocupação das mesmas; de realçar que sendo a Unidade de Longa Duração e Manutenção a tipologia com mais camas é também aquela que apresenta uma ocupação de 100%. Relativamente às restantes tipologias as mesmas apresentam apenas vagas residuais.

Gráfico 3: Ocupação das Unidades por Tipologia, agosto 2014



Fonte: Ocupação das Unidades/Tipologias à data de 18-08-2014 | <http://portal.arsnorte.min-saude.pt>

Importa relembrar que o Município de Gondomar, embora identificado em 2008, pela Administração Regional de Saúde do Norte – Sub-Região do Porto, como município prioritário para a constituição de respostas a integrar na RNCCI, conforme os lugares presentes no quadro abaixo, apenas em 2014, o município de Gondomar viu ser protocolada com a Fundação Fernando Pessoa uma Unidade de Longa Duração e Manutenção, com capacidade para 40 doentes, localizada no piso 3 do Hospital-Escola da Universidade Fernando Pessoa.

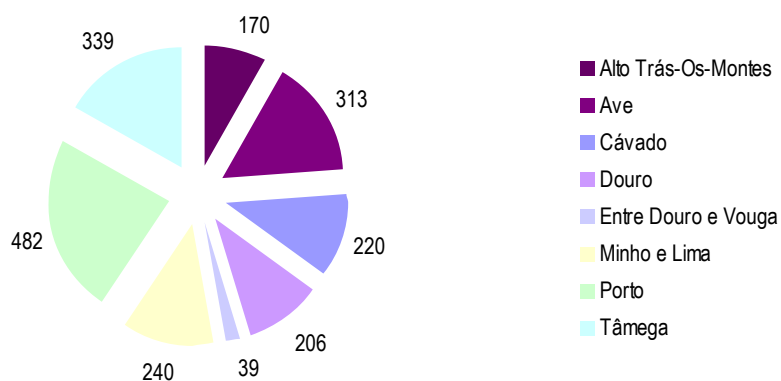
Quadro 17: N.º de camas necessárias por tipologia para o município de Gondomar

Gondomar	N.º de camas					
	Convalescença		Média Duração		Longa Duração	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
	25	49	28	45	70	108

Fonte: Ocupação das Unidades/Tipologias à data de 18-08-2014 | <http://portal.arsnorte.min-saude.pt>

De acordo com o Relatório de Monitorização da Atividade nos Cuidados Continuados Integrados na Região Norte em 2013, é possível aferir a distribuição geográfica das camas por NUT III conforme o gráfico abaixo, sendo o Porto o Tâmega e o Ave aqueles que têm um maior número de camas protocoladas.

Gráfico 4: Distribuição geográfica das camas por NUT III



Fonte: Relatório de Monitorização da Atividade nos Cuidados Continuados Integrados na Região Norte, 2013

Neste sentido, a Região Norte a 31 de dezembro de 2013, dispunha de 94 contratos para as diferentes tipologias de internamento na RNCCI, perfazendo um total de 2.009 camas divididas pelas diferentes Unidades conforme o quadro seguinte.

Quadro 18: Capacidade instalada na Região Norte 2013

UC	UMDR	ULDM	UCP
297	552	1.114	46

Fonte: Relatório de Monitorização da Atividade nos Cuidados Continuados Integrados na Região Norte, 2013

No que se refere à permanência (demora média) destes utentes nas diversas tipologias de internamento é de realçar que não foram ultrapassados os tempos máximos previstos de permanência de cada doente nas Unidades de Convalescença e de Média Duração e Reabilitação, sendo de 28 dias e de 61 dias, respetivamente.

Na Tipologia de Longa Duração e Manutenção a demora média em 2013 situou-se nos 161 dias, em Paliativos nos 25 dias e em ECCI nos 90 dias.

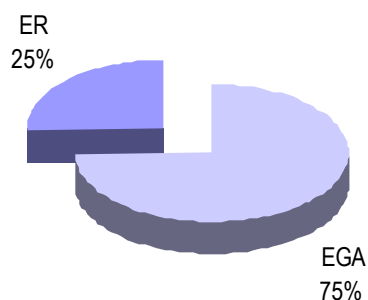
Quadro 19: Variação da demora média por tipologia 2012-2013

Tipologia	Demora Média	
	2012	2013
U. Convalescença	27	28
U. Média Duração e Reabilitação	72	61
U. Longa Duração e Manutenção	162	161
U.C. Paliativos	29	25
ECCI	79	90

Fonte: Relatório de Monitorização da Atividade nos Cuidados Continuados Integrados na Região Norte, 2013

Relativamente ao concelho de Gondomar e segundo dados fornecidos pela ECL – Equipa Coordenadora Local de Gondomar, no ano 2013 foram referenciados 384 utentes para a RNCCI. Desse número 287 foram referenciados pelas Equipas de Gestão de Altas (EGAS) e 97 pelas Equipas Referenciadoras (ER) do ACES de Gondomar (gráfico 5).

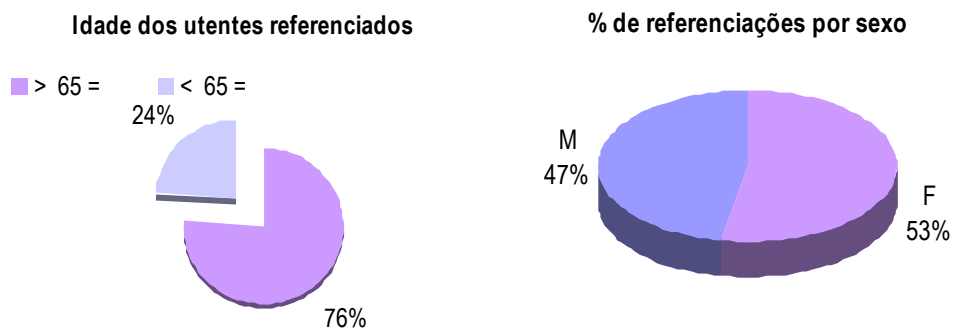
Gráfico 5: Total de referenciações pela Equipa Coordenadora Local de Gondomar, 2013



Fonte: ACES de Gondomar

Dos utentes referenciados, a maioria tem mais de 65 anos de idade, predominando o sexo feminino.

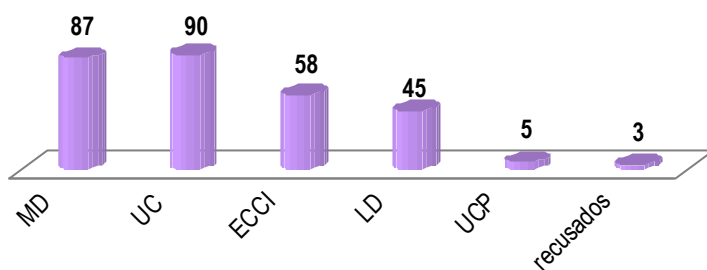
Gráfico 6: Caracterização dos utentes referenciados pela Equipa Coordenadora Local de Gondomar, 2013



Fonte: ACES de Gondomar

As tipologias mais referenciadas pela EGAS são para as Unidades de Convalescença e Unidades de Média Duração e Reabilitação.

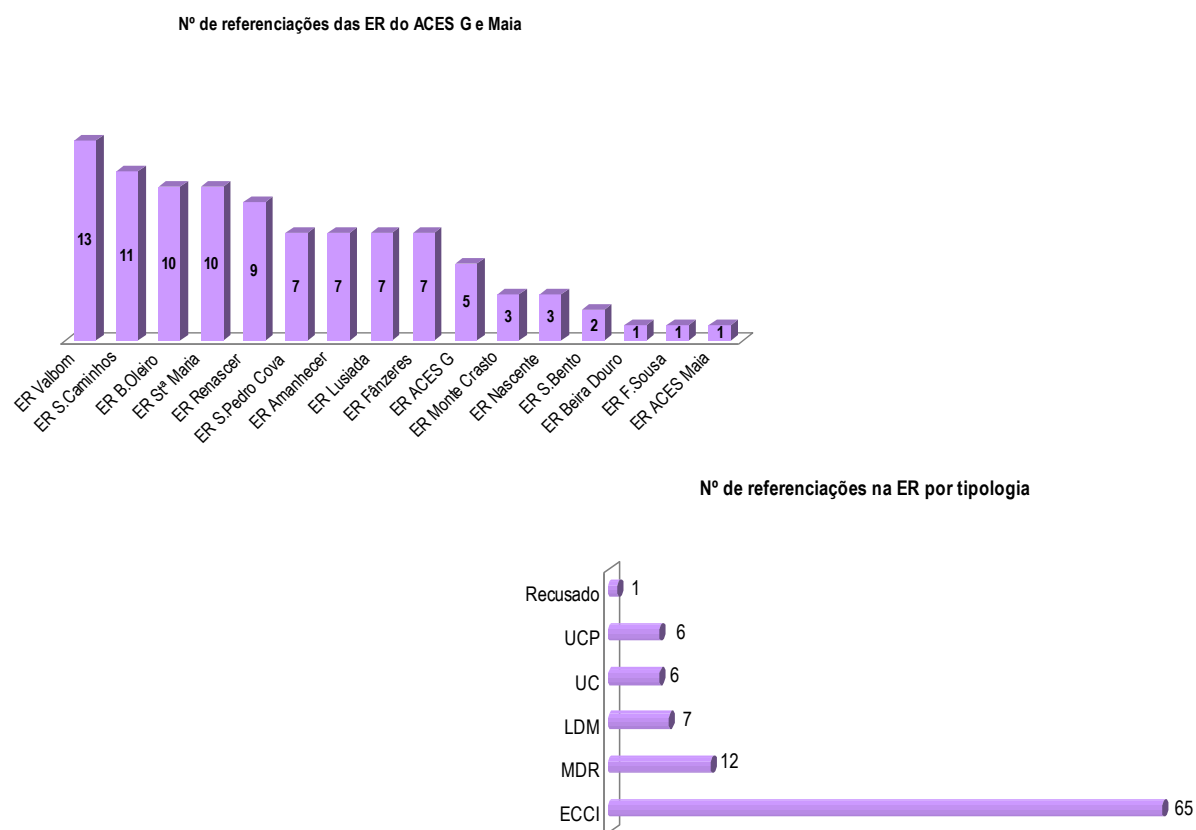
Gráfico 7: Referenciações por tipologia - EGAS Hospitalares, 2013



Fonte: ACES de Gondomar

Os gráficos abaixo permitem perceber as ER do ACES de Gondomar que procederam a referências bem como a tipologia de cuidados mais solicitada. De destacar que as ER do ACES de Gondomar referenciaram 97 utentes sendo a ECCI a tipologia mais solicitada.

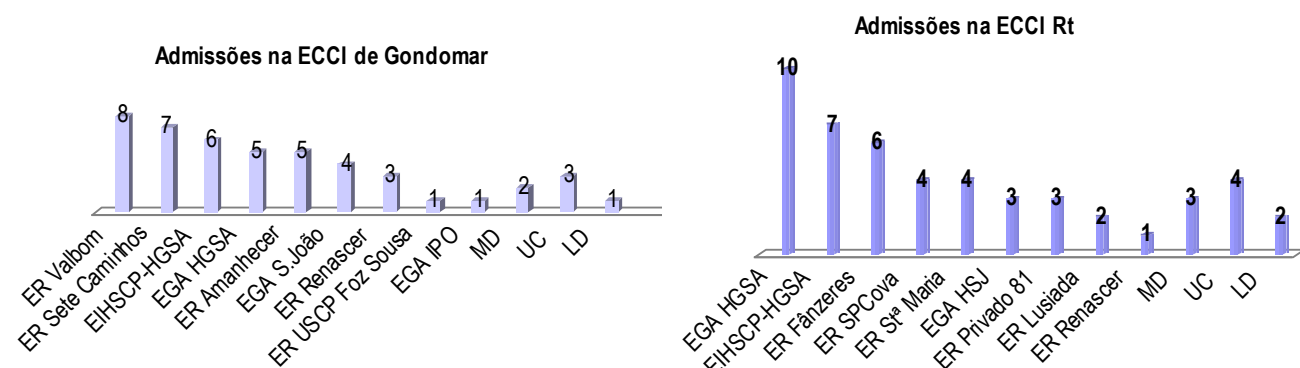
Gráficos 8 e 9: Referências pelas ER do ACES de Gondomar bem como as tipologias mais referenciadas, 2013



Fonte: ACES de Gondomar

O gráfico 10 permite analisar o número de admissões nas ECCI de Gondomar (ECCI Coração d'Ouro) e de Rio Rinto (ECCI Inovar); estas traduzem-se num total de 94 utentes.

Gráficos 10 e 11: Admissões nas ECCI, 2013

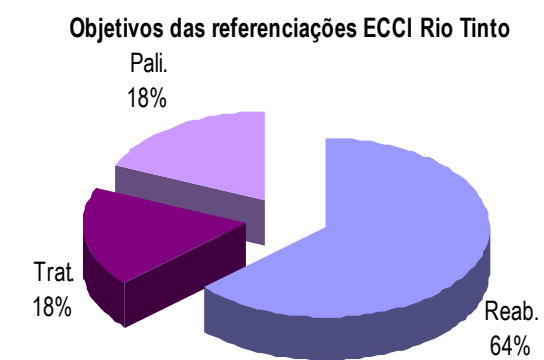


Fonte: ACES de Gondomar

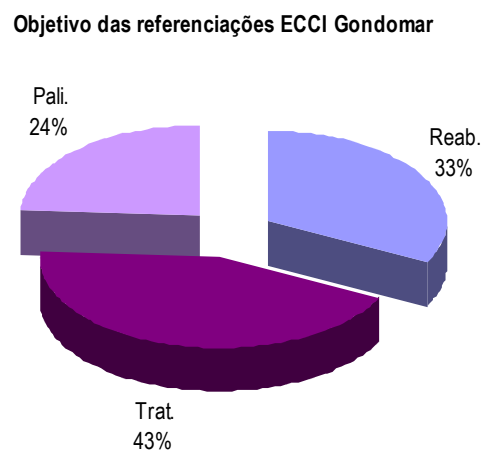
Os principais objetivos de referência para as ECCI são:

- Reabilitação;
- Cuidados Paliativos;
- Tratamentos.

Gráfico 12 e 13: Referenciações pelas ECCI, 2013



Fonte: ACES de Gondomar



COMPORTAMENTOS DE RISCO

“ (...) o lançamento de uma nova estratégia da UE de luta contra a droga para o período compreendido entre 2013 e 2020, na qual a União Europeia reafirma o seu empenho em seguir uma abordagem as questões ligadas a droga que seja equilibrada e esteja assente em dados concretos.

A estratégia da UE de luta contra a droga terá de enfrentar um novo panorama político com múltiplas dimensões, várias delas examinadas no presente relatório, como, por exemplo, a necessidade de melhorar os serviços prestados aos consumidores de droga nas prisões e a crescente importância das drogas sintéticas. A estratégia será executada num período de incerteza económica e consideráveis mudanças a nível mundial, em termos sociais e de desenvolvimento. A globalização e a inovação tecnológica afetam todos os setores da vida moderna e, por isso, não é de espantar que também afetem os problemas de droga com que estamos confrontados. Enquanto agência de informação, respondemos a esta evolução com recursos atualizados e adaptáveis, dotados de uma perspetiva abrangente.”

João Goulão (Presidente do Conselho de Administração do EMCDDA) e Wolfgang Götz (Diretor do EMCDDA)

O Relatório Europeu sobre Drogas - Tendências e evoluções 2013 propriedade do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, diz-nos que as principais características do panorama europeu em matéria de droga mantiveram-se relativamente estáveis ao longo dos últimos anos.

Referindo o consumo de drogas ainda como elevado, e uma alteração ao panorama até então conhecido da droga, devido ao aparecimento de (novos) problemas que desafiam os atuais modelos políticos e práticos - estão constantemente a surgir novas drogas sintéticas e novos padrões de consumo, tanto no mercado das drogas ilícitas como no contexto das substâncias não controladas, são no entanto relatadas mudanças positivas, como o aumento da oferta de tratamento, acompanhados por alguns sinais de redução do consumo de droga injetada e do número de novos consumidores de heroína, bem como do consumo de cocaína e de *cannabis* fumada.

Em termos de contextualização parece-nos pertinente referir que a Europa é um importante destino para as substâncias controladas desempenhando ainda um papel como ponto de trânsito de drogas destinadas a outras regiões. A América Latina, a Ásia Ocidental e o Norte de África são importantes zonas de origem das drogas que entram na Europa, mas a dinâmica do mercado de droga contemporâneo leva a que outras regiões do mundo estejam a adquirir uma importância crescente.

A Europa é igualmente uma região produtora de *cannabis* e de drogas sintéticas; praticamente toda a *cannabis* produzida destina-se ao consumo local, já algumas drogas sintéticas são fabricadas com o intuito da exportação para outras regiões. Neste sentido, a monitorização do consumo de droga e

dos danos relacionados com esta, na Europa, baseia-se principalmente em cinco indicadores epidemiológicos fundamentais: o consumo de droga entre a população em geral, o consumo problemático de droga, as mortes e a mortalidade relacionada com a droga, as doenças infetocontagiosas e a procura de tratamento da toxicodependência.

Em 2012, os Estados-Membros notificaram 73 novas substâncias psicoativas, através do mecanismo de alerta rápido da UE. Trinta dessas substâncias eram agonistas dos recetores canabinoides sintéticos, o que reflete a procura de produtos semelhantes a *cannabis* por parte dos consumidores. Dezanove compostos não correspondiam a grupos químicos facilmente reconhecíveis (incluindo plantas e medicamentos) e 14 novas fenetilaminas substituíram produtos anteriores do mesmo grupo, o número mais elevado desde 2005. Importa ainda referir que o EMCDDA realiza um estudo seletivo regular para monitorizar o número de lojas na Internet que oferecem produtos aos consumidores europeus, tendo sido identificadas 693 lojas online em janeiro de 2012.

O presente Relatório refere ainda que se estima que pelo menos 85 milhões de europeus adultos consumiram uma droga ilícita em algum momento da sua vida, o que equivale a cerca de um quarto da população adulta da Europa. A maioria afirma ter consumido *cannabis* (77 milhões), sendo as estimativas do consumo de outras drogas ao longo da vida muito mais baixas: 14,5 milhões para a cocaína, 12,7 milhões para as anfetaminas e 11,4 milhões para o *ecstasy*. Os níveis de consumo de droga ao longo da vida variam consideravelmente na Europa, desde um terço dos adultos na Dinamarca, França e Reino Unido, até menos de um em cada dez na Bulgária, Grécia, Hungria, Roménia e Turquia.

Por último algumas considerações que constam do Relatório Europeu sobre Drogas - Tendências e evoluções 2013 relativa à evolução de algumas das drogas ilícitas mais conhecidas:

- Nos últimos dez anos, as apreensões de *cannabis* herbácea ultrapassaram as de resina de *cannabis*, representando agora mais de metade do total de apreensões desta droga.
- A quantidade de heroína apreendida comunicada em 2011 foi a menor da última década, correspondendo apenas a cerca de metade da quantidade apreendida em 2001.
- Em 2011, foram reportadas cerca de 86.000 apreensões de cocaína na Europa, equivalentes a 62 toneladas de droga. Esta quantidade representa um decréscimo de quase 50 %.
- Após um período em que atingiram níveis mais elevados, tanto em número como em quantidade, as apreensões de anfetamina regressaram, em 2011, ao nível que tinham aproximadamente em 2002.

- As apreensões de *ecstasy* (MDMA) diminuíram abruptamente a partir de 2007 e os atuais 4,3 milhões de comprimidos apreendidos representam apenas uma pequena fração do número apreendido em 2002, ano em que as apreensões atingiram o nível máximo.

Centrando-nos agora especificamente em Portugal, e no seguimento da elaboração de documentos como a Estratégia da União Europeia de Luta contra a Droga 2013-2020, a Estratégia da UE para apoiar os Estados-Membros na redução dos problemas ligados ao álcool e a Estratégia Global da OMS para reduzir o uso nocivo do álcool, assim como o Plano Nacional de Saúde 2012-2016, foi constituído o **Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013 - 2020 (PNRCAD)**, da responsabilidade do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Este Plano surge da redefinição das políticas e dos serviços de saúde e também pelos novos desafios que foram identificados nos últimos anos, incluindo como pressuposto de análise as substâncias psicoativas, mas também da temática do jogo, atendendo aos comportamentos geradores de dependência que potencialmente cria. O PNRCAD proporciona o quadro político global e estabelece as prioridades do Estado Português em matéria de Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) para os próximos oito anos, e será operacionalizado através de dois Planos de Ação de 4 anos, designadamente 2013-2016 e 2017 -2020.

Retiramos do PNRCAD alguns dados que entendemos serem auxiliares de contextualizarem o país em matéria de dependências e que nos permitam posteriormente especificar e situar o Município de Gondomar na abordagem que realizaremos mais à frente, assim:

Substâncias ilícitas

Em Portugal, em 2012, cerca de **8,4% da população entre os 15-74 anos de idade já tinha tido pelo menos uma experiência de consumo de substâncias ilícitas** ao longo da vida e 2,3% tinha consumido nos últimos 12 meses. Considerando qualquer experiência de consumo ao longo da vida e o consumo recente (últimos 12 meses), verifica-se que a substância ilícita mais consumida no país é a **cannabis** (8,3%/2,3%), seguida do **ecstasy** (1,1%/0,2%) e da **cocaína** (1,0%/0,2%). Independentemente do tipo de consumo (experimental, recente ou atual) e da substância, os **consumos são sempre superiores no sexo masculino** e nas idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos de idade.

A taxa de **continuidade de consumo** de qualquer substância ilícita era de 27%, apresentando os mais jovens (15-24 anos de idade) uma taxa de continuidade mais elevada (45%), diminuindo esta de forma bastante significativa à medida que avançamos no ciclo de vida (Balsa, Vital & Urbano, 2013).

O **consumo das novas substâncias psicoativas** é, em 2012, ainda muito residual na população portuguesa entre os 15-74 anos de idade: cerca de 0,4% já tinha tido pelo menos uma experiência de consumo ao longo da vida e 0,1% tinha consumido nos últimos 12 meses. Trata-se de um comportamento com maior concentração no sexo masculino e nas idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos de idade, particularmente nos 15-24 e 25-34 (embora com prevalências não superiores a 1%).

O **meio de obtenção** mais usual destas substâncias era através dos Pontos de Venda de novas substâncias psicoativas (“smart shops”) (44%), que recentemente foram alvo de legislação proibitiva de venda destas substâncias (Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17 de abril) (Balsa, Vital & Urbano, 2013).

De uma forma geral, entre 2007 e 2012, a **tendência da evolução do consumo de substâncias psicoativas na população portuguesa entre os 15-64 anos de idade é para uma redução ou uma estabilização dos consumos**, não obstante poderem ser observadas algumas subidas pontuais; neste sentido, é de assinalar que, entre os utentes que procuraram tratamento em 2011 nas Unidades de Desabilitação (UD) e nas Comunidades Terapêuticas (CT) públicas, as idades médias do início dos consumos abusivos de substância ilícitas, álcool e benzodiazepinas se situavam entre os 16 e 23 anos de idade (SICAD, 2013).

Igualmente, no âmbito das **contra-ordenações por consumo de substância ilícitas**, cerca de metade dos indivíduos com processos abertos nas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT) relativos às ocorrências de 2011 pertenciam à faixa etária dos 16 aos 24 anos de idade (IDT, IP, 2012).

Em Portugal tem-se assistido a um **decréscimo no recurso à via endovenosa para consumo** (IDT, IP, 2012), acompanhando a tendência europeia (EMCDDA, 2013).

Bebidas alcoólicas

No que respeita ao **consumo de bebidas alcoólicas**, em Portugal, o consumo anual *per capita* de álcool (registado e não registado) na população adulta (15 ou mais anos de idade) **era em 2009 de 13,43 litros** (álcool puro), um pouco superior à média europeia, apesar de a percentagem de abstinentes ao longo da vida ser bastante superior à média europeia, quer no sexo masculino (18,6%) quer no feminino (32%) (WHO Regional Office for Europe, 2012).

Em 2012, cerca de **73% da população portuguesa entre os 15-74 anos de idade já tinha tido pelo menos uma experiência de consumo de bebidas alcoólicas** ao longo da vida e 60% tinha consumido nos últimos 12 meses. Independentemente do tipo de consumo, estes são sempre superiores no sexo masculino. O consumo recente (últimos 12 meses) concentra-se nas idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos de idade.

Entre a população portuguesa de 15-74 anos de idade, considerando o período dos últimos 12 meses, a prevalência de consumo *binge* era de 7,4%, e a de embriaguez no sentido restrito (ficar a

cambaleiar, com dificuldade em falar, vomitar, e/ou não recordar depois o que aconteceu) era de 5,1%, sendo estas prevalências mais elevadas nas faixas etárias mais jovens, designadamente entre os 15-24 anos de idade (13,2% e 12,8% respetivamente) (Balsa, Vital & Urbano, 2013).

Medicamentos psicoativos

Quanto ao **consumo de medicamentos psicoativos** (sedativos, tranquilizantes ou hipnóticos), em 2012, cerca de **22% da população portuguesa entre os 15-74 anos de idade** já tinha tido pelo menos uma experiência de consumo deste tipo de medicamentos (20,4% através de prescrição médica e 1,4% sem prescrição) e 13,7% tinha consumido nos últimos 12 meses.

Estes consumos são bastante **superiores no sexo feminino**; contudo, o consumo de medicamentos sem prescrição médica (bastante mais residual) predomina no sexo masculino. **As prevalências do consumo recente aumentam gradualmente à medida que se avança nas etapas do ciclo de vida**, atingindo os valores máximos de 21% e de 24% nos grupos etários dos 55-64 anos de idade e 65-74 anos de idade (Balsa, Vital & Urbano, 2013).

De acordo com os resultados do **III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Portuguesa 2012** (INPG, 2012):

. com exceção para a heroína, mais de metade dos consumidores das outras substâncias psicoativas declara nunca ter tido consequências adversas do consumo (Balsa, Vital & Urbano, 2013);

. em 2011, o número de utentes integrados na rede pública de tratamento de substâncias ilícitas e/ou álcool foi de 45.863 em ambulatório (38.292 atendidos nos Centros de Respostas Integradas (CRI) e 7.571 nas Unidades de Alcoologia (UA), sendo o número de admitidos no ano de 2007, 10.373 clientes distribuindo-se por 8.492 nos CRI (5.960 pela primeira vez inscritos nestas estruturas do IDT,IP, dos quais 36% admitidos por problemas ligados ao álcool e 38% pelo consumo de substâncias psicoativas ilícitas) e 1.881 nas UA.

. em 2011, o número de utentes sem enquadramento sociofamiliar de estruturas de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) apoiadas pelo IDT,IP foi de 12.550.

. a maioria dos utentes integrados nestas estruturas de tratamento e de RRMD são do sexo masculino (de um modo geral, acima dos 80%). As modas e médias de idades dos utentes destas estruturas situam-se na faixa etária dos 35-44 anos de idade, com a média etária dos utentes com

problemas relacionados com o consumo de substância ilícitas tendencialmente próxima do extremo inferior e a dos utentes com Problemas Ligados ao Álcool (PLA) próxima do extremo superior. Com efeito, a procura de tratamento no caso dos utentes com PLA acima desta faixa etária, e em particular entre os 45-54 anos, é também bastante relevante e significativamente superior ao dos utentes com problemas relacionados com o consumo de substância ilícitas (IDT, IP, 2012; IDT, IP, 2012a; SICAD, 2012).

. as mortes relacionadas com o consumo de substâncias ilícitas em Portugal, têm tendencialmente decrescido entre 2010 e 2011; tendo ocorrido em 2011, 6 mortes causadas por dependência de substâncias ilícitas (Lista Sucinta Europeia) de acordo com o INE, IP, mas 10 casos de mortes relacionadas com o consumo de substâncias ilícitas de acordo com o critério do OEDT.

. de acordo com o Instituto Nacional de Medicina Legal, IP, em 2011, dos 157 óbitos com resultados toxicológicos positivos (substâncias ilícitas) post-mortem e com informação sobre a causa de morte, 19 casos foram considerados overdoses (127 overdoses nos ultimo 3 anos). Nestas overdoses foram detetadas mais do que uma substância, sendo de destacar em associação com as substâncias ilícitas, as overdoses com a presença de álcool (37%) e benzodiazepinas (42%). A idade média das vítimas destas overdoses era de 38 anos de idade, ocorrendo as mesmas sobretudo nas faixas etárias dos 35 aos 44 anos (47% dos casos) e dos 25 aos 34 anos de idade (27% dos casos).

Parece-nos agora possível iniciar de uma forma mais contextualizada uma análise sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Centro de Respostas Integradas Porto Oriental, responsável pelo apoio aos munícipes de Gondomar.

O quadro 20 analisa de forma pormenorizada o número de utentes ativos no CRI Porto Oriental, de acordo com o tipo de substâncias consumidas entre os anos 2009 a 2013. São visíveis desta forma as substâncias ilícitas mais consumidas por estes utentes, nomeadamente a Heroína, Cocaína e a Cannabis/ Haxixe/ Erva. Vemos que em 2013 o CRI Porto Oriental acompanhou 668 utentes.

Quadro 20: Número de utentes ativos no CRI Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, segundo o tipo de substâncias consumidas, 2009 a 2013

Substâncias Ilícitas	Total de Consumidores - n.º				
	2009	2010	2011	2012	2013
Anfetaminas					
Benzodiazepinas					
Cannabis/ Haxixe/ Erva	22	11	25	39	43
Cocaína	138	22	23	37	36
Cogumelos Mágicos					
Ecstasy/ XTS/ Pastilhas				1	8
Heroína	481	529	497	554	526
LSD (Ácidos/Trips)					
Solventes Voláteis					
Heroína + Cocaína	26			3	
Outros	57	63	41	54	55
Total	724	625	586	688	668

Fonte: CRI Porto Oriental | março 2014

Os gráficos abaixo pretendem possibilitar uma leitura transversal sobre o número de utentes inscritos e acompanhados pelo CRI Porto Oriental por freguesia de residência e por tipo de consulta - 1.ª Consulta ou Consulta de Acompanhamento (utentes ativos com pelo menos uma consulta no período em análise).

O gráfico 14 permite perceber que o n.º total de utentes ativos no CRI Porto Oriental tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos. Coincidentemente foram dinamizados nos últimos anos, nos territórios de Rio Tinto e S. Pedro da Cova, Programas de Respostas Integradas (PRI) no âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI), intervenção que integra abordagens e respostas interdisciplinares, que atuaram no âmbito dos Eixos da Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção.

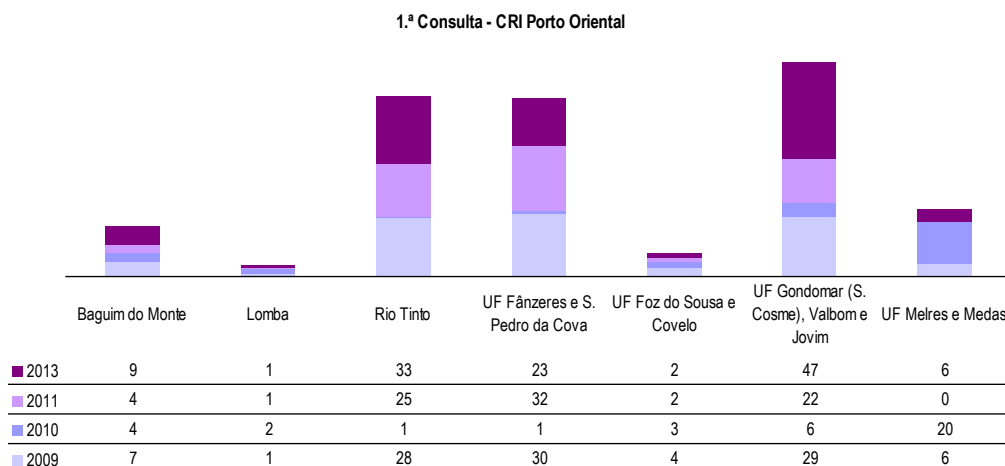
Gráfico 14: Número total de utentes ativos no CRI de Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, nos anos 2009, 2010, 2011 e 2013



Fonte: CRI Porto Oriental | março 2014

Os gráficos 15 e 16 permitem uma análise do número de utentes por freguesia de residência e por tipo de consulta em números absolutos, destacando-se essencialmente os mesmos territórios. Em termos de 1.ª Consulta as freguesias com maior expressão são União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, Rio Tinto e a União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova.

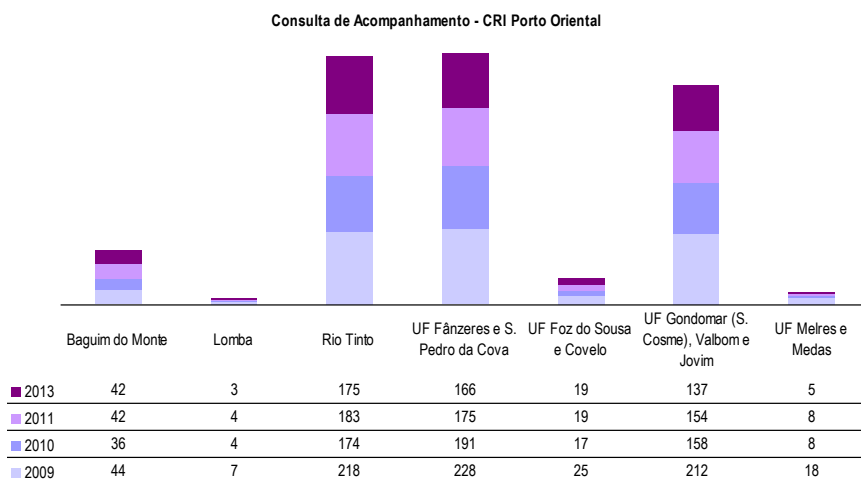
Gráfico 15: Número de utentes admitidos para 1.ª consulta no CRI de Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, por freguesia, nos anos 2009, 2010, 2011 e 2013



Fonte: CRI Porto Oriental | março 2014

Relativamente às Consultas de Acompanhamento destacam-se as freguesias União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, Rio Tinto e a União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim.

Gráfico 16: Número de utentes admitidos para consulta de acompanhamento no CRI de Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, por freguesia, nos anos 2009, 2010, 2011 e 2013



Fonte: CRI Porto Oriental | março 2014

O quadro 21 pretende por sua vez especificar a informação anterior por território e por sexo, sendo perceptível a incidência do sexo masculino.

Quadro 21: Número de utentes admitidos no CRI de Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, por freguesia e sexo, nos anos 2009, 2010, 2011 e 2013

Freguesias	2009				2010			
	1.ª Consulta		Consulta de Acompanhamento		1.ª Consulta		Consulta de Acompanhamento	
	Sexo				Sexo			
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Baguim do Monte	7		41	3	4		33	3
Lomba	1		5	2	1	1	3	1
Rio Tinto	25	3	206	12	1		168	6
UF Fânzeres e S. Pedro da Cova	27	3	213	15	1	0	178	13
Fânzeres	5	1	61	9	1		56	9
S. Pedro da Cova	22	2	152	6			122	4
UF Foz do Sousa e Covelo	4	0	25	0	2	1	17	0
Foz do Sousa	3		18	0	1		15	
Covelo	1		7	0	1	1	2	
UF Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	22	7	193	19	4	2	150	8
Gondomar (S. Cosme)	10	3	96	9	2	1	86	4
Valbom	8	3	69	9			44	4
Jovim	4	1	28	1	2	1	20	
UF Melres e Medas	4	2	16	2	19	1	8	0
Melres	2	1	13	1	9		7	
Medas	2	1	3	1	10	1	1	
Município Gondomar	90	15	699	53	32	36	557	31

Fonte: CRI Porto Oriental | março 2014

Cont. Quadro 21: Número de utentes admitidos no CRI de Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, por freguesia e sexo, nos anos 2009, 2010, 2011 e 2013

Freguesias	2011				2013			
	1.ª Consulta		Consulta de Acompanhamento		1.ª Consulta		Consulta de Acompanhamento	
	Sexo				Sexo			
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Baguim do Monte	3	1	36	6	9	0	38	4
Lomba	1	0	3	1	1	0	2	1
Rio Tinto	25	0	171	12	28	5	162	13
UF Fânzeres e S. Pedro da Cova	27	5	163	12	23	0	152	14
Fânzeres	10	1	66	9			60	9
S. Pedro da Cova	17	4	97	3	23		92	5
UF Foz do Sousa e Covelo	2	0	18	1	2	0	17	2
Foz do Sousa	2		15	1			13	2
Covelo			3		2		4	
UF Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	20	2	145	9	46	1	127	10
Gondomar (S. Cosme)	15		86	5	23	1	72	6
Valbom	4	2	38	4	17		36	4
Jovim	1		21		6		19	
UF Melres e Medas	0	0	7	1	6	0	4	1
Melres			6		4		4	
Medas			1	1	2			1
Município Gondomar	78	8	543	42	115	6	502	45

Fonte: CRI Porto Oriental | março 2014

Os quadros seguintes pretendem contribuir para uma caracterização destas pessoas, consumidoras de substâncias ilícitas, residentes no município de Gondomar.

O quadro 22 permite aferir que o número de utentes ativos entre os 0 e os 14 anos de idade é residual, registando-se no entanto em 2012 uma subida; de realçar que o número de utentes ativos aumenta paralelamente ao aumento da idade, sempre com maior incidência no sexo masculino, tal como o referido no Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013 - 2020.

Quadro 22: Número de utentes ativos no CRI Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, segundo sexo e grupo etário, 2009 a 2013

Escalão etário	2009		2010		2011		2012		2013	
	Sexo									
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
0-14 Anos de Idade	1						8	1		
15-19 Anos de Idade			1		3	1	25	3	3	
20-24 Anos de Idade	6		6	2	11	3	31	2	11	
25-29 Anos de Idade	16	2	21	1	22	1	52	4	36	4
30-34 Anos de Idade	39	8	44	7	45	6	64	4	41	3
35-39 Anos de Idade	99	9	166	6	143	10	146	12	120	15
40-44 Anos de Idade	177	12	128	7	109	8	94	12	124	10
≥ 45 Anos de Idade	362	21	223	13	210	14	217	13	282	19

Fonte: CRI Porto Oriental | março 2014

No que se refere às Habilitações Literárias destacam-se as pessoas com 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico; nota-se contudo um aumento progressivo de pessoas em tratamento com escolaridade ao nível do secundário.

Quadro 23: Habilitações Literárias dos utentes do CRI do Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, segundo sexo, 2009 a 2013

Habilitações Literárias	2009		2010		2011		2012		2013	
	Sexo									
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Analfabeto ou 1º Ciclo Incompleto	44	1			5		31		29	
1º Ciclo Completo	231	7	206	6	176	7	202	8	188	9
2º Ciclo Completo	281	20	234	18	221	20	252	20	244	19
3º Ciclo Completo	94	14	67	6	71	8	94	9	98	8
Secundário Completo	26	10	23	4	26	5	38	8	40	9
Bacharelato/ Licenciatura	5		41	1	32		2	2	4	2
Desconhecido	18		18	1	12	2	18	4	14	4

Fonte: CRI Porto Oriental | março 2014

Relativamente à situação face ao emprego, o quadro 24 revela que os consumidores de substâncias ilícitas em tratamento estão maioritariamente empregados, o que também pode ser favorável ao próprio tratamento; de realçar o número de pessoas em acompanhamento em 2013 que se encontravam a frequentar Formação Profissional. Pode no entanto, ser observado um aumento considerável de pessoas em situação de desemprego ao longo dos últimos 5 anos.

Quadro 24: Situação Laboral dos utentes do CRI Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, segundo sexo, 2009 a 2013

Situação laboral	2009		2010		2011		2012		2013	
	Sexo									
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Estudante	13	2	8		11	1	11	3		
Formação Profissional (remunerada)	4								370	23
Emprego (tempo inteiro/ parcial)	480	28	389	22	346	22	382	25		
Desempregado/ À procura de emprego	170	19	163	12	154	14	205	17	214	26
Inativo economicamente (pensionista, inválido, doméstico)	15	1	13		14		16			
Outro	2						2	1	6	1
Desconhecido	15	3	16	2	18	6	21	5	27	1

Fonte: CRI Porto Oriental | março 2014

Quanto à problemática do alcoolismo, o quadro seguinte, realiza, ainda que de uma forma sumária, uma caracterização destas pessoas, tendo existido uma crescente procura deste serviço. Podemos ver que em 2010 foram atendidas 56 pessoas (45 homens e 11 mulheres), em 2011 foram tratadas 112 pessoas (97 homens e 15 mulheres), em 2012 esse número foi de 153 pessoas (117 homens e 36 mulheres), e em 2013, 171 pessoas (das quais 151 homens e 20 mulheres) estavam em tratamento no CRI Porto Oriental.

Quadro 25: Número de utentes alcoólicos em tratamento no CRI Porto Oriental, residentes no Município de Gondomar, segundo sexo e grupo etário, entre 2010 e 2013

Escalão etário	2010		2011		2012		2013	
	Sexo							
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
0-14 Anos de Idade				1	1	1		
15-19 Anos de Idade					4	4		
20-24 Anos de Idade			1	1	7	7		
25-29 Anos de Idade	3	3			12	1	4	
30-34 Anos de Idade	1	1	3		12	3	4	1
35-39 Anos de Idade	7	2	14	2	28	7	12	1
40-44 Anos de Idade	9	1	19	4	16	3	24	4
≥ 45 Anos de Idade	25	4	60	7	37	10	107	14

Fonte: CRI Porto Oriental | março 2014

À semelhança das substâncias ilícitas, também o número de utentes alcoólicos aumenta paralelamente ao aumento da idade, sempre com maior incidência no sexo masculino, tal como o referido no Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013 - 2020.

Por último, foi-nos ainda facultado algumas dimensões/ problemas sociais que podem estar relacionados com o consumo de álcool ao nível concelhio, existindo no entanto, apenas informação relativa à problemática do Desemprego, sendo apontados em 2012 e em 2013 95 e 82 indivíduos respetivamente, com problemas ligados ao álcool.

Quadro 26: Quantificação dos problemas sociais relacionados com o consumo de álcool - 2010 a 2013

Dimensões consideradas	2010	2011	2012	2013
Comportamentos violentos relacionados com o álcool	SI	SI	SI	SI
Violência Doméstica relacionada com o álcool	SI	SI	SI	SI
Jovens e Crianças em risco e em situação de acolhimento por dependência alcoólica dos pais	SI	SI	SI	SI
Agregados Familiares sinalizados com P.L.A	SI	SI	SI	SI
Consumos de álcool na gravidez	SI	SI	SI	SI
Sem-abrigo com problemas ligados ao álcool	SI	SI	2	1
Situações de exclusão	SI	SI	SI	SI
Indivíduos desempregados com problemas ligados ao álcool	SI	SI	95	82
Utentes em acompanhamento cuja problemática identificada foi o alcoolismo	56	112	153	171

Fonte: CRI Porto Oriental | março 2014

O quadro seguinte, quadro 27, permite perceber o número de pessoas em tratamento em todas as unidades da ARSNorte/DICAD com residência no município de Gondomar.

Registaram-se aumentos no número de utentes ativos residentes no Município, particularmente nos utentes com problemas ligados ao álcool e jovens inscritos na Consulta de Jovens, o que pode ser reflexo de uma maior proximidade das respostas da ARSNorte/DICAD.

Relativamente aos indicadores referentes à privação económica e social extrema, destaca-se o total de utentes em situação de exclusão encontrando-se em situação de sem-abrigo 27 indivíduos com relação ao município de Gondomar.

O número de utentes com doenças infecciosas tem-se mostrado estável ao longo dos últimos três anos, o que poderá ser um indicador do decréscimo no recurso à via endovenosa para consumo (IDT.IP, 2012).

Quadro 27: Indicadores que traduzem a gravidade dos problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas em residentes no Município de Gondomar.

Indicadores	Dados que traduzem a gravidade dos problemas				CRI	Concelho Gondomar			
	CRI	Concelho Gondomar							
Prevalência dos comportamentos aditivos e dependências	n				Total 2013	Tx p/ 10.000 habitantes			
	2011	2012	2013	Total 2013		2011	2012	2013	
Crianças/Jovens em seguimento nas consultas de atendimento a jovens e crianças em risco	184	72	59	80	3,1	4,3	3,5	4,8	
Utentes Ativos	2843	890	1162	1166	47,4	53,0	69,2	69,4	
Utentes Ativos em Programa de Tratamento para Problemas Ligados ao Alcool	873	116	283	312	14,6	6,9	16,8	18,6	
Privação económica e social extrema	n				Total 2013	Tx p/ 10.000 habitantes			
	2011	2012	2013	Total 2013		2011	2012	2013	
Situações de Exclusão, ao nível regional (Centro de Abrigo)	5	3	4	4	0,1	0,2	0,2	0,2	
Situações de Exclusão, ao nível regional (Hotéis, Pensões e Similares)	11	5	7	3	0,2	0,3	0,4	0,2	
Situações de Exclusão, ao nível regional (Outro Alojamento coletivo de convivência)	24	7	8	9	0,4	0,4	0,5	0,5	
Situações de Exclusão, ao nível regional (Rua)	24	11	14	11	0,4	0,7	0,8	0,7	
Situações de Exclusão, ao nível regional (Total)	64	26	33	27	1,1	1,5	2,0	1,6	
Utentes ativos desempregados	1178	268	370	362	19,6	15,9	22,0	21,5	
Utentes ativos analfabetos	116	43	46	45	1,9	2,6	2,7	2,7	
Utentes ativos que concluíram o 1º ou 2º ciclo	1936	604	793	767	32,3	35,9	47,2	45,6	
Utentes ativos (reformados ou pensionistas)	134	31	45	58	2,2	1,8	2,7	3,5	
Prevalência de doenças infecciosas	n				Total 2013	Tx p/ 10.000 habitantes			
	2011	2012	2013	Total 2013		2011	2012	2013	
Utentes ativos infetados pelo vírus Hepatite C	532	286	285	285	8,9	17,0	17,0	17,0	
Utentes ativos infetados pelo vírus Hepatite B	47	19	20	19	0,8	1,1	1,2	1,1	
Utentes ativos infetados pelo VIH (sintomáticos e assintomáticos) e casos de Sida	189	121	115	107	3,2	7,2	6,8	6,4	

Fonte: CRI Porto Oriental | março 2014

Programas de Respostas Integradas (PRI) no âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) no município de Gondomar

O Plano Operacional de Repostas Integradas (PORI) é uma medida estruturante de âmbito nacional ao nível da intervenção integrada na área dos comportamentos aditivos e dependências, que procura potenciar as sinergias disponíveis no território nacional, quer através do desenvolvimento e implementação de metodologias que permitam a realização de diagnósticos que fundamentem a intervenção, quer através da implementação de Programas de Respostas Integradas (PRI).

Entende-se por PRI uma intervenção que integra abordagens e respostas interdisciplinares, de acordo com alguns ou todos os eixos (prevenção, dissuasão, tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção) e que decorre dos resultados do diagnóstico de um território identificado como prioritário.

O PORI baseia-se nos princípios da territorialidade, da integração, da parceria e da participação que constituem o quadro de orientação estratégica definido pela Organização Internacional do Trabalho, para o contexto da luta contra a pobreza e exclusão social.

Estes princípios estratégicos foram-se constituindo como um património orientador das intervenções e projetos, que atuam em problemáticas de carácter multidimensional, como é o caso do uso e abuso de substâncias psicoativas, tipos e padrões de consumo.

O município de Gondomar foi diagnosticado através do PORI como prioritário de intervenção no âmbito das dependências e desde 2008 vem sendo intervencionado por Programas de Respostas Integradas nos eixos da Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção.

No âmbito da Prevenção, (em funcionamento até 31/12/2015)

Eixo desenvolvido pela Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante com o PRI “Crescer”, este desenvolve o projeto nas seguintes entidades da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova: Associação Social Recreativa Cultural e Bem-Fazer "Vai Avante", Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova, Escola Secundária de São Pedro da Cova, Eb1's de São Pedro da Cova, Escola Profissional de Gondomar.

Número de população abrangida: 1.120

Impacto do projeto no concelho: Tendo como referência o diagnóstico “Bairros Sociais de S. Pedro da Cova”, realizado no âmbito do PORI e o Modelo de Planeamento do PRI, pode-se concluir que o projeto teve um alcance nas problemáticas identificadas:

- Contribuição para a diminuição de comportamentos sexuais de risco, através essencialmente das ações de sensibilização, que possibilitaram um aumento substancial dos conhecimentos, que se revelou desde logo um bom preditor de um aumento da consciencialização desta problemática.
- Aumento da perceção de risco associada aos consumos, contribuindo desta forma para a diminuição de consumos e da experimentação precoce de Substâncias Psicoativas (SPA's);
- Aumento de competências parentais, de forma a diminuir défices e negligência parental;
- Combate ao insucesso, absentismo e abandono através das ações de sensibilização, formação de pares, das competições desportivas, participação no jornal, campanhas, ações lúdico-pedagógicas e atendimento psicossocial. Estas problemáticas foram também trabalhadas apostando na formação parental, que permitiu valorizar a importância da escola e da formação profissional e combater a ausência da supervisão parental. Este trabalho bidirecional, envolvendo o indivíduo e a família, permite perpetuar a manutenção dos resultados;
- Promoção de competências pessoais e sociais, através das ações de sensibilização, das atividades lúdico-pedagógicas, da educação pelos pares, do gabinete, do programa ‘Eu e os Outros’ e da participação no jornal. Consecutivamente, esta intervenção promoveu uma diminuição dos comportamentos desviantes diagnosticados.

No âmbito da Reinserção, (em funcionamento até 31/12/2015)

“Os percursos de inserção de indivíduos com problemas de uso e abuso de substâncias psicoativas são, caracteristicamente, lentos e sinuosos, exigindo intervenções globais e sistémicas que contribuam para a sua sustentabilidade. Nesta ótica, a abordagem no âmbito da inserção social extravasa a correção dos comportamentos e das atitudes dos indivíduos, centrando-se também na transformação, não menos profunda, das instituições, dos agentes sociais e económicos. O acompanhamento dos processos de inserção constitui por si, uma estratégia que garante a avaliação permanente do percurso, a correção de opções e o apoio de retaguarda ao indivíduo, numa lógica proactiva de prevenção da recaída

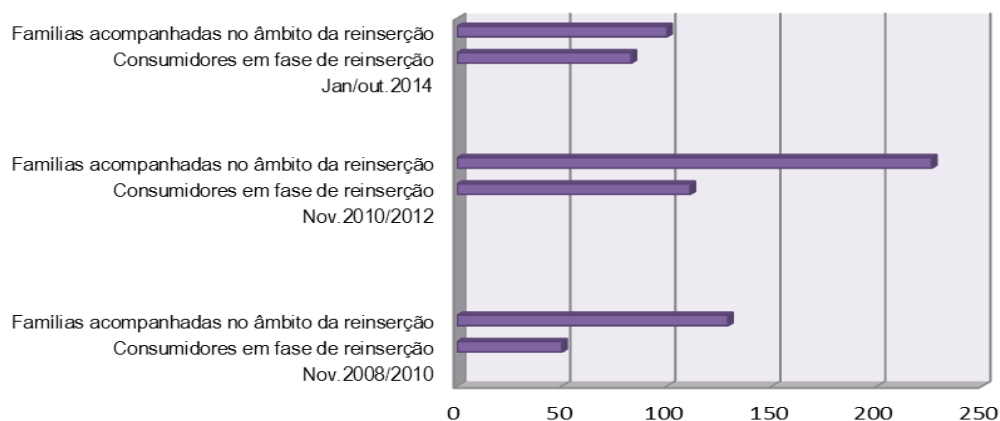
Interessa adequar as estratégias de intervenção à situação em que o indivíduo se encontra, o que se traduz na integração das intervenções entre os vários tipos de intervenção, procurando sempre garantir uma abordagem baseada numa lógica de satisfação das necessidades do indivíduo, adequando as respostas disponíveis às intervenções diagnosticadas como necessárias.”

(In PORI (2008) Eixos de Intervenção: Componente Técnica e Financeira, Instituto da Droga e da Toxicoddependência, pág. 88).

Atualmente dinamizado pelo Centro Social de Soutelo, o Eixo da Reinserção tem incidência na freguesia de Rio Tinto, sendo desenvolvidas ações desde novembro de 2008.

O gráfico abaixo permite aferir o número de indivíduos abrangidos pela implementação do projeto que tem como principais ações/atividades: programas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais; ateliês de terapia ocupacional; ateliês de orientação socioprofissional; programas de mediação familiar, laboral e social; espaço de informação e aconselhamento; ateliês lúdico-recreativos; observação dos contextos familiares e programas de sensibilização da comunidade local.

Gráfico 17: Números de utentes abrangidos nos 4 anos de implementação do projeto.



É de salientar o aumento de indivíduos e famílias em acompanhamento no projeto entre o período de 2008 e 2012. Só nos primeiros 10 meses de 2014 já foram alvo de intervenção mais de metade dos consumidores do que em períodos anteriores, tendo em consideração que estão retratados períodos de 2 anos, o que poderá traduzir-se no agravamento das condições sócio-económicas e sociais dos consumidores de substâncias psicoativas.

Quadro 28: Evolução do número de consumidores de substâncias ilícitas - comparação 2012 e 2014

Evolução de	Nov.2010/Nov.2012	Jan.2014/Out.2014
Consumidores substâncias Ilícitas	93	53
Consumidores substâncias lícitas -alcohol	18	30

É ainda de salientar o aumento significativo de indivíduos em acompanhamento com Problemas Ligados ao Alcohol – PLA, uma vez que nos primeiros meses do ano 2014 já foram acompanhados mais 12 utentes do que no período anterior de dois anos.

No âmbito da Redução de Riscos e Minimização de Danos - Equipa de Rua *(apresentada candidatura para mais um ano de funcionamento)*

A abordagem da Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) foi inicialmente concebida para intervir junto de consumidores inacessíveis, para os quais o serviço de tratamento tradicional não estava disponível ou que, estando disponível, não estava acessível ou não era motivo de intenções. Pretendia-se chegar aos consumidores que não queriam ou não conseguiam deixar de consumir, fornecendo-lhes informações de redução de riscos e danos. No entanto, conjuntamente com as respostas a esta população há que considerar um outro fenómeno: “desde há alguns anos a esta parte, tem-se observado uma transformação na dinâmica das atividades noturnas, nomeadamente no que diz respeito ao consumo de substâncias, sendo este mais alargado do que o clássico consumo de álcool e tabaco.”

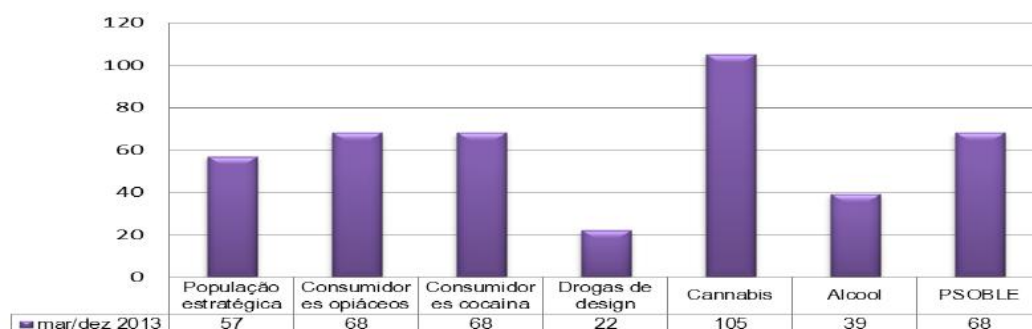
Assim, tornou-se igualmente necessária uma intervenção específica ao nível desta população, procurando-se investir numa abordagem de proximidade, utilizando como atores privilegiados profissionais com formação adequada ao nível deste tipo de intervenção e ao nível dos efeitos secundários das substâncias psicoativas em geral, com particular incidência nas mais utilizadas em contextos recreativos (álcool, cannabis, cocaína e novas Substâncias Psicoativas ou outras).

Desta forma as intervenções em RRMD aplicam-se e são necessárias para uma população heterogénea, seja em termos de faixas etárias, estilos e histórias de vida, contextos que oferecem o enquadramento para o consumo e diferentes substâncias consumidas, nomeadamente o contexto recreativo, bem como em termos de diferentes substâncias psicoativas e de formas de consumo.

(in: <http://www.sicad.pt/PT/Intervencao/RRMDMais/SitePages/Home%20Page.aspx>)

Atualmente este eixo é dinamizado pelo Centro Social de Soutelo nas freguesias de Rio Tinto, União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova com o programa de PSoble e com Giros na União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim.

Gráfico 18 Números de utentes abrangidos em 2013 pelo eixo da RRMD



É de salientar no gráfico acima a alteração dos padrões de consumo, onde é evidente o número de utentes consumidores de cannabis e álcool.

CARA - Centro de Apoio e Recuperação do Alcoolismo

Os problemas ligados ao álcool (PLA) particularmente na sua expressão mais gravosa - o alcoolismo, requerem uma intervenção atenta atendendo às diversas repercussões que os PLA e o alcoolismo assumem na comunidade, manifestadas através de comportamentos desviantes, delinquência, conflitos de vizinhança, aumento da criminalidade e manifestação de doenças, mas também associadas a fragilidade social, que não raras vezes conduz à desestruturação de famílias, ao desemprego, à violência doméstica e a negligências várias.

Consciente desta realidade, a autarquia de Gondomar implementou em 2002 o “Gabinete CARA – Centro de Apoio e Recuperação do Alcoolismo” que prevê uma intervenção direta no alcoolismo, face a um agravamento do consumo de bebidas alcoólicas e outras substâncias, particularmente entre os jovens; o CARA incide igualmente sobre a temática da prevenção abrangendo metodologias no âmbito da prevenção primária (dos estupefacientes e do álcool), secundária e terciária (do álcool). A dinamização do Gabinete, foi perpetrada através de duas candidaturas, tendo uma sido a um POEFDS, que decorreu entre junho de 2004 e agosto de 2006 e outra ao “Programa Urban 2”, que decorreu entre setembro de 2006 e dezembro de 2008. Desde então e dada a importância do trabalho desenvolvido pelo Gabinete e conscientes das graves consequências na saúde, na família e na sociedade, que advém do consumo excessivo e da dependência do álcool, a Autarquia de Gondomar, entendeu esta intervenção como prioritária, dando assim continuidade ao CARA.

A intervenção do Gabinete CARA é centrada num acompanhamento sistémico das famílias, de forma individualizada e específica a cada utente/familiar. Com este propósito, são realizadas consultas psicológicas e sessões semanais de terapia de grupo, visitas domiciliárias regulares, apoio social imediato em situações urgentes, sessões de ocupação de tempos livres e atividades de animação sociocultural. Desta forma, procura-se fortalecer as relações empáticas entre utente e técnico, contribuindo para a motivação para a terapia e abstinência.

Com vista a otimizar e rentabilizar a atividade do CARA foram estabelecidos acordos de parceria com o ACES de Gondomar, a Unidade de Alcoologia do Norte, o Centro de Emprego de Gondomar, Centro Distrital do Porto, ISS, IP, CRI Porto Oriental, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar.

Os quadros seguintes permitem analisar o número de pessoas que entre 2009 e 2013 recorreram aos serviços do CARA. Importa referir que os dados relativos aos Utentes Admitidos dizem respeito a

todas as pessoas que integraram este serviço que nos anos em referência foram 193 pessoas; a denominação Utentes Ativos refere-se a todas as pessoas em acompanhamento nos anos 2009 e 2013 independentemente do ano em que iniciaram tratamento no âmbito do CARA. São portanto acompanhados 367 pessoas através do projeto CARA.

Quadro 29: Utentes ativos e admitidos no CARA entre 2009 e 2013

Utentes Ativos			Utentes Admitidos		
Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
302	65	367	167	26	193

Fonte: Desenvolvimento do Potencial Humano (Educação, Emprego, Formação e Saúde) | novembro 2014

Analisando a proveniência da residência destas pessoas, a União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova destaca-se com 64 pessoas admitidas entre os anos em análise, seguida pela União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e pela Freguesia de Rio Tinto.

Quadro 30: Utentes admitidos no CARA por território do município de Gondomar - entre 2009 e 2013

Utentes Admitidos por território do Município de Gondomar - 2009 a 2013												
Baguim do Monte	Lomba	Rio Tinto	U.F. Fânzeres e S. Pedro da Cova		U.F. Foz do Sousa e Covelo		U.F. Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim			U.F. Melres e Medas		Não Aplicável
			Fânzeres	S. Pedro da Cova	Foz do Sousa	Covelo	Gondomar (S. Cosme)	Valbom	Jovim	Melres	Medas	
8	2	41	30	34	9	3	31	14	8	5	3	5

Fonte: Desenvolvimento do Potencial Humano (Educação, Emprego, Formação e Saúde) | novembro 2014



JUSTIÇA E SEGURANÇA

Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Justiça e Segurança

- principais indicadores -

Sinistralidade Rodoviária

. entre os anos de 2011 e 2013, o número de **acidentes rodoviários diminuiu** sucessivamente; apesar do número de acidentes em **2013** ser relativamente mais baixo, foi nesse ano que se verificaram **mais feridos graves**, e em 2011 registou-se o número mais elevado de mortos.

Criminalidade

. entre os anos de 2009 e 2013 a criminalidade registada centra-se na categoria dos **crimes contra o património**, e seguidamente, mas a grande distância, surgem os **crimes contra as pessoas**.
. os crimes contra o património têm na totalidade da criminalidade registada cerca de 66%, variando entre os 64,32% em 2009 e 66,89% em 2013.

Violência Doméstica

GNR:

entre os anos de 2008 e 2013, o número de crimes registados oscilou de ano para ano. De 2008 a 2009 este número desceu sensivelmente, de 2009 a 2010 aumentou (mais quarenta e seis casos registados do que o ano anterior), de 2011 a 2012 verificou-se uma descida, no entanto **em 2013 o número de crimes voltou a subir**.

. o **tipo de crime mais frequente** foram os **maus tratos físicos**, surgindo depois, as ameaças-coação e em terceiro lugar o crime por difamação e injúrias.

. cerca de **75,6% dos crimes foram registados pela GNR de Fânzeres**.

Comando Metropolitano do Porto (PSP de Rio Tinto, Gondomar e Valbom):

. entre os anos de 2011 e 2013, existe uma descida acentuada dos crimes de violência doméstica, voltando a subir moderadamente em 2013.

. cerca de 81,11% dos crimes registados, encontram-se na tipologia ameaça/ agressão através de força física.

. cerca de 55% dos crimes foram registados pela PSP de Rio Tinto.

As vítimas do crime de Violência Doméstica são maioritariamente do sexo feminino, vivem em união de facto ou são casadas, com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos de idade.

Idosos

Gondomar tinha 80 idosos em isolamento identificados em 2011, 71 idosos sinalizados em 2012 e em 2013 foram identificados 140.

. dos idosos identificados em 2013, 55% eram viúvos e 35% encontravam-se casados.

. dos casos identificados em 2013, 82,85% não têm necessidade de apoio; os idosos com necessidade de apoio, recebem-no através da família, bem como através do serviço de apoio domiciliário.

A temática Justiça e Segurança já fazia parte integrante do Diagnóstico Social do Município de Gondomar anterior, no entanto apenas a Justiça mereceu referência de título.

No âmbito do domínio de intervenção Segurança, à semelhança do anterior Diagnóstico foram disponibilizados, pela PSP e GNR do Município, os dados seguintes que permitiram perceber a evolução de alguns indicadores, entre os anos de 2009 até ao ano de 2013, a saber:

- Sinistralidade Rodoviária Registada pela PSP e GNR no Concelho de Gondomar, por ano civil;
- Criminalidade registada no Concelho de Gondomar, por ano civil;
- Crimes de Violência Doméstica (Caracterizar violência conjugal, violência sobre idosos), por ano Civil;
- Caracterização da Vítima e do Autor do Crime, através das características de sexo e idade, entre 2008 e 2013;
- Caracterização da Vítima e do Autor do Crime, por Estado Civil, de 2008 a 2013;
- Profissão da Vítima e do Autor do Crime, de 2008 a 2013;
- Evolução do número de idosos isolados por sexo, em Gondomar, bem como a caracterização de idosos identificados no Município de Gondomar, através da Operação Censos Sénior, 2011 - 2013.

Os dados retirados do Anuário Estatístico da Região Norte, relativos à Justiça referem-se a 2012, permitiram ter conhecimento destas problemáticas, possibilitando a comparação da situação do Município de Gondomar com a dos demais da Região Norte, a Área Metropolitana do Porto, bem como o Grande Porto.

Assim sendo, pretendeu-se atualizar os dados do Diagnóstico anterior, fazendo referência aos seguintes indicadores:

- Indicadores de serviços de justiça disponíveis por município, em 2012;
- Tribunais por comarca e instâncias centrais e locais, cíveis, criminais, trabalho, comércio, família e menores;
- Movimento de processos nos tribunais judiciais de 1.ª instância/instância local, por município, em 2012;
- Principais atos notariais celebrados por escritura pública por município, 2012;

Ainda no que diz respeito à Justiça, salienta-se as alterações no funcionamento e competências no Tribunal Judicial da Comarca de Gondomar provocadas pela reforma do Mapa Judicial.

SEGURANÇA

O concelho de Gondomar é servido por um corpo da Polícia Municipal que atua na totalidade do território municipal. Possui, também, quatro esquadras da Polícia de Segurança Pública (PSP) cuja área geográfica de intervenção se circunscreve a Baguim do Monte, Gondomar (S. Cosme), Rio Tinto e Valbom. A Guarda Nacional Republicana (GNR) tem dois postos no Município, atuando em Covelo, Fânzeres, Foz do Sousa, Jovim, Lomba, Medas, Melres e S. Pedro da Cova.

Sinistralidade Rodoviária

Como foi referido anteriormente, no âmbito da temática da Segurança, esta análise está centrada na sinistralidade registada em Gondomar, pela GNR e pela PSP, nos anos de 2011 até 2013.

Como se pode verificar no quadro seguinte, entre os anos de 2011 e 2013, o número de acidentes rodoviários diminuiu sucessivamente. Dos três anos mencionados, o ano de 2012 registou mais despistes e mais atropelamentos, daí resultando o número mais elevado de feridos leves (329).

Apesar do número de acidentes em 2013 ser relativamente mais baixo, foi nesse ano que se verificaram mais feridos graves e em 2011 registou-se o número mais elevado de mortos.

Quadro 1: Sinistralidade Rodoviária Registada, pela GNR e PSP, no Concelho de Gondomar, por ano civil

Ano	N.º de Acidentes	Despiste	Atropelamento	Feridos Leves	Feridos Graves	Mortos
2011	1165	121	96	309	9	5
2012	1085	130	109	329	14	1
2013	1049	108	92	306	17	2
Total	3299	359	297	944	40	8

Fonte: GNR e Comando Metropolitano do Porto

Criminalidade

“A organização social passa ainda pelo cumprimento das regras de convivência em sociedade. Assim, a taxa de criminalidade pode ser vista como um indicador de interação social e de identificação das principais fraturas no tocante ao cumprimento de normas”. “Em 2012, a média na AMP localiza-se nos 31,1 crimes por mil habitantes (menos 7,49 crimes que a nível nacional) ”

(in “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo”, pg. 24)

O quadro seguinte apresenta, para os anos 2009 até 2013, a criminalidade registada, pela GNR e pela PSP de Gondomar, relativamente às seguintes categorias:

- Contra pessoas - homicídios, ofensas corporais (simples/graves), violência doméstica, injúrias, etc;
- Contra património - furto de viaturas, diversos furtos, roubos, burlas, extorsão, abuso de confiança, etc;
- Contra vida em sociedade - incêndios, condução sob o efeito de álcool, contrafação, falsificação, armas, etc;
- Contra o Estado - desobediência, resistência, coação, prisão ilegal, corrupção, peculato, abuso de autoridade, etc;
- Crimes previstos na legislação avulsa - estupefacientes, cheques sem provisão, caça, jogo, condução sem habilitação, crimes fiscais, etc.

Quadro 2: Criminalidade registada, pela GNR e PSP, no Concelho de Gondomar, por ano civil

Ano	C/ Pessoas	C/ Património	C/ Vida em Sociedade	C/ Estado	Previsto Leg. Avulsa	TOTAL
2009	1774	3945	211	17	186	6133
2010	1641	3897	195	24	209	5966
2011	1508	3723	201	21	178	5631
2012	1510	3944	221	33	258	5966
2013	1455	3887	245	18	206	5811

Fonte: GNR e Comando Metropolitano do Porto

É notório que a criminalidade registada, nos anos referenciados, configura-se na categoria dos crimes contra o património, e seguidamente, mas a grande distância, surgem os crimes contra as pessoas.

O peso que os crimes contra o património têm na totalidade da criminalidade registada, é de cerca de 66%, variando entre os 64,32% em 2009 e 66,89% em 2013.

Pode-se ainda verificar, pelo quadro anterior, que os níveis de criminalidade se mantêm, ao longo dos anos referenciados, pelo que não se verifica nenhuma tendência.

Importa, agora, analisar a criminalidade comparando os números registados em Gondomar com o Continente, a Região Norte, o Grande Porto e a Área Metropolitana do Porto.

Antes de mais, é de salientar que estes dados dizem respeito ao ano de 2012, no entanto, serão elucidativos quanto aos níveis de criminalidade registada em Gondomar em comparação com as unidades territoriais onde o Município de encontra inserido.

Em termos de criminalidade total, verifica-se que o Município de Gondomar se encontra em quinto lugar considerando os municípios que compõem a Área Metropolitana do Porto (AMP). Em primeiro lugar, surge o Porto, seguido de Vila Nova de Gaia, Matosinhos e a Maia.

Em todos os Municípios da AMP, verifica-se um número maior de casos de criminalidade contra o património, seguido, ainda que com uma diferença significativa, dos crimes contra as pessoas. Nesta categoria, o Município de Gondomar mantém-se novamente na quinta posição, atrás dos municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Santa Maria da Feira.

Quadro 3: Criminalidade registada por tipo, por NUT e por Município

Unidade: N.º

NUTS e Concelhos	TOTAL	Contra as pessoas		Total	Contra o património		Contra a vida em sociedade		Contra o Estado	Legislação avulsa	
		TOTAL	Contra a integridade física		dos quais		Total	Condução de veículo cm taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l		Total	Condução sem habilitação legal
					Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado					
Continente	372.122	79.547	51.740	210.611	14.229	47.632	47.178	21.150	5.956	28.823	13.881
Norte	118.692	29.463	18.974	62.348	3.044	16.110	16.335	7.045	1.615	8.928	4.181
Grande Porto	48.890	11.171	7.856	27.500	2.086	9.269	5.318	3.236	647	4.251	2.091
AMP	61.750	14.798	10.106	34.184	2.327	10.694	6.898	3.933	810	5.057	2.523
Arouca	403	110	53	171	74	33	88	54	10	24	21
Espinho	903	293	203	428	23	87	85	44	19	78	36
Gondomar	4.492	1.266	903	2.554	208	792	323	59	38	311	109
Maia	4.610	989	661	2.815	151	838	372	183	34	400	261
Matosinhos	6.026	1.419	1.000	3.618	315	1.204	497	202	65	427	165
Oliveira de Azeméis	1.609	483	301	784	0	157	202	106	29	111	77
Paredes	2.420	577	418	1.383	64	291	252	85	33	175	80
Porto	15.970	2.958	2.144	8.543	889	3.403	2.528	1.970	317	1.622	598
Póvoa de Varzim	1.785	503	338	1.029	55	366	164	64	14	75	58
Santa Maria da Feira	4.380	1.313	765	2.452	17	519	408	145	38	169	85
Santo Tirso	1.612	488	292	734	27	119	258	62	14	118	44
São João da Madeira	976	263	172	385	41	87	220	179	21	87	66
Trofa	1.013	238	168	544	17	160	109	43	12	110	54
Vale de Cambra	447	155	81	231	11	59	43	23	6	12	5
Valongo	2.450	727	532	1.424	133	423	157	41	14	128	71
Vila do Conde	2.612	554	355	1.389	51	436	310	218	38	321	200
Vila Nova de Gaia	10.042	2.462	1.720	5.700	251	1.720	882	455	108	889	593

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2012

No que se refere à criminalidade contra o património, o município de Gondomar mantém-se na mesma posição, surgindo em primeiro lugar o Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Maia.

Violência Doméstica

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 7 de julho, violência doméstica é “toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violência entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, atinge também, direta ou indiretamente, crianças, idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como as deficientes”.

Segundo a UNICEF, o termo “doméstico”, no âmbito da “violência doméstica” não deve confinar-se apenas aos limites das paredes do lar familiar mas antes focalizar-se no tipo e na natureza das relações que envolvem determinadas pessoas.

A violência doméstica, em Portugal, assume a natureza de crime público, o que significa que o procedimento criminal não está dependente de queixa por parte da vítima bastando uma denúncia ou apenas o conhecimento do crime para que o Ministério Público promova o processo.

O Código Penal Português prevê e pune os crimes de violência doméstica no âmbito do art.º 152.º - Lei n.º 59/2007, publicado em Diário da República (1.ª Série) em 4 de Setembro de 2007.

É consensual afirmar-se que a violência doméstica é um problema transversal que ocorre em diferentes contextos, não estando dependente de fatores sociais, económicos, culturais e etários. Muito embora seja esmagadoramente exercido sobre as mulheres, acaba por atingir direta ou indiretamente crianças, idosos e outras pessoas mais vulneráveis.

Segundo dados retirados do site da PSP, esta instituição tem registado um aumento sustentado dos crimes de violência doméstica desde o ano 2000, com exceção do decréscimo verificado entre 2003/2004 e 2009/2010. Segundo a PSP, este decréscimo do número de denúncias e de situações reportadas pela PSP, deverá ser em grande medida resultado da crescente sensibilização para a problemática da violência bem como da formação entretanto ministrada nos diversos Comandos e subunidades da PSP.

Na análise das situações de violência doméstica denunciadas ou reportadas pelas Forças de Segurança, nomeadamente pela PSP e GNR de Gondomar, tentamos apresentar uma perspetiva deste tipo de crimes, bem como uma breve caracterização do perfil-tipo da vítima e do agressor.

Os dados do anterior Diagnóstico, analisaram esta problemática tendo como base os anos de 2005, 2006, 2007, pelo que será interessante verificar a eventual existência de alterações na sua dimensão, bem como no perfil da vítima e do agressor comparando com os anos de 2008 a 2013.

De acordo com os dados da GNR, entre os anos de 2008 e 2013, o número de crimes registados oscilou de ano para ano. De 2008 a 2009, este número desceu sensivelmente, de 2009 a 2010 aumentou (mais quarenta e seis casos registados do que o ano anterior), de 2011 a 2012 verificou-se uma descida, tendo entretanto aumentado em 2013.

Quatro 4: Crime de Violência Doméstica por ano civil

Tipo de Crime	2011				2012				2013			
	GNR Fânzeres	GNR GDM	GNR Lever	Total	GNR Fânzeres	GNR GDM	GNR Lever	Total	GNR Fânzeres	GNR GDM	GNR Lever	Total
Maus tratos físicos	86	10	5	101	65	19	3	87	52	13	4	69
Maus tratos psíquicos	0	11	0	11	1	9	2	12	0	9	0	9
Difamação/Injúrias	0	1	0	1	1	0	0	1	1	5		6
Violação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violação Obrigação Alimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Abuso Sexual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Ameaças-Coação	49	0	3	52	25	0	0	25	49	0	0	49
Subtração de menores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Homicídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros em meio doméstico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	135	22	8	165	92	28	5	125	102	28	4	134

Fonte: GNR de Fânzeres e de Gondomar

Ainda considerando os dados da GNR, salientamos que o tipo de crime mais frequente, entre os anos de 2008 e 2013, foram os maus tratos físicos, surgindo depois, a grande distância, as ameaças-coação e em terceiro lugar o crime por difamação e injúrias.

Podemos referir que ao longo destes anos não se evidenciou uma tendência clara pelo que podemos apenas dizer que, com base nos casos registados, a violência doméstica tem-se mantido sem grandes variações.

Importa, ainda salientar, que em todos os anos, entre 2008 e 2013, em média cerca de 75,6% dos crimes foram registados pela GNR de Fânzeres.

Quadro 5: *Modus Operandi* do Crime de Violência Doméstica por ano civil

MODUS OPERANDI	2011				2012				2013			
	Rio Tinto	Gondomar	Valbom	Total	Rio Tinto	Gondomar	Valbom	Total	Rio Tinto	Gondomar	Valbom	Total
Ameaça/agressão através de força física	279	120	119	518	182	61	60	303	162	78	90	330
Com Arma Branca	0	2	3	5	0	3	0	3	6	0	0	6
Com Arma de Fogo	6	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0
Com objetos	25	11	0	36	6	4	0	10	5	2	2	9
Sujeição a maus tratos físicos/psíquicos	54	14	15	83	27	9	7	43	15	21	4	40
Estrangulamento/Sufocação	2	3	7	12	4	4	0	8	10	0	4	14
Colisão de Veículos	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
TOTAL	366	150	144	660	219	81	67	367	200	101	100	401

Nota - Notação Estatística nos termos do normado pela DGPI (Direção-Geral da Política de Justiça)

Fonte: Comando Metropolitano do Porto

Tendo em conta os dados registados pelo Comando Metropolitano do Porto (PSP de Rio Tinto, Gondomar e Valbom), entre os anos de 2011 e 2013, verificou-se uma descida acentuada dos crimes de violência doméstica, voltando a subir moderadamente em 2013.

É de salientar que em média cerca de 81,11% dos crimes registados, em cada um dos anos em apreço, se encontram na tipologia ameaça/ agressão através de força física, o que está em sintonia com os dados obtidos junto da GNR do município; podemos ainda referir que, em média, cerca de 55% dos crimes foram registados pela PSP de Rio Tinto.

Analisando o perfil das vítimas e dos autores dos crimes, considerando os dados apresentados nos quadros seguintes, com informação disponibilizada pelo Comando Metropolitano do Porto e pela GNR, cruzando o género e a faixa etária, podemos referir que as vítimas do crime de Violência Doméstica são maioritariamente do sexo feminino, vivem em união de facto ou são casadas, com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos de idade.

Relativamente ao perfil do autor do crime, este apresenta uma correspondência direta com as vítimas, partilhando a mesma faixa etária, sendo na grande maioria do género masculino.

Quadro 6: Género e Idade da Vítima e do Autor do Crime, 2011 a 2013 - GNR

Faixa etária	2011				2012				2013			
	Vítima		Autor		Vítima		Autor		Vítima		Autor	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0-5 Anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6-10 Anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11-17 Anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
18-25 Anos	26	5	5	24	17	3	4	16	10	0	0	9
26-35 Anos	22	5	5	23	16	1	0	14	26	2	2	26
36-45 Anos	44	15	15	46	43	5	5	49	48	0	0	50
46-55 Anos	20	6	6	19	17	2	2	19	22	1	0	23
56-64 Anos	6	3	3	7	6	1	1	7	7	0	1	7
65 e mais Anos	1	2	2	0	1	0	0	0	2	2	0	1
Ignorado	1	0	0	2	2	0	0	3	9	0	0	10
Total	120	36	36	121	102	12	12	108	124	5	3	127

Fonte: GNR

Quadro 7: Género e Idade da Vítima e do Autor do Crime, 2011 a 2013 – Comando Metropolitano do Porto

Faixa etária	2011				2012				2013			
	Vítima		Autor		Vítima		Autor		Vítima		Autor	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
0-5 Anos	10	5	0	0	5	6	0	0	11	8	0	0
6-10 Anos	5	9	0	0	3	4	0	0	6	10	0	0
11-17 Anos	15	6	3	4	10	10	0	2	9	11	0	1
18-25 Anos	60	5	25	48	19	2	3	25	23	6	0	25
26-35 Anos	136	21	11	119	51	6	5	44	56	4	9	46
36-45 Anos	121	18	19	118	83	17	10	89	76	11	10	84
46-55 Anos	73	13	10	69	55	6	12	42	62	10	11	54
56-64 Anos	16	4	5	28	19	3	3	26	137	4	3	26
65 e mais Anos	34	8	4	28	24	11	1	15	28	5	4	21
Ignorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	470	89	77	414	269	65	34	243	408	69	37	257

Fonte: Comando Metropolitano do Porto

Relativamente às profissões desempenhadas pelas vítimas estas encontram-se na sua esmagadora maioria “desempregados(as)”, “domésticos(as)” e na categoria definida como “mal definido, ignorado e outras”, por outro lado, os agressores são, na sua maioria, “desempregados(as)” e “operários, artífices e trabalhadores similares da indústria extrativa e construção civil”. Estes dados são válidos não só para o ano de 2013, como ilustra o quadro seguinte, mas também para os anos de 2008 a 2012.

Quadro 8: Profissão da Vítima e do Autor do Crime, 2011 a 2013

Profissões	2011			2012			2013		
	Vítima	Autor do Crime	Total	Vítima	Autor do Crime	Total	Vítima	Autor do Crime	Total
Membros das forças armadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diretores de empresas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diretores e dirigentes de pequenas empresas	2	0	2	0	0	0	1	0	1
Especialistas das ciências físicas, matemáticas e engenharia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnicos e profissionais de nível intermédio das ciências físicas, químicas e engenharia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde	0	0	0	2	0	2	1	0	1
Profissionais de nível intermédio do ensino	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empregados de escritório	0	2	2	0	1	1	0	0	0
Empregados de recepção, caixas, bilheteiros e similares	3	0	3	3	0	3	3	5	8
Pessoal dos serviços diretos e particulares, de proteção e segurança	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Manequins, vendedores e demonstradores	2	0	2	0	0	0	0	6	6
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Operários, artífices e trabalhadores similares da indústria extrativa e construção civil	0	27	27	0	32	32	3	24	27
Mecânicos de precisão, oleiros e vidreiros, artesões e trabalhadores de artes gráficas	0	2	2	0	2	2	0	12	12
Outros operários, artífices e trabalhadores similares	6	1	7	2	3	5	2	0	2
Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipamento pesado e móvel	0	2	2	0	1	1	1	2	3
Trabalhadores não qualificados dos serviços e do comércio	0	0	0	1	2	3	1	3	4
Trabalhadores não qualificados da agricultura e das pescas	0	3	3	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores não qualificados das minas, const. civil e obras públicas e da ind. transformadora	1	26	27	0	26	26	0	4	4
Desempregados	48	42	90	38	19	57	47	49	96
Estudantes	1	5	6	3	0	3	4	2	6
Domésticos/as	43	0	43	39	0	39	43	0	43
Reformados/as	7	5	12	3	0	3	11	9	20
Mal definido, ignorado e outras	23	22	45	29	34	63	13	14	27
Total	274	137	411	120	120	240	130	130	260

Fonte: GNR

Temos consciência que os crimes de violência doméstica nem sempre são denunciados, pelo que esta análise, baseada apenas nos casos registados, servirá apenas como uma referência. Esta problemática tem vindo a apresentar uma maior visibilidade, decorrente de uma crescente perceção social do problema e de um grau de consciencialização dos seus direitos, por parte das vítimas deste crime.

Idosos

Outra problemática com crescente visibilidade é a situação do idoso. A comunicação social e os técnicos ligados às questões sociais têm alertado para o aumento do número de idosos que se encontram numa situação de isolamento e por conseguinte de risco. Esta questão torna-se cada vez mais premente e alarmante não só nas grandes cidades, mas também em localidades mais afastadas dos grandes centros, e ainda em aldeias que, por razões diversas, são habitadas por cidadãos com idades avançadas. Nestes casos, as forças de segurança, nomeadamente a GNR, têm tido um papel fundamental na sua sinalização mas também no apoio que lhes prestam.

De acordo com os dados do quadro seguinte, foram identificados no município de Gondomar 80 idosos em isolamento em 2011, 71 idosos foram sinalizados em 2012, sendo que em 2013 este número passa para os 140 idosos.

Quadro 9: Número de idosos em isolamento por género

Gondomar	N.º Idosos Identificados					
	2011		2012		2013	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
TOTAL	34	46	34	37	54	86

Fonte: Operação Censos Sénior 2011-2014

É também visível que os idosos são maioritariamente do género feminino.

Em termos de caracterização dos idosos identificados no município de Gondomar, podemos referir que em 2011, 78,72% encontravam-se casados, os restantes 21,28% eram viúvos. Em 2012, a percentagem dos idosos casados passa para 56,33% e em 2013, 55% eram viúvos e 35% encontravam-se casados.

Quadro 10: Caracterização do n.º de idosos identificados no Município de Gondomar

Ano	Estado Civil				Apoio							Situação		Sinalizações			
	Viúvos	Solteiros	Casados	Divorciados	C/ necessidade de Apoio						S/ necessidade de Apoio	Idosos Isolados	Idosos Sozinhos	Câmaras Municipais	Serv. Saúde	IPSS's	Outros
					Apoio Domiciliário	Centro Dia	Família	S. Social	Tele assist.	Outro							
2011	10	0	37	0	3	0	52	0	0	18	13	8	12	0	0	3	0
2012	27	3	40	1	1	3	4	0	0	0	63	0	71	0	0	0	0
2013	77	11	49	3	10	3	4	0	0	7	116	0	140	0	0	0	0

Fonte: Censos Sêrior, 2011-2014

Em 2011, dos casos identificados, apenas 16% não têm necessidade de apoio, em 2012, essa percentagem passa para 88,73% e em 2013 foi de 82,85%. Analisando o número de idosos com necessidade de apoio, esse é prestado maioritariamente, em 2008, pela família, e nos restantes anos através do Serviço de Apoio Domiciliário.

JUSTIÇA

A reforma do Mapa Judicial, aprovada em Conselho de Ministros, insere-se num vasto conjunto de medidas legislativas na área da Justiça que o Governo tem vindo a implementar e é neste contexto que surge, através do diploma que procede à regularização da Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), estabelecendo o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais.

Esta reorganização implicou a introdução de algumas alterações no funcionamento e nas competências no Tribunal Judicial da Comarca de Gondomar, nomeadamente motivou a transferência do tribunal do trabalho para Valongo, passando o Tribunal de Gondomar a ter competência especializada na área da família e menores, bem como quanto aos processos cíveis e penais que não tenham necessidade de serem julgados por um tribunal coletivo.

Estas alterações estão a decorrer durante o ano de 2014, pelo que tal facto terá de ser levado em conta, considerando que os indicadores apresentados seguidamente são anteriores àquela data (2012).

No que diz respeito à evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de primeira instância pode-se concluir que o Município de Gondomar apresenta uma percentagem de 5,3%, encontrando-se em sexto lugar, atrás dos municípios da Trofa, Oliveira de Azeméis, Santo Tirso, São João da Madeira e Paredes.

Este quadro só por si não permite retirar dados precisos sobre a evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de primeira instância uma vez que este depende de fatores que não se encontram aqui mencionados nomeadamente o número de processos em tramitação, o número de magistrados no ativo em cada um dos tribunais, entre outros.

Quadro 11 - Indicadores de Justiça por Município, 2012

NUTS e Concelhos	Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1.ª instância	Duração média dos processos findos nos tribunais de 1.ª instância		
		Cíveis	Penais	Trabalho
	%	meses		
Continente	1,0	30	10	12
Norte	2,0	26	7	10
Grande Porto	-0,1	32	8	12
Arouca	3,2	21	3	0
Espinho	1,2	29	7	0
Gondomar	5,3	27	9	9
Maia	-2,4	30	9	9
Matosinhos	4,5	26	8	9
Oliveira de Azeméis	10,2	18	5	11
Paredes	6,8	19	6	0
Porto	-4,1	39	10	17
Póvoa de Varzim	-0,1	20	5	0
Santa Maria da Feira	5,3	24	10	10
Santo Tirso	9,8	19	10	8
São João da Madeira	8,8	18	5	0
Trofa	-	-	-	-
Vale de Cambra	-3,8	21	12	0
Valongo	3,0	31	8	9
Vila do Conde	0,2	24	6	0
Vila Nova de Gaia	4,4	31	5	11

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Norte, 2012

Tendo em atenção a proporção de arguidas/os condenadas/os nos tribunais de 1.ª instância, o município de Gondomar apresenta uma percentagem baixa relativamente aos municípios da AMP. Apenas Santo Tirso e Matosinhos surgem com valores inferiores a Gondomar.

No que diz respeito à proporção de não condenadas/os por desistência da queixa, Gondomar surge em décimo lugar, com uma percentagem de 38,6%, valor semelhante ao verificado para o Grande Porto.

Quadro 12: Indicadores de Justiça por Município, 2012

NUTS e Concelhos	Proporção de arguidas/os condenadas/os nos tribunais de 1.ª instância	Proporção de não condenadas /os por desistência da queixa	Proporção de não condenadas/os por absolvição/carência de prova	Total	Crimes contra a integridade física	Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal
	%	meses					%		
Continente	63,1	34,9	47,6	37,3	5,2	1,4	4,8	2,1	1,4
Norte	57,8	40,9	44,8	32,4	5,2	0,8	4,4	1,9	1,1
Grande Porto	57,9	38,7	46,4	38,2	6,1	1,6	7,2	2,5	1,6
Arouca	56,6	61,2	8,2	18,3	2,4	0,0	1,5	2,5	1,0
Espinho	61,9	49,3	31,7	29,2	6,6	0,7	2,8	1,4	1,2
Gondomar	50,8	38,6	42,2	26,7	5,4	1,2	4,7	0,4	0,6
Maia	62,5	43,4	42,8	33,9	4,9	1,2	6,2	1,3	1,9
Matosinhos	49,5	34,1	54,6	34,4	5,7	1,8	6,9	1,2	0,9
Oliveira de Azeméis	63,4	43,7	45,7	23,6	4,4	0,2	2,3	1,6	1,1
Paredes	55,3	48,0	44,9	27,8	4,8	0,7	3,3	1,0	0,9
Porto	58,5	32,4	50,9	70,2	9,4	3,9	15,0	8,7	2,6
Póvoa de Varzim	66,3	31,6	38,7	28,2	5,3	0,9	5,8	1,0	0,9
Santa Maria da Feira	62,5	43,5	40,3	31,3	5,5	0,3	3,7	1,0	0,6
São João da Madeira	67,4	57,1	32,7	45,0	7,9	0,5	4,0	8,3	3,0
Santo Tirso	49,9	31,2	53,2	22,7	4,1	0,4	1,7	0,9	0,6
Trofa	-	-	-	26,1	4,3	0,4	4,1	1,1	1,4
Vale de Cambra	52,9	37,8	47,8	19,8	3,6	0,2	2,6	1,0	0,2
Valongo	56,2	47,4	43,6	25,8	5,6	1,4	4,5	0,4	0,7
Vila do Conde	60,7	31,9	54,2	32,7	4,4	0,6	5,5	2,7	2,5
Vila Nova de Gaia	60,6	51,7	36,6	33,1	5,7	0,8	5,7	1,5	2,0

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Norte, 2012

Relativamente à Proporção de não condenadas/os por absolvição/carência de prova, Gondomar surge em nono lugar, apresentando uma percentagem (42,2%) inferior ao Grande Porto e a Portugal Continental. A diferença entre Matosinhos, que apresenta o valor mais elevado, e Gondomar cifra-se em 12,4%.



PARTICIPAÇÃO

Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Participação

- principais indicadores -

- . tx. de abstenção superior nas freguesias mais urbanas do município, como **Rio Tinto, a União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, a União de Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim e Baguim do Monte;**
- . a **União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e a União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo** foram os territórios onde essa abstenção registou maior variação.
- . a população votante, que efetivamente expressa a sua opinião através da participação eleitoral, fica muito aquém da população inscrita, que reúne condições para votar; é possível ainda aferir a maior representatividade de votos nulos em relação aos votos brancos.

BLV GONDOMAR

- . em agosto de 2014, encontravam-se inscritas **234 pessoas no BLVG das quais 152 já frequentaram a ação de formação inicial em Voluntariado;**
- . **50 são homens, correspondente a 21% e 184 são mulheres, corresponde a 79%;**
- . são as pessoas mais jovens do município, idades compreendidas entre os **26 e os 35 anos de idade e dos 16 aos 25 anos de idades** aquelas que têm maior representação ao nível do BLVG;
- . **135 dos inscritos têm entre o ensino secundário e o ensino superior** o que representa mais de 50% do total das inscrições;
- . relativamente à **situação face ao emprego**, 96 pessoas inscritas no BLVG estão empregadas, 61 pessoas estão desempregadas, 35 estão reformadas ou são pensionistas e 34 são estudantes;
- . o território de Gondomar (S. Cosme) é aquele que regista um maior número de pessoas inscritas no BLV'G seguido dos territórios de Rio Tinto e Fânzeres.

A importância da participação como uma forma de promover a democracia e fortalecer o estado de direito é defendida e enfatizada pelas Nações Unidas nos objetivos de desenvolvimento do milénio (2000-2015) em que se proclama a necessidade de se trabalhar coletivamente para que os processos políticos sejam mais abrangentes, de modo a permitirem a participação efetiva de todos os cidadãos em todos os países.

Também a Constituição da República Portuguesa no seu artigo 2.º - Estado de direito democrático, refere a democracia participativa como uma prática essencial ao envolvimento dos cidadãos garantindo assim uma prática efetiva de direitos e liberdades fundamentais, diversificando um conjunto de mecanismos capazes de assegurar uma participação ativa e contribuir para o aprofundamento do bem-estar dos cidadãos.

De realçar que no Anuário Estatístico da Região Norte 2012, o conceito de Participação política encontra-se consubstanciado no *direito dos cidadãos de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos, elegendo para o efeito representantes seus nos órgãos do poder político, exprimindo-se, associando-se livremente e contribuindo para a tomada de decisões e a resolução dos problemas sociais.*

Neste sentido e baseado na publicação 25 DE ABRIL - 40 ANOS DE ESTATÍSTICAS, lançado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. em abril de 2014 é possível aferir que desde o 25 de Abril de 1974, o processo eleitoral português contou com sessenta e dois atos eleitorais gerais e três referendos de âmbito nacional, nomeadamente:

- 14 Eleições legislativas (Assembleia Constituinte e Assembleia da República);
- 8 Eleições presidenciais (uma delas com dois sufrágios);
- 20 Eleições legislativas regionais (Açores e Madeira);
- 11 Eleições dos órgãos das autarquias locais;
- 6 Eleições Parlamento Europeu;
- 3 Referendos nacionais (despenalização da interrupção voluntária da gravidez e dois sobre a instituição das regiões administrativas).

Atendendo à pertinência dos dados referidos no documento já mencionado, passamos a transcrever na íntegra as informações lá disponibilizadas, como forma de posteriormente se contextualizar a participação nos municípios que compõe a AMP e mais particularmente a realidade do município de Gondomar.

A participação política nestes atos eleitorais tem sofrido uma redução ao longo dos últimos quarenta anos:

- Nas eleições para a Assembleia da República o máximo de participação foi de 91,7% em 1975 e o mínimo de 58,1% em 2011 (quebra de 33,6 %).
- Nas eleições para a Presidência da República o máximo de participação foi de 84,2% em 1980 e o mínimo de 46,5% em 2011 (quebra de 37,7%).
- Nas eleições legislativas regionais dos Açores o máximo de participação foi de 77% em 1980 e o mínimo de 46,7% em 2008 (quebra de 30,3%).
- Nas eleições legislativas regionais da Madeira o máximo de participação foi de 80,9% em 1980 e o mínimo de 57,5% em 2011 (quebra de 23,4 %).
- Nas eleições autárquicas o máximo de participação foi de 71,4% em 1982 e o mínimo de 52,6% em 2013 (quebra de 18,8 %).
- Nas eleições para o Parlamento Europeu o máximo de participação foi de 72,6% em 1987 e o mínimo de 35,5% em 1994 (quebra de 37,1 %).

As eleições para Assembleia da República, Assembleias legislativas regionais e as eleições para a Presidência da República são as que têm registado, em média, menores índices de abstenção em oposição às eleições autárquicas.

O grau de participação em eleições para o Parlamento Europeu iniciou-se com um nível elevado em 1998 mas registou uma quebra acentuada nos dois ciclos seguintes, para atingir valores mínimos de participação em atos eleitorais. Nenhum dos três referendos que se realizaram envolveu uma participação maioritária das/os eleitoras/es.

Além da participação das/os portuguesas/es diferir consoante a natureza do ato eleitoral em causa, a própria evolução da proporção de eleitoras/es a exercer o direito de voto tem exibido trajetórias distintas nos vários tipos de eleição.

Com apenas duas exceções (entre 1976 e 1979 e entre 1999 e 2005), a participação política nas eleições legislativas tem registado decréscimos sucessivos, tendo atingido o mínimo em 2011, com 58,1% das/os eleitoras/es inscritas/os a terem exercido o direito de voto.

As eleições presidenciais, embora com algumas oscilações, têm revelado também uma tendência de diminuição da participação política, de 75%, em 1976, e um máximo em 1980 (84%), atingindo 46,5% em 2011, registo relevante pela participação minoritária das/os eleitoras/es.

As eleições legislativas regionais apresentam igualmente um perfil descendente quanto à participação das/os cidadãs/ãos eleitoras/es, embora de forma mais acentuada no que respeita à Região Autónoma dos Açores.

As eleições autárquicas, embora menos participadas, são, porventura, aquelas nas quais esta participação se tem revelado mais estável (em torno dos 60-65%), com exceção do ano de 1982, em que a participação ultrapassou 70%, e do momento eleitoral mais recente, em que a participação das/os eleitoras/es se situou abaixo de 53%.

A tendência decrescente observada nos três primeiros momentos eleitorais para o Parlamento Europeu (1987, 1989 e 1994) inverteu-se nas eleições de 1999, revelando, ainda assim, uma participação política de apenas 40,3%, que caiu para valores ligeiramente acima de 1/3 das/os eleitoras/es inscritas/os.

Os três únicos referendos nacionais realizados em Portugal, dois em 1998 e o último em 2008, registaram uma participação muito reduzida. Com efeito, menos de metades das/os eleitoras/es inscritos exerceram o direito de voto, tendo a abstenção atingido, no referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, 68,1% dos inscritos.

No Referendo nacional sobre a instituição das regiões administrativas a abstenção, embora elevada, foi das mais reduzidas (51,7%).

No processo eleitoral português, importa anotar dois momentos particulares. Por um lado, o facto de as eleições para a Assembleia Constituinte, que marcaram o início deste período, terem registado a maior afluência de sempre às urnas: 91,7%. Por outro lado, as eleições para o Parlamento Europeu de 1994 registaram o mínimo histórico de todo o processo eleitoral português (excluindo os referendos nacionais), em termos de participação política, com o número de votantes a corresponder a pouco mais de um terço das/os eleitoras/es inscritas/os.

“25 DE ABRIL - 40 ANOS DE ESTATÍSTICAS”, Instituto Nacional de Estatística, I.P., abril de 2014

O quadro abaixo permite-nos perceber que, nas últimas eleições dos órgãos das autarquias locais, setembro de 2013, existiu um considerável abstencionismo eleitoral na ordem dos 48,4%.

Quadro 1: Análise por distrito das eleições dos órgãos das autarquias locais - setembro 2013

Distrito/Região Autónoma	Total de concelhos	Total de freguesias	Inscritos	Votantes		Branco		Nulos	
				n.º	%	n.º	%	n.º	%
Território Nacional	308	3.092	9.501.103	4.998.005	52.6	193.471	3.87	147.205	2.95
Aveiro	19	147	656.081	355.470	54.18	14.778	4.16	9.527	2.68
Beja	14	75	132.259	82.470	62.35	2.134	2.59	1.607	1.95
Braga	14	347	786.163	492.303	62.62	14.377	2.92	8.266	1.68
Bragança	12	226	150.644	90.601	60.14	2.403	2.65	2.327	2.57
Castelo Branco	11	120	186.284	107.680	57.8	4.049	3.76	3.226	3.0
Coimbra	17	155	395.064	212.771	53.86	9.777	4.6	5.877	2.76
Évora	14	69	143.873	83.512	58.05	2.573	3.08	1.615	1.93
Faro	16	67	374.696	178.245	47.57	8.318	4.67	5.325	2.99
Guarda	14	242	167.971	103.588	61.67	3.244	3.13	3.151	3.04
Leiria	16	110	427.002	215.269	50.41	12.785	5.94	8.341	3.87
Lisboa	16	134	1.910.685	851.114	44.54	39.803	4.68	30.031	3.53
Portalegre	15	69	103.724	65.492	63.14	1.599	2.44	1.365	2.08
Porto	18	243	1.588.418	886.580	55.82	34.306	3.87	29.705	3.35
Santarém	21	141	399.173	214.260	53.68	8.906	4.16	6.889	3.22
Setúbal	13	55	726.443	302.712	41.67	13.736	4.54	11.178	3.69
Viana do Castelo	10	208	256.602	147.080	57.32	5.239	3.56	3.087	2.1
Vila Real	14	197	232.414	134.805	58.0	3.453	2.56	3.165	2.35
Viseu	24	277	379.092	216.210	57.03	7.273	3.36	5.998	2.77
Madeira	11	54	258.241	135.622	52.52	1.678	1.24	4.870	3.59
Açores	19	156	226.274	122.221	54.01	3.040	2.49	1.655	1.35

Fonte: <http://autarquias2013.mj.pt/>

Efetivamente e quando comparadas as taxas de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais, relativas aos anos 2009 e 2013, nos municípios que constituem a Área Metropolitana do Porto é possível perceber um aumento da expressividade abstencionista em todos os municípios com variações na ordem dos 3,83%, a variação menor referente ao município de Espinho e dos 12,21%, a variação mais expressiva, que ocorreu no município de Matosinhos.

Quadro 2: Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios da AMP, 2009 e 2013

Municípios da AMP	Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais		
	2009	2013	Variação
Portugal	40,99%	47,40%	6,41%
AMP	35,95%	43,70%	7,75%
Arouca	28,36%	33,68%	5,32%
Espinho	34,35%	38,18%	3,83%
Gondomar	38,98%	49,50%	10,52%
Maia	39,40%	49,07%	9,67%
Matosinhos	38,70%	50,91%	12,21%
Oliveira de Azeméis	35,61%	43,83%	8,22%
Paredes	26,23%	35,58%	9,35%
Porto	43,25%	47,40%	4,15%
Póvoa de Varzim	43,50%	50,89%	7,39%
Santa Maria da Feira	34,98%	44,59%	9,61%
Santo Tirso	29,94%	37,95%	8,01%
São João da Madeira	41,65%	50,72%	9,07%
Trofa	27,20%	33,03%	5,83%
Vale de Cambra	33,69%	37,90%	4,21%
Valongo	39,01%	49,12%	10,11%
Vila do Conde	35,96%	43,83%	7,87%
Vila Nova de Gaia	40,29%	46,64%	6,35%

Fonte: <http://autarquicas2013.mj.pt/>

O quadro seguinte permite-nos uma análise mais detalhada de cada um destes municípios ao nível da participação política, tendo os municípios de Matosinhos, Póvoa do Varzim e S. João da Madeira registado maior abstenção, e os municípios de Trofa, Arouca e Paredes aqueles em que existiu uma maior expressividade de participação eleitoral.

De registar igualmente a variação expressiva de abstenção registada no município de Gondomar de 10,52%, diferença entre as eleições de 2009 e 2013, sendo que do universo total de votantes, apenas 50,5% destes exerceram o seu direito de voto em 2013.

Quadro 3: Caracterização da participação eleitoral nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios da AMP, 2013

Ano 2013									
Municípios	Total de freguesias	Inscritos	Votantes		Branco		Nulos		Mandatos
		n.º	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Arouca	16	20.909	13.867	66.32	312	2.25	260	1.87	7
Espinho	4	30.806	19.044	61.82	654	3.43	517	2.71	7
Gondomar	7	144.199	72.824	50.5	3.555	4.88	7.899	10.85	11
Maia	10	112.082	57.086	50.93	3.762	6.59	2.272	3.98	11
Matosinhos	4	150.242	73.754	49.09	3.584	4.86	2.725	3.69	11
Oliveira de Azeméis	12	61.272	34.414	56.17	1.372	3.99	919	2.67	9
Paredes	18	72.323	46.589	64.42	1.410	3.03	1.440	3.09	9
Porto	7	219.949	115.698	52.6	2.922	2.53	2.180	1.88	13
Póvoa de Varzim	7	60.035	29.485	49.11	1.260	4.27	665	2.26	9
Santa Maria da Feira	21	125.741	69.667	55.41	3.593	5.16	2.068	2.97	11
Santo Tirso	14	64.247	39.867	62.05	1.571	3.94	905	2.27	9
São João da Madeira	1	20.324	10.016	49.28	363	3.62	191	1.91	7
Trofa	5	33.444	22.397	66.97	775	3.46	522	2.33	7
Vale de Cambra	7	22.358	13.884	62.1	377	2.72	427	3.08	7
Valongo	4	80.945	41.186	50.88	2.180	5.29	1.586	3.85	9
Vila do Conde	21	69.418	38.994	56.17	1.670	4.28	858	2.2	9
Vila Nova de Gaia	15	261.037	139.300	53.36	7.210	5.18	4.932	3.54	11

Fonte: DGAI, 2013

Centrando-nos agora no município de Gondomar, e à semelhança do panorama nacional, supra-municipal e municipal, todas as freguesias do município de Gondomar registaram variações positivas refletidas em abstenção eleitoral, quando comparadas as eleições para a Câmara Municipal nos anos 2009 e 2013, conforme o quadro 4.

A União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e a União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo foram os territórios onde essa abstenção registou maior variação.

Quadro 4: Taxa de abstenção nas eleições para a Câmara Municipal nas freguesias do município de Gondomar, 2009 e 2013

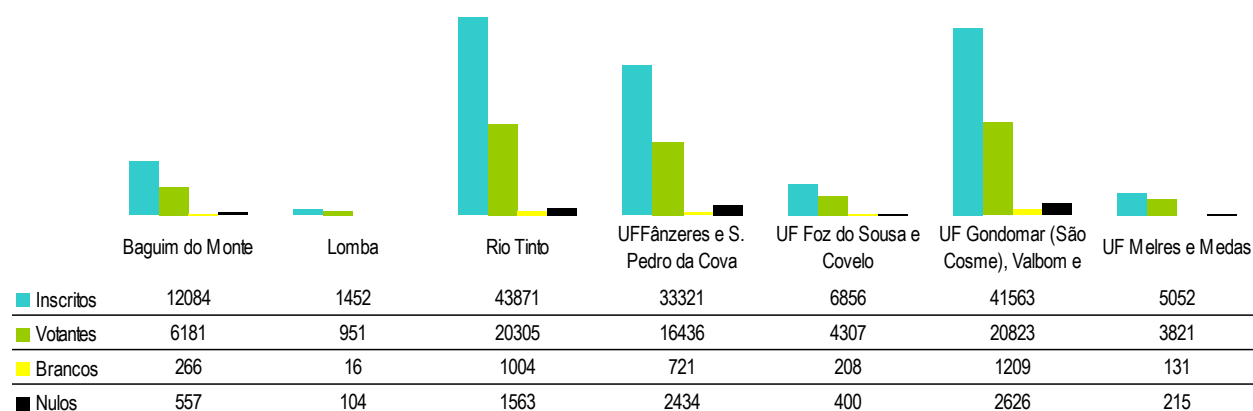
Município de Gondomar – Freguesias	Taxa de abstenção nas eleições para a Câmara Municipal		
	2009	2013	Varição
Baguim do Monte	39,75%	48,85%	9,10%
Fânzeres e S. Pedro da Cova	41,47%	50,67%	9,20%
Foz do Sousa e Covelo	25,94%	37,18%	11,24%
Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	37,65%	49,90%	12,25%
Lomba	25,64%	34,50%	8,86%
Melres e Medas	22,18%	24,37%	2,19%
Rio Tinto	42,96%	53,72%	10,76%

Fonte: <http://autarquicas2013.mj.pt/>

É igualmente de notar que a taxa de abstenção é superior nas freguesias mais urbanas do município, como Rio Tinto, a União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, a União de Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim e Baguim do Monte, respetivamente. Relativamente à variação da taxa de abstenção eleitoral a mesma é menor na União de Freguesias de Melres e Medas e na freguesia da Lomba.

É sem surpresa que o gráfico abaixo demonstra, que a população votante, que efetivamente expressa a sua opinião através da participação eleitoral, fica muito aquém da população inscrita, que reúne condições para votar; é possível ainda aferir a maior representatividade de votos nulos em relação aos votos brancos.

Gráfico 1: Caracterização da participação eleitoral nas eleições para a Câmara Municipal por freguesia, 2013



Fonte: DGAI, 2013

Importa ainda, antes de terminarmos esta abordagem, referir que num esforço de construir uma sociedade civil mais interventiva e motivada para a participação, a Câmara Municipal de Gondomar bem como a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, ainda durante o ano de 2014 lançaram o Orçamento Participativo com o propósito de garantir motivação junto das estruturas políticas para a partilha de decisões com as comunidades, e desta forma incluir cada visão e contributo na promoção de decisões mais justas e concertadas.

O Orçamento Participativo permite constituir um espaço de diálogo contínuo mas também de proximidade, equidade, dinamismo e transparência, para que a participação de todos/as construa efetivamente uma comunidade mais democrática, igualitária e equitativa, aproximando novamente os cidadãos da construção de uma sociedade verdadeiramente democrática que por o ser se quer participada.

No que se refere ao 1.º Orçamento Participativo de Gondomar, dinamizado pela Câmara Municipal de Gondomar, que decorreu em 2014, foram admitidas a votação 11 propostas. Estas propostas, provenientes de diversos territórios do município – Gondomar (S. Cosme): 1; Rio Tinto: 1; Baguim do Monte: 3; Fânzeres: 2; Melres: 1; Medas: 1; e S. Pedro da Cova: 2 - foram votadas por 227 pessoas através de voto on-line sendo as mais participativas entre a faixa etária dos 46 aos 55 anos de idade, conforme o quadro abaixo.

Quadro 5: Faixa etária dos votantes no 1.º Orçamento Participativo de Gondomar

18-25 anos de idade	26-35 anos de idade	36-45 anos de idade	46-55 anos de idade	56-65 anos de idade	+ 65 anos de idade	Não definido
21	38	50	55	27	11	25

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar | novembro 2014

Relativamente às propostas sugeridas e posteriormente votadas, é possível perceber que, das 11 propostas admitidas a votação, apenas 9 reuniram votação (“Reconversão de lavadouro” e “Sentido único” não reuniram votos), conforme o quadro abaixo.

Importa ainda referir que as propostas mais votadas se depreendem com a Construção de um Parque de Jogos em Santa Bárbara e de um Parque Infantil.

Quadro 6: Propostas que reuniram votos no 1.º Orçamento Participativo de Gondomar

Parque de Jogos - Santa Bárbara	Parque Infantil	Construção Parque Infantil - Lg. Padre Alberto Luis Santos (Medas)	Campos de voleibol de praia - Monte Crasto	Avenidas de Saúde	Construção de parque intergeracional	Reconstrução do Parque Infantil - Praceta António Pedro	Hortas comunitárias	Conservação de parque infantil - Praia de Melres
119	46	16	14	14	11	3	2	2

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar | novembro 2014

No que se refere ao Orçamento Participativo dinamizado pela União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, esta entidade afetou uma verba no valor de € 10.000,00 para esta iniciativa, tendo rececionado 11 propostas que se distribuem por áreas *Temáticas* (de acordo com o regulamento vigente):

Quadro 7: Propostas por área temática votadas no Orçamento Participativo dinamizado pela União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim

Áreas Parâmetros	Ação Social	Cultura, tempos livres e desporto	Educação	Ordenamento urbano e rural	Proteção da Comunidade
N.º	1	1	1	6	2
%	9,09	9,09	9,09	54,55	18,18

Fonte: União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim | novembro 2014

Temas Abordados:

- ✓ Projeto de Ação Social;
- ✓ Aquisição de ambulância ABTM;
- ✓ Balança adaptada a cadeira de rodas para Escolas;
- ✓ Evento solidário para sensibilização da opinião pública à não discriminação e direito à igualdade;
- ✓ Reparação de Passeios e Arruamentos;
- ✓ Acabamento de rua;
- ✓ Apoio a evento de relevo internacional;
- ✓ Arranjo a espaço amplo mas estéril;
- ✓ Arranjo e manutenção de Lavadouros (2 propostas diferentes);
- ✓ Arranjo de uma rua.

Distribuição da tipologia dos subscritores (pessoa colectiva ou individual) às propostas apresentadas:

N.º de Pessoas Coletivas: 8 (23,53%)

N.º de Pessoas individuais: 26 (76,47%)

Quando falamos de participação, parece-nos igualmente implícito falarmos de implicação na comunidade o que se traduz em Voluntariado pelo “(...) *conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.*”

(Lei 71/98, de 3 de Novembro)

Com o propósito de se enquadrar a participação cidadã através do voluntariado iremos de seguida enunciar algumas das conclusões obtidas com o Inquérito ao Trabalho Voluntário 2012, realizado como anexo ao Inquérito ao Emprego referente ao 3.º trimestre de 2012, pelo INE.

Deste inquérito é possível perceber a estrutura da distribuição regional da população em termos de voluntariado, sendo que a região Norte concentrou mais de um terço do total de voluntários (34,6%), seguindo-se as regiões de Lisboa (27,4%), Centro (24,1%), Alentejo (6,4%), Algarve (3,7%), R. A. Madeira (2,0%) e, com a menor concentração, a R. A. Açores (1,7%).

Estas percentagens revelam que em 2012 foram envolvidos, pelo menos numa atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário, cerca de 1 milhão e 40 mil pessoas com 15 ou mais anos de idade, referente a uma taxa de voluntariado estimada para 11,5%, tendo-se registado uma taxa de voluntariado feminina superior à masculina (12,7% vs. 10,3%).

Estima-se que as ações de voluntariado corresponderam a cerca de 4% do total de horas trabalhadas e que o seu valor monetário equivalente correspondeu aproximadamente a 1% do PIB.

Uma caracterização mais pormenorizada diz-nos que relativamente à distribuição etária das pessoas que realizaram trabalho voluntário foram registadas as seguintes taxas de voluntariado: 11,6% entre os 15-24 anos de idade, 13,1% entre os 25-44 anos de idade, 12,7% no escalão dos 45-64 anos de idade, e 7,3% na faixa etária dos maiores de 65 anos; relativamente à situação perante o emprego a taxa de voluntariado da população empregada (12,8%) foi muito próxima da população desempregada (13,1%), mas revelou-se inferior nos inativos (9,4%); relacionando a participação no trabalho voluntário ao nível de escolaridade, observou-se, em 2012 que a taxa de voluntariado foi de 21,3% para os indivíduos voluntários com ensino superior.

De realçar que a maior parte dos voluntários formais se dedicou a tarefas relacionadas com o apoio social (ações de recolha de alimentos, bombeiros voluntários, apoio a creches, jardins de infância e centros de dia), e em atividades das organizações desportivas, recreativas e de arte e cultura, sendo que as mulheres predominaram nas primeiras e que os homens apresentaram um peso muito significativo nas segundas. De destacar igualmente as organizações religiosas, com 21,7% do total dos voluntários formais, onde as mulheres apresentaram uma concentração superior quando comparada com o domínio desportivo/recreativo.

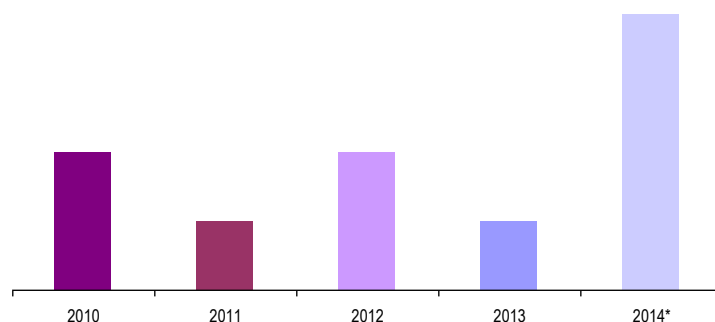
Consciente do papel que o voluntariado representa no reforço da coesão social e na consolidação do regime democrático e da cidadania, a Câmara Municipal de Gondomar, em parceria com o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, como forma de organizar e valorizar o exercício do Voluntariado, dinamiza desde 04 de Novembro de 2008 o Banco Local de Voluntariado de Gondomar (BLVG). O BLVG pretende instituir-se como um local de encontro/mediação entre pessoas que expressam a sua disponibilidade para serem voluntárias, e entidades, que reúnam condições para integrar voluntários disponibilizando informação, formação e apoios diversos às organizações e aos voluntários.

O BLVG permite a pessoas residentes ou que desenvolvam uma relação profissional ou educativa no Município de Gondomar, desde que maiores de 16 anos de idade e possuam aptidões físicas, psíquicas e intelectuais para desenvolver a atividade escolhida, desenvolver um programa de voluntariado devidamente estruturado numa instituição parceira - *organizações sediadas no Município de Gondomar, desde que prossigam fins não lucrativos ou sejam de serviços públicos*, exercendo assim a sua cidadania.

É ainda condição que todas as pessoas interessadas em fazer voluntariado, mesmo que em ações de carácter pontual, frequentem uma ação de formação inicial em Voluntariado promovida pelo BLVG como garante de sensibilização, reflexão e consciencialização do Voluntariado; existe igual procedimento para com as entidades parceiras.

O gráfico abaixo permite uma percepção sobre as ações de formação iniciais em Voluntariado promovidas e/ou realizadas pelo BLVG; apenas em 2013, no âmbito de uma parceria estabelecida entre o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado e a Área Metropolitana do Porto os técnicos dos 16 municípios integrantes viram-se capacitados como formadores reconhecidos neste âmbito. Desde essa data até Julho de 2014, o BLVG já promoveu 5 ações de formação iniciais em Voluntariado das 10 que promoveu desde a sua constituição.

Gráfico 2: N.º de Formações Iniciais em Voluntariado promovidas/realizadas pelo BLVG



Fonte: BLV de Gondomar, agosto de 2014

De acordo com a recolha realizada em agosto de 2014, encontravam-se à data inscritas 234 pessoas no BLVG das quais 152 já frequentaram a ação de formação inicial em Voluntariado estando por isso mesmo preparadas para participar em ações de voluntariado; importa referir que os/as voluntários/as que integram programas de voluntariado de curta, média ou longa duração recebem igualmente formação adequada e contextualizada ao perfil de posto/ funções que vão desempenhar, responsabilidade das entidades que acolhem os/as voluntários/as.

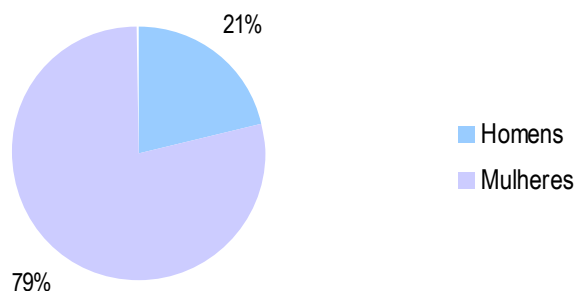
Quadro 8: Pessoas inscritas no BLVG por sexo e com frequência de formação inicial em voluntariado

Formação Inicial em Voluntariado	Homens	Mulheres	HM
Com frequência de formação	38	114	152
A aguardar por formação	12	70	82
Total	50	184	234

Fonte: BLV de Gondomar, agosto de 2014

Das 234 pessoas no BLVG, 50 são homens, correspondente a 21% e 184 são mulheres, corresponde a 79%, dados que corroboram os nacionais quando falamos em participação formal no voluntariado com uma expressão significativa por parte do sexo feminino.

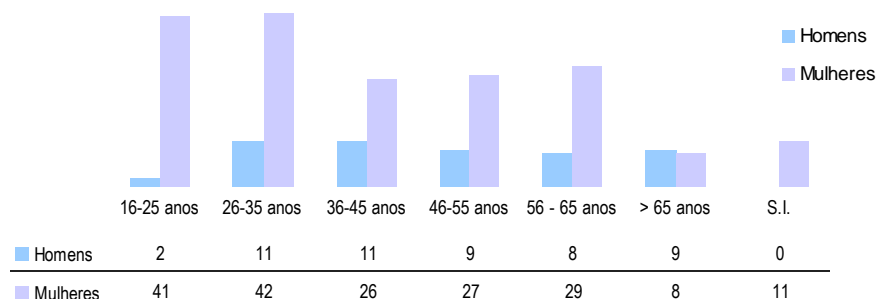
Gráfico 3: Pessoas inscritas no BLVG por sexo



Fonte: BLV de Gondomar, agosto de 2014

Analisando o número de inscritos por faixa etária são as pessoas mais jovens do município, com idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos de idade e dos 16 aos 25 anos de idade aquelas que têm maior representação ao nível do BLVG.

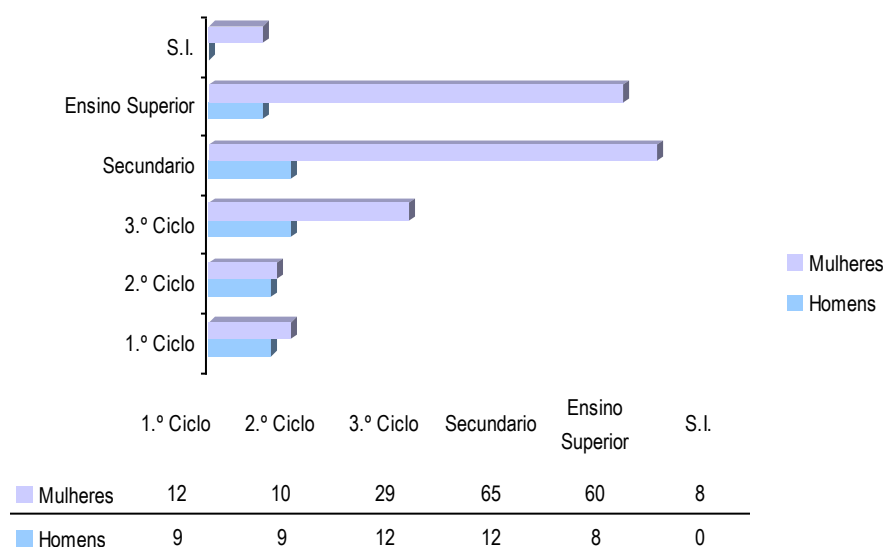
Gráfico 4: Pessoas inscritas no BLVG por faixa etária e sexo



Fonte: BLV de Gondomar, agosto de 2014

Caracterizando agora as pessoas inscritas no BLVG relativamente ao nível de escolaridade, o município de Gondomar corrobora uma vez mais os dados nacionais, atendendo a que quanto mais baixa a escolaridade, menor é efetivamente a participação voluntária dos indivíduos, ou seja, 135 dos inscritos têm entre o ensino secundário e o ensino superior o que representa mais de 50% do total das inscrições.

Gráfico 5: Pessoas inscritas no BLVG por nível de escolaridade

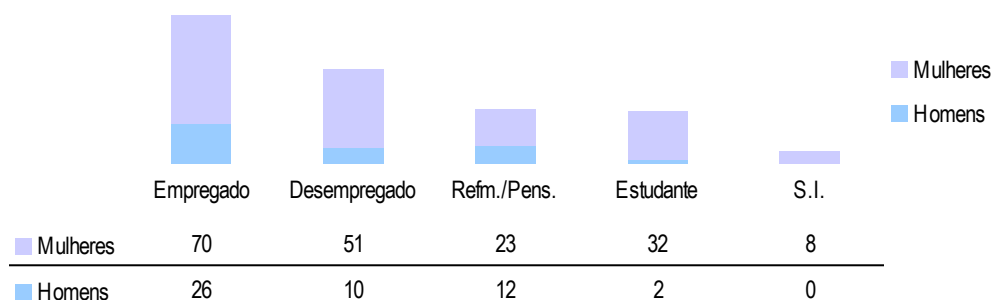


Fonte: BLV de Gondomar, agosto de 2014

Relativamente à situação face ao emprego, 96 pessoas inscritas no BLVG estão empregadas, 61 pessoas estão desempregadas, 35 pessoas estão reformadas ou são pensionistas e 34 são estudantes; 8 pessoas inscritas no BLVG não mencionam esta situação.

Desta análise, ainda que à escala municipal aferimos que a iniciativa de participar e se implicar na comunidade não é condição única de pessoas que se encontrem em situação de desemprego.

Gráfico 6: Pessoas inscritas no BLVG de acordo com situação face ao emprego



Fonte: BLV de Gondomar, agosto de 2014

Em termos de residência, é a União das Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim aquela que tem maior expressão, destacando-se desta o território de Gondomar (São Cosme); tal poderá estar relacionado com a proximidade dos serviços, mas também pelo facto de a Junta de Freguesia de Gondomar (São Cosme) dinamizar um grupo de voluntariado de proximidade desde 2007, contribuindo lateralmente para a divulgação de ações de voluntariado naquele território.

As pessoas residentes nos territórios de Gondomar (São Cosme), Rio Tinto e Fânzeres, territórios em que existem dinâmicas e estruturas locais de incentivo ao voluntariado, são as que mais procuram o BLVG em detrimento das que residem nos territórios de Medas, Melres e Covelo; de notar que apenas a freguesia da Lomba, que geograficamente se encontra separada pelo Rio Douro dos restantes territórios do concelho, não regista qualquer inscrição no BLVG.

Quadro 9: Pessoas inscritas no BLVG por freguesia de residência

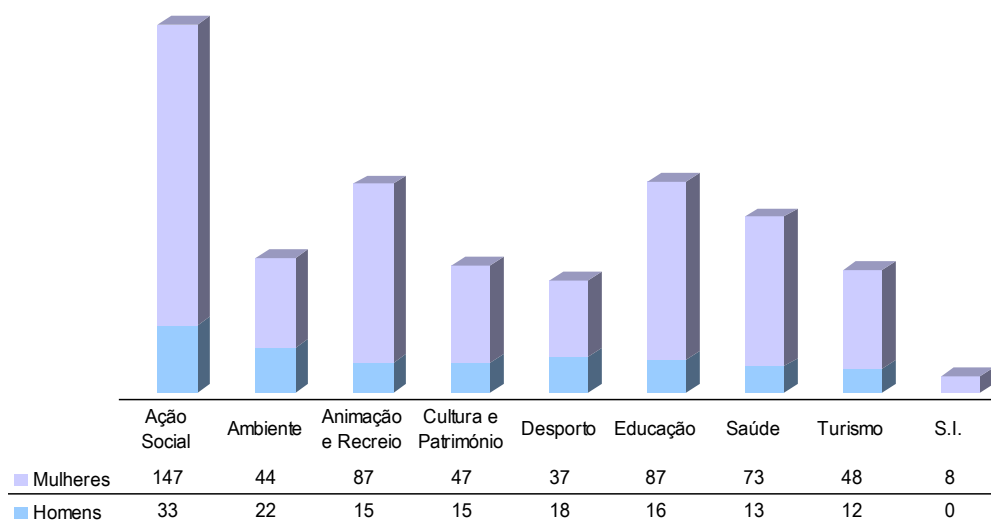
Freguesia de Residência	HM	H	M
Baguim do Monte	9	1	8
Lomba	0	0	0
Rio Tinto	59	17	42
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova	35	7	28
Fânzeres	24	3	21
S. Pedro da Cova	11	4	7
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	17	1	16
Covelo	4	0	4
Foz do Sousa	13	1	12
União das Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	99	23	76
Gondomar (São Cosme)	69	13	56
Valbom	20	7	13
Jovim	10	3	7
União das Freguesias de Melres e Medas	3	0	3
Melres	2	0	2
Medas	1	0	1
Outras freguesias/Municípios	5	1	4
Sem Informação	7	0	7

Fonte: BLV de Gondomar, agosto de 2014

Aquando da inscrição no BLVG é possibilitada a escolha de áreas de interesse no sentido de ser devidamente enquadrado e contextualizado as motivações e expetativas dos/as voluntários/as.

Neste sentido o BLVG está organizado nas seguintes áreas: Ação Social, Ambiente, Animação e Recreio, Cultura e Património, Desporto, Educação, Saúde e Turismo; importa referir que não existe limitação ao número de áreas a escolher.

Gráfico 7: Pessoas inscritas no BLVG por área de interesse



Fonte: BLV de Gondomar, agosto de 2014

O gráfico 7 permite-nos ter a perceção das áreas mais apontadas pelos/as voluntários/as como de preferência para atuação, sendo que a Ação Social - *o cuidar e estar com e pelo o outro*, é a área que mais se destaca; seguidamente âmbitos como a Educação, Animação e Recreio e a Saúde são igualmente os mais requeridos.

Atendendo a que o BLVG depende quase integralmente das ofertas de voluntariado lançadas pelas suas entidades parceiras, que à presente data são 20 (vinte), o quadro abaixo (quadro 10) permite-nos visualizar as ofertas existentes e a participação dos voluntários desde 2011.

Quadro 10: Integração de voluntários de acordo com as ofertas de voluntariado existentes

Área	2011	2012	2013	2014
Ação Social	26	36	33	65
- Ação Social	18		5	24
- Alimentos	8	36	28	
- Peditórios				41
Ambiente		6	5	7
Animação e Recreio	4		3	22
Educação			8	12
Total	30	42	49	106

Fonte: BLV de Gondomar, agosto de 2014

Podemos então observar que a área mais requerida pelos/as voluntários/as - Ação Social, é aquela que mais ofertas de voluntariado lança e consequentemente onde mais integrações acontecem; destas destacam-se a colaboração e participação de voluntários/as no Dia Metropolitano dos Avós em 2011 e 2014; na distribuição de alimentos por famílias carenciadas no âmbito do PCAAC – Programa Comunitário de Apoio Alimentar a Carenciados; peditórios devidamente organizados e autorizados no município de Gondomar a favor de diversas instituições. Posteriormente a área Animação e Recreio (colaboração em instituições parceiras e o Dia da Criança, organizado em 2014 pela Divisão da Juventude da Câmara Municipal de Gondomar) é aquela que tem solicitado uma maior participação de voluntários/as, logo precedida pela Educação (organização de Centros de Estudo pelas entidades parceiras essencialmente para resposta a crianças carenciadas) e depois pelo Ambiente (Projeto 100.000 árvores e Limpar a Europa); áreas como a Cultura e Património, Desporto, Saúde e Turismo ainda não têm referência ao nível do BLVG.

Em súmula, e caracterizando o perfil dos/as voluntários/as inscritos/as no BLVG podemos afirmar que predominam as mulheres, dos 234 inscritos/as 152 são do sexo feminino, destacando-se pessoas jovens entre os 16 e os 35 anos de idade, empregados e com níveis de escolaridade mais elevados, entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior. Importa realçar que mais de 50% dos/as inscritos/as no BLVG já frequentaram a ação de formação inicial em Voluntariado estando por isso mesmo preparadas para participar em ações de voluntariado



AMBIENTE

Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Ambiente

- principais indicadores -

QREN (2007-2013)

Atendendo ao elevado encargo energético com o funcionamento das sete piscinas municipais, o Município está a implementar:

Substituição da caldeira existente (que recorre a Gás Natural) por uma a Biomassa;

Instalação de uma cobertura do plano de água;

Melhoria do sistema de iluminação;

Correção de fator de potência.

O Município de Gondomar apresentou em 2009, uma candidatura no âmbito da Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Imateriais, denominada **Plano Municipal de Emergência de Gondomar**.

Gestão dos resíduos urbanos

O município de Gondomar tem uma despesa com a gestão e proteção do ambiente de 6.971 milhares de euros, ocupando o terceiro lugar no que diz respeito aos municípios da GAMP;

Resíduos urbanos recolhidos por tipo de recolha

resíduos recolhidos, o município de Vila Nova de Gaia surge em primeiro lugar, com 139.305 toneladas, seguido de perto pelo Porto, com 138.743, depois por Matosinhos e Gondomar.

quanto à recolha seletiva, o município Porto surge em primeiro lugar, a seguir Matosinhos, depois a Maia e, novamente em quarto lugar, o município de Gondomar.

Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais

Taxa de cobertura do sistema de abastecimento de água é de 100% e o consumo médio diário no início da concessão era de 26.650 m³/dia

A população servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR) é de 141.292 habitantes, o que equivale a uma percentagem de 84%, valor praticamente igual à do Grande Porto (83%), mas superior à percentagem relativa à Região Norte (65%) e à de Portugal continental (73%).

84% da população é servida por sistemas de drenagem de águas residuais, tal como acontece em Portugal continental; contextualizado este valor com os concelhos do Grande Porto, apenas Vila do Conde apresenta um valor inferior (70%) a Gondomar.

Este Diagnóstico Social, como instrumento dinâmico de caracterização e reflexão sobre o concelho de Gondomar, ficará certamente mais completo pelo facto de incluir, pela primeira vez, a temática ambiental.

As questões ligadas ao Ambiente são consideravelmente amplas, o que faz com que se tenha que definir concretamente os subtemas e respetivos indicadores fundamentais para se caracterizar Gondomar, em termos ambientais.

Num primeiro momento, traça-se uma breve retrospectiva em termos de enquadramento nacional e União Europeia, para posteriormente a análise se centrar no espaço regional: Área Metropolitana do Porto (AMP) e/ou Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP).

No que diz respeito ao Município de Gondomar, os indicadores de análise incidiram na gestão de resíduos urbanos, no abastecimento de água e tratamento de águas residuais, bem como na análise dos seus indicadores.

Ainda no âmbito municipal, far-se-á uma análise resumida aos diversos projetos cujas tipologias estão ligadas ao ambiente e que foram objeto de participação nos diferentes quadros comunitários de apoio, bem como uma descrição sumária dos projetos e das unidades orgânicas da autarquia ligadas a este setor.

Enquadramento no âmbito nacional e na União Europeia

A preservação ambiental tem assumido uma importância crescente na União Europeia e em Portugal, o que se traduziu na definição da política ambiental comunitária e nacional e na integração do ambiente nas demais políticas.

No nosso país, a política do ambiente é relativamente recente – a Lei de Bases do Ambiente data de 1987 – e enquadra-se nas preocupações e opções da União Europeia em matéria ambiental.

As primeiras medidas comunitárias em prol da qualidade ambiental datam de finais da década de 60. A partir do início dos anos 70, a Europa comprometeu-se firmemente a defender o ambiente: a proteção da qualidade do ar e da água, a preservação dos recursos e da biodiversidade, a gestão dos resíduos e das atividades com impacto negativo são alguns dos domínios da ação europeia, quer a nível dos estados membros, quer ao nível internacional.

A política ambiental da União Europeia baseia-se na ideia de que elevados padrões ambientais estimulam a inovação e as oportunidades de negócio. As políticas económicas, sociais e ambientais estão fortemente integradas.

O objetivo da União Europeia é a criação de um adequado nível de proteção em todo o seu espaço territorial. Para tal, Portugal tem de acompanhar e dar concretização às grandes opções comunitárias no âmbito da política ambiental, e por conseguinte foi elaborado um quadro legislativo em matéria de ambiente; criaram-se o ministério do ambiente (1990), ministério das cidades do ordenamento do território e ambiente; foram criadas as direções regionais do ambiente e ordenamento do território; canalizam-se maiores recursos financeiros para esta temática, em parte no âmbito de programas comunitários definidos de forma integrada com outras políticas comuns relevando assim que a preocupação ambiental está presente em todos os domínios de modo a que as metas relativas ao ambiente sejam mais facilmente alcançadas.

A estratégia Europa 2020, lançada em 2010 para os dez anos seguintes, é a estratégia da União Europeia para o crescimento e o emprego. Esta estratégia visa não só a saída da crise, da qual as economias estão a recuperar muito gradualmente, mas também o colmatar de deficiências do nosso modelo de crescimento criando-se condições para um desenvolvimento inteligente e sustentável.

Foram definidos cinco objetivos principais que a União Europeia deverá atingir até ao final de 2020. Um deles diz respeito às alterações climáticas e à sustentabilidade energética nomeadamente:

- Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990
- Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis, e ainda
- Aumentar em 20% a eficiência energética

No relatório “AMP 2020 Estratégia” da responsabilidade da Área Metropolitana do Porto, que apresenta uma proposta de estratégia de desenvolvimento para o próximo período de programação dos fundos estruturais (2014-2020), acompanhado pelo respetivo Plano de Ação, é notória a relevância dada ao Ambiente. Este último tem por objetivo operacionalizar e executar a estratégia definida para o território da Área Metropolitana do Porto no horizonte 2020, assentando em nove eixos de intervenção, dois dos quais ligados à temática ambiental.

O eixo 3, denominado “Descarbonizar”, está decomposto nas seguintes ações:

- Eficiência Energética nos edifícios propriedade de entidades públicas, incluindo os empreendimentos sociais e nos espaços públicos;

- Avaliação, divulgação e estímulo à otimização do potencial de energias renováveis existentes na AMP (eólico, solar, fotovoltaico, híbrido, biomassa, etc.);
- Comunidades de baixo consumo energético;
- Um corredor verde do campo até à cidade;
- Uma floresta valorizada é uma floresta protegida;
- Mobilidade elétrica;
- Promoção da eficiência energética nas escolas;
- Agência de Energia Metropolitana.

O eixo 4, sob o lema “Recursos – Salvaguardar, Preservar e Valorizar”, tem também algumas das suas ações ligadas diretamente à temática ambiental, nomeadamente:

- Atlas climático da AMP – uma ferramenta para melhorar a adaptação aos efeitos adversos das alterações climáticas;
- Respir(ar) melhor;
- Colmatar as lacunas nas infraestruturas e equipamentos de saneamento;
- O ciclo hidrológico existe;
- Beba a água da torneira;
- Valorizar e reduzir os RSU’s, RDI’S e RPP’S, entre outras.

Para além das ações desenvolvidas a nível comunitário, pelas administrações central, regional ou local, é fundamental não esquecer o trabalho levado a cabo pelas entidades não governamentais ligadas à temática ambiental.

As Organizações Não Governamentais para o Ambiente (ONGA, regime jurídico definido pela Lei n.º 35/98 de 18 de Julho) têm tido um importante papel na divulgação de informação, na formação da opinião pública e na influência dos processos de decisão. Associações como a Agência Portuguesa do Ambiente, GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, a LPN – Liga para a Proteção da Natureza ou a QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza.

De acordo com o Anuário Estatístico da Região Norte 2012, no município de Gondomar existe representatividade de uma organização não governamental de ambiente (por referência à praia da Lomba) – a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) que é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à Educação para o Desenvolvimento Sustentável e à gestão e reconhecimento de boas práticas ambientais.

Enquadramento Regional e no Município de Gondomar

O poder local, devido à sua proximidade com as pessoas, é um meio privilegiado para potenciar o desenvolvimento de políticas públicas integradas.

O Município de Gondomar, como entidade da Administração Local, dispõe de atribuições e competências associadas à satisfação das necessidades da sua população nomeadamente no âmbito do abastecimento público de água, do saneamento básico, bem como da Educação e da Sensibilização Ambiental.

Analisando os projetos objeto de financiamento comunitário cuja entidade promotora foi a Câmara Municipal e/ou os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Gondomar desde o Quadro Comunitário de Apoio II (1994-1999) até ao QREN (2007-2014) constata-se que a temática ambiental, foi sempre uma prioridade.

Em relação ao QCA II, cerca de 45% dos projetos aprovados, estiveram ligados à temática ambiental. Tendo em atenção as trinta e três operações candidatas a fundos comunitários, quinze estão relacionadas com o ambiente. Considerando também o valor elegível aprovado, aquela percentagem mantém-se. Neste conjunto estão incluídos projetos ligados à rede de água e de saneamento, à remodelação e valorização de ETAR's, bem como à recuperação e valorização de espaços verdes como a Quinta das Freiras.

No que diz respeito aos projetos aprovados no âmbito da Operação Norte relativos ao Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006), a percentagem de projetos ligados ao ambiente, tendo em conta o investimento elegível, foi de 63,78%, ou seja, dum total de investimento elegível aprovado de 42.913.748€, 26.736.561€ estão ligados ao ambiente.

Considerando o período de programação dos fundos estruturais que agora termina (2007-2013), o Município de Gondomar apresentou ao programa regional vinte e sete candidaturas no valor total de 41.517.969€, nove dos quais estão diretamente ligados ao ambiente, totalizando um investimento elegível de 2.682.649€. Assim sendo, e considerando o número de operações apresentadas, 33,3% estão relacionadas com o ambiente, no entanto se se tiver em conta os valores investidos, apenas 6,46% do montante elegível diz respeito a esta temática.

No âmbito do QREN (2007-2013), o Município de Gondomar apresentou projetos com impactos energéticos e ambientais significativos a vários níveis.

Atendendo ao elevado encargo energético com o funcionamento das sete piscinas municipais, o Município está a implementar, com apoio comunitário, as seguintes ações de melhoria da eficiência energética:

- Substituição da caldeira existente (que recorre a Gás Natural) por uma a Biomassa;
- Instalação de uma cobertura do plano de água;
- Melhoria do sistema de iluminação;
- Correção de fator de potência.

O investimento previsto, de cerca de 1.600.000€, beneficiará a fatura energética da autarquia nestes equipamentos desportivos, que contam com mais de 20.000 utilizadores anuais.

Com o objetivo de promover ações de eficiência energética, o município de Gondomar apresentou uma candidatura que previu a instalação de cento e dois reguladores de fluxo luminoso na rede de iluminação pública de Gondomar, permitindo otimizar a potência absorvida nos períodos de atividade reduzida e a utilização de um sistema de telegestão que permitirá acompanhar a evolução do consumo de energia. Trata-se de um projeto piloto de carácter inovador e demonstrativo, para posterior generalização.

Para além das sete candidaturas ligadas à eficiência energética das piscinas, o Município de Gondomar, em 2009, apresentou uma candidatura no âmbito da Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Imateriais, denominada Plano Municipal de Emergência de Gondomar.

Este concelho está sujeito a vários perigos aos quais estão associados diferentes riscos, estes advêm das condições naturais da sua geografia bem como da sua utilização. Por um lado, a existência de áreas extensas de monocultura de eucalipto associadas a declives acentuados torna este território propenso a incêndios de elevadas proporções, por outro lado, a existência, no concelho, de indústrias que laboram com materiais de elevado risco, como por exemplo químicos, podem provocar acidentes graves e/ou catástrofes.

Assim sendo, esta candidatura previu as seguintes ações:

- Caracterização do risco, definição de cenários e elaboração de cartografia do Concelho de Gondomar;
- Implementação de um Sistema de Informação Geográfico (SIG) para a gestão do Plano Municipal de Emergência;
- Divulgação e informação da população dos riscos existentes no concelho.

Ainda, no âmbito das ações imateriais, o Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Gondomar, no campo da Educação e Sensibilização Ambiental, tem vindo a realizar diversas iniciativas que promovem as boas práticas ambientais, junto da comunidade escolar e da população em geral.

As iniciativas são de carácter informativo e pedagógico, como ações de sensibilização nas escolas, palestras e workshops dinamizados no Centro de Educação Ambiental da Quinta do Passal e ainda, a comemoração da Semana da Energia e Ambiente, que na edição de 2014, agregou as comemorações do Dia Nacional da Energia (29 de maio) e o Dia Mundial do Ambiente (5 de junho). Esta iniciativa, promovida pela AdEPorto (Agência de Energia do Porto), oferece um conjunto de atividades diversificadas, de carácter técnico, lúdico e pedagógico de modo a envolver todos os cidadãos, em que se pretende alertar e consciencializar para ações que visem a diminuição do consumo energético, bem como o correto uso dos recursos energéticos

A partir de 2014, o Pelouro do Ambiente passou a ser composto pela Divisão de Desenvolvimento Ambiental, que, por sua vez, se encontra dividida nas seguintes unidades orgânicas:

- o Gabinete de Conservação Ambiental e da Natureza,
- o Gabinete de Estudos e Impactos Ambientais,
- o Gabinete de Ruído;
- o Setor de Gestão de Resíduos e Serviços.

Segundo as Grandes Opções do Plano e Orçamento relativas ao ano de 2014, a Divisão de Desenvolvimento Ambiental centra a sua atividade na gestão de resíduos urbanos, na limpeza e higiene dos espaços públicos, na construção e gestão de espaços verdes urbanos, na proteção e na requalificação dos recursos hídricos municipais, bem como nas áreas de património natural protegido, na educação ambiental, no ruído, na qualidade do ar, no serviço de veterinária municipal e na promoção da salubridade pública.

O objetivo desta Divisão é dar continuidade aos programas iniciados anteriormente e conseguir desenvolver novos projetos, tendo por base uma gestão otimizada dos recursos existentes, bem como o planeamento dos recursos necessários que visem a melhoria do bem estar das populações do concelho de Gondomar.

Gestão de Resíduos Urbanos

Desde o dia 1 de março de 2013, a recolha de resíduos sólidos e higiene urbana no município de Gondomar passou a ser realizada pela Rede Ambiente EGEO, de acordo a prestação de serviços adjudicada a este Consórcio.

Em Gondomar, a gestão e tratamento dos resíduos urbanos é efetuada pela LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto.

A LIPOR é a entidade responsável pela gestão, valorização e tratamento dos Resíduos Urbanos produzidos em mais sete municípios, para além de Gondomar, a saber: Espinho, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde. Constituída como Associação de Municípios em 1982, a Lipor trata, todos os anos, cerca de 500 mil toneladas de resíduos urbanos produzidos por cerca de 1 milhão de habitantes (1,38 Kg/Hab./dia produção de RU per capita).

A gestão dos resíduos urbanos é efetuada através da adoção de sistemas integrados e da minimização da deposição de resíduos em aterro. Esta entidade desenvolveu uma estratégia integrada de valorização, tratamento e confinamento dos resíduos urbanos, baseada em três componentes principais: Valorização Multimaterial, Valorização Orgânica e Valorização Energética, completadas por um Aterro Sanitário para receção dos rejeitados e de resíduos previamente preparados.

Esta entidade aprovou em 2008 a revisão do seu Plano Estratégico para a Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos do Grande Porto com o objetivo de fundamentar, planear e descrever a intervenção da Associação de Municípios no período de 2007-2016.

Como se pode verificar no quadro seguinte, o município de Gondomar tem uma despesa com a gestão e proteção do ambiente de 6.971 milhares de euros, ocupando o terceiro lugar no que diz respeito aos municípios da GAMP que mais gastam neste âmbito. À sua frente estão apenas os municípios do Porto e Matosinhos.

No que concerne às receitas, Gondomar ocupa o quarto lugar, atrás dos concelhos do Porto, Matosinhos, e a Póvoa de Varzim.

Quadro 1: Receitas e Despesas - Gestão e Proteção do Ambiente, 2012

NUTS e Concelhos	Receitas	Despesas
	unidade: milhares de euros	
Portugal Continental	194 886	534 966
Norte	68 891	159 674
Grande Porto	32 836	74 088
AMP	38 702	91 999
Arouca	252	1 347
Espinho	1 408	1 302
Gondomar	4 620	6 971
Maia	121	4 541
Matosinhos	5 393	12 316
Oliveira de Azeméis	1 293	1 783
Paredes	1 671	3 295
Porto	8 726	28 625
Póvoa de Varzim	4 861	3 849
Santa Maria da Feira	1 529	4 263
Santo Tirso	0	3 534
São João da Madeira	82	1 764
Trofa	84	934
Vale de Cambra	254	991
Valongo	2 036	6 638
Vila do Conde	2 096	3 776
Vila Nova de Gaia	3 576	6 070

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2012

De acordo com indicações da Divisão de Desenvolvimento Ambiental, a despesa do município de Gondomar, em gestão e proteção do ambiente cifra-se em 55,28 euros, por habitante.

O quadro 2 diz respeito à quantidade de resíduos urbanos recolhidos por tipo de recolha, com informação por município.

No seguimento da análise deste quadro, pode-se verificar que, no que concerne ao valor total dos resíduos recolhidos, o município de Vila Nova de Gaia surge em primeiro lugar, com 139.305 toneladas, seguido de perto pelo Porto, com 138.743, depois Matosinhos e Gondomar. Esta sequência é mantida se se tiver em conta a recolha indiferenciada, no entanto, no que toca à recolha seletiva, verifica-se uma ligeira alteração. Neste tipo de recolha, o município Porto surge em primeiro lugar, a seguir Matosinhos, depois a Maia e, novamente em quarto lugar, surge o município de Gondomar.

Os valores referidos nestes dois quadros não suscitam qualquer surpresa uma vez que, quer em termos de receitas/despesas, quer em termos dos valores de recolha de resíduos, os municípios mais populosos e com áreas urbanas consideráveis surgem nos primeiros lugares e Gondomar é disso exemplo.

Quadro 2 - Resíduos Urbanos Recolhidos por Tipo de Recolha, por Município

TIPO DE RECOLHA			
NUTS e Concelhos	TOTAL	Recolha indiferenciada	Recolha seletiva
	Unidade: toneladas		
Continente	4 526 210	3 888 347	637 863
Norte	1 520 833	1 314 708	206 125
Grande Porto	615 380	500 324	115 056
AMP	784 398	652 377	132 020
Arouca	5 850	5 268	582
Espinho	16 784	14 154	2 629
Gondomar	68 249	55 086	13 164
Maia	55 804	39 654	16 150
Matosinhos	85 539	64 711	20 828
Oliveira de Azemeis	24 096	22 113	1 983
Paredes	26 064	23 917	2 147
Porto	138 743	110 135	28 608
Póvoa de Varzim	34 169	26 466	7 702
Trofa	17 270	15 717	1 553
Santa Maria da Feira	47 653	41 823	5 830
Santo Tirso	28 873	26 120	2 753
São João da Madeira	10 553	9 441	1 112
Vale de Cambra	8 660	7 655	1 005
Valongo	37 069	28 536	8 533
Vila do Conde	39 717	32 140	7 577
Vila Nova de Gaia	139 305	129 441	9 864

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2012

De acordo com indicações da Divisão de Desenvolvimento Ambiental, a despesa que o município de Gondomar tem, relativo à recolha de resíduos urbanos, é de aproximadamente 30,83 euros por habitante.

Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais

A Águas de Gondomar, SA é responsável pela exploração do Sistema Municipal de Abastecimento de Água e Drenagem e Tratamento de Águas Residuais de Gondomar, desde janeiro de 2002.

Esta empresa assegura o fornecimento de água para consumo público e o tratamento de águas residuais no concelho.

A taxa de cobertura do sistema de abastecimento de água é de 100% e o consumo médio diário no início da concessão era de 26.650 m³/dia.

A população servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR) é de 141.292 habitantes, o que equivale a uma percentagem de 84%, valor praticamente igual à do Grande Porto (83%), mas superior à percentagem relativa à Região Norte (65%) e à de Portugal continental (73%), como se poderá verificar no quadro seguinte.

Quadro 3: Análise da população servida por sistemas de abastecimento de água; sistemas de drenagem de águas residuais; estações de tratamento de águas residuais

NUTS e Concelhos	População servida por (2009)		
	Sistemas de abastecimento de água	Sistema de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)
	%		
Portugal Continental	96	84	73
Norte	92	76	65
Grande Porto	98	94	83
Espinho	100	100	98
Gondomar	100	84	84
Maia	100	100	86
Matosinhos	100	100	89
Porto	100	100	100
Póvoa de Varzim	100	89	7
Valongo	100	98	91
Vila do Conde	80	70	21
Vila Nova de Gaia	98	94	94

Fonte: Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte, CCDRN

Em Gondomar, 84% da população é servida por sistemas de drenagem de águas residuais, tal como acontece em Portugal Continental. No entanto, tendo em conta os concelhos do Grande Porto, apenas Vila do Conde apresenta um valor inferior (70%) a Gondomar.

Segundo a Águas de Gondomar, SA, a capacidade do sistema vai ser incrementada ao longo dos 30 anos de vigência do contrato, visando a resposta adequada a um consumo médio diário de 43.000 m³/dia no final da concessão.

Cerca de 50% do investimento contido no Plano de Investimentos da Águas de Gondomar, SA destina-se ao sistema de recolha e tratamento de águas residuais. Esse investimento tem como grande objetivo dotar o Concelho de Gondomar de uma cobertura adequada de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.



CULTURA

Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Cultura

- principais indicadores -

Entre 2010 a 2013 o fluxo cultural existente no município por espaços culturais dos quais a autarquia é gestora:

Biblioteca Municipal, ofertas culturais classificadas em Serviço Educativo, Exposições, Literatura, Formação e Seminários. Ainda no espaço da Biblioteca Municipal houve momentos dedicados às Artes, nomeadamente Teatro, Cinema e Música assim como à divulgação do Património concelhio.

Auditório Municipal, espaço utilizado essencialmente para Exposições, Encontros e Seminários, Espetáculos dedicados às artes, como a dança, música e o teatro. De acordo com informação do gabinete de apoio à Divisão da Cultura, em 2013 participaram em iniciativas no Auditório Municipal de Gondomar 33.870 espetadores.

Por reconhecer o empenho e dinamismo do Movimento Associativo no Município de Gondomar, que em março de 2014, contava com 313 associações devidamente registadas no cadastro do movimento associativo do Município de Gondomar, a Câmara Municipal de Gondomar, dinamiza anualmente o Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo.

Entre 2009 e 2014 os apoios concedidos pela Câmara Municipal de Gondomar às diversas associações e coletividades do concelho no âmbito do associativismo cultural e recreativo representa um investimento de € 1. 621.409,00 (um milhão, seiscentos e vinte e um mil, quatrocentos e nove euros).

Património

Cultural: terra de tradições, de etnografia e de saber fazer – a sua forte relação com o Rio Douro, acompanha o concelho ao longo de 32 km, traduz-se na prática da pesca artesanal, a pesca do sável e a pesca da lampreia e nos seus territórios rurais pratica-se ainda a chamada agricultura tradicional. Gondomar tem igualmente uma antiga relação com o ouro e a madeira, ocupando a sua filigrana e talha um lugar de destaque.

Histórico: Casa Branca de Gramido, classificada como Imóvel de Interesse Público, onde se efetuou a Assinatura da Convenção de Gramido, em 1847, tratado que pôs fim à guerra civil que então se vivia no país.

Construído: Solar da Bandeirinha, no território de Melres; Casa de Montezelo, no território de Fânzeres, Imóvel de Interesse Público, cuja edificação remonta a 1636; Quinta da Bouça Cova, imóvel da primeira metade do século XVIII, igualmente classificado como Monumento de Interesse Público, e que desde 1958 alberga o Seminário Seráfico dos Frades Menores Capuchinhos.

Artístico: Igrejas Matriz de S. Cosme, Rio Tinto e Foz do Sousa (com exemplares de talha dourada e azulejos); painéis azulejares da Estação de Rio Tinto, de 1936, da autoria do pintor João Alves de Sá, e fabricados na Fabrica Viúva Lamego; Fundação Júlio Resende, em Valbom, fundada em 1993, e que se dedica sobretudo à preservação e divulgação do acervo deste pintor, e ainda à Casa-Ateliê Júlio Resende, classificada como Monumento de Interesse Público, projetada em 1962 pelo arquiteto José Carlos Loureiro.

Industrial: Cavalete de São Vicente, no território de S. Pedro da Cova, Imóvel de Interesse Público; Fundição de Sinos de Rio Tinto, que, juntamente com a Fundição de Sinos de Braga, são as únicas a laborar em Portugal.

Reconhecendo o papel cada vez mais relevante que as atividades culturais assumem no desenvolvimento social e económico, constituindo importantes fatores de coesão e inclusão sociais mas também, enquanto gerador de riqueza, importa igualmente contextualizar este âmbito demonstrando-se a pertinência e transversalidade da cultura na articulação com outras políticas setoriais.

“As atividades culturais devem ser vistas não só como um meio para a promoção do desenvolvimento, na medida em que geram emprego, valor económico, permitem a requalificação dos espaços urbanos, a participação e expressão das populações, a integração de segmentos sociais excluídos, mas também como uma dimensão final dos processos de desenvolvimento – possibilitam a promoção da qualidade de vida e o bem estar e permitem a afirmação de identidades” de acordo com o documento “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo” (pg. 21), pelo que “as dinâmicas de sociabilidade também devem ser analisadas sob o prisma da prática das atividades culturais, assumindo-se hoje a cultura como um elemento agregador e potenciador das mesmas, paralelamente a outras variáveis tais como: a participação dos indivíduos e estruturas familiares no mercado de trabalho, nas redes de integração e a proteção social.”

Se a cultura enquanto política integrada promove e garante identidade, valorização e desenvolvimento pessoal e humano, oferece, ao mesmo tempo, um espaço privilegiado de diálogo, compreensão e conhecimento entre diferentes tradições e matizes civilizacionais.

Neste sentido, o apoio ao património material e imaterial, à criação artística e literária, a dinamização e facilitação do acesso a equipamentos culturais, o apoio às artes e aos artistas, a valorização da pessoa humana em toda a sua plenitude, a par da sua qualificação académica ou profissional são, inequivocamente, factores determinantes de qualidade de vida, de valorização pessoal e social, de prevenção e redução de fenómenos de exclusão.

À semelhança de capítulos anteriores, também com o intuito de contextualizar devidamente a informação existente sobre este âmbito, iremos abordar através do documento, Estatísticas da Cultura 2012, do Instituto Nacional de Estatística, I.P., algumas considerações nacionais que nos parecem pertinentes.

A Secretaria de Estado da Cultura apresentou em 2012 uma despesa consolidada que ultrapassou os 167,7 milhões de euros, significando um decréscimo de 22,2% em relação aos valores do ano anterior do Ministério da Cultura, exemplo seguido pela administração local, de acordo com os

resultados do inquérito ao Financiamento das Atividades Culturais pelas Câmaras Municipais realizado anualmente pelo INE, cujas despesas das Câmaras Municipais com atividades culturais ascenderam a 401,5 milhões de euros, traduzindo-se numa diminuição de 5,3 milhões de euros face ao ano anterior.

Estes decréscimos verificaram-se no Algarve (-25,5%), Região Autónoma dos Açores (-17,5%), Região Autónoma da Madeira (-9,9%), Lisboa (-2,5%) e no Alentejo (-0,9%); em termos globais registaram-se aumentos nas despesas efetuadas pelo conjunto das autarquias do Norte (3,2%) e do Centro (2,1%).

Os domínios culturais que registaram maiores diminuições nas despesas foram face a 2011: radiodifusão (25,4%), artes plásticas (-19%), música (-17,6%), artes cénicas (-12,8%), atividades socioculturais (-12,6%) e publicações e literatura (-11,5%); as despesas afetas aos recintos culturais registaram um acréscimo de 53,9%.

Relativamente ao total das despesas realizadas em 2012 pelas Câmaras Municipais, destacam-se: recintos culturais (19,2%), património cultural (17,7%), publicações e literatura (14,6%), atividades socioculturais (13%), e música (6,4%). Os domínios com menor expressão foram: artes cénicas, artes plásticas, cinema e fotografia e radiodifusão, os quais representaram, em conjunto, cerca de 7,1% do total das despesas em cultura.

Foram os municípios das regiões Alentejo e Centro os que destinaram maior proporção do seu orçamento às atividades culturais: 7% e 5,8%, respetivamente, em detrimento do conjunto das autarquias do Algarve (3,4%), Lisboa (4,2%), Região Autónoma da Madeira (4,5%), Região Autónoma dos Açores (5,1%) e do Norte (5,3%).

O quadro abaixo permite uma análise sobre a despesa efetuada em Cultura e Desporto (milhares de euros) comparando os anos de 2002 e 2012 em diversas áreas geográficas, mas incidindo essencialmente nos municípios que constituem a AMP.

Notando-se um decréscimo substancial nesta área em termos nacionais é de notar que os municípios de Arouca, Paredes, Porto, Póvoa do Varzim, S. João da Madeira e de Santa Maria da Feira aumentaram as despesas relativamente à Cultura e ao Desporto; no entanto, são os municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Gondomar os que apresentam um total de despesas mais elevadas na área cultural e desportiva. No outro extremo, destacam-se os municípios da Trofa, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra como aqueles que menos despesas refletem nestas áreas.

Quadro 1: Despesas em Cultura e Desporto, em 2002 e 2012

Área Geográfica	Despesas em cultura e desporto (€ - milhares de euros)	
	2002	2012
<i>Portugal</i>	768090	631119
<i>Região Norte</i>	282774	222557
Arouca	690	1627
Espinho	3938	1639
Gondomar	7428	6913
Maia	12679	6134
Matosinhos	6127	7750
Oliveira de Azeméis	2757	1045
Paredes	2509	4292
Porto	14072	15268
Póvoa do Varzim	4442	5044
São João da Madeira	2338	4327
Santa Maria Feira	4598	5630
Santo Tirso	3601	3353
Trofa	1632	460
Vale de Cambra	2553	1162
Valongo	3695	1453
Vila do Conde	8199	2193
Vila Nova de Gaia	17493	15102

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Abordando agora especificamente alguns dos domínios culturais, que registaram maior expressão nas despesas em 2012, temos como considerações no Estatísticas da Cultura 2012:

Museus

Em 2012 foram considerados para fins estatísticos **345 Museus**, os quais registaram **10,1 milhões de visitantes** e tinham **23,1 milhões de bens** no seu acervo.

Do total de visitantes, 39,1% entrou gratuitamente, 31,9% eram estrangeiros, 15,3% eram visitantes inseridos em grupos escolares e 7,8% visitaram as exposições temporárias dos museus considerados.

Os museus mais visitados foram os Museus de Arte (29,6%) seguidos dos Museus de História (23,8%), Museus Especializados (14,4%) e os Museus Mistos e Pluridisciplinares (9,8%).

Por regiões, Lisboa concentrou 47,4% do total de visitantes e 73,9% dos bens, seguida do Norte com 31,8% de visitantes e 10% do acervo.

Do total dos museus, 84,1% tinha serviço educativo, destacando-se os Museus da Ciência e de Técnica, em que 96,8% deles oferecia o referido serviço.

Dos museus considerados, 79,4% não tem personalidade jurídica própria, dependendo juridicamente da: Administração local (45,2%), Administração central ou regional (18,8%), Fundações (9,8%), Empresas públicas e Empresas municipais ou intermunicipais, que em conjunto representavam 6,3% do total.

Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias

Foram considerados, em 2012, no apuramento **803 espaços**, que realizaram **5.854 exposições temporárias**, das quais 55,7% eram exposições individuais. Na região Norte continuou a realizar-se o maior número de exposições (30,4%), seguida das regiões de Lisboa (27,6%) e do Centro (22,4%).

Do total de obras expostas (234.563) destacam-se as de Pintura (21,1%), Fotografia (15,1%), Decoração/artesanato e as de Colecionação, cada uma com 7,5%, e as classificadas em Documental (7,2%). As menos representativas foram as obras expostas classificadas em Vitral, Multimédia, Grafismo, Música/instrumentos musicais e Tapeçaria, as quais no seu conjunto representaram 2,5% no total.

As galerias comerciais representaram 7,8% dos espaços e expuseram 5% do total de objetos, localizando-se predominantemente nas regiões de Lisboa (55,6%) e do Norte (30,2%).

Cinema

Em 2012, o número de recintos de cinema que enviaram informação ao ICA - Instituto do Cinema, Audiovisual (de acordo com o projeto de informatização das bilheteiras) foi de 160, correspondendo a 551 écrans e 107.822 lugares.

Nos recintos referidos foram exibidos **877 filmes** (dos quais 291 em estreia), tendo-se realizado **635.051 sessões de cinema**, com um total de **13,8 milhões de espetadores/as** e registaram-se **74 milhões de euros de receitas de bilheteira**. Face ao ano anterior, realizaram-se menos 36 mil sessões (-5,3%) e verificou-se uma diminuição de 12% nos/as espetadores/as e de 7,4% nas receitas de bilheteira.

Espetáculos ao Vivo

Realizaram-se em 2012, **27.566 sessões**, originando um total de **8,7 milhões de espetadores/as**, dos/as quais **3,5 milhões** pagaram bilhete, gerando **receitas** no valor de **65,6 milhões de euros**. Face ao ano anterior, os valores registados significam acréscimos nas sessões promovidas (6,6%) nos/as espetadores/as (2,9%) e nas receitas de bilheteira (17,7%).

De todas as modalidades de espetáculos, o **teatro** foi aquela que continuou a ter **maior número de sessões** (42,1% do total), mas foram as modalidades de **música que registaram o maior número de espetadores/as** (4,5 milhões) e de receitas de bilheteira (50,2 milhões de euros), a que correspondeu um preço médio por bilhete de 25,2 euros.

Das modalidades de música destacaram-se os concertos de música rock/pop a que assistiram 1,7 milhões de espetadores/as, gerando receitas de **bilheteira no valor de 38,6 milhões de euros**, o que representa 58,9% no total das receitas de todas as modalidades de espetáculo consideradas.

As modalidades de espetáculo ao vivo com maior número de espetadores/as foram os **concertos de música rock/pop (1,7 milhões), o teatro com 1,5 milhões e a música popular e tradicional portuguesa (1 milhão) seguidos do outro estilo de música (857,9 mil) e das mistas/ variedades, com 801,3 mil espetadores/as**. As modalidades de espetáculo com menor número de espetadores/as foram a ópera (50,1 mil), recitais e coros (91,8 mil) e o jazz/blues (94,7 mil).

Os espetáculos ao vivo **realizaram-se maioritariamente no período noturno** (65,1% das sessões tiveram início após as 18 horas), onde participaram 70,5% do total de espetadores/as e se obtiveram 66,9% do total das receitas de bilheteiras.

Por região, destacam-se Lisboa, Norte e Centro, que concentraram 61,2%, 25,9% e 7,2% das receitas totais e 34,6%, 35,4% e 15,3% de espetadores/as, respetivamente. No que respeita ao preço médio do bilhete evidenciam-se as regiões de Lisboa (22,2 euros), Norte (15,9 euros) e Alentejo (15,5 euros) com os preços médios mais elevados.

Publicações Periódicas

De acordo com o inquérito às Publicações Periódicas realizado pelo INE, em 2012 foram apuradas **1.399 publicações periódicas**, que registaram **25.398 edições anuais, 518 milhões de exemplares de tiragem total**, e **395,2 milhões de exemplares de circulação total**, dos quais foram vendidos **276,5 milhões de exemplares**.

Face ao ano anterior, os materiais impressos registaram quebras acentuadas na circulação total (-32,9%), na tiragem total (-28,1%), no número de exemplares vendidos (-12,3%), no número de publicações (-7,5%) e de edições (-7%). Do total das publicações periódicas consideradas, 65,7% tinham como suporte de difusão o “Papel”, enquanto que 34,3% eram difundidas em suporte “Papel e eletrónico simultaneamente”.

“No que toca à participação cultural, a AMP apresenta um cenário que acompanha a Região Norte e a média nacional; porém afasta-se da situação vivida na AML, onde os indivíduos visitam mais espaços culturais e assistem mais a espetáculos ao vivo”. “Eventualmente e com exceção do Porto, enquanto cidade tutelar cultural, simbolicamente os outros concelhos da AMP possuem indicadores de procura cultural e lúdica com desempenhos ainda modestos, no que diz respeito ao entendimento deste tipo de participação como motor de qualidade de vida de uma inclusão mais alargada e sustentada em dinâmicas de autorealização e expressividade convivial e lúdica.” - “AMP 2020 - Avaliação Territorial/ Crescimento Inclusivo” (pg. 22).

O quadro abaixo pretende espelhar a implicação de diversos intervenientes na criação de condições que permitam a organização de iniciativas culturais diversas, essencialmente pelos municípios que constituem a Área Metropolitana do Porto.

Quadro 2: Espaços e iniciativas culturais e n.º de visitantes

Área Geográfica	Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias		Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários		Espetáculos ao vivo	
	N.º de estruturas	N.º de Exposições	N.º de estruturas	N.º de Visitantes	N.º de Sessões	N.º de Espetadores
	2013		2011		2012	
<i>Portugal</i>	1050	7149	397	13495187	27566	8731289
<i>Região Norte</i>	289	2034	108	3476013	7088	3088877
Arouca	2		2		48	16852
Espinho	3	15	1		54	10982
Gondomar	8	64	2			
Maia	5	30	1		61	4979
Matosinhos	8	46	2		253	30844
Oliveira de Azeméis	4	35	2			
Paredes	3	21	0			
Porto	60	459	16	1701619	2428	973273
Póvoa do Varzim	6	66	1			
São João da Madeira	5	61	2		82	11715
Santa Maria Feira	7	16	0		903	169998
Santo Tirso	5	21	1		0	
Trofa	2		0		0	
Vale de Cambra	3		1			
Valongo	6	36	1		116	33844
Vila do Conde	8	75	2		84	19534
Vila Nova de Gaia	6	40	6	224358	337	74766

Fonte: I.N.E. | Censos 2011

Não obstante o quadro anterior, onde especificamente os dados sobre o município de Gondomar são parcos, a Divisão da Cultura da Câmara Municipal de Gondomar, responsável e mediadora da dinamização cultural em Gondomar, facultou as informações abaixo no sentido de as mesmas permitirem uma análise mais concreta sobre este âmbito.

Ao analisarmos o quadro abaixo, verifica-se entre 2010 a 2013 o fluxo cultural existente no município por espaços culturais, nomeadamente na Biblioteca e Auditório Municipal, assim como nos espaços ao ar livre, dos quais a autarquia foi em primeira instância impulsionadora.

No que se refere à Biblioteca Municipal, é visível uma diminuição progressiva do número de entradas neste equipamento ao longo dos últimos anos, suplantada no entanto, pelo número de pessoas que

efetivamente utiliza este serviço, o que demonstra a capacidade deste equipamento em criar habituação e fidelização de públicos. Também o número de ofertas diferenciadas neste espaço foi aumentando progressivamente entre 2010 e 2013 de um total de 352 iniciativas para 453 ações respetivamente, classificadas em Serviço Educativo, Exposições, Literatura, Formação e Seminários. Ainda no espaço da Biblioteca Municipal houve momentos dedicados às Artes, nomeadamente Teatro, Cinema e Música assim como à divulgação do Património concelhio.

Quadro 3: Evolução do n.º de utilizadores e n.º de ações culturais, por espaço cultural no Município de Gondomar - 2010 a 2013

Espaços Culturais do Município de Gondomar	2010	2011	2012	2013
Biblioteca Municipal				
N.º total entradas	61.502	54.580	49.747	44.484
N.º total de utilizadores	3460	4539	5117	5822
N.º total de livros requisitados	6978	9617	13744	17455
N.º total de Consultas a Periódicos	11645	15678	14993	8626
N.º total Atividades:	352	362	400	453
Serviço Educativo	299	309	337	352
Exposições	14	12	12	14
Literatura	9	10	12	16
Formação	17	16	20	51
Seminários	7	8	12	10
Artes: Teatro/Cinema/ Música	6	7	7	10
Ações de divulgação Património	0	0	0	2
Auditório Municipal de Gondomar				
Exposições	6	9	11	14
Encontros e Seminários	32	38	23	14
Cedência para Espetáculos:				
Dança	7	1	12	11
Música	26	29	37	25
Teatro	52	44	23	24
Festas Associações	11	5	1	2
Festas Escolas	39	20	8	4
Cinema	0	3	6	0
Gab. de apoio à Divisão da Cultura				
N.º Espetáculos e Espetáculos ao ar livre	18	19	17	23

Fonte: Divisão Cultura, CMG | março 2014

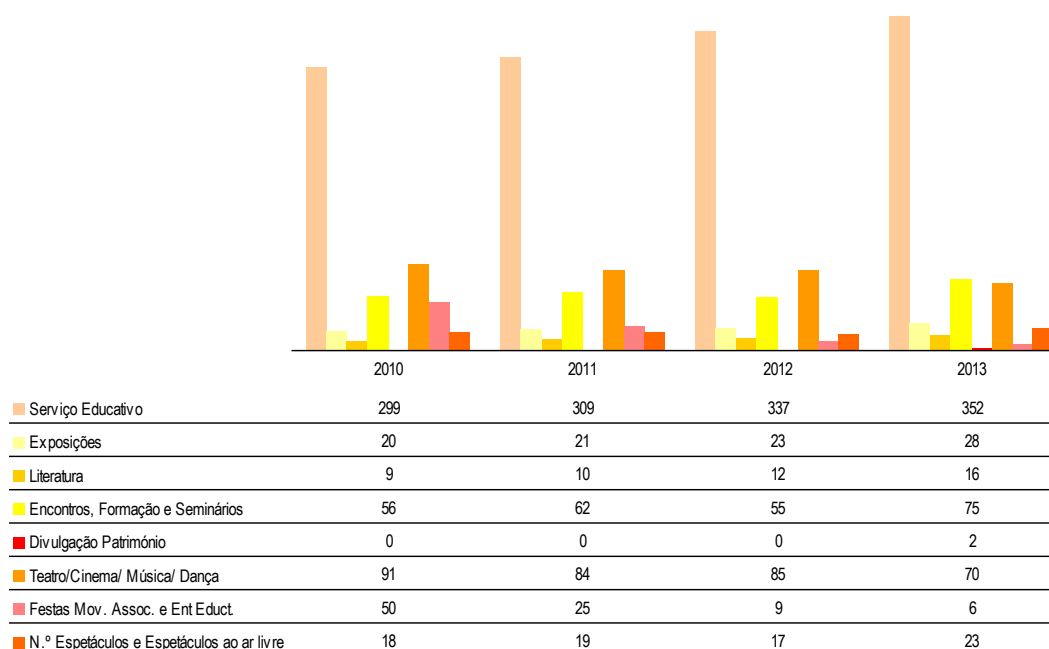
Relativamente à oferta cultural no Auditório Municipal, vemos que o mesmo é utilizado essencialmente para Exposições, Encontros e Seminários, Espetáculos dedicados às artes, como a dança, música e o teatro, e para Festas de comemoração para o movimento associativo e entidades educativas e formativas do município.

Importa referir que de acordo com informação do gabinete de apoio à Divisão da Cultura, em 2013 participaram em iniciativas no Auditório Municipal de Gondomar 33.870 espetadores.

Por último, temos ainda explanado no quadro 3, o número de espetáculos e espetáculos ao ar livre realizados em Gondomar, que embora com uma ligeira diminuição dos mesmos em 2012, esta é uma iniciativa que anualmente se realiza no município.

Em traços gerais, o gráfico seguinte permite visualizar em números totais as iniciativas que decorreram pelo Município de Gondomar entre 2010 e 2013, nos espaços atrás mencionados, Biblioteca Municipal, Auditório Municipal e espaços ao ar livre do concelho, relacionados com a Divisão da Cultura, existindo uma evolução numérica das mesmas, exceptuando-se a realização de iniciativas como Teatro/Cinema/Música e Dança.

Gráfico 1: Evolução do n.º de utilizadores e n.º de ações culturais, por espaço cultural no Município de Gondomar - 2010 a 2013



Fonte: Divisão Cultura, CMG | março 2014

Importa igualmente referir que, num contexto de cooperação e promoção de políticas inclusivas e de desenvolvimento cultural, social e humano, o Movimento Associativo no Município de Gondomar é dos melhores exemplos nacionais onde o trabalho voluntário e organizado da sociedade civil é mobilizador de processos de participação, de inclusão e de respeito pela cidadania, sendo responsável em Gondomar por garantir uma grande parte da dinamização cultural do município.

Assim o Município de Gondomar contava em março de 2014, com 313 associações (quadro 4) devidamente registadas no cadastro do movimento associativo do Município de Gondomar, sendo passível de se admitir que este número tenha já sofrido (ligeiras) alterações, atendendo ao crescendo que anualmente se denota.

Quadro 4: Evolução do N.º Associações Culturais e Recreativas no Município de Gondomar - 2009 a 2014

Território	Associações Culturais e Recreativas por freguesia					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Baguim do Monte	22	25	27	27	28	28
Lomba	7	7	7	7	7	8
Rio Tinto	59	60	64	65	68	69
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova	62	64	64	65	67	69
Fânzeres	24	26	26	26	27	28
S. Pedro da Cova	38	38	38	39	40	41
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	20	11	23	24	24	24
Foz do Sousa	17	18	19	19	19	19
Covelo	3	3	4	5	5	5
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	84	88	91	95	96	97
Gondomar (S. Cosme)	45	48	49	52	53	53
Valbom	27	27	28	29	29	29
Jovim	12	13	14	14	14	15
União das Freguesias de Melres e Medas	16	17	18	18	18	18
Melres	9	9	10	10	10	10
Medas	7	8	8	8	8	8
Total	270	282	294	301	308	313

Fonte: Divisão Cultura, CMG | março 2014

De realçar ainda o empenho que vem sendo desenvolvido pelas 4 (quatro) Bandas Musicais existentes no município, que para além de envolverem inúmeras pessoas residentes em Gondomar no ensino da música são igualmente responsáveis por inúmeros espetáculos em Gondomar e associadas em iniciativas

Quadro 5: Evolução e Caracterização das Bandas de Música no Município de Gondomar - 2010 a 2013

Bandas musicais no município de Gondomar	2010		2011		2012		2013	
	N.º de espetáculos	N.º de elementos	N.º de espetáculos	N.º de elementos	N.º de espetáculos	N.º de elementos	N.º de espetáculos	N.º de elementos
Banda Marcial São Cristóvão de Rio Tinto	-----	56	-----	67	-----	56	48	56
Banda Musical de Gondomar	-----	57	-----	57	9	50	15	83
Banda Musical de Melres	-----	62	-----	63	22	62	25	62
Banda Musical de S. Pedro da Cova	-----	39	-----	39	-----	46	6	45

Fonte: Divisão Cultura, CMG | março 2014

Exatamente por reconhecer o empenho e dinamismo do Movimento Associativo no Município de Gondomar, a Câmara Municipal de Gondomar, dinamizava anualmente o Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo, com intuito de mobilizar e apoiar a sociedade civil organizada em Associações e Coletividades, como estímulo à democratização e descentralização cultural, através da concretização de novos projetos, iniciativas e praticas culturais.

Este Programa consubstanciava-se nos seguintes subprogramas:

Apoio regular ao desenvolvimento de Atividades Culturais e Recreativas

1 - “Dinamizar”

Apoio prestado sob a forma de comparticipação financeira anual, destinado à manutenção e desenvolvimento de atividades continuadas. Sexo de atividade, contempladas no âmbito do programa de Apoio: Ranchos Folclóricos Federados; Ranchos Folclóricos Não Federados; Bandas de Musica; Orfeões/ Grupos Corais; Grupos de Dança; Fanfarra; Grupos de Música Popular/ Tradicional; Grupos de Teatro.

2 - “Escolas de Apoio à Criação e Divulgação Artística”

Devidamente caracterizado e dotado de estimativas orçamentais, pode ser apresentado projeto para o desenvolvimento de Escolas de Formação, nas diversas áreas, quer sejam Escola de Música, Teatro, Dança, Artes Plásticas, Fotografia, Cinema, Vídeo, Artesanato, etc.

Apoios Pontuais

3 - “Apoios Diversos”

Comparticipação na aquisição e/ ou remodelação de:

- A) Instrumentos;
- B) Equipamentos (palco, etc...);
- C) Guarda-Roupa (fardamentos, trajes, etc...);
- D) Apoio a Gravação de Cassetes, Discos, etc.;
- E) Apoio à Edição de Monografias de divulgação do património concelhio, etc.

4 - “Apoio à Cedência e Aquisição de Transporte”

A Câmara Municipal de Gondomar, com o objetivo de incrementar a aquisição de viaturas próprias concede apoio à sua obtenção.

5 - “Apoio à Construção, Beneficiação e Remodelação de Infra-Estruturas Sociais, Culturais e/ou Recreativas”

- 5.1. - Elaboração de Programas e Projetos para a construção de novas instalações.
- 5.2. - Comparticipação na execução de Obras de Beneficiação e Remodelação de Instalações.
- 5.3. - Apoio financeiro à construção de novas instalações Sociais, Culturais e/ou Recreativas.

Tal como demonstra o quadro abaixo, os apoios concedidos pela Câmara Municipal de Gondomar nos últimos cinco anos (2009 a 2013) às diversas associações e coletividades do concelho no âmbito do associativismo cultural e recreativo representa um investimento de € 1.350.285,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil e duzentos e oitenta e cinco euros).

Devido a limitações orçamentais o município de Gondomar decidiu nos anos 2010, 2011 e 2012 limitar alguns dos apoios a conceder; de notar, que o Sub-Programa “Dinamizar” teve desde 2011 um aumento progressivo, refletindo o aumento das diferentes atividades, proporcionado pelo forte envolvimento do movimento associativo.

Quadro 6: Evolução dos apoios financeiros no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo - 2009 / 2013

Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo (€)					
Subprogramas	2009	2010	2011	2012	2013
Sub-Programa 1 – Dinamizar	181.025,00	169.850,00	162.875,00	173.375,00	187.575
Sub-Programa 2 – Escolas de Apoio à Criação e Divulgação Artística	22.500	15.750,00	19.250,00	23.500,00	25.250,00
Sub-Programa 3 – Apoios Diversos	19.528,00	17.723,00	-----	-----	14.237,00
Sub-Programa 4 – Apoio à Cedência e Aquisição de Transporte	2.375,00	-----	-----	-----	3.711,00
Sub-Programa 5 – Apoio à Construção, Beneficiação e Remodelação de Infra-Estruturas Sociais, Culturais e/ou Recreativas	33.921,00	16.805,00	-----	-----	40.435,00
Iniciativas de Relevante Interesse	51.850,00	67.500,00	70.050,00	40.050	58.650,00
TOTAL	€311.199,00	€220.128,00	€252.175,00	€236.925,00	€329.858,00

Fonte: Divisão Cultura, CMG | março 2014

Em 2014 este programa de apoio passou a denominar-se Programa de Princípios Orientadores para a Atribuição e Apoio ao Movimento Associativo Cultural e Recreativo do Município de Gondomar, tendo sofrido alterações significativas. Em 2014 foram atribuídos a 93 associações do município de Gondomar 271.124,00 €.

Quadro 7: Programa de Princípios Orientadores para a Atribuição e Apoio ao Movimento Associativo Cultural e Recreativo do Município de Gondomar - 2014

Programa de Princípios Orientadores para a Atribuição e Apoio ao Movimento Associativo Cultural e Recreativo do Município de Gondomar (€)	
Sub-programas	2014
Atividade Regular	190.000,00 €
Escolas de Apoio à Criação e Divulgação Artística	26.500,00 €
Investimento em bens e equipamentos	-----
Manutenção e modernização das instalações	-----
Dinamização Cultural	54.624,00 €
TOTAL	271.124,00 €

Fonte: Divisão Cultura, CMG | dezembro 2014

Contextualizando agora o Município de Gondomar no que se refere ao Património Cultural importa referir que o município de Gondomar é essencialmente uma terra de tradições, de etnografia e de saber fazer – a sua forte relação com o Rio Douro, que acompanha o concelho ao longo de 32 km, traduz-se na prática da pesca artesanal, a pesca do sável e a pesca da lampreia e nos seus territórios rurais pratica ainda a chamada agricultura tradicional, e tem diversos exemplos de casas de lavoura, como a Casa de S. Miguel em Gondomar (S. Cosme), transformada atualmente em habitação de turismo rural. Gondomar tem igualmente uma antiga relação com o ouro e a madeira, ocupando a sua filigrana e talha um lugar de destaque.

Quanto ao Património Histórico de Gondomar, destaca-se a recuperada Casa Branca de Gramido, classificada como Imóvel de Interesse Público, onde se efetuou a Assinatura da Convenção de Gramido, em 1847, tratado que pôs fim à guerra civil que então se vivia no país.

No Património Construído existem em Gondomar belos solares de séculos passados, como são disso exemplo o Solar da Bandeirinha, no território de Melres, a Casa de Montezelo, no território de Fânzeres, Imóvel de Interesse Público, cuja edificação remonta a 1636, e ainda a Quinta da Bouça Cova, imóvel da primeira metade do século XVIII, igualmente classificado como Monumento de Interesse Público, e que desde 1958 alberga o Seminário Seráfico dos Frades Menores Capuchinhos

No Património Artístico são de salientar as belas igrejas em talha dourada e azulejos, nomeadamente as Igrejas Matriz de S. Cosme, Rio Tinto e Foz do Sousa, e ainda os painéis azulejares da Estação de Rio Tinto, de 1936, da autoria do pintor João Alves de Sá, e fabricados na Fabrica Viúva Lamego.

Uma nota para a Fundação Júlio Resende, em Valbom, fundada em 1993, e que se dedica sobretudo à preservação e divulgação do acervo deste pintor, e ainda à Casa-Ateliê Júlio Resende, classificada como Monumento de Interesse Público, projetada em 1962 pelo arquiteto José Carlos Loureiro.

No que respeita ao Património Industrial é de realçar o Cavalete de São Vicente, no território de S. Pedro da Cova, Imóvel de Interesse Público, que constitui um exemplar raro de engenharia mineira, de representação temporal muito efémera em todo o mundo. Por fim, uma nota para a existência da Fundição de Sinos de Rio Tinto, que, juntamente com a Fundição de Sinos de Braga, são as únicas a laborar em Portugal.

Após esta breve contextualização panorâmica do património existente no município, o quadro abaixo (quadro 8) permite-nos enumerar o Património Concelhio e o Património Classificado, assim como as Salas de Espetáculos existentes em Gondomar:

Quadro 8: Património Concelhio / Património Classificado / Salas de Espetáculos no Município de Gondomar - 2013

Territórios	Tipo de Equipamento	Tipo de Património/ Sala de espetáculo
Baguim do Monte	Centro Social e Paroquial de Baguim	Salas de espetáculo
	Capela de Santo Inácio de Loyola	Património Religioso
Lomba	Quinta da Lomba	Património Construído
Rio Tinto	Estação de Caminhos de Ferro de Rio Tinto	Património Artístico
	Fundição de Sinos de Rio Tinto	Património Industrial
	Antiga Indústria Têxtil de Cabanas	Património Industrial
	Quinta do Dr. Sá	Património Construído
	Grupo Dramático e Beneficente de Rio Tinto	
	Centro Cultural de Rio Tinto;	Salas de espetáculo
	Salão Paroquial de Corim	
	Escola Secundária Rio Tinto	Auditório
	Igreja Matriz de Corim	Património Religioso
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova		
Fânzeres	Casa de Montezelo	Património Construído (Imóvel de Interesse Público)
	Cavalete de S. Vicente	Património Industrial - Imóvel Interesse Público
S. Pedro da Cova	Museu Mineiro - Casa da Malta	Salas de Exposição
	Centro de Atividades Económicas de S. Pedro da Cova	Salas de espetáculo
	Cripta de S. Pedro da Cova	
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo		
Foz do Sousa	Estação de Captação de Água da Foz do Sousa	Património Industrial - Monumento de Interesse Público
	Ponte da Foz do Sousa	Património Construído
	União Desportiva Sousense	
	Gens Sport Clube	
	Associação Recreativa de Ferreirinha	Salas de espetáculo
	Rancho Folclórico de Zebreiros	
	Grupo Desportivo Zebreirense	
	Igreja Matriz da Foz de Sousa	Património Religioso
Covelo	Salão Paroquial de Covelo	Sala de espetáculo

Fonte: Divisão Cultura, CMG | março 2014

Cont. Quadro 8: Património Concelhio / Património Classificado / Salas de Espetáculos no Município de Gondomar - 2013

Territórios	Tipo de Equipamento	Tipo de Património/ Sala de espetáculo
União das Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim		
Gondomar (S. Cosme)	Edifício dos Paços do Concelho	Património Construído
	Casa de S. Miguel – património construído/rural e Imóvel de Interesse Concelhio	
	Igreja Matriz de S. Cosme	
	Quinta da Bouça Cova	Monumento de Interesse Público
	Centro Comunitário da Sta. Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	Salas de espetáculo
	Seminário dos Padres Capuchinhos	
	Colégio Sta. Margarida	
	Auditório Municipal de Gondomar	
	Multiusos de Gondomar	Auditório
	Biblioteca Municipal de Gondomar	
	ACIG – Associação Comercial e Industrial de Gondomar	
	Hospital Escola Fernando Pessoa	
	Escola Secundária Gondomar	Património Histórico (Imóvel de Interesse Público)
	Casa Branca de Gramido	
Valbom	Escola Dramática e Musical Valboense	Património Construído
	Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom	Salas de Espetáculo
	Centro Infantil de Valbom	
	Fundação Júlio Resende	Salas de Exposição
Jovim	Casa-Atelier Júlio Resende	Património Classificado (Monumento de Interesse Público)
	Salão Paroquial de Jovim	Salas de espetáculo
	Quinta de Atães	Património Construído
União das Freguesias de Melres e Medas		
Melres	Quinta da Bandeirinha	Património Construído
	Casa Grande de Melres	
	Banda Musical de Melres	Auditório/Sala de Espetáculo

Fonte: Divisão Cultura, CMG | março 2014



DESPORTO E JUVENTUDE

Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo: Desporto e Juventude

- principais indicadores -

Desporto:

A Câmara Municipal de Gondomar como meio de potenciar e fomentar hábitos desportivos em Gondomar, apoia o movimento associativo do concelho através da abertura anual do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, cujo investimento entre os anos 2009 e 2014 ascende aos € 3.295.604,75 (três milhões, duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quatro euros e setenta e cinco cêntimos).

Relativamente ao investimento no que se refere a edificado, os territórios de Gondomar (S. Cosme), Rio Tinto e S. Pedro da Cova são aqueles que reúnem um número superior dos 73 equipamentos desportivos disponíveis no município.

Juventude:

Os territórios com maior população jovem dos 0 aos 24 anos de idade são:

Rio Tinto: 12.990 crianças e jovens, representam 25,6 %, do total de população da freguesia, embora estando 1% abaixo da média do concelho;

Gondomar (S. Cosme): 7.211 crianças e jovens, representam 26,7%, do total de população da freguesia, ficando acima 0,1% da média do concelho;

Fânzeres: 6.534 crianças e jovens, representam 28,5%, do total de população da freguesia, ficando acima 1,9% da média do concelho;

S. Pedro da Cova: 4.592 crianças e jovens, representam 27,9 %, do total de população da freguesia, ficando acima 1,3 % da média do concelho.

Os territórios com menor população jovem são:

Lomba: 398 crianças e jovens, representam 26,5 %, do total da freguesia, estando 0,1% abaixo da média do concelho;

Covelo: 410 crianças e jovens, representam 24%, do total da freguesia, estando 2,6% abaixo da média do concelho;

Medas: 544 crianças e jovens, representam 25,5 %, do total da freguesia - estando 1,1% abaixo da média do concelho.

Considerando o associativismo como um exemplo de implicação dos cidadãos na sua comunidade e no que se refere a matéria de juventude de destacar que em dezembro de 2014 se encontravam devidamente registadas no Cadastro do Movimento Associativo do Município de Gondomar bem como no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ) 6 (seis) Associações Juvenis existentes em Gondomar.

“Quando descobrimos que estamos sós, verdadeiramente sozinhos, o mais frequente é entrarmos em pânico. Atirámo-nos para o extremo oposto e misturamo-nos em grupos – clubes, equipas, sociedades, categorias. De repente começamo-nos a vestir exactamente como os outros: é a melhor maneira de se ser invisível. O modo como se cosem os remendos nas blue jeans torna-se fundamental. Se não sabemos fazer isso, então está-se de fora. E deve-se estar dentro. Esta frase é gira, não acham? Estar dentro. Dentro de quê? Do grupo. Com os outros. Todos juntos. Salvos pelo número. Eu não sou eu. Sou um ás do basquetebol. Um rapaz popular. Sou o amigo dos meus amigos. Sou um blusão negro numa Honda. Faço parte. Sou um jovem. Não podem ver-me, só conseguem ver-nos. Estamos safos.”

(Le Guin, Ursula K in www.netprof.pt).

Este capítulo pretende refletir as dinâmicas existentes em matéria de Desporto e Juventude; importa referir que baseados no Decreto-Lei n.º 98 de 21 de Setembro de 2011, que cria o Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., abreviadamente designado IPDJ, I. P., com responsabilidade na área do desporto e da juventude, e atendendo a que as áreas do desporto e da juventude apresentam características de transversalidade e de correlação, desde logo, consagradas na Constituição da República Portuguesa – alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º em que os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente na educação física e no desporto.

A Comissão Europeia, o Conselho da Europa e diversos governos, entre os quais o de Portugal, agregam o desporto e a juventude numa mesma direção-geral, divisão, unidade, ministério ou secretaria de Estado, respetivamente; também a Câmara Municipal de Gondomar no seu atual executivo, 2013 – 2017, concertou as áreas do Desporto e Juventude na mesma Divisão, entendendo que agilizar sinergias, com diversos intervenientes, nas políticas de desporto e da juventude, assegurará uma atuação mais concertada, funcional e de maior impacto na vida da comunidade gondomarense.

DESPORTO

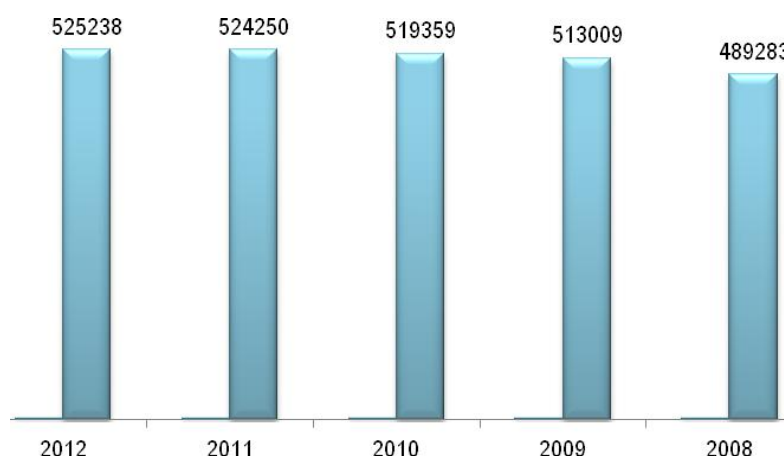
Entende-se por “desporto” todas as formas de atividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objetivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.

In Carta Europeia do Desporto

O Desporto é efetivamente um fenómeno de grande impacto social, não só em termos da saúde, bem-estar e integração das pessoas, mas também devido aos custos económicos significativos resultantes da falta de atividade física. Se a prática de uma atividade física contribui para a promoção da saúde, é igualmente inegável a sua contribuição para a inclusão, integração e interação social criando fatores de proteção e contribuindo para a formação e educação - *construção* - da pessoa humana de uma forma igualitária.

De acordo com dados lançados pelo INE, remetidos pelo Instituto do Desporto de Portugal, o número de praticantes inscritos em federações desportivas tem vindo a ter um aumento gradual entre 2008 e 2012, passando-se de 489.283 praticantes em 2008 para 525.238 praticantes em 2012, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Evolução do número de Praticantes inscritos em federações desportivas, 2008 a 2012



Fonte: Instituto do Desporto de Portugal | INE

O quadro 1 permite-nos analisar entre os anos 2010 e 2012 a evolução dos praticantes inscritos em federações desportivas por zona de residência; de realçar que contrariamente ao cenário nacional os

distritos de Aveiro, Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Porto e Viseu assim como a Região Autónoma da Madeira têm visto diminuir o número de praticantes desportivos.

Quadro 1: Evolução do número de Praticantes inscritos em federações desportivas por Localização Geográfica, entre 2010 a 2012

Zona Geográfica	N.º de Praticantes		
	2010	2011	2012
Portugal	519359	524250	525238
Continente	481659	485768	486907
Aveiro	39926	42172	42140
Beja	6890	6379	6650
Braga	34229	34751	36053
Bragança	4081	4132	4164
Castelo Branco	6132	6167	6211
Coimbra	21117	19589	19932
Évora	7886	8059	7949
Faro	26021	27046	26266
Guarda	8193	8919	9267
Leiria	22524	24133	24595
Lisboa	98245	103897	102826
Portalegre	6342	5327	4857
Porto	100746	97767	96931
Santarém	19809	19822	20259
Setúbal	40988	40280	40486
Viana do Castelo	12141	11183	11246
Vila Real	8415	8204	7927
Viseu	17974	17941	19148
Região Autónoma dos Açores	20394	22359	23090
Região Autónoma da Madeira	17306	16123	14383

Fonte: Instituto do Desporto de Portugal | INE

O quadro seguinte permite uma leitura das modalidades que em Portugal, e no que se refere a Federações Desportivas, mais praticantes reúne; assim em 2012 de um total de 525.238 praticantes o Futebol conta com 154.601 praticantes, o Voleibol com 43.061, o Andebol com 40.373 e o Basquetebol com 39.996 – estas são as modalidades que mais se destacam no rol disponibilizado pelo Instituto do Desporto de Portugal.

Quadro 2: Número de Praticantes inscritos em federações desportivas por Modalidades desportivas, 2008 a 2012

Modalidades	Nº Praticantes				
	2008	2009	2010	2011	2012
Total	489283	513009	519359	524250	525238
Andebol	33902	37562	39708	39877	40373
Atletismo	13576	14500	14998	14565	14484
Automobilismo	2508	2540	2972	2422	2318
Basquetebol	36320	40250	41830	40241	39996
Ciclismo	6079	7654	8087	8511	9052
Columbofilia	13967	13321	11715	11264	10536
Futebol	142498	144557	148497	153882	154601
Ginástica	5613	6482	8047	11636	13441
Golfe	14769	14545	14656	14655	14198
Judo	12313	11669	12576	12498	12265
Karaté	14511	16069	16683	15469	16096
Natação	9259	10127	11380	11277	11232
Patinagem	10402	10765	10269	11151	11000
Pesca desportiva	3528	3362	3930	3566	3313
Rugby	4727	4879	5224	5465	6180
Ténis	18971	25550	25941	25491	25768
Ténis de mesa	3142	3205	3282	3042	3050
Tiro	3774	3833	3929	3874	3995
Vela	2887	2868		2051	1914
Voleibol	40898	40090	42386	43240	43061
Outras	95639	99181	93249	90073	88365

Fonte: Instituto do Desporto de Portugal | INE

Relativamente ao município de Gondomar, o quadro 3 permite-nos apurar o investimento realizado nos últimos anos no que se refere a edificado, atendendo a que deste quadro constam os equipamentos existentes por território do município; Gondomar (S. Cosme), Rio Tinto e S. Pedro da Cova são aqueles que reúnem um número superior dos 73 equipamentos desportivos disponíveis no município.

Quadro 3: Infra-estruturas Desportivas no Município de Gondomar - 2013

Freguesia	Tipo de Equipamento	Proprietário/ Gestor
Baguim do Monte	Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	Câmara Municipal de Gondomar
	Piscina Municipal	
	Polidesportivo do Crasto	CMG / Junta de Freguesia
	Polidesportivo de Entrecancelas	
Lomba	Pavilhão Gimnodesportivo	Sport Clube da Lomba
	Campo de Futebol de terra batida	
Rio Tinto	Campo de Futebol terra batida Artur Monteiro	CM Gondomar / Sport Clube de Rio Tinto
	Campo de Futebol Relvado	
	Campo de Futebol Terra Batida	Sport Clube de Rio Tinto
	Campo de Futebol Terra Batida	Clube Atlético de Rio Tinto
	Piscinas Municipais de Rio Tinto	Câmara Municipal de Gondomar
	Pavilhão Gimnodesportivo	Esc. Sec. Rio Tinto / CM Gondomar
	Pavilhão Desportivo	Escola Secundária de Rio Tinto
	Pavilhão Centro Multival. de Carreiros	Câmara Municipal de Gondomar
	Pavilhão Gimnodesportivo	Escola E.B. 2,3 de Rio Tinto
	Pavilhão Gimnodesportivo	Escola E.B. 2,3 de Rio Tinto Nº2
	2 Campos de Ténis (Quinta das Freiras)	Câmara Municipal de Gondomar
	Polidesportivo da Quinta das Freiras	
	Pista de Manutenção (Quinta das Freiras)	
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova		
Fânzeres	Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	Câmara Municipal de Gondomar
	Pavilhão Gimnodesportivo	Grupo Desportivo e Coral de Fânzeres
	Pavilhão Gimnodesportivo	Escola E.B. 2,3 de Fânzeres
	Piscina Municipal	Câmara Municipal de Gondomar
	Campo de Futebol de relva sintética	Estrelas Futebol Clube de Fânzeres
	Campo de Futebol de terra batida	Sport Clube de Montezelo
S. Pedro da Cova	Campo de Futebol Relvado	Associação Desport. S. Pedro da Cova
	Campo de Futebol Terra Batida	
	Campo de Futebol Terra Batida	Centro Pop. Trab. Unidos de S. Pedro da Cova
	Piscina Municipal	
	Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	Câmara Municipal de Gondomar
	Pavilhão Desportivo do Ramalho	
	Pavilhão Gimnodesportivo	Escola Secundária S. Pedro da Cova
	Pavilhão Gimnodesportivo	Escola E.B. 2,3 de S. Pedro da Cova
	Pombal Municipal	Câmara Municipal de Gondomar
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo		
Foz do Sousa	Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	Câmara Municipal de Gondomar
	Campo de Futebol de relva sintética	União Desportiva Sousense
	Campo de Futebol de Terra Batida	
	Campo de Futebol de terra batida	Gens Sport Clube
	Campo de Futebol de terra batida	Clube Recreativo Zebreiraense
	Campo de Futebol de terra batida	Águias da Livração Atlético Clube
Covelo	Pavilhão Municipal	Câmara Municipal de Gondomar
	Pista de Remo da Lixa	

Cont. **Quadro 3: Infra-estruturas Desportivas no Município de Gondomar - 2013**

Freguesia	Tipo de Equipamento	Proprietário/ Gestor
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim		
Gondomar (São Cosme)	Pavilhão Gimnodesportivo	Ala de Nun'Alvares de Gondomar
	Pavilhão Gimnodesportivo	Escola Secundária de Gondomar
	Pavilhão Gimnodesportivo	Escola E.B. 2,3 de Gondomar
	3 Campos de Ténis	Ala de Nun'Alvares de Gondomar
	Campo de Ténis	Confraria Sto. Isidoro
	Ginásio	Orfeão de Gondomar
	Campo de Futebol Relvado	Gondomar Sport Clube
	Campo de Futebol de relva sintética	
	Campo de Futebol de terra batida	Futebol Clube de Ramalde
	Piscina Municipal	Câmara Municipal de Gondomar
	Polidesportivo	Clube Caça e Pesca de Aguiar
Valbom	Campo de Futebol Relvado	Câmara Municipal de Gondomar
	Campo de Futebol Terra Batida	
	Pista de Atletismo	
	Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	Esc. Sec. Valbom / CM Gondomar
	Pavilhão Gimnodesportivo	
	Pavilhão Gimnodesportivo	
	Piscina Municipal	
Jovim	Hangar Náutico	Clube Naval Infante D. Henrique
	Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	Câmara Municipal de Gondomar
	Polidesportivo de Trás-da-serra	CM Gondomar / CR Stª Cruz
	Campo de Futebol de Terra Batida	Clube Recreativo Ataense
União das Freguesias de Melres e Medas		
Melres	Campo de Futebol de terra batida	Melres Desporto e Cultura
	Pavilhão Desportivo	Bombeiros Voluntários de Melres
	Polidesportivo de Branzelo	CM Gondomar / Junta Freg. Melres
	Polidesportivo da Quinta da Bandeirinha	
	Pista de Canoagem	
Medas	Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	Câmara Municipal de Gondomar
	Pavilhão Gimnodesportivo	Escola E.B. 2,3 de Medas
	Piscina Municipal	Câmara Municipal de Gondomar
	Campo de Futebol de terra batida	Medense Futebol Clube

Fonte: Divisão do Desporto e Juventude, C. M. Gondomar | abril de 2014

Com o quadro 4 é facultada uma análise do número de entradas semanais nos pavilhões que são geridos pela Câmara Municipal de Gondomar, por território do município, onde se observa que, após uma subida significativa de utilizadores em 2010, este número decresceu em 2011; desde essa data que o número de utilizadores vem subindo progressivamente.

Quadro 4: Evolução do número médio de entradas nos Pavilhões Municipais por território do Município de Gondomar, 2009 a 2013

Territórios	Pavilhões Municipais	Nº Médio de Entradas Semanais				
		2009	2010	2011	2012	2013
Baguim do Monte	Baguim do Monte	465	471	492	501	478
Rio Tinto	Rio Tinto	457	521	474	580	580
	Carreiros	229	271	296	296	279
União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova	Fânzeres	305	302	195	193	339
	S. Pedro da Cova	643	546	654	702	642
	Ramalho (SPCova)		144	102	68	145
União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	Foz do Sousa	168	198	214	206	166
	Covelo	87	224	86	46	51
União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	Municipal de Valbom	196	181	199	171	222
	Esc. Sec. Valbom	311	323	357	366	344
	Complexo Desportivo Valbom	376	268	305	271	225
	Jovim	375	391	309	370	329
União das Freguesias de Melres e Medas	Medas	66	384	87	60	83
Município de Gondomar		3678	4224	3770	3830	3883

Fonte: Divisão do Desporto e Juventude, C. M. Gondomar | abril de 2014

A Câmara Municipal de Gondomar como meio de potenciar e fomentar hábitos desportivos em Gondomar, apoia o movimento associativo do concelho através da abertura anual do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, materializado nos seguintes subprogramas:

1 - Manutenção e Desenvolvimento de Atividades Desportivas

Comparticipação financeira anual para apoiar as atividades desenvolvidas por cada entidade desportiva, assentando nos seguintes modelos:

- 1.1 - Pratica Desportiva Federada;
- 1.2 - Planos anuais de atividades destinados a promover e divulgar a prática não federada ou popular;
- 1.3 - Organização de competições de interesse social ou desportivo relevante, enquadradas na prática desportiva federada ou popular;
- 1.4 - Inscrições de Pratica Desportiva Federada.

2 - Construção, Beneficiação e Remodelação de Infraestruturas e Instalações Sociais e Desportivas

- 2.1 - Elaboração de Programas e Projetos para a Construção de Novas Instalações;
- 2.2 - Participação na Execução de Obras de Beneficiação e Remodelação de Instalações;
- 2.3 - Apoio Financeiro a Construção de Novas Instalações Sociais e Desportivas;

3 - Aquisição de Transportes: Apoio para a aquisição de viaturas próprias.

De forma a incrementar a inscrição de atletas e clubes na prática desportiva federada foi ainda criado um programa específico de apoio a inscrição de atletas e clubes nas diversas associações de modalidade.

O Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo reflete o investimento realizado nestes últimos anos às várias coletividades desportivas do concelho, com uma verba atribuída de €2.875.177,25 (dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil cento e setenta e sete euros e vinte e cinco cêntimos); o quadro abaixo reflete a verba atribuída, por ano civil, sendo de destacar que, ao longo dos últimos anos, se regista e acentua uma quebra no valor do financiamento atribuído ao Sub-Programa 1.1 – Prática Desportiva Federada, uma vez que está a ser exigido às coletividades valores de inscrição nas federações mais elevados que acabam por limitar o número de desportistas federados.

Quadro 5: Evolução do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Gondomar, 2009 a 2013

Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo (€)					
Subprogramas	2009	2010	2011	2012	2013
1.1 - Prática Desportiva Federada	535.594,75 €	478.461,00€	430.777,50 €	470.162,50 €	465.780,00 €
1.2 - Planos anuais de atividades destinados a promoverem e divulgar a prática não federada ou popular	12.250,00 €	11.350,00	14.900,00 €	14.900,00 €	14.850,00 €
1.3 - Organização de competições de interesse social ou desportivo relevante, enquadradas na prática desportiva federada ou popular	58.200,00 €	52.480.00€	41.280,00 €	35.950,00 €	28.250,00 €
2.2 - Comparticipação na Execução de Obras de Beneficiação e Remodelação de Instalações	64.816,00	28.518,00 €	0.00	0.00	104.626,00 €
3 - Aquisição de Transportes	26.637,50 €	10.420.00 €	0.00	0.00	37.874,00 €
TOTAL	697.498,25 €	518.329,00 €	486.957,50 €	521.012,50 €	651.380,00 €

Fonte: Divisão do Desporto e Juventude, C. M. Gondomar | abril de 2014

Em 2014 o Programa de Apoio anteriormente mencionado foi redefinido dando lugar ao Programa de Apoio à Prática Desportiva no Município de Gondomar. Assim em 2014 foram apoiadas 81 coletividades com implicações desportivas diretas no município de Gondomar, com uma verba de financiamento global de 420.427,50 €.

Quadro 6: Programa de Apoio à Prática Desportiva no Município de Gondomar, 2014

Programa de Apoio à Prática Desportiva no Município de Gondomar (€)	
Subprogramas	2014
Desporto Federado e Não Federado	
TOTAL	420.427,50 €

Fonte: Divisão do Desporto e Juventude, C. M. Gondomar | dezembro de 2014

JUVENTUDE

O Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP, 1998) considera “**Adolescentes**” o grupo da população que vai dos 10 aos 19 anos de idade; “**Juventude**”, o grupo de população entre os 15 e os 24 anos de idade e “**População Jovem**” o grupo de população que tem entre 10 e 24 anos de idade.

À medida que o período adolescente avança, a capacidade de desobedecer e de se comportar de acordo com as escolhas e os valores pessoais, num processo que implica uma diferente visão das figuras parentais, vai-se impondo de uma forma progressiva (Fleming, 2005). Segundo Erikson (1968) citado por Fleming (2005), a transição para a idade de jovem adulto coloca ao ser humano novos desafios e obriga-o a empenhar-se em novas tarefas de desenvolvimento. Desta forma, é de referir a importância que o meio (familiar, escolar, grupal) possui, enquanto fornecedor de modelos de referência e rede de suporte ao desenvolvimento pessoal do adolescente.

O município de Gondomar vem registando um aumento progressivo da sua população residente desde 1991, sendo que, à data dos Censos 2011, contava com 168.027 mil habitantes residentes, dos quais 51,8% são do sexo feminino e 48,2% do sexo masculino. Relativamente à juventude, dos 0 aos 24 anos de idade, existem 44.601 mil crianças e jovens em Gondomar, que representam 26,6% do total da população do município (168.027), dos quais 22.789 (28.1%) são rapazes e 21.812 (25.1%) são raparigas.

Os territórios com maior população jovem dos 0 aos 24 anos de idade são:

Rio Tinto: 12.990 crianças e jovens, representam 25,6 %, do total de população da freguesia, embora estando 1% abaixo da média do concelho;

Gondomar (S. Cosme): 7.211 crianças e jovens, representam 26,7%, do total de população da freguesia, ficando acima 0,1% da média do concelho;

Fânzeres: 6.534 crianças e jovens, representam 28,5%, do total de população da freguesia, ficando acima 1,9% da média do concelho;

S. Pedro da Cova: 4.592 crianças e jovens, representam 27,9 %, do total de população da freguesia, ficando acima 1,3 % da média do concelho.

Os territórios com menor população jovem são:

Lomba: 398 crianças e jovens, representam 26,5 %, do total da freguesia, estando 0,1% abaixo da média do concelho;

Covelo: 410 crianças e jovens, representam 24,%, do total da freguesia, estando 2,6% abaixo da média do concelho;

Medas: 544 crianças e jovens, representam 25,5 %, do total da freguesia - estando 1,1% abaixo da média do concelho.

Quadro 7: Crianças e jovens - breve caracterização por território do Município de Gondomar

Gondomar	Faixa Etária	N.º			%		
		HM	H	M	HM	H	M
Município de Gondomar	0 - 14 anos	25845	13318	12527	15,4	16,4	14,4
	15 - 24 anos	18756	9471	9285	11,2	11,7	10,7
	0 - 24 anos	44 601	22 789	21 812	26.6%	28.1%	25.1%
Baguim do Monte	0 - 14 anos	2235	1116	1119	15,8	16,5	15,2
	15 - 24 anos	1519	759	760	10,8	11,2	10,4
Lomba	0 - 14 anos	216	105	111	14,4	14,4	14,3
	15 - 24 anos	182	84	98	12,1	11,5	12,6
Rio Tinto	0 - 14 anos	7599	3901	3698	15,0	16,3	13,8
	15 - 24 anos	5391	2684	2707	10,6	11,2	10,1
União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova							
Fânzeres	0 - 14 anos	3973	2044	1929	17,2	18,2	16,2
	15 - 24 anos	2621	1337	1284	11,3	11,9	10,8
S. Pedro da Cova	0 - 14 anos	2518	1314	1204	15,3	16,1	14,5
	15 - 24 anos	2074	1077	997	12,6	13,2	12,0
União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo							
Foz do Sousa	0 - 14 anos	807	404	403	13,3	13,6	13,1
	15 - 24 anos	692	336	356	11,4	11,3	11,5
Covelo	0 - 14 anos	216	121	95	13,1	14,8	11,5
	15 - 24 anos	194	89	105	11,8	10,9	12,7
União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim							
Gondomar (S. Cosme)	0 - 14 anos	4237	2217	2020	15,7	17,0	14,5
	15 - 24 anos	2974	1515	1459	11,0	11,6	10,4
Valbom	0 - 14 anos	2103	1069	1034	14,6	15,5	13,7
	15 - 24 anos	1538	782	756	10,7	11,4	10,0
Jovim	0 - 14 anos	1094	581	513	15,3	16,4	14,3
	15 - 24 anos	828	408	420	11,6	11,5	11,7
União de Freguesias de Melres e Medas							
Melres	0 - 14 anos	568	297	271	15,4	15,9	14,9
	15 - 24 anos	478	264	214	13,0	14,1	11,8
Medas	0 - 14 anos	279	149	130	13,1	14,2	12,1
	15 - 24 anos	265	136	129	12,4	12,9	12,0

Fonte: Censos 2011 | INE

Considerando o associativismo como um exemplo de implicação dos cidadãos na sua comunidade e no que se refere a matéria de juventude de destacar que em dezembro de 2014 se encontravam devidamente registadas no Cadastro do Movimento Associativo do Município de Gondomar bem como no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ) 6 (seis) Associações Juvenis existentes em Gondomar.

Quadro 8: Associações Juvenis cadastradas no Município de Gondomar e no RNAJ - dezembro de 2014

Associações Juvenis cadastradas no Município de Gondomar e no RNAJ		
Gondomar (S. Cosme)	S. Pedro da Cova	Melres
GeoClube - Associação Juvenil, Ciência, Natureza e Aventura.	Associação Social, Recreativa, Cultural e de Bem-Fazer Vai Avante; Associação Social Estrelas de Silveirinhos; Associação Recreativa Cultural e Social de Silveirinhos; Associação Juvenil Roda Viva.	Liga-Dura - Cultura, Espectáculo e Conhecimento.

Fonte: Divisão Cultura, CMG | dezembro 2014

Casas da Juventude do Município de Gondomar

As Casas da Juventude do Município são espaços de informação, animação, formação e ocupação dos tempos livres que visam proporcionar aos jovens melhores condições para o seu desenvolvimento psico-sociocultural.

Os objetivos gerais das Casas da Juventude são:

- contribuir para o desenvolvimento e formação do indivíduo;
- promover uma gama variada de atividades de animação e de ocupação de tempos livres;
- apoiar a realização de atividades organizadas pelos jovens.

Dando cumprimento a uma missão que pretende formar os jovens através da educação não formal e informal, as Casas da Juventude possibilitam aos jovens a ocupação dos seus tempos livres, o acesso a vários serviços, projetos e atividades, para além do Espaço Internet.

Espaços existentes:

Espaço Internet: Este é um serviço disponibilizado em ambas as Casas que se encontra aberto à comunidade em geral, compreendendo um total de 22 postos (10 postos na Casa da Juventude de Gondomar e 12 postos na Casa da Juventude de Rio Tinto) de acesso à Internet, totalmente gratuitos, num horário de funcionamento contínuo, de segunda a sábado. Este espaço é, também, frequentado por utilizadores com computadores portáteis que acedem à Internet a partir do *hotspot* da Casa da Juventude.

Além deste serviço, o Espaço Internet dispõe também de um plano de formação que inclui Cursos de Iniciação à Informática; Cursos de Aprofundamento; Cursos de Informática em computadores portáteis; que decorrem em horário pós-laboral e aos sábados de manhã, em ambas as Casas da Juventude do Município.

SADJ – Serviço de Animação e Dinamização Juvenil: Este serviço promove diversas atividades de animação e formação em áreas como a expressão plástica, expressão artística, hora do conto, escrita criativa, ações de sensibilização, visitas de estudo informais, entre outras; estas atividades dirigem-se a públicos

variados, como por exemplo, grupos escolares, crianças e jovens que se dirigem às Casas da Juventude para ocupar os seus tempos livres, jovens e adultos com interesses específicos nas áreas exploradas.

As atividades desenvolvidas obedecem a um tema definido anualmente, dos quais podemos referir como exemplo “Ao sabor das letras de José Jorge Letria” (2010), 4 elementos da natureza (2011), Júlio Resende (2012) e Gondomar no século XXI (2013). Estas atividades definem em larga medida o funcionamento das Casas da Juventude e o seu público. Assim, em períodos letivos as escolas e turmas, de vários níveis de ensino, procuram estas atividades.

É de salientar ainda, a realização de ações de formação, na área das artes plásticas, para adultos; de destacar igualmente o programa “Conversas com gente nova”, iniciativa que surgiu em 2013 com o objetivo de divulgar pessoas e/ou assuntos que se destacam nas suas áreas e consiste numa tertúlia, na qual o público é maioritariamente jovem.

Além destas atividades as Casas dispõem de um espaço versátil – Espaço didático - que pode ser utilizado como espaço de lazer, com atividades lúdicas, de estudo ou de troca de ideias; neste espaço é possível utilizar jogos de tabuleiro e consolas, consultar livros, revistas, o jornal diário e ler.

SIJ - Serviço de Informação Juvenil: O SIJ, Serviço de informação a Jovens, desenvolve um trabalho de apoio aos munícipes, em especial aos jovens, no desenvolvimento de ferramentas para a integração no mercado de trabalho, como workshops de currículo, preparação para entrevistas, empreendedorismo, divulgação de ofertas de emprego e de oferta formativa. Cabe ao SIJ o papel de receber os utentes das Casas da Juventude, informando, divulgando e encaminhando os utilizadores para os serviços das Casas, com destaque para as atividades que o município tem à disposição, e encaminhando também para outros serviços do concelho nas áreas da Ação Social, Cultura e Desporto e Educação/Formação.

A parceria com o IPDJ, Instituto Português do Desporto e Juventude, permite uma maior divulgação e participação dos jovens nas iniciativas desta entidade, como é o caso do Programa de Ocupação dos Tempos Livres, de voluntariado, concursos, passatempos, entre outros.

O SIJ aposta na divulgação mensal de um tema de destaque e de interesse para os jovens como é o caso do programa de apoio ao arrendamento jovem “Porta 65”, programas de estágios, concursos e programas europeus dirigidos aos jovens.

GAOP – Gabinete de Apoio e Orientação Psicológica: Este serviço visa fornecer às crianças e jovens os recursos necessários ao seu desenvolvimento psicológico, através de um apoio e um acompanhamento próximo tendo em vista a resolução de problemas com que se possam confrontar, proporcionando-lhes assim, um percurso mais estável, numa fase complexa do seu desenvolvimento.

Sala de Exposições (Casa da Juventude de Rio Tinto): A utilização duma das salas da Casa da Juventude de Rio Tinto para exposições tem como objetivos apoiar e divulgar o trabalho dos jovens criadores e artistas do município e promover e apoiar iniciativas culturais, tendo em vista a formação de novos públicos. Além das

exposições individuais, realizam-se exposições coletivas de artesanato, de pintura e de escultura em momentos específicos do ano abordando determinados temas.

Bar (Rio Tinto), Mini Bar (Gondomar) e Esplanada (Rio Tinto e Gondomar): Ao longo do período em análise as Casas da Juventude disponibilizaram outros serviços como o **CAJ – Centro de Atendimento aos Jovens**, dinamizado na Casa da Juventude de Rio Tinto em parceria com o Centro de Saúde de Rio Tinto e que tinha como principal objetivo o apoio e esclarecimento dos jovens nas áreas da sexualidade, métodos contraceptivos e todas as questões relacionadas com a saúde; **Espaço Ser Mãe**, um projeto da Câmara Municipal de Gondomar que tinha como objetivo apoiar as mães e grávidas jovens e adolescentes; **Gabinete de Educação Alimentar e Nutrição** que funcionou durante alguns meses nas duas Casas da Juventude.

Passando agora a uma análise específica sobre os utilizadores das Casas da Juventude, o quadro 8 demonstra o número total de entradas ao longo dos últimos anos, 2010 a 2013, registando-se um número de utilizações acentuado de 2010 para 2011; nos anos seguintes foi registado uma diminuição dos mesmos.

De realçar que a Casa da Juventude de Gondomar (S. Cosme) tem vindo a aumentar o número de utilizadores em detrimento da de Rio Tinto, embora esta tenha um número de utilizadores superior. Em ambas as Casas da Juventude os utilizadores do sexo masculino prevalecem sobre os do sexo feminino.

Quadro 9: Evolução e caracterização dos utilizadores das Casas da Juventude do Município de Gondomar por sexo - 2010 a 2013

Ano	Casa Juventude Gondomar			Casa Juventude Rio Tinto		
	HM	H	M	HM	H	M
2010	25738	17592	8146	35581	20752	14829
2011	35877	20386	15491	38693	22093	16600
2012	28420	17563	10857	36896	22391	14505
2013	28925	17681	11244	34654	22007	12647

Fonte: Divisão do Desporto e Juventude, C. M. Gondomar | abril de 2014

Em relação à caracterização por idades são as faixas etárias entre os 11-14 anos de idade e os 15-20 anos de idade aquelas que mais sobressaem na análise proporcionada pelo quadro 10 relativamente à Casa da Juventude de Gondomar, sendo a faixa etária superior a 31 anos aquela que demonstra um número reduzido de utilizadores. Na Casa da Juventude de Rio Tinto, é a faixa etária superior a 31 anos aquela que representa um maior número de utilizadores, relativamente à análise que o quadro

abaixo nos permite. Seguidamente as faixas etárias entre os 15-20 anos de idade e os 11-14 anos de idade são as que ocupam lugares de maior representatividade.

Quadro 10: Evolução e caracterização dos utilizadores das Casas da Juventude do Município de Gondomar por faixa etária - 2010 a 2013

Ano	Casa Juventude Gondomar						Casa Juventude Rio Tinto					
	< 10 anos	11 - 14 anos	15 - 20 anos	21 - 25 anos	26 - 30 anos	> 31 anos	< 10 Anos	11 - 14 anos	15 - 20 anos	21 - 25 anos	26 - 30 anos	> 31 anos
2010	5036	7204	7140	2934	1436	1978	3894	6796	6831	3091	3270	11699
2011	8190	9092	11381	4090	1861	1263	4711	7820	7455	3077	3400	12230
2012	6338	7202	8596	2909	1900	1475	5272	6952	6329	3030	3423	11890
2013	4148	9551	8093	3725	1946	1462	5696	6040	6124	2660	3071	11063

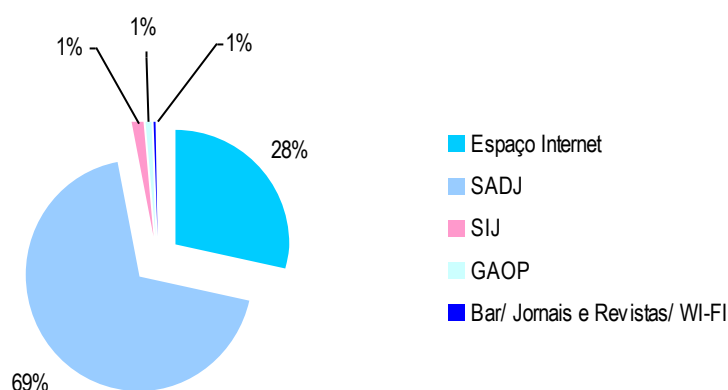
Fonte: Divisão do Desporto e Juventude, C. M. Gondomar | abril de 2014

Por último a análise seguinte reflete as opções dos jovens que utilizam as Casas da Juventude em termos de espaços, com incidência no ano 2013.

Assim, podemos observar que na Casa da Juventude de Gondomar 69% dos utilizadores deste serviço ao longo do ano estão envolvidos no Serviço de Animação e Dinamização Juvenil, sendo que 28% frequentam o Espaço Internet da casa.

Gráfico 2: Caracterização dos utilizadores da Casa da Juventude de Gondomar por espaços - 2013

Casa da Juventude Gondomar | Utilizadores por espaço - 2013

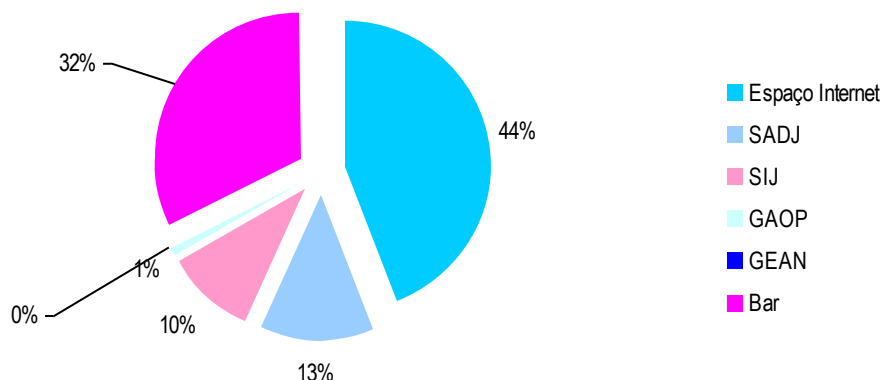


Fonte: Divisão do Desporto e Juventude, C. M. Gondomar | abril de 2014

A Casa da Juventude de Rio Tinto apresenta dados que revelam que a maior atratividade deste espaço é o Espaço Internet e o espaço do Bar que juntos perfazem 76% das opções dos jovens que utilizam este espaço.

Gráfico 3: Caracterização dos utilizadores da Casa da Juventude de Rio Tinto por espaços - 2013

Casa da Juventude Rio Tinto | Utilizadores por espaço - 2013



Fonte: Divisão do Desporto e Juventude, C. M. Gondomar | abril de 2014

No sentido de se complementar a análise atrás realizada, o quadro 11 permite perceber as opções existentes, tendo em consideração o sexo e a faixa etária dos utilizadores.

Quadro 11: Caracterização dos utilizadores das Casas da Juventude do Município de Gondomar por espaços - 2013

Casas da Juventude	Espaços	2013											
		Feminino						Masculino					
		< 10 Anos	11 - 14 anos	15 - 20 anos	21 - 25 anos	26 - 30 anos	> 31 anos	< 10 Anos	11 - 14 anos	15 - 20 anos	21 - 25 anos	26 - 30 anos	> 31 anos
Casa Juventude Gondomar	Espaço Internet	47	909	979	209	116	71	118	2245	2540	473	295	236
	SADJ	1623	2562	1879	1110	769	597	2264	3736	2603	1811	566	340
	SIJ	0	0	13	31	65	71	0	0	7	38	84	93
	GAOP	32	48	20	8	6	5	56	33	23	11	7	4
	BAR/ JORNAIS E REVISTAS/ WI-FI	3	8	12	15	16	20	5	10	17	19	22	25
Casa Juventude Rio Tinto	Espaço Internet	766	1395	1395	328	329	1258	1362	2480	2481	583	584	2237
	SADJ	1201	231	70	40	71	85	1716	731	83	44	83	99
	SIJ	0	0	123	185	309	617	0	0	219	329	548	1098
	GAOP	35	42	39	18	15	35	29	36	28	8	7	13
	GEAN	12	0	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0
	Bar	202	405	607	405	405	2024	360	720	1079	720	720	3597

Fonte: Divisão do Desporto e Juventude, C. M. Gondomar | abril de 2014

Legenda: SADJ – Serviço de Animação e Dinamização Juvenil; SIJ – Serviço de Informação Juvenil; GAOP – Gabinete de Apoio e Orientação Psicológica; GEAN – Gabinete de Educação Alimentar e Nutrição.

Na Casa da Juventude de Gondomar destacam-se tal como o visto anteriormente os espaços do SADJ com 19.860 utilizadores ao longo de 2013, assim como o Espaço Internet que registou 8.238 jovens. Na Casa da Juventude de Rio Tinto o número de utilizadores do espaço do bar em ambos os sexos tem um aumento progressivo correlacionado com o aumento da idade, tendo sido este espaço utilizado por 11.244 pessoas, seguido do espaço Internet com 15.198 utilizadores.



DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O presente capítulo pretende agora dar a conhecer os recursos, bem como as estruturas e projetos existentes no Município de Gondomar dinamizados e operacionalizados por diversos intervenientes, mas que contribuem para um desenvolvimento inclusivo e sustentável (e também por isso inteligente), da comunidade gondomarense.

Respostas da Comunidade - Instituições Particulares de Solidariedade Social

São instituições constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos:

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Proteção dos cidadãos na velhice, invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Promoção e proteção da saúde, nomeadamente, através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução dos problemas habitacionais das populações.

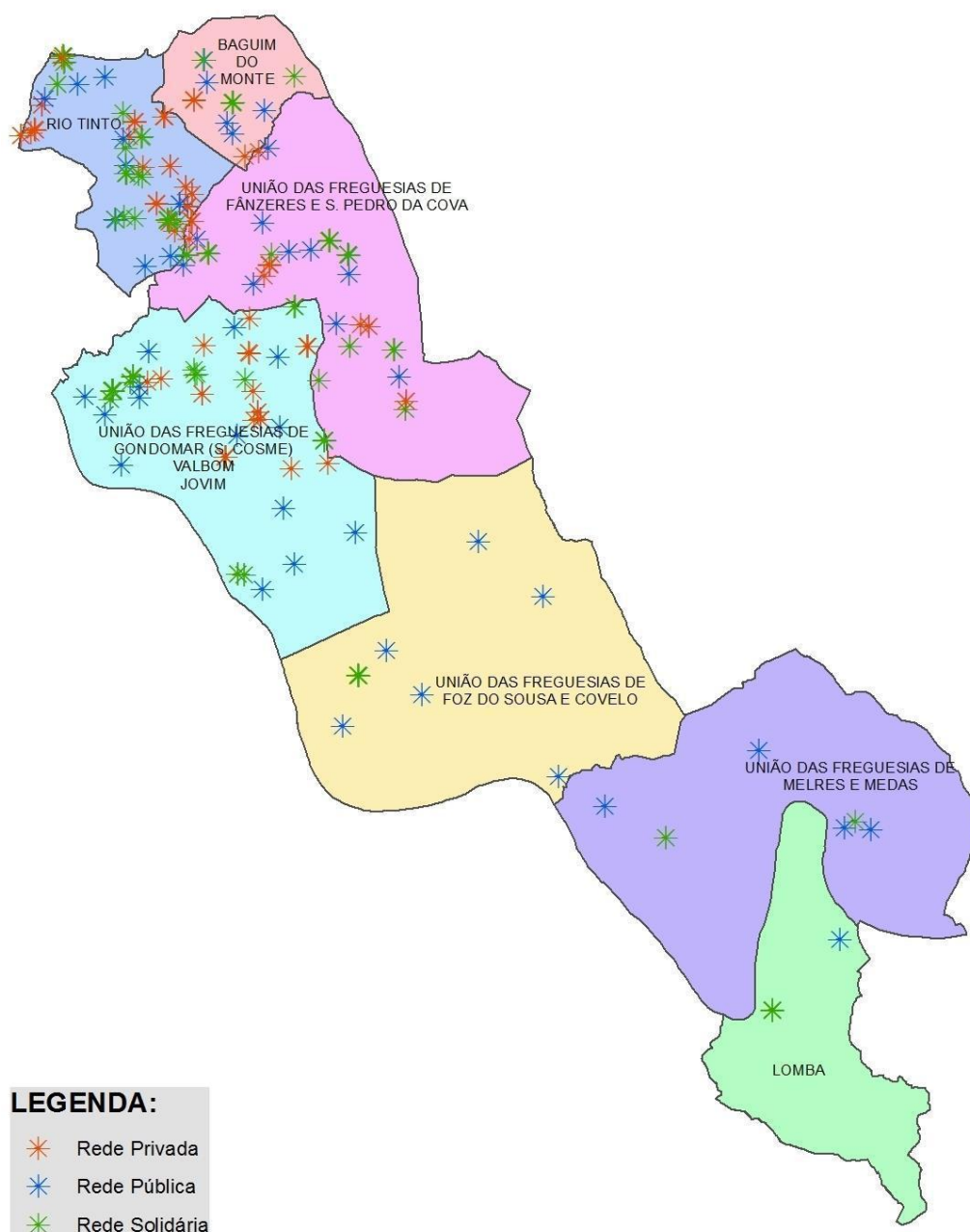
(in <http://www4.seg-social.pt/>)

Atendendo à estreita articulação entre as IPSS e o CLAS de Gondomar, entidades que asseguram respostas de pertinência para o desenvolvimento social, seguidamente serão analisadas, de forma mais pormenorizada, as respostas sociais existentes no município, relativas à rede solidária.

Não obstante, encontram-se abaixo figuras que permitem perceber a distribuição de respostas sociais por território do município de Gondomar, quer sejam elas da rede privada, da rede pública ou da rede solidária -estas pretendem ser potenciadoras de uma visão espacial relativamente a esta questão. Seguidamente a cada figura, será realizada uma breve contextualização da mesma e especificada com as respostas sociais da rede solidária existentes no município.

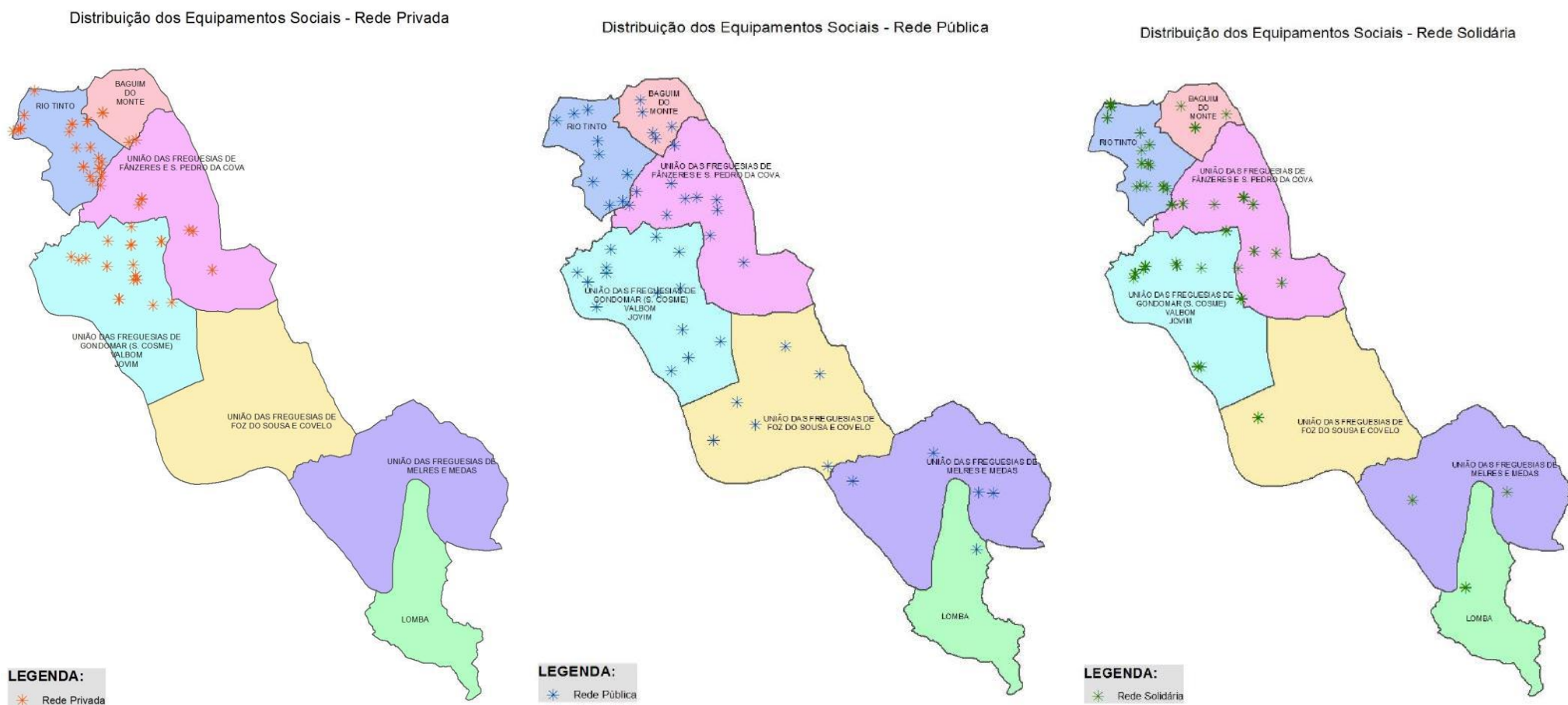
Neste sentido, a figura seguinte pretende demonstrar a localização das entidades que no município dinamizam diversas respostas sociais direccionadas à infância, à população adulta e à população com deficiência.

Figura 1: Distribuição dos Equipamentos Sociais no município de Gondomar - Rede Privada, Pública e Solidária



Fonte: Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento; janeiro 2015

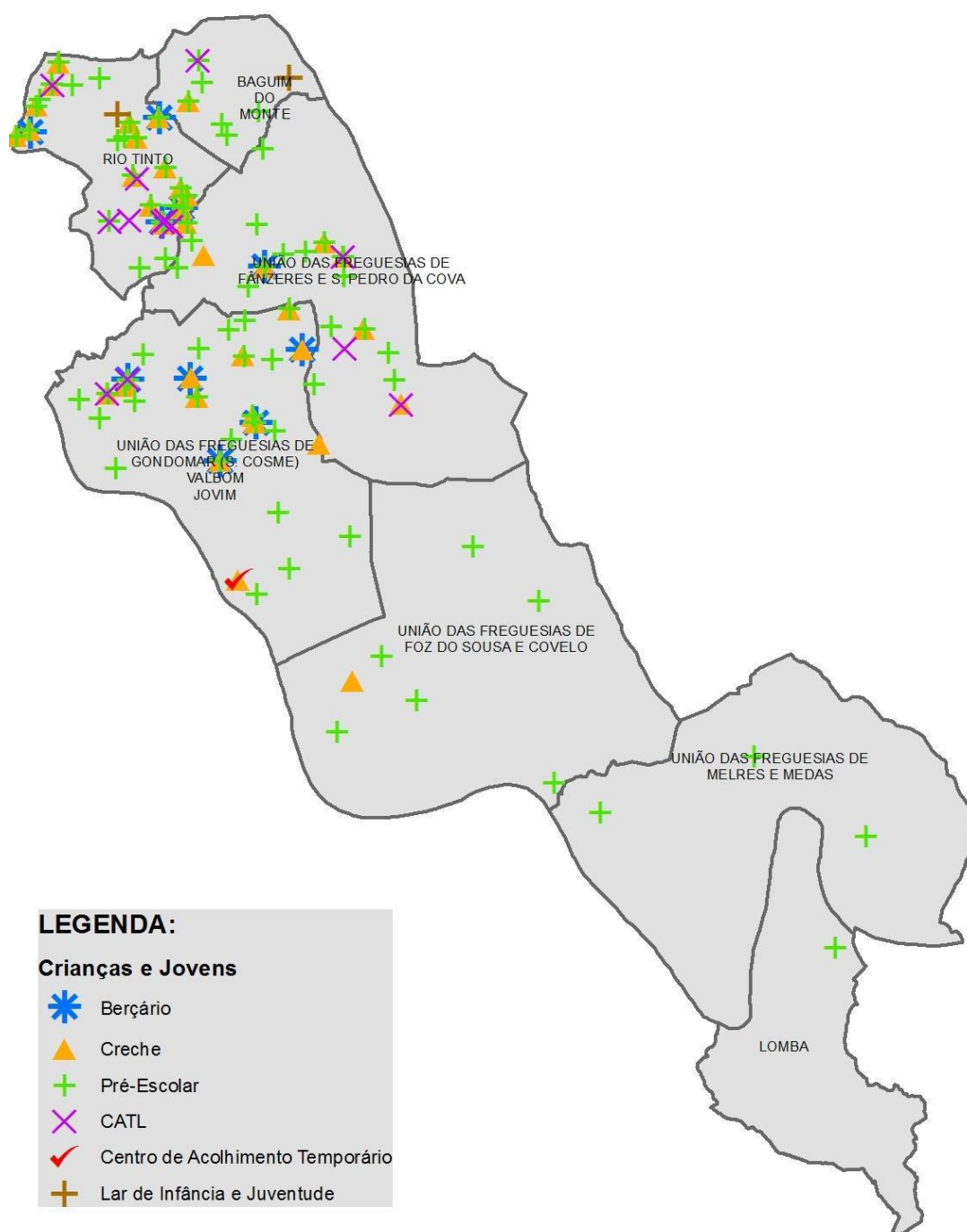
Figura 2: Distribuição dos Equipamentos Sociais no município de Gondomar - Rede Privada; Rede Pública; Rede Solidária



Fonte: Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento; janeiro 2015

Crianças e Jovens

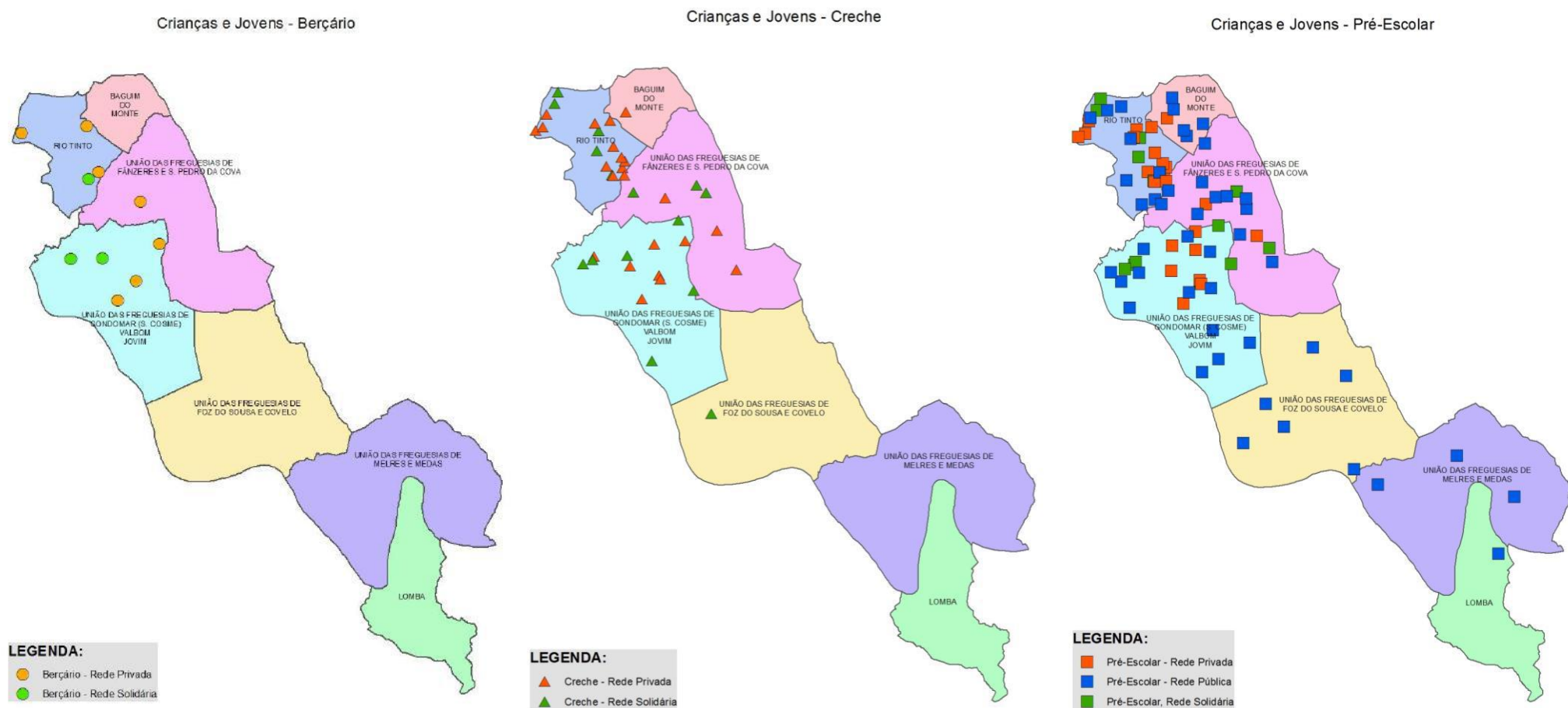
Crianças e Jovens - Resposta Social



Do ponto de vista da inclusão social e no domínio das respostas sociais existentes em Gondomar, pode-se observar uma oferta de respostas integradas de cuidados e apoio social para crianças e jovens de modo a apoiar as famílias e fomentar o desenvolvimento pessoal e social da criança, num ambiente estável e estimulante.

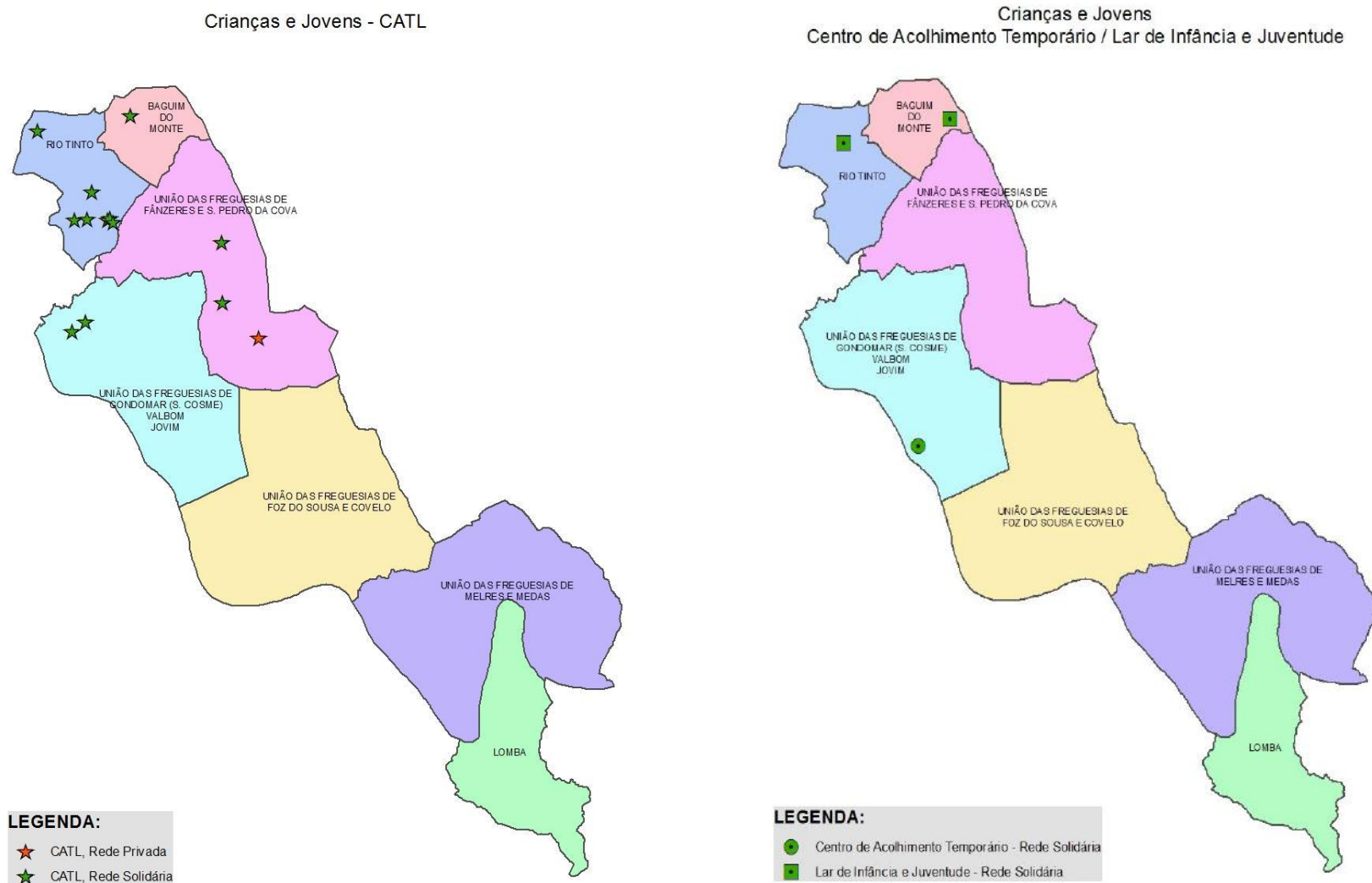
Neste sentido as páginas seguintes pretendem dar a conhecer as respostas sociais dinamizadas pela rede solidária e que visam prestar apoio às crianças, jovens e famílias gondomarenses.

Figura 3: Distribuição dos Equipamentos Sociais para Crianças e Jovens no município de Gondomar - por resposta social



Fonte: Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento; janeiro 2015

(Cont.) **Figura 3: Distribuição dos Equipamentos Sociais para Crianças e Jovens no município de Gondomar - por resposta social**



Fonte: Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento; janeiro 2015

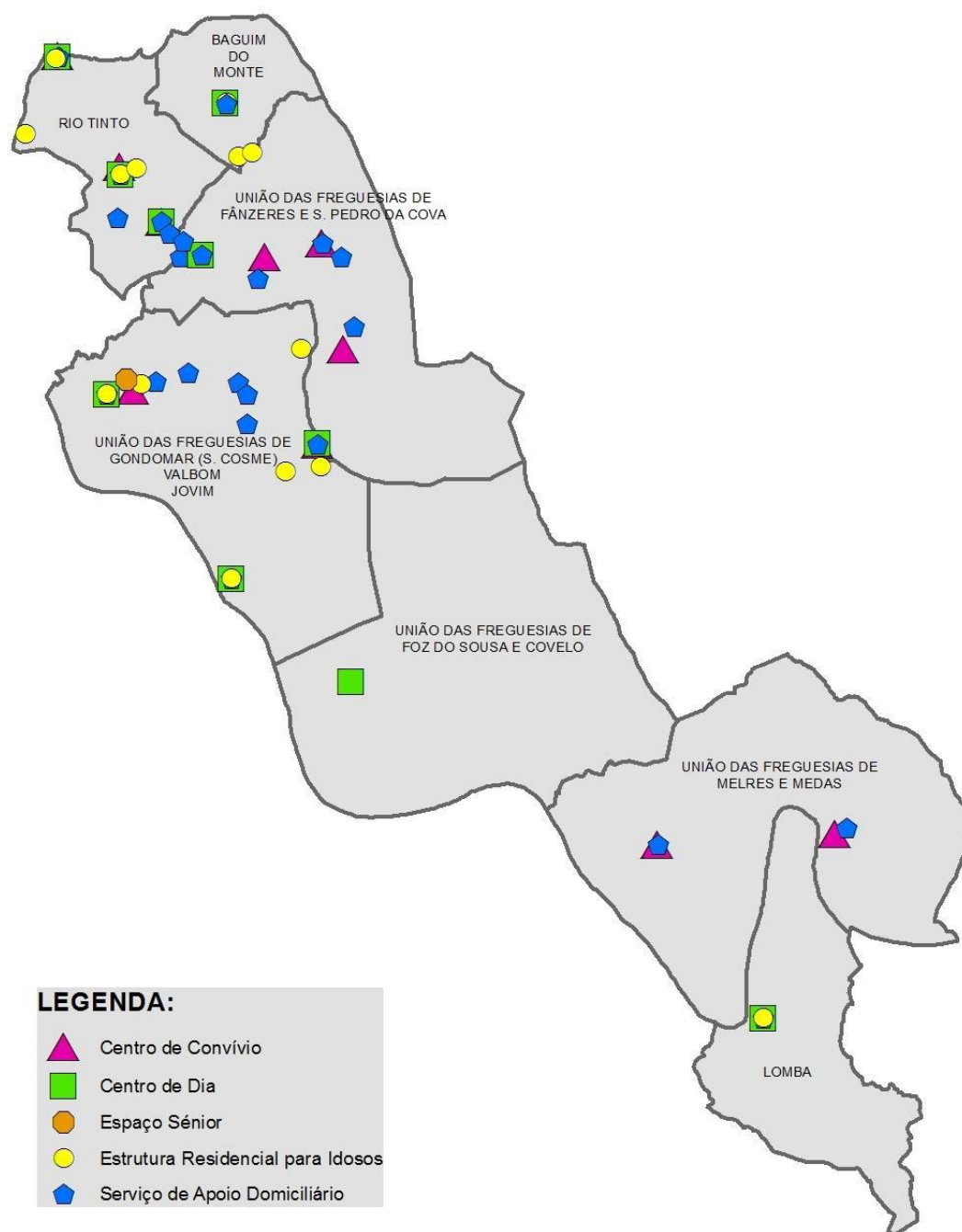
Quadro 1: Respostas sociais existentes por freguesia do município de Gondomar de apoio a Crianças e Jovens

Freguesias	IPSS	Creche			Educ. Pré-escolar			ATL c/ almoço			ATL s/ almoço			Lar de Crianças e Jovens			Centro Acolh. Temp.		
		C/ Acordo	S/ Acordo	Lista Espera	C/ Acordo	S/ Acordo	Lista Espera	C/ Acordo	S/ Acordo	Lista Espera	C/ Acordo	S/ Acordo	Lista Espera	C/ Acordo	S/ Acordo	Lista Espera	C/ Acordo	S/ Acordo	Lista Espera
Baguim do Monte	Assoc. dos Amigos do Padre Moura Gondomar Social - Ass. Interv. Comunitária										35	0	0	18	0	---			
Rio Tinto	Centro Social de Soutelo	35	2	131	134	6	86				90	16	2						
	Centro Social Paroquial St. António Corim	35	0		22	10													
	Creche Infantilário O Teu Filho	25	0	25	65	0	1	60	0	0									
	De Mãos Dadas - Ass Solidariedade Social	23	8	60	125	0	20	18	2	0	40	5	5						
	Obra ABC - Amici Boni Consilii													42	0	---			
U. F. Fânzeres e S. Pedro da Cova	Assoc Social Estrelas de Silveirinhos							0	10		0	12	0						
	Assoc. Social Rec Cul Bem Fazer Vai Avante	68	10		0	81					96	0	0						
U.F. Foz do Sousa e Covelo	Centro Social Par. S. João da Foz do Sousa	33	1																
U. F. Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	APPC - Villa Urbana de Valbom		34	18	70	0		21	0	0	19	0	0						
	Centro Social e Cultural da Paroquia de Valbom	46	0		60	0					50	5	0						
	Santa Casa da Miser. de Gondomar	99	50	32													22	0	---

Fonte: Instituições Particulares de Solidariedade Social; abril 2014

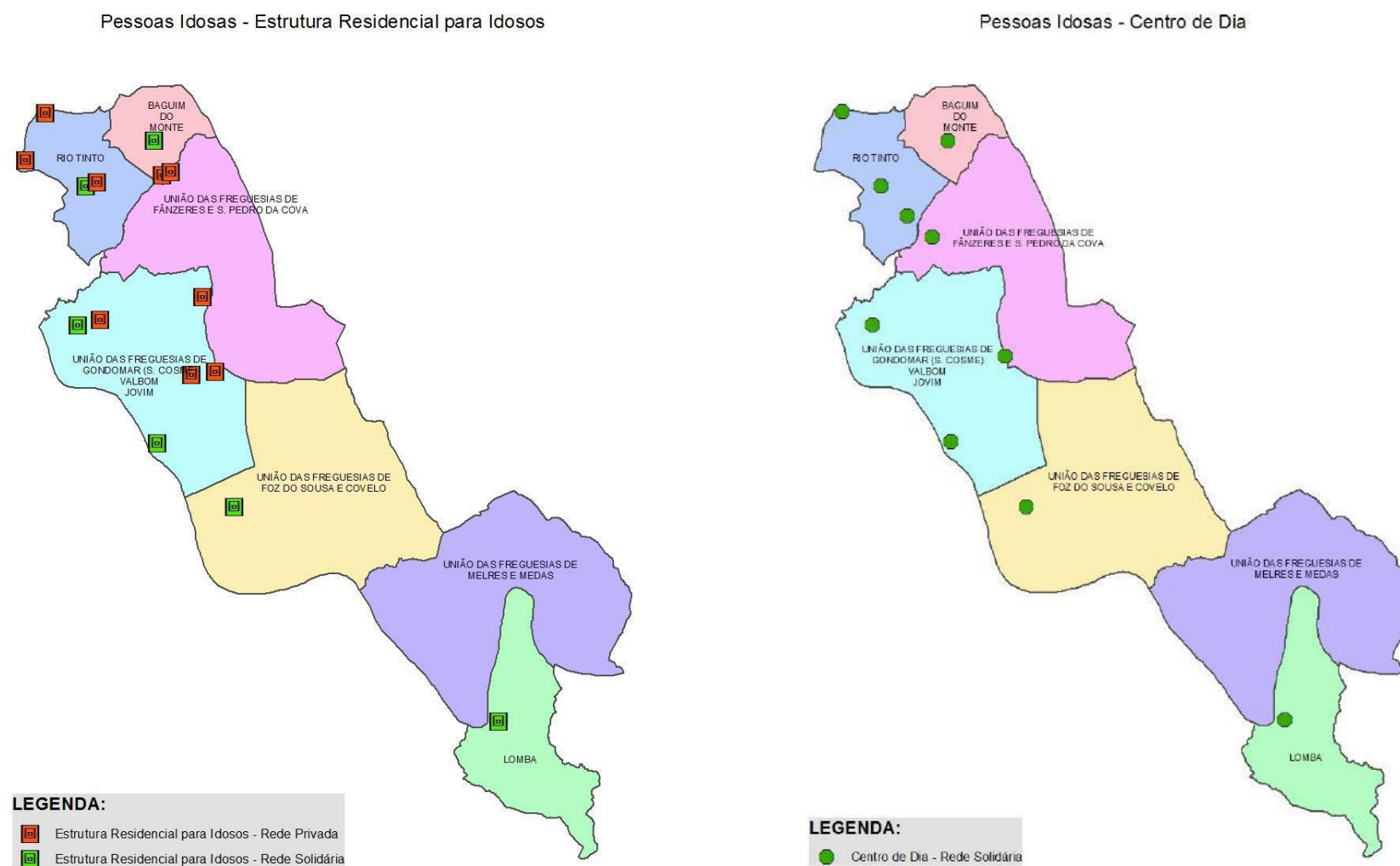
População Idosa

Pessoas Idosas - Resposta Social



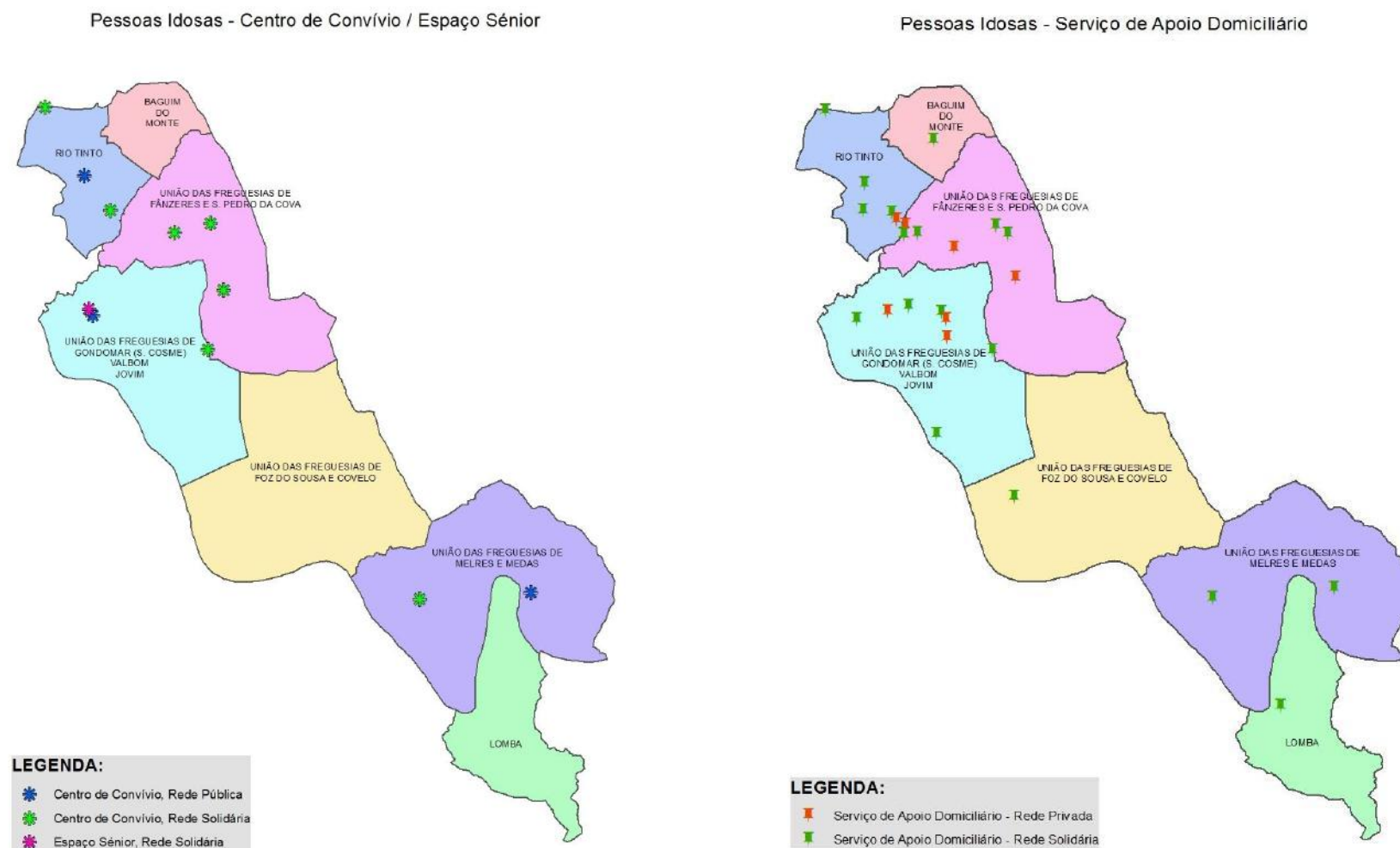
Seguidamente abordam-se as respostas de apoio social para pessoas idosas, que têm como objetivos promover a autonomia, a integração social e o bem-estar físico e psicológico, dinamizadas pela rede solidária e que visam prestar apoio à população idosa e famílias gondomarenses.

Figura 4: Distribuição dos Equipamentos Sociais para a População Adulta e Idosa no município de Gondomar - por resposta social



Fonte: Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento; janeiro 2015

(Cont.) Figura 4: Distribuição dos Equipamentos Sociais para a População Adulta e Idosa no município de Gondomar - por resposta social



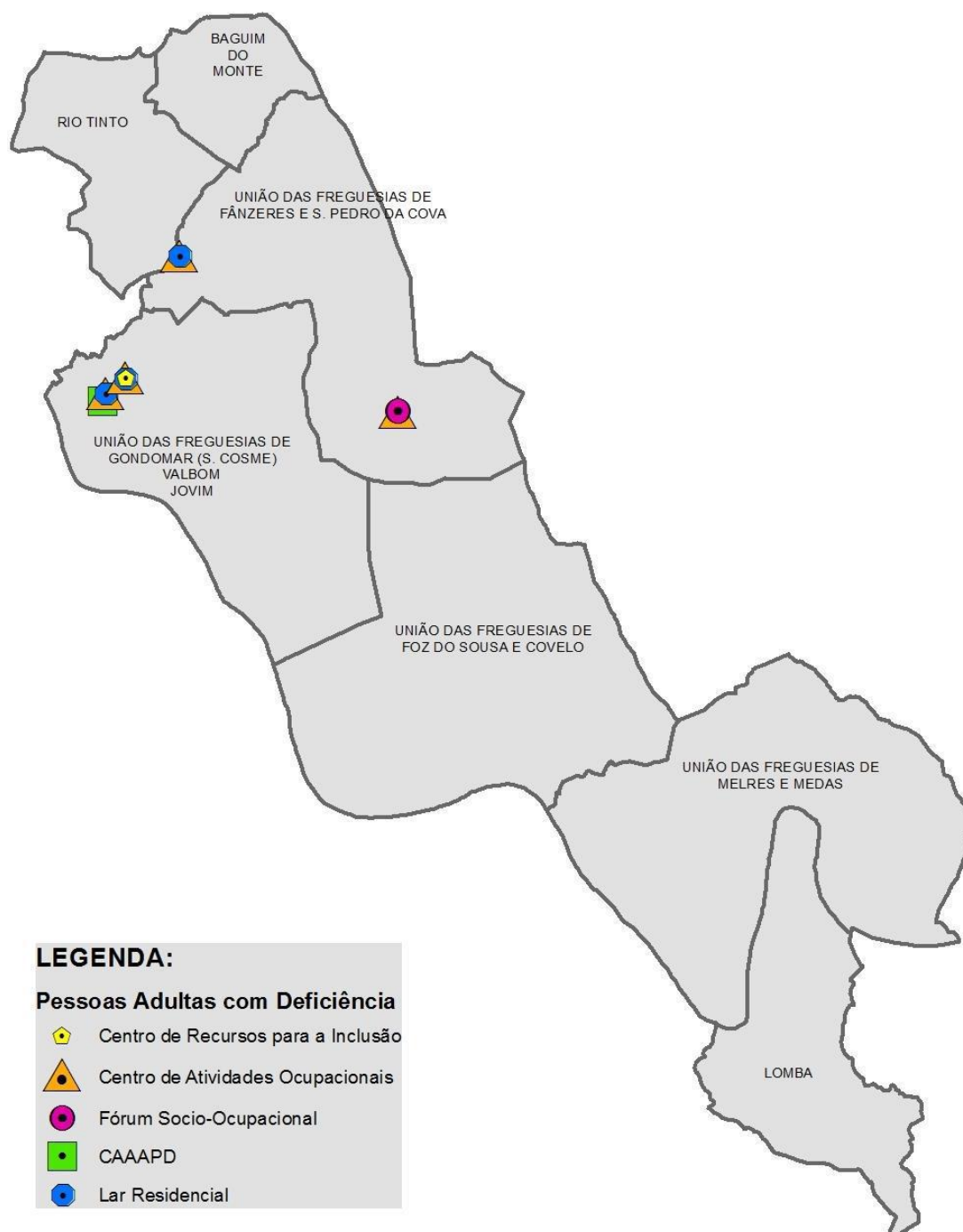
Fonte: Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento; janeiro 2015

Quadro 2: Respostas sociais existentes por freguesia do município de Gondomar de apoio a Pessoas Idosas

Freguesias	IPSS	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas			Centro de Dia			Centro Convívio			Serviço de Apoio Domiciliário		
		C/ Acordo	S/ Acordo	Lista Espera	C/ Acordo	S/ Acordo	Lista Espera	C/ Acordo	S/ Acordo	Lista Espera	C/ Acordo	S/ Acordo	Lista Espera
Baguim do Monte	Centro Social Paroquial de Baguim	24	4	63	22	0	21				20	4	10
Lomba	Centro Social da Lomba	16	31	0	15	0					17	0	
Rio Tinto	Centro Social de Soutelo				14	7	23	15	1	1	35	20	9
	Centro Social e Paroquial St. António Corim				25	5		30	0		40	0	
	Centro Social Paroquial de Rio Tinto	60	0	130	65	0	7				45	0	
	Ponto Um										40	0	5
U. F. Fânzeres e S. Pedro da Cova	Assoc. de Apoio Deficiente Nuno Silveira										25	0	8
	Associação Social Estrelas de Silveirinhos							20	0				
	Associação Social Rec Cul Bem Fazer Vai Avante							25	0		30	14	
U.F. Foz do Sousa e Covelo	Centro Social e Paroquial S. João da Foz do Sousa	30	0	34	29	0	3				38	0	
	Associação Centro Conv Ref. Pens. Foz do Sousa							0	30				
U. F. Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	Centro Social e Cultural da Paroquia de Valbom	18	4	6	50	3	2				30	0	3
	APPC – Villa Urbana de Valbom				Centro Comunitário – Espaço Sénior:			50	68				
	Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar				100	0	3	100	0	8	95	0	19
U. F. Melres e Medas	Associação Reformados Freguesia de Medas							20	0		36	0	

Fonte: Instituições Particulares de Solidariedade Social; abril 2014

População com Deficiência e/ou Doença Mental

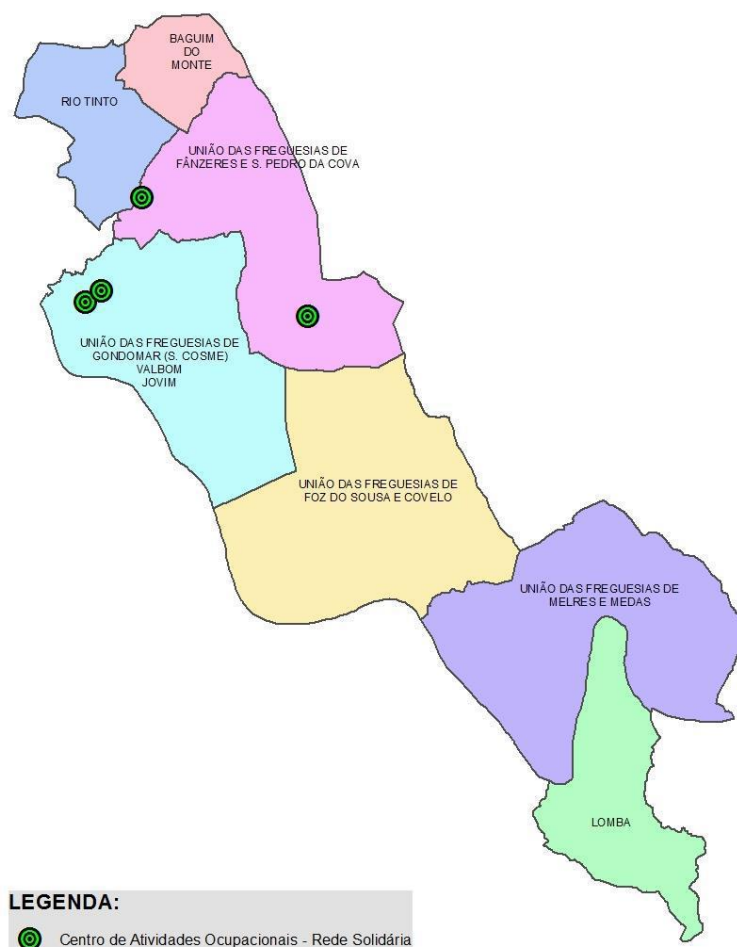


As respostas de apoio social dirigidas às pessoas com deficiência possibilitam a sua autonomia e integração social contribuindo para um desenvolvimento pleno destes cidadãos.

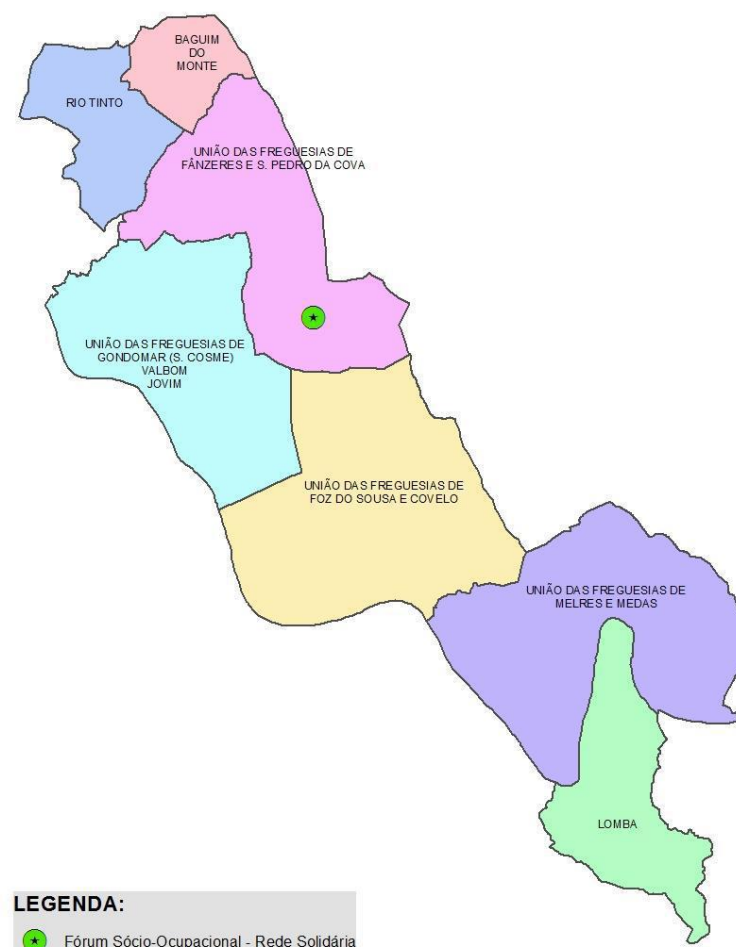
Assim, nas páginas seguintes especificam-se as respostas sociais dinamizadas pela rede solidária e que visam prestar apoio às pessoas com deficiência bem como às suas famílias.

Figura 5: Distribuição dos Equipamentos Sociais para a População com Deficiência e/ou Doença Mental no município de Gondomar - por resposta social

Pessoas Adultas com Deficiência - Centro de Atividades Ocupacionais

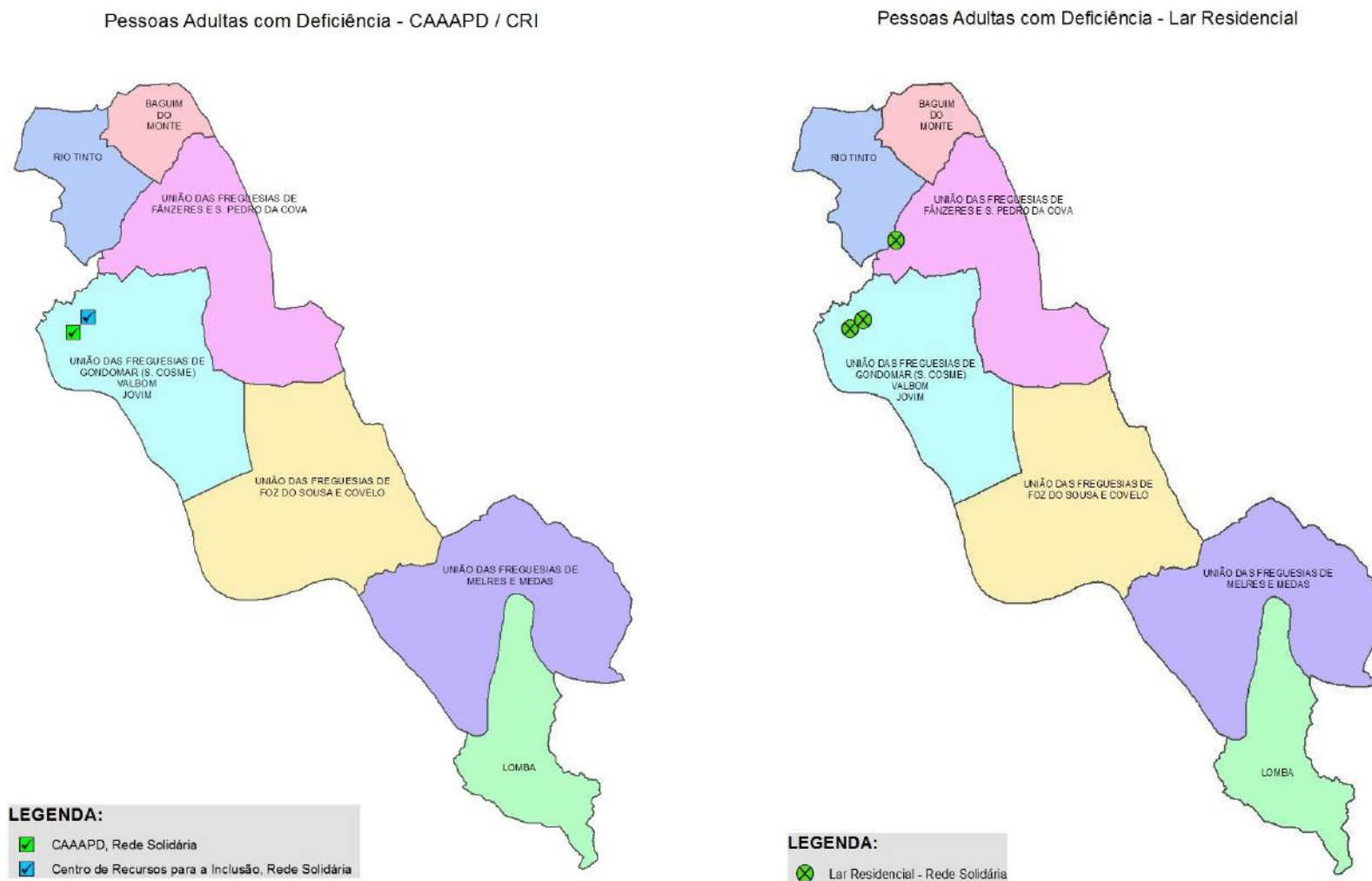


Pessoas Adultas com Deficiência - Fórum Sócio-Ocupacional



Fonte: Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento; janeiro 2015

(Cont.) Figura 5: Distribuição dos Equipamentos Sociais para a População com Deficiência e/ou Doença Mental no município de Gondomar - por resposta social



Fonte: Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento; janeiro 2015

Quadro 3: Respostas sociais existentes por freguesia do município de Gondomar de apoio a Pessoas com Deficiência e/ou Doença Mental

Freguesias	IPSS	Centro Atividades Ocupacionais			Fórum Socio-Ocupacional			Lar Residencial			CAAAPD			Centro Recursos para a Inclusão		
		C/ Acord o	S/ Acord o	Lista Espera	C/ Acord o	S/ Acord o	Lista Espera	C/ Acord o	S/ Acord o	Lista Espera	C/ Acord o	S/ Acord o	Lista Espera	C/ Acord o	S/ Acord o	Lista Espera
U. F. Fânzeres e S. Pedro da Cova	Associação de Apoio Deficiente Nuno Silveira	82	0	104				33	0	50						
	Associação R. C. S. de Silveirinhos		10	30		20	67									
U. F. Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	Associação Nacional de Esclerose Múltipla										100	0	---			
	APPC - Villa Urbana de Valbom	30	0	38				32	0	31					99	
	Centro Social e Cultural da Paroquia de Valbom	18	4					4	0	12						

Fonte: Instituições Particulares de Solidariedade Social; abril 2014

Atendendo às especificidades de respostas que promovem o desenvolvimento e a inclusão da população com deficiência, parece-nos igualmente pertinente abordar, para além das IPSS, que no município têm respostas sociais direcionadas a estas pessoas, o Centro de Reabilitação da Areosa é um equipamento oficial do Instituto de Segurança Social, I.P., integrado no Centro Distrital do Porto, a Associação de Apoio ao Deficiente – Nuno Silveira enquanto entidade formativa, devidamente certificada, para a população com deficiência, bem como, a Associação R. C. S. de Silveirinhos que dinamiza o grupo de teatro “O Andarilho”.

Centro de Reabilitação da Areosa

O Centro de Reabilitação da Areosa, a funcionar desde 1972, é um equipamento oficial do Instituto de Segurança Social, I.P., integrado no Centro Distrital do Porto, com intervenção através da Unidade de Avaliação e Orientação no Distrito do Porto, exceto o Concelho de Vila Nova de Gaia e através da Unidade de Reabilitação Funcional na Região Norte de Portugal Continental, incluindo Distrito da Guarda, Viseu e Aveiro.

São destinatários do Centro de Reabilitação da Areosa:

. Pessoas com idade a partir dos 18 anos, com deficiência intelectual, sensorial, motora, doença mental com deterioração e risco social.

. A partir dos 15 anos, através de protocolos específicos estabelecidos com os estabelecimentos de ensino para alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

Toda a atividade do Centro de Reabilitação da Areosa privilegia o trabalho em rede, com o estabelecimento de parcerias formais e informais com diferentes parceiros comunitários de forma a potenciar e incrementar as sinergias locais, facilitadoras dos processos de reabilitação e inserção social

Caraterização das respostas sociais desenvolvidas

. Unidade de Avaliação e Orientação: Tem como objetivo promover o desenvolvimento global, integrado e transversal da pessoa com deficiência e /ou em risco social, de forma a promover a sua habilitação, participação, reabilitação e inserção social/profissional, viabilizando o direito à autodeterminação e ao papel ativo e co-responsável, na elaboração do seu projeto de vida. Esta Unidade é composta por três equipas: Avaliação; Desenvolvimento de competências; Encaminhamento.

a) Avaliação:

Avaliação formal de Psicologia e Serviço Social;

Avaliação de desempenho em tarefa, segundo um modelo predefinido que identifica aptidões, competências pessoais, sociais e laborais bem como motivações e expectativas do próprio e da família, possibilitando a elaboração do Perfil Individual de Funcionalidade – PIF. Esta Avaliação decorre durante 4 semanas.

b) Desenvolvimento de Competências:

Constrói e implementa o Plano Individual de Intervenção – PII, envolvendo o próprio e a família e/ou pessoas responsáveis na concretização dos objetivos a atingir, através de uma contratualização;

Habilita e promove competências pessoais, sociais e laborais que visam a posterior inserção social na comunidade, através da realização de tarefas em áreas diversas: atividades da vida diária, académica funcional, manutenção técnica, jardinagem

- hortofloricultura, autonomia social, costura e tecelagem, madeiras, reciclagem, limpeza, bricolage, restauros, vitrofusão, educação física e outras atividades desportivas em parceria (remo, judo, piscina e zumba). O tempo medido de permanência é de 12 a 24 meses; de acordo com a especificidade de cada Plano Individual de Reabilitação, o tempo médio de intervenção é flexível.

c) Encaminhamento:

Através dos recursos comunitários dá continuidade ao processo de desenvolvimento de competências iniciado no Centro. A colocação em Mercado Aberto de Trabalho, com apoio técnico individual, sequencial e sustentado, permite aos utentes uma Formação em Exercício e é viabilizada através de Estágios de Inserção social com a duração de 18 meses e de Tarefas Ocupacionais Socialmente Úteis/ Atividades Ocupacionais na Comunidade.

. Unidade de Reabilitação Funcional de Cegos Adultos: Tem como propósito o desenvolvimento de competências que permitam responder às necessidades individuais das pessoas com deficiência visual adquirida, ajudando-as a readquirir a sua autonomia pessoal e social através das áreas de mobilidade, atividades de vida diária, trabalhos manuais, Braille e novas tecnologias de informação/comunicação. O tempo médio de permanência de cada utente na reabilitação é de 18 a 24 meses.

. Oficinas de Apoio Local: Foram implementadas em 1979, resultante da reestruturação do Centro Vocacional do Porto, para dar resposta aos utentes oriundos do Centro de Deficientes da Areosa e aos utentes que, após um processo formativo, não dispunham de capacidades e/ ou competências para serem integrados no mundo normal de trabalho. Os utentes trabalham em oficinas (sapataria, encadernação, cartonagem, montagem e metalomecânica) produzindo para empresas no exterior, mediante contratos estabelecidos com as mesmas (sem novas admissões desde 1992).

Quadro 4: N.º de utentes abrangidos pelo Centro de Reabilitação da Areosa, por resposta social e área funcional

Resposta Social	Área Funcional	N.º utentes abrangidos
Unidade de Avaliação e Orientação	. Avaliação	10 / mês
	. Desenvolvimento de Competências	78
	. Encaminhamento através de estágios de Inserção Social e Atividade Ocupacional na Comunidade	75
Reabilitação Funcional de Cegos Adultos	Mobilidade, A.V.D. Braille, Novas Tecnologias, Trabalhos Manuais	28
Oficinas de Apoio Local	Oficinas	50
TOTAL		241

Fonte: Centro de Reabilitação da Areosa; ISS, I.P. - janeiro de 2015

Importa referir que, do total de utentes atendidos/ integrados no Centro de Reabilitação da Areosa, são residentes no município de Gondomar:

30% dos utentes atendidos pela Equipa de Desenvolvimento de Competências;

50% dos utentes integrados na comunidade em Estágio de Inserção Social ou Atividade Ocupacional;

2% dos utentes atendidos na Unidade de Reabilitação de Cegos;

25% dos utentes nas oficinas de Apoio Local.

Associação de Apoio ao Deficiente – Nuno Silveira – ANS

A Associação de Apoio ao Deficiente – Nuno Silveira – ANS foi constituída a 25 de maio de 1991 por um grupo de pais e amigos de crianças com deficiência. Esta instituição apoia diariamente cerca de 200 pessoas em respostas como o centro de atividades ocupacionais, o lar residencial e através do serviço de apoio domiciliário e formação profissional.

Tendo a ANS verificado que os jovens com deficiência ou doença mental ou, em geral, “com necessidades educativas especiais”, esgotado o seu percurso educativo e confrontados com a necessidade de formação profissional e transição para a vida ativa, não encontravam com facilidade um sistema geral de formação inclusivo, assumiu esta entidade a responsabilidade de alargar o seu campo de atuação para a área da formação profissional.

O desenvolvimento da área de formação profissional para pessoas com deficiência, pela ANS, assume particular relevo no contexto social atual dado o papel central que o exercício do direito à qualificação e ao emprego representa para a *autonomia e qualidade de vida* da pessoa com deficiência, como para a de qualquer cidadão.

A qualificação, por via da formação profissional, visa a promoção de um conjunto de competências básicas que permite apoiar a integração dos cidadãos com défices intelectuais e com insucesso escolar, mas com potencial manifesto para a integração na vida ativa e profissional. Neste sentido, é objetivo central da formação e qualificação a promoção da igualdade de oportunidades das pessoas com deficiências ou incapacidades, promovendo, de igual forma e em respeito pelas suas características singulares, o acesso a percursos formativos adaptados (Percursos C) não integrados no CNQ elaborados com base nos referenciais existentes que respeitam os procedimentos organizativos e técnico-pedagógicos definidos no Guia Organizativo – Formação Profissional e Certificação de Pessoas com Deficiências e Incapacidades do IEFP.

Importa que, por via da formação, as pessoas com deficiência e incapacidades desenvolvam uma tríade de competências: saber, saber fazer e saber ser/estar fazendo face aos desafios que os esperam, no mundo do trabalho.

A população a ser abrangida pela oferta formativa da ANS integra:

- . *Pessoas com deficiências e incapacidades com baixos índices de escolaridade carecendo de apoios especializados para a sua qualificação, apoiando o acesso e manutenção do emprego;*
- . *Pessoas com deficiências e incapacidades com necessidades de atualização de desenvolvimento das suas qualificações.*

A ANS tem como objetivo assegurar a formação profissional e certificação de pessoas com deficiências e incapacidades através de percursos individualizados de formação com uma duração de 2.900 horas.

Os cursos têm as componentes curriculares: Formação para a Integração; Formação Tecnológica; Formação Prática em Contexto de Trabalho (FPCT).

A ANS tem a decorrer 3 ações que iniciaram em fevereiro de 2014 e terminam em dezembro de 2015, sendo que os últimos 4 meses são em formação prática em contexto de trabalho:

Ajudante de Jardinagem e Manutenção de Instalações – 12 formandos;

Ajudante de Lavandaria e Limpeza – 12 formandos;

Ajudante de Tecelão/Tecedeira – 12 formandos.

Em fevereiro de 2015 iniciaram mais 3 ações idênticas mas para 10 formandos por turma.

A Associação de Apoio ao Deficiente – Nuno Silveira terá em frequência em 2015, 66 formandos em simultâneo.

Associação R. C. S. de Silveirinhos - Grupo de teatro "O andarilho"

A Associação R. C. S. de Silveirinhos em parceria com o Agrupamento de Escolas de S. Pedro da Cova, dinamiza desde 2013 o grupo de teatro "O andarilho", no qual participam jovens com e sem Necessidades Educativas Especiais.

Esta parceria surgiu da necessidade de incentivar iniciativas artísticas acessíveis de forma a construir uma sociedade inclusiva, entendendo estas entidades que a mudança na conceção da deficiência através da arte, pode indicar o início de um processo de minimização do preconceito e, em consequência, de promoção da inclusão social.

O trabalho desenvolvido com este grupo de teatro pretende:

- Promover a inclusão pela arte;
- Reforçar o respeito pela diferença;
- Sensibilizar a comunidade para a temática da deficiência;
- Promover a inclusão social de jovens de contextos social e economicamente desfavorecidos.
- Reforço da auto-estima e desenvolvimento da auto-estima.

"O andarilho" tem realizado diversos espectáculos de sensibilização de jovens pelo Agrupamento de Escolas de S. Pedro da Cova.

No contexto de apoio à comunidade, junto se apresenta as respostas sociais existentes:

Quadro 5: Respostas sociais existentes por freguesia do município de Gondomar de apoio à Comunidade

Freguesias	IPSS	Centro Comunitário			Cantina Social			Empresas de Inserção
		C/ Acordo	S/ Acordo	Lista Espera	C/ Acordo	S/ Acordo	Lista Espera	
Lomba	Centro Social da Lomba							EISOL: Área da Limpeza e Higiene de Espaços
Rio Tinto	Centro Social Paroquial de Rio Tinto				65		12	Sorrisos: Área da Limpeza e Higiene de Espaços; Tratamento de Roupas; Transportes; Jardinagem; Reparações e adaptações nos domicílios; Confeção e distribuição de refeições.
	Centro Social de Soutelo							
U. F. Fânzeres e S. Pedro da Cova	ANS - Associação de Apoio ao Deficiente							ANS - SERVILIMPA e ANS - TRANSPORTES: Área da Higiene, Limpeza e Transportes Associação Social Estrelas de Silveirinhos: Limpeza, Transportes e pequenas reparações
	Associação Social Estrelas de Silveirinhos							
	Associação Social Rec Cul Bem Fazer Vai Avante	60	0					
U.F. Foz do Sousa e Covelo	Centro Social e Paroquial S. João da Foz do Sousa				100		0	
U. F. Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	APPC - Villa Urbana de Valbom	50	92		65		25	Porta Aberta: Lavandaria; Transportes; Jardinagem
	Santa Casa da Misericórdia de Gondomar	53	0					Geração D'Ouro: Serviço de Apoio Domiciliário
	AFAGOS - Associação de Formação e Apoio Gondomar Social							AFAGOS: Área da Higiene e Limpeza
	Associação para o Desenvolvimento Social de Gondomar							SERVIFAM: Área da Higiene e Limpeza; Lavandaria Social

Fonte: Instituições Particulares de Solidariedade Social; abril 2014

Ainda no que se refere a ações/iniciativas de apoio à comunidade e por conseguinte ao desenvolvimento social, o Município de Gondomar procura agilizar e concertar instrumentos de trabalho que identificam necessidades e potencializam respostas, garantindo uma melhor resposta às necessidades e carências identificadas, através da Divisão de Desenvolvimento Social.

Neste sentido, a Divisão de Desenvolvimento Social integra o Gabinete de Desenvolvimento Social e Intervenção Comunitária da qual, por sua vez, fazem parte um conjunto de programas, projetos e ações que visam suprir as principais necessidades identificadas na comunidade. Este Gabinete é o responsável pela implementação e dinamização do programa de intervenção comunitária, **+ Família**, bem como pelo programa de desenvolvimento social, **Social +**, o qual já foi abordado anteriormente.

Programa de intervenção comunitária, + Família

O + Família é um programa de intervenção social comunitária, destinado aos agregados familiares em situação de vulnerabilidade social, residentes no Município de Gondomar, que prevê um modelo estratégico de intervenção na área da ação e do desenvolvimento social. Este programa constituído por uma equipa multidisciplinar visa a promoção de uma intervenção sistémica e integrada no acompanhamento de famílias que evidenciam problemáticas diversificadas.

O + Família destina-se aos/às munícipes em situação de vulnerabilidade social, que necessitem da intervenção/acompanhamento definido nos diversos eixos, mediante o seu consentimento expresso e sem sobreposição à intervenção de outros parceiros sociais.

A intervenção desenvolvida junto dos agregados familiares em acompanhamento é orientada pelos seguintes princípios: Consentimento informado; Intervenção mínima; Valorização das potencialidades/ empoderamento; Autonomia e responsabilização.

+ Família - Eixos de Intervenção

Atendimento Social a Munícipes	Violência Doméstica	Parentalidade na Adolescência	Intervenção familiar e gestão doméstica	Intervenção Psicológica	Pessoa Idosa em Situação de Risco Social	Pessoa com Deficiência(s)
--------------------------------	---------------------	-------------------------------	---	-------------------------	--	---------------------------

O + Família dinamiza ainda o Banco de Recursos: Através desta medida de apoio social, pretende-se promover a melhoria das condições de vida dos/as munícipes em situação de vulnerabilidade, através da cedência gratuita de bens diversos, ao mesmo tempo que se potencia o envolvimento da comunidade, o espírito de solidariedade e a responsabilidade social para a doação de bens (vestuário, produtos de higiene pessoal, mobiliários, eletrodomésticos, entre outros).

Orquestra Geração no Município de Gondomar

Desde a criação da primeira Orquestra Geração em 2007, no Casal da Boba (Amadora), as Orquestras Juvenis Geração têm vindo a expandir-se um pouco por todo o país a exemplo dos projetos modelados no Sistema Nacional de Orquestras Juvenis e Infantis da Venezuela (El Sistema).

Este sistema visa essencialmente garantir um apoio social a crianças e jovens oriundos de bairros onde impera a marginalidade e o tecido familiar é muito frágil e tem como objetivo através da prática intensiva de orquestra (trabalho de conjunto por excelência) integrar as crianças ou jovens na sociedade, aumentando-lhes a autoestima e o respeito pelo outro, de forma a se atingir um desenvolvimento harmonioso da sua personalidade e combater o absentismo escolar.

Em Portugal, este trabalho de grande impacto educativo e social ganhou relevo a partir dos concertos realizados na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, e da exibição do documentário “Orquestra Geração”, realizado por Filipa Reis e João Miller Guerra.

O projeto Orquestra Geração em Portugal tem como objetivos:

- Promover a inclusão social das crianças e jovens de bairros social e economicamente mais desfavorecidos e problemáticos;
- Combater o abandono e o insucesso escolar;
- Promover o trabalho de grupo, a disciplina e a responsabilidade para uma melhor cidadania;
- Promover a autoestima das crianças e das suas famílias;
- Aproximar os pais do processo educativo dos filhos;
- Contribuir para a construção de projetos de vida dos mais novos;
- Promover o acesso a uma formação musical que seria impossível para a maioria das crianças e jovens que vivem em contextos de exclusão social e urbana.

Entendendo-se a pertinência e impacto deste projeto, o Município de Gondomar celebrou um Contrato-Programa com a Três por Quatro - Associação Cultural, entidade promotora da Orquestra Geração de Gondomar em fase de projeto piloto. Neste âmbito a Orquestra Geração Gondomar é constituída por uma orquestra de cordas em que será dada formação a 30 crianças/ jovens que frequentam o 2.º e 3.º ciclos, no ano letivo 2014/2015, no Agrupamento de Escolas de S. Pedro da Cova. É objetivo deste município possibilitar o alargamento desta Orquestra aos diferentes territórios com o intuito de se constituir uma Orquestra Geração Municipal de Gondomar.

O BIS – Banco de Inovação Social é uma plataforma constituída por 27 parceiros, que colocam ao serviço da inovação social o conjunto dos seus ativos – de conhecimento, experiência, financeiros, de redes, logísticos e outros, para o desenvolvimento de iniciativas e programas que se destinam a melhorar as respostas que existem para as necessidades ou problemas sociais.

O BIS tem como objeto de atuação 3 grandes áreas:

1 - Programa de Experimentação e Inovação Social: tem como objetivo estimular e facilitar a criação, experimentação e disseminação de soluções inovadoras mais eficazes, eficientes e sustentáveis para as necessidades, problemas ou desafios sociais, em sentido amplo. Estas soluções podem ser novos produtos e serviços, medidas, processos e modelos diferentes de organização das respostas às necessidades sociais mas também a replicação de soluções já existentes ou a transferência dessas soluções para um outro setor da sociedade.

2 - Programa de Apoio a Empresas Sociais: pretende apoiar à criação de empresas sociais que respondam, de forma inovadora e sustentável, a necessidades sociais previamente identificadas pelos parceiros do BIS como prioritárias. Entende-se por sociais todas aquelas necessidades ou problemas, de índole vária, que afetam de forma grave a sociedade e que não possuem uma solução adequada ou carecem de uma solução.

3 - Cultura, Educação e Cidadania: o BIS criou o Programa de Promoção de uma Cultura de Inovação Social que leva, através das suas atividades e ações, o conceito e processo de inovação social a todos os setores da sociedade, estimulando o potencial de transformação e mudança, individual e coletivo. Nesta área de atuação do BIS, levamos a inovação social às pessoas, estimulando-as a serem protagonistas do processo. Deste modo, os cidadãos são, além de beneficiários das respostas sociais, os construtores e avaliadores dessas mesmas respostas.

Está estruturado nos seguintes sub-programas:

a) Programa de inovadores sociais: Tem como principal objetivo educar para a inovação social, contribuindo para o desenvolvimento da criatividade e de uma cidadania mais participativa.

Operacionaliza-se através do Concurso INOVA (concurso de ideias, destinado a estimular o empreendedorismo e a cultura empreendedora nas escolas nacionais) e do Programa experimenta (visa criar condições para o desenvolvimento de ideias potencialmente eficazes).

b) Programa de cidadania: O Programa de Cidadania do BIS, preconiza um novo modelo de relação entre os cidadãos e as organizações, estimulando a participação social ativa assente em princípios de colaboração, co-criação e co-construção, para o qual o envolvimento dos parceiros sociais e das pessoas é fundamental; importa referir que os/as cidadãos/ãs são, além de beneficiários/as das respostas sociais, construtores/as e avaliadores/as dessas mesmas respostas.

Para a operacionalização de Programas do BIS, foram criadas as plataformas operacionais do Porto e Lisboa; a Plataforma Operacional do Porto, até ao momento, envolveu-se especificamente, na dinamização do Programa de Cidadania. Os parceiros da Plataforma Operacional do Porto definiram que as iniciativas a privilegiar, em sede de experiência piloto, se consubstanciam nos seguintes âmbitos de atuação: Fomento da Leitura; Valorização e Recuperação do património histórico, cultural e urbano; Democracia e Consciência Cívica.

O município de Gondomar irá desenvolver um projeto-piloto no âmbito do Fomento da Leitura, tendo por objetivos:

Mobilizar os/as cidadãos/ãs para participar e colaborar em iniciativas de fomento da leitura, promovendo o exercício de uma cidadania ativa; e

Realizar ações de promoção da atividade leitora contribuindo para o desenvolvimento do prazer de ler, da imaginação e da criatividade.

Neste âmbito serão desenvolvidas duas iniciativas socialmente relevantes nomeadamente Clubes de leitura e Letras Itinerantes.

Programa de Apoio ao Movimento Associativo

O Município de Gondomar, como forma de reconhecer o envolvimento e implicação dos cidadãos através do movimento associativo, dinamiza anualmente o Programa de Apoio ao Movimento Associativo do Município de Gondomar.

Apesar de uma descrição específica nos capítulos da Coesão Social, da Cultura e do Desporto e Juventude sobre esta matéria, o quadro seguinte permite perceber o apoio e incentivo garantido anualmente pela Câmara Municipal de Gondomar ao movimento associativo do município de Gondomar ao longo dos últimos anos.

Assim, entre 2009 e 2014 a Câmara Municipal de Gondomar apoiou o Movimento Associativo do Município de Gondomar com uma verba de €5.685.643,95 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e três euros e noventa e cinco cêntimos).

Quadro 6: Balanço financeiro do Programa de Apoio ao Movimento Associativo

Sub-Programas	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
Desenvolvimento Social do Município de Gondomar	133.102,40€	133.993,10€	129.168,20€	134.505,40€	138.659,60€	99.201,50€
Movimento Associativo Cultural e Recreativo do Município de Gondomar	311.199,00€	220.128,00€	252.175,00€	236.925,00€	329.858,00€	271.124,00€
Prática Desportiva no Município de Gondomar	697.498,25€	518.329,00€	486.957,50€	521.012,50€	651.380,00€	420.427,50€
TOTAL	1.141.799,65€	872.450,10€	868.300,70€	892.442,90€	1.119.897,60€	790.753,00€

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar | dezembro de 2014

O conceito de Cidade Educadora cunhado em 1990 implica a submissão de uma carta de compromissos que implica focar a educação como alavanca para o desenvolvimento pessoal e social, transformando o espaço urbano num lugar de solidariedade e convivência positiva.

A cidade educadora é um sistema complexo em constante evolução que pode exprimir-se de diferentes formas, mas dando sempre prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente da sua população. A cidade será educadora quando reconheça, exerça e desenvolva, para além das suas funções tradicionais (económica, social, política e de prestação de serviços), uma função educadora, isto é, quando assuma uma intencionalidade e responsabilidade, cujo objetivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e pelos jovens.

“A Convenção das Nações Unidas, de 20 de Novembro de 1989, que desenvolve e considera obrigatórios os Princípios da Declaração Universal de 1959, tornou-os cidadãos de pleno direito ao outorgar-lhes direitos civis e políticos. Podem, portanto, associar-se e participar em função do seu grau de maturidade. Por esta razão, a protecção das crianças e dos jovens na cidade já não consiste só em privilegiar a sua condição mas também em encontrar o lugar que verdadeiramente os coloca ao lado dos adultos, considerando-se uma virtude de cidadania a satisfação mútua que deve presidir à coexistência entre gerações. Em conclusão, afirma-se um novo direito dos habitantes da cidade: o direito à cidade educadora. E, como primeiro passo nesse sentido, é necessário ratificar o compromisso que, com base na Convenção, se assumiu na Cimeira Mundial para a Infância (realizada em Nova Iorque, nos dias 29 e 30 de Setembro de 1990).”

(in Carta das Cidades Educadoras - Declaração de Barcelona, 1990)

Em 2014, o município de Gondomar participou no XIII Congresso Internacional das Cidades Educadoras, nos dias 13 e 16 de novembro, cuja ideia foi debater experiências em educação além dos muros das escolas e institutos de ensino, como atividades cidadãs que integram desde a educação à cidadania, integrando agora a rede das Cidades Educadoras.

A autarquia tendo em consideração a falta de recursos humanos existentes nos Agrupamentos de Escolas do Concelho, ao nível de técnicos da área social, através da Divisão de Educação, considerou pertinente a criação de uma Equipa Multidisciplinar de Apoio às Escolas do Município.

A Equipa Multidisciplinar de Apoio às Escolas do Município funcionará como uma linha aberta de apoio ao desenvolvimento de projetos escolares de promoção de mais sucesso escolar e de uma maior integração social, prevenindo os fenómenos de abandono e absentismo escolar, os comportamentos de risco e de exclusão social de crianças que frequentam os Jardins-de-infância e 1.º ciclo de ensino básico e de jovens que frequentem os 2.º e 3.º ciclo do ensino básico da rede de escolas públicas do município de Gondomar.

Este gabinete, denominado, *Gabinete de Intervenção para o Sucesso (GIS)*, tem como missão planear e implementar medidas de capacitação do aluno e de capacitação parental, através da colaboração com as estruturas de orientação educativa, bem como, com os serviços especializados de apoio educativo, tendo em vista o sucesso escolar e a efetiva igualdade de oportunidades adequando as respostas educativas.

A intervenção da Equipa Multidisciplinar basear-se-á num sistema de Prevenção Primária e Secundária, onde serão dinamizadas ações de capacitação, informação, bem como metodologias de intervenção em grupo e Terciária, onde se pretende efetuar o acompanhamento individualizado do/a aluno/a e/ou família, mediante discussão de caso com a equipa e obedecendo aos princípios de intervenção mínima, caso não haja outra resposta especializada na comunidade.

Serão objetivos deste projeto:

- Realizar um acompanhamento de proximidade, através de uma equipa que desenvolverá o seu trabalho no terreno, intervindo de forma direta com as crianças, jovens e suas famílias, procurando identificar situações que possam comprometer o processo de aprendizagem escolar, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social;
- Contribuir para o desenvolvimento integral dos/as alunos/as e para a construção da sua identidade pessoal, apoiando-os/as no seu processo de aprendizagem e de integração, no sistema de relações interpessoais da comunidade escolar;

Apoiar o exercício das funções de administração, gestão e organização escolar, no desenvolvimento de áreas comuns de intervenção.

EPIS - EMPRESÁRIOS PELA INCLUSÃO SOCIAL

O Município de Gondomar, através da Divisão da Educação, Formação e Emprego, pretende contribuir para capacitar os jovens para a realização do seu potencial através da Educação, da Formação e da Inserção Profissional.

Assim, pretende implementar o programa “Mediadores para o Sucesso Escolar”, no 3.º ciclo, dos agrupamentos de escolas, a ser desenvolvido pela Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social, durante o ano letivo 2014/2015. Este programa funcionará como um complemento à escola, em plena articulação com professores e foca-se nos alunos que constituam “casos de risco” em termos de sucesso escolar, para os quais é definido um plano individual de intervenção.

A Associação EPIS – Empresários Pela Inclusão Social foi criada, em 2006, por um grupo de mais de 100 empresários e gestores de Portugal, em resposta à convocatória que Sua Excelência o Presidente da República colocou à sociedade civil em 25 de Abril desse ano, tendo em vista um maior envolvimento do Estado nos desafios da inclusão social em Portugal. Desde 2006, tem vindo a focar-se na capacitação de jovens necessitados para a realização do seu potencial ao longo da vida, através da Educação, da Formação e da Inserção Profissional.

Um dos programas mais emblemáticos é a REDE DE MEDIADORES PARA O SUCESSO ESCOLAR com um modelo de capacitação para o sucesso escolar, baseado num conjunto claro de princípios:

- Não universalidade – A nossa metodologia foca-se em alunos que se constituam como casos de risco em termos de insucesso escolar. Não se trata de um modelo de intervenção universal mas dirigida a alunos sinalizados para os quais é definido um plano individual de intervenção.
- Foco em Competências não Cognitivas – a intervenção é focada na promoção de competências não cognitivas que acreditamos serem um pré-requisito para o sucesso escolar.
- Mecânica de proximidade – baixo rácio de alunos acompanhados por técnico com uma frequência de contacto elevada e estabilidade na relação.
- Intervenção fora da sala de aula – Complementar em forte articulação com os professores e diretores de turma.
- Mediação profissional – realizada por Mediadores profissionais, formados na nossa metodologia e com dedicação a tempo integral.
- Cultura de performance – monitorização constante de resultados.

A metodologia EPIS de capacitação para o sucesso escolar, assenta em três pilares fundamentais:

- 1) Sistema de sinalização de alunos com fatores de risco de insucesso e/ou abandono escolares, organizado em 4 eixos: Aluno, família, escola e território.
- 2) Um portefólio de técnicas de capacitação específicas para cada um dos eixos, cuja aplicação varia de acordo com o público-alvo (alunos do 1º, 2º ou 3º ciclos). Este portefólio permite a construção de planos individuais de intervenção.
- 3) Um sistema de monitorização de resultados quantitativos, todos os períodos e no final de cada ano letivo.

Projeto Pulmão Verde

O projeto Pulmão Verde da Área Metropolitana do Porto (AMP), idealizado pelos municípios de Gondomar, Paredes e Valongo, pretende promover a utilização sustentável do território através das suas potencialidades naturais, aliando a natureza, o desporto e o lazer nas serras de Santa Justa, Pias e Casti(n)çais área que está incluída na Rede Natura 2000 (partilhadas pelos três municípios), mas também as Serras das Flores, Santa Iria e Banjas.

Com este propósito foi constituída uma equipa técnica intermunicipal que está a desenvolver um trabalho de partilha de conhecimento, levantamentos patrimoniais e a constituir bases de dados, tendo como objetivo a definição de uma unidade paisagística com identidade própria e valor relevante ao nível metropolitano, tendo como horizonte a preparação de candidaturas aos fundos comunitários do novo Quadro Estratégico Comum (QEC), que enquadrará os apoios estruturais da União Europeia entre 2014 e 2020.

Constituído por uma área total de cerca de 5.733 hectares, o Projeto Pulmão Verde conjuga um vasto património natural e cultural, reunindo, em conformidade com o atual quadro legal, as condições necessárias para classificação de Paisagem Protegida de âmbito regional.

Este Projeto, em complementaridade com a sua classificação, pretende integrar uma envolvente de paisagens de carácter diferenciado, assim como potenciar as infraestruturas já existentes, favorecendo a conservação e preservação da natureza, assim como o bem-estar das pessoas, configurando-se enquanto promotor do desenvolvimento económico e social, alicerçado nos princípios da sustentabilidade e da inclusão social.

Garantir o Desenvolvimento:

Perceções dos Parceiros

O presente capítulo pretende, a par das exposições anteriores, alicerçadas por dados estatísticos, evidenciar as percepções e conhecimento das entidades parceiras do CLAS'G.

Conforme o anteriormente abordado, e relativamente à aplicação de uma metodologia participativa utilizada em sede das CSF/CSIF bem como em Núcleo Executivo, apuraram-se diversas problemáticas com que os parceiros se debatem tendo sido igualmente sugeridas inúmeras estratégias para minimizar estes mesmos desafios.

Núcleo Executivo do CLAS'G	Problemáticas Identificadas	Estratégias
	Desagregação das famílias; Envelhecimento da População.	
	Dificuldades financeiras na família; Precariedade económica das famílias; (Des) Informação;	
	Escolaridade Obrigatória vs Absentismo; Oferta Formativa desadequada; Delinquência Juvenil; Absentismo vs Abandono Escolar; Indisciplina (fenómenos de violência nas escolas); Desvalorização percurso escolar; Desvalorização da frequência do Pré-escolar; Falta de oportunidade de escolarização/ educação de adultos.	
	Desemprego; Desemprego Jovem; Criação/ Oportunidades locais emprego; Apoio ao 3.º Setor - Empregabilidade.	
	Ausência de habitação para dar resposta à emergência de novas famílias; Habitações degradadas; Elevado custo de arrendamento; Ausência de acompanhamento, monitorização, fiscalização relativamente às habitações sociais.	Facilitar reabilitação de imóveis; Promover o mercado social de arrendamento.
	Necessidade de respostas para: Deficiência; Saúde Mental; Idosos/ Dependentes; Estimulação Precoce; Dependência; Descanso do Cuidador.	Promover e facilitar a constituição de respostas que permitam a integração ocupacional de pessoas com deficiência em todos os territórios do município; Candidaturas aos Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental. Incrementar voluntariado direcionado ao apoio a pessoas idosas;
	Deslocalização Instituições Públicas (serviços). Idosos/ 3.ª Idade; Solidão; Falta de respostas (atípicas) adequadas.	Constituição de uma Comissão de Proteção à Pessoa Idosa.

Problemáticas Identificadas	Estratégias
Destruturação das famílias. Baixos/ Insuficiência de Rendimentos; Carência Económica; Educação Parental/ Falta de competências parentais; Intervenção social (necessidade de uma maior intervenção).	Potenciar constituição de programas/ projetos de intervenção social e comunitária que visem a prevenção. Promover grupos de treino de competências, no âmbito da educação parental e criar grupos de auto ajuda.
Ausência de competências sociais e pessoais; Baixas Habilitações Escolares; Baixas Qualificações Profissionais; Absentismo Escolar; Formação profissional desadequada às necessidades do mercado de trabalho e às características da população; Falta de oferta para adultos com baixa escolaridade.	Promover Escola de Pais; Criar espaços de literacia, aproveitando as escolas de 1º ciclo devolutas; Implementar cursos EFA e CEF, equivalência ao 6.º e 9º ano de escolaridade; Em parceria com os CQEP desenvolver cursos destinados aos adultos com baixa escolaridade (ex. equivalência ao 1º, 2º e 3º ciclo).
Desemprego; Pouca sensibilização das empresas para as medidas do IEFP.	Criar estratégias que visem a constituição de uma plataforma de oportunidade de emprego, entre os parceiros.
Falta de resposta em habitação social; Falta de condições para arrendamento privado (mercado de arrendamento com preços elevados).	Implementar um sistema de fiscalização/monitorização aos residentes nos conjuntos habitacionais do município, promovendo a co-responsabilização em diversos âmbitos; Sensibilizar os proprietários para prática de valores de arrendamento mais acessíveis; Reconversão Urbana (casas devolutas).
Dependências - aumento de jovens a iniciar consumos precoces; Falta de respostas para pessoas com deficiência; Demência; Perturbações comportamento ao nível da infância; Alcoolismo; Falta de apoio psicológico; Nutrição (falta de uma alimentação equilibrada) nas crianças.	Criar, no âmbito de um programa municipal de apoio a pessoas carenciadas apoio a nível médico, para perturbações comportamento. Criar um gabinete de apoio psicológico. Encaminhamento para a consulta para jovens da ET de Gondomar; Projeto de “Educação para a Saúde/ Educação Alimentar” (1º, 2º, 3º ciclo e Secundário);
Violência Doméstica; Violência conjugal; Apoio jurídico.	Criação de um centro de atendimento de emergência social. Criar o “Gabinete do Cidadão” Criação de um gabinete de apoio jurídico à comunidade.
Falta de espaços verdes; Valorização dos recursos naturais da freguesia/ município.	Criação de um espaço de lazer com circuitos desportivos, com base nos espaços públicos disponíveis. Construir uma ciclovía. Promover uma maior diversidade de oferta desportiva;
Ocupação de Tempos Livres - jovens.	Facilitar o desporto gratuito, envolvendo o movimento associativo.
Necessidade de apoiar população idosa; Idosos isolados; Necessidade de residências dignas para a população idosa; Proliferação de lares ilegais.	Criar uma equipa multifuncional que proteja a pessoa idosa - Comissão de Proteção à Pessoa Idosa; Implementar programas intergeracionais que proporcionem a partilha de experiências e conhecimento; Apoiar estratégias de reconversão de equipamentos sociais; Reforçar a fiscalização às Instituições, cujo trabalho é direcionado para a população idosa.

CSF de Rio Tinto	Problemáticas Identificadas	Estratégias
	Destruturação da Família.	
	Carência alimentar; Intervenção social nos meios mais desfavorecidos; Desconhecimento dos direitos em situação de desproteção; Dificuldades económicas; Falta de recursos das famílias; Falta de apoio domiciliário para pessoas idosas; Pobreza extrema; Formação Parental.	
	Despesas com a Educação; Baixos níveis de escolaridade; Indisciplina; Falta de ações de sensibilização com os pais/ encarregados de educação; Insucesso Escolar; Melhorar refeições nas escolas; Falta de formação.	
	Desemprego; Dificuldade na inserção laboral de toxicodependentes; Dificuldade na criação de novos postos trabalho.	
	Dificuldade em arrendar habitação – toxicodependentes/ beneficiários RSI.	
	Perturbações comportamentais ao nível da infância; Falta de respostas para a saúde mental; Saúde mental nos idosos; Saúde familiar; Toxicodependência – destruturação familiar.	Promover espaços com atividades de convívio que proporcionem o descanso do cuidador; Constituição de grupos de apoio para cuidadores.
	Segurança/ Segurança Escolar; Necessidade de reforçar elementos e condições da escola segura.	
	Necessidade de criar espaço de lazer/ convívio.	Promover o desporto para crianças e jovens como facilitador de hábitos de saúde e comportamentos saudáveis.
	Diversificar oferta desportiva.	
	Isolamento nos Idosos; Falta de Proteção aos Idosos.	

Problemáticas Identificadas	Estratégias
Precariedade; Fome; Competências Parentais; 3.ª Idade; Apoio social mais diligente; Dificuldade das famílias no exercício da autoridade com os filhos.	Potenciar grupos de Voluntariado. Promover a criação de um projeto cultural de referência para o município, desenvolvido no âmbito do Projeto Educativo (valorizar a relação inclusão social/ educação/cultura); Educação Parental/ Coaching Parental.
Incompetências Pessoais; Indisciplina na Escola; Creche Pública; Abandono Escolar; Desvalorização do Ensino Profissional.	Intervenção Precoce ao nível da Creche; Potenciar a Formação de Adultos; Promover ações continuadas que envolvam Família - Alunos - Comunidade Educativa (essencialmente Professores); Promover o contacto a partir do 2.º Ciclo, entre professores e famílias, não deixando este contacto apenas para a figura de Diretor de Turma.
Desemprego; Desemprego Jovem; Inadequação Profissional; Dificuldades na criação Emprego; Trabalho Precário.	Facilitar o Investimento do tecido empresarial, com consequente Fiscalização; Apoiar a constituição de Empresas de Inserção; Promover e explorar potencialidades do município (ex.: frente ribeirinha e zona florestal) potenciando a criação de novos postos de trabalho; Promover e potenciar o empreendedorismo;
Excesso de conjuntos habitacionais; Falta de respostas habitacionais.	Maior dinamização do parque de arrendamento; Arrendamentos a custos controlados (que visem apoiar também jovens).
Saúde Mental e Ocupacional; Demência; Dependências; Alzheimer; Consumo de álcool; Reabilitação; Alimentação deficiente.	Constituição de uma resposta específica no município de Gondomar para resposta à doença mental; Recomendar o alargamento do quadro de pessoal em Centro de Dia, repensando-se as respostas típicas desta valência.
Delinquência Juvenil (<i>comportamentos associados a consumos de Cannabis, por parte de jovens entre os 12 e os 13 anos de idade</i>); Delinquência.	
Construção de áreas verdes e de lazer.	
Cultura (falta de divulgação da oferta; poucos hábitos de cultura; aproximar a oferta cultural existente a diferentes públicos); Inserção Cultural (falta de referências)	
Inserção Cultural (falta de referências a grupos desportivos).	
Falta de Equipamentos Sociais; Falta de Recursos; Necessidade de capacitar continuamente técnicos; IPSS - sustentabilidade; Instituições não se encontram adaptadas às necessidades atuais das famílias.	Promover a rentabilização e partilha dos recursos existentes entre IPSS.
Deficiência (poucas respostas reabilitativas); Isolamento/ Solidão da população com deficiência; Inclusão na deficiência;	
Doença Mental (poucas respostas de acompanhamento); Falta de recursos de resposta para a Demência;	Constituição de uma Comissão de Proteção à Pessoa Idosa.
Respostas Insuficientes para Idosos.	

CSF União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	Problemáticas Identificadas	Estratégias
	Envelhecimento Populacional; Falta de incentivos à natalidade; Terrenos qualificados zona verde/agrícola que impedem novas construções.	Revisão do PDM.
	Fome; Pobreza; Exclusão Social; Interventores Sociais (maior n.º de técnicos no terreno); Dificuldades Económicas; Economia Paralela; Carência Alimentar; Insuficiência de Alimentos; Rede transportes deficiente.	Disponibilização de terrenos abandonados para fomentar a subsistência de famílias carenciadas;
	Analfabetismo; Abandono Escolar; Elevado n.º de alunos por turma; Dificuldades escolares e de comportamentos; Bullying - violência entre alunos.	
	Desemprego; Condições económicas precárias das famílias; Famílias desagregadas.	
	Habitação Social (necessário mais resposta; deve ser criada maior exigência nos critérios de acesso; excesso de conjuntos habitacionais).	Frequência de formação em Gestão Habitacional para entrega de habitação social.
	Idosos dependentes; Doença Mental Gabinetes de psicologia; Falta Gab. médico nas escolas; Drogas; Alcoolismo; Falta de equipamentos para a Saúde Mental;	Voluntariado ao Domicílio;
	Violência Doméstica; Maus tratos;	
	Conservação dos espaços de merendas da Foz do Sousa e Covelo; Melhoramento da orla do rio Douro; Poluição Rio Sousa e Rio Ferreira; Necessidade Educação Ambiental; Necessidade Ciclopista no Rio Sousa.	Valorização de recursos naturais; Aumentar o n.º de ecopontos; Intervenção no Rio Sousa (pesca e canoagem).
	Falta de espaços para a cultura.	
	Instalações Desportivas; Falta de espaços públicos para praticar desporto.	
	Falta de espaços para instituições sociais e culturais; Falta de Centros/Salas para Idosos.	

Problemáticas Identificadas	Estratégias
Envelhecimento da população; Progressiva extinção e deterioração dos laços familiares.	Aposta em projetos intergeracionais.
Dificuldades económicas – casos de fome; Falta de respostas para um apoio eficaz às famílias com dificuldades sócio-económicas; Pobreza envergonhada; Dificuldade das famílias no exercício da autoridade com os filhos.	Converter algumas das escolas de 1.º Ciclo em respostas de apoio social;
Apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais; Melhorar a articulação da rede escolar de forma a ter capacidade de resposta às necessidades educativas; Educação, apoio e acompanhamento extra-escolar; Abandono escolar ou fraca assiduidade; Ausência de qualificação/competências profissionais; Abandono Escolar e dos percursos formativos; Falta de oferta formativa pós-secundária; Baixas Qualificações; Habilitações, Formação, Motivação; Insuficiência de verbas para alunos do ensino superior (matriculas, propinas, apoios, etc); Insuficiência de meios económicos que afetam as crianças na formação letiva.	
Desemprego: jovem, adultos longe da idade de reforma; Falta da dinamização do comércio local; Aposta dos setores tradicionais na vertente da cultura (artes e ofícios); Empregabilidade das pessoas com deficiência; Empresas que acolham estagiários com deficiência; Maior oferta de emprego e formação; Falta de enquadramento dos setores tradicionais de Gondomar; Ofertas de emprego com deficientes condições salariais.	
Acesso à habitação; Prática de elevadas rendas habitacionais; Necessidade de mais habitações sociais; Apoio ao arrendamento social; Dificuldade das famílias em encontrarem soluções para habitação própria.	
Doenças psiquiátricas - dificuldades na família; dificuldades no emprego; Saúde Mental; Saúde - acesso; Farmácias de serviço descentralizadas com dificuldades de acesso.	
Violência Doméstica - falta de terapia familiar; Necessária mais segurança; Justiça - burocratização.	
Ausência de parques de lazer para a comunidade; Ausência de espaços verdes.	Sinalizar e divulgar, na zona ribeirinha, o município.
Mais espaços culturais; Desvalorização da cultura - área com implicação direta na formação humana/cidadania plena.	Oferta de maior diversidade de oferta cultural; Criar um evento cultural que identifique e promova o município de Gondomar;
Desporto - acesso pelos mais desfavorecidos; Espaços públicos de recreação: parque urbano; atividades desportivas.	
Espaços de acolhimento para indivíduos isolados (dependentes); Redefinição das respostas sociais, ao nível de dependentes; Falta de instituições para acolhimento de pessoas com deficiência – CAO; Residências; Aumento de equipamentos sociais para idosos; Programa para apoio a idosos, ocupação de tempos livres; Falta de apoio à população idosa.	Definir como prioridade a constituição de uma Unidade de Vida Apoiada no concelho; Repensar a resposta de SAD; Promover a constituição da Comissão de Proteção à Pessoa Idosa/Deficiente; Envolver o movimento associativo na oferta de atividades diurnas para a população idosa.

CSIF Douro Nascente	Problemáticas Identificadas	Estratégias
	Apoio alimentar de emergência; Apoio alimentar.	
	Problemas de comportamento – <i>devido às dificuldades económicas no seio familiar</i> ; Dificuldades económicas em muitos alunos.	Promover Escola de Pais
	Emprego/Formação – <i>formação desadequada; necessidade de qualificar as pessoas direcionando-as para uma profissão (o saber fazer)</i> ; Dificuldades financeiras.	
	Habitação social – famílias regressam a casa dos pais por falta de capacidade financeira p/ manter as suas casas.	
	Ausência de respostas sociais no âmbito da saúde mental; Problemas ao nível da deficiência (integração e acompanhamento); Idosos dependentes.	
	Falta de Centro de Dia; Instalações dignas; Inexistência de acolhimento para: Crianças; Idosos; Pessoas com deficiência; Sem-abrigo.	

Garantir o Desenvolvimento:

Análise SWOT

O presente capítulo pretende agora constituir-se como uma base de análise onde serão promenorizadamente analisados e especificados os Pontos Fortes, os Pontos Fracos, as Oportunidades e Ameaças do município de Gondomar no que se refere essencialmente à promoção de estratégias que visem o desenvolvimento social local; neste sentido será utilizada a análise SWOT (Strenghts; Weaknesses; Opportunities; Threats).

Esta análise será uma vez mais utilizada no Diagnóstico Social do Município de Gondomar atendendo a que a mesma permite:

- Efetuar uma síntese das análises realizadas;
- Identificar elementos chave (pontos fortes e oportunidades/pontos fracos e ameaças) permitindo a priorização de atuação;
- Percecionar os riscos a ter em consideração e quais os desafios a solucionar, bem como as vantagens e as oportunidades a potenciar e explorar - possibilita a tomada de opções estratégicas.

Para além de uma análise exaustiva de diversos indicadores com implicação direta e indireta nas pessoas e famílias, e portanto, no desenvolvimento social local, foi com convicção que o Núcleo Executivo do CLAS'G desenvolveu, com a colaboração das Comissões Sociais de Freguesia e Interfreguesia, com base numa filosofia de participação e envolvimento de todos os intervenientes do município de Gondomar, momentos em cada território, de discussão e reflexão sobre a realidade social concelhia e territorial.

Tal como referido anteriormente recorreu-se à técnica de visualização da “Nuvem de Problemas”, tendo sido realizado um levantamento dos problemas, que de acordo com a perceção dos participantes, mais atingem a sua freguesia bem como o município; paralelamente todos os parceiros foram igualmente convidados a evidenciar propostas de soluções para as problemáticas identificadas.

Baseados na informação conseguida nas CSF/CSIF assim como no Núcleo Executivo, este último fez uma leitura transversal das problemáticas e questões identificadas, do qual resultou o capítulo anterior e que retrata algumas das principais preocupações dos parceiros do CLAS de Gondomar; a par dos dados estatísticos a compilação das percepções dos parceiros do CLAS'G serão tidas em consideração na análise SWOT que a seguir se apresenta.

Importa referir que no final da análise Swot pretende-se definir as relações existentes entre os pontos fortes e fracos com as tendências mais importantes que se verificam no contexto do

município de Gondomar, seja ao nível da Região Norte/ AMP, ou das freguesias e territórios de Gondomar, bem como da conjuntura social e demográfica ou da conjuntura económica.

O pertinente é o facto de que com esta análise SWOT se desenvolvam prioridades e decisões estratégicas partilhadas em prol do desenvolvimento social local que se pretende efetivamente inteligente e inclusivo.

Análise SWOT

Fatores Endógenos	
Potencialidades	Fragilidades
<p>Concertação local institucional (CLAS de Gondomar; Atendimento Integrado; Equipas de RSI); Parcerias Autarquia e 3.º Setor: + CUIDAR; Movimento Associativo organizado;</p> <p>Diversidade, concertação e adequação da Oferta Formativa; Estruturas de apoio ao emprego e à formação (Centro de Emprego, GIP's; CQEP's, Gabinete de Educação, Formação e Emprego);</p> <p>Empreendedorismo Social/ Banco de Inovação Social (BIS) / Iniciativa para a Economia Cívica (IEC);</p> <p>Banco Local de Voluntariado de Gondomar: Voluntariado organizado;</p> <p>Instituições com boas práticas nas diversas respostas sociais; Qualificação das Respostas Sociais;</p> <p>Existência de Programas/Projetos integrados de intervenção social (PRI's, 5.ª Geração Programa Escolhas/ Escolhas Pontuais; Orquestra Geração; Empresários pela Inclusão Social);</p> <p>Existência de respostas locais de proximidade; Programas municipais de intervenção comunitária: “+ Família” Programa de Intervenção Comunitária; “Social +” Programa de Desenvolvimento Social.</p>	<p>Aumento acentuado do índice de envelhecimento; Diminuição da taxa de natalidade bruta;</p> <p>Aumento das famílias em situação de risco de pobreza; Ausência de dados sobre o número de pessoas em situação de sem-abrigo; Número elevado de sinalizações e acompanhamento na CPCJ de Gondomar; Necessidade de Formação Parental para capacitação das famílias;</p> <p>Taxa de pré-escolarização diminuta; Baixas qualificações escolares; Insuficiência de intervenção precoce ao nível das NEE;</p> <p>Desemprego/ baixos níveis de qualificação da população ativa; Escassa oferta emprego; Desemprego acentuado no sexo feminino e na faixa etária dos 35 aos 54 anos;</p> <p>Pouca oferta de arrendamento social;</p> <p>N.º diminuto de capacidade da Unidade de Cuidados Continuados Integrados; Consumo expressivo de medicamentos ansiolíticos, antidepressivos, hipnóticos e sedativos; Comportamentos de Risco: dependências (alcooolismo);</p> <p>Existência de registos: Violência doméstica; Idosos: Maus tratos e Isolamento;</p> <p>Insuficiência de áreas verdes e de lazer;</p> <p>Insuficiência de respostas para a população idosa; Insuficiência de respostas para a população deficiente; Insuficiência de respostas para a população com doença mental.</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>Fontes de financiamento (QEC; Novo Norte, União Europeia, entre outras); Constituição de Empresas Sociais - 3.º Setor; Crescimento da população imigrante; Dinâmica do Movimento Associativo; Localização geográfica do Concelho; Turismo/ Património concelhio (natural, paisagístico, edificado); Extensa margem fluvial; Projeto Pulmão Verde; Parque Tecnológico de Negócios de Ourivesaria – Gondomar Gold Park.</p>	<p>Contexto atual da crise socioeconomica.</p> <p>Diminuição generalizada das prestações sociais.</p> <p>Tecido empresarial pouco diversificado e qualificado.</p> <p>Aumento do parque habitacional devoluto.</p> <p>Incipiente Rede de Transportes interna.</p>
Fatores Exógenos	

Bibliografia

ACES DE GONDOMAR - Unidade de Saúde Pública, 2011, *Plano Local de Saúde (PLS) 2011-2016*.

ACES DE GONDOMAR, 2013, *Relatório Anual sobre o acesso a cuidados de saúde, 2012*.

ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, 2014, *AMP 2020 - Avaliação Territorial. Crescimento Inclusivo*.

ARS NORTE, 2014, *Relatório de Monitorização da Atividade nos Cuidados Continuados Integrados na Região Norte, 2013*.

BALSA, VITAL & URBANO, 2013, *3.º Inquérito ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Portuguesa, 2012* - relatório preliminar.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 1990, Declaração de Barcelona.

CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, 2012, *III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Portuguesa 2012*; versão preliminar

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE GONDOMAR, 2014, *Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e dos Jovens do município de Gondomar “ Uma causa com coração”*; Triénio 2014-2016.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO, 2013, *Igualdade de Género em Portugal 2012*.

Constituição da República Portuguesa

DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE, 2012, *Plano Nacional de Saúde 2012 - 2016*.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM-ABRIGO: *PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO 2009-2015*.

EUROPEAN COMMISSION DIRECTORATE-GENERAL FOR EMPLOYMENT, SOCIAL AFFAIRS AND INCLUSION, 2014, *Investing in people: EU funding for employment and social inclusion - Social Europe guide Volume 7*.

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, 2014, *Operação Censos Sénior 2011-2014*

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., 2011, *Mobilidade Casa-Trabalho da População Residente na AMP*.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., 2012, Destaque – Orçamentos Familiares.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., 2012, *Saúde e Incapacidades em Portugal 2011*.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., 2013, Anuário Estatístico da Região Norte 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., 2013, Boletim “Destaque”.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., 2013, Estatísticas da Cultura 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., 2014, *25 DE ABRIL - 40 ANOS DE ESTATÍSTICAS*.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., *Inquérito ao Emprego*.

MACHADO, Fernando Luís, 2003, *Imigração e Imigrantes em Portugal, parâmetros de regulação e cenários de exclusão*. Sociologia – problema e práticas, n.º 41.

MEIC. Centro de Documentação e Informação, [s.d.], Carta Europeia do Desporto para Todos; Lisboa.

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL; Instituto da Segurança Social, I.P., 2014, *Relatório Global Execução de 2013 - Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (P. C. A. A. C.)*.

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social; Instituto da Segurança Social, I.P., 2014, *RELATÓRIO GLOBAL EXECUÇÃO DE 2013 - Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (P. C. A. A. C.)*

NORTE 2020 - Diagnóstico prospetivo da Região do Norte 2014-2020; Versão de 26-7-2013 (*aprovada nas reuniões do Comité de Pilotagem da Iniciativa “Norte 2020” e do Conselho Regional respetivamente de 1-7-2013 e 16-7-2013*).

CCDRN Norte, 2014, Norte Conjuntura - Relatório trimestral / 1.º trim. 2014

OBSERVATÓRIO EUROPEU DA DROGA E DA TOXICODEPENDÊNCIA, 2014, *Relatório Europeu sobre Drogas - Tendências e evoluções 2013*.

OECD (2014), *Society at a Glance 2014: OECD Social Indicators*, OECD Publishing.

PIRES, Rui Pedro Pena, 2003, *Migrações e integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras: Celta Editora

Pobreza e Desigualdade na União Europeia - Explicativo EAPN 2013 - Rede Europeia Anti-Pobreza.

PORI, 2008, *Eixos de Intervenção: Componente Técnica e Financeira*, Instituto da Droga e da Toxicod dependência, pág. 88.

PORTUGAL 2020 - ACORDO DE PARCERIA 2014-2020

PÚBLICO; Pereira, Ana Cristina e Oliveira, Mariana, 31/03/2014, "*Mais de cinco mil pessoas sem abrigo em Portugal*".

RAMOS, M. Conceição, 1995b, *Desafios da Mobilidade Internacional do Trabalho em Portugal*, in Por Onde Vai a Economia Portuguesa?, Lisboa, CISEP/CIRIUS, Instituto Superior de Economia e Gestão, pág. 129 – 176.

REDE SOCIAL DE GONDOMAR, 2009, *Diagnóstico Social do Município de Gondomar*.

SERVIÇO DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS, 2013, *Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013 - 2020 (PNRCAD)*.

Sitografia

Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2013 (<http://www.dgterritorio.pt/>)

Carta Social, 2011 (<http://www.cartasocial.pt/>)

Censos 2001 e Censos 2011(www.inec.pt)

Código de Divisão Administrativa (<http://smi.inec.pt/>)

Código de Divisão Administrativa (<http://smi.inec.pt/>)

DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (<http://www.dgeec.mec.pt>)

<http://autarquicas2013.mj.pt/>

DGAP (<http://www.dgap.gov.pt/>)

SICAD (<http://www.sicad.pt/PT/Intervencao/RRMDMais/SitePages/Home%20Page.aspx>)

Instituto da Segurança Social (<http://www4.seg-social.pt>)

Le Guin, Ursula K (www.netprof.pt)

Portal da Saúde, ARSNorte (<http://www.portaldasaude.pt/portal>)

Legislação:

Decreto-Lei n.º 101 de 6 de Junho de 2006

Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de Junho

Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro

Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17 de abril

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro

Decreto-Lei n.º 98 de 21 de Setembro de 2011

Despacho n.º 147-B/ME/96, de 1 de Agosto

Lei 71/98, de 3 de Novembro

Lei de Bases do Ambiente data de 1987

Lei n.º 147/99 de 1 de setembro

Lei n.º 17/2000, de 8 de agosto

Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto

Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro

Lei n.º 59/2007, publicado em Diário da República (1.ª Série) em 4 de Setembro de 2007

Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário)

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Portaria n.º 256/2005

Portaria n.º 273/2009, de 18 de Março

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 7 de julho

Ficha Técnica

Título | Diagnóstico Social do Município de Gondomar

Edição | Câmara Municipal de Gondomar

Coordenação | *Cláudia Vieira* – Adjunta do Presidente e Coordenadora do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Gondomar

Conceção e Redação | *Joana Silva, Alexandra Pimentel e Vitor Mendes* – Gabinete da Rede Social da Câmara Municipal de Gondomar; *Ângela Pereira e Paula Mendes* - Gabinete de Estudos Estratégicos da Câmara Municipal de Gondomar

Colaboração | Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Gondomar: *Vitória Santos* • *José Camilo* • *Carla Vale* • *Teresa Dolgner* • *Rosa Maria Tavares* • *João Baldaia* • *Nuno Coelho* • *Nuno Fonseca* • *Daniel Vieira* • *Isidro Sousa* • *José Macedo* • *José Andrade*

Data | março de 2015